GOVERNO DE Mato Grosso do Sul

Diário Oficial Eletrônico

ANO XLV n. 11.107 Campo Grande, segunda-feira, 20 de março de 2023. 255 páginas

PODER EXECUTIVO

Governador ..... Eduardo Correa Riedel
Vice-Governador .....José Carlos Barbosa
Secretário de Estado de Governo e Gestão Estratégica..... Pedro Arlei Caravina
Secretário de Estado da Casa Civil ..... João Eduardo Barbosa Rocha
Controlador-Geral do Estado ..... Carlos Eduardo Girão de Arruda
Secretário de Estado de Fazenda ..... Flávio César Mendes de Oliveira
Secretária de Estado de Administração ..... Ana Carolina Araujo Nardes
Procuradora-Geral do Estado.....Ana Carolina Ali Garcia
Secretário de Estado de Educação.....Hélio Queiroz Daher
Secretário de Estado de Saúde .....Maurício Simões Corrêa
Secretário de Estado de Justiça e Segurança Pública .....Antonio Carlos Videira
Secretária de Estado de Assistência Social e dos Direitos Humanos ..... Patrícia Elias Cozzolino de Oliveira
Secretário de Estado de Turismo, Esporte, Cultura e Cidadania ..... Marcelo Ferreira Miranda
Secretário de Estado de Meio Ambiente, Desenvolvimento, Ciência, Tecnologia e Inovação ..... Jaime Elias Verruck
Secretário de Estado de Infraestrutura e Logística ..... Hélio Peluffo Filho

SUMÁRIO

DECRETO NORMATIVO 2
ATOS NORMATIVOS DA ADMINISTRAÇÃO DIRETA 3
ATOS NORMATIVOS DA ADMINISTRAÇÃO INDIRETA 30
CONCURSO PÚBLICO E PROCESSO SELETIVO 128
ATOS DE LICITAÇÃO 136
ATOS DE PESSOAL DO PODER EXECUTIVO 154
DEFENSORIA PÚBLICA GERAL DO ESTADO 209
MUNICIPALIDADES 216
PUBLICAÇÕES A PEDIDO 232

Publicação destinada à divulgação dos atos do Poder Executivo
Secretaria de Estado de Administração
Av. Desembargador José Nunes da Cunha, s/n
Parque dos Poderes - Bloco I - Telefones: (67) 3318-1480 3318-1420
79031-310 - Campo Grande-MS - CNPJ 02.940.523.0001/43

www.imprensaoficial.ms.gov.br – materia@sad.ms.gov.br

DECRETO NORMATIVO

DECRETO Nº 16.135, DE 17 DE MARÇO DE 2023.

Altera a redação de dispositivos do Decreto nº 14.894, de 20 de dezembro de 2017, nos termos que especifica.

O GOVERNADOR DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no exercício da competência que lhe confere o art. 89, inciso VII, da Constituição Estadual,

D E C R E T A:

Art. 1º O art. 2º do Decreto nº 14.894, de 20 de dezembro de 2017, passa a vigorar com as seguintes alterações:

"Art. 2º .....:

.....

II - 10% (dez por cento) para os precatórios com valores superiores ao equivalente a 2.500 UFERMS até 3.500 UFERMS;

III - 15% (quinze por cento) para os precatórios com valores superiores ao equivalente a 3.500 UFERMS até 4.500 UFERMS;

IV - 20% (vinte por cento) para os precatórios com valores superiores ao equivalente a 4.500 UFERMS até 5.500 UFERMS;

V - 25% (vinte e cinco por cento) para os precatórios com valores superiores ao equivalente a 5.500 UFERMS até 8.500 UFERMS;

VI - 30% (trinta por cento) para os precatórios com valores superiores ao equivalente a 8.500 UFERMS até 10.500 UFERMS;

VII - 35% (trinta e cinco por cento) para os precatórios com valores superiores ao equivalente a 10.500 UFERMS até 13.000 UFERMS;

VIII - 40% (quarenta por cento) para os precatórios com valores superiores ao equivalente a 13.000 UFERMS.

....." (NR)

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Campo Grande, 17 de março de 2023.

EDUARDO CORREA RIEDEL
Governador do Estado

ANA CAROLINA ALI GARCIA
Procuradora-Geral do Estado

ATOS NORMATIVOS DA ADMINISTRAÇÃO DIRETA

Secretaria de Estado de Fazenda

PORTARIA/SAT 3124, 17 de março de 2023

Dispõe sobre alteração do grupo de preços na tabela denominada Valor Real Pesquisado, dos produtos que especifica.

O SUPERINTENDENTE DE ADMINISTRAÇÃO TRIBUTÁRIA, no uso de suas atribuições e da competência que lhe confere o art. 1°, caput do Decreto 12.985, de 11 de maio de 2010, e

CONSIDERANDO pedidos de contribuintes para alteração de seu produto na tabela denominada Valor Real Pesquisado;

CONSIDERANDO os resultados das pesquisas realizadas em conformidade com as disposições do ART. 2° do referido Decreto,

R E S O L V E:
Art. 1° Alterar, na tabela denominada Valor Real Pesquisado, o Grupo de Preço dos seguintes produtos: gado suíno, soja e trigo, conforme anexo.

Parágrafo único. Os produtos cujo grupo de preço foram alterados na referida tabela, nos termos do caput deste artigo, ficam sujeitos, a partir da inclusão, às disposições do Decreto nº 12.985, de 11 de maio de 2010.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação, produzindo efeitos a partir de 21 de março de 2023.

Campo Grande, 17 de março de 2023

WALDOMIRO MORELLI JUNIOR
Superintendência de Administração Tributária

ANEXO À PORTARIA/SAT Nº 3124, de 17 de março de 2023

CEREAIS

TRIGO INTERNA

CÓDIGO	DESCRIÇÃO	**TIPO VRP	VALOR (R$)	*AÇÃO
555	TRIGO EM GRAO - A GRANEL (OPERACAO INTERNA) - 1KG	2	1,70	A
14690	TRIGO EM GRAO - ENSACADO (OPERACAO INTERNA) - 1SC	2	102,00	A

TRIGO INTERESTADUAL

CÓDIGO	DESCRIÇÃO	**TIPO VRP	VALOR (R$)	*AÇÃO
54550	TRIGO EM GRAO - A GRANEL (OPERACAO INTERESTADUAL) - 1KG	3	1,93	A
54562	TRIGO EM GRAO - ENSACADO (OPERACAO INTERESTADUAL) - 1SC	3	115,80	A

SOJA INTERNA

CÓDIGO	DESCRIÇÃO	**TIPO VRP	VALOR (R$)	*AÇÃO
6212	SOJA EM GRÃO - A GRANEL (OPERACÃO INTERNA) - 1KG	2	2,50	A
512	SOJA EM GRÃO - ENSACADA (OPERACÃO INTERNA) - 60SC	2	150,00	A

SOJA INTERESTADUAL

CÓDIGO	DESCRIÇÃO	**TIPO VRP	VALOR (R$)	*AÇÃO
17625	SOJA EM GRÃO - A GRANEL (OP. INTERESTADUAL) - 1KG	3	3,05	A
17638	SOJA EM GRÃO - ENSACADA (OP. INTERESTADUAL) - 60SC	3	183,00	A

GADO MAGRO

SUINOS

CÓDIGO	DESCRIÇÃO	**TIPO VRP	VALOR (R$)	*AÇÃO
22811	FEMEA REPRODUTORA (TIPO MATRIZ) - GADO SUINO - 1CB	2	1.515,00	A
22804	MACHO REPRODUTOR (TIPO MATRIZ) - GADO SUINO - 1CB	2	4.848,00	A

GADO GORDO

SUINO EM PE (OPERACAO INTERNA E INTERESTADUAL)

CÓDIGO	DESCRIÇÃO	**TIPO VRP	VALOR (R$)	*AÇÃO
52855	LEITAO(OA) ATE 10KG PARA ABATE - GADO SUINO - 1CB	2	139,38	A
52867	LEITAO(OA) DE 20 A 25KG PARA ABATE - GADO SUINO - 1CB	2	293,30	A

SUINO PARA ABATE

CÓDIGO	DESCRIÇÃO	**TIPO VRP	VALOR (R$)	*AÇÃO
1084	SUINO PARA ABATE - OP.INTERNA - GADO SUINO - 1AR	2	90,90	A
22709	SUINO PARA ABATE - OP.INTERNA - GADO SUINO - 1KG	2	6,06	A
21351	SUINO PARA ABATE (100KG) OP.INTERNA - GADO SUINO - 1CB	2	606,00	A

Legenda Ações*
A - Alteração de Produto

Legenda VRP**
2 - VRP Valor Real Pesquisado
3 - VRP Operação Interestadual

ATO DECLARATÓRIO/CIDEC Nº 009, DE 16 DE MARÇO DE 2023.

Declara a reativação dos benefícios fiscais da empresa abaixo mencionada.

O COORDENADOR ESPECIAL DE INCENTIVOS FISCAIS E DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO, no uso de suas atribuições e considerando o disposto nos arts. 23-C e 23-D da Lei Complementar n° 93, de 5 de novembro de 2001, acrescentado pela Lei Complementar n° 280, de 2020, e o disposto no art. 8º-B do Decreto nº 10.604, de 21 de dezembro de 2001,

D E C L A R A:

Art. 1º Ficam REATIVADOS os benefícios fiscais concedidos à empresa mencionada no Anexo Único a este Ato Declaratório, **em razão da regularização dos débitos que motivaram a suspensão dos benefícios fiscais** da empresa, conforme previsto no art. 23-C, § 2º, I da Lei Complementar nº 93/2001, sem prejuízo da obrigação da empresa, durante o período de vigência da suspensão, ter realizado a apuração e o pagamento do ICMS sem a utilização de incentivo ou benefício fiscal, na forma do § 1º do Art. 23-C da Lei Complementar nº 93/2001.

Art. 2º Este Ato Declaratório entra em vigor na data de sua publicação, observando-se os efeitos constantes no Anexo Único.

Campo Grande - MS, 16 de março de 2023.

BRUNO BATISTA GONZAGA
Coordenador Especial de Incentivo Fiscais e Desenvolvimento Econômico

ANEXO ÚNICO AO ATO DECLARATÓRIO/CIDEC Nº 009, DE 16 DE MARÇO DE 2023

EMPRESA	TERMO DE ACORDO	INSCRIÇÃO ESTADUAL	CNPJ	EFEITOS DA REATIVAÇÃO
LUIZ CARLOS ACORCI FILHO ME	1.333/2021	28.458.790-7	16.959.169/0003-75	17/03/2023

ATO DECLARATÓRIO/SAT Nº 033, DE 17 DE MARÇO DE 2023.

Dispõe sobre a suspensão e cancelamento de inscrições estaduais, nos casos que especifica, e dá outras providências.

O SUPERINTENDENTE DE ADMINISTRAÇÃO TRIBUTÁRIA, no uso de suas atribuições e da competência que lhe confere o art. 36 do Anexo IV – Do Cadastro Fiscal ao Regulamento do ICMS (RICMS), aprovado pelo Decreto nº 9.203, de 18 de setembro de 1998, dada nova redação através do Decreto 14.644, de 29 de dezembro de 2016,

D E C L A R A:

Art. 1º Fica SUSPENSA, com base no disposto na alínea "e", do Inciso II, do art. 38 do Anexo IV – Do Cadastro Fiscal, ao RICMS, a inscrição estadual do contribuinte relacionado no anexo I a este Ato Declaratório;

Art. 2º Ficam CANCELADAS, com base no disposto na:

I - alínea "a", do Inciso III, do art. 42 do Anexo IV – Do Cadastro Fiscal, ao RICMS, as inscrições estaduais dos contribuintes relacionados no anexo II a este Ato Declaratório;

II - alínea "c", do Inciso IX, do art. 42 do Anexo IV – Do Cadastro Fiscal, ao RICMS, as inscrições estaduais dos contribuintes relacionados no anexo III a este Ato Declaratório;

III - Inciso XII, do art. 42 do Anexo IV – Do Cadastro Fiscal, ao RICMS, as inscrições estaduais dos contribuintes relacionados no anexo IV a este Ato Declaratório;

Parágrafo único. O cancelamento das inscrições estaduais de que trata este artigo implica a observância do disposto nos §§ 1º, 2º, 3º e 4º do art. 42 do Anexo IV ao RICMS,

Art. 3º Este Ato Declaratório entra em vigor na data de sua publicação.

Campo Grande - MS, 17 de Março de 2023.

WALDOMIRO MORELLI JUNIOR
Superintendente de Administração Tributária

ANEXO I AO ATO DECLARATÓRIO/SAT Nº 033/2023 17 DE MARÇO DE 2023

CORUMBA		
1	CONVENIENCIA DO BATATA LTDA	28.478.305-6

ANEXO II AO ATO DECLARATÓRIO/SAT Nº 033/2023 17 DE MARÇO DE 2023

AGUA CLARA		
1	HH HOME HOTELARIA E SERVICOS LTDA	28.470.977-8
2	NUTRIQUALITY ALIMENTOS LTDA	28.471.540-9
CAMAPUA		
3	NILSON BOGARIM GONCALVES	28.364.449-4
CAMPO GRANDE		
4	A P CARVALHO	28.306.958-9
5	CAMILA DE CARVALHO 05231761125	28.435.423-6
6	COMERCIAL MOTO VIP LTDA	28.334.973-5
7	ESTANCIA DA CARNE LTDA	28.459.978-6

8	FORTE COMERCIO DE PECAS EIRELI	28.442.924-4
9	FP COMERCIO DE CEREAIS LTDA	28.407.428-4
10	GIZELLE CAROLINA MARTINS DOS SANTOS	28.406.706-7
11	JULIANA PEREIRA DE LIMA EIRELI	28.466.776-5
12	JULIANE SHEILA LEDESMA DA SILVA 04204004199	28.464.860-4
13	MARCIA SOARES DA SILVA ECHEVERRIA	28.416.362-7
14	MARIA INES RIQUELME LEITE	28.438.667-7
15	PANIFICADORA PAO DIARIO LTDA	28.469.467-3
16	RODRIGO BARRETO ROCHA ME	28.368.833-5
17	RODRIGO CHAGAS PEREIRA 04826210108	28.444.785-4
18	SCARAZZATI E WEST LTDA	28.466.534-7
19	TATIANE DE SOUSA PEREIRA MARQUES 01565600118	28.399.481-9
DOURADOS		
20	MIRANDA & BRUNO LTDA ME	28.416.075-0
IVINHEMA		
21	F D COM PLACAS DE IDENTIFICACAO VEICULAR LTDA	28.445.856-2
22	INNOVARE MODAS LTDA	28.456.109-6
JARDIM		
23	MARILETH YAHN GAUNA	28.385.073-6
NAVIRAI		
24	D.M. GONCALVES ME	28.423.389-7
PARANAIBA		
25	JOSIANE AGUIAR DIAS EIRELI	28.434.157-6
PONTA PORA		
26	ANA PAULA BITENCOURT NUGOLI	28.373.225-3
27	HOLY JACK BURGER LTDA	28.450.675-3
28	MIRO COMERCIO E REPRESENTACAO LTDA ME	28.280.101-4
TRES LAGOAS		
29	L M L MIX UTILIDADES LTDA	28.464.418-8

ANEXO III AO ATO DECLARATÓRIO/SAT Nº 033/2023 17 DE MARÇO DE 2023

CAMPO GRANDE		
1	CONNECTIONS INFORMATICA LTDA	28.291.498-6
2	JAVE ESTOFADOS LTDA	28.452.142-6
3	MAO NA MASSA COM E FABRIC DE PROD ALIM LTDA	28.347.373-8
4	OTAVIO AUGUSTO TEIXEIRA DOS REIS 02779646608	28.438.614-6

ANEXO IV AO ATO DECLARATÓRIO/SAT Nº 033/2023 17 DE MARÇO DE 2023

DOURADOS		
1	GABRIEL CORDEIRO STEFANELLO	28.727.785-2
2	ILDA VIEIRA JUSTI	28.619.444-9
TRES LAGOAS		
3	TRANSPORTADORA KALUNGA LTDA	28.350.215-0

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO 10/ 2023

O SUPERINTENDENTE DE ADMINISTRAÇÃO TRIBUTÁRIA, no uso de suas atribuições e da competência que lhe confere o caput do art. 1° do Decreto 12.985, de 11 de maio de 2010, e com fundamento nas disposições do referido Decreto, NOTIFICA as entidades representativas dos setores da agricultura e indústrias do Estado de Mato Grosso do Sul, de que:

I – conforme preconiza o Decreto nº 12.985, de 2010, a Unidade de Pesquisa de Mercadorias (UPEM), desta Superintendência de Administração Tributária, realizou pesquisa de preços nas empresas que comercializam o produto: borracha natural - cernambi no Estado de Mato Grosso do Sul, obtendo o valor médio constante do anexo a este Edital;

II – caso as entidades discordem dos valores médios resultantes das pesquisas realizadas, informados neste Edital, elas podem solicitar informação sobre os procedimentos e sistemática aplicada na obtenção dos valores que lhes foram informados, mediante requerimento dirigido à UPEM, localizada na sede da Secretaria de Estado de Fazenda, no Bloco II do Parque dos Poderes, em Campo Grande – MS, desde que o façam no prazo de dois dias contados da publicação deste Edital de Notificação. Neste caso:

a) o requerimento deve ser encaminhado à UPEM, dentro do prazo estabelecido neste inciso, de forma eletrônica, pelo e-mail: pesquisadeprecos@fazenda.ms.gov.br, facultado à entidade requerente solicitar confirmação do recebimento do e-mail;

b) a UPEM encaminhará a informação solicitada à entidade requerente, de forma eletrônica, pelo mesmo e-mail através do qual lhe foi enviado o requerimento, ou em resposta a ele;

c) considerar-se-á recebida a informação da UPEM, pela entidade requerente, na mesma data do seu encaminhamento eletrônico;

III - no prazo de sete dias, contados da data do recebimento da informação da UPEM, a entidade que requereu e recebeu a informação, pode apresentar, por escrito e com base na informação recebida, petição dirigida ao Superintendente de Administração Tributária, expondo as razões da eventual discordância quanto aos valores médios de que trata o inciso I deste Edital de Notificação.
A petição dirigida ao Superintendente de Administração Tributária deve ser encaminhada à UPEM, dentro do prazo estabelecido neste inciso, de forma eletrônica, pelo e-mail: pesquisadeprecos@fazenda.ms.gov.br, facultado à entidade peticionária solicitar confirmação do recebimento do e-mail;

IV – os prazos estabelecidos nos incisos II e III deste Edital de Notificação não se cumulam, devendo ser considerados e observados individualmente, exclusivamente para as finalidades especificadas nos referidos incisos;

V – na hipótese de as entidades representativas não exercerem uma das prerrogativas, ou ambas, de que tratam os incisos II e III deste Edital de Notificação, dentro dos prazos neles estabelecidos, presumem-se aceitos por elas os valores médios resultantes das pesquisas realizadas, os quais serão publicados como Valor Real Pesquisado, por meio de ato do Superintendente de Administração Tributária/SEFAZ, publicado no Diário Oficial do Estado.

Campo Grande, 16 de março de 2023

WALDOMIRO MORELLI JUNIOR
Superintendência de Administração Tributária

ANEXO AO EDITAL DE NOTIFICAÇÃO 10/ 2023

DEMAIS PRODUTOS DA AGRICULTURA

BORRACHA LATEX

CÓDIGO	DESCRIÇÃO	**TIPO VRP	VALOR (R$)	*AÇÃO
22590	COAGULO (BORRACHA NATURAL - CERNAMBI) - 1KG	2	3,58	A

Legenda Ações*
A - Alteração de Produto

Legenda VRP**
2 - VRP Valor Real Pesquisado

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO Nº 11/ 2023

O SUPERINTENDENTE DE ADMINISTRAÇÃO TRIBUTÁRIA, no uso de suas atribuições e tendo em vista o disposto no art. 9º-D do Anexo III ao Regulamento do ICMS (RICMS), aprovado pelo Decreto nº 9.203, de 18 de setembro de 1998,

R E S O L V E:
I – Dar conhecimento às entidades representativas do setor envolvido na produção e na comercialização do produto: açúcar, do resultado da pesquisa de preços realizada pela Unidade de Pesquisa de Mercadorias (UPEM), vinculada à Coordenadoria de Apoio à Administração Tributária (CAAT), nos termos do art. 9º-C do Anexo III ao RICMS, para efeito de fixação do Preço Médio Ponderado a Consumidor Final (PMPF) dos referidos produtos;

II – estabelecer prazo de cinco dias, contados da publicação deste Edital, para que, caso discordem dos preços obtidos na pesquisa, as referidas entidades representativas se manifestem, de forma fundamentada;

III – informar às referidas entidades representativas que:

a) para efeito da manifestação de que trata o inciso II deste edital, elas podem obter, desde que observado o prazo estabelecido no referido inciso e sem qualquer alteração do mesmo, informações sobre a pesquisa realizada, mediante requerimento dirigido à UPEM, localizada na sede da Secretaria de Estado de Fazenda (SEFAZ), Bloco II, Parque dos Poderes, em Campo Grande - MS, neste Estado, hipótese em que:

1 - O requerimento deve ser encaminhado à UPEM de forma eletrônica, pelo e-mail: pesquisadeprecos@fazenda.ms.gov.br, podendo as entidades requerentes solicitarem confirmação do recebimento do e-mail;

2 - A UPEM encaminhará a informação solicitada às entidades requerentes, também de forma eletrônica, pelo mesmo e-mail através do qual lhe foi enviado o requerimento, ou mediante simples resposta a ele;

3 - Considerar-se-á recebida a informação da UPEM, pelas entidades requerentes, na mesma data do seu encaminhamento eletrônico;

b) nos termos dos §§ 2º, 3º e 4º do art. 9º-D do Anexo III ao RICMS:

1 - Se no prazo estabelecido no inciso II deste Edital não houver a manifestação fundamentada de que trata o referido inciso, o resultado da pesquisa de preços será considerado válido, podendo a SEFAZ adotar as medidas necessárias para a fixação do PMPF apurado;

2 - Se houver manifestação fundamentada, no prazo estabelecido no inciso II deste Edital, a SEFAZ analisará os fundamentos apresentados e dará conhecimento da decisão sobre a manifestação às entidades representativas manifestantes, com a devida fundamentação;

3 - Na hipótese de a decisão sobre a manifestação das entidades representativas for pela não aceitação da fundamentação apresentada, a SEFAZ adotará as medidas necessárias para a fixação do PMPF apurado, mediante divulgação por ato do Superintendente de Administração Tributária, publicado no Diário Oficial do Estado.

Campo Grande, 16 de março de 2023

WALDOMIRO MORELLI JUNIOR
Superintendência de Administração Tributária

ANEXO AO EDITAL DE NOTIFICAÇÃO 11/ 2023

17 - Produtos alimentícios

101.00 - Açúcar cristal, em embalagens de conteúdo inferior ou igual a 2 kg, exceto as embalagens contendo envelopes individualizados (sachês) de conteúdo inferior ou igual a 10 g

CÓDIGO	DESCRIÇÃO	VALOR (R$)	*AÇÃO
789444450472	ACÚCAR CRISTAL OUTRAS MARCAS - 1KG	4,98	A
789444450482	ACÚCAR CRISTAL OUTRAS MARCAS - 2KG	9,89	A
7891910000166	ACÚCAR GRANULADO PREMIUM UNIÃO - 1KG	8,52	A
7891959009915	ACÚCAR CRISTAL CRISTALSUCAR - 2KG	7,95	A
7896063700666	ACÚCAR CRISTAL GUACIRA - 2KG	9,89	A

7896109800022	ACÚCAR CRISTAL GUARANI - 2KG	7,51	A
7896534402921	ACÚCAR CRISTAL GLOBO - 2KG	7,63	A
7896894900068	ACÚCAR CRISTAL COLOMBO - 1KG	4,98	E
7896894900075	ACÚCAR CRISTAL COLOMBO - 2KG	8,65	A
7898051680028	ACÚCAR CRISTAL ITAJÁ - 2KG	8,51	A

101.01 - Açúcar cristal, em embalagens de conteúdo superior a 2 kg e inferior ou igual a 5 kg

CÓDIGO	DESCRIÇÃO	VALOR (R$)	*AÇÃO
7891959009922	ACÚCAR CRISTAL CRISTALSUCAR UNIÃO - 5KG	23,09	A
7896109800039	ACÚCAR CRISTAL GUARANI - 5KG	21,62	A
7896433800385	ACUCAR CRISTAL ITAMARATI - 5KG	18,48	A
7896534402938	ACÚCAR CRISTAL GLOBO - 5KG	18,33	A
7896894900082	ACÚCAR CRISTAL COLOMBO - 5KG	19,90	A
7898185000068	ACÚCAR CRISTAL ECOCÚCAR - 5KG	18,83	A
7898187830052	ACUCAR CRISTAL SANTA ISABEL - 5KG	18,37	A

103.00 - Outros tipos de açúcar, em embalagens de conteúdo inferior ou igual a 2 kg, exceto as embalagens contendo envelopes individualizados (sachês) de conteúdo inferior ou igual a 10 g

CÓDIGO	DESCRIÇÃO	VALOR (R$)	*AÇÃO
7891910020065	ACÚCAR CRISTAL UNIÃO DEMERARA - 1KG	8,58	A
7891910030293	ACUCAR MASCAVO UNIÃO - 1KG	20,84	A
7896181700265	ACÚCAR MASCAVO DACOLÔNIA PACOTE - 1KG	15,17	A
7896194400114	ACÚCAR DEMERARA NATUS - 500GR	9,88	A
7896433800453	ACUCAR DEMERARA ITAMARATI - 1KG	5,76	A

99.00 - Açúcar refinado, em embalagens de conteúdo inferior ou igual a 2 kg, exceto as embalagens contendo envelopes individualizados (sachês) de conteúdo inferior ou igual a 10 g

CÓDIGO	DESCRIÇÃO	VALOR (R$)	*AÇÃO
789444450452	ACÚCAR REFINADO OUTRAS MARCAS - 1KG	6,74	A
7891910000203	ACUCAR REFINADO UNIÃO - 1KG	6,46	A
7891959004415	ACÚCAR REFINADO DUCULA - 1KG	6,74	A

Legenda Ações*
A - Alteração de Produto
E - Exclusão de Produto

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO 12/ 2023

O SUPERINTENDENTE DE ADMINISTRAÇÃO TRIBUTÁRIA, no uso de suas atribuições e da competência que lhe confere o caput do art. 1° do Decreto 12.985, de 11 de maio de 2010, e com fundamento nas disposições do referido Decreto, NOTIFICA as entidades representativas dos setores da agricultura e indústrias do Estado de Mato Grosso do Sul, de que:

I – conforme preconiza o Decreto nº 12.985, de 2010, a Unidade de Pesquisa de Mercadorias (UPEM), desta Superintendência de Administração Tributária, realizou pesquisa de preços nas empresas que comercializam os produtos: feijão carioquinha tipos 1 e 2 e feijão preto tipo 2 no Estado de Mato Grosso do Sul, obtendo os valores médios constantes do anexo a este Edital;

II – caso as entidades discordem dos valores médios resultantes das pesquisas realizadas, informados neste Edital, elas podem solicitar informação sobre os procedimentos e sistemática aplicada na obtenção dos valores que lhes foram informados, mediante requerimento dirigido à UPEM, localizada na sede da Secretaria de Estado de Fazenda, no Bloco II do Parque dos Poderes, em Campo Grande – MS, desde que o façam no prazo de dois dias contados da publicação deste Edital de Notificação. Neste caso:

a) o requerimento deve ser encaminhado à UPEM, dentro do prazo estabelecido neste inciso, de forma eletrônica, pelo e-mail: pesquisadeprecos@fazenda.ms.gov.br, facultado à entidade requerente solicitar confirmação do recebimento do e-mail;

b) a UPEM encaminhará a informação solicitada à entidade requerente, de forma eletrônica, pelo mesmo e-mail através do qual lhe foi enviado o requerimento, ou em resposta a ele;

c) considerar-se-á recebida a informação da UPEM, pela entidade requerente, na mesma data do seu encaminhamento eletrônico;

III - no prazo de sete dias, contados da data do recebimento da informação da UPEM, a entidade que requereu e recebeu a informação, pode apresentar, por escrito e com base na informação recebida, petição dirigida ao Superintendente de Administração Tributária, expondo as razões da eventual discordância quanto aos valores médios de que trata o inciso I deste Edital de Notificação.
A petição dirigida ao Superintendente de Administração Tributária deve ser encaminhada à UPEM, dentro do prazo estabelecido neste inciso, de forma eletrônica, pelo e-mail: pesquisadeprecos@fazenda.ms.gov.br, facultado à entidade peticionária solicitar confirmação do recebimento do e-mail;

IV – os prazos estabelecidos nos incisos II e III deste Edital de Notificação não se cumulam, devendo ser considerados e observados individualmente, exclusivamente para as finalidades especificadas nos referidos incisos;

V – na hipótese de as entidades representativas não exercerem uma das prerrogativas, ou ambas, de que tratam os incisos II e III deste Edital de Notificação, dentro dos prazos neles estabelecidos, presumem-se aceitos por elas os valores médios resultantes das pesquisas realizadas, os quais serão publicados como Valor Real Pesquisado, por meio de ato do Superintendente de Administração Tributária/SEFAZ, publicado no Diário Oficial do Estado.

Campo Grande, 16 de março de 2023

WALDOMIRO MORELLI JUNIOR
Superintendência de Administração Tributária

ANEXO AO EDITAL DE NOTIFICAÇÃO 12/ 2023

CEREAIS

FEIJAO

CÓDIGO	DESCRIÇÃO	**TIPO VRP	VALOR (R$)	*AÇÃO
313	FEIJÃO CARIOQUINHA - ENSACADA SC 60 KG - 1SC	2	391,20	A
70462	FEIJÃO CARIOQUINHA - ENSACADA SC 60 KG (OP. INTEREST.) - 1SC	3	444,00	A
62948	FEIJÃO CARIOQUINHA - FD 30 KG - 1FD	2	195,60	A
70463	FEIJÃO CARIOQUINHA - FD 30 KG (OP. INTERST.) - 1FD	3	222,00	A
14782	FEIJÃO CARIOQUINHA - GRANEL KG - 1KG	2	6,52	A
70461	FEIJÃO CARIOQUINHA - GRANEL KG (OP. INTEREST.) - 1KG	3	7,40	A
62950	FEIJÃO CARIOQUINHA - T2 - KG - 1KG	2	5,59	A
70464	FEIJÃO CARIOQUINHA - T2 - KG (OP. INTEREST.) - 1KG	3	6,35	A
62963	FEIJÃO CARIOQUINHA - T2 - SC 60 KG - 1SC	2	335,40	A
70465	FEIJÃO CARIOQUINHA - T2 - SC 60 KG (OP. INTERST.) - 1SC	3	381,00	A
70468	FEIJÃO PRETO - TIPO 2 - A GRANEL (OP. INTERESTADUAL) - 1KG	3	5,56	A
62976	FEIJÃO PRETO - TIPO 2 - A GRANEL (OPERACÃO INTERNA) - 1KG	2	4,89	A
70469	FEIJÃO PRETO - TIPO 2 - ENSACADO (OP. INTERESTADUAL) - 1SC	3	333,60	A
62989	FEIJÃO PRETO - TIPO 2 - ENSACADO (OPERACÃO INTERNA) - 1SC	2	293,40	A

Legenda Ações*
A - Alteração de Produto

Legenda VRP**
2 - VRP Valor Real Pesquisado
3 - VRP Operação Interestadual

Secretaria de Estado de Educação

Extrato de Termo de Contrato N° 0017/2023/GL/COINF/SED **N° Cadastral** 21020
Processo: 29/073.214/2022
Partes: O Estado de Mato Grosso do Sul por intermédio da Secretaria de Estado de Educação e TRAÇO ENGENHARIA
Objeto: Serviços de reforma geral e ampliação na EE. Frei João Damasceno, no município de Caarapó/MS.
Ordenador de Despesas: Ademilson Mendes Arguilera
Dotação Orçamentária: A despesa decorrente da execução deste contrato correrá a conta da dotação assim discriminada:

Unidade Orçamentária	Funcional Programática	Natureza de Despesa	Fonte de Recurso
290101	10.29101.12.361.2046.4088.0003	44905137	0250010011
290101	10.29101.12.362.2046.4089.0007	44905137	0150010011
290101	10.29101.12.361.2046.4088.0002	44905137	0156973731
290101	10.29101.12.361.2046.4088.0002	44905137	0150073731

Valor: R$ 4.850.239,61 (quatro milhões e oitocentos e cinquenta mil e duzentos e trinta e nove reais e sessenta e um centavos)
Amparo Legal: Lei Federal n. 8.666/93, às cláusulas e condições aqui estabelecidas e às demais normas legais vigentes.
Do Prazo: O objeto do presente contrato deverá ser executado e totalmente concluído dentro do prazo de 365 (trezentos e sessenta e cinco) dias consecutivos, contados da data do recebimento da Ordem de Início dos Serviços (OIS), devendo cumprir rigorosamente o cronograma físico-financeiro do contrato, sob pena de aplicação de multa moratória, sem prejuízo das demais penalidades e da rescisão contratual, se for o caso.
Prazo de Vigência: A vigência do contrato terá início a partir da sua assinatura e perdurará até 90 (noventa) dias corridos após o término do prazo de execução.
Data da Assinatura: 14/03/2023
Assinam: Helio Queiroz Daher e JOSÉ NINA FERREIRA

Extrato do I Termo Aditivo ao Contrato Nº 0022/2022/SED **N° Cadastral 17393**
Processo: 29/064.225/2021
Partes: O Estado de Mato Grosso do Sul por intermédio do(a) Secretaria de Estado de Educação e MITRA DIOCESANA DE DOURADOS
Objeto: O Termo Aditivo tem por finalidade alterar a Cláusula Segunda – Do Prazo, a Cláusula Terceira – Do Valor do Contrato n. 022/2022, o qual passa a vigorar com nova redação, previsto na Cláusula Décima Quarta do referido contrato.
Ordenador de Despesas: Edio Antonio Resende de Castro
Dotação Orçamentária: Funcional Programática 12362204640890003 - Prover estrutura para o fortalecimento e o desenvolvimento do ensino médio. - Custeio Adm., Fonte de Recurso 0150010011 - Educação-Recursos, Natureza da Despesa 33903910 - LOCACAO DE IMOVEIS
Valor: O valor global passa a ser de R$ 62.272,92 (Sessenta e dois mil, duzentos e setenta e dois reais e noventa e dois centavos), e o valor mensal da locação passa a ser de R$ 5.189,41 (Cinco mil, cento e oitenta e nove reais e quarenta e um centavos) mensais, com efeitos financeiros a contar de 24 de fevereiro de 2023.
Amparo Legal: Lei Federal n. 8.666/93 e posteriores alterações.
Do Prazo: Fica prorrogada a vigência do presente contrato por mais 12 (doze) meses, pelo período de 24 de fevereiro de 2023 a 23 de fevereiro de 2024.
Data da Assinatura: 22/02/2023
Assinam: Helio Queiroz Daher e Edson Raimundo Aparecido de Souza

Extrato do I Termo Aditivo ao Contrato 0024/2022/SED **N° Cadastral: 17401**
Processo: 29/062.672/2021
Partes: O Estado de Mato Grosso do Sul por intermédio da Secretaria de Estado de Educação e ATIVA EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS LTDA
Objeto: O Termo Aditivo tem por finalidade alterar a Cláusula Segunda – Do Prazo do Contrato n. 024/2022, o qual passa a vigorar com nova redação, previsto na Cláusula Décima Quarta do referido contrato.
Ordenador de Despesas: Edio Antonio Resende de Castro
Amparo Legal: Lei Federal n. 8.666/93 e posteriores alterações.
Do Prazo: Fica prorrogada a vigência do presente contrato por mais 12 (doze) meses, pelo período de 25 de fevereiro de 2023 a 24 de fevereiro de 2024.
Data da Assinatura: 22/02/2023
Assinam: Helio Queiroz Daher e Glaucio de Queiroz

Extrato de Ordem de Execução de Serviços N° 0012/2023/GL/COINF/SED **N° Cadastral** 21104

Processo:	29/005.119/2023
Partes:	O Estado de Mato Grosso do Sul por intermédio da Secretaria de Estado de Educação e SOBRINHO FILHO CONSTRUTORA LTDA
Objeto:	Serviços de fechamento de quadra na EE. Professor Silvio Oliveira dos Santos, no município de Campo Grande/MS.
Ordenador de Despesas:	Ademilson Mendes Arguilera
Dotação Orçamentária:	UG: **290101**, Funcional Programática: **10.29101.12.362.2046.4089.0007** Natureza da Despesa: **33903916**, Fonte de Recursos: **0150010011**, Nota de Empenho n. **2023NE002453**.
Valor:	R$ 319.228,63 (trezentos e dezenove mil e duzentos e vinte e oito reais e sessenta e três centavos)
Amparo Legal:	Lei Nº 8666/93 e suas alterações
Do Prazo:	**180** (cento oitenta) dias consecutivos, contados da data do recebimento da ordem de execução dos mesmos.
Data da Assinatura:	07/03/2023
Assinam:	Helio Queiroz Daher e Renan Pereira Sobrinho

Extrato do Termo de Cooperação Técnica SED/MS/N.03/2023

Processo n: 29/004336/2023
Partes: Estado de Mato Grosso do Sul, por intermédio da Secretaria de Estado de Educação – CNPJ/MF Nº.02.585.924/0001-22, e **Fundação Municipal de Educação e Cultura - FUNEC de Santa Fé do Sul –** CNPJ/MF Nº. 47. 527.288/0001 - 10;
Amparo Legal: Resolução SED/MS n. 3.596/2019, publicada no Diário Oficial do Estado/MS n. 9.892, de 30/04/2019, página 15 a 18, à Lei Federal n. 11.788 de 25 de setembro de 2008, Lei Federal n. 9.394/1996 e no que couber ao Decreto Estadual n. 11.261, de 16 de junho de 2003 e alterações posteriores, na Resolução SEFAZ N 2.093/2007, Lei Federal n. 8.666, de 21 de junho 1993.
Objeto: Concessão de estágio profissional para cumprimento de itinerário formativo de estudante matriculados na Instituição convenente dos Cursos de Graduação e Licenciatura presença física e EAD, ofertado pela **FUNDACAO MUNICIPAL DE EDUCACAO E CULTURA - FUNEC** nas dependências da concedente.
Vigência: Vinte e quatro meses a partir da data da assinatura.
Assinatura: 09/03/2023
HELIO QUEIROZ DAHER - CPF/MF N. 834.685.281 – 91
Secretaria de Estado de Educação de Mato Grosso do Sul
FERNANDO CAMARGO BENITEZ – CPF/MF N. 262.402.448 - 48
Fundação Municipal de Educação e Cultura - FUNEC

Extrato do Acordo de Cooperação Técnica SED/MS/Nº. 04/2023

Processo n: 29/004521/2023
Partes: Estado de Mato Grosso do Sul, por intermédio da Secretaria de Estado de Educação – CNPJ/MF Nº.02.585.924/0001-22, e **Secretaria de Turismo, Esporte, Cultura e Cidadania - SETESCC/MS** – CNPJ/MF Nº. 27.372.704/0001 - 41;
Amparo Legal: Decreto Estadual n.11.261, de 16 de junho de 2003 e na Resolução SEFAZ n. 2.093 de 24 de outubro de 2007 e Lei Federal n. 9.394, de 20 de dezembro de 1996, e no que couber na Lei Federal n. 8.666 de 21 de junho de 1993 e alterações posteriores.
Objeto: Constitui-se objeto deste Acordo de Cooperação Educacional a atuação institucional compartilhada entre os partícipes, com vistas a implementar o Programa MS Desporto Escolar - Prodesc e do Programa Arte e Cultura na Escola na Rede Estadual de Ensino de Mato Grosso do Sul.
Vigência: Vinte e quatro meses a partir da data da assinatura.
Assinatura: 14/03/2023
HELIO QUEIROZ DAHER - CPF/MF N. 834.685.281 – 91
Secretaria de Estado de Educação de Mato Grosso do Sul
MARCELO FERREIRA MIRANDA – CPF/MF N. 445.070.891-15
Secretaria de Turismo, Esporte, Cultura e Cidadania - SETESCC/MS

Republica-se por incorreção.
Publicada no D.O. n. 11.061, de 30 de janeiro de 2023, página 65.

APOSTILA DO CONSELHO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO (CEE/MS)

Apostile-se a seguinte alteração na Deliberação CEE/MS n.º 12.615, de 15 de dezembro de 2022, publicada no Diário Oficial n.º 11.020, de 22/12/2022, à página 19, na parte referente ao prazo concedido à instituição de ensino.

Onde constou: pelo prazo de cinco anos, a partir de 2023.

Passe a constar: a partir de 7 de setembro de 2022 até 31 de dezembro de 2025.

Campo Grande, MS, 26 de janeiro de 2023.

Celi Correa Neres
Conselheira-Presidente do CEE/MS

DELIBERAÇÃO CEE/MS N.° 12.685, DE 7 DE MARÇO DE 2023.

Altera o prazo concedido pela Deliberação CEE/MS n.º 12.238, de 6 de dezembro de 2021 e recredencia a Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul – UEMS, sediada em Dourados, MS.

A PRESIDENTE DO CONSELHO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO, no uso de suas atribuições legais e considerando os termos do Parecer CEE/MS/CEPES n.º 011/2023, aprovado na reunião ordinária da Câmara de Educação Profissional e Educação Superior – CEPES, de 07/03/2023, e o disposto no Processo n.º 29/500517/2018,

DELIBERA:

Art. 1º Fica alterado o prazo concedido pela Deliberação CEE/MS n.º 12.238, de 6 de dezembro de 2021, para até 31 de março de 2023, à Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul – UEMS, sediada em Dourados, MS.

Art. 2º Fica recredenciada a Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul – UEMS, pelo prazo de cinco anos, a partir de 1º de abril de 2023 até 31 de março de 2028.

Art. 3º Esta Deliberação, após homologada pelo Secretário de Estado de Educação, entra em vigor na data de sua publicação.

Campo Grande, MS, 13/03/2023

Celi Correa Neres
Conselheira-Presidente do CEE/MS

HOMOLOGO
Em 16/03/2023

HELIO QUEIROZ DAHER
Secretário de Estado de Educação/MS

DELIBERAÇÃO CEE/MS N.° 12.686, DE 7 DE MARÇO DE 2023.

Adita à Deliberação CEE/MS n.º 4787, de 20 de agosto de 1997, concedida à Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul – UEMS, sediada em Dourados, MS, a oferta, no município de Costa Rica, MS, de turma única, do Curso de Enfermagem, bacharelado, da Unidade Universitária de Dourados, localizada no município de Dourados, MS.

A PRESIDENTE DO CONSELHO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO, no uso de suas atribuições legais e considerando os termos do Parecer CEE/MS/CEPES n.º 012/2023, aprovado na reunião ordinária da Câmara de Educação Profissional e Educação Superior – CEPES, de 07/03/2023, e o disposto no Processo n.º 29/004418/2023,

DELIBERA:

Art. 1º Fica aditado à Deliberação CEE/MS n.º 4787, de 20 de agosto de 1997, concedida à Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul – UEMS, sediada em Dourados, MS, a oferta, na Rua Ambrosina Paes Coelho, n.º 1054, Centro, município de Costa Rica, MS, de turma única, do Curso de Enfermagem, bacharelado, da Unidade Universitária de Dourados, localizada no município de Dourados, MS.

Art. 2º Esta Deliberação, após homologada pelo Secretário de Estado de Educação, entra em vigor na data de sua publicação.

Campo Grande, MS, 13/03/2023

Celi Correa Neres
Conselheira-Presidente do CEE/MS

HOMOLOGO
Em 16/03/2023

HELIO QUEIROZ DAHER
Secretário de Estado de Educação/MS

DELIBERAÇÃO CEE/MS N.° 12.687, DE 7 DE MARÇO DE 2023.

Adita à Deliberação CEE/MS n.º 4787, de 20 de agosto de 1997, concedida à Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul – UEMS, sediada em Dourados, MS, a oferta, na Unidade Universitária de Cassilândia, localizada no município de Cassilândia, MS, de turma única, do Curso Graduação em Direito, bacharelado, da Unidade Universitária de Paranaíba, localizada no município de Paranaíba, MS.

A PRESIDENTE DO CONSELHO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO, no uso de suas atribuições legais e considerando os termos do Parecer CEE/MS/CEPES n.º 013/2023, aprovado na reunião ordinária da Câmara de Educação Profissional e Educação Superior – CEPES, de 07/03/2023, e o disposto no Processo n.º 29/004404/2023,

DELIBERA:

Art. 1º Fica aditado à Deliberação CEE/MS n.º 4787, de 20 de agosto de 1997, concedida à Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul – UEMS, sediada em Dourados, MS, a oferta, na Unidade Universitária de Cassilândia, localizada no município de Cassilândia, MS, de turma única, do Curso Graduação em Direito, bacharelado, da Unidade Universitária de Paranaíba, localizada no município de Paranaíba, MS.

Art. 2º Esta Deliberação, após homologada pelo Secretário de Estado de Educação, entra em vigor na data de sua publicação.

Campo Grande, MS, 13/03/2023

Celi Correa Neres
Conselheira-Presidente do CEE/MS

HOMOLOGO
Em 16/03/2023

HELIO QUEIROZ DAHER
Secretário de Estado de Educação/MS

DELIBERAÇÃO CEE/MS N.° 12.688, DE 7 DE MARÇO DE 2023.

Aprova o Projeto Pedagógico do Curso e reconhece o Curso Técnico em Segurança do Trabalho – Eixo Tecnológico: Segurança – Educação Profissional Técnica de Nível Médio, da Escola Premier, localizada no município de Três Lagoas, MS.

A PRESIDENTE DO CONSELHO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO, no uso de suas atribuições legais e considerando os termos do Parecer CEE/MS/CEPES n.º 014/2023, aprovado na reunião ordinária da Câmara de Educação Profissional e Educação Superior – CEPES, de 07/03/2023, e o disposto no Processo n.º 29/006252/2022,

DELIBERA:

Art. 1º Fica aprovado o Projeto Pedagógico do Curso e reconhecido o Curso Técnico em Segurança do Trabalho – Eixo Tecnológico: Segurança – Educação Profissional Técnica de Nível Médio, da Escola Premier, localizada na Rua Bruno Garcia, n.º 1840, Bairro Colinos, município de Três Lagoas, MS, pelo prazo de cinco anos.

Art. 2º Esta Deliberação, após homologada pelo Secretário de Estado de Educação, entra em vigor na data de sua publicação.

Campo Grande, MS, 13/03/2023

Celi Correa Neres
Conselheira-Presidente do CEE/MS

HOMOLOGO
Em 16/03/2023

HELIO QUEIROZ DAHER
Secretário de Estado de Educação/MS

DELIBERAÇÃO CEE/MS N.° 12.689, DE 8 DE MARÇO DE 2023.

Descredencia a Escola Marie Steiner, localizada no município de Campo Grande, MS, para oferecimento da educação básica.

A PRESIDENTE DO CONSELHO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO, no uso de suas atribuições legais e considerando os termos do Parecer CEE/MS/CEB n.º 060/2023, aprovado na reunião ordinária da Câmara de Educação Básica – CEB, de 08/03/2023, e o disposto no Processo n.º 29/018861/2023,

DELIBERA:

Art. 1º Fica descredenciada à Escola Marie Steiner, localizada no município de Campo Grande, MS, para oferecimento da educação básica, a partir de 2023.

Art. 2º Esta Deliberação, após homologada pelo Secretário de Estado de Educação, entra em vigor na data de sua publicação.

Campo Grande, MS, 13/03/2023

Celi Correa Neres
Conselheira-Presidente do CEE/MS

HOMOLOGO
Em 16/03/2023

HELIO QUEIROZ DAHER
Secretário de Estado de Educação/MS

DELIBERAÇÃO CEE/MS N.º 12.690, DE 8 DE MARÇO DE 2023.

Autoriza o funcionamento do ensino fundamental, na Escola Municipal Cívico-Militar Professor Adenocre Alexandre de Morais, localizada no município de Costa Rica, MS.

A PRESIDENTE DO CONSELHO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO, no uso de suas atribuições legais e considerando os termos do Parecer CEE/MS/CEB n.º 063/2023, aprovado na reunião ordinária da Câmara de Educação Básica – CEB, de 08/03/2023, e o disposto no Processo n.º 29/045453/2022,

DELIBERA:

Art. 1º Fica autorizado o funcionamento do ensino fundamental, na Escola Municipal Cívico-Militar Professor Adenocre Alexandre de Morais, localizada no município de Costa Rica, MS, pelo prazo de cinco anos, a partir de 2023.

Art. 2º Esta Deliberação, após homologada pelo Secretário de Estado de Educação, entra em vigor na data de sua publicação.

Campo Grande, MS, 13/03/2023

Celi Correa Neres
Conselheira-Presidente do CEE/MS

HOMOLOGO
Em 16/03/2023

HELIO QUEIROZ DAHER
Secretário de Estado de Educação/MS

DELIBERAÇÃO CEE/MS N.º 12.691, DE 8 DE MARÇO DE 2023.

Credencia a instituição de ensino e autoriza o funcionamento da educação infantil e do ensino fundamental, no Colégio Poeta Manoel de Barros Unidade 2, localizado no município de Ivinhema, MS.

A PRESIDENTE DO CONSELHO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO, no uso de suas atribuições legais e considerando os termos do Parecer CEE/MS/CEB n.º 073/2023, aprovado na reunião ordinária da Câmara de Educação Básica – CEB, de 08/03/2023, e o disposto no Processo n.º 29/006588/2023,

DELIBERA:

Art. 1º Fica credenciado o Colégio Poeta Manoel de Barros Unidade 2, localizado no município de Ivinhema, MS, para oferecer a educação básica.

Art. 2º Fica autorizado o funcionamento da educação infantil e do ensino fundamental, na referida instituição de ensino, pelo prazo de cinco anos, a partir de 2023.

Art. 3º Esta Deliberação, após homologada pelo Secretário de Estado de Educação, entra em vigor na data de sua publicação.

Campo Grande, MS, 13/03/2023

Celi Correa Neres
Conselheira-Presidente do CEE/MS

HOMOLOGO
Em 16/03/2023

HELIO QUEIROZ DAHER
Secretário de Estado de Educação/MS

DELIBERAÇÃO CEE/MS N.° 12.692, DE 13 DE MARÇO DE 2023.

Aprova o Projeto Pedagógico do Curso e autoriza o funcionamento do Curso de Educação de Jovens e Adultos, na etapa do ensino médio, na modalidade educação a distância, da EDC – Escola de Cursos, localizada no município de Campo Grande, MS, a ser operacionalizado na sede e em polos de apoio presencial.

A PRESIDENTE DO CONSELHO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO, no uso de suas atribuições legais e considerando os termos do Parecer CEE/MS/CEB n.º 075/2023, aprovado na reunião extraordinária da Câmara de Educação Básica – CEB, de 13/03/2023, e o disposto no Processo n.º 29/084735/2022,

DELIBERA:

Art. 1º Fica aprovado o Projeto Pedagógico do Curso e autorizado o funcionamento do Curso de Educação de Jovens e Adultos, na etapa do ensino médio, na modalidade educação a distância, da EDC – Escola de Cursos, localizada na Av. Gury Marques, n.º 4346, Vila Olinda, Campo Grande, MS, pelo prazo de cinco anos, a ser operacionalizado na sede e nos polos de apoio presencial, localizados nos seguintes endereços:

I. Av. Júlio de Castilho, n.º 3458, sala 10, Vila Silvia Regina, município de Campo Grande, MS;
II. Rua Alegrete, n.º 1301, Bairro Coronel Antonino, município de Campo Grande, MS; e
III. Rua Cabral, n.º 938, Centro, município de Corumbá, MS.

Art. 2º Esta Deliberação, após homologada pelo Secretário de Estado de Educação, entra em vigor na data de sua publicação.

Campo Grande, MS, 13/03/2023

Celi Correa Neres
Conselheira-Presidente do CEE/MS

HOMOLOGO
Em 16/03/2023

HELIO QUEIROZ DAHER
Secretário de Estado de Educação/MS

EXTRATO DO PARECER CEE/MS/CEB N.º 057/2023, aprovado em 08/03/2023.
PROCESSO N.º: 29/006741/2023
INTERESSADO: Lilian Rosana Lopez/Ernan Felipe Lopez Insaurralde
ASSUNTO: Equivalência de Estudos
DECISÃO: Declara equivalente ao ensino médio do Brasil os estudos concluídos por Ernan Felipe Lopez Insaurralde, no *Colegio Parroquial Rosenstiel,* em *Pedro Juan Caballero*, Paraguai.

Celi Correa Neres
Conselheira-Presidente do CEE/MS

EXTRATO DO PARECER CEE/MS/CEB N.º 058/2023, aprovado em 08/03/2023.
PROCESSO N.º: 29/001257/2023
INTERESSADO: Manuel Salvador Colina Lovera
ASSUNTO: Equivalência de Estudos
DECISÃO: Declara equivalente ao ensino médio do Brasil os estudos concluídos por Manuel Salvador Colina Lovera, na *Unidad Educativa "Santa Joaquina de Vedruna",* em *Anzoátegui*, Venezuela.

Celi Correa Neres
Conselheira-Presidente do CEE/MS

EXTRATO DO PARECER CEE/MS/CEB N.º 059/2023, aprovado em 08/03/2023.
PROCESSO N.º: 29/008315/2023

INTERESSADO: Pedro Jose Gonzalez Soto
ASSUNTO: Equivalência de Estudos
DECISÃO: Declara equivalente ao ensino médio do Brasil os estudos concluídos por Pedro Jose Gonzalez Soto, cujo Certificado foi emitido pelo *Departamento de Educación de Jovenes Y Adultos*, em *Delta Amacuro*, Venezuela.

Celi Correa Neres
Conselheira-Presidente do CEE/MS

EXTRATO DO PARECER CEE/MS/CEB N.º 061/2023, aprovado em 08/03/2023.
PROCESSO N.º: 29/007505/2023
INTERESSADO: Fernando Lundy
ASSUNTO: Equivalência de Estudos
DECISÃO: Declara equivalente ao ensino médio do Brasil os estudos concluídos por Fernando Lundy, cujo Diploma foi expedido pelo *Ministère de l'Education Nationale et de la Formation Professionnelle*, em *Port-au-Prince*, Haiti.

Celi Correa Neres
Conselheira-Presidente do CEE/MS

EXTRATO DO PARECER CEE/MS/CEB N.º 062/2023, aprovado em 08/03/2023.
PROCESSO N.º: 29/011768/2023
INTERESSADO: Alexander David Carrasco Leiva
ASSUNTO: Equivalência de Estudos
DECISÃO: Declara equivalente ao ensino médio do Brasil os estudos concluídos por Alexander David Carrasco Leiva, cujo Certificado foi expedido pelo *Ministerio de Educación Gobierno de Chile*, em *Concepción*, Chile.

Celi Correa Neres
Conselheira-Presidente do CEE/MS

EXTRATO DO PARECER CEE/MS/CEB N.º 064/2023, aprovado em 08/03/2023.
PROCESSO N.º: 29/006748/2023
INTERESSADO: Pedro Manuel Gonzalez Carreño
ASSUNTO: Equivalência de Estudos
DECISÃO: Declara equivalente ao ensino médio do Brasil os estudos concluídos por Pedro Manuel Gonzalez Carreño, no *Liceo Bolivariano "Anibal Rojas Perez"*, em *Delta Amacuro,* Venezuela.

Celi Correa Neres
Conselheira-Presidente do CEE/MS

EXTRATO DO PARECER CEE/MS/CEB N.º 065/2023, aprovado em 08/03/2023.
PROCESSO N.º: 29/018096/2023
INTERESSADO: Cesar Alonzo Hurtado Rojas
ASSUNTO: Equivalência de Estudos
DECISÃO: Declara equivalente ao ensino médio do Brasil os estudos concluídos por Cesar Alonzo Hurtado Rojas, em *I.E.P. San Antonio*, em *Piura*, Peru.

Celi Correa Neres
Conselheira-Presidente do CEE/MS

EXTRATO DO PARECER CEE/MS/CEB N.º 066/2023, aprovado em 08/03/2023.
PROCESSO N.º: 29/007766/2023
INTERESSADA: Lucilene Ledesma da Silva Areco/Melina Esther Escobar Delgado
ASSUNTO: Equivalência de Estudos
DECISÃO: Declara equivalente ao ensino médio do Brasil os estudos concluídos por Melina Esther Escobar Delgado, no *Colégio Privado Ebenezer,* em *Pedro Juan Caballero*, Paraguai.

Celi Correa Neres
Conselheira-Presidente do CEE/MS

EXTRATO DO PARECER CEE/MS/CEB N.º 067/2023, aprovado em 08/03/2023.
PROCESSO N.º: 29/015692/2023
INTERESSADO: Fernando Silva Adorno/Jose Rafael Vaamonde Esparragoza
ASSUNTO: Equivalência de Estudos

DECISÃO: Declara equivalente ao ensino médio do Brasil os estudos concluídos por Jose Rafael Vaamonde Esparragoza, no *Liceo Nacional "Diego Sifontes Sosa",* em Maturin, Venezuela.

Celi Correa Neres
Conselheira-Presidente do CEE/MS

EXTRATO DO PARECER CEE/MS/CEB N.º 068/2023, aprovado em 08/03/2023.
PROCESSO N.º: 29/012696/2023
INTERESSADA: Jaela Adain Honores Robles
ASSUNTO: Equivalência de Estudos
DECISÃO: Declara equivalente ao ensino médio do Brasil os estudos concluídos por Jaela Adain Honores Robles, na *Unidad de Gestión Educativa Sanchez Carrión,* em *Trujillo*, Peru.

Celi Correa Neres
Conselheira-Presidente do CEE/MS

EXTRATO DO PARECER CEE/MS/CEB N.º 069/2023, aprovado em 08/03/2023.
PROCESSO N.º: 29/003571/2023
INTERESSADA: Dieny Jimenez Morales
ASSUNTO: Equivalência de Estudos
DECISÃO: Declara equivalente ao ensino médio do Brasil os estudos concluídos por Dieny Jimenez Morales, na *Universidad Autónoma "Gabriel René Moreno",* em Santa Cruz, Bolívia.

Celi Correa Neres
Conselheira-Presidente do CEE/MS

EXTRATO DO PARECER CEE/MS/CEB N.º 070/2023, aprovado em 08/03/2023.
PROCESSO N.º: 29/004752/2023
INTERESSADA: Gabriela de Almeida Stallbaum
ASSUNTO: Equivalência de Estudos
DECISÃO: Declara equivalente ao ensino médio do Brasil os estudos concluídos por Gabriela de Almeida Stallbaum, no *Colegio Parroquial Espíritu Santo,* em *Canindeyú*, Paraguai.

Celi Correa Neres
Conselheira-Presidente do CEE/MS

EXTRATO DO PARECER CEE/MS/CEB N.º 071/2023, aprovado em 08/03/2023.
PROCESSO N.º: 29/005079/2023
INTERESSADA: Ines Maria Jose Vergara Cabañas
ASSUNTO: Equivalência de Estudos
DECISÃO: Declara equivalente ao ensino médio do Brasil os estudos concluídos por Ines Maria Jose Vergara Cabañas, no *Colegio Privado Campo Verde,* em *Concepción*, Paraguai.

Celi Correa Neres
Conselheira-Presidente do CEE/MS

EXTRATO DO PARECER CEE/MS/CEB N.º 072/2023, aprovado em 08/03/2023.
PROCESSO N.º: 29/009688/2023
INTERESSADO: Kelvin Novomar Grateron Dimas
ASSUNTO: Equivalência de Estudos
DECISÃO: Declara equivalente ao ensino médio do Brasil os estudos concluídos por Kelvin Novomar Grateron Dimas, na *Unidad Educativa Colegio Arturo Santos Michelena,* em *San Felix*, Venezuela.

Celi Correa Neres
Conselheira-Presidente do CEE/MS

EXTRATO DO PARECER CEE/MS/CEB N.º 074/2023, aprovado em 08/03/2023.
PROCESSO N.º: 29/087881/2022
INTERESSADA: Zoraida Martinez Gayozo
ASSUNTO: Equivalência de Estudos
DECISÃO: Declara equivalente ao ensino médio do Brasil os estudos concluídos por Zoraida Martinez Gayozo, no *Colegio Nacional San Francisco de Asis,* em *Pedro Juan Caballero,* Paraguai.

Celi Correa Neres
Conselheira-Presidente do CEE/MS

Secretaria de Estado de Saúde

Extrato do Contrato N° 0003/2023/SES **N° Cadastral 21060**

Processo: 27/002.796/2019

Partes: O Estado de Mato Grosso do Sul, por intermédio da Secretaria de Estado de Saúde, com recursos do Fundo Especial de Saúde de Mato Grosso do Sul e LICITA RIO COMERCIO DE MAQUINAS E EQUIPAMENTOS LTDA

Objeto: O objeto do presente contrato é a aquisição de equipamentos (Hemosul), em conformidade com as especificações constantes da Proposta de Preços (Anexo I), parte integrante deste ato convocatório, com o objetivo de atender às necessidades da rede Hemosul do Estado de Mato Grosso do Sul.

Ordenador de Despesas: Antonio Cesar Naglis

Dotação Orçamentária: As despesas decorrentes do fornecimento correrão à conta do Funcional Programática n. 20.27901.10.302.2045.4077.0014, Natureza da Despesa n. 44905208, Fonte n. 0163173141, Nota de Empenho n. 2023NE000652, emitida em 08/02/2023, no valor de R$ 37.950,00.

Valor: O valor total deste contrato é de R$ 37.950,00 (trinta e sete mil e novecentos e cinquenta reais).

Amparo Legal: A legislação aplicável a este contrato será a Lei n. 8.666/93, e suas alterações, e as demais disposições aplicáveis a Licitação e Contratos Administrativos, bem como as cláusulas deste instrumento.

Do Prazo: O presente instrumento contratual terá vigência de 12 (doze) meses, contados a partir de sua assinatura.

Data da Assinatura: 16/02/2023

Assinam: Maurício Simões Correa e Rosane Tomazi

Extrato do Contrato N° 0004/2023/SES **N° Cadastral 21058**

Processo: 27/002.796/2019

Partes: O Estado de Mato Grosso do Sul, por intermédio da Secretaria de Estado de Saúde, com recursos do Fundo Especial de Saúde de Mato Grosso do Sul e DATAMED LTDA

Objeto: O objeto do presente contrato é a aquisição de equipamentos (Hemosul), em conformidade com as especificações constantes da Proposta de Preços (Anexo I), parte integrante deste ato convocatório, com o objetivo de atender às necessidades da rede Hemosul do Estado de Mato Grosso do Sul.

Ordenador de Despesas: Antonio Cesar Naglis

Dotação Orçamentária: As despesas decorrentes do fornecimento correrão à conta do Funcional Programática n. 20.27901.10.302.2045.4077.0014, Natureza da Despesa n. 44905208, Fonte n. 0163173141, Nota de Empenho n. 2023NE000655 (anulada parcialmente pela NE 2023NE001520), emitida em 08/02/2023, no valor de R$ 197.426,67, Nota de Empenho n. 2023NE000661, Fonte n. 0150073141, emitida em 08/02/2023, no valor de R$ 192.573,33 e Nota de Empenho n. 2023NE0001668, Fonte n. 0150073141, emitida em 01/03/2023, no valor de R$ 37.054,66.

Valor: O valor total deste contrato é de R$ 390.000,00 (trezentos e noventa mil reais).

Amparo Legal: A legislação aplicável a este contrato será a Lei n. 8.666/93, e suas alterações, e as demais disposições aplicáveis a Licitação e Contratos Administrativos, bem como as cláusulas deste instrumento.

Do Prazo: O presente instrumento contratual terá vigência de 12 (doze) meses, contados a partir de sua assinatura.

Data da Assinatura: 03/03/2023

Assinam: Maurício Simões Correa e Evandro Acypreste Moura

Extrato do Contrato N° 0023/2023/SES **N° Cadastral 21059**

Processo: 27/002.796/2019

Partes: O Estado de Mato Grosso do Sul, por intermédio da Secretaria de Estado de Saúde, com recursos do Fundo Especial de Saúde de Mato Grosso do Sul e H M LINCK ME

Objeto: O objeto do presente contrato é a aquisição de equipamentos (Hemosul), em conformidade com as especificações constantes da Proposta de Preços (Anexo I), parte integrante deste ato convocatório, com o objetivo de atender às necessidades da rede Hemosul do Estado de Mato Grosso do Sul.

Ordenador de Despesas: Antonio Cesar Naglis

Dotação Orçamentária: As despesas decorrentes do fornecimento correrão à conta do Funcional Programática n. 20.27901.10.302.2045.4077.0014, Natureza da Despesa n. 44905208, Fonte n. 0163173141, Nota de Empenho n. 2023NE000654, emitida em 08/02/2023, no valor de R$ 20.000,00.

Valor: O valor total deste contrato é de R$ 20.000,00 (vinte mil reais).

Amparo Legal: A legislação aplicável a este contrato será a Lei n. 8.666/93, e suas alterações, e as demais disposições aplicáveis a Licitação e Contratos Administrativos, bem como as cláusulas deste instrumento.

Do Prazo: O presente instrumento contratual terá vigência de 12 (doze) meses, contados a partir de sua assinatura.
Data da Assinatura: 20/02/2023
Assinam: Maurício Simões Correa e Helena Maria Linck

Extrato do Contrato N° 0027/2023/SES **N° Cadastral 21057**
Processo: 27/002.796/2019
Partes: O Estado de Mato Grosso do Sul, por intermédio da Secretaria de Estado de Saúde, com recursos do Fundo Especial de Saúde de Mato Grosso do Sul e CARLA DE OLIVEIRA CORREA - EPP
Objeto: O objeto do presente contrato é a aquisição de equipamentos (Hemosul), em conformidade com as especificações constantes da Proposta de Preços (Anexo I), parte integrante deste ato convocatório, com o objetivo de atender às necessidades da rede Hemosul do Estado de Mato Grosso do Sul.
Ordenador de Despesas: Antonio Cesar Naglis
Dotação Orçamentária: As despesas decorrentes do fornecimento correrão à conta do Funcional Programática n. 20.27901.10.302.2045.4077.0014, Natureza da Despesa n. 44905208, Fonte n. 0163173141, Nota de Empenho n. 2023NE000653, emitida em 08/02/2023, no valor de R$ 58.945,00.
Valor: O valor total deste contrato é de R$ 58.945,00 (cinquenta e oito mil e novecentos e quarenta e cinco reais).
Amparo Legal: A legislação aplicável a este contrato será a Lei n. 8.666/93, e suas alterações, e as demais disposições aplicáveis a Licitação e Contratos Administrativos, bem como as cláusulas deste instrumento.
Do Prazo: O presente instrumento contratual terá vigência de 12 (doze) meses, contados a partir de sua assinatura.
Data da Assinatura: 23/02/2023
Assinam: Maurício Simões Correa e Graziella Fanticelli Dalnegro

Extrato do Contrato N° 0053/2023/SES **N° Cadastral 21194**
Processo: 27/000.842/2023
Partes: O Estado de Mato Grosso do Sul, por intermédio da Secretaria de Estado de Saúde, com recursos do Fundo Especial de Saúde de Mato Grosso do Sul e 4FR Assessoria e Serviços Ltda - PHARMADOOR
Objeto: O objeto do presente contrato é a aquisição de medicamento – ação judicial, em conformidade com as especificações na Autorização de Compras n. 40544 e Termo de Referência, para atender as necessidades da Coordenadoria de Demandas em Saúde/SES.
Ordenador de Despesas: Antonio Cesar Naglis
Dotação Orçamentária: As despesas decorrentes do fornecimento correrão à conta da Funcional Programática n. 20.27901.10.303.2043.4070.0022, Natureza da Despesa n. 33903220, Fonte n. 0150010021, conforme Notas de Empenho descritas abaixo: -Nota de empenho 2023NE001833, emitida em 03/03/2023 no valor de R$ 181.368,60 (cento e oitenta e um mil trezentos e sessenta e oito reais e sessenta centavos); - Nota de empenho 2023NE002071, emitida em 07/03/2023, no valor de R$ 27.205,29 (vinte e sete mil e duzentos e cinco reais e vinte e nove centavos) - Valor referente a variação cambial de 15%;
Valor: Pelo fornecimento do objeto deste contrato, a CONTRATANTE pagará à CONTRATADA o valor total correspondente a R$ 208.573,89 (duzentos e oito mil e quinhentos e setenta e três reais e oitenta e nove centavos).
Amparo Legal: A legislação aplicável a este contrato será a Lei Federal n. 14.133/21 e Lei federal n. 8.078/1990.
Do Prazo: O presente instrumento contratual terá vigência de 12 (doze) meses, contados a partir de sua assinatura, podendo ser prorrogado de acordo com a legislação.
Data da Assinatura: 10/03/2023
Assinam: Maurício Simões Correa e Newton Celio Franco

Extrato do Contrato N° 0054/2023/SES **N° Cadastral 21195**
Processo: 27/000.849/2023
Partes: O Estado de Mato Grosso do Sul, por intermédio da Secretaria de Estado de Saúde, com recursos do Fundo Especial de Saúde de Mato Grosso do Sul e PHARMADOOR
Objeto: O objeto do presente contrato é a aquisição de medicamento – ação judicial, em conformidade com as especificações na Autorização de Compras n. 40556 e Termo de Referência, para atender as necessidades da Coordenadoria de Demandas em Saúde/SES.
Ordenador de Despesas: Antonio Cesar Naglis
Dotação Orçamentária: As despesas decorrentes do fornecimento correrão à conta da Funcional Programática n. 20.27901.10.303.2043.4070.0022, Natureza da Despesa n. 33903220, Fonte n. 0150010021, conforme Notas de Empenho descritas abaixo: -Nota de empenho

2023NE001834, emitida em 03/03/2023, no valor de R$ 314.978,22 (trezentos e quatorze mil e novecentos e setenta e oito reais e vinte e dois centavos). - Nota de empenho 2023NE002073, emitida em 07/03/2023, no valor de R$ 47.246,73 (quarenta e sete mil e duzentos e quarenta e seis reais e setenta e três centavos) - Valor referente a variação cambial de 15%;

Valor: Pelo fornecimento do objeto deste contrato, a CONTRATANTE pagará à CONTRATADA o valor total correspondente a R$ 362.224,95 (trezentos e sessenta e dois mil e duzentos e vinte e quatro reais e noventa e cinco centavos).

Amparo Legal: A legislação aplicável a este contrato será a Lei Federal n. 14.133/21 e Lei federal n. 8.078/1990.

Do Prazo: O presente instrumento contratual terá vigência de 12 (doze) meses, contados a partir de sua assinatura, podendo ser prorrogado de acordo com a legislação.

Data da Assinatura: 10/03/2023

Assinam: Maurício Simões Corrêa e Newton Celio Franco

Secretaria de Estado de Assistência Social e dos Direitos Humanos

Extrato do VII Apostila ao Contrato 0008/2018/SEAD **N° Cadastral: 9773**

Processo: 65/000.057/2018

Partes: O Estado de Mato Grosso do Sul, por meio da Secretaria de Estado de Direitos Humanos, Assistência Social e Trabalho (SEDHAST) - atualmente denominada Secretaria de Estado de Assistência Social e dos Direitos Humanos (SEAD) - e o Conselho da Comunidade de Campo Grande/MS.

Objeto: Autorizar a apostila para a alteração do valor mensal do contrato, em razão da publicação da Medida Provisória n. 1.143, de 12 de dezembro de 2022, onde dispõe sobre o valor do salário mínimo a vigorar a partir de 1° de janeiro de 2023, passando a constar o valor mensal do contrato para: R$ 12.545,40 (doze mil quinhentos e quarenta e cinco reais e quarenta centavos).

Dotação Orçamentária: Funcional Programática n. 20.81101.08.122.0026.4635.0001-CUSTEIO, Fonte de Recurso 0150000001, Natureza da Despesa 33903702 - LIMPEZA E CONSERVACAO; 2023NE000322.

Amparo Legal: Artigo 26, da Lei Estadual nO 6.035, de 26 de dezembro de 2022, artigo 65, §8°, da Lei Federal n.8.666/93 e Medida Provisória n. 1.143, de 12 de dezembro de 2022.

Data da Assinatura: 09/03/2023

Assina: Patricia Elias Cozzolino de Oliveira

Secretaria de Estado de Meio Ambiente, Desenvolvimento, Ciência, Tecnologia e Inovação

RESOLUÇÃO SEMADESC/MS N. 017, DE 17 DE MARÇO DE 2023

Institui o Comitê de Aplicação do Modelo de Governança e Gestão - Gestão.gov.br, no âmbito da Secretaria de Estado de Meio Ambiente, Desenvolvimento, Ciência, Tecnologia e Inovação e dá outras providências.

O **SECRETÁRIO DE ESTADO DE MEIO AMBIENTE, DESENVOLVIMENTO, CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO** no uso de suas atribuições, e

Considerando Portaria nº 66, de 31 de março de 2017, que dispõe sobre critérios de excelência para a governança e gestão de transferências de recursos da União, operacionalizadas por meio da Plataforma + Brasil, com alteração da Portaria n° 1.511, de 9 de fevereiro de 2021, do Ministério de Estado do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão;

Considerando o Decreto nº 10.035 de 1º de outubro de 2019, que institui a Plataforma + Brasil no âmbito da administração pública federal;

Considerando a Deliberação Normativa nº 3, de setembro de 2021, expedida pelo Conselho de Governança do Estado de Mato Grosso do Sul;

Considerando a Instrução Normativa SEGES/ME nº 19, de 04 de abril de 2022, da Secretaria Especial de Desburocratização, Gestão e Governo Digital do Ministério da Economia, que institui o Modelo de Governança e Gestão - Gestão.gov.br, visando elevar o nível de maturidade das práticas de governança e de

gestão dos órgãos e entidades que operacionalizam parcerias por meio da Plataforma + Brasil, resolve:

Art. 1º Fica instituído o Comitê de Aplicação do Modelo de Governança e Gestão - Gestão.gov.br, no âmbito da Secretaria de Estado de Meio Ambiente, Desenvolvimento, Ciência, Tecnologia e Inovação (SEMADESC), com o objetivo de apoiar e contribuir para a implementação e o contínuo desenvolvimento de diretrizes estratégicas e boas práticas dos padrões de trabalho.

Parágrafo único. O Comitê de Aplicação do Modelo de Governança e Gestão - Gestão.gov.br estará vinculado ao Comitê Estadual de Excelência em Gestão, instituído pelo Decreto nº 15.753 de 3 de setembro de 2021.

Art. 2º Para fins desta resolução, consideram-se:

I - modelo de governança e gestão - Gestão.gov.br: é um modelo de referência em gestão organizacional que reúne os elementos necessários à obtenção de um padrão gerencial de classe mundial, oferecendo aos órgãos e entidades públicos parâmetros para a avaliação e melhoria contínua da maturidade da gestão;

II - instrumento de Maturidade da Gestão - IMG: instrumento estruturado a partir dos critérios do modelo Gestão.gov.br, que visa especificamente a implementação objetiva das condições para o aprimoramento da governança e da gestão dos órgãos e entidades que operacionalizam parcerias por meio da Plataforma +Brasil.

III - critérios de excelência: condições que auxiliam os gestores públicos a exercer, de maneira padronizada e sistematizada, sua governança com foco na busca da excelência de sua gestão dos instrumentos de transferências voluntárias;

IV - práticas de gestão: atividades executadas de forma ordenada e sistematizada, com a finalidade de gerenciar uma organização, consubstanciadas nas boas práticas dos padrões de trabalho;

V - governança: conjunto de mecanismos de liderança, estratégia e controle cuja aplicação permita aperfeiçoar as práticas para avaliar, direcionar e monitorar a gestão, com vistas à condução de políticas públicas e à prestação de serviços de interesse da sociedade.

VI - Agente de Gestão (AG): servidor designado, formalmente, para atuar em sua unidade, nos termos deste Decreto e demais expedientes administrativos relacionados à condução das políticas, orientações e diretrizes estabelecidas pelo CEEG-MS.

Art. 3º O Comitê de Aplicação será composto pelos seguintes membros representantes da Secretaria de Estado de Meio Ambiente, Desenvolvimento, Ciência, Tecnologia e Inovação:

I - 2 (dois) representantes (titular e suplente) da Secretaria-Executiva de Desenvolvimento Econômico Sustentável;

II - 2 (dois) representantes (titular e suplente) da Secretaria-Executiva de Ciência, Tecnologia e Inovação;

III - 2 (dois) representantes (titular e suplente) da Secretaria-Executiva de Meio Ambiente;

IV - 2 (dois) representantes (titular e suplente) da Secretaria-Executiva de Agricultura Familiar, de Povos Originários e Comunidades Tradicionais;

V - 2 (dois) representantes (titular e suplente) da Secretaria-Executiva de Qualificação Profissional e Trabalho;

VI - 2 (dois) representantes (titular e suplente) da Superintendência de Administração;

VII - 2 (dois) representantes (titular e suplente) da Assessoria.

§ 1º Os membros do Comitê de Aplicação serão designados por meio de resolução específica pelo Secretário de Estado de Meio Ambiente, Desenvolvimento, Ciência, Tecnologia e Inovação;

§ 2º O Comitê de Aplicação será presidido pelo representante titular da Assessoria.

Art. 4º Compete ao Comitê de Aplicação:

I - assessorar, por meio de recomendações, a autoridade máxima da SEMADESC na condução do Gestão.gov.br;

II - apoiar e operacionalizar as iniciativas para implementação do Instrumento de Maturidade da Gestão - IMG; e

III - monitorar a aplicação de suas recomendações e das iniciativas para implementação do Instrumento de Maturidade da Gestão - IMG.

Parágrafo único. O Comitê de Aplicação elaborará atas das reuniões com a pauta a ser abordada, os itens discutidos e as respectivas deliberações.

Art. 5º Caberá aos representantes nomeados na forma do artigo 3º designar os agentes de gestão para a implementação dos objetivos do Gestão.gov.br e IMG, os quais ficarão obrigados a colher dados para fins estatísticos, para a sua consolidação e registro na respectiva base de dados.

Art. 6º Os casos omissos que necessitem de regulamentação deverão ser submetidos a autoridade máxima da SEMADESC, ouvido o Comitê de Aplicação e a Procuradoria Jurídica da SEMADESC, no âmbito de suas respectivas competências.

Art. 7º Revoga-se a Resolução SEMADESC/MS n. 012, de 27 de fevereiro de 2023.

Art. 8º Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Campo Grande (MS), 17 de março de 2023.

JAIME ELIAS VERRUCCK
Secretário de Estado de Meio Ambiente, Desenvolvimento, Ciência, Tecnologia e Inovação

Secretaria de Estado de Justiça e Segurança Pública

Extrato do Termo de Apostilamento ao Contrato Nº 0156/2021/SEJUSP N° Cadastral 16917

Processo: 31/002.072/2019
Partes: O Estado de Mato Grosso do Sul por intermédio da Secretaria de Estado de Justiça e Segurança Pública e H2L EQUIPAMENTOS E SISTEMAS LTDA
Objeto: A inclusão da fonte ou destinação de recursos, constante na Cláusula Nona, tendo em vista a necessidade de adequação ao exercício financeiro de 2023, de acordo com o DECRETO Nº 16.014, DE 24 DE AGOSTO DE 2022, publicado no Diário Oficial n. 10.923, no dia 25 de agosto de 2022, pág. 04-10, desta forma considerar a FONTE conforme abaixo citado, permanecendo a natureza e a funcional programática as mesmas, com efeitos a partir da data de assinatura.
Fonte n. 0175900001 e 0275900001 (Recursos Vinculados a Fundos).
Ordenador de Despesas: ANTONIO CARLOS VIDEIRA
Amparo Legal: Lei 8.666/93 e suas alterações
Data da Assinatura: 14/03/2023
Assina: ANTONIO CARLOS VIDEIRA

Extrato do Contrato N° 0222/2022/SEJUSP N° Cadastral 20766

Processo: 31/092.452/2022
Partes: O Estado de Mato Grosso do Sul por intermédio do(a) Secretaria de Estado de Justiça e Segurança Pública e Q-SABORE BRASIL FOODS ALIMENTOS EIRELI
Objeto: O objeto do presente contrato é a prestação de serviço de fornecimento de alimentação na Unidade Educacional de Internação/Unei do município de Ponta Porã/MS, conforme especificações e quantitativos estabelecidos no Termo de Referência e na Proposta de Preços, anexos do Edital.
Ordenador de Despesas: ANTONIO CARLOS VIDEIRA
Dotação Orçamentária: As despesas decorrentes do fornecimento correrão à conta do Programa de Trabalho 10.31101.06.122.0013.4106.0010-UNEISEJUSP, Natureza de Despesa nº 339039, Item da Despesa nº 3941, Fonte de Recursos nº: 0150000001.
Valor: O valor global deste contrato é de R$ 930.992,40 (novecentos e trinta mil novecentos e noventa e dois reais e quarenta centavos).
Amparo Legal: Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações
Do Prazo: O prazo de vigência da contratação é de 12 (doze) meses, com início na data de 10/03/2023 e encerramento em 09/03/2024, podendo ser prorrogado por interesse das partes até o limite de 60 (sessenta) meses, atentando, em especial para o cumprimento dos seguintes requisitos: Esteja formalmente demonstrado que a forma de prestação dos serviços tem natureza continuada; Seja juntado relatório que discorra sobre a execução do contrato, com informações de que os serviços tenham sido prestados regularmente; Seja juntada justificativa e motivo, por escrito, de que a Administração mantém interesse na realização do serviço; Seja comprovado que o valor do contrato permanece economicamente vantajoso para a

Administração; Haja manifestação expressa da contratada informando o interesse na prorrogação; Seja comprovado que a contratada mantém as condições iniciais de habilitação. A contratada não tem direito subjetivo à prorrogação contratual. A prorrogação de Contrato deverá ser promovida mediante celebração de termo aditivo.
Data da Assinatura: 10/03/2023
Assinam: ANTONIO CARLOS VIDEIRA e JANE ALDENARA DIAS ROCHA

TERMO DE DESIGNAÇÃO DE GESTOR E FISCAL DE CONTRATO

1. Trata-se de designação de servidor para acompanhamento e fiscalização da execução de contratação, nos termos do art. 67 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993 c/c Decreto Estadual nº 15.530/2020.

2. Ficam designados os servidores abaixo indicados para exercerem as funções de gestor e de fiscal do contrato celebrado entre a **SECRETARIA DE ESTADO DE JUSTIÇA E SEGURANÇA PÚBLICA - SEJUSP/MS** e a empresa **HARMONIA SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS EIRELI**, CNPJ: **29.853.526/0001-04**, conforme segue:

GESTOR DO CONTRATO:
NOME: **NICKOLAS PERALTA BARROS DE ARAÚJO -** MATRÍCULA: **703402-1**
Subcomandante do EIPMMont.

GESTOR SUBSTITUTO DO CONTRATO:
NOME: **LUIZ GUSTAVO MORANDI -** MATRÍCULA: **1308702-1**
Chefe da Seção de Apoio Administrativo do EIPMMont.

FISCAL DO CONTRATO:
NOME**: LUIZ ANTÔNIO FERREIRA NETO -** MATRICULA**: 12706002-1**
Auxiliar Administrativo da Seção de Logística e Patrimônio do EIPMont.

FISCAL SUBSTITUTO DO CONTRATO:
NOME**: CLÁUDIO ALCANTARA DO PRADO -** MATRICULA**: 8871202-1**
Auxiliar Administrativo da Seção de Logística e Patrimônio do EIPMont.

REFERENTE: Processo Administrativo 31/007.669/2023, Contrato 009/2023/SEJUSP/MS, GCONT 21042, Pregão Eletrônico 021/2022 – SEJUSP/MS.
OBJETO: Aquisição de ração para atender demanda do Esquadrão Independente de Polícia Militar Montada da Polícia Militar do Estado de Mato Grosso do Sul.
DATA DE ASSINATURA DO CONTRATO: 13/03/2023.
3. Compete ao fiscal do contrato o acompanhamento e a fiscalização do fornecimento do objeto ou da prestação do serviço, a fim de que as normas que regulam o instrumento contratual sejam devidamente observadas, anotando em registro próprio todas as ocorrências e reportando-se à autoridade competente quando necessária providência pertinente àquela.

Campo Grande/MS, 03 de março de 2023.

ANTONIO CARLOS VIDEIRA
Secretário de Estado de Justiça e Segurança Pública/MS

DELIBERAÇÃO nº 600 /2023 CETRAN/MS,

CETRAN/MS 27 de fevereiro de 2023
"Publica o Regulamento do "11° Prêmio CETRAN de Educação e Segurança no Trânsito".

A Presidente do Conselho Estadual de Trânsito do Estado de Mato Grosso do Sul – CETRAN/MS, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o disposto art. 14, V, b, VI e X, da Lei Federal n° 9.503, de 23 de setembro de 1997, torna público o regulamento do 11º PRÊMIO CETRAN DE SEGURANÇA NO TRÂNSITO visando selecionar projetos e documentos relativos à segurança, ao respeito e a cidadania no trânsito.

Considerando a Deliberação nº 462/2015 - CETRAN/MS de 17 de abril de 2015 que "Aprova as Diretrizes da Política Estadual de Trânsito", que tem como objetivos:

a - Incentivar o desenvolvimento de pesquisas na área de gestão, educação, fiscalização e segurança de trânsito;

b- Promover pesquisas, seminários, conferências, concursos e outras atividades, mediante parcerias e convênios

com órgãos de trânsito, segurança, educação, saúde, sobre a temática educação e segurança para o trânsito;

c - Promover concursos sobre a temática trânsito;

d -Estimular a participação da sociedade em movimentos voltados à segurança, educação e à cidadania no trânsito. Considerando 2ª Década Mundial de Segurança Viária 2021-2030, que visa contribuir para a redução das taxas de mortalidade e lesões por acidentes de trânsito no país, através da implementação de ações de fiscalização, educação, saúde, infraestrutura e segurança veicular a médio e longo prazo;

Considerando que as ações de segurança no trânsito devem objetivar prioritariamente a redução do número e da gravidade dos acidentes;

Considerando que o trânsito é inerente à vida, e procurando fomentar apresentação de material para uma cultura de paz, harmonia e civilidade no trânsito.

DELIBERA:

Art. 1º - Publicar o Regulamento do 11º PRÊMIO CETRAN/MS DE EDUCAÇÃO E SEGURANÇA NO TRÂNSITO com o tema "No Trânsito, escolha a Vida" com a finalidade de estabelecer critérios para a participação, julgamento, avaliação e premiação dos participantes.

Art. 2° - Esta Deliberação entra em vigor na data de sua publicação.
Registre.
Publique-se.
Cumpra-se.

Antônio Carlos Videira
Secretário de Justiça e Segurança Pública

Regina Maria Duarte
Presidente CETRAN/MS

EDITAL Nº 001/2023
11º PREMIO CETRAN/MS
EDUCAÇÃO E SEGURANÇA NO TRÂNSITO
"NO TRÂNSITO, ESCOLHA A VIDA"

O CONSELHO ESTADUAL DE TRÂNSITO DE MATO GROSSO DO SUL – CETRAN/MS, órgão máximo do Sistema Estadual de Trânsito, integrante do Sistema Nacional e Trânsito torna público a abertura das inscrições para o 11º PRÊMIO CETRAN/MS DE EDUCAÇÃO E SEGURANÇA NO TRÂNSITO a partir das 8h do dia 26/04/2023 até às 16h do dia 11/05/2023 (horário MS).

1. DOS OBJETIVOS:

1.1 Tem como objetivo motivar discussões e produções de trabalhos, elaboração e a aplicação de projetos, programas, atividades e produções que promovam um trânsito mais seguro no Estado de Mato Grosso do Sul.
1.2 O evento visa premiar os trabalhos que promovam a compreensão e a sensibilidade dos cidadãos para uma mudança de comportamento, debater a importância da educação e da segurança no trânsito, destacando os valores que são essenciais à vida, à ética e à cidadania, bem como o enfoque aos dispositivos legais que tratam da mobilidade no trânsito urbano ou rural, como pedestre, ciclista, veículo automotor e acessibilidade para todos, apresentando intervenções aplicadas sobre o respectivo assunto.

2. DO TEMA:

2.1"NO TRÂNSITO, ESCOLHA A VIDA" – Tema das campanhas educativas para o trânsito de 2023.

3. DO OBJETO:

3.1 Constitui objeto deste Edital a seleção projetos que tenham sido executados nos anos de 2021 e/ou 2022 , por pelo menos 30 dias, que tenham articulação com o tema "No trânsito, escolha a vida".

4.DA ABRANGÊNCIA:

4.1 Todos os entes elencados no item "5. Categorias" que atuam no Estado de Mato Grosso do Sul.

5.DAS CATEGORIAS:

5.1 I - EDUCAÇÃO - Secretarias de Educação e Escolas de ensino regular: Estaduais, Municipais e Particulares

do Estado de Mato Grosso do Sul - profissionais da área de educação que tenham desenvolvido ações ou atividades educativas de trânsito relacionadas o tema "No Trânsito, Escolha a Vida".

Professores e

Coordenadores Pedagógicos.

5.2 II - ÓRGÃOS DO SISTEMA NACIONAL DE TRÂNSITO (SNT) NO ÂMBITO DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL - profissionais do SNT que tenham contribuído para melhoria das condições de segurança no trânsito, pertencente ao quadro de:

Órgãos executivos de trânsito municipais;

Juntas Administrativas de Recursos de Infrações.

5.3 III - FORMAÇÃO DE CONDUTORES – Centro de Formação de Condutores ou Instrutores de Trânsito devidamente cadastrados no órgão executivo de trânsito de Mato Grosso do Sul, DETRAN/MS, que tenham desenvolvido projeto voltado à Educação de Trânsito nos anos de 2021 e/ou 2022 relacionados ao tema "No Trânsito, Escolha a Vida":

Instrutor de Trânsito;

Diretores Geral e de Ensino;

5.4 IV - IMPRENSA - profissionais de comunicação residentes em Mato Grosso do Sul e registrados no Ministério do Trabalho e/ou órgãos de imprensa sediados no Mato Grosso do Sul que tenham produzido materiais de Jornalismo Impresso ou Telejornalismo ou Radio jornalismo realizados e veiculados nos anos de 2021 e/ou 2022 que tenham contribuído para a educação e segurança no trânsito sob a perspectiva do tema "No Trânsito, Escolha a Vida".

Órgãos de Imprensa; e

Profissionais de Comunicação

6. DAS INSCRIÇÕES E ENCAMINHAMENTO DOS PROJETOS/TRABALHOS:

6.1. É vedada a participação, na qualidade de concorrente, a qualquer membro da comissão julgadora, de servidores, funcionários e/ou estagiários do CETRAN/MS, ou de seus parentes em até 3º grau, cônjuges, companheiros e afins.

6.2. É vedada a participação de menores de idade.

6.3. As inscrições e o encaminhamento dos projetos/trabalhos deverão ser realizadas, exclusivamente, no email do CETRAN/MS, no endereço eletrônico cetran@cetran.ms.gov.br, no período de 26/04/2023 a 11/05/2023, colocando no campo assunto - Inscrição Prêmio CETRAN com a respectiva Categoria (I, II, III ou IV) .

6.3.1. Acessar o site do CETRAN/MS - www.cetran.ms.gov.br e clicar no link "11º Prêmio CETRAN/MS de Educação e Segurança no Trânsito", baixar o formulário de inscrição e preencher, com todos os dados solicitados, devendo anexar e enviar para o endereço eletrônico cetran@cetran.ms.gov.br juntamente com os arquivos necessários para a categoria a que deseja concorrer. ATENÇÃO: após o envio, os dados e a categoria não poderão ser alterados.

6.3.2. Após a confirmação dos dados, o participante receberá a Confirmação da Inscrição por e- mail resposta, na qual constará o número de inscrição do trabalho e a categoria inscrita.

6.4. Não serão aceitos trabalhos inscritos fora do prazo estabelecido no item 6.3.

6.5. Cada participante poderá se inscrever apenas com 1 (um) trabalho e em apenas 1 (uma) categoria.

6.6. Documentação a ser apresentada:

6.6.1.1. PESSOA FÍSICA:

6.6.1.2. Documento de identificação com foto (RG, CNH, CTPS, Passaporte);

6.6.1.3. Cadastro de Pessoa Física – CPF;

6.6.1.4. Comprovante de residência;

6.6.1.5. Comprovante de relação profissional com os entes estabelecidos nos itens 5.1, 5.2, 5.3 e 5.4 (Contrato de Trabalho, CTPS, Nomeação, etc)

6.6.1.6. PESSOA JURÍDICA:

6.6.1.7. Razão social;

6.6.1.8. Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica – CNPJ;

6.6.1.9. Comprovante de endereço.

4. DOS PROJETOS:

7.1 Frente aos pressupostos e conceitos que fundamentam o 11º PRÊMIO CETRAN DE EDUCAÇÃO E SEGURANÇA DE TRÂNSITO, os trabalhos devem levar em conta:

7.1.1. Formas de locomoção de pessoas, bens e mercadorias utilizados no ambiente urbano e/ou rural em que vivem;

7.1.2. Segurança dos Pedestres;

7.1.3. Transporte de Escolares e Segurança Viária;

7.1.4. Comunidade Indígena;

7.1.5. Comunidade do campo;

Pessoas com mobilidade Reduzida.

7.2. Os projetos deverão ser entregues atendendo os seguintes itens (Categorias I,II,III) :

7.2.1. Os trabalhos inscritos devem ter sido executados, em conformidade à legislação vigente, contendo obrigatoriamente os seguintes itens, nesta ordem:

7.2.2. Formatação: Deve ter no mínimo 10 e no máximo 12 páginas, em papel tamanho A4, margens superior, inferior, esquerda e direita de 2,5 cm, fonte Times New Roman, corpo 12, espaçamento 1,5; itens e subitens em negrito e alinhamento justificado e somente com a inicial maiúscula; títulos de Quadros, Gráficos e Tabelas em sua parte superior, fonte tamanho 12; rodapé dos Quadros, Gráficos e Tabelas em fonte tamanho 10 com espaçamento simples entre as linhas; títulos de Figuras em sua parte inferior, fonte tamanho 12;

7.2.3. Capa (Conforme Modelo I);

7.2.4 Resumo contendo entre 150 e 200 caracteres;

7.2.5. Introdução;

7.2.6. Justificativa: fundamentação da pertinência e da relevância do projeto/programa como resposta a um problema ou necessidade identificado de maneira objetiva. Deve haver ênfase em aspectos qualitativos e quantitativos, evitando-se dissertações genéricas sobre o tema;

7.2.7. Método: explicar, sucintamente, como o projeto/programa foi desenvolvido (ações/atividades previstas, meios de realização), detalhar como as diferentes etapas foram implementadas e qual a inter-relação entre elas, indicar os mecanismos de acompanhamento e avaliação do projeto/programa usados pelo solicitante e citar as parcerias envolvidas no projeto;

7.2.8. Objetivo: definição clara do que se pretende alcançar com o projeto/programa;

7.2.9. Público-alvo: identificar o público-alvo ao qual se destina o projeto/programa, assim como descrever suas características;

7.2.10 Proposta: definição clara das ações implementadas;

7.2.11. Estratégia de implementação: apresentação dos métodos de realização do projeto/programa;

7.2.12. Cronograma de execução: descrição do tempo considerado para o desenvolvimento de cada ação do projeto/programa;

7.2.13. Desenvolvimento: detalhamento das ações executadas;

7.2.14. Resultado: apresentação dos resultados obtidos;

7.2.15. Materiais complementares: fotos, entre outros materiais elaborados para a execução do projeto/programa; e

7.2.16. Bibliografia: referenciar o material utilizado para a produção do trabalho.

7.2.17. Anexar materiais complementares (fotos, vídeos, recursos pedagógicos e outros).

7.3. Os projetos deverão ser entregues atendendo os seguintes itens
(Categoria IV)

7.3.1. Para a inscrição no presente edital os trabalhos jornalísticos devem ter sido realizados entre os anos de 2021 e 2022, demonstrando em seus conteúdos o estímulo, através de desenvolvimento de valores, posturas e atitudes, via ações de formação a mudança de conscientização ou mesmo de comportamento da população em relação ao trânsito. Os trabalhos jornalísticos inscritos devem ser encaminhados na extensão em Mp3 (áudio), Mp4 ou Wmv (vídeo) e quando redigido e foto em extensão .pdf. É indispensável também o encaminhamento de projeto do trabalho, contendo os seguintes itens, nesta ordem:

7.3.2. Formatação: Deve ter no mínimo 05 e no máximo 12 páginas, em papel tamanho A4, margens superior, inferior, esquerda e direita de 2,5 cm, fonte Times New Roman, corpo 12, espaçamento 1,5; itens e subitens em negrito e alinhamento justificado e somente com a inicial maiúscula; títulos de Quadros, Gráficos e Tabelas

em sua parte superior, fonte tamanho 12; rodapé dos Quadros, Gráficos e Tabelas em fonte tamanho10 com espaçamento simples entre as linhas; títulos de figuras em sua parte inferior, fonte tamanho 12;
7.3.3. Capa (Conforme Modelo I);
7.3.4. Apresentação: devem ser apresentados em arquivos com extensão pdf, como também os seus materiais complementares.
7.3.5. Justificativa: fundamentação da pertinência e da relevância do trabalho. Deve conter ênfase em aspectos qualitativos e quantitativos, evitando-se dissertações genéricas sobre o tema;
7.3.6. Metodologia: explicar, sucintamente, como o trabalho foi desenvolvida (ações/atividades previstas, meios de realização), indicar os mecanismos de acompanhamento e avaliação dos resultados quando houver;
7.3.7. Objetivo: definição clara do propósito do trabalho;
7.3.8. Público-alvo: identificar o público-alvo ao qual se destinou o trabalho;
7.3.9. Desenvolvimento: detalhamento das ações executadas;
7.3.10. Materiais complementares: fotos, entre outros materiais elaborados para a execução do projeto; e
7.3.11. Bibliografia: referenciar o material utilizado para a produção do trabalho.
7.3.12. Anexar materiais complementares (fotos, vídeos, e outros).

7. 3. 13. MODELO I – Capa do Projeto

AUTOR:
TÍTULO:
ENDEREÇO:
MUNICÍPIO:
TELEFONE: (67) CELULAR
E-MAIL
CATEGORIA
ANO DE DESENVOLVIMENTO DO PROJETO
( ) 2021 ( ) 2022

7.4. Os trabalhos deverão ser entregues somente na versão eletrônica conforme indicado em 6.3.
7.5. Todos os trabalhos descritos devem ser apresentados em língua portuguesa, em conformidade às regras ortográficas e gramaticais vigentes no Brasil.

5. DO JULGAMENTO

8.1.O julgamento do 11º PRÊMIO CETRAN DE SEGURANÇA DE TRÂNSITO "No Trânsito, Escolha a Vida", terá como parâmetros os seguintes critérios:

Critério	Pontuação
Pertinência (a importância e a relevância do projeto/programa para a comunidade/sociedade).	30 Pontos
Metodologia utilizada para implementação do programa/projeto pedagógico	20 Pontos
Adequação ao tema - verificar se há relação de sentido entre as partes do texto, as palavras escolhidas estão sendo empregadas da forma correta, as ideias são apresentadas em uma ordem lógica e se o conteúdo do texto está adequado ao tema	20 Pontos
Qualidade técnica/clareza.	20 Pontos
Execução/Divulgação	10 Pontos
T OT A L	100 Pontos

8.2. A Comissão Julgadora será constituída pelos conselheiros do CETRAN – MS e coordenada pela Presidente.
8.2.1. A critério do CETRAN – MS poderão ser convidados para compor a Comissão Julgadora, profissionais das áreas, com afinidade aos projetos/trabalhos apresentados.

8.3. Será selecionado 1 (um) trabalho por categoria para receber o PRÊMIO CETRAN DE EDUCAÇÃO E

SEGURANÇA NO TRÂNSITO.

8.3.1. O vencedor por categoria receberá o PRÊMIO CETRAN DE EDUCAÇÃO E SEGURANÇA NO TRÂNSITO.

8.3.2. Os classificados em segundo e terceiro lugar receberão medalhas alusivas à colocação alcançada.

8.4. Em caso de empate na pontuação total entre dois ou mais participantes, será considerada a maior pontuação obtida no primeiro critério de julgamento, conforme especificado neste Edital, para cada categoria. Persistindo o empate, será considerada a maior pontuação obtida no segundo critério de julgamento, e assim sucessivamente, até o último critério de julgamento, estabelecido para cada categoria. Na hipótese de ainda haver igualdade na nota final, observar-se-á a data de inscrição do participante, sendo considerado vencedor o trabalho que tiver sido inscrito primeiro.

8.5. Caso nenhum trabalho de determinada categoria atinja a nota mínima de 50% da pontuação total estabelecida, não haverá vencedor da referida categoria, pois entende-se que não é razoável premiar projetos que não atendam aos critérios mínimos solicitados no Edital

8.6. Os trabalhos devem ser encaminhados, exclusivamente, conforme especificação contida neste Edital. O não cumprimento dos requisitos implica a sanção de eliminação automática do certame.

8.7. Os trabalhos enviados devem ser de autoria do participante, sendo de sua responsabilidade a veracidade da autoria. Caso as comissões julgadoras detectem cópias de obras já publicadas (no todo ou em partes), sem referência à fonte, como forma de sanção o trabalho será automaticamente eliminado.

8.8. O simples envio do trabalho representará o reconhecimento e a aceitação tácita das normas deste Edital e da legislação pertinente.

8.9. Todos os trabalhos terão seus direitos autorais patrimoniais cedidos ao CETRAN/MS e poderão ser expostos, divulgados e reproduzidos no sítio eletrônico e em programas e eventos do CETRAN/MS, respeitando o conteúdo essencial do trabalho e garantida a citação da autoria, sem qualquer ônus para o CETRAN/MS e sem a necessidade de prévia comunicação e autorização do autor, permitindo sua reprodução parcial e/ou integral. Considerando que os trabalhos são enviados em formato digital, não haverá devolução do material.

8.10. A divulgação do resultado ocorrerá no dia 19/06/2023, através da imprensa e via internet no site www.cetran.ms.gov.br, e a premiação acontecerá no mês de Junho de 2023, em data a ser divulgada.

Campo Grande, 15 de Março de 2023

REGINA MARIA DUARTE
Presidente do CETRAN/MS

-

DO PROCESSO DE SELEÇÃO

ETAPA	DESCRIÇÃO DA ETAPA	DATA
	Publicação do Edital	17/03/2023
	Data-limite para solicitação de esclarecimentos	17/04/2023
	Data-limite para resposta dos esclarecimentos	27/04/2023
	Inscrição e Encaminhamento dos projetos/ trabalhos	02/05/2023 A 16/05/2023
	Análise e Julgamento dos Projetos/trabalhos	17/05/2023 a 31/05/2023
	PREMIAÇÃO	21/06/2023

ATOS NORMATIVOS DA ADMINISTRAÇÃO INDIRETA

Agência de Habitação Popular do Estado de Mato Grosso do Sul

Extrato do I Termo Aditivo ao Contrato 0036/2022/AGEHAB **N° Cadastral: 17120**

Processo: 57/000.743/2021

Partes: O Estado de Mato Grosso do Sul por intermédio do(a) Agência de Habitação Popular do Estado de MS e Decimal Engenharia EIRELI-EPP

Objeto: O presente instrumento tem por objeto o decréscimo de valor e a prorrogação do prazo de vigência do Contrato n. 36/2022, conforme parecer técnico, justificativa, planilha de reprogramação, cronograma físico-financeiro e manifestação jurídica constantes do processo n. 57/000.743/2021, bem como autorização do Diretor-Presidente, com fundamento no art. 65, I, b, §1º, e art. 57, §1º, I, da Lei n. 8.666/1993.

Decréscimo de Valor: Em razão do decréscimo de R$ 15.431,76 (quinze mil, quatrocentos e trinta e um reais e setenta e seis centavos) corresponde a diminuição quantitativa de seu objeto e do decréscimo de R$ 2.333,28 (dois mil, trezentos e trinta e três reais e vinte e oito centavos) correspondente ao valor proporcional do reajuste contratual, totalizando o valor de R$ 17.765,04 (dezessete mil, setecentos e sessenta e cinco reais e quatro centavos).

Valor Contratual: Em razão do decréscimo, o valor do contrato passará de R$ 226.370,43 (duzentos e vinte e seis mil e trezentos e setenta reais e quarenta e três centavos), para R$ 208.605,39 (duzentos e oito mil, seiscentos e cinco reais e trinta e nove centavos).

Prazo de Vigência: O prazo previsto na cláusula quinta no item 5.2, que trata da vigência do contrato, fica prorrogado por mais 30 (trinta) dias, com início em 09 de março de 2023 e término em 07 de abril de 2023.

Data da Assinatura: 08/03/2023.

Assinam: Maria do Carmo Avesani Lopez e Décio Malta da Silva.

EDITAL DE RESCISÃO CONTRATUAL

A **AGÊNCIA DE HABITAÇÃO POPULAR DE MATO GROSSO DO SUL - AGEHAB**, autarquia criada pela Lei n. 2.152/2002, CNPJ n. 05.472.304/0001-75, com endereço na Rua Soldado PM Reinaldo de Andrade, 108, Bairro Tiradentes, Campo Grande – MS, neste ato, representada por sua Diretora-Presidente **Maria do Carmo Avesani Lopez** e o Município de **DEODÁPOLIS/MS**, CNPJ/MF n. 03.903.176/0001-41, neste ato representado por seu Prefeito(a) **VALDIR LUIZ SARTOR**, vêm através deste edital, tornar pública a **rescisão administrativa** do Contrato de Participação em Construção de Unidade Residencial com Promessa de Doação Mediante Condição Suspensiva, da Autorização para Início de Execução da 2ª Etapa da Unidade Habitacional do Lote Urbanizado e do Contrato Particular de Investimento Social com Obrigação de Retorno, com os (as) beneficiários (as) abaixo relacionados (as), referente a base habitacional entregue no âmbito do Projeto Lote Urbanizado no CONJUNTO HABITACIONAL JOÃO PAULO II, motivada por **desistência dos beneficiários.**

TITULAR	CPF TITULAR	CÔNJUGE	CPF	QD	LT
MARCIA LUCERO RAMOS	***.499.741-**	ROBERLEI TEIXEIRA	***.011.741-**	02	09

E para o conhecimento das pessoas interessadas, subscrevem este edital. A partir desta publicação a rescisão será considerada definitiva e irrevogável, ensejando na convocação do (s) pretendente (s) pré-selecionado (s) subsequente (s), nas condições e formas estabelecidas no Decreto Estadual nº 15.816, de 30 de novembro de 2021.

Campo Grande/MS, 17 de março de 2023.

MARIA DO CARMO AVESANI LOPEZ
Diretora-Presidente

Agência Estadual de Administração do Sistema Penitenciário

Extrato do Contrato N° 0005/2023/AGEPEN **N° Cadastral 21175**

Processo: 31/000.796/2023

Partes: O Estado de Mato Grosso do Sul por intermédio do(a) Agência Estadual de Adm. do Sistema Penitenciário e IMPRENSA NACIONAL

Objeto: Contratação de serviços de publicação no Diário Oficial da União, realizados pela Imprensa Nacional, para atender as necessidades da Agência Estadual de Administração do Sistema Penitenciário - AGEPEN/MS, com a vigência com prazo indeterminado em consonância com a Orientação Normativa nº 36, da Advocacia Geral da União-AGU, de 13 de dezembro de 2011, alterado pela Portaria da AGU nº 124, de 25 de abril de 2014, publicado no DOU nº 82, seção 1, fls.02/03, de 02 de maio de 2014, de acordo com as especificações constante no presente Termo de Referência.

Ordenador de Despesas: Rodrigo Rossi Maiorchini

Dotação Orçamentária: Funcional Programática 14421001341260001 - Custeio, Fonte de Recurso 0150000001 - Recursos não Vinculados de Impostos, Natureza da Despesa 33903990 - SERVICOS DE PUBLICIDADE LEGAL

Valor: R$ 10.800,00 (dez mil e oitocentos reais)

Amparo Legal: Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações posteriores.

Do Prazo: O presente contrato terá a duração de 12 (doze) meses, com vigência a partir da data de sua assinatura

Data da Assinatura: 16/03/2023

Assinam: RODRIGO ROSSI MAIORCHINI E NELI DA COSTA SERAFIM GONÇALVES

Extrato do Contrato N° 0006/2023/AGEPEN **N° Cadastral 21136**

Processo: 31/006.185/2023

Partes: O Estado de Mato Grosso do Sul por intermédio do(a) Agência Estadual de Adm. do Sistema Penitenciário e ÁGUIA REALIZAÇÕES EQUIPAMENTOS DE PROTEÇÃO E ELETRONICOS LTDA

Objeto: Contratação de empresa especializada para confecção e aquisição de calça tática, para composição de uniforme tático, visando atender a demanda da Agência Estadual de Administração do Sistema Penitenciário-AGEPEN/MS, conforme condições, quantidades, especificações e exigências estabelecidas no Termo de Referência/ AGEPEN item 1.2. e item 02 da Ata de Registro de Preços nº 069/2022.

Ordenador de Despesas: Rodrigo Rossi Maiorchini

Dotação Orçamentária: Funcional Programática 06181204742130002 - FUNPEN, Fonte de Recurso 0171200001 - Transferências Fundo a Fundo de Recursos do Fundo Penitenciário -FUNPEN., Natureza da Despesa 33903023 - UNIFORMES, TECIDOS E AVIAMENTOS

Valor: R$ 16.900,00 (dezesseis mil e novecentos reais)

Amparo Legal: Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações posteriores.

Do Prazo: O presente instrumento contratual terá vigência de 12 (doze) meses, contados a partir da data de assinatura do contrato

Data da Assinatura: 15/03/2023

Assinam: RODRIGO ROSSI MAIORCHINI E PABLO ROBERTO MENDES DE SOUZA

Extrato do Segundo Termo Aditivo ao Termo de Cooperação Mútua nº021/21/DTP/DAP/AGEPEN-MS

Processo – nº 31/007918/2021.

Partes – Agência Estadual de Administração do Sistema Penitenciário do Estado de Mato Grosso do Sul e Empresa J & A Alimentos LTDA ME.

Objeto – Prorrogar o prazo de vigência do Termo, visando a continuidade na utilização de mão de obra de sentenciados que cumprem pena em regime semiaberto, aberto e livramento condicional na Comarca de Dourados, em atividades de serviços gerais de panificação na sede da Empresa nesse Município, alterando a Cláusula Décima do Termo de Cooperação originário.

Vigência - Prazo de 12 (doze) meses, a contar de 22/02/2023.

Amparo Legal – Art. 65, II, "d" e §§ 5º, 6º e 8º, art. 57, II, ambos da Lei nº 8.666/93 e art. 8º, § 2º do D. Estadual nº 11.261/03.

Foro – Eleito o foro da Comarca de Campo Grande, Estado de Mato Grosso do Sul.

Data da Assinatura – 10 de março de 2023.

Assinam – Rodrigo Rossi Maiorchini, Diretor-Presidente da AGEPEN e Everaldo Leite Dias, Sócio/Administrador da Empresa J & A Alimentos LTDA ME.

TERMO DE DESIGNAÇÃO DE FISCAL DE CONTRATO

1. Trata-se de designação de servidor relacionados abaixo para exercer as funções especificadas, nos termos do art. 58, inciso II e art. 67, ambos da Lei n. 8666, de 21/06/1993 e Decreto n. 15.530, de 8/10/2020 para acompanhamento e fiscalização da execução de contratação.

2. Conforme art. 6º, § 1º do Decreto supracitado fica(m) designado(s) o(s) servidor(es) abaixo indicado(s) para exercer(em) a função de fiscal do contrato celebrado entre a AGÊNCIA ESTADUAL DE ADMINISTRAÇÃO DO SISTEMA PENITENCIÁRIO - AGEPEN/MS e a empresa **DOUBLESEG INDUSTRIA E COMÉRCIO EIRELI**, conforme segue:

FISCAIS DO CONTRATO:

FISCAL	SERVIDOR	MATRÍCULA	CARGO
Titular:	Vitor Jonas Schildt Martinez	58135021	Chefe do Almoxarifado
Suplente:	Rangel Schveiger	92821022	Comandante do COPE

REFERENTE:
PROCESSO N. 31/006.190/2023 CONTRATO N. 008/2023/AGEPEN/MS

Contratação de empresa especializada para confecção e aquisição de boinas, para composição de uniforme tático, visando atender a demanda da Agência Estadual de Administração do Sistema Penitenciário-AGEPEN/MS, conforme condições, quantidades, especificações e exigências estabelecidas no Termo de Referência/AGEPEN item 1.2. e item 04 da Ata de Registro de Preços nº 070/2022.

DATA DE ASSINATURA DO CONTRATO: 16/03/2023

3. Compete ao fiscal do contrato o acompanhamento e a fiscalização do fornecimento do objeto ou da prestação do serviço, a fim de que as normas que regulam o instrumento contratual sejam devidamente observadas, anotando em registro próprio todas as ocorrências e reportando-se à Diretoria de Administração e Finanças/DAF quando necessária providência pertinente àquela. As atribuições dos Fiscais de Contrato estão elencadas no art. 5º da Portaria AGEPEN/MS nº 06 de 14 de junho de 2017 publicada no Diário Oficial nº 9.431, bem como no art. 16º do Decreto nº 15.530 de 13 de outubro de 2020, publicada no Diário Oficial nº 10.300, que dispõe sobre a gestão e fiscalização de contratos celebrados pelos órgãos da Administração Direta, pelas autarquias e pelas fundações do Poder Executivo Estadual, e dá outras providências.

4. Considerando o disposto no Decreto nº 15.530 de 13 de outubro de 2020, publicada no Diário Oficial nº 10.300, compete ao Núcleo de Assistência a Contratos, subordinado a Divisão de Compras e Suprimentos a quem compete a gestão do contrato em questão que recairá a designação abaixo:

GESTOR	SERVIDOR	MATRÍCULA	CARGO
Titular:	ANDRE LUIZ MEIRA SAGAZ	468186022	Chefe do Núcleo de Contratos
Suplente:	CLEYTON LUIZ DOS SANTOS GOMES	123823025	Policial Penal

Campo Grande/MS, 17 de março de 2023.

RODRIGO ROSSI MAIORCHINI
Diretor-Presidente da AGEPEN/MS

Agência de Previdência Social de Mato Grosso do Sul

Extrato do Contrato N° 0001/2023/AGEPREV **N° Cadastral 21217**
Processo: 77/001.730/2023
Partes: O Estado de Mato Grosso do Sul por intermédio da Agência de Previdência Social de Mato Grosso do Sul e o BANCO DO BRASIL S/A.
Objeto: O objeto do presente CONTRATO é a prestação de serviços de arrecadação, pelo BANCO, de tributos e demais receitas devidas ao CONTRATANTE, compreendendo o acolhimento, a contabilização e a prestação de contas da arrecadação, bem como a captação, transmissão de informações pertinentes e guarda de documentos e/ou informações, de acordo com o disposto no /Decreto Estadual n° 15.476, de 15 de julho de 2020, e na Resolução/SEFAZ n° 3.109, de 20 de julho de 2020.
Ordenador de Despesas: Jorge Oliveira Martins

Dotação Orçamentária: Funcional Programática 04.272.0023.4596.0001 - Manutenção e Operacionalização da AGEPREV, Fonte de Recurso 0180280011 - Recursos vinculados ao RPPS - Taxa de Administração da AGEPREV, Natureza da Despesa 33903981 - SERVICOS BANCARIOS
Valor: R$ 32.400,00 (trinta e dois mil e quatrocentos reais)
Amparo Legal: Caput do Art. 25, da Lei Federal n. 8.666/93, Decreto 15.476/2020 e Resolução/SEFAZ n.3.109/2020.
Do Prazo: O presente contrato é firmado com prazo de vigência de 60 (sessenta) meses a contar da data de sua assinatura.
Data da Assinatura: 13/03/2023
Assinam: Jorge Oliveira Martins e Sebastião Vanderlan Borges Soares

Agência Estadual de Gestão de Empreendimentos

Extrato do Termo de Prorrogação de Paralisação do Contrato N° 0098/2022/AGESUL
N° Cadastral 17962

Processo: 57/001.049/2022
Partes: O Estado de Mato Grosso do Sul por intermédio da Agência Estadual de Gestão de Empreendimentos e CONCRENAVI CONCRETO USINADO NAVIRAI LTDA
Objeto: Prorrogar a paralisação da OBRA INFRAESTRUTURA URBANA - RESTAURAÇÃO FUNCIONAL DO PAVIMENTO DIVERSAS RUAS DA VILA SÃO LUIZ E ADJACÊNCIAS (SETOR VI), EM DOURADOS/MS, pelo prazo de 120 dias corridos a contar de 01 de março de 2023.
Data da Assinatura: 01/03/2023
Assinam: MAURO AZAMBUJA RONDON FLORES e JOSÉ ALBERTO DA SILVA JUNIOR

Extrato do TERMO DE PARALISAÇÃO do Contrato N° 0234/2022/AGESUL N° Cadastral 19642

Processo: 57/004526/2022
Partes: O Estado do Mato Grosso do Sul por intermédio da Agência Estadual de Gestão de Empreendimentos e ETICA CONSTRUTORA EIRELI
Objeto: Paralisar a OBRA INFRAESTRUTURA URBANA - PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA EM DIVERSAS RUAS NO LOTEAMENTO PARQUE INDUSTRIAL PEDRO MARIANI NETO EM COSTA RICA/MS, pelo prazo de 60 dias corridos a contar de 16 de fevereiro de 2023.
Data da Assinatura: 15/02/2023
Assinam: MAURO AZAMBUJA RONDON FLORES e HERNANI BORGES DA SILVA

Agência de Desenvolvimento Agrário e Extensão Rural

Extrato do Termo De Paralisação do Contrato N° 0079/2021/AGRAER N° Cadastral 17071

Processo: 71/032.171/2021
Partes: O Estado do Mato Grosso do Sul por intermédio da Agência de Desenvolvimento Agrário e Extensão Rural - Inativo - 2022 e SOTRAM CONSTRUTORA E TERRAPLANAGEM LTDA
Objeto: O presente termo tem por objeto a Paralisação/Suspensão da Ordem de Serviços referente ao Contrato n. 079/2021, cujo objeto é a execução do serviço de implantação em revestimento primário de estrada vicinal de acesso ao transito em assentamentos nos municípios de Iguatemi/MS e Itaquiraí/MS, por meio do Convênio Federal 891419/2019.
Prazo Paralização O cronograma de execução da obra fica suspenso pelo prazo de 60 (sessenta) dias corridos, a contar da assinatura do termo de paralisação, enquanto aguarda nova ordem de serviço para continuidade da obra.
Data da Assinatura: 15/03/2023
Assinam: Washington Willeman de Souza

EXTRATO REFERENTE AO TERMO ADMINISTRATIVO DE CESSÃO DE USO Nº. 004/2023
PROCESSO 71/045.958/2022

Partes: O Estado de MS por meio da Agência de Desenvolvimento Agrário e Extensão Rural - AGRAER - CNPJ nº. 03.981.081/0001-46, sediada em Campo Grande - MS e o Município de **Vicentina** – CNPJ nº. 24.644.502/0001-13
Objeto: Constitui objeto do presente Termo de Cessão de Uso um (01) Caminhão Tipo Truck Basculante, Patrimônio nº. 75.876; uma (01) Carroceria Tipo Basculante, Patrimônio nº. 75.829; de propriedade da Agraer.
Amparo Legal: Decreto Estadual 15.808/2021.
Vigência: 13/03/2023 a 13/03/2025

Data da Assinatura: 13/03/2023
Assinam: **Washington Willeman de Souza**, pela AGRAER,
Marcos Benedetti Hermenegildo, pelo Município.

EXTRATO REFERENTE AO TERMO ADMINISTRATIVO DE CESSÃO DE USO Nº. 005/2023
PROCESSO 71/057.099/2022

Partes: O Estado de MS por meio da Agência de Desenvolvimento Agrário e Extensão Rural - AGRAER - CNPJ nº. 03.981.081/0001-46, sediada em Campo Grande - MS e o Município de **Jateí** – CNPJ nº. 03.783.859/0001-02
Objeto: Constitui objeto do presente Termo de Cessão de Uso um (01) Veículo WW/ Gol Usado Placa HSH-5216, Patrimônio nº. 15.854; de propriedade da Agraer.
Amparo Legal: Decreto Estadual 15.808/2021.
Vigência: 13/03/2023 a 13/03/2025
Data da Assinatura: 13/03/2023
Assinam: **Washington Willeman de Souza**, pela AGRAER,
Eraldo Jorge Leite, pelo Município.

EXTRATO REFERENTE AO PRIMEIRO ADITIVO AO ACORDO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA Nº 008/2022
PROCESSO 71/055.707/2022

Partes: O Estado de MS por meio da Agência de Desenvolvimento Agrário e Extensão Rural - AGRAER - CNPJ nº. 03.981.081/0001-46, sediada em Campo Grande - MS e o Município de **Fátima do Sul** – CNPJ nº. 03.155.751/0001-75
Objeto: Constitui objeto do presente Primeiro Aditivo ao Acordo de Cooperação Técnica acrescentar ao rol de bens 01 (uma) Carroceria, patrimônio n. 82.529, de propriedade da Agraer.
Data da Assinatura: 13/03/2023.
Assinam: **Washington Willeman de Souza**, pela AGRAER e **Ilda Salgado Machado**, pelo Município.

Agência Estadual de Defesa Sanitária Animal e Vegetal

EXTRATO DE TERMO DE CONVERSÃO DE MULTA-PECOMS nº 268/2022

PROCESSO: 71/020.064/2021

AMPARO LEGAL: Aplicam-se ao presente instrumento as seguintes disposições normativas: considerando o disposto no § 4º do art. 42 da Lei nº 3.823, de 21 de dezembro de 2009; artigo 3º do Decreto Estadual nº 15.718 de 08/07/2021 e Portaria IAGRO nº 3672 de 30 de julho de 2021.

PARTES: Agência Estadual de Defesa Sanitária Animal - IAGRO X FLAVIA MARISA GULLCH RODACKI

OBJETO: O presente instrumento tem por objeto a conversão da multa sanitária referente ao auto de infração nº 12605 U - com a finalidade de estabelecer as diretrizes e os procedimentos para conversão das multas sanitárias em bens e em serviços, com o objetivo de dar suporte à IAGRO nas ações de sua competência, no âmbito das defesas sanitárias animal e vegetal, e subsequente adesão ao Programa IAGRO DEFESA.

Data Assinatura: 18 de julho de 2022.
Assinam: DANIEL DE BARBOSA INGOLD e FLAVIA MARISA GULLCH RODACKI

EXTRATO DE TERMO DE CONVERSÃO DE MULTA-PECOMS nº 330/2023

PROCESSO: 71/045.064/2022

AMPARO LEGAL: Aplicam-se ao presente instrumento as seguintes disposições normativas: considerando o disposto no § 4º do art. 42 da Lei nº 3.823, de 21 de dezembro de 2009; artigo 3º do Decreto Estadual nº 15.718 de 08/07/2021 e Portaria IAGRO nº 3672 de 30 de julho de 2021.

PARTES: Agência Estadual de Defesa Sanitária Animal - IAGRO X LIRIO MARINO ROMANINI

OBJETO: O presente instrumento tem por objeto a conversão da multa sanitária referente ao auto de infração nº 21813 U - com a finalidade de estabelecer as diretrizes e os procedimentos para conversão das multas sanitárias em bens e em serviços, com o objetivo de dar suporte à IAGRO nas ações de sua competência, no âmbito das defesas sanitárias animal e vegetal, e subsequente adesão ao Programa IAGRO DEFESA.

Data Assinatura: 10 de janeiro de 2023.
Assinam: DANIEL DE BARBOSA INGOLD e LIRIO MARINO ROMANINI

EXTRATO DE TERMO DE CONVERSÃO DE MULTA-PECOMS nº 332/2023

PROCESSO: 71/023.487/2022

AMPARO LEGAL: Aplicam-se ao presente instrumento as seguintes disposições normativas: considerando o disposto no § 4º do art. 42 da Lei nº 3.823, de 21 de dezembro de 2009; artigo 3º do Decreto Estadual nº 15.718 de 08/07/2021 e Portaria IAGRO nº 3672 de 30 de julho de 2021.

PARTES: Agência Estadual de Defesa Sanitária Animal - IAGRO X JOÃO PEDRO LACERDA DE PAULA

OBJETO: O presente instrumento tem por objeto a conversão da multa sanitária referente ao auto de infração nº 19562 U - com a finalidade de estabelecer as diretrizes e os procedimentos para conversão das multas sanitárias em bens e em serviços, com o objetivo de dar suporte à IAGRO nas ações de sua competência, no âmbito das defesas sanitárias animal e vegetal, e subsequente adesão ao Programa IAGRO DEFESA.

Data Assinatura: 12 de janeiro de 2023.
Assinam: DANIEL DE BARBOSA INGOLD e JOÃO PEDRO LACERDA DE PAULA

EXTRATO DE TERMO DE CONVERSÃO DE MULTA-PECOMS nº 344/2023

PROCESSO: 71/054.830/2022

AMPARO LEGAL: Aplicam-se ao presente instrumento as seguintes disposições normativas: considerando o disposto no § 4º do art. 42 da Lei nº 3.823, de 21 de dezembro de 2009; artigo 3º do Decreto Estadual nº 15.718 de 08/07/2021 e Portaria IAGRO nº 3672 de 30 de julho de 2021.

PARTES: Agência Estadual de Defesa Sanitária Animal - IAGRO X NELI APARECIDA TODSQUINI

OBJETO: O presente instrumento tem por objeto a conversão da multa sanitária referente ao auto de infração nº 22532 U - com a finalidade de estabelecer as diretrizes e os procedimentos para conversão das multas sanitárias em bens e em serviços, com o objetivo de dar suporte à IAGRO nas ações de sua competência, no âmbito das defesas sanitárias animal e vegetal, e subsequente adesão ao Programa IAGRO DEFESA.

Data Assinatura: 28 de fevereiro de 2023.
Assinam: DANIEL DE BARBOSA INGOLD e NELI APARECIDA TODSQUINI

EXTRATO DE TERMO DE CONVERSÃO DE MULTA-PECOMS nº 347/2023

PROCESSO: 83/001.886/2022

AMPARO LEGAL: Aplicam-se ao presente instrumento as seguintes disposições normativas: considerando o disposto no § 4º do art. 42 da Lei nº 3.823, de 21 de dezembro de 2009; artigo 3º do Decreto Estadual nº 15.718 de 08/07/2021 e Portaria IAGRO nº 3672 de 30 de julho de 2021.

PARTES: Agência Estadual de Defesa Sanitária Animal - IAGRO X SERGIO PIGNATARI MAMEGRIM

OBJETO: O presente instrumento tem por objeto a conversão da multa sanitária referente ao auto de infração nº 23273 U - com a finalidade de estabelecer as diretrizes e os procedimentos para conversão das multas sanitárias em bens e em serviços, com o objetivo de dar suporte à IAGRO nas ações de sua competência, no âmbito das defesas sanitárias animal e vegetal, e subsequente adesão ao Programa IAGRO DEFESA.

Data Assinatura: 08 de março de 2023.
Assinam: DANIEL DE BARBOSA INGOLD e SERGIO PIGNATARI MAMEGRIM

EXTRATO DE TERMO DE CONVERSÃO DE MULTA-PECOMS nº 348/2023

PROCESSO: 71/503.373/2020

AMPARO LEGAL: Aplicam-se ao presente instrumento as seguintes disposições normativas: considerando o disposto no § 4º do art. 42 da Lei nº 3.823, de 21 de dezembro de 2009; artigo 3º do Decreto Estadual nº 15.718 de 08/07/2021 e Portaria IAGRO nº 3672 de 30 de julho de 2021.

PARTES: Agência Estadual de Defesa Sanitária Animal - IAGRO X MAURICIO ANTUNES STRANG

OBJETO: O presente instrumento tem por objeto a conversão da multa sanitária referente ao auto de infração nº 8581 U - com a finalidade de estabelecer as diretrizes e os procedimentos para conversão das multas sanitárias em bens e em serviços, com o objetivo de dar suporte à IAGRO nas ações de sua competência, no âmbito das defesas sanitárias animal e vegetal, e subsequente adesão ao Programa IAGRO DEFESA.

Data Assinatura: 07 de março de 2023.

Assinam: DANIEL DE BARBOSA INGOLD e MAURICIO ANTUNES STRANG

Companhia de Gás do Estado de Mato Grosso do Sul

A COMPANHIA DE GÁS DO ESTADO DE MS-MSGÁS, por meio do Diário Oficial Eletrônico instituído como veículo oficial de publicação do Estado, conforme a Lei nº 3.394/2007, torna público para conhecimento dos interessados:
EXTRATO DE CONTRATO Nº CT-004/2023 – Processo Administrativo Nº 027/2023-D
CONTRATADO: 49.142.423 ALESSANDRA APARECIDA KRIUKAS.
OBJETO: Serviço de apoio administrativo para a modernização dos processos físicos da Companhia de Gás do Estado de MS.
VALOR: R$ 30.000,00 (trinta mil reais).
GERENCIAMENTO: Cid Antunes da Costa Neto - Matrícula: 000195; **FISCALIZAÇÃO:** Suiany de Oliveira Braun - Matrícula: 000157; Maria Inês da Costa Araújo - Matrícula: 000024 e Rosimeire de Araújo Gomes Camargo - Matrícula: 000185.
DATA DA ASSINATURA: documento emitido em 16/03/2023, com efeitos a partir de sua publicação no DOEMS.
ASSINAM: Rui Pires dos Santos e Bernadete Martins Gaspar Rangel – MSGÁS.
Alessandra Aparecida Kriukas.

Departamento Estadual de Trânsito de Mato Grosso do Sul

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE RESULTADO DE JULGAMENTO DA 1ª JARI/DETRAN-MS Nº 35/2023, DE 15 DE MARÇO DE 2023.

A Primeira Junta Administrativa de Recursos de Infrações – JARI/MS, órgão colegiado cujas competências estão descritas no artigo 17, do Código de Trânsito Brasileiro – CTB, torna público o resultado do julgamento do(s) recurso(s) de penalidade de multa.

Nº do processo	Interessado	Resultado
31/093055/2022	MARIA EDUARDA MARINHO DUARTE	PROVIDO
31/092203/2022	MARIA CONCEIÇÃO DA SILVA RODRIGUES	PROVIDO
31/089988/2022	MATHEUS EDUARDO OLIVEIRA TAVARES	PROVIDO
31/083562/2021	PHABLO CASANOVA XAVIER DE FREITAS	PROVIDO
31/084273/2022	VINICIUS VELOZO PEREIRA	PROVIDO

Campo Grande - MS, 15 de março de 2023.

MARIA MOURA BORBA DE OLIVEIRA
PRESIDENTE DA 1ª JARI/DETRAN/MS

Extrato do VIII Termo Aditivo ao Contrato Nº 13254/2020/DETRAN N° Cadastral 13254

Processo: 31/701.302/2020
Partes: O Estado de Mato Grosso do Sul por intermédio do Departamento Estadual de Trânsito e ORGANIZAÇÃO MORENA DE PARCERIA E SERVIÇOS H LTDA
Objeto: Através do presente Termo Aditivo prorroga-se o prazo de vigência do Contrato nº 13254/2020/DETRAN-MS por mais 12 (doze) meses, com início em 06/03/2023 e término em 05/03/2024, obrigando-se a Contratada a cumprir às Cláusulas constantes do contrato nas mesmas condições anteriormente acordadas.
Ordenador de Despesas: RUDEL ESPÍNDOLA TRINDADE JÚNIOR
Dotação Orçamentária: Funcional Programática: 06.122.0013.4116.0001 – Custeio adm - Fonte: 179980021 - Natureza de Despesa: 33903702 - Limpeza e Conservação.
Amparo Legal: O presente Termo Aditivo é regido pelas disposições contidas na Lei Federal nº 8666/1993, que o regulamenta, bem como demais normas legais pertinentes.
Data da Assinatura: 03/03/2023
Assinam: RUDEL ESPÍNDOLA TRINDADE JÚNIOR e ILMARA DE CÁSSIA DE PAULA VIEIRA.

Extrato do II Termo Aditivo ao Contrato n. 14653/2021/DETRAN N° Cadastral: 14653

Processo: 31/703.550/2020
Partes: O Estado de Mato Grosso do Sul por intermédio do Departamento Estadual de Trânsito e Adão Vilela de Jesus
Objeto: O presente Termo Aditivo é a prorrogação do prazo de vigência do Contrato nº 14.653/2021/DETRAN, por mais 12 (doze) meses, com início em 01/03/2023 e término em 28/02/2024, obrigando-se o LOCADOR a cumprir as cláusulas constantes do contrato nas mesmas condições anteriormente contratadas.
Ordenador de Despesas: RUDEL ESPÍNDOLA TRINDADE JÚNIOR
Recursos Orçamentários: Funcional Programática 06122001341160002 - DOCUMENTOS, Fonte de Recurso 179980021, Natureza da Despesa 33903615 - LOCACAO DE IMOVEIS.
Fundamentação Legal: O presente Termo Aditivo é regido pelas disposições contidas nas Leis n° 8.245/1991 e nº 8.666/1993, bem como demais normas legais pertinentes.
Do Prazo: 01/03/2023 até 28/02/2024.
Data da Assinatura: 27/02/2023
Assinam: RUDEL ESPÍNDOLA TRINDADE JUNIOR e ADÃO VILELA DE JESUS

Extrato do III Termo Aditivo ao Contrato nº 16149/2021/DETRAN N° Cadastral: 16149

Processo: 31/072.050/2021
Partes: O Estado de Mato Grosso do Sul por intermédio do Departamento Estadual de Trânsito e A A RUPP E CIA LTDA.
Objeto: Adita-se a Cláusula Terceira do Contrato nº 16.149/2021/DETRAN, prorrogando-se o prazo de vigência contratual por mais 03 (três) meses consecutivos, com início em 01/03/2023 e término em 31/05/2023.
Ordenador de Despesas: RUDEL ESPÍNDOLA TRINDADE JÚNIOR
Amparo Legal: O presente Termo Aditivo é regido pelas disposições da Lei Federal nº 8.666/93, que o regulamenta, bem como demais normas legais pertinentes.
Data da Assinatura: 28/02/2023.
Assinam: RUDEL ESPÍNDOLA TRINDADE JÚNIOR e AMANDA DE AMORIM RUPP

Extrato do I Termo de Apostilamento ao Contrato Nº 16549/2021/DETRAN N° Cadastral 16549

Processo: 31/704.364/2020
Partes: O Estado de Mato Grosso do Sul por intermédio do Departamento Estadual de Trânsito e PSG TECNOLOGIA APLICADA LTDA
Objeto: O presente termo de apostilamento tem por objeto a aplicação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA acumulado no período de Dez-21 a Nov-22, previsto no item 10 do Termo de Referência do Ato Convocatório – Pregão Eletrônico n. 0004/2021 que deu origem ao Contrato nº 16.549/2021, reajustando em 5,90% o valor do contrato, a contar de 24 de dezembro de 2022.
Ordenador de Despesas: Rudel Espíndola Trindade Júnior
Dotação Orçamentária: Funcional Programática 06122001341160001 - Manutenção e Operacionalização do Detran- custeio adm, Fonte de Recurso 0179980021 - Outras vinculações legais - DETRAN, Natureza da Despesa 33904095 - Manutenção, Conservação de Equipamentos de Processamento de Dados.
Valor: Em decorrência do reajustamento consignado na Cláusula anterior, o valor total do contrato passa de R$ 6.480.000,00 (seis milhões, quatrocentos e oitenta mil reais) para R$ 6.862.320,00 (seis milhões, oitocentos e sessenta e dois mil e trezentos e vinte reais).
Amparo Legal: O presente Termo é regido pelas disposições contidas na Lei Federal nº 8.666/93, que o regulamenta, bem como demais normas legais pertinentes.
Data da Assinatura: 10/03/2023
Assina: RUDEL ESPÍNDOLA TRINDADE JÚNIOR

Extrato do I Termo Aditivo ao Contrato Nº 17613/2022/DETRAN **N° Cadastral: 17613**

Processo: 31/012.944/2022
Partes: O Estado de Mato Grosso do Sul por intermédio do Departamento Estadual de Trânsito e JOSÉ MEDINA DE MENDONÇA NETO; RENAN LIMA DE MENDONÇA
Objeto: Adita-se a Cláusula Segunda do Contrato nº 17.613/2022, prorrogando-se o prazo de vigência contratual por mais 12 (doze) meses, com início em 25/03/2023 e término em 24/03/2024, obrigando-se a CONTRATADA a cumprir às Cláusulas constantes no contrato nas mesmas condições anteriormente contratadas.
Ordenador de Despesas: RUDEL ESPÍNDOLA TRINDADE JÚNIOR
Amparo Legal: O presente Termo Aditivo é regido pelas disposições contidas nos art. 18 e art. 51, da Lei nº 8.245/91, c/c o art. 62, §3º, da Lei 8.666/93, bem como demais normas legais pertinentes.
Dotação Orçamentária: Funcional Programática 06122001341160002 - DOCUMENTOS, Fonte de Recurso 0179980021 - OUTRAS VINCULAÇÕES LEGAIS, Natureza da Despesa 33903615 - LOCACAO DE IMOVEIS
Data da Assinatura: 02/03/2023
Assinam: RUDEL ESPÍNDOLA TRINDADE JUNIOR e JOSÉ MEDINA DE MENDONÇA NETO; RENAN LIMA DE MENDONÇA

TERMO DE CREDENCIAMENTO DETRAN/MS N° 595/2023

O Departamento Estadual de Trânsito de Mato Grosso do Sul – DETRAN-MS, tendo como origem o requerimento protocolado pela interessada, autuado e processado em conformidade com as disposições da Resolução n° 425/12 do CONTRAN e da PORTARIA "N" N° 101 de 02 de julho de 2021, do DETRAN-MS credencia, até 31 de dezembro de 2023, a empresa abaixo qualificada, bem como o(s) respectivo(s) profissionais psicólogos, para prestação de serviços de exames psicológicos no Município de: Ribas do Rio Pardo/MS.

Processo n°: 492.278

Empresa: JT Ltda

Endereço: Rua Álvaro Jobim, 1052, Nossa Senhora da Conceição II - CEP 79180-000

Município: Ribas do Rio Pardo

CNPJ n°: 48.725.764/0001-70

Psicólogo(a) Credenciado(a): Janaina Verônica de Almeida Tabosa

N° do CRP: 14/02021-1

Campo Grande (MS), 07 de março de 2023.

_____
Rudel Espíndola Trindade Júnior
Diretor-Presidente – DETRAN-MS

_____
JT Ltda
Empresa Credenciada

TERMO DE CREDENCIAMENTO DETRAN/MS N° 596/2023

O Departamento Estadual de Trânsito de Mato Grosso do Sul – DETRAN-MS, tendo como origem o requerimento protocolado pela interessada, autuado e processado em conformidade com as disposições da Resolução n° 425/12 do CONTRAN e da PORTARIA "N" N° 101 de 02 de julho de 2021, do DETRAN-MS credencia, até 31 de dezembro de 2023, a empresa abaixo qualificada, bem como o(s) respectivo(s) profissionais psicólogos, para prestação de serviços de exames psicológicos no Município de: Anaurilândia/MS.

Processo n°: 492.230

Empresa: Camila Oliveira Lippe ME

Endereço: Rua Santos Dumont, 1455, Centro - CEP 79770-000

Município: Anaurilândia

CNPJ n°: 48.569.340/0001-64

Psicólogo(a) Credenciado(a): Camila Oliveira Lippe

N° do CRP: 14/00954-2

Campo Grande (MS), 07 de março de 2023.

Rudel Espíndola Trindade Júnior
Diretor-Presidente – DETRAN-MS

Camila Oliveira Lippe ME
Empresa Credenciada

TERMO DE CREDENCIAMENTO DETRAN/MS N° 597/2023

O Departamento Estadual de Trânsito de Mato Grosso do Sul – DETRAN-MS, tendo como origem o requerimento protocolado pela interessada, autuado e processado em conformidade com as disposições da Resolução n° 425/12 do CONTRAN e da PORTARIA "N" N° 101 de 02 de julho de 2021, do DETRAN-MS credencia, até 31 de dezembro de 2023, a empresa abaixo qualificada, bem como o(s) respectivo(s) profissionais psicólogos, para prestação de serviços de exames psicológicos no Município de: Jardim/MS.

Processo n°: 490.142

Empresa: Eliane Aparecida dos Santos Silva – Clínica Psicológica ME

Endereço: Rua Tenente Bernardes, 903 – Sala 01, Centro - CEP 79240-000

Município: Jardim

CNPJ n°: 44.533.186/0002-09

Psicólogo(a) Credenciado(a): Eliane Aparecida dos Santos Silva

N° do CRP: 14/03997-0

Campo Grande (MS), 07 de março de 2023.

Rudel Espíndola Trindade Júnior
Diretor-Presidente – DETRAN-MS

Eliane Aparecida dos Santos Silva – Clínica Psicológica ME
Empresa Credenciada

PORTARIA DETRAN-MS "T" N. 2648, DE 16 DE MARÇO DE 2023.

"Aplica Penalidade que menciona e dá outras providências".

O Diretor-Presidente do Departamento Estadual de Trânsito de Mato Grosso do Sul – DETRAN-MS, no uso de suas atribuições legais, e

CONSIDERANDO o que consta nos autos da Sindicância Administrativa Disciplinar n. 31/034816/2022, deste Departamento, e o que dispõe a Portaria "N" n. 91/2020 – DETRAN/MS;

RESOLVE:

Art. 1º - Aplicar Penalidade de Advertência ao CFC GRAND PRIX, CNPJ n. 05.254.284/0001-66, do município de Amambai/MS, credenciado junto a este DETRAN-MS, por infringência ao disposto no item 17, do anexo X, da Portaria "N" n. 091/2020 – DETRAN/MS.

Art. 2° - Esta portaria entra em vigor na data da sua publicação.

Campo Grande (MS), 16 de março de 2022.

RUDEL ESPÍNDOLA TRINDADE JÚNIOR
DIRETOR-PRESIDENTE

PORTARIA DETRAN-MS "T" N. 2649, DE 16 DE MARÇO DE 2023.

"Aplica Penalidade que menciona e dá outras providências".

O Diretor-Presidente do Departamento Estadual de Trânsito de Mato Grosso do Sul – DETRAN-MS, no uso de suas atribuições legais, e

CONSIDERANDO o que consta nos autos da Sindicância Administrativa Disciplinar n. 31/034816/2022, deste Departamento, e o que dispõe a Portaria "N" n. 91/2020 – DETRAN/MS;

RESOLVE:

Art. 1º - Aplicar Penalidade de Advertência à Instrutora de Trânsito Srª LINDALVA APARECIDA RINQUES MARTINS, CPF n. 970.201.171-04, do CFC Grand Prix de Amambai/MS, credenciados junto a este DETRAN-MS, por infringência ao disposto no item 17, do anexo X, da Portaria "N" n. 091/2020 – DETRAN/MS.

Art. 2° - Esta portaria entra em vigor na data da sua publicação.

Campo Grande (MS), 16 de março de 2022.

RUDEL ESPÍNDOLA TRINDADE JÚNIOR
DIRETOR-PRESIDENTE

PORTARIA DETRAN-MS "T" N. 2650, DE 16 DE MARÇO DE 2023.

"Aplica Penalidade que menciona e dá outras providências".

O Diretor-Presidente do Departamento Estadual de Trânsito de Mato Grosso do Sul – DETRAN-MS, no uso de suas atribuições legais, e

CONSIDERANDO o que consta nos autos da Sindicância Administrativa Disciplinar n. 31/036699/2022, deste Departamento, e o que dispõe a Portaria "N" n. 91/2020 – DETRAN/MS;

RESOLVE:

Art. 1º - Aplicar a Penalidade de Suspensão de 30 (trinta) dias à Srª Sônia Paim dos Santos, CPF n. 528.443.821-34, Diretora Geral do CFC Brandão & Santos, por infringência ao disposto nos itens 06 e 09, do anexo X, da Portaria "N" n. 091/2020 – DETRAN/MS.

Art. 2° - Esta portaria entra em vigor na data da sua publicação.

Campo Grande (MS), 16 de março de 2022.

RUDEL ESPÍNDOLA TRINDADE JÚNIOR
DIRETOR-PRESIDENTE

PORTARIA DETRAN-MS "T" N. 2651, DE 16 DE MARÇO DE 2023.

"Aplica Penalidade que menciona e dá outras providências".

O Diretor-Presidente do Departamento Estadual de Trânsito de Mato Grosso do Sul – DETRAN-MS, no uso de suas atribuições legais, e

CONSIDERANDO o que consta nos autos da Sindicância Administrativa Disciplinar n. 31/045571/2022, deste Departamento, e o que dispõe a Portaria "N" n. 91/2020 – DETRAN/MS;

RESOLVE:

Art. 1º - Aplicar a penalidade de Advertência à Srª Alda Francisca Chaves dos Santos, CPF n. 367.727.041-34, Diretora Geral do CFC Fórmula 1, por infringência ao disposto no item 06, do anexo X, da Portaria "N" n. 091/2020 – DETRAN/MS.

Art. 2° - Esta portaria entra em vigor na data da sua publicação.

Campo Grande (MS), 16 de março de 2022.

RUDEL ESPÍNDOLA TRINDADE JÚNIOR
DIRETOR-PRESIDENTE

PORTARIA DETRAN-MS "T" N. 2652, DE 16 DE MARÇO DE 2023.

"Aplica Penalidade que menciona e dá outras providências".

O Diretor-Presidente do Departamento Estadual de Trânsito de Mato Grosso do Sul – DETRAN-MS, no uso de suas atribuições legais, e

CONSIDERANDO o que consta nos autos da Sindicância Administrativa Disciplinar n. 31/045571/2022, deste Departamento, e o que dispõe a Portaria "N" n. 91/2020 – DETRAN/MS;

RESOLVE:

Art. 1º - Aplicar a penalidade de Advertência ao Sr. Joelson da Cunha Souza, CPF n. 001.039.471-08, Diretor de Ensino do CFC Fórmula 1, por infringência ao disposto nos itens 06 e 17, do anexo X, da Portaria "N" n. 091/2020 – DETRAN/MS.

Art. 2° - Esta portaria entra em vigor na data da sua publicação.

Campo Grande (MS), 16 de março de 2022.

RUDEL ESPÍNDOLA TRINDADE JÚNIOR
DIRETOR-PRESIDENTE

PORTARIA DETRAN-MS "T" N. 2653, DE 16 DE MARÇO DE 2023.

"Aplica Penalidade que menciona e dá outras providências".

O Diretor-Presidente do Departamento Estadual de Trânsito de Mato Grosso do Sul – DETRAN-MS, no uso de suas atribuições legais, e

CONSIDERANDO o que consta nos autos da Sindicância Administrativa Disciplinar n. 31/045571/2022, deste Departamento, e o que dispõe a Portaria "N" n. 91/2020 – DETRAN/MS;

RESOLVE:

Art. 1º - Aplicar a penalidade de Advertência à Srª Aline Loubet da Silva, CPF n. 907.648.031-15, Diretora de Ensino do CFC Real, por infringência ao disposto nos itens 06 e 17, do anexo X, da Portaria "N" n. 091/2020 – DETRAN/MS.

Art. 2° - Esta portaria entra em vigor na data da sua publicação.

Campo Grande (MS), 16 de março de 2022.

RUDEL ESPÍNDOLA TRINDADE JÚNIOR
DIRETOR-PRESIDENTE

PORTARIA DETRAN-MS "T" N. 2654, DE 16 DE MARÇO DE 2023.

"Aplica Penalidade que menciona e dá outras providências".

O Diretor-Presidente do Departamento Estadual de Trânsito de Mato Grosso do Sul – DETRAN-MS, no uso de suas atribuições legais, e

CONSIDERANDO o que consta nos autos da Sindicância Administrativa Disciplinar n. 31/045571/2022, deste Departamento, e o que dispõe a Portaria "N" n. 91/2020 – DETRAN/MS;

RESOLVE:

Art. 1º - Aplicar a Penalidade de Advertência ao CFC Fórmula 1, CNPJ n. 04.858.200/0001-30, e ao CFC Real, CNPJ 24.968.480/0001-47, por infringência ao disposto no item 04, do anexo X, da Portaria "N" n. 091/2020 – DETRAN/MS.

Art. 2° - Esta portaria entra em vigor na data da sua publicação.

Campo Grande (MS), 16 de março de 2022.

RUDEL ESPÍNDOLA TRINDADE JÚNIOR
DIRETOR-PRESIDENTE

PORTARIA DETRAN-MS "T" N. 2655, DE 16 DE MARÇO DE 2023.

"Aplica Penalidade que menciona e dá outras providências".

O Diretor-Presidente do Departamento Estadual de Trânsito de Mato Grosso do Sul – DETRAN-MS, no uso de suas atribuições legais, e

CONSIDERANDO o que consta nos autos da Sindicância Administrativa Disciplinar n. 31/045571/2022, deste Departamento, e o que dispõe a Portaria "N" n. 91/2020 – DETRAN/MS;

RESOLVE:

Art. 1º - Aplicar a Penalidade de Suspensão de 10 (dez) dias ao Sr. Kleberson Luciano Chaves dos Santos, CPF n. 916.624.781-00, Instrutor de Trânsito do CFC Fórmula 1 e CFC Real, por infringência ao disposto nos itens 04, 09 e 17, do anexo X, da Portaria "N" n. 091/2020 – DETRAN/MS.

Art. 2° - Esta portaria entra em vigor na data da sua publicação.

Campo Grande (MS), 16 de março de 2022.

RUDEL ESPÍNDOLA TRINDADE JÚNIOR
DIRETOR-PRESIDENTE

PORTARIA DETRAN-MS "N" Nº 143, DE 16 DE MARÇO DE 2023.

"Estabelece normas para a prestação de serviços de remoção, recolhimento, depósito, guarda, preparação e realização de leilões públicos de veículos automotores no âmbito do Estado do Mato Grosso do Sul, apreendidos ou removidos por inobservância à legislação de trânsito. Dispõe sobre o credenciamento de empresas privadas responsáveis pela execução destes serviços, e dá outras providências."

O DIRETOR-PRESIDENTE DO DEPARTAMENTO ESTADUAL DE TRÂNSITO DE MATO GROSSO DO SUL – DETRAN/MS, no uso de suas atribuições legais, e

Considerando o disposto no artigo 22, *caput*, inciso "X", artigos 269, 271 e 328, da Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997 - Código de Trânsito Brasileiro - CTB;

Considerando as alterações promovidas pela Lei Federal nº 13.160 de 25 de agosto de 2015 e nº 13.281, de 04 de maio de 2016, combinada com a Lei nº 8.666 de 21 de junho de 1993,

Considerando o contido na Lei nº 4.282, de 14 de dezembro de 2012 e alterações, que estabelece valores e taxas da Tabela de Serviços do DETRAN/MS;

Considerando a RESOLUÇÃO SEJUSP/MS/Nº 848, de 19 de outubro de 2019;

Considerando a regulamentação instituída pela Resolução CONTRAN nº 623 de 06 de setembro de 2016;

Considerando a necessidade de disciplinar o serviço de guincho, remoção, entrada e saída de veículos de forma que garanta a segurança, agilidade e o bom atendimento aos usuários do sistema de trânsito;

Considerando o contido na Lei Estadual nº 4.593, de 03 de dezembro de 2014, que dispõe sobre a destinação de veículos em

fim de vida útil, mediante compactação ou esmagamento.

Considerando reduzir o volume de veículos em depósito nos Pátios das Agências de Trânsito do DETRAN/MS, em todo o Estado, com a reedição da Portaria DETRAN-MS "N" Nº 42 de 10 de abril de 2019, prevê a possibilidade de remoção de todos os veículos apreendidos nos pátios destinados a leilão, sejam estes categorizados para circular, sucatas aproveitáveis e inservíveis.

Considerando, ainda, que traz a previsão de realização de leilões com o agrupamento das três categorias de veículos/unidades, ou seja, contempla veículos para circulação, sucatas aproveitáveis e inservíveis, com absorção dos custos preparatórios, nos termos do artigo 32, §1º, incisos I e II da Resolução nº 623, de 06 de setembro de 2016, com a utilização do coeficiente de proporcionalidade.

RESOLVE:

TÍTULO I
DO OBJETO DA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS
CAPÍTULO ÚNICO
DAS CONSIDERAÇÕES GERAIS

Art. 1º - disciplinar a prestação dos serviços de remoção, recolhimento, depósito, guarda, preparação e realização de leilões públicos de veículos automotores apreendidos ou removidos no âmbito do território do Estado de Mato Grosso do Sul.

§ 1º – Os serviços descritos no *caput* deste artigo serão exercidos pelo DETRAN/MS, por seus conveniados, credenciados (as) ou empresas contratadas na forma da Lei e conforme expresso nesta Portaria.

§ 2º - O credenciamento dos prestadores de serviços será disciplinado por esta portaria, sem prejuízo de outras que disciplinem quaisquer dos serviços aqui previstos.

Art. 2º - Para os fins desta Portaria, considera-se:
I – Empresa Credenciada: pessoa jurídica que realiza todas ou quaisquer das atividades descritas no *caput* do artigo anterior nos moldes e parâmetros instituídos pelo CTB, pelas normas estabelecidas pelo CONTRAN, SENATRAN e por esta Portaria.
II – Empresa Contratada: pessoa jurídica contratada na forma da Lei, por licitação ou concessão, que realiza todas ou quaisquer das atividades descritas no *caput* do artigo anterior nos moldes e parâmetros instituídos pelo CTB, pelas normas estabelecidas pelo CONTRAN, DENATRAN e por esta Portaria.
III – Pátio do DETRAN/MS: área do DETRAN/MS reservada/destinada ao depósito de veículos removidos em decorrência de medida administrativa aplicada na constatação de infrações de trânsito nas vias públicas, na forma dos Capítulos XV e XVII do CTB, seja de sua sede ou agências do interior.
IV – Remoção de veículos: medida administrativa (realizada pelo DETRAN/MS, credenciados ou empresas contratadas), sendo o procedimento inicial adotado no momento da constatação das infrações de trânsito nas vias públicas, da forma definida nos Capítulos XV e XVII do CTB;
V – Depósito: Local definido pela Autoridade de Trânsito, destinado a acomodar os veículos removidos, nos termos do Art. 271 do CTB e desta Portaria, administrados por credenciada/contratada.
VI – Guarda: Período compreendido entre o recebimento do veículo decorrente da remoção, pelo pátio, até a sua retirada do respectivo proprietário.
VII – Liberação: Procedimento administrativo realizado pela Autoridade de Trânsito Competente, que consiste na restituição dos veículos removidos, mediante pagamento das multas, taxas e despesas com remoção e estadia, além de outros encargos previstos por legislação específica.
VIII – Taxa de Estadia: Taxa prevista em Lei, que compreende o período de estadia de veículos nos pátios.
IX – Vistoria Técnica de entrada: Checagem visual do estado de conservação e manutenção do veículo, associado a ação ou efeito de olhar, de examinar, de verificar, e de inspecionar veículo à detecção de problemas e quanto a sua identificação e originalidade;
X – Proprietário: Pessoa física ou jurídica em nome de quem o veículo está registrado no cadastro oficial da Autoridade de Trânsito.
XI – Leilão: Modalidade de licitação entre quaisquer interessados para a venda de veículos removidos ou recolhidos a qualquer título a quem oferecer o maior lance, igual ou superior ao valor da avaliação.
XII – Credenciamento: processo administrativo de chamamento público em que a Administração Pública convoca interessados em prestar serviços ou fornecer bens para que, preenchidos os requisitos necessários, se credenciem no órgão ou na entidade para executar o objeto quando convocados.

TÍTULO II
DO SERVIÇO DE REMOÇÃO E RECOLHIMENTO DE VEÍCULOS

CAPÍTULO I
DA PRESTAÇÃO E SOLICITAÇÃO DO SERVIÇO

Art. 3º - Os serviços de remoção por guincho para recolhimento de veículos como medida administrativa pelo

cometimento de infrações de trânsito para os pátios de guarda e custódia do DETRAN/MS, de suas credenciadas ou contratadas, existentes no Estado de Mato Grosso do Sul, feitos por guinchos próprios do Estado de Mato Grosso do Sul ou de empresas credenciadas/contratadas pelo DETRAN/MS, serão executados conforme os termos da legislação aplicável e desta Portaria.

Art. 4º - A autoridade de trânsito ou seus agentes, desde que conveniados com o DETRAN/MS, solicitarão o serviço via Detran, através de chamadas telefônicas, via rádio ou sistema eletrônico.

Art. 5º - Os chamados de guincho serão atendidos respeitando a seguinte ordem:
I – Veículos que estejam obstruindo a livre circulação nas vias, acidentados, abandonados ou estacionados irregularmente;
II – Veículos que estejam colocando em risco a segurança das vias, da autoridade de trânsito e/ou de seus agentes e demais usuários;
III – Veículos recolhidos como medida administrativa pelo cometimento de infrações de trânsito prevista no Código de Trânsito Brasileiro - CTB em operações coordenadas de fiscalização de trânsito previamente comunicadas ao DETRAN/MS;
IV – Demais casos de remoção de veículos apreendidos.
Parágrafo Único – As solicitações de serviços de guincho de caráter administrativo, em apoio aos demais órgãos/entidades da administração pública, somente serão disponibilizados mediante solicitação por escrito à Diretoria da Presidência ou à autoridade por aquela delegada e desde que previamente autorizada, respeitada a capacidade de atendimento sem prejuízos para a continuidade da prestação do serviço pelo DETRAN-MS.

Art. 6º - Após receber o chamado de atendimento, o guincho empenhado no serviço deverá atender à solicitação, no perímetro urbano, em no máximo 60 (sessenta) minutos.
Parágrafo Único – Para remoção de veículos fora do perímetro urbano deverá ser observado o expresso no *caput*, acrescidos de 60 (sessenta) minutos para cada 80 Km (oitenta quilômetros) a ser percorrido até o local da remoção.

CAPÍTULO II
DO CONTROLE E ACIONAMENTO DO GUINCHO

Art. 7º - O Controle e Acionamento funcionará na sede do DETRAN/MS, prestando atendimento 24 (vinte e quatro) horas por dia, inclusive aos sábados, domingos e feriados.

§ 1º - O Detran será responsável pela gestão dos atendimentos de guincho.

§ 2º – O controle e acionamento será operado por servidores designados pelo Detran.

§ 3º - A escala de trabalho será definida pela DIRAF e implantadas após a sua aprovação.

Art. 8º - O Detran ao receber o chamado, procederá o cadastro preliminar do veículo apreendido em sistema de Controle de Gestão próprio, o qual será complementado na entrada do veículo no pátio de guarda e custódia próprio, credenciado ou contratado.

Parágrafo Único – No caso de operação sob comando de fiscalização de trânsito, o responsável pela operação deverá ao seu término, informar a relação de veículos removidos, contendo o número do auto de recolhimento de veículos (ARV), e a referência da placa/chassi, a fim de que seja efetuado o cadastro no sistema e assim possam dar entrada no pátio.

CAPÍTULO III
DA RECEPÇÃO, MOVIMENTAÇÃO E ENTREGA DOS VEÍCULOS

Art. 9º - Os veículos recolhidos deverão ser encaminhados diretamente ao pátio designado, sendo vedado o seu desembarque em qualquer outro local, salvo em casos de emergência e devidamente comunicados ao Detran.

Parágrafo Único – Havendo mais de um veículo a ser recolhido em uma mesma região da cidade, e o guincho possuir capacidade operacional para realizar o transporte com segurança, o Detran poderá autorizar o atendimento de mais de um chamado.

Art. 10 - Os veículos recolhidos das vias públicas por quaisquer motivos, somente poderão ser recebidos nos pátios de guarda e custódia próprios, credenciados ou contratados pelo DETRAN-MS, se previamente cadastrados no sistema de controle de pátio, e se transportados por guinchos próprios do Estado de Mato Grosso do Sul ou pelas empresas credenciadas ou contratadas, salvo os casos previstos no Art. 15 desta portaria.

Art. 11 - O serviço de remoção de veículos, somente será realizado observando os seguintes procedimentos:
I – A autoridade de trânsito ou seus agentes, apresentará previamente o Auto de Recolhimento de Veículos – ARV devidamente preenchido e assinado pelo condutor do guincho, e o condutor do veículo, se possível, acompanhará todo o procedimento até o término do carregamento;
II – O condutor do guincho, ao receber o ARV, deverá conferir se está devidamente preenchido e assinado e se

consta no campo de observações, as condições gerais do veículo e os objetos pessoais contidos no mesmo;
III – O condutor do guincho carregará o veículo e efetuará o ancoramento de forma a garantir o transporte seguro.

§ 1º - Nos casos de condições adversas, veículos travados, tombados, capotados e demais situações em que seja necessário utilizar técnicas ou equipamentos que para a prestação do serviço, possam danificar o veículo, tal informação deverá constar no campo de observações do ARV, especificando as ações e equipamentos que foram adotados no procedimento.

§ 2º - O ARV deverá ser assinado pelo condutor do guincho, autoridade de trânsito ou seus agentes e sempre que possível pelo condutor, proprietário do veículo ou testemunha.

§ 3º - O DETRAN-MS poderá utilizar-se de sistema eletrônico para a vistoria dos veículos a serem recolhidos.

Art. 12 - Após guinchar o veículo, este deverá ser encaminhado imediatamente ao pátio de guarda e custódia do DETRAN/MS ou pátio credenciado/contratado.

Parágrafo Único – O agente responsável pelo serviço de guincho, a empresa credenciada ou a contratada, quando for o caso, que deixar de cumprir o disposto nos artigos 9º e 10 desta portaria, será responsabilizado pelas divergências entre as informações apresentadas.

Art. 13 – Os veículos envolvidos em ocorrências policias, às quais necessitam de comunicação imediata à polícia judiciária, deverão ser encaminhados à delegacia de competência a ser indicada pelo Centro Integrado de Operações de Segurança – CIOPS.

Parágrafo Único – Nos demais casos, os veículos recolhidos das vias públicas serão encaminhados e recebidos pelos pátios de guarda e custódia próprios, credenciados ou contratados pelo DETRAN/MS, conforme for determinado pelo Detran/MS.

Art. 14 - O serviço de remoção/recolhimento somente será dado como concluído após o responsável pelo pátio receber a documentação e o veículo ser descarregado em local apropriado.

CAPÍTULO IV
DA REMOÇÃO POR TERCEIROS

Art. 15 – No caso de indisponibilidade de serviços de guincho próprios, credenciados ou contratados, o DETRAN/MS poderá autorizar a autoridade de trânsito ou seus agentes, as seguintes ações:
I – Realizar o serviço de remoção através de outro guincho que for providenciado pelo condutor ou proprietário;
II – Não havendo guincho disponível, o veículo poderá ser conduzido pelo condutor autuado, proprietário do veículo ou condutor por ele indicado, devidamente habilitado, mediante escolta;

§ 1º - A forma de recolhimento do veículo deverá constar obrigatoriamente no ARV, para o cálculo do custo do recolhimento.

§ 2º - Os valores referentes ao transporte realizado por guincho de terceiros, previstos no inciso I, deverão ser combinados entre o proprietário do veículo e o prestador de serviços, bem como as condições e formas de pagamento, que será realizado diretamente a este, não havendo qualquer interferência do DETRAN/MS.

§ 3º - O DETRAN/MS e o Governo do Estado não serão responsabilizados por quaisquer danos causados ao veículo transportado em guincho de terceiros contratados diretamente pelo proprietário do veículo ou condutor, devendo este formalizar sua reclamação e cobrança diretamente ao prestador de serviço por ele contratado.

CAPÍTULO V
DO PAGAMENTO DO SERVIÇO DE REMOÇÃO

Art. 16 – Os serviços realizados por guinchos pertencentes ao Estado de Mato Grosso do Sul, serão cobrados diretamente do proprietário, através de guia própria, no ato da liberação, conforme Tabela de Serviços do Departamento Estadual de Trânsito, prevista na Lei Estadual nº 4.282 de 14 de dezembro de 2.012 e suas alterações ou ato que a substitua.

§ 1º - No cálculo da quilometragem excedente, nas cidades sedes dos veículos guinchos, será considerado o percurso a partir do local da remoção do veículo até o pátio de guarda e apreensão da agência do DETRAN/MS na capital ou interior do estado;

§ 2º – Para o cálculo da quilometragem nos deslocamentos intermunicipais, será considerada a quilometragem do mapa oficial do Estado e será paga de acordo com a tabela acima mencionada.

§ 3º - Para efeito de apuração de quilometragem excedente, a credenciada/contratada poderá cobrar o limite máximo de 100 Km (cem quilômetros) adicionais rodados para veículos removidos por medida administrativa e de 500 km (quinhentos quilômetros) para veículos removidos para preparação de leilão.

Art. 17 – O pagamento dos serviços realizados por guinchos credenciados ou contratados pelo DETRAN/MS será definido pelo instrumento que o reger, sendo respeitados os valores máximos estipulados na Lei Estadual nº 4.282 de 14 de dezembro de 2.012 e suas alterações ou ato que a substitua.

Art. 18 – Não haverá incidência da taxa em razão de veículo automotor recolhido ao pátio ou às delegacias, que estejam à disposição de autoridade policial ou judicial.

Art. 19 – Na hipótese de leilão judicial ou administrativo do veículo, o recebimento das taxas será limitado ao valor da arrematação.

Art. 20 - A empresa credenciada pagará ao DETRAN/MS, por veículo guinchado e liberado, o equivalente a 0,5 (meia) UFERMS para veículos leves, 1,00 (uma) UFERMS para veículos médios, e 3,00 (três) para veículos pesados. O pagamento deverá ser efetuado mensalmente através de guia única a ser emitida pelo DETRAN/MS, de acordo com relatório emitido mensalmente.
Parágrafo Único – A empresa contratada pagará ao DETRAN/MS, por veículo guinchado e liberado, conforme dispuser o instrumento firmado a título de contrato.

TÍTULO III
DOS SERVIÇOS DE DEPÓSITO E GUARDA DE VEÍCULOS AUTOMOTORES

CAPÍTULO I
DA REMOÇÃO E VISTORIA DOS VEÍCULOS

Art. 21 – Os veículos guinchados em razão de medida administrativa pelo cometimento de infrações de trânsito serão encaminhados para os pátios credenciados, por meio de distribuição equitativa pelo setor de apreensão da Capital e no interior pelo gerente da agência local.

Parágrafo Único – Havendo empresa contratada, os veículos guinchados serão encaminhados, conforme previsto no edital de licitação e seus anexos.

Art. 22 - Para os veículos já depositados aos pátios do DETRAN/MS até a data da assinatura do contrato, o DETRAN/MS poderá requerer, mediante ordem de serviço, a remoção/transporte de transferência sob demanda de veículo sob sua custódia, para local de seu interesse.

§ 1º - Mediante solicitação do DETRAN/MS, a empresa credenciada deverá, no prazo máximo de 45 (quarenta e cinco) dias, sob pena de multa, providenciar a remoção dos veículos já recolhidos ao pátio do DETRAN/MS, os quais passarão a ficar sob sua guarda.

§ 2º - As empresas contratadas, mediante ordem de serviço expedida pelo DETRAN/MS, deverão providenciar a remoção, para seus pátios, dos veículos já depositados no pátio do DETRAN/MS, no prazo máximo de 180 dias, os quais passarão a ficar sob sua guarda.

Art. 23 – As vistorias de entrada e saída dos veículos apreendidos e encaminhados às empresas credenciadas/contratadas, deverão ser realizadas por profissional habilitado, formado em curso especifico da área, reconhecido pelo DETRAN/MS.

§ 1º - Os profissionais habilitados deverão fotografar o veículo e analisar minuciosamente todas as suas condições físicas e estruturais conforme determinado pelo CONTRAN assinalando em termo próprio as condições gerais do veículo e anotando os danos, riscos e avarias.

§ 2º - As fotografias serão analisadas por vistoriadores do Detran-MS, que validarão ou não as imagens, e se necessário requisitarão mais imagens. A vistoria do veículo quanto a autenticidade de caracteres de Chassi e Motor e agregados de cada veículo é de responsabilidade da credenciada e do quadro de seus profissionais habilitados.

§ 3º - Havendo suspeita quanto a autenticidade de caracteres de chassi e motor, deverá ser comunicado à Diretoria de Veículos – DIRVE para providências.

Art. 24 – No ato da liberação do veículo, havendo necessidade de guincho para sua retirada, este serviço será de total responsabilidade do proprietário do veículo.

§ 1º - Havendo necessidade de reparos no veículo para a liberação de saída e não puderem ser efetuados no depósito, obrigatoriamente será inserida restrição administrativa, liberando o veículo para que seja levado embarcado em veículo guincho, e que seja apresentado novamente o veículo para vistoria, comprovando o reparo das pendências apontadas na vistoria inicial.

Art. 25 – O DETRAN/MS não disponibilizará de qualquer meio para o funcionamento do veículo, sendo de total responsabilidade do proprietário a retirada do bem.

Art. 26 – Será de inteira e exclusiva responsabilidade das empresas contratadas ou credenciadas quaisquer danos causados ao veículo no pátio de recolhimento, bem como a reparação dos danos causados.

CAPÍTULO III
DOS PAGAMENTOS E DAS ESPECIFICAÇÕES

Seção I
Dos valores da estadia dos veículos

Art. 27 – Os valores de estadia e vistoria de liberação de veículos apreendidos, prestados por empresas credenciadas, são os fixados pela Lei Estadual nº 4.282 de 14 de dezembro de 2012, e suas alterações ou ato normativo que venha a substituí-la.

Parágrafo Único – O valor da estadia, prestada por empresa contratada, atenderá o fixado na Lei Estadual nº 4.282 de 14 de dezembro de 2012 e suas alterações ou ato normativo que venha a substituí-la, observados os termos do contrato firmado.

Art. 28 – Serão de responsabilidade do proprietário legal do veículo os custos com as diárias pelo período de permanência no depósito credenciado/contratado, considerando o início da primeira diária o marco da 00H-00min do dia da entrada.

Parágrafo Único – O proprietário legal do veículo é responsável pelos custos da vistoria para liberação do veículo apreendido.

Art. 29 – O limite de cobrança de diárias estará determinado em legislação específica, não se responsabilizando o DETRAN/MS, por danos causados ao veículo durante a estadia e aos valores cobrados pela empresa credenciada/contratada ao proprietário do veículo.

Art. 30 – Após a autorização de liberação expedida pelo DETRAN/MS o proprietário deverá comparecer para retirada do veículo em até 48 horas da sua expedição, respeitado o horário de funcionamento da empresa credenciada/contratada.

Parágrafo Único. Caso o proprietário não retire o veículo no prazo previsto para sua liberação, respeitado o horário de funcionamento do pátio da empresa credenciada/contratada, será efetuada nova cobrança de estadia referente ao período excedente de permanência do veículo no máximo de 10 (dez) dias, caso não tenha sido atingido o limite máximo de 180 dias previsto na legislação. Após o período excedente será caracterizado abandono e o veículo será reinserido no fluxo de pátio para leilão.

Seção II
Do preço e das condições de pagamento pela execução dos serviços

Art. 31 – Os valores referentes à prestação de serviços de depósito e guarda, remoção e da vistoria de entrada de veículos apreendidos, serão pagos à empresa credenciada/contratada diretamente pelo proprietário ou responsável pelo veículo recolhido, não recaindo qualquer ônus ao DETRAN/MS no que tange ao pagamento de qualquer despesa decorrente do serviço prestado, conforme disposto no Art. 271 do CTB e suas alterações.

Parágrafo Único – As empresas contratadas, quanto aos valores das estadias, deverão observar o disposto no contrato firmado e aos termos da Lei Estadual nº 4.282 de 14 de dezembro de 2012, e suas alterações ou ato normativo que venha a substituí-la.

Art. 32 – A empresa credenciada/contratada, quando efetuar a remoção sob demanda de veículos já apreendidos e depositados nos pátios do DETRAN/MS, não retirados pelos interessados no prazo legal e aptos a leilão, receberão por estes serviços o que determinar os termos da Lei Estadual nº 4.282 de 14 de dezembro de 2012, e suas alterações ou ato normativo que venha a substituí-la, pagos com os recursos obtidos da arrematação em leilão, obedecida a ordem de pagamento prevista no Art. 32 da Resolução do CONTRAN n. 623, 06 de setembro de 2016.

§ 1º - Realizado o leilão e o valor da arrematação não sendo suficiente para a quitação dos valores previstos no *caput* deste artigo, a serem pagos à empresa credenciada/contratada, a empresa restará ciente que suportará eventual custo de depósito.

§ 2º - Para os veículos levados a leilão e não arrematados, que porventura entrarem em novo leilão, o pagamento será efetuado conforme previsto no *caput*, desde que o valor da arrematação seja suficiente.

Art. 33 – Será cobrado das Empresas credenciadas pelo DETRAN-MS, para cada vistoria de entrada de veículo apreendido, o valor de 0,5 (meia) UFERMS da Tabela de Serviços do DETRAN-MS, pelo acesso e integração ao Banco de Dados do DETRAN-MS.

Parágrafo Único – Será emitida pelo DETRAN-MS, até o quinto dia útil de cada mês, 01 (uma) guia de serviços

do DETRAN-MS referente ao código 3022 da Tabela de Serviços, com vencimento para o dia 10 (dez) do mês corrente, à qual deverá ser quitada pela empresa até o vencimento, no valor correspondente ao total de vistorias emitidas no período do mês anterior.

Art. 34 – A credenciada/contratada não será remunerada quando remover e depositar veículos isentos de pagamento dos valores por força de legislação específica ou determinação judicial, não sendo o DETRAN/MS responsável por qualquer ônus ou dever de indenizar, que daí advir.

CAPÍTULO IV
DA PREPARAÇÃO DO LEILÃO

Seção I
Das disposições preliminares

Art. 35 – Os veículos recolhidos aos depósitos e não retirados por seus proprietários ou por quem de direito, dentro do prazo de 60 (sessenta) dias, serão levados a leilão público, conforme legislação vigente.

§ 1º - A indicação dos veículos depositados nos pátios há mais de 60 (sessenta) dias deverá ser encaminhada à Comissão de Leilão do DETRAN/MS, pela empresa credenciada/contratada, via sistema informatizado do DETRAN/MS ou outro definido em contrato.

§ 2º - A Comissão de Leilão do DETRAN/MS poderá solicitar informações e documentos complementares à credenciada/contratada.

Art. 36 - Constatada a permanência do veículo nos pátios do DETRAN/MS, das credenciadas ou contratadas, por período superior ao previsto no *caput* do artigo anterior, o Diretor-Presidente autorizará a abertura de processo administrativo, bem como designará o leiloeiro.

§ 1º - Previamente à abertura de processo administrativo, tratado no *caput*, a Comissão de Leilão verificará a realização e regularidade:
I – Das notificações ao proprietário previstas no § 4º, Art. 4º, da resolução CONTRAN nº 623/2016, quando for o caso;
II – Do edital de notificação de retirada de veículos, conforme expresso no Art. 5º, da resolução CONTRAN nº 623/2016;
III – Das notificações às instituições financeiras responsáveis pelo registro de gravame financeiro;
IV – Notificação à autoridade judicial ou policial responsável pela restrição imposta, se houver;
V – Das restrições registradas na base de índice nacional (BIN) e base estadual.

§ 2º – As empresas credenciadas/contratadas deverão indicar, ao DETRAN/MS, os veículos para a realização das notificações tratadas neste artigo.

§ 3º - Nos municípios onde não houver pátio credenciado, as notificações tratadas nos incisos I a IV, do parágrafo 1º, deste artigo, serão de responsabilidade do DETRAN/MS.

Art. 37 – Nos municípios onde houver pátio credenciado, este deverá executar os serviços de preparação para leilão.

§ 1º - Não havendo pátio credenciado no município, os serviços de preparação para leilão serão executados pelos pátios credenciados/contratados de outro município, mediante remoção para a localidade sob sua responsabilidade.

§ 2º - O pátio credenciado/contratado deverá registrar junto a Comissão de leilão, o interesse para execução da preparação do leilão, no munícipio que não houver pátio credenciado/contratado, prevalecendo a ordem de manifestação, atendendo o prazo definido no Art. 51 § 1º.

§ 3º - Em qualquer caso, havendo empresa contratada para tal fim, esta será responsável pela execução dos procedimentos de preparação para leilão, devendo prevalecer o previsto no edital de contratação e seus anexos.

Seção II
Dos serviços de preparação do leilão

Art. 38 - A autorização para execução dos serviços será concedida através de ordens de serviço emitidas pela Comissão de Leilão do DETRAN/MS, com base nas propostas de atividades fixadas em calendário.

Art. 39 – A empresa credenciada/contratada, prestadora de serviços de depósito e guarda executará os seguintes serviços de preparação do leilão:
I – Guarda;
II – Conservação;
III – Vistoria de Leilão, conforme critérios expressos nesta portaria;
IV - Avaliação dos veículos, conforme critérios expressos nesta portaria

V– Análise cadastral;
VI – Preparar os veículos para serem identificados com pintura e marcação, incluindo limpeza de chassi e motor, desobstrução de acesso ao sequencial identificador de chassi e motores, no caso de veículos sinistrados e trancados;
VII – Localização, remoção e transporte dos veículos a serem leiloados, condicionados nas agências do DETRAN/MS, para o espaço físico onde ocorrerá o leilão;
VIII – Efetuar toda movimentação de veículos dos pátios;
IX – Mapear os pátios, de modo que o local físico de onde se encontra o veículo conste em seu cadastro;
X – Efetuar o loteamento físico dos lotes de veículos a serem leiloados;
XI – Limpeza do local de armazenagem dos veículos a serem leiloados, antes e depois do leilão;
XII – Efetuar a triagem dos veículos apreendidos separando-os por tipo para proceder a publicação dos editais de leilão e consequente realização do leilão;
XIII – Recorte do sequencial identificador do chassi, retirando, no caso de ciclomotores, motonetas, motociclos e triciclos os pescoços e dos demais veículos o sequencial do chassi, para veículos classificados como sucata aproveitável;
XIV – Recorte do sequencial identificador do chassi, retirando, no caso de ciclomotores, motonetas, motociclos e triciclos os pescoços e dos demais veículos o sequencial do chassi e descaracterização do sequencial identificador do motor para os veículos que serão leiloados como sucata inservível e sucata aproveitável com motor inservível;
XV – Retirada e corte das placas de identificação dos Veículos leiloados classificados como sucata aproveitável, inservível ou aproveitável com motor inservível.

Seção III
Da vistoria de leilão e da avaliação dos veículos

Subseção I
Da Vistoria de Leilão

Art. 40 – A Vistoria de Leilão consistente na categorização e classificação da modalidade de leilão com atesto de originalidade dos sinais verificadores do veículo, pela emissão de laudo, deve ser realizada por profissional vistoriador habilitado, reconhecido pelo DETRAN/MS, nos termos do art. 15 da Resolução CONTRAN nº 623/2016 e dos seguintes parâmetros:
I - categoria 1 – destinado a circulação: veículos em bom estado de conservação sem dano ou com dano de pequena monta ou recuperável (com dano de média monta);
II - categoria 2 – Sucata aproveitável: são os veículos irrecuperáveis, com dano de grande monta, aqueles recuperáveis mas com motor inservível ou aqueles que pelo estado de geral conservação indiquem a impossibilidade de retornar a circular, mas cujas peças e componentes possam ser aproveitadas em outros veículos;
III - categoria 3 – Sucata Inservível: veículos inservíveis, sem possibilidade de regularização cujo estado geral de conservação indiquem a impossibilidade de retornar a circular ou de aproveitamento das suas peças e componentes.

§1º – A Sucata aproveitável – veículo irrecuperável, com dano de grande monta, aqueles recuperáveis mas com motor inservível, cujas peças possam ser reaproveitadas em outros veículos, na forma do art. 16, § 2º, I e III, da Resolução CONTRAN nº 623/2016, que só poderão ser vendidos para empresas do ramo do comércio de peças usadas reguladas pela Lei 12.977, de 20 de maio de 2014, e normativas do CONTRAN e devidamente credenciadas perante o DETRAN.

§2º – Sucata inservível – veículo inservível, sem possibilidade de regularização, são destinados à prensagem ou trituração, incluindo aqueles que se encontram recolhidos há mais de 1 (um) ano, na forma do art. 16, § 4º da Resolução CONTRAN nº 623/2016, salvo aqueles que pelas características gerais de conservação, possam indicar outro enquadramento; aqueles que, independentemente de seu estado de conservação, a autenticidade da identificação do veículo recolhido ou a legitimidade da sua propriedade não tenha sido possível, consoante o art. 7º, I, letra "a" da Resolução CONTRAN nº 623/2016; aqueles que, seja pelos danos de grande monta, seja pela impossibilidade de reparo gerando causa impeditiva de circulação, na forma do art. 16, § 1º, I e II da Resolução CONTRAN nº 623/2016.

§3º – Para fins desta Portaria também serão considerados inservíveis os veículos clonados, quando identificado o original; veículos estrangeiros, emplacados ou não; veículo sem registro no DETRAN/MS e no sistema RENAVAM; veículos comprovadamente adulterados em perícia sem revelar a numeração original; veículos montados (sem identificação de chassi/VIN); veículos remontados e soldados; veículos com placas 2 (duas) alfas; e veículos baixados.

§4º - Veículos sem o primeiro emplacamento, que constem o pré-cadastro no sistema RENAVAM, estando em perfeito estado de conservação, serão regularizados através do recibo de arremate emitido pelo leiloeiro.

§5º - Veículos registrados com média monta serão regularizados pelo arrematante, mediante cumprimento da legislação específica vigente.

§6º - O Laudo de vistoria mencionado neste artigo deverá conter ao menos duas fotos da partes externa do veículo (dianteira e traseira a 45º), duas da parte interna e uma de cada componente listados abaixo:
I – placa;
II – lacre;
III – chassi;
IV – motor;
V – vidros;
VI - etiqueta eta/vis de coluna;
VII - etiqueta eta/vis do compartimento do motor;
VIII - habitáculo do motor.

§7º - Os componentes ausentes ou em desacordo com a legislação devem ficar registrados como pendentes de regularização, no caso de veículos destinados a circulação, e constar do edital de leilão.

Subseção II
Da avaliação

Art. 41 – A avaliação dos veículos originará o valor do lance inicial por ocasião da realização do leilão.

Art. 42 – Realizada a categorização e classificação dos veículos a credenciada/contratada procederá a avaliação com base nos seguintes termos:
I – Os veículos classificados na modalidade de circulação, enquadrados na categoria 1, serão avaliados com base na tabela FIPE, aplicando-se o índice de desvalorização de 50% (cinquenta por cento), quando sem dano ou com dano de pequena monta;
II – Os veículos classificados na modalidade de circulação, enquadrados na categoria 1, serão avaliados com base na tabela FIPE, aplicando-se o índice de desvalorização de 75% (setenta e cinco por cento), quando recuperável, com dano de média monta;
III – Os veículos classificados na modalidade "sucata aproveitável", enquadrados na categoria 2, serão avaliados com base na tabela FIPE, aplicando-se o índice de desvalorização de 85% (oitenta e cinco por cento);
IV – Os veículos classificados na modalidade "sucata inservível", enquadrados na categoria 3, terão sua avaliação considerando-se o peso médio estimado do lote e o valor de mercado por quilograma do material reciclável, que deverá ser fixado em edital de leilão.

§ 1º - Para a formação do lance inicial dos veículos classificados como "destinado a circulação", deverá aplicar-se deságio de 0,08% ao dia, contados da data da apreensão até a data da avaliação para leilão, limitando-se a 730 dias (02 anos).

§ 2º - Os veículos cuja descrição não constem na tabela FIPE serão avaliados segundo o preço praticado no mercado, através de sites de leilão, tabela de parâmetro do IPVA do Estado de Mato Grosso do Sul, entre outros.

§ 3º - O peso médio estimado, tratado no inciso IV, será apurado segundo especificações técnicas fornecidas pelo fabricante do veículo.

Subseção III
Das disposições comuns

Art. 43 – A credenciada/contratada apresentará o laudo de vistoria de leilão e a planilha de avaliação dos veículos, por meio físico ou digital, contendo a descrição do bem, apontando os parâmetros utilizados para sua composição, indicando os vícios apontados na vistoria, fotos e relatórios que justifiquem a categorização, classificação e os cálculos da avaliação.

Seção IV
Da marcação, pintura e outras providências dos veículos destinados ao leilão

Subseção I
Da sucata inservível

Art. 44 – Promover as seguintes providências, quando a classificação do veículo for de SUCATA INSERVÍVEL:

I – Identificação diretamente nos veículos, nos lotes destinados ao Leiloeiro Público Oficial, sempre que existentes, dos sequenciais de chassi e motor;

II - Inserção de pintura não removível por intempéries, sempre que possível diretamente no veículo, contendo duas letras que identifique o Leiloeiro Público Oficial, as letras "SI" (sucata inservível) e uma sequência crescente de números, com 5 (cinco) dígitos, formando, por exemplo, AA-SI-00001, de forma a particularizar o bem;

III- Fotografar a frente do veiculo (registrando a placa, quando houver), traseira (registrando a placa, quando houver), frente esquerda 45º diagonal, traseira direita 45º diagonal.

IV- Recorte do sequencial identificador do chassi, retirando, no caso de ciclomotores, motonetas, motociclos e triciclos os

pescoços e dos demais veículos o sequencial do Chassi que contém o registro VIN e de suas placas, sendo que na hipótese de motor inservível, promoverá a inutilização da parte desse motor que contenha sua numeração, sempre acompanhado pela comissão de leilão;

V- Fotografar o chassi, antes e após a inutilização dos caracteres, e anexar no atendimento de cada veículo, no sistema informatizado em uso pelo DETRAN.

Subseção II
Da sucata aproveitável

Art. 45 – Promover as seguintes providências, quando a classificação do veículo for de SUCATA APROVEITÁVEL:

I - Identificação diretamente nos veículos, nos lotes destinados ao Leiloeiro Público Oficial, do sequencial de chassi e, se existente, do motor;

II - Inserção de pintura não removível por intempéries, sempre que possível diretamente no veículo, contendo duas letras que identifique o Leiloeiro Público Oficial as letras “SA” (sucata aproveitável) e uma sequência crescente de números, com 3 (três) dígitos, formando, por exemplo, SA-001, de forma a particularizar o bem;

III- Fotografar a frente do veiculo (registrando a placa, quando houver), traseira (registrando a placa, quando houver), frente esquerda 45º diagonal, traseira direita 45º diagonal.

IV - Recorte do sequencial identificador do chassi, retirando, no caso de ciclomotores, motonetas, motociclos e triciclos os pescoços e dos demais veículos o sequencial do Chassi que contém o registro VIN e de suas placas, sendo que na hipótese de motor inservível, promoverá a inutilização da parte desse motor que contenha sua numeração, acompanhado pela comissão de leilão;

V- Fotografar o chassi, antes e após a inutilização dos caracteres, e anexar no atendimento de cada veículo, no sistema informatizado em uso pelo DETRAN.

Subseção V
Do veículo destinado à circulação

Art. 46 – Promover as seguintes providências, quando a classificação do veículo for de VEÍCULO DESTINADO À CIRCULAÇÃO:

I - Identificação diretamente nos veículos, nos lotes destinados ao Leiloeiro Público Oficial, do sequencial de chassi e, se existente, do motor;

II - Inserção de pintura não removível por intempéries, sempre que possível diretamente no veículo, contendo duas letras que identifique o Leiloeiro Público Oficial as letras “LC” (livre circulação) e uma sequência crescente de números, com 5 (cinco) dígitos, formando, por exemplo, AA-LC-00001, de forma a particularizar o bem.

Seção V
Da remuneração dos serviços de remoção e estadia para leilão e dos serviços de preparação do leilão

Art. 47 – A remuneração pelos serviços de preparação será realizada após o leilão, mediante arrematação e sua devida homologação, segundo a legislação vigente.

Art. 48 – O serviço de remoção de veículos previsto no inciso VII do Art. 39 desta portaria, da remoção da via pública e o serviço de estadia serão remunerados conforme dispuser a Lei Estadual nº 4.282 de 14 de dezembro de 2012, e suas alterações ou ato normativo que venha a substituí-la, pela dedução dos recursos obtidos na arrematação, conforme disposto nesta portaria.

§1º - A remuneração devida para veículo recolhido no caso do inciso VII, do art. 39, com base nos quilômetros rodados, conforme previsto no *caput* deste artigo, está limitada aos seguintes valores:
a) A R$ 550,00 (quinhentos e cinquenta reais) para motociclos e congêneres (leve);
b) A R$ 900,00 (novecentos reais) para automóveis (médio);
c) A R$ 4.000,00 (quatro mil reais) para veículos de grande porte (pesado).

Art. 49 – Os demais serviços preparatórios de leilão previstos neste capítulo serão remunerados de forma global descontados do valor da arrematação, com detalhamento por veículo a constar da planilha de custos e fechamento do leilão, de acordo com valores abaixo para cada categoria.
I – categoria 1:
a) Se motociclo ou similar: 5,5 UFERMS;
b) Se automóvel: 7,5 UFERMS;
c) Se outros veículos de maior porte: 10,5 UFERMS;

II – categoria 2:
a) Se motociclo ou similar: 4 UFERMS;
b) Se automóvel ou outros veículos de maior porte: 5 UFERMS;
III - categoria 3:
a) Se motociclo ou similar: 3 UFERMS;
b) Se automóvel ou outros veículos de maior porte: 4 UFERMS;

TÍTULO IV
DO LEILÃO

CAPÍTULO I
DA DESIGNAÇÃO DO LEILOEIRO

Art. 50 – A designação do Leiloeiro se processará através de sorteio, realizado pela Comissão de Leilão, na presença dos interessados que o quiserem acompanhar, cujo resultado indicará o leiloeiro sorteado e seus substitutos-suplentes (1º, 2ºe 3º).

§ 1º - O Leiloeiro Público Oficial sorteado deverá aceitar a designação para a realização do certame e demais procedimentos através de termo de compromisso firmado com o órgão;

§ 2º - O Leiloeiro Público Oficial designado por sorteio para a realização do leilão, não entrará no próximo sorteio de designação para a mesma localidade.

§ 3º - Qualquer Leiloeiro Público Oficial poderá declinar de sua inclusão no sorteio, desde que antecipadamente, com prazo de 48 horas da realização do sorteio.

§ 4º - Uma vez declinado, o Leiloeiro Público Oficial estará automaticamente excluído dos sorteios pelo período de 30 dias.

Art. 51 – O Leiloeiro Público Oficial, após sua designação, deverá instituir o leilão no prazo de 07 (sete) dias corridos.

§1º - O prazo para as providencias do *caput* iniciarão após a ciência de sua designação mediante ordem de serviço.

§2º - O não atendimento aos prazos estabelecidos ensejará a convocação e designação de Leiloeiro Público Oficial substituto (suplente) conforme a ordem estabelecida no sorteio, que deverá providenciar no mesmo prazo a instituição do leilão, sob pena de não o fazendo, ser substituído do mesmo modo, nos termos previsto neste artigo.

§3º - O Leiloeiro Público Oficial que, por inércia for substituído, não será inserido no próximo sorteio a ser realizado.

§4º - O Leiloeiro Público Oficial substituto que instituir e realizar o leilão deverá ser incluído no próximo sorteio de designação daquela localidade, salvo se declinar.

CAPÍTULO II
DA DIVULGAÇÃO DO LEILÃO E OUTRAS PROVIDÊNCIAS

Art. 52 – O Leiloeiro Público Oficial, após sua designação por sorteio, deverá:
I - Realizar os procedimentos de leilão em conformidade com as leis, Resoluções e Portarias vigentes;

II - Fazer as fotos dos lotes para divulgação na mídia;

III – Enviar ao DETRAN/MS o aviso e o edital de leilão, via digital, para providencias e instituição do leilão;
IV - Sendo expedido o Edital, promoverá o Leiloeiro Público Oficial a inserção do Leilão em seu sítio eletrônico, promovendo as divulgações necessárias à ampla participação dos potenciais arrematantes;

V – O edital do leilão deverá ser publicado com antecedência mínima de 15(quinze) dias da sua realização;
VI - Divulgar o Edital dos Leilões de forma ampla, ao público direcionado, na modalidade de leilão eletrônico ou presencial, se for o caso, com possibilidade de visitação física em horários agendados, por meio da rede mundial de computadores, e, avaliando-se adequado, por meio de material impresso, mala direta e publicações em jornais impressos ou eletrônicos.

VII - Excluir bens do Leilão já preparado se expressamente solicitado pela Comissão de Leilão, ou determinado pelo poder

Judiciário, ou, motivadamente, pelo Leiloeiro Público Oficial, ao detectar fator impeditivo para sua realização, devendo, nessa última hipótese, cientificar de imediato à Comissão de Leilão;

VIII - Comunicar imediatamente quaisquer danos, avarias, deterioração ou irregularidades apresentadas nos veículos sob sua guarda;

Art. 53. Além dessas providências, que competem ao Leiloeiro Público Oficial, o DETRAN-MS publicará o Aviso e o Edital de Leilão no Diário Oficial do Estado de Mato Grosso do Sul.

I - O aviso de Leilão, sintetizando as características do mesmo, local, hora, leiloeiro, tipo de veículos ofertados e os endereços e meios para obtenção do edital completo, deverá ser publicado no Diário oficial e em jornal de grande circulação no Estado ou na região em que ocorrerá o leilão (facultativo).
II - O edital completo do leilão, contendo a descrição dos lotes, característica, avaliação terá sua publicação afixada nas dependências dos órgãos, nas Agências de Trânsito interessadas, no local da realização e estar disponível no sítio eletrônico na Internet do órgão responsável pelo leilão, bem como no site do leiloeiro oficial e também por material impresso distribuído pelo leiloeiro.

CAPÍTULO III

DA EXECUÇÃO DO LEILÃO

Art. 54 – Restando cumpridas todas as exigências para realização do certame, o Leiloeiro Público Oficial deverá:

I - Efetuar a habilitação dos arrematantes, conforme a modalidade de leilão, nos termos das legislações vigentes;

II – Conduzir o leilão de maneira adequada, cumprindo fielmente o previsto em edital.

III – Zelar pelo cumprimento da lei;

IV – Recepcionar os lances e declarar vencedor aquele que apresentar o maior deles;

V - Cobrar do Arrematante, a Comissão do Leiloeiro de 5% (cinco por cento) sobre o valor da Arrematação por veículo, conforme disposto no parágrafo único, do Art. 24, do Decreto nº 21.981, de 19 de outubro de 1932;

VI - Deduzir na prestação de contas ao DETRAN-MS, do montante global arrecadado em leilão, em atendimento ao Art. 32, da Resolução 623/2016, CONTRAN.

VII - Efetuar a entrega dos lotes leiloados, que estiverem sob sua guarda, para o(s) arrematante(s), atendendo as peculiaridades de cada modalidade de leilão.

CAPÍTULO IV

DA PRESTAÇÃO DE CONTAS

Art. 55 - Encerrado o Leilão, na forma especificada no Edital o Leiloeiro Público Oficial emitirá a Ata de Leilão e apresentará em 05 (cinco) dias, a relação do(s) arrematante(s) do(s) lote(s) que integra(m) o Leilão, que tenham adimplido suas obrigações, com as qualificações necessárias, além das informações parciais do resultado do certame.

§ 1º - Para cada veículo criar um arquivo próprio, onde deverá constar toda a documentação pertinente àquele veículo, como segue: Ordem de serviço, Autorização de Remoção, vistoria de entrada no pátio do Leiloeiro Público Oficial (se designado para os serviços preparatórios de leilão), valor de lance inicial, o valor do lance vencedor e os dados do arrematante;

§ 2º - Além dos arquivos específicos de cada veículo removido, ao Leiloeiro Público Oficial competirá realizar a prestação de contas individual de cada veículo e global do Leilão, com encaminhamento da demonstração do pagamento das obrigações constantes do prontuário de cada veículo;

§ 3º - No prazo determinado no *caput*, emitir nota de arremate ou documento equivalente para cada lote a qual deverá conter o número do lote, placa e descrição do veículo, o valor do arremate, nome, CPF ou CNPJ do arrematante e o valor da comissão do leiloeiro.

Art. 56 – Os valores resultantes da realização do leilão, deverão seguir a ordem de preferência, conforme estabelecido no Art. 32, da resolução 623/2016, do CONTRAN, observando-se o disposto no § 1º, incisos I e II, do mencionado artigo.

Art. 57 - Havendo arrematante(s) que no prazo do Edital não promova o adimplemento, o Leiloeiro Público Oficial, excluirá o(s) bem(ns) do rol original, cancelando-se a arrematação, para que o DETRAN-MS adote as providências legais cabíveis.

Art. 58 - O Leiloeiro Público Oficial deverá efetuar o pagamento dos débitos referentes a cada veículo leiloado, conforme orientação da Comissão de Leilão.

Art. 59 - A regularização do registro de veículos leiloados é de competência da Comissão de Leilão do DETRAN/MS.

Art. 60 – O DETRAN/MS providenciará a desvinculação de débitos e demais ônus incidentes sobre o prontuário do veículo leiloado, existentes até a data do leilão e não quitados com os recursos obtidos na alienação.

CAPÍTULO V

DO PROCESSO ADMINISTRATIVO DO LEILÃO

Art. 61 – Para cada leilão deverá ser instruído um processo administrativo, com os seguintes documentos:

I - Solicitação ao Diretor (a) Presidente, ou se delegado, ao Diretor (a) de Registro e Controle de veículos, para a realização do procedimento;

II – Despacho com a autorização para a realização do procedimento;

III – Vistoria de Leilão e Avaliação dos veículos, conforme critérios expressos nesta portaria, que podem ser entregues da maneira digital cujo teor deve constar em termo de entrega no processo;

IV – Documento oficial designando o Leiloeiro Público Oficial;

V - Termo de compromisso firmado com o leiloeiro

VI - Cópia do aviso de leilão e comprovante de sua publicação;

VII - Parecer jurídico emitido sobre o leilão;

VIII - Edital de leilão completo contendo a relação dos lotes dos veículos;

IX - Termo de ocorrências do leilão e prestação de contas do leiloeiro;

X - Relatório financeiro do leilão

XI - Termo de encerramento ou ata de realização do leilão, assinado pelo leiloeiro e pela Comissão de Leilão designada;

XII - Termo de homologação do leilão, assinado pelo Diretor Presidente do DETRAN/MS;

Art. 62 – Toda documentação de cada leilão deverá ficar arquivada para eventuais consultas de interessados na forma da lei, pelo prazo de 5 (cinco) anos contados do fim do exercício de realização do leilão, podendo ser microfilmados ou armazenados em meio magnético, óptico, digital ou eletrônico para todos os efeitos legais.

Art. 63 – Na designação do Leiloeiro Público Oficial deverá constar o tipo de Leilão pretendido, se:

I – Eletrônico;

II – Presencial;

III – On-line (ao vivo).

Parágrafo único. Deverá constar também a modalidade de leilão, se:

I – Destinado à circulação;

II – Sucata aproveitável; ou

III – Sucata inservível.

Art. 64 - O leilão será realizado preferencialmente nas três modalidades simultaneamente, podendo-se excluir qualquer delas justificadamente, mediante aprovação do Diretor-Presidente do DETRAN/MS.

Parágrafo único. A realização de leilão nas cidades do interior do Estado, cujo procedimento se der *in loco,* dependerá da existência da quantidade mínima de 350 (trezentos e cinquenta) veículos distribuídos entre as três modalidades.

TÍTULO V

DAS OBRIGAÇÕES

CAPÍTULO I

DAS OBRIGAÇÕES DA EMPRESA CREDENCIADA/CONTRATADA E DO DETRAN/MS

Seção I
Das obrigações da credenciada/contratada

Subseção I
Das obrigações das prestadoras de serviços de guincho e ou pátio

Art. 65 – As empresas credenciadas/contratadas, além das obrigações previstas no Edital e seus anexos, deverão observar as contidas nesta portaria.
Parágrafo Único – No caso de as obrigações previstas no Edital e seus anexos se oporem às desta portaria, aquelas prevalecerão sobre estas aqui previstas.

Art. 66 – Na execução dos serviços, a credenciada/contratada, bem como seus representantes legais, deverão fornecer administrativamente, a todo e qualquer usuário, as informações por ele solicitadas e relativas, especificamente, à remoção e à guarda do seu veículo, devendo o interessado provar sua legitimidade para obter informações sobre o veículo em questão.
Parágrafo único. As informações relativas a veículos somente poderão ser repassadas pessoalmente ao interessado, sendo vedado o fornecimento por telefone ou e-mail.

Art. 67 – Na prestação dos serviços a credenciada/contratada bem como seus representantes legais, deverão:
I - Garantir as condições de regularidade, continuidade, eficiência, segurança, atualidade, generalidade, cortesia e qualidade, de acordo com o previsto na legislação, as especificações técnicas e demais condições constantes desta Portaria ou Edital e seus anexos, quando for o caso;
II - Permitir aos servidores autorizados pelo DETRAN/MS, livre acesso às instalações da empresa, bem como a todos os seus registros contábeis, jurídicos, informações, recursos técnicos, econômicos e financeiros, aos documentos comprobatórios de recolhimento dos impostos e obrigações legais vinculadas à execução do objeto da presente Portaria;
III - Zelar pela integridade dos bens vinculados à prestação dos serviços;
IV - Comunicar com, no mínimo 60 (sessenta) dias de antecedência ao DETRAN/MS o encerramento de suas atividades ou o não interesse de prorrogar a validade do credenciamento.
V - Promover a liberação do veículo, à pessoa indicada no auto de liberação, via sistema de controle de pátio do DETRAN/MS.
VI - Comunicar imediatamente ao DETRAN/MS, caso identifique irregularidades, indícios de fraude, adulteração em documentação apresentada ao pátio para que se adotem as providências penais e administrativas cabíveis, e, quando se tratar, em tese, de ilícito penal, essa comunicação, também, deverá ser efetuada junto à Polícia Civil ou ao Ministério Público.
VII - Responder consultas, atender convocações, reclamações, exigências ou observações realizadas por parte do DETRAN/MS, a respeito de matérias que envolvam as atividades contratadas;
VIII - Cumprir as normas estabelecidas pelo CONTRAN e pelo Código de Trânsito Brasileiro e as orientações ou as normatizações traçadas pelo DETRAN/MS, no que couber;
IX - Manter seu quadro funcional tecnicamente atualizado, participando de atividades que acrescentem e aprimorem conhecimentos sobre a profissão, sendo obrigatória, quando convocado, a participação nos eventos promovidos pelo DETRAN/MS;
X - Disponibilizar todas as informações, sempre que solicitado pelo DETRAN/MS e demais órgãos da administração pública, relativas às condições jurídicas, administrativas e contábeis da empresa;
XI - Zelar pela observância das regras sociais de convivência e urbanidade dos seus empregados e profissionais contratados no atendimento aos usuários;

XII - Atender prontamente aos servidores do DETRAN/MS quando da realização das atividades de supervisão, fiscalização e auditoria, permitindo o livre acesso às dependências e documentos do depósito, inclusive documentos fiscais, disponibilizando todas as informações solicitadas pelos técnicos, bem como atender, de pronto, qualquer solicitação dos servidores em visita ao pátio;
XIII - Comunicar, previamente, ao DETRAN/MS, o afastamento de sócio, gerente ou empregado cadastrados para utilizarem os sistemas informatizados do DETRAN/MS, caso tenham acesso, para fins de desvinculação e descadastramento;
XIV - Interligar-se com o DETRAN/MS, via sistema informatizado, bem como manter permanentemente operante este sistema de comunicação, adotando todas as cautelas e procedimentos que garantam seu perfeito funcionamento;
XV - Comunicar ao DETRAN/MS, formal e prontamente, indícios de irregularidades praticadas por seus empregados, assim como qualquer indício de ilícito penal ou improbidade administrativa;
XVI - Comunicar de imediato ao DETRAN/MS os fatos e informações relevantes, caracterizadores de desvio de conduta ou de indícios de irregularidades referentes ao depósito e à guarda de veículos e demais serviços correlatos, sem prejuízo da comunicação à autoridade policial competente, nos casos de ilícitos penais;
XVII - Adotar imediatamente as medidas efetivas para sanear ou resolver o problema relativo ao inciso anterior, na esfera de sua competência;
XVIII - Atender aos usuários, no tocante à liberação dos veículos sob sua guarda, na sede do pátio, de segunda-feira a sexta-feira, pelo período de 08 (oito) horas diárias, facultado o intervalo para almoço;
XIX - Atender e manter integralmente aos padrões estabelecidos pelo DETRAN/MS quanto às instalações físicas, identidade visual, sistema operacional, aos veículos, aos equipamentos e ao padrão de atendimento aos usuários;
XX - Realizar as vistorias de todos os veículos que entrarem no pátio de acordo com os procedimentos estabelecidos nesta Portaria;
XXI - Manter laudo de vistoria técnica de cada veículo sob sua responsabilidade, com os dados integralmente preenchidos, devendo constar o estado do veículo por ocasião de sua entrada e saída do depósito, e o decalque de numeração do chassi caso possível, devendo ainda ser preenchido, no rodapé da ficha de depósito, a data da saída física do veículo, o número do RG da pessoa que o está retirando, e seu nome legível, além da assinatura;
XXII - Manter em seus registros e fornecer ao DETRAN/MS, quando solicitado, toda a documentação relativa aos veículos que transitaram pelo pátio durante os últimos 03 (três) anos;
XXIII - Arquivar os processos físicos que deverão conter a seguinte documentação, nesta ordem: guia de remoção, laudo de vistoria técnica, carta de liberação, e outros documentos que eventualmente tenham instruído a remoção/liberação, devendo tais documentos serem repassados ao DETRAN/MS quando do final do credenciamento;
XXIV - Relatar fatos, documentos e informações relativas aos veículos removidos em questão, sendo responsabilidade da credenciada/contratada eventuais erros causados pela omissão nas informações prestadas ao DETRAN/MS;
XXV - Facilitar o acesso dos peritos da Polícia Civil, Militar ou Federal aos veículos, para fins de perícia, desde que estejam devidamente identificados.
XXVI - Comunicar de imediato à Comissão de Leilão o recebimento de qualquer determinação judicial que implique na impossibilidade de levar à hasta pública qualquer veículo depositado nos pátios da credenciada/contratada;
XXVII - Fornecer/disponibilizar toda a mão de obra, ferramentas, veículos, aparelhos, equipamentos e materiais necessários à perfeita execução do objeto deste credenciamento;
XXVIII - Comunicar ao DETRAN/MS mudança do número de telefone e de endereço de correio eletrônico;
XXIX - Zelar pela integridade e segurança dos documentos de veículos porventura deixados sob sua guarda;
XXX - Proceder com zelo e atenção ao examinar e conferir qualquer documento relacionado com sua atividade fim;
XXXI - Manter, durante a execução dos serviços e nas dependências da empresa credenciada/contratada, os empregados asseados, uniformizados, identificados com crachá funcional, e registrados junto ao DETRAN/MS;
XXXII - Manter sob sua guarda no pátio veículos removidos por entidades conveniadas ao DETRAN/MS;
XXXIII - Manter na empresa, o termo de credenciamento fornecido pelo DETRAN/MS, em lugar visível ao público;
XXXIV - Manter a regularidade de sua situação de credenciamento junto ao DETRAN/MS, e ao atendimento dos termos da Lei Federal nº 8.666/1993, da Lei Estadual nº 4.282/2012 e suas atualizações, para fins de recebimento de pagamento;
XXXV - Quando da liberação do veículo, seguir os ditames desta Portaria, ou outra que venha a sucedê-la, devendo, ainda, exigir que o responsável pela retirada assine o laudo de vistoria apenas para resguardo da empresa.
XXXVI - Manter as instalações físicas de escritório, atendimento ao público, área de vistoria e liberação de veículos, bem como a área de guarda dos veículos em plenas condições de uso, limpeza, asseio e organização.
XXXVII - Promover o combate aos focos de mosquito da dengue periodicamente, e quando necessário, o controle de pragas.
XXXVIII - Permitir a fiscalização e acesso aos agentes municipais responsáveis pelas medidas de prevenção e combate ao mosquito da dengue, e outras pragas.
XXXIX - Manter o depósito sob guarda e vigilância nas 24 (vinte e quatro) horas do dia.
XL - Encaminhar ao DETRAN/MS, documentação acerca da mudança societária da empresa credenciada/contratada, para análise e aprovação.
XLI - Estar e manter-se regularizada na circunscrição perante o município onde esteja estabelecida.
XLII - Manter sigilo das informações que forem disponibilizadas em função do credenciamento.
XLIII - Relatar ou registrar no sistema de controle de pátios do DETRAN/MS, os dados de todos os veículos que ingressarem e saírem do depósito, visando à auditoria e controle pelo DETRAN/MS, bem como o pagamento pelos serviços prestados.
XLIV - Responsabilizar-se, civil e criminalmente, por danos de qualquer natureza decorrentes da atividade objeto

deste credenciamento, assumindo, inclusive, integralmente, o ônus de eventuais prejuízos causados a terceiros.
XLV - Assumir inteira responsabilidade pelas obrigações decorrentes da execução das atividades para a qual foi credenciada/contratada, mantendo as condições do credenciamento/da contratação de acordo com o que foi homologado.
XLVI - Cumprir, independentemente da forma de contratação, obrigações sociais, previdenciárias, fiscais e trabalhistas.
XLVII - Não reduzir a área da empresa, após a vistoria técnica pelo DETRAN/MS.
XLVIII - Manter permanentemente operante o sistema de comunicação interno, adotando todas as cautelas e procedimentos que garantam seu perfeito funcionamento.
XLIX – Disponibilizar e exigir que os motoristas de guincho façam o uso de uniforme com faixas refletivas com o nome/logo da empresa credenciada/contratada;

Art. 68 - Realizar de maneira gratuita, sem ônus ao DETRAN/MS ou ao proprietário do bem, depósito de veículos que tenham sido objeto de errônea autuação administrativa por parte dos agentes de fiscalização de trânsito dos órgãos conveniados da DETRAN/MS.

Art. 69 - As obrigações e deveres da empresa credenciada/contratada encerra-se com a liberação do veículo ao proprietário ou após a finalização do leilão.

Subseção II
Das obrigações do Leiloeiro Público Oficial

Art. 70 - São obrigações dos Leiloeiros Públicos Oficiais credenciados/contratados:

I – Manter a regularidade de seu registro na JUCEMS - Junta Comercial do Estado de Mato Grosso do Sul;

II - Comparecer ou designar preposto com expressos poderes deliberativos totais, para participar de reuniões convocadas pela Comissão de Leilão, em qualquer município do Estado de Mato Grosso do Sul;

III - Manter dados cadastrais atualizados junto ao DETRAN/MS;
IV - Zelar pela integridade dos bens vinculados à prestação dos serviços;
V - Comunicar com, no mínimo 60 (sessenta) dias de antecedência ao DETRAN/MS o encerramento de suas atividades ou o não interesse de prorrogar a validade do credenciamento.
VI - Responder consultas, atender convocações, reclamações, exigências ou observações realizadas por parte do DETRAN/MS, a respeito de matérias que envolvam as atividades contratadas;
VII - Cumprir as normas estabelecidas pelo CONTRAN e pelo Código de Trânsito Brasileiro e as orientações ou as normatizações traçadas pelo DETRAN/MS, no que couber;
VIII - Disponibilizar todas as informações, sempre que solicitado pelo DETRAN/MS e demais órgãos da administração pública, relativas às suas condições jurídicas, administrativas e contábeis;
IX - Comunicar ao DETRAN/MS mudança do número de telefone e de endereço de correio eletrônico;
X – Responsabilizar-se, civil e criminalmente, por danos de qualquer natureza decorrentes da atividade objeto deste credenciamento, assumindo, inclusive, integralmente, o ônus de eventuais prejuízos causados a terceiros;
XI - Assumir inteira responsabilidade pelas obrigações decorrentes da execução das atividades para a qual foi credenciado/contratado, mantendo as condições do credenciamento de acordo com o que foi homologado;
XII - Cumprir, independentemente da forma de contratação, obrigações sociais, previdenciárias, fiscais e trabalhistas;
XIII - Comunicar imediatamente ao DETRAN/MS, caso identifique irregularidades, indícios de fraude, adulteração em documentação apresentada, para que se adotem as providências penais e administrativas cabíveis, e, quando se tratar, em tese, de ilícito penal, essa comunicação, também, deverá ser efetuada junto à Polícia Civil ou ao Ministério Público.
XIV – Expedir comunicado, via e-mail ou ofício, ao pátio contratado/credenciado, informações quanto a datas de visitação dos lotes a serem leiloados, data de descaracterização dos veículos, quando houver, e datas de início da liberação dos bens arrematados.

CAPÍTULO II
DAS OBRIGAÇÕES DO DETRAN/MS

Seção I
Das obrigações quanto aos prestadores de serviços de guincho e pátio/depósito

Art. 71 - São obrigações do DETRAN/MS:
I - Credenciar e renovar o credenciamento da empresa de prestação de serviços de depósito e guarda de veículos automotores, desde que preenchidos todos os requisitos constantes nesta Portaria.
II - Cadastrar os operadores, disponibilizando lhes, quando for o caso, senhas individuais e intransferíveis, de acesso ao Sistema de Controle de Pátios do DETRAN/MS.
III - Fiscalizar o cumprimento das normas legais e dos compromissos assumidos pela credenciada/contratada com o DETRAN/MS.
IV - Estabelecer e fornecer as especificações de identidade visual, de sistema operacional e de padrão de atendimento aos usuários, a serem observadas pela credenciada/contratada.
V - Manter a credenciada/contratada atualizada em relação à publicação de Portaria, comunicados e demais normas a respeito dos procedimentos padronizados pelo DETRAN/MS, por meio de e-mail ou postal com aviso de

recebimento.
VI - Analisar e manifestar-se a respeito de solicitações de autorização para execução de atividades nas dependências da credenciada/contratada, não previstas nesta Portaria.
VII - Fiscalizar a credenciada/contratada, visando garantir a regularidade dos serviços de depósito e guarda de veículos envolvidos em infrações à legislação de trânsito.
VIII - Autorizar a utilização, pela credenciada/contratada, de meios tecnológicos hábeis para o controle dos veículos no depósito.
IX - Efetuar leilões de veículos que se encontrarem há mais de 60 (sessenta) dias no depósito da credenciada contratada na forma do Art. 328 do CTB.
X - Providenciar, dentro do prazo legal, a publicação resumida do TERMO DE CREDENCIAMENTO na imprensa oficial.
XI - Fornecer Autorização para liberação de Veículos Apreendidos ao interessado, mediante apresentação dos documentos exigidos por esta Portaria.
XII - Disponibilizar em seu site, informações sobre veículos removidos junto ao site do DETRAN/MS.
XIII - Notificar os proprietários/interessados dos veículos, nos termos do Art. 4º, parágrafos 4º ao 6º, da Resolução o CONTRAN n. 623, de 06 de setembro de 2016.
XIV - Distribuir entre as credenciadas/contratadas os veículos recolhidos pelo DETRAN de forma equitativa.
XV - Conservar plantão de atendimento permanente de 24 (vinte e quatro) horas, permitindo que os órgãos de fiscalização de trânsito solicitem seus serviços de guarda a qualquer hora do dia ou da noite, nos sete dias da semana, incluindo-se feriados, para a guarda dos veículos.

Art. 72 - O DETRAN/MS fiscalizará, gerenciará, controlará as empresas credenciadas/contratadas e acompanhará a execução das atividades previstas nesta Portaria, utilizando-se de todos os meios administrativos e legais necessários para este fim, obrigando-se os credenciados/contratados a atenderem e permitirem o livre acesso às suas dependências e a documentos relativos ao objeto desta prestação de serviço, oportunizando e fornecendo todas as informações aos servidores em supervisão, fiscalização e serviços de auditoria realizados ou autorizados pelo DETRAN/MS.

Art. 73 - Ficará a cargo da Diretoria de Veículos - DIRVE, o relacionamento com as empresas credenciadas/contratadas quanto a questões operacionais e a execução das atividades mencionadas nos incisos do Art. anterior.

Art. 74 - Qualquer fiscalização exercida pelo DETRAN/MS, feita em seu exclusivo interesse, não implica corresponsabilidade pela prestação dos serviços e não exime a credenciada/contratada de suas obrigações pela fiscalização e perfeita execução do objeto deste credenciamento.

Art. 75 - No exercício da fiscalização, o DETRAN/MS terá acesso aos dados relativos à administração, à execução do serviço, contabilidade, recursos técnicos, econômicos e financeiros da credenciada/contratada, independente de agendamento para esta atividade.

Art. 76 - O DETRAN/MS, a qualquer tempo, independentemente de aviso prévio, poderá realizar vistoria de fiscalização das instalações físicas do pátio, observando o seu estado geral de funcionamento, segurança e condições dos equipamentos previstos na legislação em vigor, bem como a documentação legal exigida dos veículos e dos condutores.

Seção II

Das obrigações do DETRAN/MS em relação ao Leiloeiro Público Oficial e ao Leilão

Art. 77 - O DETRAN/MS se compromete a:

I - Divulgar a relação dos Leiloeiros Públicos Oficiais devidamente credenciados/contratados;

II - Disponibilizar acesso para os Leiloeiros Públicos Oficiais, via Detran Web para consultas ao sistema de veículos devidamente autorizadas pelo DETRAN/MS;

III - Indicar ao Leiloeiro Público Oficial designado, a localização física dos veículos sobre os quais promoverá o leilão;

IV - Publicar no Diário Oficial do estado de Mato Grosso do Sul, o Edital do Leilão em sua íntegra e, em jornal de grande circulação no estado, o aviso do leilão;

V - Gerenciar, acompanhar e avaliar a execução dos serviços prestados pelos Leiloeiros Públicos Oficiais;

VI - Autorizar os Leiloeiros Públicos Oficiais a receberem dos arrematantes a comissão no percentual de 5% (cinco por cento) por veículo arrematado, nos termos da legislação em vigor;

VII - Autorizar que os Leiloeiros Públicos Oficiais, em suas prestações de conta, deduzam os valores referentes os custos necessários com o procedimento preparatório do leilão;

VIII - Autorizar a entrega e liberação dos lotes aos arrematantes, após os procedimentos necessários para cada modalidade de Leilão;

IX - Autorizar o Leiloeiro Público Oficial que realize venda direta dos bens não arrematados, até o prazo final da prestação de contas, pelo valor mínimo atribuído ao bem, ou, na hipótese de arrematação inadimplida, que o Leiloeiro Público Oficial consulte, sequencialmente, o participante que ofereceu lances imediatamente inferiores, sobre o interesse em ser declarado arrematante pelo valor que houver oferecido como lance, após a segunda arrematação;

X - Promover, imperiosamente antes de expedir a Autorização para Formação do Leilão, o desembaraço de todos os veículos com restrição judicial e ou policial.

DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 78 – Os demais procedimentos administrativos necessários ao fiel cumprimento desta Portaria, ressalvados os de competência exclusiva do Diretor–Presidente, serão adotados pela DIRVE e pela Comissão de Leilão.

Art. 79 – Os prestadores de serviços credenciados/contratados comprometem-se a manter sigilo absoluto de todas as informações disponibilizadas via Detran Web e, utilizá-las somente para realização dos certames.

Art. 80 – O DETRAN/MS reserva-se o direito de, a qualquer momento, alterar ou revogar a presente Portaria, no todo ou em parte.

Art. 81 – O DETRAN/MS, reserva-se o direito de alterar, no todo ou em parte, suspender, revogar ou anular, de acordo com os seus interesses, o credenciamento de empresas para a prestação dos serviços objeto desta portaria, nas hipóteses legais previstas, sem direito, às credenciadas, qualquer reclamação, indenização, reembolso ou compensação.
Art. 82 – Revoga-se por inteiro a PORTARIA DETRAN MS "N" Nº 55, DE 30 DE JULHO DE 2019; os artigos 1º ao Art. 23, da PORTARIA DETRAN-MS "N" Nº 33, DE 10 DE AGOSTO DE 2018, os artigos 1º, e Art. 7º ao Art. 10, da PORTARIA DETRAN/MS "N" Nº 82 DE 10 DE JULHO DE 2020,.

Art. 83 – Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Campo Grande/MS, 16 de março de 2023.

RUDEL ESPÍNDOLA TRINDADE JUNIOR
DIRETOR-PRESIDENTE

EDITAL DE CREDENCIAMENTO Nº 01/2023/DETRAN-MS

"Dispõe sobre o processo de credenciamento de empresas para a prestação de serviços de remoção, recolhimento, depósito, guarda, preparação e realização de leilões públicos de veículos automotores no âmbito do Estado do Mato Grosso do Sul, apreendidos ou removidos por inobservância à legislação de trânsito. Dispõe sobre o credenciamento de empresas privadas responsáveis pela execução destes serviços, e dá outras providências."

1. DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

1.1. O Departamento Estadual de Trânsito de Mato Grosso do Sul – DETRAN/MS, entidade autárquica criada pela Lei nº 537/1985, com sede na Rodovia MS 080, Km10 - CEP: 79.114-901, saída para Rochedo, em Campo Grande (MS), inscrito no CNPJ nº 01.560.929/0001-38, neste ato representado por seu Diretor-Presidente, RUDEL ESPÍNDOLA TRINDADE JUNIOR, TORNA PÚBLICO a realização de credenciamento de pessoas jurídicas para *prestação de serviços de remoção, recolhimento, depósito, guarda, preparação e realização de leilões públicos de veículos automotores no âmbito do Estado do Mato Grosso do Sul, apreendidos ou removidos por inobservância à legislação de trânsito. Dispõe sobre o credenciamento de empresas privadas responsáveis pela execução destes serviços*, na conformidade das condições e exigências estabelecidas neste Edital e em seus Anexos.

1.2. O credenciamento será regido pela Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993; Lei federal nº 9.503, de 23 de setembro de 1997; Lei nº 4.282, de 14 de dezembro de 2012; Resolução SEJUSP/MS/Nº 848, de 19 de outubro de 2019; Portaria DETRAN MS "N" Nº 143, de 16 de março de 2023; o que consta no Processo nº 31/015655/2023, bem como pelas normas deste Edital e seus anexos, além da legislação que rege a espécie.

1.3. O Edital de Credenciamento encontra-se à disposição dos interessados no site www.detran.ms.gov.br e na sede do Departamento Estadual de Trânsito de Mato Grosso do Sul, sito à Rodovia MS 080, km 10, Campo Grande-MS, Diretoria de Controle e Registro de Veículos - DIRVE (bloco 14), de segunda a sexta-feira, em dias

úteis, no horário de 07:30h às 11:30h e de 12:30h às 16:30h.

1.4. Os requerimentos de credenciamento poderão ser protocolados na sede do Departamento Estadual de Trânsito de Mato Grosso do Sul, sito à Rodovia MS 080, km 10, Campo Grande-MS, Diretoria de Controle e Registro de Veículos - DIRVE (bloco 14), de segunda a sexta-feira, em dias úteis, no horário de 07:30h às 11:30h e de 12:30h às 16:30h a partir de 20 de março de 2023.

2. OBJETO

2.1. O objeto do presente edital é credenciar empresas *serviços de remoção, recolhimento, depósito, guarda, preparação e realização de leilões públicos de veículos automotores no âmbito do Estado do Mato Grosso do Sul, apreendidos ou removidos por inobservância à legislação de trânsito,* nos termos da legislação aplicável e deste Edital.

3. CONDIÇÕES GERAIS PARA O CREDENCIAMENTO

3.1. As pessoas jurídicas interessadas no credenciamento para empresas *serviços de remoção, recolhimento, depósito, guarda, preparação e realização de leilões públicos de veículos automotores no âmbito do Estado do Mato Grosso do Sul,* deverão apresentar requerimento de credenciamento dirigido ao DETRAN/MS, juntamente com o comprovante de recolhimento da taxa de credenciamento expedida pelo DETRAN/MS – Código 3040, devidamente quitada, conforme Lei Estadual 4.282 de 14 de dezembro de 2012, acompanhado da comprovação de atendimento aos seguintes requisitos:

3.2 De Idoneidade e capacidade jurídica:

3.2.1. Ato constitutivo, estatuto ou contrato social registrado na Junta Comercial e suas respectivas alterações, devendo ter objeto social compatível com a prestação dos serviços referidos nesta Portaria;

3.2.2. Contrato de locação ou certidão de propriedade do imóvel onde se encontra instalada a empresa, informando a área total da empresa;

3.2.3. Declaração de idoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública.

3.3. De Capacidade econômico-financeira, regularidade fiscal e trabalhista:

3.3.1. Possuir comprovação de capital social subscrito e integralizado de no mínimo R$ 500.000,00 (quinhentos mil reais);

3.3.2. Prova de Inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ);

3.3.3. Prova de Inscrição no Cadastro de Contribuintes Estadual ou Municipal, relativo a sede da empresa, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto do credenciamento;

3.3.4. Certidão Negativa Conjunta da Fazenda Federal e Dívida Ativa da União;

3.3.5. Certidão Negativa da Fazenda Estadual;

3.3.6. Certidão Negativa da Fazenda Municipal;

3.3.7. Certidão de Regularidade Fiscal relativa à Seguridade Social INSS (CND);

3.3.8. Certidão de Regularidade do FGTS (CRF);

3.3.9. Certidão negativa de falência ou concordata expedida pelo Distribuidor da sede da pessoa jurídica, com data de emissão não superior a 30 (trinta) dias anteriores à data de protocolo do requerimento de credenciamento;

3.3.10. Cópia do (s) documento (s) do(s) veículo(s)
a ser(em) utilizado(s) pela empresa, contendo Certificado de Registro e Licenciamento Veicular (CRLV) , devidamente registrados no Estado de Mato Grosso do Sul;

3.3.11. Comprovação do vínculo do veículo com a empresa, mediante o CRLV ou contrato de locação;

3.3.12. Cópia de Certificado de Segurança Veicular (CSV) com emissão não superior a 30 (trinta) dias da data do protocolo do pedido de credenciamento de cada veículo guincho a ser credenciado;

3.3.13. Apólice de seguro vigente dos veículos exigidos para a prestação dos serviços de guinchamento, contra acidentes e outros incidentes relacionados a estes, aos veículos guinchados e terceiros, desde a remoção do veículo até o seu armazenamento no pátio de guarda, depósito e entrega definitiva;

3.3.14. Declaração que não possui em seu quadro de pessoal empregado (s) com menos de 18 (dezoito) anos, em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e menores de 16 (dezesseis) anos, em qualquer trabalho, salvo na condição de aprendiz, a partir de 14 (quatorze) anos, nos termos do inciso XXXIII, do art. 7º da Constituição Federal, inciso V, art. 27 da Lei nº 8.666 de 1993;

3.3.15. Declaração de que não existe em seu quadro de empregados, servidores públicos exercendo funções de gerência, administração ou tomada de decisão, nos termos do art. 9º, inciso III, da Lei nº 8.666 de 1993;

3.3.16. Declaração de inexistência de fatos supervenientes impeditivos de habilitação, nos termos do art. 32, § 2º, da Lei nº 8.666 de 1993;

3.3.17. Declaração do responsável pela empresa credenciada, comprometendo-se a transferir todos os veículos utilizados nas remoções objeto do presente edital para o Estado de Mato Grosso do Sul, devendo os tributos atinentes à propriedade dos veículos serem recolhidos neste Estado.

3.3.18. Atestado de idoneidade financeira fornecida por instituição financeira pública ou privada, em papel oficial da instituição financeira, assinado por gerência e com a firma da mesma reconhecida em cartório ou por chancela interna da entidade.

3.4. De capacidade técnica:

3.4.1. Alvará de funcionamento expedido pela Prefeitura do município onde será instalado o pátio, em nome da empresa, liberando o funcionamento do estabelecimento de acordo com o objeto da presente Portaria, afixado em local visível;

3.4.2. Alvará de vistoria do Corpo de Bombeiros afixado em local visível;

3.4.3. Possuir serviço de vigilância patrimonial, disponibilizando no mínimo 01 (um) posto de vigilância durante as 24 (vinte e quatro) horas diárias, sem prejuízo das normas trabalhistas aplicáveis ao caso;

3.4.4. Ter instalado em pleno funcionamento, no mínimo 02 (duas) linhas de telefonia fixa, sendo 01 (uma) disponibilizada para atendimento ao público, e 01 (uma) para atendimento às autoridades de trânsito, que permitam contato imediato com seus prepostos;

3.4.5. Disponibilizar, 01 (um) aparelho de telefonia móvel;

3.4.6. Possuir, no mínimo, os seguintes equipamentos de informática: 02 (dois) microcomputadores, com disponibilidade de internet de alta velocidade e 02 (duas) impressoras multifuncionais;

3.4.7. ao menos 02 (dois) Veículos de Guincho com no máximo 15 anos de uso, registrado em nome da empresa ou de sócio proprietário, podendo ser financiado, arrendado, locado mediante contrato com a empresa ou de seu sócio proprietário.

3.5. De quadro de pessoal:

3.5.1 Para pátios credenciados no polo de Campo Grande serão exigidos no mínimo 06 (seis) funcionários, sendo 01 (um) auxiliar administrativo, 01 (um) gerente, 03 (três) identificadores veicular e 01 (um) motorista/operador de guinchos;

3.5.2 Para pátios credenciados nos demais municípios do interior do Estado, serão exigidos no mínimo 04 (quatro) funcionários, sendo 01 (um) auxiliar administrativo, 01 (um) gerente, 01 (um) identificador veicular e 01 (um) motorista/operador de guinchos;

3.5.3 O gerente do pátio será responsável pela gestão e acompanhamento das atividades desenvolvidas e dos serviços prestados, apresentando ao DETRAN/MS relatórios e demais informações, quando solicitado, devendo estar acessível durante o horário comercial, para solucionar questões de cunho administrativo e operacional;

3.5.4 O identificador veicular deve possuir certificado ou diploma de conclusão do curso de identificação veicular, ministrado por entidades públicas e/ou privadas, reconhecidas pelo DETRAN-MS;

3.5.5 Para execução dos serviços, os motoristas/operadores dos veículos com mecanismo operacional (guincho), deverão possuir habilitação na categoria que atenda ao peso bruto total – PBT - do conjunto (veículo rebocador/veículo rebocado), na categoria "D ou E", devendo ainda:

3.5.5.1. Não possuir pontuação superior a 20 (vinte) pontos em seu prontuário;

3.5.5.2. Não estar cumprindo procedimento administrativo de suspensão do direito de dirigir e frequência

obrigatória a curso de reciclagem, bem como cassação de CNH;

3.5.5.3. Não ter sido condenado por sentença judicial transitada em julgado em razão do cometimento de crime de trânsito;

3.5.6 Todos os funcionários especificados neste inciso deverão utilizar uniforme e crachá identificador;

3.5.7. As contratações de pessoal (relações de trabalho) e/ou serviços feitos pela credenciada serão regidas por legislação específica, não se estabelecendo qualquer relação entre os terceiros contratados pela credenciada com o DETRAN/MS.

3.6. Das condições gerais do imóvel:

3.6.1 Existir disponibilidade de transporte público coletivo nas proximidades;

3.6.2. Local não sujeito a alagamentos;

3.6.3. Fornecimento de água;

3.6.4. Fornecimento de energia elétrica pela concessionária local, instalada e em operação;

3.6.5. Abrigo externo ou dispositivo que possa atender ao descarte de lixo doméstico;

3.6.6. O acesso ao imóvel deve ser de fácil acesso para veículos pequenos e caminhões, permitindo o acesso e manobra de grande porte;

3.6.7. Área estritamente comercial, vedado qualquer tipo de habitação no interior do imóvel;

3.6.8. Possuir planta baixa, layout e projeto arquitetônico de todas as instalações do imóvel, da área livre para a guarda de veículos, da área coberta, da área administrativa, da área de atendimento ao público, atendendo as exigências contidas neste artigo;

3.6.9. Estar em área com topografia preferencialmente plana, vedado o uso de áreas cortadas por córregos, riachos, valetas ou valão;

3.6.10. Possuir planta elétrica, para segurança das pessoas que irão transitar no pátio bem como ao resguardo dos veículos depositados;

3.6.11. Sistema de Prevenção, Sinalização e Combate a Incêndio adequado, devidamente aprovado e vistoriado pelo Corpo de Bombeiros, em conformidade com os dispositivos normativos vigentes.

3.6.12. Dimensionamento dos espaços, circulações e sinalização para o adequado e suficiente atendimento dos dispositivos da ABNT NBR 9.050/2004, para garantirem a plena acessibilidade, utilização e universalização dos espaços;

3.7. Das instalações do imóvel:

3.7.1. Fechamento por muro, grade ou alambrado em toda a extensão do imóvel de no mínimo 03 (três) metros de altura, em perfeito estado de conservação e com sistemas de segurança instalado, contendo sensores de presença nas áreas de segurança mais sensíveis (limites com matas fechadas, lotes ou locais ermos);

3.7.2. Acesso de veículos através de portão construído em material metálico com acionamento por motor elétrico com altura mínima de 03 (três) metros e largura mínima de 05 (cinco) metros;

3.7.3. Acesso de pedestres por portão de serviço independente, construído em material metálico com altura mínima de 02 (dois) metros e largura mínima de 01 (um) metro;

3.7.4. Estrutura para sistema de controle e segurança interna e externa através de Circuito Fechado de Televisão CFTV, suficiente para o controle de acessos na entrada, locais sensíveis e fachadas, além de equipamentos centrais de visualização, monitoramento e gravação de no mínimo 2 (dois) meses de operação, segundo os padrões normativos vigentes;

3.7.5. Instalações elétricas de baixa tensão em 110 v e 220 v, estabilizadas, aterradas, segundo o novo padrão brasileiro ABNT NBR 14.136/2002 e em conformidade com a ABNT NBR 5.410/2004;

3.8. Da área livre para guarda dos veículos:

3.8.1. Terreno preferencialmente plano, com área livre e útil de no mínimo 8.000 m² (oito mil metros quadrados), livre de obstáculos, livre de alagamentos, compactado e com material aplicado ao solo do tipo "solo brita",

"escória" ou outro material semelhante aplicado por toda a extensão da área livre, para regional com frota de até 40.000 (quarenta mil) veículos;

3.8.2. Terreno preferencialmente plano, com área livre e útil de no mínimo 10.000 m² (dez mil metros quadrados), livre de obstáculos, livre de alagamentos, compactado e com material aplicado ao solo do tipo "solo brita", "escória" ou outro material semelhante aplicado por toda a extensão da área livre, para regional com frota de até 100.000 (cem mil) veículos;

3.8.3. Terreno preferencialmente plano, com área livre e útil de no mínimo 25.000 m² (dez mil metros quadrados), livre de obstáculos, livre de alagamentos, compactado e com material aplicado ao solo do tipo "solo brita", "escória" ou outro material semelhante aplicado por toda a extensão da área livre, para regional com frota acima de 100.000 (cem mil) veículo;

3.8.4. Sistema de Combate a incêndio adequado, devidamente aprovado e vistoriado pelo Corpo de Bombeiros Militar do Estado do Mato Grosso do Sul, em conformidade com os dispositivos normativos vigentes;

3.8.5. Postes de iluminação dispostos por toda extensão do terreno da área de guarda, com altura entre 07 (sete) e 14 (quatorze) metros, contendo lâmpadas que promovam índice de iluminância adequada.

3.9. Da área administrativa e atendimento ao público:

3.9.1. Sala contendo mesas e cadeiras de escritório;

3.9.2. Área destinada ao arquivo de documentos e ao sistema de monitoramento CFTV, com tranca;

3.9.3. Claviculário ou outro sistema equivalente com a finalidade de identificar e organizar as chaves dos veículos em depósito;

3.9.4. Sala de atendimento ao público e com jogo de cadeiras de no mínimo 06 (seis) assentos;

3.9.5. Banheiros com instalações hidros sanitárias com capacidade suficiente para o atendimento da demanda, com mínimo de 02 (dois) sanitários, sendo 01 (um) masculino e 01 (um) feminino;

3.9.6. Disponibilidade de água potável em temperatura ambiente e gelada, com copos descartáveis para consumo e contentores para descarte;

3.9.7. Mural disponível para acesso a informações relacionadas às atividades do pátio (valores de taxas, horário de funcionamento, procedimentos, etc.);

3.9.8 As pessoas jurídicas interessadas deverão ter suas instalações aprovadas em vistoria "in loco" pelos agentes do DETRAN/MS.

4. IMPEDIMENTOS E PROIBIÇÕES AO CREDENCIAMENTO

4.1. Não poderão participar do credenciamento:

4.1.1. Que exerçam alguma das atividades abaixo:

4.1.1.1. serviço de vistoria veicular ou participação em entidade de classe a ela vinculada;

4.1.1.2. despachante documentalista;

4.1.1.3. remarcação de motor ou chassi de veículos;

4.1.1.4. venda e revenda de veículos;

4.1.1.5. seguros de veículos;

4.1.1.6. análise de crédito ou venda de informação;

.

4.1.1.7. fabricação ou fornecimento de placas veiculares e lacres de placas;

4.1.1.8. fabricação ou fornecimento de CNH, CRV ou CRLV;

4.1.1.9. fabricação, fornecimento, reparação ou instalação de quaisquer componentes e sistemas de veículos objeto de avaliação durante a realização das vistorias de identificação veicular.

4.1.1.10. oficinas mecânicas;

4.1.1.11. desmanche de veículos;

4.1.12. Da qual participe empregado ou servidor público, inclusive os de confiança, do DETRAN-MS ou de outras esferas e poderes;

4.1.13. Que tenham sido declaradas inidôneas para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição, ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

5. PROCEDIMENTO

5.1. O requerimento de credenciamento deverá ser endereçado ao Setor de Credenciamentos e protocolado na sede do Departamento Estadual de Trânsito de Mato Grosso do Sul, sito à Rodovia MS 080, km 10, Campo Grande-MS, Diretoria de Registro e Controle de Veículos - DIRVE (bloco 14), de segunda a sexta-feira, em dias úteis, no horário de 07h30min às 11h00min.

5.2. O processo de credenciamento, em todas as suas fases, será conduzido por Comissão Especial de Credenciamento designada pelo Diretor-Presidente, que examinará todos os documentos apresentados com base nos requisitos previstos neste Edital e na legislação aplicável.

5.3. No caso de indeferimento do pedido de credenciamento por inconsistência na documentação apresentada, o interessado terá o prazo de 15 (quinze) dias para interposição de recurso endereçado ao Diretor-Presidente desta Autarquia ou a regularização da pendência, sob pena de arquivamento do seu pedido.

5.4. Aprovada a documentação, a Comissão Especial de Credenciamento realizará vistoria no local onde será feita a guarda provisória dos veículos, por meio de agendamento de visita e emissão de Laudo de Vistoria, que deverão constar no processo de credenciamento, garantida a disponibilização de cópia ao interessado.

5.5. Nos municípios onde há Agência Regional de Trânsito instalada, a vistoria de que trata o item anterior poderá ser realizada por servidor lotado nessas unidades, desde que devidamente autorizado pela Comissão Especial de Credenciamento.

5.6. No caso de reprovação da vistoria realizada pela Comissão Especial de Credenciamento por inadequação da estrutura inspecionada, o interessado terá o prazo de 15 (quinze) dias para interposição de recurso endereçado ao Diretor-Presidente desta Autarquia ou a regularização da pendência, sob pena de arquivamento do seu pedido.

5.7. Após aprovação da vistoria no estabelecimento onde funcionará a empresa, a Comissão Especial de Credenciamento relatará o processo e encaminhará à Presidência do DETRAN/MS para homologação, adjudicação e respectiva publicação no Diário Oficial do Estado.

5.8. Após a publicação dos atos de homologação e adjudicação, a empresa será convocada para assinar o Termo de Credenciamento constante no Anexo III e recolhimento de taxa de credenciamento em guia emitida pelo DETRAN/MS, cujo pagamento é tido como condição para a expedição do Alvará de Funcionamento para o exercício.

5.9. No Alvará de Funcionamento deverá constar:

I - Qualificação da empresa;
II - Vaidade da autorização para funcionamento;
III - Número do Termo de Credenciamento;
IV - Local de atuação.

5.10. Serão de exclusiva responsabilidade do participante todas as taxas, tributos e contribuições fiscais e para-fiscais que forem devidos em decorrência direta ou indireta da participação do credenciamento.

5.11. Serão admitidos a participarem deste credenciamento somente as empresas que estejam estabelecidas na forma da Lei, para os fins do objeto pleiteado.

5.12. É vedada a qualquer pessoa física ou jurídica a representação, no presente credenciamento, de mais de uma proposta, na mesma localidade de atuação.

5.13. A participação neste Credenciamento importa total e irrestrita submissão dos proponentes, as condições deste Edital e seus Anexos.

6. PRAZO DO CREDENCIAMENTO

6.1. O credenciamento de empresas para a prestação de serviços de remoção, recolhimento, depósito, guarda, preparação e realização de leilões públicos de veículos automotores no âmbito do Estado do Mato Grosso do Sul, apreendidos ou removidos por inobservância à legislação de trânsito, será concedido às empresas interessadas e

que preencherem os requisitos do presente Edital, pelo período de até 24 (vinte e quatro) meses, quando então poderá, a critério de seus administradores, solicitar processo de renovação de credenciamento.

7. RENOVAÇÃO DE CREDENCIAMENTO

7.1. O credenciamento de empresas para a prestação de serviços de remoção, recolhimento, depósito, guarda, preparação e realização de leilões públicos de veículos automotores no âmbito do Estado do Mato Grosso do Sul, apreendidos ou removidos por inobservância à legislação de trânsito, será renovável mediante apresentação da documentação necessária para renovação do credenciamento em processo a ser protocolado com no mínimo 30 (trinta) dias antes do seu vencimento.

7.2. No caso de a empresa não respeitar o prazo do *caput*, será necessário realizar novo processo de credenciamento.

7.3. Para renovação de credenciamento o interessado deverá encaminhar requerimento acompanhado dos documentos constantes do item 3.1. ao item 3.9.8.

7.4. Quaisquer alterações dos requisitos exigidos no processo de credenciamento deverão ser previamente comunicadas e autorizadas pelo DETRAN/MS, sob pena de descredenciamento.

7.5. Quaisquer alterações do quadro de motoristas, a empresa deverá informar imediatamente ao DETRAN/MS, enviando a documentação prevista no inciso III do item 3.5.5. deste Edital.

8. DESCREDENCIAMENTO ESPONTÂNEO

8.1. A empresa credenciada poderá solicitar sua exclusão do rol de credenciados através do requerimento protocolado, endereçado ao Diretor-Presidente do DETRAN/MS, com antecedência mínima de 30 (trinta) dias do encerramento de suas atividades enquanto credenciado, sob pena de apuração de responsabilidade.

9. OBRIGAÇÕES E RESPONSABILIDADES DO CREDENCIADO

9.1. Sem prejuízo das obrigações constantes da legislação aplicável, o CREDENCIADO, se obriga também, a:

a) Prestar os serviços de remoção, atendendo as normas de procedimentos operacionais padronizados, a serem expedidos pelo DETRAN/MS;
b) Manter afixado em local visível em seu pátio, documento comprobatório do seu credenciamento, a tabela de preços dos serviços, o horário de funcionamento e de atendimento, bem como outras informações de interesse do público;
c) Manter espaço reservado em local visível em seu pátio, para uso do DETRAN/MS realizar seus informativos e campanhas educativas;
d) Manter seu pessoal administrativo, técnico e de operações sempre uniformizado e portando crachá de identificação;
e) Estabelecer quadro de horário de funcionamento de forma compatível com o atendimento da Agência de Trânsito ao qual presta serviço;
f) Manter em vigor as autorizações e licenças municipais, estaduais e federais necessárias ao desenvolvimento de sua atividade;
g) Responsabilizar-se por todo e qualquer dano que causar ao DETRAN/MS ou a terceiro, ainda que culposo, decorrente da sua atividade, ou de seus empregados, devendo adotar as providências saneadoras de forma imediata.

10. PAGAMENTO DO SERVIÇO DE REMOÇÃO

10.1. Os serviços realizados por guinchos CREDENCIADOS, serão cobrados diretamente do proprietário, através de documento próprio emitido pela empresa de guincho, respeitando os valores para cada tipo de veículo, conforme Tabela de Serviços do Departamento Estadual de Trânsito, prevista na Lei Estadual nº 4.282 de 14 de dezembro de 2.012 ou ato que o substitua.

10.2. No cálculo da quilometragem excedente, nas cidades sedes dos veículos guinchos, será considerado o deslocamento a partir do local da prestação do serviço de recolhimento até aos pátios de guarda e apreensão das agências do DETRAN/MS na capital e interior do Estado;

10.3. No cálculo da quilometragem nos deslocamentos intermunicipais, será considerada a quilometragem do mapa oficial do Estado e será paga de acordo com a tabela acima mencionada.

10.4. Somente haverá deslocamento da cidade sede quando não houver guincho credenciado na localidade a ser atendida.

10.5. A empresa credenciada poderá receber o valor do serviço por meio de depósito bancário, ou pagamento eletrônico por cartões débito ou crédito.

10.6. Sendo quitado o serviço de guincho, a empresa emitirá termo da quitação do serviço conforme o Anexo II.

10.7. Não haverá incidência da taxa em razão de veículo automotor recolhido em pátio ou a delegacias, que estejam à disposição de autoridade policial ou judicial, sendo ao CREDENCIADO vedada qualquer cobrança que a este se refira, seja contra o Estado ou seu proprietário.

10.8. Na hipótese de leilão judicial ou administrativo do veículo, o recebimento das taxas pelo CREDENCIADO, será limitado ao valor da arrematação, sendo vedada qualquer cobrança que a este se refira, contra o Estado.

10.9. Correrão por conta exclusiva da empresa credenciada todos os impostos e taxas que forem devidos em decorrência da prestação do serviço, bem como as contribuições devidas à Previdência Social, encargos trabalhistas, prêmios de seguro e de acidentes de trabalho, emolumentos e outras despesas que se façam necessárias à execução dos serviços.

10.10. Não haverá imputação de quaisquer ônus para o DETRAN-MS, decorrente do credenciamento, seja de natureza patrimonial, financeira ou civil, inclusive a responsabilização solidária por questões trabalhistas e previdenciárias de seus colaborados, responsabilizando-se a credenciada pelos riscos operacionais decorrentes da atividade exercida, mesmo no caso de descredenciamento.

10.11. A remuneração devida pelos serviços é exclusiva do proprietário do veículo removido/recolhido, sem solidariedade, subsidiariedade ou direito de regresso ao DETRAN-MS no caso de inadimplência.

10.12. É de responsabilidade da entidade credenciada a emissão de nota fiscal dos seus serviços aos seus consumidores finais, sendo vedada a sub-rogação dessa responsabilidade.

11. PENALIDADES

11.1. O não cumprimento dos procedimentos, por qualquer um dos envolvidos nos procedimentos de guincho e entrega de veículos, poderá incorrer instauração de Processo Administrativo Disciplinar, com as devidas aplicações de penalidades previstas neste Edital e na legislação vigente.

11.2. O Detran-MS poderá suspender temporariamente o veículo guincho que não possuir qualquer dispositivo de segurança, documentação ou elementos para realizar o serviço.

11.3. A suspensão temporária será imediata, impedindo o veículo de operação.

11.4. O retorno à atividade somente se dará após ser realizada nova vistoria pelo Detran-MS.

11.5. Constituem infrações passíveis de aplicação da penalidade de advertência:

a) O não atendimento a qualquer pedido de informação, formulada pelo DETRAN/MS ou pelo Delegado de Polícia competente no âmbito da circunscrição;
b) Cometer 2 (duas) suspensões temporárias de veículo no prazo de 60 (sessenta) dias;
c) Prestar informações inexatas e inverídicas ou tentar obstruir operação de fiscalização e/ou auditoria;
d) Praticar conduta irregular ou tratamento inadequado em relação aos usuários ou aos servidores do Estado de Mato Grosso do Sul;
e) Remover veículo sem a autorização;
f) Remover veículo sem realizar a vistoria e o preenchimento do "*check-list*" estabelecido no ARV;
g) Retardar ou dificultar sem justificativa, a remoção do veículo;
h) Incorrer no registro errado de informações no ARV.

11.6. Constituem infrações passíveis de aplicação da penalidade de suspensão do credenciamento:

I – De 2 (dois) meses:

a) Cometer 02 (duas) faltas punidas com advertência no período de 12 (doze) meses;
b) Apresentar deficiência, de qualquer ordem, nos equipamentos e sistemas conforme especificado pelo DETRAN/MS;
c) Descumprir as convocações e atos provenientes do DETRAN/MS;
d) Trabalhar em conjunto com pessoas não habilitadas ou profissionais não credenciados ou em situação irregular perante o DETRAN/MS;
e) Não obedecer ao horário de funcionamento.

II – De 6 (seis) meses:

a) Cobrar valores relativos a procedimentos não autorizados ou diversos dos constantes dos itens 7.1, 7.1.2 e 7.1.3.
b) Desrespeitar o limite territorial da atividade, restrito à Agência de Trânsito ao qual foi autorizado, exceto nos casos autorizados pelo Detran-MS;

c) Descarregar, mesmo que momentaneamente, veículos em seu pátio sem a autorização;
d) Liberar veículos sem a devida autorização do DETRAN/MS;

11.7. Constituem infrações passíveis de aplicação da penalidade de descredenciamento:

a) Cometer 02 (duas) faltas punidas com suspensão no período de 12 (doze) meses;
b) Ceder ou transferir, a qualquer título, o credenciamento;
c) Emitir de forma fraudulenta ou irregular quaisquer documentos;
d) Falsificar ou adulterar documentos;
e) Praticar atos de improbidade e contra a fé pública, o patrimônio ou a Administração Pública e/ou privada;
f) Adotar conduta moralmente reprovável ou que de qualquer forma se preste à desmoralização do sistema de segurança pública e de trânsito ou das autoridades públicas;
g) Deixar de cumprir as obrigações previstas neste edital;
h) Possuir vínculo com despachantes, empresas de comércio de peças usadas, de lojas de veículos, ou servidores do DETRAN/MS, bem como parentes destes até 3º grau;
i) Deixar de promover a imediata reparação de danos causados a veículos removidos;
j) Prestar o serviço de modo insatisfatório.

12. APLICAÇÃO DA PENALIDADE

12.1. A aplicação das penalidades previstas é de competência do Diretor-Presidente do DETRAN/MS.

12.2. Da decisão do Diretor-Presidente, caberá recurso, no prazo de trinta dias a contar da data da sua publicação, ao Conselho de Administração do DETRAN/MS.

12.3. A aplicação das penalidades será precedida de processo administrativo, assegurados os princípios da ampla defesa e do contraditório.

12.4. O processo administrativo instaurado por ato do Diretor-Presidente, será instruído pela Corregedoria de Trânsito do DETRAN/MS (COTRA), o qual será presidido pelo seu Corregedor ou por quem ele assim designar.

12.5. A COTRA poderá a qualquer tempo após instaurado o processo administrativo, suspender as atividades do CREDENCIADO, pelo prazo de até 15 (quinze) dias, para fins de averiguações e quando houver fundada suspeita de fraude, crimes ou atos lesivos que sejam de difícil reparação caso persistam.

12.6. O prazo da suspensão poderá ser prorrogado mediante decisão motivada do Diretor-Presidente do DETRAN/MS.

12.7. O CREDENCIADO que descumprir, dificultar, retardar ou inviabilizar o previsto neste edital e demais normas aplicáveis poderá sofrer medida administrativa de suspensão de seus veículos, até a sua efetiva adequação, respondendo pelos prejuízos decorrentes.

12.8. Na hipótese de abertura de processo administrativo para apuração de infrações para as quais são cominadas as penalidades de suspensão ou descredenciamento, o CREDENCIADO poderá ter preventivamente suspensas suas atividades, até o encerramento do processo, mediante decisão motivada do Diretor-Presidente do DETRAN/MS.

12.9. Decorrido cinco anos da aplicação da penalidade de descredenciamento, poderá o CREDENCIADO requerer novo credenciamento, submetendo-se a todas as exigências para tanto.

13. FISCALIZAÇÃO

13.1. O DETRAN/MS, através da DIRVE fiscalizará as atividades previstas neste edital, utilizando-se de todos os meios administrativos e legais necessários para este fim, obrigando-se o CREDENCIADO a atender e permitir livre acesso às suas dependências, oportunizando e fornecendo todas as informações aos servidores em supervisão, fiscalização e serviços de auditoria realizados e autorizados pelo DETRAN/MS.

14. DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

14.1. Não há dotação orçamentária, pela inexistência de gasto da Administração Pública.

15. DISPOSIÇÕES FINAIS E TRANSITÓRIAS

15.1. Os prejuízos ao erário, decorrentes do não cumprimento do disposto neste edital, serão de responsabilidade daquele que deixou de cumprir a rotina de trabalho, e na falha da fiscalização, responderá solidariamente aquele que deveria fiscalizar.

15.2. No ato da liberação do veículo, havendo necessidade de guincho para sua retirada, este serviço será de total responsabilidade do proprietário do veículo.

15.3. Nos municípios onde houver contrato vigente de prestação de serviço de guincho, somente será possível o credenciamento ao término do contrato.

15.4. Os casos omissos serão dirimidos pelo Diretor-Presidente.

15.5. Fica eleito o Foro da Comarca de Campo Grande/MS, com exclusão de qualquer outro, para dirimir quaisquer questões relacionadas com o presente Edital.

Campo Grande (MS), 16 de março de 2023.

RUDEL ESPÍNDOLA TRINDADE JUNIOR
DIRETOR-PRESIDENTE

ANEXO I

1) Especificação dos Caminhões Guincho

1.1) Todos os veículos deverão ter os seguintes equipamentos:

a) Extintores de incêndio de pó químico seco – com no mínimo 6 kg, com observância da validade da carga e do recipiente;
b) Dispositivo luminoso intermitente ou rotativo, na cor amarelo âmbar fixado no veículo, a fim de ser utilizado quando parado e em efetiva operação;
c) Cones para sinalização flexível em PVC injetado na cor laranja com 75cm conforme NBR 1507, (mínimo 5 unidades);
d) Dispositivo mecânico, redutor hidráulico com cabo de aço, cuja espessura seja compatível com a capacidade do equipamento;
e) Patins de alavanca (ou outro equipamento que o substitua) para o embarque de veículos travados;
f) Cintas de amarração suficiente para a sua capacidade de transporte;
g) Estar devidamente registrado e licenciado com os mecanismos e sistemas instalados;
h) Encontrar-se em perfeito estado de conservação e funcionamento;
i) Conter um dos seguintes mecanismos operacionais: guincho com rampa, plataforma de auto socorro reclinável hidráulica ou lança telescópica e 5ª roda para veículos pesados e semirreboque;
j) Estar equipado de modo a efetuar recolhimento de qualquer veículo, independente do ano de fabricação;
k) Submeter-se à vistoria periódica semestral que deverá ser realizada no DETRAN-MS.

1.2) Característica dos veículos por tipo de remoção:

Tipo do Veículo Guincho	Especificações
I	Caminhão com no máximo 15 (quinze) anos de fabricação, dotado de prancha hidráulica para transporte de veículos Leves (ciclomotor, motoneta, quadriciclo e side-car) e veículos médio: (triciclo, automóvel, camioneta, camionete, utilitários, reboque e semi-reboque com PBT até 3,5 T);
II	Caminhão com no máximo 15 (quinze) anos de fabricação, dotado de prancha hidráulica para transporte de veículos Pesados (caminhão, caminhão-trator, ônibus, microônibus, trator, reboque e semi-reboque com PBT acima de 3,5 T)
III	Caminhão com no máximo 20 (vinte) anos de fabricação, dotado de lança telescópica e 5ª roda para transporte de veículos Pesados (caminhão, caminhão-trator, ônibus, microônibus, trator, reboque e semi-reboque com PBT acima de 3,5 T)

2) Estrutura mínima para credenciamento de empresas que atuem na modalidade de transporte de veículos **leves e médios**, por frota de veículos registrada no município:

Frota (em número de Veículos)	Tipo de Guincho	Quantidade
Maior que 200.000	I	2
Entre 200.000 e 50.000	I	2
Entre 50.000 e 10.000	I	2
Menor que 10.000	I	1

3) Estrutura mínima para credenciamento de empresas que atuem na modalidade de transporte de veículos **pesados**, por frota de veículos registrada no município:

Frota (em número de Veículos)	Tipo de Guincho	Quantidade
Maior que 10.000	III ou IV	1

ANEXO II

1) Termo de quitação do serviço de remoção:

TIMBRE DA EMPRESA

(qualificação da empresa com endereço, CNPJ e dados do credenciamento)

TERMO DE QUITAÇÃO DO SERVIÇO DE REMOÇÃO

Declaro para os devidos fins, que o foram quitadas todas as obrigações referentes ao serviço de guincho do veículo abaixo:

Placa:		Renavam:		Cidade:	
Chassi:		Marca/Modelo:			
Data do Serviço:		Pátio de entrega:			
Nome do Proprietário:				CPF:	
Nome do Pagador (Procurador):				CPF:	

Dando plena quitação do serviço e sendo autorizada ao DETRAN/MS a emissão do auto de liberação do veículo supra citado.

(Cidade - MS) , (*dia)* do (*mês)* de (*ano)*.

Assinatura e carimbo

ANEXO III

MINUTA – TERMO DE CREDENCIAMENTO Nº ____/202__/DETRAN/MS

TERMO DE CREDENCIAMENTO Nº...../…...../DETRAN, QUE ENTRE SI CELEBRAM O DEPARTAMENTO ESTADUAL DE TRÂNSITO – DETRAN/MS E A EMPRESA .....

O DEPARTAMENTO ESTADUAL DE TRÂNSITO DE MATO GROSSO DO SUL - DETRAN-MS, entidade autárquica criada pela Lei nº 537 de 06/05/85, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 01.560.929/0001-38, com sede na Rodovia MS 80, Km 10, saída para Rochedo, nesta Capital, neste ato representado pelo seu Diretor-Presidente (cargo, nome, qualificação, identidade, CPF e endereço completo), a seguir denominado CREDENCIANTE, e a empresa....., com sede ..... inscrita no CNPJ, neste ato representada por.....(qualificação, identidade, CPF e endereço completo), doravante denominada CREDENCIADA, em decorrência do resultado do Edital de Credenciamento nº …./201... realizado através do Processo nº 31/01655/2023, por inexigibilidade de licitação, conforme artigo 25, *caput*, da Lei Federal nº 8.666/1993, têm entre si justa e acordada a prestação dos serviços mediante as cláusulas e condições a seguir exaradas:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1. Credenciamento de empresa prestadora de serviços de remoção, recolhimento, depósito, guarda, preparação e realização de leilões públicos de veículos automotores no âmbito do Estado do Mato Grosso do Sul, apreendidos ou removidos por inobservância à legislação de trânsito e apreensão de veículos por envolvimento em crimes ou determinação judicial, nos termos da legislação aplicável e em conformidade com as exigências e condições estabelecidas no Edital de Credenciamento e seus anexos.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO AMPARO LEGAL

2.1. A legislação aplicável a este Contrato é a Lei Federal n. 8.666, de 21 de junho de 1993; Lei federal n. 9.503, de 23 de setembro de 1997; Lei nº 4.282, de 14 de dezembro de 2012; Resolução SEJUSP/MS/Nº 848, de 19 de outubro de 2019; Portaria DETRAN MS "N" Nº 048, de 11 de junho de 2019, bem como pelas normas do Edital de Credenciamento e seus anexos, além da legislação que rege a espécie.

CLÁUSULA TERCEIRA – DOS DOCUMENTOS APLICÁVEIS

3.1. Integram este contrato os documentos a seguir discriminados, de cujo inteiro teor as partes declaram ter conhecimento e aceitam, independentemente de sua anexação:

3.1.1. Portaria DETRAN MS "N" Nº xxx, de xxx de xxx de xxx e Edital de Credenciamento nº xxx/xxx/DETRAN-MS e respectivos Anexos – Processo nº 31/015655/2023, bem como a Documentação de Habilitação da CREDENCIADA.

3.2. Os documentos referidos no item anterior são considerados suficientes para, em complemento a este contrato, definirem a sua extensão, e desta forma, regerem a execução adequada do termo ora celebrado.

3.3. Qualquer alteração nas condições ora estipulada neste termo deverá ser feita por meio de Termo Aditivo assinado pelos representantes legais das partes.

CLÁUSULA QUARTA – DO LOCAL DO SERVIÇO CREDENCIADO

4.1. Os serviços, objeto do presente termo de credenciamento, serão prestados, exclusivamente, no(s) município(s) de .....

CLÁUSULA QUINTA – DA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS

5.1. Após receber o chamado de atendimento, o guincho empenhado no serviço deverá atender à solicitação, no perímetro urbano, em no máximo 60 (sessenta) minutos.

5.2. Os veículos recolhidos deverão ser encaminhados diretamente ao pátio designado pelo Centro de Controle Operacional - CCO, sendo vetado o seu desembarque em qualquer outro local, salvo em casos de emergência e comunicado ao CCO.

5.2.1. Havendo mais de um veículo a ser recolhido em uma mesma região da cidade, e o guincho possuir capacidade operacional para realizar o transporte com segurança, o CCO poderá autorizar o atendimento de mais de um chamado.

5.3. Os veículos recolhidos das vias públicas por quaisquer motivos, somente poderão ser recebidos nos pátios de guarda e custódia próprios ou credenciados pelo DETRAN-MS, se previamente cadastrados no sistema de controle de pátio.

5.4. O serviço de remoção de veículos, somente será realizado observando os seguintes procedimentos:

I – A autoridade de trânsito ou seus agentes, apresentará o Auto de Recolhimento de Veículos – ARV devidamente preenchido e assinado ao condutor do guincho e o acompanhará em todo o procedimento até o término do carregamento;
II – O condutor do guincho, em seguida deverá conferir se o ARV está devidamente preenchido e assinado e se consta no campo de observações, as condições gerais do veículo e os objetos pessoais contidos no mesmo;
III – O condutor do guincho carregará o veículo e o amarará de forma a garantir um transporte seguro.

5.4.1. Nos casos de condições adversas, veículos travados, tombados, capotados e demais situações em que seja necessário utilizar técnicas ou equipamentos que para a prestação do serviço, possam danificar o veículo, tal informação deverá constar no campo de observações do ARV, especificando as ações e equipamentos que foram adotados no procedimento.

5.4.2. O ARV deverá ser assinado pelo condutor do guincho, autoridade de trânsito ou seus agentes e sempre que possível pelo condutor, proprietário do veículo ou testemunha.

5.5. Após guinchar o veículo, este deverá ser encaminhado imediatamente ao pátio de guarda e custódia próprio ou credenciado pelo DETRAN-MS, excetuando-se os casos em que não houver plantão de atendimento na Agência de Trânsito.

5.5.1. A empresa credenciada que deixar de cumprir o disposto nos itens 5.3. e 5.4. deste termo, será responsabilizada pelas divergências entre as informações apresentadas.

5.6. Os veículos envolvidos em ocorrências policias, às quais necessitam de comunicação imediata à polícia judiciária, deverão ser encaminhados à delegacia de competência a ser indicada pelo Centro Integrado de

Operações de Segurança – CIOPS.

5.6.1. Nos demais casos, os veículos recolhidos das vias públicas serão encaminhados e recebidos pelos pátios de guarda e custódia próprios ou credenciados pelo DETRAN/MS, conforme for determinado pelo CCO.

5.7. O serviço de remoção/recolhimento somente será dado como concluído após o responsável pelo pátio receber a documentação e o veículo ser descarregado em local apropriado.

5.8. A forma de recolhimento do veículo deverá constar obrigatoriamente no ARV, para o cálculo do custo do recolhimento.

5.9. Além das especificações do serviço previstas neste termo, a CREDENCIADA deverá cumprir com o disposto na Portaria DETRAN MS "N" Nº xxxx, de xx de xx de xxx, no Edital de Credenciamento nº xxx/xxxx/DETRAN-MS e respectivos Anexos, e em outros atos que vierem a ser expedidos pelo CREDENCIANTE.

CLÁUSULA SEXTA - DAS OBRIGAÇÕES E RESPONSABILIDADES DA CREDENCIADA

6.1. Sem prejuízo das obrigações constantes da legislação aplicável, a CREDENCIADA, se obriga também, a:

I - Garantir as condições de regularidade, continuidade, eficiência, segurança, atualidade, generalidade, cortesia e qualidade, de acordo com o previsto na legislação, as especificações técnicas e demais condições constantes desta Portaria ou Edital e seus anexos, quando for o caso;
II - Permitir aos servidores autorizados pelo DETRAN/MS, livre acesso às instalações da empresa, bem como a todos os seus registros contábeis, jurídicos, informações, recursos técnicos, econômicos e financeiros, aos documentos comprobatórios de recolhimento dos impostos e obrigações legais vinculadas à execução do objeto da presente Portaria;
III - Zelar pela integridade dos bens vinculados à prestação dos serviços;
IV - Comunicar com, no mínimo 60 (sessenta) dias de antecedência ao DETRAN/MS o encerramento de suas atividades ou o não interesse de prorrogar a validade do credenciamento.
V - Promover a liberação do veículo, à pessoa indicada no auto de liberação, via sistema de controle de pátio do DETRAN/MS.
VI - Comunicar imediatamente ao DETRAN/MS, caso identifique irregularidades, indícios de fraude, adulteração em documentação apresentada ao pátio para que se adotem as providências penais e administrativas cabíveis, e, quando se tratar, em tese, de ilícito penal, essa comunicação, também, deverá ser efetuada junto à Polícia Civil ou ao Ministério Público.
VII - Responder consultas, atender convocações, reclamações, exigências ou observações realizadas por parte do DETRAN/MS, a respeito de matérias que envolvam as atividades contratadas;
VIII - Cumprir as normas estabelecidas pelo CONTRAN e pelo Código de Trânsito Brasileiro e as orientações ou as normatizações traçadas pelo DETRAN/MS, no que couber;
IX - Manter seu quadro funcional tecnicamente atualizado, participando de atividades que acrescentem e aprimorem conhecimentos sobre a profissão, sendo obrigatória, quando convocado, a participação nos eventos promovidos pelo DETRAN/MS;
X - Disponibilizar todas as informações, sempre que solicitado pelo DETRAN/MS e demais órgãos da administração pública, relativas às condições jurídicas, administrativas e contábeis da empresa;
XI - Zelar pela observância das regras sociais de convivência e urbanidade dos seus empregados e profissionais contratados no atendimento aos usuários;
XII - Atender prontamente aos servidores do DETRAN/MS quando da realização das atividades de supervisão, fiscalização e auditoria, permitindo o livre acesso às dependências e documentos do depósito, inclusive documentos fiscais, disponibilizando todas as informações solicitadas pelos técnicos, bem como atender, de pronto, qualquer solicitação dos servidores em visita ao pátio;
XIII - Comunicar, previamente, ao DETRAN/MS, o afastamento de sócio, gerente ou empregado cadastrados para utilizarem os sistemas informatizados do DETRAN/MS, caso tenham acesso, para fins de desvinculação e descadastramento;
XIV - Interligar-se com o DETRAN/MS, via sistema informatizado, bem como manter permanentemente operante este sistema de comunicação, adotando todas as cautelas e procedimentos que garantam seu perfeito funcionamento;
XV - Comunicar ao DETRAN/MS, formal e prontamente, indícios de irregularidades praticadas por seus empregados, assim como qualquer indício de ilícito penal ou improbidade administrativa;
XVI - Comunicar de imediato ao DETRAN/MS os fatos e informações relevantes, caracterizadores de desvio de conduta ou de indícios de irregularidades referentes ao depósito e à guarda de veículos e demais serviços correlatos, sem prejuízo da comunicação à autoridade policial competente, nos casos de ilícitos penais;
XVII - Adotar imediatamente as medidas efetivas para sanear ou resolver o problema relativo ao inciso anterior, na esfera de sua competência;
XVIII - Atender aos usuários, no tocante à liberação dos veículos sob sua guarda, na sede do pátio, de segunda-feira a sexta-feira, pelo período de 08 (oito) horas diárias, facultado o intervalo para almoço;
XIX - Atender e manter integralmente aos padrões estabelecidos pelo DETRAN/MS quanto às instalações físicas, identidade visual, sistema operacional, aos veículos, aos equipamentos e ao padrão de atendimento aos usuários;
XX - Realizar as vistorias de todos os veículos que entrarem no pátio de acordo com os procedimentos estabelecidos nesta Portaria;

XXI - Manter laudo de vistoria técnica de cada veículo sob sua responsabilidade, com os dados integralmente preenchidos, devendo constar o estado do veículo por ocasião de sua entrada e saída do depósito, e o decalque de numeração do chassi caso possível, devendo ainda ser preenchido, no rodapé da ficha de depósito, a data da saída física do veículo, o número do RG da pessoa que o está retirando, e seu nome legível, além da assinatura;
XXII - Manter em seus registros e fornecer ao DETRAN/MS, quando solicitado, toda a documentação relativa aos veículos que transitaram pelo pátio durante os últimos 03 (três) anos;
XXIII - Arquivar os processos físicos que deverão conter a seguinte documentação, nesta ordem: guia de remoção, laudo de vistoria técnica, carta de liberação, e outros documentos que eventualmente tenham instruído a remoção/liberação/Leilão, devendo tais documentos serem repassados ao DETRAN/MS quando do final do credenciamento;
XXIV - Relatar fatos, documentos e informações relativas aos veículos removidos em questão, sendo responsabilidade da credenciada/contratada eventuais erros causados pela omissão nas informações prestadas ao DETRAN/MS;
XXV - Facilitar o acesso dos peritos da Polícia Civil, Militar ou Federal aos veículos, para fins de perícia, desde que estejam devidamente identificados.
XXVI - Comunicar de imediato à Comissão de Leilão o recebimento de qualquer determinação judicial que implique na impossibilidade de levar à hasta pública qualquer veículo depositado nos pátios da credenciada/contratada;
XXVII - Fornecer/disponibilizar toda a mão de obra, ferramentas, veículos, aparelhos, equipamentos e materiais necessários à perfeita execução do objeto deste credenciamento;
XXVIII - Comunicar ao DETRAN/MS mudança do número de telefone e de endereço de correio eletrônico;
XXIX - Zelar pela integridade e segurança dos documentos de veículos porventura deixados sob sua guarda;
XXX - Proceder com zelo e atenção ao examinar e conferir qualquer documento relacionado com sua atividade fim;
XXXI - Manter, durante a execução dos serviços e nas dependências da empresa credenciada/contratada, os empregados asseados, uniformizados, identificados com crachá funcional, e registrados junto ao DETRAN/MS;
XXXII - Manter sob sua guarda no pátio veículos removidos por entidades conveniadas ao DETRAN/MS;
XXXIII - Manter na empresa, o termo de credenciamento fornecido pelo DETRAN/MS, em lugar visível ao público;
XXXIV - Manter a regularidade de sua situação de credenciamento junto ao DETRAN/MS, e ao atendimento dos termos da Lei Federal nº 8.666/1993, da Lei Estadual nº 4.282/2012 e suas atualizações, para fins de recebimento de pagamento;
XXXV - Quando da liberação do veículo, seguir os ditames desta Portaria, ou outra que venha a sucedê-la, devendo, ainda, exigir que o responsável pela retirada assine o laudo de vistoria apenas para resguardo da empresa.
XXXVI - Manter as instalações físicas de escritório, atendimento ao público, área de vistoria e liberação de veículos, bem como a área de guarda dos veículos em plenas condições de uso, limpeza, asseio e organização.
XXXVII - Promover o combate aos focos de mosquito da dengue periodicamente, e quando necessário, o controle de pragas.
XXXVIII - Permitir a fiscalização e acesso aos agentes municipais responsáveis pelas medidas de prevenção e combate ao mosquito da dengue, e outras pragas.
XXXIX - Manter o depósito sob guarda e vigilância nas 24 (vinte e quatro) horas do dia.
XL - Encaminhar ao DETRAN/MS, documentação acerca da mudança societária da empresa credenciada/contratada, para análise e aprovação.
XLI - Estar e manter-se regularizada na circunscrição perante o município onde esteja estabelecida.
XLII - Manter sigilo das informações que forem disponibilizadas em função do credenciamento.
XLIII - Relatar ou registrar no sistema de controle de pátios do DETRAN/MS, os dados de todos os veículos que ingressarem e saírem do depósito, visando à auditoria e controle pelo DETRAN/MS, bem como o pagamento pelos serviços prestados.
XLIV - Responsabilizar-se, civil e criminalmente, por danos de qualquer natureza decorrentes da atividade objeto deste credenciamento, assumindo, inclusive, integralmente, o ônus de eventuais prejuízos causados a terceiros.
XLV - Assumir inteira responsabilidade pelas obrigações decorrentes da execução das atividades para a qual foi credenciada/contratada, mantendo as condições do credenciamento/da contratação de acordo com o que foi homologado.
XLVI - Cumprir, independentemente da forma de contratação, obrigações sociais, previdenciárias, fiscais e trabalhistas.
XLVII - Não reduzir a área da empresa, após a vistoria técnica pelo DETRAN/MS.
XLVIII - Manter permanentemente operante o sistema de comunicação interno, adotando todas as cautelas e procedimentos que garantam seu perfeito funcionamento.
XLIX – Disponibilizar e exigir que os motoristas de guincho façam o uso de uniforme com faixas refletivas com o nome/logo da empresa credenciada/contratada;
L - Realizar de maneira gratuita, sem ônus ao DETRAN/MS ou ao proprietário do bem, depósito de veículos que tenham sido objeto de errônea autuação administrativa por parte dos agentes de fiscalização de trânsito dos órgãos conveniados da DETRAN/MS.
LI - As obrigações e deveres da empresa credenciada/contratada encerra-se com a liberação do veículo ao proprietário ou após a finalização do leilão.

CLÁUSULA SETIMA - DA REMUNERAÇÃO DA CREDENCIADA

7.1. Os valores referentes à prestação de serviços de depósito e guarda, remoção e da vistoria de entrada de veículos apreendidos, serão pagos à empresa credenciada/contratada diretamente pelo proprietário ou responsável pelo veículo recolhido, não recaindo qualquer ônus ao DETRAN/MS no que tange ao pagamento de qualquer despesa decorrente do serviço prestado, conforme disposto no Art. 271 do CTB e suas alterações.

7.1.1. No cálculo da quilometragem excedente, nas cidades sedes dos veículos guinchos, será considerado o deslocamento a partir do local da prestação do serviço de recolhimento até aos pátios de guarda e apreensão das agências do DETRAN/MS na capital e interior do Estado.

7.1.1.2 Os serviços realizados por guinchos pertencentes ao Estado de Mato Grosso do Sul, serão cobrados diretamente do proprietário, através de guia própria, no ato da liberação, conforme Tabela de Serviços do Departamento Estadual de Trânsito, prevista na Lei Estadual nº 4.282 de 14 de dezembro de 2.012 e suas alterações ou ato que a substitua.

7.1.2. No cálculo da quilometragem nos deslocamentos intermunicipais, será considerada a quilometragem do mapa oficial do Estado e será paga de acordo com a tabela acima mencionada.

7.1.3. Somente haverá deslocamento da cidade sede quando não houver guincho credenciado na localidade a ser atendida.

7.1.4. A empresa credenciada poderá receber o valor do serviço por meio de depósito bancário, ou pagamento eletrônico por cartões débito ou crédito.

7.1.5. Sendo quitado o serviço de guincho, a CREDENCIADA emitirá termo da quitação do serviço conforme o Anexo II, do Edital de Credenciamento nº xxx/xxxxDETRAN-MS.

7.2. Não haverá incidência da taxa em razão de veículo automotor recolhido em pátio ou a delegacias, que estejam à disposição de autoridade policial ou judicial, sendo à CREDENCIADA vedada qualquer cobrança que a este se refira, seja contra o Estado ou seu proprietário.

7.3. Na hipótese de leilão judicial ou administrativo do veículo, o recebimento das taxas pela CREDENCIADA, será limitado ao valor da arrematação, sendo vedada qualquer cobrança que a este se refira, contra o Estado.
7.4. Correrão por conta exclusiva da CREDENCIADA todos os impostos e taxas que forem devidos em decorrência da prestação do serviço, bem como as contribuições devidas à Previdência Social, encargos trabalhistas, prêmios de seguro e de acidentes de trabalho, emolumentos e outras despesas que se façam necessárias à execução dos serviços.

7.5. Não haverá imputação de quaisquer ônus para o DETRAN-MS, decorrente do credenciamento, seja de natureza patrimonial, financeira ou civil, inclusive a responsabilização solidária por questões trabalhistas e previdenciárias de seus colaborados, responsabilizando-se a CREDENCIADA pelos riscos operacionais decorrentes da atividade exercida, mesmo no caso de descredenciamento.

7.6. A remuneração devida pelos serviços é exclusiva do proprietário do veículo removido/recolhido, sem solidariedade, subsidiariedade ou direito de regresso ao DETRAN-MS no caso de inadimplência.

7.7. É de responsabilidade da CREDENCIADA a emissão de nota fiscal dos seus serviços aos seus consumidores finais, sendo vedada a sub-rogação dessa responsabilidade.

CLÁUSULA OITAVA – DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

8.1. Não há dotação orçamentária, pela inexistência de gasto da Administração Pública.

CLÁUSULA NONA - DA VIGÊNCIA

9.1. O credenciamento para prestação do serviço objeto deste termo terá vigência de 24 (vinte e quatro) meses, podendo ser prorrogado conforme dispõe a Lei nº 8.666/1993 e suas alterações.

9.2. A credenciada poderá, a critério de seus administradores, solicitar processo de renovação do credenciamento mediante apresentação da documentação necessária para renovação em processo a ser protocolado com no mínimo 30 (trinta) dias antes do seu vencimento.

9.3. No caso da CREDENCIADA não respeitar o prazo do item 9.2., será necessário realizar novo processo de credenciamento.

9.4. Para renovação de credenciamento o interessado deverá encaminhar requerimento acompanhado dos documentos constantes do item 3.1. ao item 3.9.8.do Edital de Credenciamento nº xxx/xxxx/DETRAN-MS.

CLÁUSULA DÉCIMA - DO DESCREDENCIAMENTO ESPONTÂNEO

10.1. A CREDENCIADA poderá solicitar sua exclusão do rol de credenciados através de requerimento protocolado, endereçado ao Diretor-Presidente do DETRAN/MS, com antecedência mínima de 30 (trinta) dias do encerramento de suas atividades enquanto credenciada, sob pena de apuração de responsabilidade.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DA FISCALIZAÇÃO

11.1. O DETRAN/MS, através da DIRVE, fiscalizará as atividades previstas neste termo, utilizando-se de todos os meios administrativos e legais necessários para este fim, obrigando-se a CREDENCIADA a atender e permitir livre acesso às suas dependências, oportunizando e fornecendo todas as informações aos servidores em supervisão, fiscalização e serviços de auditoria realizados e autorizados pelo DETRAN/MS.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DAS PENALIDADES

12.1. O não cumprimento dos procedimentos, poderá incorrer instauração de Processo Administrativo, com as devidas aplicações de penalidades previstas neste termo e na legislação vigente.

12.2. O Detran-MS poderá suspender temporariamente o veículo guincho que não possuir qualquer dispositivo de segurança, documentação ou elementos para realizar o serviço;

12.2.1. A suspensão temporária será imediata, impedindo o veículo de operação;

12.2.2. O retorno à atividade somente se dará após ser realizada nova vistoria pelo DETRAN-MS;

12.3. Constituem infrações passíveis de aplicação da penalidade de advertência:

a) O não atendimento a qualquer pedido de informação, formulada pelo DETRAN/MS ou pelo Delegado de Polícia competente no âmbito da circunscrição;
b) Cometer 2 (duas) suspensões temporárias de veículo no prazo de 60 (sessenta) dias;
c) Prestar informações inexatas e inverídicas ou tentar obstruir operação de fiscalização e/ou auditoria;
d) Praticar conduta irregular ou tratamento inadequado em relação aos usuários ou aos servidores do Estado de Mato Grosso do Sul;
e) Remover veículo sem a autorização;
f) Remover veículo sem realizar a vistoria e o preenchimento do "*check-list*" estabelecido no ARV;
g) Retardar ou dificultar sem justificativa, a remoção do veículo;
h) Incorrer no registro errado de informações no ARV.

12.4. Constituem infrações passíveis de aplicação da penalidade de suspensão do credenciamento:

I – De 2 (dois) meses:

a) Cometer 02 (duas) faltas punidas com advertência no período de 12 (doze) meses;
b) Apresentar deficiência, de qualquer ordem, nos equipamentos e sistemas conforme especificado pelo DETRAN/MS;
c) Descumprir as convocações e atos provenientes do DETRAN/MS;
d) Trabalhar em conjunto com pessoas não habilitadas ou profissionais não credenciados ou em situação irregular perante o DETRAN/MS;
e) Não obedecer ao horário de funcionamento.

II – De 6 (seis) meses:

a) Cobrar valores relativos a procedimentos não autorizados ou diversos dos constantes na Cláusula Oitava.
b) Desrespeitar o limite territorial da atividade, restrito à Agência de Trânsito ao qual foi autorizado, exceto nos casos autorizados pelo Detran-MS;
c) Descarregar, mesmo que momentaneamente, veículos em seu pátio sem a autorização;
d) Liberar veículos sem a devida autorização do DETRAN/MS.

12.5. Constituem infrações passíveis de aplicação da penalidade de descredenciamento:

a) Cometer 02 (duas) faltas punidas com suspensão no período de 12 (doze) meses;
b) Ceder ou transferir, a qualquer título, o credenciamento;
c) Emitir de forma fraudulenta ou irregular quaisquer documentos;
d) Falsificar ou adulterar documentos;
e) Praticar atos de improbidade e contra a fé pública, o patrimônio ou a Administração Pública e/ou privada;
f) Adotar conduta moralmente reprovável ou que de qualquer forma se preste à desmoralização do sistema de segurança pública e de trânsito ou das autoridades públicas;
g) Deixar de cumprir as obrigações previstas neste termo;
h) Possuir vínculo com despachantes, empresas de comércio de peças usadas, de lojas de veículos, ou servidores do DETRAN/MS, bem como parentes destes até 3º grau;
i) Deixar de promover a imediata reparação de danos causados a veículos removidos;
j) Prestar o serviço de modo insatisfatório.

12.6. A aplicação das penalidades previstas é de competência do Diretor-Presidente do DETRAN/MS.

12.7. Da decisão do Diretor-Presidente, caberá recurso, no prazo de trinta dias a contar da data da sua publicação, ao Conselho de Administração do DETRAN/MS.

12.8. A aplicação das penalidades será precedida de processo administrativo, assegurados os princípios da ampla defesa e do contraditório.

12.9. O processo administrativo instaurado por ato do Diretor-Presidente, será instruído pela Corregedoria de Trânsito do DETRAN/MS (COTRA), o qual será presidido pelo seu Corregedor ou por quem ele assim designar.

12.10. A COTRA poderá a qualquer tempo após instaurado o processo administrativo, suspender as atividades da CREDENCIADA, pelo prazo de até 15 (quinze) dias, para fins de averiguações e quando houver fundada suspeita de fraude, crimes ou atos lesivos que sejam de difícil reparação caso persistam.

12.10.1. O prazo da suspensão poderá ser prorrogado mediante decisão motivada do Diretor-Presidente do DETRAN/MS.

12.11. A CREDENCIADA que descumprir, dificultar, retardar ou inviabilizar o previsto neste termo e demais normas aplicáveis poderá sofrer medida administrativa de suspensão de seus veículos, até a sua efetiva adequação, respondendo pelos prejuízos decorrentes.

12.12. Na hipótese de abertura de processo administrativo para apuração de infrações para as quais são cominadas as penalidades de suspensão ou descredenciamento, a CREDENCIADA poderá ter preventivamente suspensas suas atividades, até o encerramento do processo, mediante decisão motivada do Diretor-Presidente do DETRAN/MS.

12.13. Decorrido cinco anos da aplicação da penalidade de descredenciamento, poderá a CREDENCIADA requerer novo credenciamento, submetendo-se a todas as exigências para tanto.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DA RESCISÃO

13.1. Além das demais hipóteses de rescisão previstas neste termo, o presente instrumento poderá ser rescindido pelos motivos previstos nos art. 77 e 78 e nas formas estabelecidas no art. 79, todos da Lei nº 8.666/1993 e suas alterações.

13.2. A rescisão, por algum dos motivos revistos na Lei nº 8.666/1993 e suas alterações, não dará a CREDENCIADA o direito a indenização a qualquer título, independente de interpelação judicial ou extrajudicial.

13.3. O presente termo poderá ser denunciado, por qualquer das partes, mediante aviso prévio com antecedência mínima de trinta dias, por meio de correspondência protocolizada.

13.4. Em caso de cisão, incorporação ou fusão da CREDENCIADA com outras empresas, caberá a CREDENCIANTE decidir pela continuidade do presente termo.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DAS ALTERAÇÕES

14.1. O presente termo poderá ser alterado para ajuste de condições supervenientes que impliquem em modificações nos casos previstos em Diploma Legal pertinente à matéria.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DA PUBLICAÇÃO DO EXTRATO

15.1. A publicação do presente instrumento, em extrato, no Diário Oficial do Estado, ficará a cargo do CREDENCIANTE, no prazo e forma dispostos pela legislação pertinente.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DO FORO

16.1. Fica eleito o foro da Comarca de Campo Grande, Estado de Mato Grosso do Sul, para dirimir todas as questões oriundas do presente contrato, sendo esta, competente para a propositura de qualquer medida judicial, decorrente deste instrumento, com a exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E, por estarem justos e acordados, assinam o presente termo em (02) duas vias de igual teor e forma, juntamente com as testemunhas abaixo, de tudo cientes, para que produzam seus efeitos legais e jurídicos.

Campo Grande - MS, _____ de _____ de _____.

Diretor-Presidente DETRAN/MS
Credenciante

Empresa Credenciada

Testemunhas:
Nome:_____ Nome:_____
CPF CPF

Empresa de Saneamento de Mato Grosso do Sul Sociedade Anônima

REPUBLICAÇÃO POR INCORREÇÃO
RETIFICA-SE POR TER CONSTADO INCORREÇÃO NA MATERIA PUBLICADA NO DIÁRIO OFICIAL 11.103, PÁGINA 32, DO DIA 16.03.2023: EXTRATO DO TERMO ADITIVO Nº 003/2023, CONTRATO Nº 180/2021. PROCESSO Nº 343/2021/DCO/SANESUL, **ONDE SE LÊ:** : EXTRATO DO TERMO ADITIVO Nº 003/2023, **LEIA-SE:** 002/2023.

Fundação de Cultura de Mato Grosso do Sul

Extrato do Contrato N° 0020/2023/FCMS **N° Cadastral 21248**

Processo: 85/001.674/2023

Partes: Fundação de Cultura de Mato Grosso do Sul - FCMS e PÉ DE VERSO LTDA

Objeto: O objeto do presente contrato é a apresentação artística de um show musical do cantor "Vitor Gregório e Marco Aurélio", através de seu empresário exclusivo Pé de Verso LTDA, a ser realizada na 3ª Festa do Pequi, pelo projeto Ações Culturais para o Fortalecimento de Mato Grosso do Sul, no Distrito de Camisão em Aquidauana/MS, no dia 10 de março de 2023, a partir das 19 horas, com duração de 02 horas sob a supervisão e realização da FUNDAÇÃO DE CULTURA DE MATO GROSSO DO SUL - FCMS, com preços praticados de acordo com o mercado artístico, conforme artigo 25, inciso III da Lei nº 8.666/93, obedecendo aos preceitos no artigo 26 da mesma Lei que rege as Licitações Públicas.,

Ordenador de Despesas: Max Antônio Freitas da Cruz

Dotação Orçamentária: Funcional Programática 13392210547650001 - Execução de projetos nas áreas de Patrimônio Cultural, Artesanato e Difusão Cultural voltado p/Ampliação do Acesso. Fonte de Recurso 0150000001 - Recursos não Vinculados de Impostos, Natureza da Despesa 33903905 - SERVICOS TECNICOS PROFISSIONAIS

Valor: O valor total a ser pago à Contratada pela execução do objeto é de R$ 55.000,00 (cinquenta e cinco reais).

Amparo Legal: A legislação aplicável a este contrato será a Lei Federal n. 8.666/1993, a Lei Federal n. 8.078/1990, o Decreto Estadual nº 15.524/2020, o Decreto Estadual nº 15.616/2021 e o Decreto Estadual nº 15.617/2021.Os casos omissos que se tornarem controvertidos em face das cláusulas do presente contrato serão resolvidos segundo os princípios jurídicos aplicáveis, por despacho fundamentado do Ordenador de Despesas da Contratante.

Do Prazo: O prazo de vigência da contratação é de com início na data da assinatura do contrato e encerra em 10 de março de 2023, e somente poderá ser prorrogado nos termos do artigo 57, §1º, da Lei n. 8.666, de 1993.

Data da Assinatura: 10/03/2023

Assinam: Max Antônio Freitas da Cruz e Victor do Prado Gregório

ATO DE DESIGNAÇÃO DE FISCAL DE CONTRATO

Designa servidor para acompanhar e fiscalizar a execução deste contrato.

CONTRATO Nº035/2023/FCMS – GCONT Nº 21312, PROCESSO Nº 85/001958/2023, VIGÊNCIA: vigorará da data de sua assinatura até o dia **18 de março de 2023**, DATA DA ASSINATURA: **17/03/2023,** CONTRATADA**: Sater & Cunha Eventos e Serviços LTDA,** pessoa jurídica de direito privado, CNPJ: nº **14.597.229/0001-60,** OBJETO DO CONTRATO: **realização de Show Musical.**

Max Antônio Freitas da Cruz, Diretor-Presidente da Fundação de Cultura de Mato Grosso do Sul, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a lei e considerando o disposto nos art. 58, III e 67 da Lei 8.666/93,

RESOLVE:

Art. 1º - Designar a servidora Nájla Fogaça de Souza Nascimento, matrícula n° 502703021/FCMS, para acompanhar

e fiscalizar a execução do objeto contratado, como FISCAL DO CONTRATO, e Carlos Heitor Santos da Silva, matrícula n° 502690021/FCMS, como GESTOR DO CONTRATO.

Art. 2º - Dê-se ciência a servidora designada.

Campo Grande/MS, 17 de março de 2023.

MAX ANTÔNIO FREITAS DA CRUZ
Diretor-Presidente
Fundação de Cultura de Mato Grosso do Sul

ATO DE DESIGNAÇÃO DE FISCAL DE CONTRATO

Designa servidor para acompanhar e fiscalizar a execução deste contrato.

CONTRATO Nº 026/2023 – GCONT Nº 21268 PROCESSO Nº 85/001203/2023 VIGÊNCIA: vigorará da data de sua assinatura até o dia **25 de março de 2023**. DATA DA ASSINATURA: **14/03/2023,** CONTRATADO: **LUCIANA DE LIMA THOMAZ – MEI**, nome fantasia **"Grupo Sampri",** pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ: 19.135.788/0001-71 **OBJETO DO CONTRATO:** realização de 01 (um) show musical.

Max Antônio Freitas da Cruz, Diretor-Presidente da Fundação de Cultura de Mato Grosso do Sul, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a lei e considerando o disposto nos art. 58, III e 67 da Lei 8.666/93,

RESOLVE:

Art. 1º - Designar a servidor (a) **Josiane Fátima Gaboardi**, matrícula 130047022 para acompanhar e fiscalizar a execução do objeto contratado, como **FISCAL DO CONTRATO**, e **Katienka Dias Klain**, matrícula 123869022, como **GESTOR DO CONTRATO.**

Art. 2º - Dê-se ciência ao servidor designado.

Campo Grande/MS, 14 de março de 2023

Max Antônio Freitas da Cruz
Diretor-Presidente
Fundação de Cultura de Mato Grosso do Sul

ATO DE DESIGNAÇÃO DE FISCAL DE CONTRATO

Designa servidor para acompanhar e fiscalizar a execução deste contrato.

CONTRATO Nº 027/2023 – GCONT Nº 21277 PROCESSO Nº 85/001354/2023 VIGÊNCIA: vigorará da data de sua assinatura até o dia **19 de março de 2023**. DATA DA ASSINATURA: **15/03/2023,** CONTRATADO: **GERALDO CRISTOVÃO MIRANDA ESPINDOLA - ME,** pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ: **18.765.935/0001-24. OBJETO DO CONTRATO:** realização de 01 (um) show musical.

Max Antônio Freitas da Cruz, Diretor-Presidente da Fundação de Cultura de Mato Grosso do Sul, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a lei e considerando o disposto nos art. 58, III e 67 da Lei 8.666/93,

RESOLVE:

Art. 1º - Designar a servidor (a) Josiane Fátima Gaboardi, matrícula 130047022 para acompanhar e fiscalizar a execução do objeto contratado, como **FISCAL DO CONTRATO**, e Katienka Dias Klain, matrícula 123869022, como **GESTOR DO CONTRATO.**

Art. 2º - Dê-se ciência ao servidor designado.

Campo Grande/MS, 15 de março de 2023

Max Antônio Freitas da Cruz
Diretor-Presidente
Fundação de Cultura de Mato Grosso do Sul

ATO DE DESIGNAÇÃO DE FISCAL DE CONTRATO

Designa servidor para acompanhar e fiscalizar a execução deste contrato.

CONTRATO Nº 028/2023 – GCONT Nº 021278 PROCESSO Nº 85/001202/2023 VIGÊNCIA: vigorará da data de sua assinatura até o dia **22 de março de 2023**. DATA DA ASSINATURA: **15/03/2023,** CONTRATADO: **Grêmio Recreativo Escola de Samba Cinderela Tradição do José Abrão**, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ: 16.035.669/0001-59 **OBJETO DO CONTRATO:** realização de 01 (um) show musical.

Max Antônio Freitas da Cruz, Diretor-Presidente da Fundação de Cultura de Mato Grosso do Sul, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a lei e considerando o disposto nos art. 58, III e 67 da Lei 8.666/93,

RESOLVE:

Art. 1º - Designar a servidor (a) Josiane Fátima Gaboardi, matrícula 130047022 para acompanhar e fiscalizar a execução do objeto contratado, como **FISCAL DO CONTRATO**, e Katienka Dias Klain, matrícula 123869022, como **GESTOR DO CONTRATO.**

Art. 2º - Dê-se ciência ao servidor designado.

Campo Grande/MS, 15 de março de 2023

Max Antônio Freitas da Cruz
Diretor-Presidente
Fundação de Cultura de Mato Grosso do Sul

ATO DE DESIGNAÇÃO DE FISCAL DE CONTRATO

Designa servidor para acompanhar e fiscalizar a execução deste contrato.

CONTRATO Nº032/2023/FCMS – GCONT Nº 21297, PROCESSO Nº 85/001819/2023, VIGÊNCIA: vigorará da data de sua assinatura até o dia **17 de março de 2023**, DATA DA ASSINATURA: **16/03/2023,** CONTRATADA**: Luiz Alberto Miranda,** de nome fantasia "**Surungo Bueno" ,** pessoa jurídica de direito privado, CNPJ: nº **44.664.949/0001-61,** OBJETO DO CONTRATO: **realização de Show Musical.**

Max Antônio Freitas da Cruz, Diretor-Presidente da Fundação de Cultura de Mato Grosso do Sul, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a lei e considerando o disposto nos art. 58, III e 67 da Lei 8.666/93,

RESOLVE:

Art. 1º - Designar a servidora **Najla Fogaça de Souza Nascimento**, matrícula n° 502703021/FCMS, para acompanhar e fiscalizar a execução do objeto contratado, como FISCAL DO CONTRATO, e **Carlos Heitor Santos da Silva**, matrícula n° 502690021/FCMS, como GESTOR DO CONTRATO.

Art. 2º - Dê-se ciência a servidora designada.

Campo Grande/MS, 16 de março de 2023.

MAX ANTÔNIO FREITAS DA CRUZ
Diretor-Presidente
Fundação de Cultura de Mato Grosso do Sul

ATO DE DESIGNAÇÃO DE FISCAL DE CONTRATO

Designa servidor para acompanhar e fiscalizar a execução deste contrato.

CONTRATO Nº 030/2023 – GCONT Nº 21291 PROCESSO Nº 85/001754/2023 VIGÊNCIA: vigorará da data de sua assinatura até o dia **26 de março de 2023**. DATA DA ASSINATURA: **17/03/2023,** CONTRATADO: **BEATRIZ DE FÁTIMA SOARES - MEI,** pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ: 12.53214/0001-02. **OBJETO DO CONTRATO: realização de uma oficina de artesanato, denominada "Oficina de acessórios em biojóias"**

Max Antônio Freitas da Cruz, Diretor-Presidente da Fundação de Cultura de Mato Grosso do Sul, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a lei e considerando o disposto nos art. 58, III e 67 da Lei 8.666/93,

RESOLVE:

Art. 1º - Designar a servidor (a) Rejane Benetti Gomes, matrícula 97708022/FCMS para acompanhar e fiscalizar a execução do objeto contratado, como **FISCAL DO CONTRATO**, e Katienka Dias Klain, matrícula 123869022/FCMS, como **GESTOR DO CONTRATO.**

Art. 2º - Dê-se ciência ao servidor designado.

Campo Grande/MS, 17 de março de 2023

Max Antônio Freitas da Cruz
Diretor-Presidente
Fundação de Cultura de Mato Grosso do Sul

ATO DE DESIGNAÇÃO DE FISCAL DE CONTRATO

Designa servidor para acompanhar e fiscalizar a execução deste contrato.

CONTRATO Nº 025/2023 – GCONT Nº 021267 PROCESSO Nº 85/001198/2023 VIGÊNCIA: vigorará da data de sua assinatura até o dia **22 de março de 2023**. DATA DA ASSINATURA: **14/03/2023,** CONTRATADO: **GIDEÃO CORRÊA DIAS – MEI**, nome fantasia *Safra Boa Eventos e Produções***,** pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ: 26.742.116/0001-90 **OBJETO DO CONTRATO:** realização de 01 (um) show musical.

Max Antônio Freitas da Cruz, Diretor-Presidente da Fundação de Cultura de Mato Grosso do Sul, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a lei e considerando o disposto nos art. 58, III e 67 da Lei 8.666/93,

RESOLVE:

Art. 1º - Designar a servidor (a) Josiane Fátima Gaboardi, matrícula 130047022 para acompanhar e fiscalizar a execução do objeto contratado, como **FISCAL DO CONTRATO**, e Katienka Dias Klain, matrícula 123869022, como **GESTOR DO CONTRATO.**

Art. 2º - Dê-se ciência ao servidor designado.

Campo Grande/MS, 14 de março de 2023

Max Antônio Freitas da Cruz
Diretor-Presidente
Fundação de Cultura de Mato Grosso do Sul

ATO DE DESIGNAÇÃO DE FISCAL DE CONTRATO

Designa servidor para acompanhar e fiscalizar a execução deste contrato.

CONTRATO Nº 024/2023 – GCONT Nº 021266 PROCESSO Nº 85/001210/2023 VIGÊNCIA: vigorará da data de sua assinatura até o dia **26 de março de 2023**. DATA DA ASSINATURA: **14/03/2023,** CONTRATADO: **JANAINA BASSI GAFFURI,** pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ: 40.767.968-0001/62. **OBJETO DO CONTRATO: realização de uma oficina de artesanato, denominada "Oficina Multitécnicas Artesanais de Acessórios"**

Max Antônio Freitas da Cruz, Diretor-Presidente da Fundação de Cultura de Mato Grosso do Sul, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a lei e considerando o disposto nos art. 58, III e 67 da Lei 8.666/93,

RESOLVE:

Art. 1º - Designar a servidor (a) Rejane Benetti Gomes, matrícula 97708022/FCMS para acompanhar e fiscalizar a execução do objeto contratado, como **FISCAL DO CONTRATO**, e Katienka Dias Klain, matrícula 123869022/FCMS, como **GESTOR DO CONTRATO.**

Art. 2º - Dê-se ciência ao servidor designado.

Campo Grande/MS, 14 de março de 2023

Max Antônio Freitas da Cruz
Diretor-Presidente
Fundação de Cultura de Mato Grosso do Sul

Fundação de Apoio ao Desenvolvimento do Ensino, Ciência e Tecnologia do Estado de Mato Grosso do Sul

Chamada FUNDECT/FINEP N° 16/2021
Programa Nacional de Apoio à Geração de Empreendimentos Inovadores
Programa Centelha 2 MS

A Fundação de Apoio ao Desenvolvimento do Ensino, Ciência e Tecnologia do Estado de Mato Grosso do Sul, FUNDECT, torna público a alteração do nome do responsável pelo projeto classificado em 14º lugar aprovado na fase 3 do programa Centelha 2, conforme abaixo:

De:

N.	TÍTULO DO PROJETO (EM ORDEM CLASSIFICATÓRIA)	NOME DO PROPONENTE	TEMÁTICA	MUNICÍPIO
14	Fábrica de Assets e Impressão 3D	André Luiz Rodrigues de Oliveira	Manufatura Avançada e Robótica	Dourados

Para:

N.	TÍTULO DO PROJETO (EM ORDEM CLASSIFICATÓRIA)	NOME DO PROPONENTE	TEMÁTICA	MUNICÍPIO
14	Fábrica de Assets e Impressão 3D	Wesley Ramos Chimenez Hildebrand	Manufatura Avançada e Robótica	Dourados

Campo Grande (MS), 17 de março de 2023.

Márcio de Araújo Pereira
Diretor-Presidente da FUNDECT

Retificação de matéria publicada no Diário Oficial nº 10.959 do dia 05 de outubro de 2022, página 80.

CHAMADA FUNDECT Nº 03/2022 – WATER4ALL 2022
Iniciativas de Programação Conjunta Gestão de Recursos Hídricos em Apoio aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável das Nações Unidas

A Fundação de Apoio ao Desenvolvimento do Ensino, Ciência e Tecnologia do Estado de Mato Grosso do Sul (FUNDECT) torna pública a alteração do item 3.1 da CHAMADA FUNDECT N° 02/2021 - PICTEC MS, que passa a vigorar como segue:

3.1 A presente Chamada segue o cronograma de etapas abaixo:

ETAPA	DATAS
Lançamento da Chamada Transnacional Conjunta Water4All 2022 pelo Confap	01/09/2022
Prazo final para submissão de pré-proposta, em língua inglesa na plataforma https://water4all2022-submission.mur.gov.it	31/10/2022 (15h CET)
Divulgação da lista preliminar das pré-propostas elegíveis	A partir de 20/01/2023
Período para apresentação de recurso	A partir de 20/01/2023
Divulgação da lista final elegíveis na Pré-propostas	De 20/01/2023 a 02/02/2023
Prazo final para submissão da proposta completa, em língua inglesa na plataforma https://water4all2022-submission.mur.gov.it	**27/04/2023**
Divulgação da lista preliminar das propostas completas elegíveis	A partir de 06/06/2023
Período para apresentação de recurso	De 06/06/2023 a 20/06/2023
Homologação e divulgação da lista final das Propostas Completas	Após a divulgação do CONFAP

Convocação dos coordenadores com propostas aprovadas para submeter no SIGFUNDECT o projeto em língua Portuguesa	Após a divulgação do resultado final pelo CONFAP
Execução das atividades	A partir de 01/09/2023

*No site da Fundect (https://www.fundect.ms.gov.br/editais/) e no Diário Oficial do Estado de Mato Grosso do Sul.

Campo Grande (MS), 17 de março de 2023.

Márcio de Araújo Pereira
Diretor-Presidente da FUNDECT

Fundação de Desporto e Lazer de Mato Grosso do Sul

AVISO DE RESULTADO DO EDITAL DE CREDENCIAMENTO N. 004/2022 DE 27 DE SETEMBRO DE 2022 – FUNDESPORTE/MS.

A FUNDAÇÃO DE DESPORTO E LAZER DE MATO GROSSO DO SUL – FUNDESPORTE/MS, por meio da Comissão de Seleção e Credenciamento, torna público a relação de **inscritos** que foram **habilitados** e **inabilitados** após a **quinta sessão pública** do Edital de Credenciamento n. 004/2022 de 27 de setembro de 2022 – FUNDESPORTE/MS, publicado no DOEMS n.10.952, de 28 de setembro de 2022, conforme quadro abaixo:

RELAÇÃO DE CREDENCIADOS HABILITADOS:

1º Sindicato dos Árbitros Profissionais do Estado de Mato Grosso do Sul

O prazo para interposição de recurso é de 3 dias úteis, conforme item 7 – Recursos, do edital Edital de Credenciamento n. 004/2022.

Campo Grande, 17 de março de 2023.

Herculano Borges Daniel
Diretor-Presidente
Fundação de Desporto e Lazer de Mato Grosso do Sul.

Extrato do Termo de Credenciamento N° 0013/2022/FUNDESPORTE/FIE-MS N° Cadastral 20554

Processo: 51/006.508/2022
Partes: O Estado de Mato Grosso do Sul por intermédio do(a) Fundação de Desporto e Lazer de Mato Grosso do Sul gestora do Fundo de Investimento Esportivo do Estado do Mato Grosso do Sul e CRISTIANE SANTOS QUEIRÓZ
Objeto: Constitui objeto do presente Termo de Credenciamento a prestação de serviços de arbitragem esportiva, pessoa jurídica para execução nos eventos desenvolvidos e apoiados pela Fundesporte/MS, em regime eventual, conforme credenciamento realizado através do Edital/Fundesporte nº 004/2022 de 27 de setembro de 2022.
Ordenador de Despesas: Silvio Lobo Filho
Valor: R$ 500,00 (quinhentos reais)
Amparo Legal: Lei 8.666/93
Do Prazo: 08/11/2022 à27/09/2023
Data da Assinatura: 08/11/2022
Assinam: Silvio Lobo Filho e Cristiane Santos Queiroz

Extrato do Termo de Credenciamento N° 0016/2022/FUNDESPORTE/FIE N° Cadastral 20561

Processo: 51/006.528/2022
Partes: O Estado de Mato Grosso do Sul por intermédio do(a) Fundação de Desporto e Lazer de Mato Grosso do Sul gestora do Fundo de Investimento Esportivo do Mato Grosso do Sul e IGOR ESTEVÃO LANDGRAF DE JESUS
Objeto: Constitui objeto do presente Termo de Credenciamento a prestação de serviços de arbitragem esportiva, pessoa jurídica para execução nos eventos desenvolvidos e apoiados pela Fundesporte/MS, em regime eventual, conforme credenciamento realizado através do Edital/Fundesporte nº 004/2022 de 27 de setembro de 2022.
Ordenador de Despesas: Silvio Lobo Filho
Dotação Orçamentária: Programática n. 85903.27.122.0028.4780.0001, UG n. 85903, fonte n. 0150000001, e Funcional Programática n. 85203.27.811.2105.4776.0002- lei Pelé, UG n. 85203,

fonte n. 0179900001
Valor: R$ 500,00 (quinhentos reais)
Amparo Legal: Lei n. 8.666/93
Do Prazo: 12 (doze) meses a contar da assinatura do contrato.
Data da Assinatura: 08/11/2022
Assinam: Silvio Lobo Filho e igor estevão landgraf de jesus

Extrato do Termo de Credenciamento N° 0017/2022/FUNDESPORTE/FIE N° Cadastral 20548
Processo: 51/006.512/2022
Partes: O Estado de Mato Grosso do Sul por intermédio do(a) Fundação de Desporto e Lazer de Mato Grosso do Sul gestora do Fundo de Investimento Esportivo de Mato Grosso do Sul e PAULO HENRIQUE DE SOUZA CINTRA
Objeto: Constitui objeto do Termo de Credenciamento a prestação de serviços de arbitragem esportiva, pessoa jurídica para execução nos eventos desenvolvidos e apoiados pela Fundesporte/MS, em regime eventual, conforme credenciamento realizado através do Edital/Fundesporte nº 004/2022 de 27 de setembro de 2022.
Ordenador de Despesas: Herculano Borges Daniel
Dotação Orçamentária: Funcional Programática 27122002847800001 - custeioadm, Fonte de Recurso 0150000001 - Recursos não Vinculados de Impostos, Natureza da Despesa 33903606 - SERVICOS TECNICOS PROFISSIONAIS
Valor: R$ 500,00 (quinhentos reais)
Amparo Legal: Lei n. 8.666/93
Do Prazo: 12 (doze) meses a contar da data de assinatura
Data da Assinatura: 08/11/2022
Assinam: Silvio Lobo Filho e Paulo Henrique de Souza

Fundação de Turismo de Mato Grosso do Sul

EDITAL Nº 01/2023
CHAMAMENTO PÚBLICO

A FUNDAÇÃO DE TURISMO DE MATO GROSSO DO SUL, por meio de sua Comissão de Seleção, nomeada pela Portaria "P" FUNDTUR nº 017, de 15 de março de 2023, publicada no Diário Oficial do Estado, n° 11.103, de 16 de março de 2023, e retificada no Diário Oficial do Estado, n° 11.104, de 17 de março de 2023, e em conformidade com o Decreto Estadual n° 11.261 de 16 de junho de 2003, e demais legislações aplicáveis, nos termos do processo 85/001.988/2023, torna público aos **municípios do estado de Mato Grosso do Sul** interessados que por este realiza o Chamamento Público com objetivo de selecionar projetos para fomento e apoio a eventos geradores de fluxo turístico nos municípios deste estado, nos termos e condições estabelecidas neste Edital.

1 – OBJETO

1.1 Este Edital de Chamamento Público objetiva a democratização do acesso aos recursos da Fundação de Turismo de Mato Grosso do Sul e apoia projetos de fomento e realização de eventos geradores de fluxos turísticos nos municípios do estado de Mato Grosso do Sul. As ações apoiadas neste edital deverão estar dentro de um dos eixos temáticos abaixo:

EIXOS TEMÁTICOS
Evento Gastronômico
Eventos Esportivos e/ou Aventura
Eventos de Negócios e Técnicos-Científicos

1.1.1 O não enquadramento do projeto, em espaço determinado na minuta anexa a este edital, em um dos eixos relacionados acima implicará em sua inabilitação neste processo.

1.2 Entende-se por "Evento Gastronômico", aquele que coloca em evidência e divulga a culinária, gastronomia, temperos e/ou matérias primas da culinária regional e que remetam à cultura sul-mato-grossense. No caso de haver entrega de premiação, seja em espécie ou não, este custo não poderá ser colocado nesta parceria. O proponente deverá indicar qual parceiro será responsável por esta despesa.

1.3 Entende-se por "Eventos Esportivos e/ou Aventura" os eventos que consistem na prática de atividades esportivas e de aventura com caráter recreativo e/ou competitivo. Portanto, eventos que tenham a prática de atividades esportivas em meio natural e/ou de aventura e que gerem fluxo turístico, serão enquadrados aqui. A entrega de medalhas, desde que sejam caracterizados como "prêmios de participação", ou lembrança de participação, poderão ser custeadas por este edital. Pagamento de prêmios em dinheiro e/ou medalhas e troféus, em provas que gerem pontos para ranqueamento ou com caráter competitivo, não poderão ser pagos com recursos deste edital. Eventos que envolvam a prática de esportes náuticos e/ou de corridas, ciclismo, entre outros, deverão ser enquadrados neste eixo.

1.4 Entende-se por "Eventos de Negócios e Técnicos-Científicos", os eventos que envolvam os encontros de interesse profissional, associativo, institucional, de caráter comercial, promocional, técnico, científico e social. Portan-

to, eventos que gerem fluxo de turistas a partir da realização de seminários, congressos, simpósios, encontros, entre outros deste segmento, serão enquadrados aqui.
1.5 Formalização de Parceria, por meio de Convênio, com municípios do Estado de Mato Grosso do Sul para apoio a eventos geradores de fluxo turístico, visando o crescimento e desenvolvimento da atividade turística nas regiões do Estado, em regime de mútua colaboração com a administração pública, para **execução no período de 01 de agosto a 30 de dezembro de 2023**, que mais pontuarem nos critérios de seleção de projeto.
1.6 **Não serão apoiados eventos que tenham como** tema "Natal", ou que ocorram durante o período de 22 a 26 de dezembro de 2023.

2 - NATUREZA DO APOIO FINANCEIRO

2.1 O apoio deverá abranger apenas despesas com divulgação, estrutura, honorários para palestrantes e/ou equipamentos de proteção individual (EPI).

2.1.1 Propostas com solicitação de apoio a itens não previstos neste edital serão desclassificadas deste processo.
2.2 Entende-se como despesas com divulgação os custeios com elaboração/criação e impressão de folders, "*flyers*", cartazes, "*banners*", painéis rodoviários, "*outdoors*", camisetas, bonés, artes e logos, criação de site promocional, entre outras ações com a finalidade de divulgar e promover o referido evento. Não é aceita a aquisição de patrimônio ou bens permanentes neste item.
2.2.1 Todo evento apoiado com recursos públicos deverá usar o trio de logos do Governo do Estado de Mato Grosso do Sul (FUNDTUR, SETESCC e Governo do Estado).
2.2.2 As ações de divulgação do objeto proposto devem estar em consonância com a estratégia de promoção e divulgação desenvolvida pela Fundação de Turismo de Mato Grosso do Sul. Sendo assim, a comunicação através de material gráfico, site e comunicação eletrônica e online devem levar as assinaturas com a logo do "Isto é Mato Grosso do Sul" e as "#visitms" e "#istoématogrossodosul" (#thisismatogrossodosul / #esoesmatogrossodosul - caso a ação seja internacional).
2.2.2.1 Eventos de pesca deverão usar em suas peças de promoção a "#pesquesolteevoltesempre".
2.2.3 Medalhas de participação e/ou lembranças para os participantes de eventos esportivos serão consideradas peças de promoção do evento.
2.3 Entende-se como despesas com estrutura, as despesas com locação de arquibancadas, locação de espaços, cercamento, palco, sistema de som e/ou iluminação, grades de proteção ou isolamento de área, banheiros químicos, tendas, barracas, coberturas, contratação de equipe/pessoal de segurança, recepção, ambulância, UTI móvel e equipe para pronto-socorro (equipe técnica) e outras despesas que visem proporcionar as condições físicas para que o evento proposto ocorra.

2.3.1 Poderão ser custeadas as despesas com contratação/locação de equipamentos e equipe para a transmissão on-line do evento, desde que este não ocorra somente em ambiente virtual ou a distância. Tal situação deverá estar bem descrita na metodologia do Projeto Básico, não gerando dúvidas para a Comissão de Seleção.

2.3.2 Poderão ser custeadas as despesas com contratação e disponibilização de acesso gratuito de internet para os participantes do evento. Tal despesa somente poderá ser contratada se não houver sinal de nenhuma operadora no local do evento.

2.3.2 Não serão custeadas as locações de barcos, motores e/ou veículos para o transporte de participantes do evento. Este tipo de apoio não cabe na proposta deste edital e eliminará a proposta se ocorrer.

2.3.3 Poderão ser pagas as despesas com a contratação de profissional tradutor e interprete da Língua Brasileira de Sinais - LIBRAS, devidamente habilitado conforme legislação vigente.

2.4 Entende-se como pagamento de honorários para palestrante(s) a remuneração paga ao profissional que participará do evento atuando como palestrante/conferencista. Neste valor pode estar incluso as despesas com deslocamento, hospedagem, alimentação, além é claro, da sua própria remuneração. Este valor está limitado a 20% do valor total solicitado à Fundação de Turismo de Mato Grosso do Sul neste edital.
2.4.1 Não será entendido como pagamento de honorário a remuneração ou pagamento de serviços musicais prestados, sendo estes considerados como cachê, item não pago por este edital.
2.4.2 Não serão consideradas, portanto não serão pagas, despesas em separado de alimentação, deslocamento e/ou hospedagem. Todas estas deverão estar inseridas nos honorários. A ocorrência desta situação desclassificará a proposta.
2.5 Entende-se por equipamentos de proteção individual (EPI) todo aquele que deve ser usado na proteção dos usuários e colaboradores de um determinado evento/espaço, como máscaras em tecido, máscara de proteção plástica para o rosto, luvas descartáveis, álcool em gel, entre outros equipamentos que tenham como finalidade a proteção individual dos envolvidos no evento contra o Coronavírus.
2.6 Fica vedada a proposição de aquisição de bens móveis/imóveis e/ou materiais permanentes. A ocorrência desta proposição desclassificará a proposta.
2.7 A omissão na apresentação de outras receitas, além da solicitada à FUNDTUR, bem como a falta do sistema ou metodologia para controle e destinação dentro do objeto/evento, inabilitará o projeto, independentemente da fase do processo de apoio ao evento. Portanto, se a cobrança for descoberta após a habilitação, seleção do projeto e/ou formalização do Termo de Colaboração, esta será cancelada e o recurso devolvido para a FUNDTUR, caso já tenha sido repassado com a devida correção prevista em Lei.
2.7.1 A execução do evento com cobrança, sendo que esta não tenha sido citada no projeto inicial e nem para o que servia, ocasionará a não aprovação da Prestação de Contas e, consequentemente, a devolução dos recursos, com a devida correção, por parte do proponente.
2.7.2 A exploração de áreas restritas, tais como camarotes, espaços de comercialização terceirizados e afins, deverá ser informada no projeto, e será administrada diretamente pelo Convenente/Parceiro, sendo vedada a contratação de terceiros e/ou o chamamento de empresas para esta finalidade, e somente poderá ocorrer se os valores arrecadados com a cobrança forem revertidos para a consecução do objeto pactuado.
2.7.3 Na ocorrência de apoio financeiro por outras entidades públicas ou privadas ao evento objeto do Convênio ou Parceria, o Convenente/Parceiro deverá apresentar declaração de seu representante e dos patrocinadores do

evento, quando for o caso, especificando o montante do patrocínio das entidades públicas ou privadas e os itens do evento custeados com cada patrocínio, bem como o Instrumento firmado entre o Convenente/Parceiro e os patrocinadores em que conste tais informações, juntamente com fotos de cada item patrocinado.
2.7.4 O apoio financeiro por outro ente público da esfera estadual desclassificará o projeto apresentado.

3 - ENTREGA E RECEBIMENTO DOS PROJETOS BÁSICO**S E PLANOS DE TRABALHO/PRAZO E CRONOGRAMA:**
3.1 A participação dos municípios é gratuita e será realizada por meio da entrega de envelope a ser protocolado e recebido, no período de até 30 (trinta) dias a contar da publicação deste edital, junto à FUNDTUR – Fundação de Turismo de Mato Grosso do Sul, situada na Av. Afonso Pena, 7000, Chácara Cachoeira, Campo Grande (MS), CEP 79.031-010, fone (67) 3318-7600, **no período de 20 de março a 25 de abril de 2023,** das 07h30 às 17h.
3.1.1 O horário de expediente da Fundação de Turismo é de segunda a sexta-feira, das 07h30 às 11h30 e das 13h às 17h. A Fundação de Turismo não abre nos feriados.
3.2 Os envelopes lacrados contendo os projetos remetidos pelos Correios ou quaisquer outros meios de serviços postais, que porventura chegarem ao destino (FUNDTUR) após a data estabelecida como prazo limite **(25 de abril de 2023,** às 1**7h),** não serão aceitos, sendo inabilitadas para este edital.
3.3 O envelope lacrado deverá conter os seguintes documentos em **VIAS ORIGINAIS, OU EM CÓPIAS AUTENTICADAS**:
a) Ofício;
b) Projeto Básico;
c) Planos de Trabalho (Anexos I a VI);
d) as Declarações das alíneas "n" a "q" do item "17.Dos Anexos";
e) documentos enumerados no item "6. Da Documentação" deste Edital; e
f) demais comprovações relacionadas aos critérios de seleção e julgamento (item 8 do edital).

3.3.1 O não envio dos documentos das alíneas "i", "j", "l" e "m" do item "17. Dos Anexos" não desclassificará/eliminará o
projeto.
3.3.2 Cada envelope poderá conter somente 1 (um) projeto. O não cumprimento deste item inabilitará todos os projetos enviados nesse envelope.
3.3.3 Caso o município participe de instância de governança regional, deverá ser enviada a "declaração de quitação de anuidade do ano de 2023", juntamente com o cartão de CNPJ desta Instância ou, no caso de IGR ainda não formalizada, deverá ser enviada uma declaração de que o município-proponente participa regularmente das reuniões e enviar as 3 (três) últimas atas das reuniões ocorridas dentro do período de 12 meses da data de sua assinatura, com assinatura do Presidente desta, dentro do envelope lacrado juntamente com o restante da documentação citada no item acima.A falta desta declaração não eliminará o projeto, mas não haverá pontuação para este item e não será permitida a juntada posterior. A mesma situação se aplica para a "declaração de apoio pela instância de governança municipal".
3.3.4 Caso o município possua em sua equipe, ou contratará, bacharel em turismo/turismólogo para a realização do evento proposto, deverá preencher a "declaração de contratação/participação de turismólogo(a) na execução do projeto proposto ao edital". A falta desta declaração não eliminará o projeto, mas não haverá pontuação para este item e não será permitida a juntada posterior.
3.4 O envelope deverá ser identificado externamente da seguinte forma:

DESTINATÁRIO:
EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO FUNDTUR Nº 01/2023
FUNDTUR – Fundação de Turismo de Mato Grosso do Sul
Av. Afonso Pena, 7000 – Portal Guarani – Parque das Nações Indígenas
Campo Grande-MS
CEP: 79.031-010

REMETENTE:
NOME DO MUNICÍPIO PROPONENTE:
NOME DO PROJETO/OBJETO:
ENDEREÇO DA PREFEITURA PROPONENTE (Rua/nº/Bairro/Cidade/ Estado/CEP)

3.4.1 A não identificação do envelope conforme estabelecido neste item eliminará o projeto.
3.5 O protocolo do envelope ou seu envio via correio mediante Aviso de Recebimento, no prazo legal, implica na aceitação, por parte do Município proponente, das condições estabelecidas neste Edital, bem como de todos os termos dos seus Anexos e do Decreto Estadual nº. 11.261/2003, Resolução SEFAZ nº. 2.093 de 24 de outubro de 2007 e Resolução SEFAZ nº. 2.052 de 19 de abril de 2007, dos quais não poderá alegar desconhecimento.

3.6 O processo seletivo obedecerá ao seguinte cronograma:

CRONOGRAMA	
Publicação do Edital de Chamamento no Diário Oficial	20 de março de 2023
Recebimento dos envelopes lacrados	20 de março a 25 de abril de 2023 (até as 17h)
Data para abertura dos envelopes	26 de abril de 2023 às 09h
Analise dos Projetos Básicos, Planos de Trabalho e documentos no envelope pela Comissão de Seleção	26 de abril a 05 de maio de 2023

Divulgação do Resultado Preliminar com os projetos habilitados, e suas pontuações, e os inabilitados	08 de maio de 2023
Prazo recursal para a Comissão de Seleção (se houver)	08 a 12 de maio de 2023 (até as 17h)
Divulgação dos resultados definitivos da seleção	16 de maio de 2023
Homologação dos resultados	17 de maio de 2023
Convocação do município para celebração de Convênio	À partir de 17 de maio de 2023

3.7 Os recursos deverão ser interpostos através de ofício, a serem enviados para a Fundação de Turismo de Mato Grosso do Sul de forma física ou eletrônica conforme prazo estabelecido no item 3.6.
3.7.1 Os recursos contra as decisões da Comissão de Seleção deverão ser embasados nos documentos e argumentos que estavam dentro do envelope lacrado entregue na Fundação de Turismo dentro do prazo previsto, não cabendo assim, a juntada ou recebimento de novos documentos ou a substituição daqueles que estavam no envelope.
3.7.2 O envelope com recurso deverá ser identificado externamente da seguinte forma:

DESTINATÁRIO:
EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO FUNDTUR Nº 01/2023 - RECURSO
FUNDTUR – Fundação de Turismo de Mato Grosso do Sul
Av. Afonso Pena, 7000 – Portal Guarani – Parque das Nações Indígenas
Campo Grande-MS
CEP: 79.031-010

REMETENTE:
NOME DO MUNICÍPIO PROPONENTE:
NOME DO PROJETO/OBJETO:
ENDEREÇO DA PREFEITURA PROPONENTE (Rua/nº/Bairro/Cidade/ Estado/CEP):

3.7.3 O recurso que for encaminhado por e-mail, deverá ser encaminhado para editais@fundtur.ms.gov.br e identificado no "Assunto" com as seguintes informações:

Assunto: EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO FUNDTUR Nº 01/2023 – RECURSO - NOME DO MUNICÍPIO PROPONENTE / NOME DO PROJETO/OBJETO:

3.7.3.1 O ofício com o recurso deverá ser assinado pelo represente legal do proponente e anexado ao e-mail em formato "PDF". O envio do ofício em outro formato inabilitará o pedido de recurso, bem como a falta de assinatura neste documento.
3.7.4 O recurso trata de pedido de reconsideração sobre decisão da Comissão de Seleção tomada a partir do conteúdo do envelope lacrado e informações prestadas no Projeto Básico, não sendo aceito o envio de outros documentos que substituam ou complementem as informações prestadas anteriormente.
3.7.5 O recurso que chegar na conta de e-mail, ou que for protocolado, na Fundação de Turismo fora do prazo estipulado no cronograma, item 3.6 (12 de maio de 2023 até as 17h), não será aceito, tampouco considerado.
3.8 A aprovação do projeto básico e plano de trabalho não gerará direito à celebração de convênio.

4 – DAS PUBLICAÇÕES E INTIMAÇÕES
4.1 O Edital e anexos compreendendo as especificações técnicas do objeto, estarão disponíveis, gratuitamente, no sitio eletrônico da FUNDAÇÃO DE TURISMO DE MATO GROSSO DO SUL - http://www.turismo.ms.gov.br/editais-e-convenios/ e no Diário Oficial do Estado de Mato Grosso do Sul www.imprensaoficial.ms.gov.br.

5 – DA FORMA DE APRESENTAÇÃO DO PROJETO BÁSICO E PLANO DE TRABALHO:
5.1 O projeto básico e os planos de trabalho terão caráter eliminatório e classificatório e serão avaliados de acordo com os critérios de julgamento estabelecidos neste edital.
5.2 O Projeto Básico e os Planos de Trabalho deverão ser elaborados em língua portuguesa, digitado, rubricado em todas as páginas, assinado na última folha e apresentado na forma constante deste Edital, acompanhados dos documentos e declarações enumeradas no item "17. Dos Anexos", contendo as informações solicitadas neste item e os documentos previstos no item "6. Da Documentação" deste Edital e demais comprovações relacionadas aos critérios de seleção e julgamento (item 8 do edital).
5.2.1 O projeto básico deverá tratar o evento em sua totalidade, apresentando todos os aspectos e características deste acontecimento. O que não for mencionado nele será entendido, pela Comissão de Seleção, como inexistente, não havendo assim comparações com edições anteriores, eventos correlatos e/ou informações prévias. O não cumprimento desta condição inabilitará o projeto.
5.2.1.1 A não apresentação do evento todo no projeto básico desclassificará este projeto pois impedirá a avaliação de todos os componentes e detalhes do evento.
5.2.2 Os planos de trabalho deverão tratar somente do apoio financeiro solicitado e sua contrapartida. Não deverão constar nos planos de trabalho ações/itens não apoiados ou permitidos neste edital.
5.3 Será eliminada a proposta cujo Projeto Básico e/ou Plano de Trabalho estejam em desacordo com qualquer um dos termos deste edital, em desconformidade com o Decreto Estadual nº. 11.261/2003, Resolução SEFAZ nº. 2.093 de 24 de outubro de 2007 e Resolução SEFAZ nº. 2.052 de 19 de abril de 2007, ou que não contenha as seguintes informações:
I – a descrição da realidade objeto da parceria e o nexo com a atividade ou o projeto proposto;
II - justificativa contendo a caracterização dos interesses recíprocos voltados ao turismo do Estado, a relação entre o projeto apresentado e os objetivos a serem alcançados e resultados esperados;
III – o cronograma de execução, com a descrição das metas a serem atingidas, as etapas, as fases da execução e a indicação das datas de início e de término;

IV - a definição dos indicadores, documentos e dos outros meios a serem utilizados para a aferição do cumprimento das metas;
V - a previsão de receitas e a estimativa de despesas a serem realizadas na execução das ações, incluindo os encargos sociais e trabalhistas e a discriminação dos custos indiretos, necessários à execução do objeto;
VI – o cronograma de desembolso financeiro;
VII - o valor da solicitação poderá ser de até R$ R$ 100.000,00 (cem mil reais); e
VIII – contrapartida financeira correspondente a, no mínimo, 10% sobre o valor solicitado.

§ 1º Independentemente da conclusão pela concessão do apoio ao proponente, o município deverá providenciar o seu cadastramento como futuro convenente no Cadastro de Convenentes da Administração Estadual – CCAD, mantido pela Coordenadoria de Controle de Contratos e Convênios da Superintendência de Gestão Financeira da Secretaria de Estado de Fazenda, conforme Resolução SEFAZ nº. 2052, de 19 de abril de 2007.

§ 2º A contrapartida financeira e os recursos liberados para o convenente serão mantidos em conta bancária específica, no Banco do Brasil, sendo utilizados somente para o pagamento de despesas previstas no Plano de Trabalho, por meio de cheque, cartão magnético, quando houver emissão de comprovante, ordem bancária em nome do credor ou para aplicação no mercado financeiro, ou ainda para a devolução do saldo ao concedente;

§ 3º A previsão de receitas e de despesas, de que trata o item V acima, deverá incluir os elementos indicativos da mensuração da compatibilidade dos custos apresentados com os preços praticados no mercado ou com outras parcerias da mesma natureza, tais como cotações, tabelas de preços de associações profissionais, publicações especializadas ou quaisquer outras fontes de informação disponíveis ao público.

§ 4º Após a divulgação do resultado definitivo do processo de seleção, o Município selecionado só poderá realizar alterações/correções no plano de trabalho, após solicitação feita por meio de ofício justificando tal pedido, e com a autorização do Diretor-Presidente da Fundação de Turismo.

6. DA DOCUMENTAÇÃO

6.1 Além da apresentação do Projeto Básico e do Plano de Trabalho, o município deverá apresentar, no envelope lacrado, concomitantemente, os seguintes documentos:
I – cópia do respectivo cartão de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ);
II - cópia autenticada da ata de posse da(o) Prefeita(o);
III - cópia autenticada do documento de identidade (RG) e da inscrição no Cadastro de Pessoa Física (CPF) do dirigente/Prefeita(o);
IV – Cópia da Certidão de Regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço – FGTS;
V – Cópia da Certidão de Débitos Relativos a Créditos Tributários Federais e à Dívida Ativa da União - CND;
VI – Cópia da Certidão de Regularidade com o INSS – CRP;
VII - Certidão negativa perante a Justiça do Trabalho Certidão negativa perante a Justiça do Trabalho;
VIII - Certidão Negativa de Débitos – Secretaria da Fazenda Estadual - SERC;
IX - cópia autenticada do certificado de inscrição no CCAD, dentro do prazo de validade;
X – previsão de disponibilidade orçamentária para atender a contrapartida - QDD *(este documento não pode ser substituído pela Declaração de Contrapartida)*;
XI – declaração de Contrapartida *(este documento não substitui a previsão de disponibilidade orçamentária para atender a contrapartida – QDD);*
XII - declaração de capacidade administrativa, técnica e gerencial;
XIII – Declaração de cumprimento de condicionantes legais, em especial, obediência à LRF;
XIV - declaração de que não se encontra em situação de mora ou de inadimplência junto aos órgãos ou entidades da administração pública estadual;
XV – 3 (três) orçamentos, no mínimo, de cada meta/item proposto visando demonstrar que os valores estão de acordo com o praticado no mercado e que não há indícios de superfaturamento. Somente serão considerados orçamentos em papel timbrado, com CNPJ da empresa e assinado pelo proprietário/representante legal desta.

6.1.1 Os menores valores obtidos nos orçamentos de cada item/meta deverão ser os escolhidos para o lançamento na Planilha Financeira do Projeto Básico, buscando-se a seleção da proposta mais vantajosa para a Administração Pública, conforme previsto no art. 3° da Lei n° 8.666/93. O descumprimento desta exigência inabilitará a proposta.
6.1.2 Os orçamentos das propostas que vierem a ser selecionadas poderão ser solicitados novamente, por conta do vencimento destas, precisando ser reemitidos/atualizados na época da execução do objeto.
6.2 A não apresentação, ou a apresentação irregular, dos documentos acima citados eliminará o projeto no ato da abertura do envelope.
6.3 O objeto do projeto deverá ser planejado pela proponente, mas poderá ser realizado/executado por empresa especializada, desde que não haja custos/despesas pagas com recursos deste edital.
6.4 O orçamento deverá ser fornecido por empresa que efetivamente preste aquele serviço ou que venda aquele produto. Não é permitida a intermediação por outra empresa ou terceiro. A constatação de inconsistências, ou irregularidades, anulará este orçamento.

7- DO PROCESSO DE SELEÇÃO

7.1 O processo de seleção dos Projetos Básicos e dos Planos de Trabalho apresentados pelos municípios será realizado mediante análise pela Comissão de Seleção.
7.2 O processo de seleção compreenderá as seguintes fases:
7.2.1 Recebimento dos envelopes: nesta fase, serão recebidos os projetos, em envelope lacrado, para concorrência do presente Chamamento Público. Os envelopes serão guardados lacrados até a data de sua abertura pela Comissão de Seleção conforme cronograma estipulado no item 3.6;
7.2.1.1 O recibo de entregue do envelope na Fundação de Turismo não é um atestado para os documentos en-

viados, uma vez que o envelope não será aberto para este tipo de conferência. A conferência dos documentos presentes no envelope somente será feita na data, e horário, definida no item 3.6.
7.2.2 Abertura dos envelopes: Em sessão aberta e pública aos interessados, conforme previsto no cronograma deste edital, item 3.6, os envelopes serão abertos pela Comissão de Seleção e haverá a conferência dos documentos básicos para a habilitação dos projetos. Sendo considerado habilitado, o projeto irá para avaliação e atribuição de pontuação. Sendo considerado inabilitado, ele não será avaliado e não poderá receber apoio financeiro.
7.2.2.1 – O projeto que não estiver em consonância com os objetivos estatutários desta Fundação de Turismo (Decreto nº 15.623 de 01 de março de 2021) e do Fundo para o Desenvolvimento do Turismo do Estado de Mato Grosso do Sul (Lei Estadual nº. 2.652 de 17 de julho de 2003 e Decreto Estadual nº. 11.340 de 14 de agosto de 2003) será eliminada nesta fase.
7.2.3 Avaliação: nesta fase serão avaliados os projetos habilitados a partir dos critérios apresentados no item 8. A comprovação para gerar pontuação para os projetos deverá ser feita por meio do que for apresentado no Projeto Básico, ou por meio de documentos extras (declarações, orçamentos, currículos, entre outros), que já deverão estar no envelope enviado lacrado para este edital. Esta fase é classificatória.
7.2.3.1 O item 8 traz os critérios e um descritivo sobre o que tratam aqueles critérios, bem como as formas para que se faça a comprovação neles.
7.2.3.2 Não é permitida a juntada de documentos, ou alterações na proposta nesta fase, exceto se esta for por solicitação da Comissão de Seleção.
7.3 Homologação dos resultados: Serão classificados para apoio os projetos básicos e planos de trabalhos que ultrapassarem, ou que tiverem pontuações iguais a 12 (doze) pontos, e serão classificados de acordo com a pontuação obtida nos critérios de avaliação no item 8.1.1 deste edital, da maior pontuação para a menor.
7.4 Todos os atos do procedimento de chamamento público serão públicos, salvo quanto ao conteúdo dos Projetos Básicos e dos Planos de Trabalho até a data da abertura dos envelopes, que deverá ser realizada sempre em sessão pública, da qual se lavrará ata circunstanciada, assinada pelos representantes dos municípios presentes e pelos membros da Comissão de Seleção.

8 – CRITÉRIOS DE SELEÇÃO E JULGAMENTO DOS PROJETOS BÁSICOS E PLANOS DE TRABALHO:
8.1 A Comissão de Seleção utilizará os critérios citados nas tabelas abaixo para classificação dos projetos:
8.1.1 CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO

	Peso	Grande Gerador de Fluxo	Gerador de Fluxo	Não Gerador de Fluxo
Critério / Pontuação		2	1	0
1. Estratégia prevista para execução das ações.	3		Possui	Não possui
2. Relação entre valor solicitado e o valor total do evento.	3		Possui	Não possui
3. Ações preventivas de garantia dos direitos humanos de crianças, adolescentes, mulheres e do grupo LGBTQIA+.	3		Haverá	Não haverá
4. Ações e práticas de garantia dos direitos humanos de pessoas com deficiência.	3		Haverá	Não haverá
5. Município proponente inserido no Mapa do Turismo Brasileiro 2023.	3		Participou	Não participou
6. Evento em município participante de instância de governança REGIONAL do turismo.	3	Participante – IGR formal	Participante – IGR informal	Não participa de IGR formal
7. Evento com apoio do conselho ou instância de governança MUNICIPAL de turismo.	3		Com apoio	Sem apoio
8. Incremento PREVISTO no fluxo turístico do município onde ocorrerá o evento proposto.	3	Grande Porte (mais de 600 paxs)	Médio Porte (entre 201 e 600 paxs)	Pequeno Porte (até 200 paxs)
9. Incremento COMPROVADO de fluxo turístico por estudos/ pesquisas realizados em edições anteriores do evento.	3		A partir de 50,1% de turistas	Não possui ou teve incremento igual ou até 50%
10. Município participante do Programa de Classificação de Municípios em 2022.	3		Participou	Não participou
11. Abrangência da divulgação/promoção do evento.	3	Internacional	Nacional	Estadual

12. Âmbito do evento.	3	Internacional	Nacional	Estadual
13. Contratação de turismólogo para a realização do evento proposto	3		Sim	Não
14. Projeto com ações inclusivas de comunidades negras, povos originários, pessoas deficientes, LGBTQIA+, jovens, mulheres e/ou idosos.	3		Possui	Não possui
15. Evento com ações complementares para a divulgação dos demais atrativos e equipamentos turísticos existentes no município.	3		Possui	Não possui
SUB-TOTAL				
TOTAL				

Descrição dos Critérios de Seleção dos Projetos:

1 - Estratégia prevista para execução das ações: Se as ações previstas na proposta possuem uma estratégia de realização exequível e que contribuam para o êxito do evento. Estas estratégias e ações devem estar expostas e detalhadas no projeto básico do evento para avaliação da Comissão. Sua ausência não permitirá a pontuação neste critério. Peso 3.

2 - Relação entre valor solicitado e o valor total do evento: Se o evento poderá ser realizado somente com o apoio solicitado. Leva em consideração o valor total do custo do evento e o valor aqui solicitado. Eventos com valores superiores ao apoio a ser obtido com a Fundação de Turismo precisarão de outras fontes e parceiros para sua realização, e estas fontes e parcerias deverão ser mostradas e comprovadas documentalmente no envelope. Não havendo esta comprovação, esta pontuação não será atribuída. Peso 3.

3 - Ações preventivas de garantia dos direitos humanos de crianças, adolescentes, mulheres e do grupo LGBTQIA+: Leva em consideração se o evento adotará medidas para prevenir e apoiar o combate a todo e qualquer desrespeito ao ser humano, como o combate à exploração sexual de crianças e adolescentes, combate ao turismo sexual, respeito aos direitos dos consumidores, combate ao trabalho escravo, combate a violência contra mulher e LGBTQIA+, combate ao uso de drogas, entre outras campanhas existentes e apoiadas pelo poder público federal/estadual/municipal. Esta ação pode ser desenvolvida com a divulgação do "disque 100" e "disque 180" em todas as peças de divulgação do evento, ou ainda, com a disponibilização de voluntários, servidores, terceirizados fazendo atendimentos durante e no local do evento. A pontuação não será acumulativa no caso de serem usadas diversas formas de divulgação destas ações. Peso 3.

4 - Ações e práticas de garantia dos direitos humanos de pessoas com deficiência: Leva em consideração se o evento respeitará as normas de acessibilidade, banheiros adaptados, entre outras ações possíveis. O fato de estar vigente a Lei Federal 10.098/00, não gera a pontuação automaticamente, pois apesar deste dispositivo legal exigir medidas que permitam a acessibilidade, ainda existem muitos espaços que não o atendem, sendo assim, necessária a sua comprovação neste critério. Na proposta deverá ser demonstrado o atendimento à acessibilidade nos espaços onde o evento ocorrerá. A não demonstração destas ações impossibilitará a pontuação neste critério. Peso 3.

5. Município proponente inserido no Mapa do Turismo Brasileiro 2023: Se o município proponente está no Mapa do Turismo Brasileiro, edição 2022. Esta comprovação será feita pela Comissão de Seleção não havendo necessidade de citação no projeto ou envio de qualquer documento. Peso 3.

6. Evento em município participante de instância de governança REGIONAL do turismo - Leva em consideração se o evento é proposto por município participante de instância de governança regional do turismo. Esta instância de governança deverá fornecer declaração de quitação de anuidade do ano de 2023, conforme modelo anexo a este edital, para comprovar a participação do município-proponente. Será considerada "IGR formal" aquela que tiver personalidade jurídica constituída. Esta comprovação deverá ser feita pela apresentação do cartão de CNPJ da referida IGR juntamente com a declaração acima. A IGR ainda não formalizada deverá fornecer declaração de que o município-proponente participa regularmente das reuniões e enviar as 3 (três) últimas atas das reuniões ocorridas dentro do período de 12 meses da data de sua assinatura. Esta participação, do município-proponente, será comprovada pelo conteúdo das atas, sendo exigida, pelo menos, presença em duas destas reuniões. Peso 3

7 - Evento com apoio do conselho ou instância de governança municipal de turismo: Leva em consideração se o evento terá o apoio da instância de governança municipal de turismo. Este apoio será feito por declaração de apoio emitida pelo gestor da Instância de Governança Municipal seguindo modelo anexo a este edital. A instância, para ser considerada em funcionamento e ter validade a declaração, precisará enviar 3 (três) atas das últimas reuniões ocorridas dentro do período de 12 meses da data de sua assinatura. Estes documentos deverão estar no envelope lacrado entregue na Fundação de Turismo. Peso 3.

8. Incremento PREVISTO no fluxo turístico do município onde ocorrerá o evento proposto: Se as ações previstas no projeto gerarão fluxo turístico no(s) município(s) envolvido(s). Este incremento previsto será enquadrado em 3 (três) categorias (pequeno, médio e grande porte) de acordo com as comprovações enviadas dentro do projeto e/ou anexos. A Comissão de Seleção pautará sua decisão levando em consideração a média de participantes nos eventos anteriores, onde se fará uma média das últimas 3 edições, ou ainda, média das últimas edições. Nesta média será considerado um crescimento máximo de público de até 10%, exceto no caso em que se constatar uma situação extraordinária na edição objeto da proposta e que justifique crescimento maior que este número estipulado. Este fato extraordinário deverá ser demonstrado e comprovado no projeto. A Comissão de Seleção levará em consideração diversos parâmetros como tamanho do espaço do evento, rede hoteleira do município, dados quantitativos de edições anteriores, dentre outros possíveis e que permitam segurança na decisão desta. Estas informações deverão estar no projeto básico, bem como suas formas de aferição. A não citação destas informações impedirá a avaliação da Comissão e não haverá atribuição de pontuação neste item. Peso 3.

9 - Incremento COMPROVADO de fluxo turístico por estudos/pesquisas realizados em edições anteriores do evento: Leva em consideração se o proponente do evento realizou pesquisas nas edições anteriores para determinar

as características da demanda e/ou perfil do público participante. Esta pesquisa deverá conter pelo menos a origem destes turistas participantes do evento, além do número total de participantes, para que seja possível criar a relação entre turistas e munícipes. A comprovação destas informações deverá ser feita por documentos/ relatórios que deverão estar no envelope lacrado para conhecimento e análise da Comissão de Seleção. Somente dados quantitativos do total de público no evento não pontuam neste item. Peso 3.
10 - Município participante do Programa de Classificação de Municípios em 2022: Se o município onde ocorrerá o evento é participante do Sistema de Classificação de Municípios 2022. Esta comprovação será feita pela Comissão de Seleção junto ao setor responsável por este sistema na FUNDTUR, levando-se em consideração o acesso e envio de informações, bem como a sua classificação/pontuação obtida, não havendo necessidade de citação no projeto ou envio de qualquer documento. Peso 3.
11. Abrangência da divulgação/promoção do evento: Leva em consideração a abrangência da divulgação e promoção que será feita do evento. No projeto básico deverá ser explicitado como e onde ocorrerá esta divulgação. Não será considerado como divulgação nacional/internacional somente a criação de um portal/site. É preciso ser demonstrada a estratégia de divulgação, inclusive por meio das redes sociais, para haver a pontuação de acordo com a abrangência desta. A não comprovação ou constatação da estratégia de promoção impedirá a pontuação neste critério. Peso 3.
12. Âmbito do evento – Leva em consideração a origem dos participantes (aqui não serão considerados os palestrantes/apresentadores/conferencista/ discursista/orador/locutor/debatedor/mediador e outros que façam parte da programação/organização do evento) do evento, independentemente da abrangência da divulgação. A comprovação será feita pelo perfil do público que participará. A comprovação pode ser feita por relatório de participantes da edição anterior do evento e/ou fichas de inscrições deste público, nacional/internacional, para o evento pleiteado neste edital. Pode ser usado link de site de inscrição, desde que permita a aferição destas informações. Para a atribuição de pontos como evento nacional, pelo menos 50% do público esperado deverá ser oriundo de fora do estado, enquanto para eventos internacionais, será exigido pelo menos 20% do público esperado para o evento, proveniente de fora do Brasil. Somente a citação de que será nacional/internacional não gerará a pontuação neste item. Peso 3.
13. Contratação de turismólogo para a realização do evento proposto – Leva em consideração se haverá a contratação de um(a) turismólogo(a) para a realização do evento. Esta contratação deverá ser comprovada por declaração, modelo disponível no site da Fundação de Turismo. Caso este profissional faça parte da equipe da Proponente, deverá fazer a comprovação pela mesma declaração. Peso 3.
14. Projeto com ações inclusivas de comunidades negras, povos originários, pessoas deficientes, LGBTQIA+, jovens, mulheres e/ou idosos – Leva em consideração se o projeto apresentado proporcionará algum benefício para as comunidades/populações acima citadas com a realização do evento proposto. Este benefício poderá ser de diversas formas, como concessão de gratuidades, ações de promoção e valorização, contratação para a realização do evento, dentre outras possíveis e mensuráveis. Esta ação deverá ser descrita no Projeto Básico do evento de forma que a Comissão de Seleção possa confirmar a "ação inclusiva" e os benefícios a serem gerados. Ações que atendam, a partir de um destes grupos, gerará a pontuação neste critério. Peso 3.
15. Evento com ações complementares para a divulgação dos demais atrativos e equipamentos turísticos existentes no município – Leva em consideração se o projeto prevê ações para promover os demais atrativos e serviços turísticos existentes no município durante a realização do evento proposto. Entendendo que o evento atrairá diversos turistas, além da própria comunidade, este se torna uma oportunidade para a promoção dos outros atrativos que o município possui. Tal estratégia de promoção deve ser apresentada no Projeto Básico permitindo que a Comissão de Seleção constate sua viabilidade. Não havendo esta apresentação, ou viabilidade, os pontos deste critério não serão atribuídos ao projeto. Peso 3.

8.2 ocorrendo empate serão adotados os seguintes critérios para desempate:
a) Maior pontuação no item "8";
b) Maior pontuação no item "12";
c) Maior pontuação no item "9";
d) Maior pontuação no item "10";
e) Maior pontuação no item "11";
f) Maior pontuação no item "7";
g) Maior pontuação no item "6";
h) Maior pontuação no item "5";
i) A proposta com menor valor solicitado à Fundação de Turismo;
j) A proposta que possua menor valor total para a consecução do objeto; e
l) Proponente com maior número de convênios celebrados com a Fundação de Turismo de Mato Grosso do Sul.

8.3 A classificação obedecerá à quantidade de pontos obtidos pelas proponentes de forma decrescentes, ou seja, do maior para o menor.
8.4 A pontuação a ser atribuída aos projetos será sempre com números inteiros, não sendo possível o fracionamento destes.
8.5 Serão inabilitados os projetos que somarem menos de 12 (doze) pontos nos critérios de avaliação.
8.6 A habilitação e seleção de um projeto não gerará obrigação na celebração de Convênio.

9. DA FONTE DOS RECURSOS, DO VALOR E DO CARÁTER DE APOIO
9.1 O montante de recursos destinado ao presente Edital é de R$ 500.000,00 (quinhentos mil reais) provenientes do FUNTUR – Fundo para o Desenvolvimento do Turismo de Mato Grosso do Sul, FONTE 017038031, FUNCIONAL PROGRAMÁTICA 2369.52.102.4782.0001 - NATUREZA DE DESPESA 33404102.
9.2 Os repasses de recursos das parcerias celebradas ou a celebrar efetuadas no próximo exercício ocorrerão por conta do respectivo orçamento dentro da mesma programação financeira.

10 - DA CELEBRAÇÃO:

10.1 Após a seleção do(s) Projeto(s) Básico(s) e Plano(s) de Trabalho, e verificada a regularidade dos documentos, o Município poderá ser convidado a formalizar o CONVÊNIO.
10.2 Será de responsabilidade da ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA ESTADUAL, providenciar a publicação do extrato do Convênio, conforme estabelecem os arts. 14 e 15 do Decreto Estadual nº. 11.261/2003.
10.3 O PROPONENTE, após convocação, deverá apresentar toda a documentação solicitada pelo Setor de Convênios da FUNDTUR no prazo de 15 (quinze) dias corridos, contados a partir da publicação da convocação em Diário Oficial do Estado.
10.3.1 O não cumprimento do prazo supracitado poderá acarretar na eliminação da proposta habilitada. Neste caso, far-se-á a convocação da próxima proposta habilitada, respeitando a classificação segundo os critérios expressos neste edital.
10.4 Os itens a serem custeados neste convênio pela Fundação de Turismo do Estado deverão atender procedimentos previstos na Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1.993.

11-DA FISCALIZAÇÃO:
11.1 A FUNDTUR indicará no Convênio o GESTOR DA PARCERIA, o qual deverá acompanhar e fiscalizar o projeto apresentado.

12 - DA INEXECUÇÃO E RESCISÃO:
12.1 A inexecução total ou parcial do Convênio ou o descumprimento de qualquer dispositivo do Edital enseja a sua rescisão, com as consequências previstas nos §§ 4° e 5° do art. 18 e no art. 28, ambos do Decreto Estadual n° 11.261/2003.

13 - DA PRESTAÇÃO DE CONTAS
13.1 O município selecionado deverá apresentar a prestação de contas na forma e prazos determinados no Decreto Estadual nº. 11.261/2003, Resolução SEFAZ nº. 2.093 de 24 de outubro de 2007 e Resolução SEFAZ nº. 2.052 de 19 de abril de 2007 e Termo de Convênio, apresentando documentos que comprovem o que consta nos seguintes anexos:

a) Anexo VIII - Relatório de Cumprimento do Objeto;
b) Anexo IX - Relatório de Execução Físico-Financeira;
c) Anexo X - Demonstrativo da Execução da Receita e Despesa;
d) Anexo XI - Relação de Pagamentos Efetuados;
e) Anexo XII - Relação de Bens Adquiridos, Produzidos ou Construídos;
f) Anexo XIII - Conciliação Bancária;
g) Modelo de pesquisa a ser realizada com público/visitante/participante do evento; e

13.2 O município selecionado deverá realizar a aplicação, durante o período de execução do objeto do projeto, de uma pesquisa, item "g" acima, para aferir o perfil dos visitantes. Custos de reprodução dos questionários e aplicação serão por conta da proponente, sendo que a tabulação e análise das informações será realizada pelo Observatório de Turismo da FUNDTUR, que disponibilizará, remotamente, um técnico para acompanhar este trabalho no que tange as orientações pré-evento.
13.2.1 A quantidade de pesquisas/entrevistas a serem realizadas durante o evento será definido pela equipe do Observatório de Turismo da FUNDTUR, de acordo com critérios técnicos sobre estatística e amostragem.
13.2.2 A não aplicação, ou a aplicação fora dos padrões exigidos e estabelecidos pela Fundação de Turismo, poderá gerar problemas na prestação de contas da referida parceira.
13.2.3 O envio dos questionários aplicados deverá ser feito em até 15 (quinze) dias após o término do evento.
13.2.4 A proponente selecionada estará obrigada a contatar o Observatório de Turismo da FUNDTUR, com o prazo mínimo de 10 (dez) dias antes do evento, para apresentar a equipe que aplicará a pesquisa e realizar a capacitação, realizada pelo Observatório do Turismo, presencial ou remotamente.
13.3 A FUNDTUR poderá exigir informações adicionais se houver necessidade de sanar dúvidas em relação aos comprovantes e formulários entregues para a prestação de contas.
13.4 Todas as despesas realizadas e comprovadas na prestação de contas deverão observar pertinência com o objeto do Convênio e o Plano de Trabalho.

14 -DA VIGÊNCIA E DA PRORROGAÇÃO DO TERMO DE CONVÊNIO:
14.1 Os Convênios a serem celebrados no ano de 2023 terão início na data de sua assinatura, podendo ser aditados nos termos do Decreto Estadual nº. 11.261/2003.

15 - DA RESTITUIÇÃO DOS RECURSOS
15.1 A CONVENENTE se obriga a restituir o valor transferido pela CONCEDENTE, atualizado monetariamente e acrescido de juros legais, a partir da data de seu recebimento, na forma da legislação, nos seguintes casos:
I - utilização dos recursos liberados em desacordo com o Plano de Trabalho;
II - não-aplicação ou aplicação dos recursos no mercado financeiro em desacordo com o disposto no termo firmado; e/ou
III - falta de apresentação dos relatórios de execução físico-financeira e das prestações de contas parcial e final, nos prazos estabelecidos.
§ 1º A rescisão do convênio ou instrumento similar ensejará a instauração imediata da tomada de contas especial pelo órgão concedente.
§ 2º Caso seja constatada a ocorrência das situações acima previstas, o convenente fica submetido às penalidades estabelecidas no art. 80 da Lei Federal nº 8.666, de 1993, e dos §§ 4º e 5º do art. 18 do Decreto Estadual nº. 11.261/2003.

16– DAS DISPOSIÇÕES GERAIS E DOS RECURSOS

16.1 Os municípios poderão apresentar recurso, junto à FUNDTUR, contra o resultado preliminar, no período de 08 a 12 de maio de 2023 (até as 17h), à comissão de seleção que a proferiu, mediante oficio especifico e individualizado por projeto, ao qual concorre, com as razões fundamentadas de sua irresignação.
16.2 Não caberá novo recurso da decisão proferida no item 16.1 deste Edital.
16.3 Os recursos que não forem reconsiderados pela comissão de seleção, deverão ser encaminhados à autoridade competente para decisão final.
16.4 Após o julgamento ou o transcurso do prazo para interposição de recurso a comissão de seleção, promoverá a homologação do resultado e divulgará, no seu sítio eletrônico oficial e no órgão oficial de imprensa, as decisões recursais proferidas e o resultado definitivo do processo de seleção.
16.5 Decairá do direito de recorrer, o município que não atender ao prazo recursal previsto ou apresentar recurso em desconformidade com o previsto neste edital.
16.6 Os pedidos de esclarecimentos decorrentes de dúvidas na interpretação deste Edital e de seus anexos, bem como as informações adicionais eventualmente necessárias, deverão ser suscitadas através do e-mail editais@fundtur.ms.gov.br.
16.7 Em caso de desistência do município em celebrar o convênio, objeto do presente Edital, deverá fazê-lo mediante oficio no prazo máximo de 10 (dez) dias após o envio do Termo de Convênio para assinatura. Neste caso, haverá a convocação do próximo classificado segundo os critérios aqui estabelecidos, se houver viabilidade no prazo para celebração do convênio e para a data da realização do evento.
16.8 Os casos omissos e as situações não previstas no presente Edital serão dirimidos pela Comissão de Seleção, juntamente com o Diretor-Presidente da FUNDTUR.
16.9 O Presente Edital, obedecerá ao Decreto Estadual nº. 11.261/2003, Resolução SEFAZ nº. 2.093 de 24 de outubro de 2007 e Resolução SEFAZ nº. 2.052 de 19 de abril de 2007.
16.10 Fica estabelecida a Minuta do Termo de Convênio constante no Anexo VII do Edital.

17. DOS ANEXOS:
17.1 ficam aprovados nos termos do Decreto Estadual nº. 11.261/2003, Resolução SEFAZ nº. 2.093 de 24 de outubro de 2007 e Resolução SEFAZ nº. 2.052 de 19 de abril de 2007 os seguintes anexos:

I - PARA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E CELEBRAÇÃO DO CONVÊNIO:
a) Ofício de solicitação de apoio;
b) Projeto Básico do evento;
c) Anexo I - Plano de Trabalho - Descrição do Projeto;
d) Anexo II – Plano de Trabalho - Cadastro do órgão concedente, do dirigente e ordenador de despesas;
e) Anexo III – Plano de Trabalho - Cadastro do órgão convenente, do dirigente e ordenador de despesas;
f) Anexo IV - Plano de Trabalho – Cronograma de Execução e Plano de Aplicação;
g) Anexo V – Plano de Trabalho – Cronograma de Desembolso Financeiro;
h) Anexo VI – Plano de Trabalho – Declaração de Cumprimento dos Condicionantes Legais;
i) Declaração de Quitação de Anuidade do ano de 2023 expedida pelo presidente/responsável de Instância de Governança REGIONAL Formalizada;
j) Declaração de apoio emitida pelo gestor da Instância de Governança REGIONAL não formalizada expedida pelo presidente/responsável;
l) Declaração de apoio emitida pelo gestor da Instância de Governança Municipal expedida pelo presidente/responsável;
m) Declaração de contratação/participação de turismólogo(a) na execução do projeto proposto ao edital.
n) Declaração de Contrapartida *(esta declaração não substitui a "previsão de disponibilidade orçamentária para atender a contrapartida")*;
o) Declaração de capacidade administrativa, técnica e gerencial para a execução do plano de trabalho;
p) Declaração de que não se encontra em situação de mora ou de inadimplência junto aos órgãos ou entidadesda administração pública estadual;
q) Declaração de Abertura de Conta Corrente Específica;
r) Anexo VII - Minuta do Termo de Convênio; e

II - Para Prestação de Contas:
a) Anexo VIII - Relatório de Cumprimento do Objeto;
b) Anexo IX - Relatório de Execução Físico-Financeira;
c) Anexo X - Demonstrativo da Execução da Receita e Despesa;
d) Anexo XI - Relação de Pagamentos Efetuados;
e) Anexo XII - Relação de Bens Adquiridos, Produzidos ou Construídos;
f) Anexo XIII - Conciliação Bancária;
g) Modelo de pesquisa a ser realizada com público/visitante/participante do evento; e
h) Modelo de relatório fotográfico dos itens contratados.

III – CHECK LIST DE DOCUMENTOS MÍNIMOS OBRIGATÓRIOS NO ENVELOPE
a) Relação mínima de documentos no envelope do projeto.

IV) Todos os anexos supracitados estarão disponíveis em arquivos editáveis para serem baixados e adequados pela Proponente. O *download* deverá ser feito pelo sitio eletrônico da Fundação de Turismo – *www.turismo.ms.gov.br/editais-e-convenios*

Comissão de Seleção: Débora Bordin Fluhr, Marlise Monteiro de Souza Gasparetto, Rogério Eduardo Ruas Chelotti e Leonardo Ferreira Resende.
Presidente da Comissão: Danielle Cardoso de Moura.

EDITAL Nº 02/2023
CHAMAMENTO PÚBLICO

A FUNDAÇÃO DE TURISMO DE MATO GROSSO DO SUL, por meio de sua Comissão de Seleção, nomeada pela Portaria "P" FUNDTUR nº 017, de 15 de março de 2023, publicada no Diário Oficial do Estado, nº 11.103, de 16 de março de 2023, e retificada no Diário Oficial do Estado, nº 11.104, de 17 de março de 2023, e em conformidade com a Lei Federal nº 13.019/2014 e Decreto Estadual nº 14.494/2016, e demais legislações aplicáveis, nos termos do processo 85/001.989/2023, torna público às Organizações da Sociedade Civil (OSC) interessadas, que por este realiza o Chamamento Público, objetivando a seleção de **Organizações da Sociedade Civil sem fins lucrativos** para firmar parcerias, por meio de TERMO DE COLABORAÇÃO, para a execução de projetos de fomento e apoio a **eventos geradores de fluxo turístico** nos municípios do Estado de Mato Grosso do Sul, nos termos e condições estabelecidas neste Edital.

1– OBJETO

1.1 Este Edital de Chamamento Público objetiva a democratização do acesso aos recursos da Fundação de Turismo de Mato Grosso do Sul e apoia projetos de fomento e apoio a realização de eventos geradores de fluxos turísticos nos municípios do estado de Mato Grosso do Sul.

1.1.1 Os eventos deverão se enquadrar dentro dos segmentos apresentados no item 6 deste edital, que além dos segmentos, apresenta diferença nos valores máximos a serem solicitados aqui.

1.2 Formalização de Parceria, por Termo de Colaboração, com Organizações da Sociedade Civil sem fins lucrativos (OSC) para execução de ações de fomento e apoio a eventos geradores de fluxo turístico nos municípios do Estado de Mato Grosso do Sul, visando o crescimento e desenvolvimento da atividade turística nas regiões do Estado, em regime de mútua colaboração com a administração pública, para execução no período de **01 de agosto a 30 de dezembro de 2023**, que mais pontuarem nos critérios de seleção de projeto.

1.3 Não serão apoiados eventos que tenham como tema "Natal", ou que ocorram durante o período de 22 a 26 de dezembro de 2023.

2-NATUREZA DO APOIO FINANCEIRO

2.1 O apoio deverá abranger apenas despesas com divulgação, estrutura, equipe para realização, honorários para palestrantes e/ou equipamentos de proteção individual (EPI).

2.1.1 Propostas com solicitação de apoio a itens não previstos neste edital serão desclassificadas deste processo.

2.1.2 Fica vedada a proposição de aquisição de bens móveis/imóveis e/ou materiais permanentes. A ocorrência desta situação desclassificará a proposta.

2.2 Entende-se como despesas com divulgação os custeios com elaboração/criação e impressão de folders, "*flyers*", cartazes, "*banners*", painéis rodoviários, "*outdoors*", camisetas, bonés, artes e logos, criação de site promocional, entre outras ações com a finalidade de divulgar e promover o referido evento.

2.2.1 Todo evento apoiado com recursos públicos deverá usar o trio de logos do Governo do Estado de Mato Grosso do Sul (FUNDTUR, SETESCC e Governo do Estado).

2.2.2 As ações de divulgação do objeto proposto devem estar em consonância com a estratégia de promoção e divulgação desenvolvida pela Fundação de Turismo de Mato Grosso do Sul. Sendo assim, a comunicação através de material gráfico, site e comunicação eletrônica e online devem levar as assinaturas com a logo do "Isto é Mato Grosso do Sul" e as "#visitms" e "#istoématogrossodosul" (#thisismatogrossodosul / #esoesmatogrossodosul - caso a ação seja internacional).

2.2.2.1 Eventos de pesca deverão usar em suas peças de promoção a "#pesquesolteevoltesempre".

2.3 Entende-se como despesas com estrutura, as despesas com locação de arquibancadas, locação de espaços, cercamento, palco, sistema de som e/ou iluminação, grades de proteção ou isolamento de área, banheiros químicos, tendas, barracas, coberturas, contratação de equipe/pessoal de segurança, recepção, ambulância, UTI móvel e equipe para pronto-socorro (equipe técnica) e outras despesas que visem proporcionar as condições físicas para que o evento proposto ocorra.

2.3.1 Poderão ser custeadas as despesas com contratação/locação de equipamentos e equipe para a transmissão on-line do evento, desde que este não ocorra somente em ambiente virtual ou a distância. Tal situação deverá estar bem descrita na metodologia do Projeto Básico, não gerando dúvidas para a Comissão de Seleção.

2.3.2 Poderão ser custeadas as despesas com contratação e disponibilização de acesso gratuito de internet para os participantes do evento. Tal despesa somente poderá ser contratada se não houver sinal de nenhuma operadora no local do evento.

2.3.3 Não serão custeadas as locações de barcos, motores e/ou veículos para o transporte de participantes do evento. Tal ocorrência eliminará a proposta deste edital.

2.3.4 Poderão ser custeadas as despesas com copos/garrafas com água e/ou bebidas isotônicas. Não serão pagas as despesas com outros tipos de bebidas na proposta.

2.3.5 Poderão ser pagas as despesas com a contratação de profissional tradutor e interprete da Língua Brasileira de Sinais - LIBRAS, devidamente habilitado conforme legislação vigente.

2.4 Entende-se como pagamento de honorários para palestrante(s) a remuneração paga ao profissional que participará do evento atuando como palestrante/conferencista. Neste valor pode estar incluso as despesas com deslocamento, hospedagem, alimentação, além é claro, da sua própria remuneração. Este valor está limitado a 20% do valor total solicitado à Fundação de Turismo de Mato Grosso do Sul neste edital.

2.4.1 Não será entendido como pagamento de honorário a remuneração, ou pagamento, de serviços musicais prestados, sendo estes considerados como cachê, item não pago por este edital. A ocorrência desta situação desclassificará a proposta.

2.4.2 Não serão consideradas, portanto não serão pagas, despesas em separado de alimentação, deslocamento

e/ou hospedagem. Todas estas deverão estar inseridas nos honorários. A ocorrência desta situação desclassificará a proposta.
2.5 **Não é permitido o pagamento, sob qualquer justificativa, de empregado(a) ou servidor(a) público(a), conforme inciso II, do art. 45, da Lei Federal n° 13.019/2014. A ocorrência desta situação inabilitará a proposta.**
2.5.1 A constatação desta situação na fase de execução da proposta ou durante sua prestação de contas, implicará em sanções administrativas e penais previstas em Lei.
2.6 Entende-se por equipamentos de proteção individual (EPI) todo aquele que deve ser usado na proteção dos usuários e colaboradores de um determinado evento/espaço, como máscaras em tecido, máscara de proteção plástica para o rosto, luvas descartáveis, álcool em gel, entre outros equipamentos que tenham como finalidade a proteção individual dos envolvidos no evento contra o Coronavírus e outras doenças transmissíveis.
2.7 Poderão ser custeados ainda os custos indiretos necessários à execução do objeto, tratados no inciso III do caput do art. 46 da Lei Federal nº 13.019/2014, e conforme art. 38, do Decreto Estadual n° 14.494/2016. Estes custos podem ser, entre outras despesas, aqueles com internet, transporte, aluguel, telefone, consumo de água e luz, e remuneração de serviços contábeis e de assessoria jurídica.
2.7.1 Esta despesa está limitada em 5% (cinco por cento) do valor a ser solicitado neste edital.
2.7.2 Não serão aceitas, portanto não serão pagas, despesas a título de taxa de administração, entre outros que se caracterizem desta forma.
2.8 No caso de evento em que haja cobrança de ingresso/inscrição, ou algum valor para se ter acesso ao espaço/serviço oferecido com uso de recurso da Fundação de Turismo, estas receitas deverão ser apresentadas no Projeto Básico do evento e comprovadas na Prestação de Contas, e só poderão ser utilizadas para pagamentos de despesas realizadas na execução do objeto da parceria, uma vez que evento apoiado com recursos públicos não pode obter lucros.
2.8.1 A omissão na apresentação de outras receitas, além da solicitada à FUNDTUR, bem como a falta do sistema ou metodologia para controle e destinação dentro do objeto/evento, inabilitará a proposta, independentemente da fase do processo de apoio ao evento. Portanto, se a cobrança for descoberta após a habilitação, seleção da proposta e/ou formalização do Termo de Colaboração, esta será cancelada e o recurso devolvido para a FUNDTUR, caso já tenha sido repassado com a devida correção prevista em Lei.
2.8.2 A execução do evento com cobrança, sendo que esta não tenha sido citada no Projeto Básico e nem para o que servia, ocasionará a não aprovação da Prestação de Contas e, consequentemente, a devolução dos recursos, com a devida correção, por parte do proponente.
2.8.3 A exploração de áreas restritas, tais como camarotes, espaços de comercialização terceirizados e afins, deverá ser informada na Proposta, e será administrada diretamente pelo Convenente/Parceiro, sendo vedada a contratação de terceiros e/ou o chamamento de empresas para esta finalidade, e somente poderá ocorrer se os valores arrecadados com a cobrança forem revertidos para a consecução do objeto pactuado.
2.8.4 Na ocorrência de apoio financeiro por outras entidades públicas ou privadas ao evento objeto da Parceria, o Convenente/Parceiro deverá apresentar declaração de seu representante e dos patrocinadores do evento, quando for o caso, especificando o montante do patrocínio das entidades públicas ou privadas e os itens do evento custeados com cada patrocínio, bem como o Instrumento firmado entre o Convenente/Parceiro e os patrocinadores em que conste tais informações, juntamente com fotos de cada item patrocinado.
2.8.5 O apoio financeiro por outro ente público da esfera estadual inabilitará a proposta apresentada neste edital.
2.8.6 Os valores mencionados nos subitens 2.9 a 2.9.4 deste artigo deverão integrar a Prestação de Contas do Convênio ou Parceria, conforme prevê o Art. 66 da Lei 13.019/2014.

3 - ENTREGA E RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS/PRAZO E CRONOGRAMA:
3.1 As propostas, em conformidade com o previsto no objeto acima, deverão ser entregues mediante ofício (Anexo I) que deverão ser protocolados na FUNDAÇÃO DE TURISMO DE MATO GROSSO DO SUL, sito na Av. Afonso Pena, nº 7.000, Chácara Cachoeira, Campo Grande (MS), CEP 79.031-010, fone (67) 3318-7600, no período de 20 de março a 25 de abril de 2023, das 07h30 às 17h.
3.1.1 O horário de expediente da Fundação de Turismo é de segunda a sexta-feira, das 07h30 às 11h30 e das 13h às 17h. A Fundação de Turismo não abre nos feriados e finais de semana.
3.2 Os envelopes lacrados contendo as propostas remetidas pelos Correios ou quaisquer outros meios de serviços postais, que porventura chegarem ao destino (FUNDTUR) após a data estabelecida como prazo limite (25 de abril de 2023 às 17h), não serão aceitos, sendo inabilitadas para este edital.
3.3 A inscrição do interessado implicará na ciência e na aceitação das normas e condições estabelecidas neste Edital, bem como de todos os termos dos seus Anexos, da Lei Federal 13.019/2014 e do Decreto Estadual 14.494/2016, em relação aos quais não poderá alegar desconhecimento.
3.4 A apresentação de PROPOSTA pelas organizações da sociedade civil é gratuita e será realizada por meio da entrega de envelope lacrado contendo os seguintes documentos:
a) Ofício;
b) Projeto básico;
c) Declaração de Capacidade Técnica e Operacional;
d) cópia autenticada de documento de identificação pessoal, RG ou CNH, do representante da proponente;
e) documentos enumerados no item 5 deste Edital; e
f) demais comprovações relacionadas aos critérios de seleção e julgamento (item 7 do edital).

3.4.1 A assinatura do representante será confirmada por meio de comparação com a cópia autenticada do documento pessoal do representante legal da OSC que deverá estar presente no envelope no momento da abertura deste.
3.4.2 A autenticação dos documentos poderá ser feita por servidor(a) da Fundação de Turismo a partir da apresentação do documento original presencialmente, segundo a Lei n° 13.726, de 8 de outubro de 2018.
3.4.2.1 Esta autenticação demanda tempo e disponibilidade de um servidor para este serviço, portanto, pede-se que isso seja considerado no ato do protocolo da(s) proposta(s).

3.4.3 Caso o evento proposto tenha apoio da instância de governança MUNICIPAL, deverá ser preenchido o modelo disponibilizado no site da Fundação de Turismo, com assinatura do presidente/responsável pela instância municipal, e inserido no envelope lacrado juntamente com o restante da documentação citada no item acima. Para este documento ser aceito é necessário o envio das 3 (três) últimas atas das reuniões ocorridas dentro do período máximo de 1 (um) ano. Este prazo será contado a partir da data de expedição da referida declaração. A não apresentação desta declaração não eliminará a proposta, porém não poderá ser juntada ao processo em outro momento, assim como não será atribuída pontuação para este item.
3.4.4 Caso o evento proposto ocorra em município participante de instância de governança REGIONAL, deverá ser enviada a "declaração de quitação de anuidade do ano de 2023", juntamente com o cartão de CNPJ desta Instância ou, no caso de IGR ainda não formalizada, deverá ser enviada uma declaração de que o município-proponente participa regularmente das reuniões e enviar as 3 (três) últimas atas das reuniões ocorridas dentro do período de 12 meses da data de sua assinatura, com assinatura do Presidente desta, dentro do envelope lacrado juntamente com o restante da documentação citada no item acima.A falta desta declaração não eliminará o projeto, mas não haverá pontuação para este item e não será permitida a juntada posterior. A mesma situação se aplica para a "declaração de apoio pela instância de governança municipal".
3.4.5 Caso a proponente possua em sua equipe, ou contratará, bacharel em turismo/turismólogo para a realização do evento proposto, deverá preencher a "declaração de contratação/participação de turismólogo(a) na execução do projeto proposto ao edital". A falta desta declaração não eliminará o projeto, mas não haverá pontuação para este item e não será permitida a juntada posterior
3.4.6 Cada envelope poderá conter somente 1 (uma) proposta dentro. O não cumprimento deste item inabilitará todas as propostas enviadas neste envelope.
3.5 O envelope lacrado contendo os documentos acima mencionados deverá constar externamente, nos espaços para REMETENTE e DESTINATÁRIO, respectivamente, as seguintes informações:

DESTINATÁRIO:
EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO FUNDTUR Nº 02/2023
FUNDTUR – Fundação de Turismo de Mato Grosso do Sul
Av. Afonso Pena, 7000 – Portal Guarani – Parque das Nações Indígenas
Campo Grande-MS
CEP: 79.031-010

REMETENTE:
NOME DA OSC:
NOME DO PROJETO:
ENDEREÇO ORGANIZAÇÃO PROPONENTE (Rua/nº/Bairro/Cidade/ Estado/CEP)

3.5.1 A não identificação do envelope conforme estabelecido neste item eliminará a proposta.
3.6 O protocolo da Proposta ou seu envio via correio mediante Aviso de Recebimento, no prazo legal, implica na aceitação, por parte da Organização da Sociedade Civil proponente, das condições estabelecidas neste Edital.
3.6.1 No ato do protocolo não há conferência da documentação existente no envelope, pois este deverá estar lacrado para a abertura somente em data prevista no item 3.8.
3.7 A apresentação da proposta é ato meramente declaratório, sendo que os requisitos previstos no Inciso I do caput do Artigo 2º, nos incisos I a V do caput do Artigo 33 e nos inciso II a VII do caput do Artigo 34 da Lei Federal nº 13.019/2014 e não ocorrência de hipóteses que incorram nas vedações de que tratam o artigo 39 da referida Lei serão verificadas por meio da apresentação dos documentos elencados no inciso I a X do Artigo 26 e declarações elencadas no Artigo 27 do Decreto Estadual nº 14.494/2016 em fase posterior, antes da assinatura do termo de colaboração, caso haja seleção da proposta.
3.8 O processo seletivo obedecerá ao seguinte cronograma:

CRONOGRAMA	
Publicação do Edital de Chamamento no Diário Oficial	20 de março de 2023
Recebimento dos envelopes lacrados	20 de março a 25 de abril de 2023 (até as 17h)
Data para abertura dos envelopes	26 de abril de 2023 às 10h
Analise das Propostas e documentos enviados no envelope pela Comissão de Seleção	26 de abril a 09 de maio de 2023
Divulgação do Resultado Preliminar com as propostas habilitadas, e suas pontuações, e os inabilitados	10 de maio de 2023
Prazo recursal para a Comissão de Seleção (se houver)	10 a 17 de maio de 2023 (até as 17h)
Divulgação dos resultados definitivos da seleção	17 de maio de 2023
Homologação dos resultados	18 de maio de 2023
Convocação das OSC para celebração do Termo de Colaboração e envio do restante da documentação	À partir de 18 de maio de 2023

3.8.1 Os recursos deverão ser interpostos através de ofício, a serem enviados para a Fundação de Turismo de Mato Grosso do Sul de forma física ou eletrônica conforme prazo estabelecido no item 3.8.
3.8.2 O envelope com recurso deverá ser identificado externamente da seguinte forma:

DESTINATÁRIO:
EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO FUNDTUR Nº 02/2023 - RECURSO
FUNDTUR – Fundação de Turismo de Mato Grosso do Sul
Av. Afonso Pena, 7000 – Portal Guarani – Parque das Nações Indígenas

Campo Grande-MS
CEP: 79.031-010

REMETENTE:
NOME DA OSC:
NOME DO PROJETO/OBJETO:
ENDEREÇO ORGANIZAÇÃO PROPONENTE (Rua/nº/Bairro/Cidade/ Estado/CEP)

3.8.3 O recurso que for encaminhado ao e-mail editais@fundtur.ms.gov.br deverá identificar no "Assunto" as seguintes informações:

Assunto: EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO FUNDTUR Nº 02/2023 – RECURSO - NOME DA OSC / NOME DO PROJETO/OBJETO:

3.8.3.1 O ofício com o recurso deverá ser assinado pelo represente legal do proponente e anexado ao e-mail em formato "PDF". O envio do ofício em outro formato inabilitará o pedido de recurso, bem como a falta de assinatura neste documento.
3.8.3.2 Como o recurso trata de pedido de reconsideração sobre decisão da Comissão de Seleção tomada a partir do conteúdo do envelope lacrado ou fato apresentado na Proposta, não será aceito o envio de outros documentos que substituam ou complementem as informações prestadas anteriormente.
3.8.4 O recurso que chegar, por e-mail ou fisicamente, na Fundação de Turismo fora do prazo estipulado no cronograma acima, não será aceito, tampouco considerado.
3.8.4.1 O horário limite para envio do e-mail com o pedido de reconsideração de decisão tomada pela Comissão de Seleção, recurso, será às 17h.
3.9 A aprovação da proposta não gerará direito à celebração da parceria.

4 – DAS PUBLICAÇÕES E INTIMAÇÕES
4.1 O Edital e os anexos compreendendo as especificações técnicas do objeto, estarão disponíveis, gratuitamente, no sitio eletrônico da FUNDAÇÃO DE TURISMO DE MATO GROSSO DO SUL - http://www.turismo.ms.gov.br/editais-e-convenios/ e no Diário Oficial do Estado de Mato Grosso do Sul www.imprensaoficial.ms.gov.br.

5 – DA FORMA DE APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA
5.1 As propostas terão caráter eliminatório e classificatório e serão avaliadas de acordo com os critérios de julgamento estabelecidos neste edital. As propostas, conforme anexo II, deverão tratar de todo o evento. O não cumprimento desta condição inabilitará a proposta.
5.1.1 A descoberta de situações não apresentadas na proposta, anexo II, principalmente quando se tratar de receitas, impedirão a celebração do Termo de Colaboração, se o mesmo não tiver sido feito, ou até mesmo poderá provocar a devolução dos recursos, nos casos em que o pagamento já tiver ocorrido.
5.2 Deverá ser elaborada em língua portuguesa, digitada, assinada na última folha e apresentada na forma constante neste Edital e disponibilizado no site da Fundação de Turismo de Mato Grosso do Sul.
5.3 Será eliminada a organização da sociedade civil cuja proposta esteja em desacordo com qualquer um dos termos deste edital, em desconformidade com a Lei 13.019/2014 e Decreto Estadual 14.494/2016 ou que não contenha as seguintes informações:
I - a descrição da realidade objeto da parceria e o nexo com a atividade da entidade e o projeto proposto em conformidade com o seu Estatuto;
II - justificativa contendo a caracterização dos interesses recíprocos voltados ao turismo do Estado, a relação entre a proposta apresentada e os objetivos a serem alcançados e resultados esperados;
III - cronograma de execução com descrição das ações a serem executadas, as metas a serem atingidas e os indicadores que aferirão o cumprimento das metas;
IV - os prazos para a execução das ações e para o cumprimento das metas;
V - estimativa dos recursos financeiros;
VI - declaração de capacidade técnica e operacional;
VII - o valor da solicitação poderá ser de até R$ 100.000,00 (cem mil reais);
VIII – estatuto da Organização da Sociedade Civil, suas alterações e a ata de eleição da atual diretoria/presidência, em vias originais ou autenticadas;
IX - previsão de receitas e de despesas a serem realizadas na execução das atividades ou dos projetos abrangidos pela parceria;
X – 3 (três) orçamentos, no mínimo, de cada meta/item proposto visando demonstrar que os valores estão de acordo com o praticado no mercado e que não há indícios de superfaturamento. Somente serão considerados orçamentos em papel timbrado, com CNPJ da empresa e assinado pelo proprietário/representante legal desta.
XI – cartão do CNPJ da proponente; e
XII - cópia do documento de identidade ou carteira nacional de habilitação do responsável pela proponente.

5.4 Em caso de evento com contratação de seguro pelo proponente para os participantes do evento, a cotação/orçamento do seguro poderá ser a gerada pelos sistemas das Companhias de Seguro e enviadas por e-mail ao Proponente. Esta deverá ser impressa e enviada em anexo à proposta dentro do envelope lacrado.
5.4.1 A contratação de seguro para o evento proposto é facultativa, não gerando inabilitação da proposta no caso de não contratação.
5.4.2 A apresentação de orçamento para a contratação de cobertura securitária para os participantes do evento gerará pontuação, conforme critério 13. No caso de pontuação atribuída neste critério, ficará a proponente obrigada a efetivar a contratação do orçamento apresentado no caso da proposta vir a ser apoiada por meio deste edital.

5.4.3 Esta despesa com a contratação do seguro deverá ser citada na Planilha Financeira, item 9.1, do Projeto Básico como despesa a ser paga pela proponente do evento e sua comprovação deverá ser feita durante a Prestação de Contas da parceria.
5.5 Nos casos de contratação de palestrante, onde não houver a possibilidade de comparação entre os vários profissionais existentes no mercado, a justificativa para o valor a ser cobrado deverá ser feita com o envio das 3 (três) últimas notas fiscais/contratos celebrados para a execução de serviços iguais ou similares por este(a) palestrante, além do orçamento específico para o evento proposto. É preciso que tais comprovações permitam a constatação do não superfaturamento neste serviço.
5.6 Os menores valores obtidos nos orçamentos de cada item/meta deverão ser os escolhidos para o lançamento na Planilha Financeira do Projeto Básico, buscando-se a seleção da proposta mais vantajosa para a Administração Pública.
5.7 Os orçamentos apresentados poderão ser conferidos pela Comissão de Seleção e, na constatação de diferenças, estes orçamentos serão inutilizados. Não havendo três orçamentos válidos no envelope, a proposta será inabilitada.
5.8 O Projeto Básico deverá tratar o evento em sua totalidade, apresentando todos os aspectos e características deste acontecimento. O que não for mencionado no projeto será entendido, pela Comissão de Seleção, como inexistente, não havendo assim comparações com edições anteriores, eventos correlatos e/ou informações prévias.
5.8.1 A Comissão de Seleção poderá buscar informações ou pesquisar a respeito das informações citadas no Projeto Básico e/ou orçamentos, a fim de atestar/verificar sua veracidade.
5.8.2 A constatação da não apresentação do evento todo no Projeto Básico, desclassificará a proposta, pois impedirá a avaliação de todos os componentes e detalhes do evento.
5.9 Os orçamentos deverão ser fornecidos por empresas que efetivamente prestem aqueles serviços ou que vendam os produtos necessários/cotados. Não é permitida a intermediação por outra empresa ou terceiro. A constatação desta situação anulará este orçamento.
5.10 A proponente deverá ter especial atenção ao que prevê o art. 33, inciso III, da Lei Federal n° 13.019/2014, quanto aos casos de dissolução da OSC.

6- DO PROCESSO DE SELEÇÃO
6.1 O processo de seleção das propostas apresentadas pelas organizações da sociedade civil será realizado mediante análise da Comissão de Seleção devidamente nomeada para tal.
6.2 O processo de seleção compreenderá as seguintes fases:
6.2.1 Recebimento dos envelopes: nesta fase, serão recebidas as propostas, em envelope lacrado, para concorrência do presente Chamamento Público. Os envelopes serão guardados lacrados até a data de sua abertura pela Comissão de Seleção conforme cronograma estipulado no item 3.8;
6.2.1.1 Não haverá nesta fase a comprovação, ou verificação, dos documentos existentes dentro do envelope, pois estes só serão abertos em sessão pública conforme previsto neste edital.
6.2.2 Abertura dos envelopes: Em sessão aberta e pública aos interessados, conforme previsto no cronograma deste edital, item 3.8, os envelopes serão abertos pela Comissão de Seleção e haverá a conferência dos documentos básicos para a habilitação da proposta. Sendo considerada habilitada, a proposta irá para avaliação e atribuição de pontuação. Sendo considerada inabilitada a proposta, ela não será avaliada de acordo com os critérios aqui estabelecidos e não poderá receber apoio financeiro.
6.2.3 Avaliação: nesta fase serão avaliadas as propostas habilitadas a partir dos critérios apresentados no item 7 deste Edital. A comprovação para gerar pontuação para as propostas deverá ser feita por meio do que for apresentado no Projeto Básico, ou por meio de documentos extras (declarações, orçamentos, currículos, entre outros), que já deverão estar no envelope enviado lacrado para este edital. Esta fase é classificatória.
6.2.3.1 O item 7 traz os critérios e um descritivo sobre o que tratam aqueles critérios, bem como as formas para que se faça a comprovação neles.
6.2.3.2 Não é permitida a juntada de documentos, ou alterações na proposta nesta fase, exceto se esta for por solicitação da Comissão de Seleção.
6.2.3.3 O estatuto da OSC deverá ter previsão para a realização do que ela se propõe a fazer no projeto. Não havendo esta previsão a proposta será inabilitada.
6.2.3.4 – A proposta que não estiver em consonância com os objetivos estatutários desta Fundação de Turismo (Decreto nº.15.623 de 01 de março de 2021) e do Fundo para o Desenvolvimento do Turismo do Estado de Mato Grosso do Sul (Lei Estadual nº. 2.652 de 17 de julho de 2003 e Decreto Estadual nº. 11.340 de 14 de agosto de 2003) será eliminada nesta fase.
6.3 Homologação dos resultados: Serão habilitadas para apoio, as propostas que ultrapassarem, ou que tiverem pontuações iguais, a 12 (doze) pontos, e serão ranqueadas de acordo com a pontuação obtida nos critérios de avaliação deste edital, da maior pontuação para a menor.
6.3.1 A efetiva celebração do termo de colaboração respeitará o limite de valor estipulado para este edital no item 8.1.
6.4 Todos os atos do procedimento de chamamento público serão públicos, salvo quanto ao conteúdo dos envelopes, até a data de sua abertura, que será realizada sempre em sessão pública, da qual se lavrará ata circunstanciada, assinada pelos representantes das organizações da sociedade civil presentes e pelos membros da Comissão de Seleção.
6.5 Cada OSC poderá ter inicialmente somente uma proposta apoiada. Nos casos em que a OSC inscrever mais de uma proposta e todas forem habilitadas, o apoio financeiro será dada à proposta melhor pontuada.
6.5.1 Uma OSC poderá ter uma segunda proposta apoiada se, e somente se, após a avaliação dos critérios de todas as propostas concorrentes, não restar nenhuma outra que esteja acima da pontuação mínima, de 12 (doze) pontos, e que haja ainda saldo financeiro neste edital para apoio.

7 – CRITÉRIOS DE SELEÇÃO E JULGAMENTO DAS PROPOSTAS:
7.1 A Comissão de Seleção utilizará os critérios citados nas tabelas abaixo para classificação das propostas:

Critério / Pontuação	Peso	Grande Gerador de Fluxo 2	Gerador de Fluxo 1	Não Gerador de Fluxo 0
1. Estratégia prevista para execução das ações.	3		Possui	Não possui
2. Relação entre valor solicitado e o valor total do evento.	3		Possui	Não possui
3. Ações preventivas de garantia dos direitos humanos de crianças, adolescentes, mulheres e do grupo LGBTQIA+.	3		Haverá	Não haverá
4. Ações e práticas de garantia dos direitos humanos de pessoas com deficiência.	3		Haverá	Não haverá
5. Município proponente inserido no Mapa do Turismo Brasileiro 2022	3		Participou	Não participou
6. Evento em município participante de instância de governança REGIONAL do turismo.	3	Participante – IGR formal	Participante – IGR informal	Não participa de IGR formal
7. Evento com apoio do conselho ou instância de governança MUNICIPAL de turismo.	3		Com apoio	Sem apoio
8. Incremento PREVISTO no fluxo turístico do município onde ocorrerá o evento proposto.	3	Grande Porte (mais de 600 paxs)	Médio Porte (entre 201 e 600 paxs)	Pequeno Porte (até 200 paxs)
9. Incremento COMPROVADO de fluxo turístico por estudos/ pesquisas realizados em edições anteriores do evento.	3		A partir de 50,1% é turista	Não possui ou teve incremento igual ou até 50%
10. Município participante do Programa de Classificação de Municípios em 2021.	3		Participou	Não participou
11. Abrangência da divulgação/promoção do evento.	3	Internacional	Nacional	Estadual
12. Âmbito do evento.	3	Internacional	Nacional	Estadual
13. Evento com contratação de seguro para os participantes	3		Sim	Não
14. Contratação de turismólogo para a realização do evento proposto.	3		Sim	Não
15. Projeto com ações inclusivas de comunidades negras, povos originários, pessoas deficientes, LGBTQIA+, jovens, mulheres e/ou idosos.	3		Possui	Não possui
16. Evento com ações complementares para a divulgação dos demais atrativos e equipamentos turísticos existentes no município.	3		Possui	Não possui
SUB-TOTAL				
TOTAL				

Descrição dos Critérios de Seleção dos Projetos:

1 - Estratégia prevista para execução das ações: Se as ações previstas na proposta possuem uma estratégia de realização exequível e que contribuam para o êxito do evento. Estas estratégias e ações devem estar expostas e detalhadas no projeto do evento para avaliação da Comissão. Sua ausência não permitirá a pontuação neste critério. Peso 3.

2 - Relação entre valor solicitado e o valor total do evento: Se o evento poderá ser realizado somente com o apoio solicitado. Leva em consideração o valor total do custo do evento e o valor aqui solicitado. Eventos com valores superiores ao apoio a ser obtido com a Fundação de Turismo precisarão de outras fontes e parceiros para sua realização, e estas fontes e parcerias deverão ser mostradas e comprovadas documentalmente no envelope. Não havendo esta comprovação, esta pontuação não será atribuída. Peso 3.

3 - Ações preventivas de garantia dos direitos humanos de crianças, adolescentes, mulheres e do grupo LGBTQIA+: Leva em consideração se o evento adotará medidas para prevenir e apoiar o combate a todo e qualquer desrespeito ao ser humano, como o combate à exploração sexual de crianças e adolescentes, combate ao turismo

sexual, respeito aos direitos dos consumidores, combate ao trabalho escravo, combate à violência contra mulher e LGBTQIA+, combate ao uso de drogas, entre outras campanhas existentes e apoiadas pelo poder público federal/estadual/municipal. Esta ação pode ser desenvolvida com a divulgação do "disque 100" e "disque 180" em todas as peças de divulgação do evento, ou ainda, com a disponibilização de voluntários, servidores, terceirizados fazendo atendimentos durante e no local do evento. Todos os grupos acima precisarão ser atendidos para poder haver a atribuição dos pontos. Peso 3.

4 - Ações e práticas de garantia dos direitos humanos de pessoas com deficiência: Leva em consideração se o evento respeitará as normas de acessibilidade, banheiros adaptados, entre outras ações possíveis. O fato de estar vigente a Lei Federal 10.098/00, não gera a pontuação automaticamente, pois apesar deste dispositivo legal exigir medidas que permitam a acessibilidade, ainda existem muitos espaços que não o atendem, sendo assim, necessária a sua comprovação neste critério. Se houver a divulgação por vídeos, estes deverão ter a tradução para LIBRAS, bem como se houver fala, ou apresentação, durante o evento. Na proposta deverá ser demonstrado o atendimento à acessibilidade para o evento em tela. Os vídeos deverão permitir o entendimento para os deficientes visuais. A não demonstração destas ações impossibilitará a pontuação neste critério. Peso 3.

5. Município proponente inserido no Mapa do Turismo Brasileiro 2022: Se o município proponente está no Mapa do Turismo Brasileiro, edição 2022. Esta comprovação será feita pela Comissão de Seleção não havendo necessidade de citação no projeto ou envio de qualquer documento. Peso 3.

6. Evento com apoio do conselho ou instância de governança REGIONAL do turismo - Leva em consideração se o evento conta com o apoio da instância de governança regional do turismo em que o município sede do evento está inserido. Esta instância de governança deverá ter ligação à atividade turística na região turística em que atuas, conforme orientações do Programa de Regionalização do Turismo. A comprovação será feita por meio de declaração assinada pelo responsável da Instância, conforme Anexo IX, juntamente com o envio das atas de pelo menos duas reuniões ocorridas dentro do período de 12 meses, a ser contado da data de expedição da referida declaração. Será considerada "IGR formal" aquela que tiver personalidade jurídica constituída. Esta comprovação deverá ser feita pela apresentação do cartão de CNPJ da referida IGR juntamente com os documentos solicitados acima. Peso 3

7 - Evento com apoio do conselho ou instância de governança municipal de turismo: Leva em consideração se o evento terá o apoio da instância de governança municipal de turismo. Este apoio será feito por declaração de apoio emitida pelo gestor da Instância de Governança Municipal seguindo modelo disponibilizado no site oficial da FUNDTUR. A instância, para ser considerada em funcionamento e ter validade a declaração, precisará enviar 2 (duas) atas das últimas reuniões ocorridas dentro do período de 12 meses. Estes documentos deverão estar no envelope lacrado entregue na Fundação de Turismo. No caso de evento que ocorra em mais de um município, só haverá atribuição de pontos neste critério se todas as instâncias dos municípios envolvidos emitirem declaração de apoio. Peso 3.

8. Incremento PREVISTO no fluxo turístico do município onde ocorrerá o evento proposto: Se as ações previstas no projeto gerarão fluxo turístico no(s) município(s) envolvido(s). Este incremento previsto será enquadrado em 3 (três) categorias (pequeno, médio e grande porte) de acordo com as comprovações enviadas dentro do projeto e/ou anexos. A Comissão de Seleção pautará sua decisão levando em consideração a média de participantes nos eventos anteriores, onde se fará uma média das últimas 3 edições, ou ainda, média das últimas edições. Nesta média será considerado um crescimento máximo de público de até 10%, exceto no caso em que se constatar uma situação extraordinária na edição objeto da proposta e que justifique crescimento maior que este número estipulado. Este fato extraordinário deverá ser demonstrado e comprovado no projeto. A Comissão de Seleção levará em consideração diversos parâmetros como tamanho do espaço do evento, rede hoteleira do município, dados quantitativos de edições anteriores, dentre outros possíveis e que permitam segurança na decisão desta. Estas informações deverão estar no projeto básico, bem como suas formas de aferição. A não citação destas informações impedirá a avaliação da Comissão e não haverá atribuição de pontuação neste item. Peso 3.

9 - Incremento COMPROVADO de fluxo turístico por estudos/pesquisas realizados em edições anteriores do evento: Leva em consideração se o proponente do evento realizou pesquisas nas edições anteriores para determinar as características da demanda e/ou perfil do público participante. Esta pesquisa deverá conter pelo menos a origem destes turistas participantes do evento, além do número total de participantes, para que seja possível criar a relação entre turistas e munícipes. A comprovação destas informações deverá ser feita por documentos/relatórios que deverão estar no envelope lacrado para conhecimento e análise da Comissão de Seleção. Somente dados quantitativos do total de público no evento não pontuam neste item. Peso 3.

10 - Município participante do Programa de Classificação de Municípios em 2021: Se o município onde ocorrerá o evento é participante do Sistema de Classificação de Municípios realizado no ano de 2021/22 pela Fundação de Turismo do Estado. Esta comprovação será feita pela Comissão de Seleção junto ao setor responsável por este sistema na FUNDTUR, levando-se em consideração o acesso e envio de informações, bem como a sua classificação/pontuação obtida, não havendo necessidade de citação no projeto ou envio de qualquer documento. Peso 3.

11. Abrangência da divulgação/promoção do evento: Leva em consideração a abrangência da divulgação e promoção que será feita do evento. No projeto básico deverá ser explicitado como e onde ocorrerá esta divulgação. Não será considerado como divulgação nacional/internacional somente a criação de um portal/site. É preciso ser demonstrada a estratégia de divulgação, inclusive por meio das redes sociais, para haver a pontuação de acordo com a abrangência desta. A não comprovação ou constatação da estratégia de promoção impedirá a pontuação neste critério. Peso 3.

12. Âmbito do evento – Leva em consideração a origem dos participantes (aqui não serão considerados os palestrantes/apresentadores/conferencista/ discursista/orador/locutor/debatedor/mediador e outros que façam parte da programação/organização do evento) do evento, independentemente da abrangência da divulgação. A comprovação será feita pelo perfil do público que participará. A comprovação pode ser feita por relatório de participantes da edição anterior do evento e/ou fichas de inscrições deste público, nacional/internacional, para o evento

pleiteado neste edital. Pode ser usado link de site de inscrição, desde que permita a aferição destas informações. Para a atribuição de pontos como evento nacional, pelo menos 50% do público esperado deverá ser oriundo de fora do estado, enquanto para eventos internacionais, será exigido pelo menos 10% do público esperado para o evento, proveniente de fora do Brasil. Somente a citação de que será nacional/internacional não gerará a pontuação neste item. Peso 3.
13. Evento com contratação de seguro para os participantes - Leva em consideração se o evento terá a contratação de seguro, com cobertura para despesas médico-hospitalares, invalidez (total e parcial), morte e auxílio funeral para seus participantes. A cotação, e futura contratação, deverá oferecer cobertura aos participantes/público do evento. Esta comprovação deverá ser feita por meio da apresentação de 1 orçamento e sua efetivação/contratação será cobrada se o evento for selecionado para receber apoio financeiro por meio deste edital. Este seguro deverá ter, minimamente, as seguintes coberturas e valores: Indenização de despesas médico-hospitalares – R$ 5.000,00 / Invalidez Permanente Total ou Parcial – R$ 50.000,00 / Morte – R$ 50.000,00 / Auxílio Funeral – R$ 3.000,00. Estes valores são individuais por participante do evento. Cotações que cubram somente o "*staff*" do evento e/ou estruturas do evento não gerará pontuação neste critério. Peso 3.
14. Contratação de turismólogo para a realização do evento proposto – Leva em consideração se haverá a contratação de um(a) turismólogo(a) para a realização do evento. Esta contratação deverá ser comprovada por declaração, modelo disponível no site da Fundação de Turismo. Caso este profissional faça parte da equipe da Proponente, deverá fazer a comprovação pela mesma declaração. Peso 3.
15. Projeto com ações inclusivas de comunidades negras, povos originários, pessoas deficientes, LGBTQIA+, jovens, mulheres e/ou idosos – Leva em consideração se o projeto apresentado proporcionará algum benefício para as comunidades/populações acima citadas com a realização do evento proposto. Este benefício poderá ser de diversas formas, como concessão de gratuidades, ações de promoção e valorização, contratação para a realização do evento, dentre outras possíveis e mensuráveis. Esta ação deverá ser descrita no Projeto Básico do evento de forma que a Comissão de Seleção possa confirmar a "ação inclusiva" e os benefícios a serem gerados. Ações que atendam, a partir de um destes grupos, gerará a pontuação neste critério. Peso 3.
16. Evento com ações complementares para a divulgação dos demais atrativos e equipamentos turísticos existentes no município – Leva em consideração se o projeto prevê ações para promover os demais atrativos e serviços turísticos existentes no município durante a realização do evento proposto. Entendendo que o evento atrairá diversos turistas, além da própria comunidade, este se torna uma oportunidade para a promoção dos outros atrativos que o município possui. Tal estratégia de promoção deve ser apresentada no Projeto Básico permitindo que a Comissão de Seleção constate sua viabilidade. Não havendo esta apresentação, ou viabilidade, os pontos deste critério não serão atribuídos ao projeto. Peso 3.

7.2 ocorrendo empate serão adotados os seguintes critérios para desempate:
a) Maior pontuação no item "8";
b) Maior pontuação no item "12";
c) Maior pontuação no item "9";
d) Maior pontuação no item "10";
e) Maior pontuação no item "11";
f) Maior pontuação no item "7";
g) Maior pontuação no item "6";
h) Maior pontuação no item "5";
i) Maior número de parcerias realizadas com a FUNDTUR. Homologações de prestação de contas com ressalvas zerarão a contagem da OSC proponente;
j) A proposta com menor valor solicitado à Fundação de Turismo; e
l) A proposta que possua menor valor total para a consecução do objeto.

7.3 A classificação obedecerá à quantidade de pontos obtidos pelas proponentes de forma decrescentes, ou seja, do maior para o menor.
7.4 Serão inabilitadas as propostas que somarem menos de 12 (doze) pontos nos critérios de avaliação.
7.5 A pontuação a ser atribuída às propostas será sempre com números inteiros, não sendo possível o fracionamento destes.
7.6 A habilitação e seleção de uma proposta não gerará obrigação na celebração de Termo de Colaboração.

8. DA FONTE DOS RECURSOS, DO VALOR E DO CARÁTER DE APOIO
8.1 O montante de recursos destinado ao presente Edital é de R$ 700.000,00 (setecentos mil Reais) provenientes da FUNDTUR – Fundação de Turismo do Estado de Mato Grosso do Sul, FONTE 017038031, FUNCIONAL PROGRAMÁTICA 2369.52.102.4782.0001 - NATUREZA DE DESPESA 33404102.

8.2 Os repasses de recursos das parcerias celebradas ou a celebrar efetuadas no próximo exercício correrão por conta do respectivo orçamento dentro da mesma programação financeira.

9 – DO PLANO DE TRABALHO E DA DOCUMENTAÇÃO
9.1 Após a divulgação do resultado definitivo do processo de seleção a organização da sociedade civil selecionada poderá ser convocada para apresentar os planos de trabalhos, no prazo máximo de 15 (quinze) dias, contados a partir desta convocação, conforme art.25 do Decreto Estadual 14.494:
9.1.1 O não cumprimento do prazo acima mencionado, implicará na não celebração do Termo de Colaboração.
9.1.2 O Plano de Trabalho, anexos I a IV, que deverá conter ainda, no mínimo, os seguintes elementos:
I - descrição da realidade que será objeto da parceria, devendo ser demonstrado o nexo entre essa realidade e as atividades ou projetos e metas a serem atingidas;
II - a forma de execução das ações, indicando, quando cabível, as que demandarão atuação em rede. A não ci-

tação da atuação em rede no projeto/proposta do evento inabilitará a proposta, independentemente do estágio em que o processo se encontre;
III - descrição de metas quantitativas e mensuráveis a serem atingidas;
IV - a definição dos indicadores, documentos e dos outros meios a serem utilizados para a aferição do cumprimento das metas;
V - a previsão de receitas e a estimativa de despesas a serem realizadas na execução das ações, incluindo os encargos sociais e trabalhistas e a discriminação dos custos indiretos, necessários à execução do objeto;
VI - os valores a serem repassados mediante cronograma de desembolso; e
VII - as ações que demandarão pagamento em espécie, quando for o caso, na forma do art. 37 do Decreto nº 14.494/2016.
9.1.3 A previsão de receitas e de despesas, de que trata o subitem 9.1.2 - V, deverá incluir os elementos indicativos da mensuração da compatibilidade dos custos apresentados com os preços praticados no mercado ou com outras parcerias da mesma natureza, tais como cotações, tabelas de preços de associações profissionais, publicações especializadas ou quaisquer outras fontes de informação disponíveis ao público.
9.1.4 Somente será aprovado o plano de trabalho que estiver de acordo com as informações já apresentadas no Projeto Básico, observados os termos e as condições constantes do edital.
9.1.5 Para fins do disposto no subitem 9.1.4, a Administração Pública do Estado de Mato Grosso do Sul poderá solicitar a realização de ajustes no plano de trabalho, observados os termos e as condições da proposta e do edital.
9.1.6 O prazo para realização de ajustes no plano de trabalho será de 15 (quinze) dias, contados da data de recebimento da solicitação apresentada à organização da sociedade civil. Este prazo deverá ser revisto no caso de eventos que tenham a realização antes deste período.
9.1.7 A aprovação do plano de trabalho não gerará direito à celebração do Termo de Colaboração.
9.1.8 A OSC selecionada deverá ter previsão para os casos de dissolução conforme determinado no inciso III, do art. 33, da Lei Federal nº13.019/2014.
9.2 Além da apresentação do Plano de Trabalho, a organização da sociedade civil selecionada, no prazo de 15 (quinze) dias, conforme art.26 do Decreto Estadual 14.494, deverá comprovar o cumprimento dos requisitos previstos no inciso I do caput do art.2º, nos incisos I a V do caput do art.33 e nos incisos II a VII do caput do art.34 da Lei Federal nº 13.019, de 2014, e a não ocorrência de hipóteses que incorram nas vedações de que trata o art. 39 da referida Lei, que serão verificados por meio dos seguintes documentos em vias originais ou em cópias autenticadas com firma reconhecida:
I - cópia autenticada do estatuto registrado e suas alterações, em conformidade com as exigências previstas no art. 33 da Lei Federal nº 13.019, de 2014;
II - comprovante de inscrição no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ), emitido no sítio eletrônico oficial da Secretaria da Receita Federal do Brasil, para demonstrar que a organização da sociedade civil existe há, no mínimo, dois anos com cadastro ativo;
III - comprovantes de experiência prévia na realização do objeto da parceria ou de objeto de natureza semelhante de, no mínimo, um ano de capacidade técnica e operacional, podendo ser admitidos, sem prejuízo de outros:
a) instrumentos de parceria firmados com órgãos e com entidades da Administração Pública, organismos internacionais, empresas ou outras organizações da sociedade civil;
b) relatórios de atividades com comprovação das ações desenvolvidas, devidamente comprovadas;
c) publicações, pesquisas e outras formas de produção de conhecimento realizadas pela organização da sociedade civil ou a respeito dela;
d) currículos profissionais de integrantes da organização da sociedade civil, quais sejam de dirigentes, conselheiros, associados, cooperados, empregados, entre outros;
e) declarações de experiência prévia e de capacidade técnica no desenvolvimento de atividades ou de projetos relacionados ao objeto da parceria ou de natureza semelhante, emitidas por órgãos públicos, instituições de ensino, redes, organizações da sociedade civil, movimentos sociais, empresas públicas ou privadas, conselhos, comissões ou comitês de políticas públicas; ou
f) prêmios de relevância recebidos no País ou no exterior pela organização da sociedade civil;
IV - Certidão de Débitos Relativos aos Tributos Federais e à Dívida Ativa da União e Certidão Negativa de Débitos Estadual;
V - Certificado de Regularidade do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (CRF/FGTS);
VI - Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT);
VII - cópia de documento que comprove que a organização da sociedade civil funciona no endereço por ela declarado, como conta de consumo ou de contrato de locação;
VIII – Declaração de Ciência e Concordância;
IX - Relação Nominal de Dirigentes;
X - Declaração de Não Impedimento;
XI – Declaração (inciso I do art. 27, do Decreto nº. 14.494/2016);
XII - Declaração (inciso II do art. 27, do Decreto nº. 14.494/2016);
XIII - Declaração (inciso III do art. 27, do Decreto nº. 14.494/2016);
XIV- Declaração de Adimplência com o Poder Público;
XV - Declaração de Aplicação de Recursos;
XVI – Extrato zerado da Conta Corrente específica aberta no Banco do Brasil; e
XVII – Declaração de abertura de conta corrente específica.

9.3 É permitida a atuação em rede, por duas ou mais OSCs, para a realização de ações coincidentes (quando há identidade de intervenções) ou de ações diferentes e complementares à execução do objeto da parceria, nos termos do art. 35-A da Lei Federal nº 13.019/2014 e, arts. 44 a 47 do Decreto Estadual nº 14.494/16, devendo a rede ser composta por:
a) uma "OSC celebrante" da parceria com a Administração Pública Estadual (aquela que assinará o Termo de Colaboração ou de Fomento), que ficará responsável pela rede e atuará como sua supervisora, mobilizadora e orientadora, podendo participar diretamente ou não da execução do objeto; e

b) uma ou mais "OSCs executantes e não celebrantes" da parceria com a Administração Pública Estadual, que deverão executar ações relacionadas ao objeto da parceria definidas em comum acordo com a OSC celebrante.
9.4 A atuação em rede será formalizada entre a "OSC celebrante" e cada uma das "OSCs executantes e não celebrantes" mediante assinatura de Termo de Atuação em Rede (modelo disponível no site da Fundação de Turismo), que especificará direitos e obrigações recíprocas, e estabelecerá, no mínimo, as ações, as metas e os prazos que serão desenvolvidos pela OSC executante e não celebrante e o valor a ser repassado pela OSC celebrante.
9.5 A "OSC celebrante" da parceria com a Administração Pública Estadual:
a) deve comprovar o cumprimento dos requisitos previstos no art. 35-A da Lei Federal nº 13.019/14, a serem verificados por meio da apresentação dos documentos previstos no art. 46 do Decreto Estadual nº 14.494/16;
b) deverá assegurar, no momento da celebração do Termo de Atuação em Rede, a regularidade jurídica e fiscal da "OSC executante e não celebrante", que será verificada por meio da apresentação dos documentos previstos no §4º do art. 45 do Decreto Estadual nº 14.494/16;
c) deverá comunicar a assinatura do Termo de Atuação em Rede, no prazo de até 60 (sessenta) dias da data de sua assinatura;
d) na hipótese de rescisão do Termo de Atuação em Rede, deverá comunicar o fato à Administração Pública Estadual, no prazo de 15 (quinze) idas, contados da data da rescisão;
e) será responsável pelos atos realizados pela rede, não podendo seus direitos e obrigações ser sub-rogados à "OSC executante e não celebrante", observado o disposto no art. 47 do Decreto Estadual nº 14.494/16.

10 - DA CELEBRAÇÃO:
10.1 Após selecionada a Proposta, aprovado o Plano de Trabalho e verificada a regularidade dos documentos a Organização da Sociedade Civil será convidada a formalizar o TERMO DE COLABORAÇÃO.
10.1.1 Após a seleção da proposta novos documentos poderão ser solicitados de acordo com a necessidade dos órgãos de controle e novas legislações publicadas.
10.2 Será de responsabilidade da ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA, providenciar a publicação do extrato do Termo de Colaboração, conforme estabelece o § 2º do Artigo 24 do Decreto Estadual nº 14.494/2016, no prazo máximo de 30 (trinta) dias, a contar da data de sua assinatura.
10.3 A Organização da Sociedade Civil, após convocação, deverá apresentar toda a documentação solicitada pelo Setor de Convênios da FUNDTUR no prazo de 30 (trinta) dias corridos, contados a partir da publicação da convocação em Diário Oficial do Estado.
10.3.1 O não cumprimento do prazo supracitado poderá acarretar na eliminação da proposta habilitada. Neste caso, far-se-á a convocação da próxima proposta habilitada, respeitando a classificação segundo os critérios expressos neste edital.

10.4 O órgão ou a entidade da Administração Pública do Estado de Mato Grosso do Sul poderá autorizar ou propor a alteração do termo de colaboração ou do plano de trabalho, após, respectivamente, solicitação fundamentada da organização da sociedade civil, ou sua anuência, desde que não haja alteração de seu objeto, da seguinte forma, nos moldes do artigo 42 do Decreto nº 14.494, de 02 de junho de 2016.

11-DA FISCALIZAÇÃO:
11.1 A FUNDTUR indicará no TERMO DE COLABORAÇÃO o GESTOR DA PARCERIA, o qual deverá acompanhar e fiscalizar o projeto apresentado, sem prejuízo das competências da Comissão de Monitoramento e Avaliação, designada pela Portaria "P" FUNDTUR n° 12, de 22 de fevereiro de 2023, publicada no Diário oficial de n° 11.083 de 23 de fevereiro de 2023, a quem incumbe realizar visitas ao local da prestação dos serviços e redigir o Relatório Técnico de Monitoramento e Avaliação da Parceria, que será submetido à homologação pela Comissão, nos moldes da Lei 13.019/2014 e Decreto Estadual 14.494/2016.
11.2 A Comissão de Monitoramento e Avaliação, é a instância administrativa colegiada responsável pelo monitoramento do conjunto de parcerias, pela proposta de aprimoramento dos procedimentos, pela padronização de objetos, custos e indicadores e pela produção de entendimentos voltados à priorização do controle de resultados, sendo de sua competência a avaliação e a homologação dos relatórios técnicos de monitoramento e avaliação.
11.3 A Comissão de Monitoramento e Avaliação deverá realizar visita técnica *"in loco"* para subsidiar o monitoramento da parceria, nas hipóteses em que esta for essencial para verificação do cumprimento do objeto da parceria e do alcance das metas, a(s) qual(s) deverá notificar previamente a organização da sociedade civil, no prazo mínimo de três dias úteis anteriores à realização da visita técnica *"in loco"*. A visita técnica *"in loco"* não se confunde com as ações de fiscalização e auditoria realizadas pela entidade da Administração Pública do Estado de Mato Grosso do Sul, pelos órgãos de controle interno e pelo Tribunal de Contas do Estado.
11.4 A Comissão de Monitoramento e Avaliação poderá solicitar assessoramento, não remunerado, de técnico especialista, servidor público ou não, que não seja membro desse colegiado para subsidiar seus trabalhos.
11.5 A convenente deverá encaminhar para a Comissão de Monitoramento e Avaliação, via e-mail, *pendrive*, ou outra mídia digital, em até cinco dias após a realização da capacitação, imagens, fotográficas e em vídeo, dos itens contratados no Plano de Trabalho, mesmo tendo havido a vistoria *"in loco"*, conforme orientações constantes no modelo disponibilizado no site da Fundação de Turismo.

12 - DA INEXECUÇÃO E RESCISÃO:
12.1 A inexecução total ou parcial do TERMO DE COLABORAÇÃO ou o descumprimento de qualquer dispositivo do Edital enseja a sua rescisão, com as consequências previstas na Lei Federal nº 13.019/2014, Decreto Estadual 14.494 de 2 de junho de 2016.

13 - DA PRESTAÇÃO DE CONTAS
13.1 A organização da sociedade civil selecionada deverá apresentar a prestação de contas na forma e prazos determinados na Lei Federal nº 13.019/2014 e Decreto Estadual 14.494/2016 e Termo de Colaboração, conforme modelos dos Anexos V a VIII, acompanhadas dos respectivos comprovantes.

13.2 A organização da sociedade civil selecionada deverá realizar a aplicação, durante o período de execução do objeto da proposta, de uma pesquisa, conforme modelo disponibilizado no site da Fundação de Turismo, para aferir o perfil dos visitantes. Custos de reprodução dos questionários e aplicação da pesquisa serão por conta da proponente, e a tabulação das informações será feita pelo OBSERVATURMS/FUNDTUR, que poderá ainda, conforme disponibilidade, enviar um técnico para acompanhar este trabalho especificamente ou enviá-lo anteriormente para orientar a equipe que fará a aplicação.
13.2.1 A não aplicação, ou a aplicação fora dos padrões exigidos e estabelecidos pela Fundação de Turismo, poderá acarretar problemas na prestação de contas da referida parceira.
13.2.2 O envio dos questionários aplicados deverá ser feito juntamente com os documentos para a prestação de contas do evento.
13.2.3 A proponente selecionada estará obrigada a contatar o Observatório de Turismo da FUNDTUR, com o prazo mínimo de 10 (dez) dias antes do evento, para apresentar a equipe que aplicará a pesquisa e realizar a capacitação, realizada pelo OBSERVATURMS, presencial ou remotamente.
13.3 A FUNDTUR poderá exigir informações adicionais se houver necessidade de sanar dúvidas em relação aos comprovantes e formulários entregues para a prestação de contas.
13.4 Todas as despesas realizadas e comprovadas na prestação de contas deverão observar pertinência com o objeto do Termo de Colaboração e com o Plano de Trabalho.

14 -DA VIGÊNCIA E DA PRORROGAÇÃO DO TERMO DE COLABORAÇÃO:
14.1 Os TERMOS DE COLABORAÇÃO a serem celebrados no ano de 2022 terão início na data de sua assinatura, e poderão ter vigência de até 12 (doze) meses, podendo ser aditado nos termos da Lei Federal nº 13.019/2014 e Decreto Estadual 14.494/2016.

15 - DA RESTITUIÇÃO DOS RECURSOS
15.1 A ORGANIZAÇÃO PARCEIRA se obriga a restituir o valor transferido pelo PARCEIRO PÚBLICO, atualizado monetariamente e acrescido de juros legais, a partir da data de seu recebimento, na forma da legislação, nos seguintes casos:
a) quando não for executado o objeto da avença;
b) quando não for apresentada, no prazo exigido, a prestação de contas final e ensejar caso de Tomada de Contas Especial;
c) quando os recursos forem utilizados em finalidade diversa da estabelecida no Plano de Trabalho aprovado.

16 – DAS DISPOSIÇÕES GERAIS E DOS RECURSOS
16.1 As organizações da sociedade civil poderão apresentar recurso, junto à FUNDTUR, contra o resultado preliminar, no prazo de 05 (cinco) dias corridos, no período de 10 a 17 de maio de 2023, até as 17h, à comissão de seleção que a proferiu, mediante oficio especifico e individualizado por projeto, ao qual concorre, com as razões fundamentadas de sua irresignação.
16.2 Não caberá novo recurso da decisão proferida no item 16.1 deste Edital.
16.3 Os recursos que não forem reconsiderados pela comissão de seleção, deverão ser encaminhados à autoridade competente para decisão final, nos termos do art. 7º, inciso XI, do Decreto 14.494/2016.
16.4 Após o julgamento ou o transcurso do prazo para interposição de recurso a comissão de seleção, promoverá a homologação do resultado e divulgará, no seu sítio eletrônico oficial e no órgão oficial de imprensa, as decisões recursais proferidas e o resultado definitivo do processo de seleção.
16.5 Decairá do direito de recorrer, a organização da sociedade civil que não atender ao prazo recursal previsto ou apresentar recurso em desconformidade com o previsto neste edital.
16.6 Os pedidos de esclarecimentos decorrentes de dúvidas na interpretação deste Edital e de seus anexos, bem como as informações adicionais eventualmente necessárias, deverão ser suscitadas através do e-mail *editais@fundtur.ms.gov.br*.
16.7 Em caso de desistência da organização da sociedade civil em celebrar o termo de colaboração, objeto do presente Edital, em qualquer uma de suas fases, deverá fazê-lo mediante oficio entregue fisicamente.
16.8 Os casos omissos e as situações não previstas no presente Edital serão dirimidos pela Comissão de Seleção e a Comissão de Monitoramento e Avaliação, juntamente com o Diretor-Presidente da FUNDTUR.
16.9 O Presente Edital, obedecerá a Lei Federal 13.019 de 31 de julho de 2014 e o Decreto Estadual 14.494 de 2 de junho de 2016;
16.10 Fica estabelecida a Minuta do Termo de Colaboração constante no site da Fundação de Turismo.

17. DOS ANEXOS:
17.1 Ficam aprovados nos termos da Resolução/Sefaz nº 2.733, de 6 de junho de 2016 e na conformidade com este Edital os seguintes anexos:

I -Para apresentação da proposta:
a) Ofício de solicitação de apoio;
b) Projeto básico;
c) Declaração de Capacidade Técnica e Operacional;
d) Declaração de Apoio emitida pelo gestor da Instância de Governança Municipal;
e) Declaração de Quitação de Anuidade do ano de 2023 expedida pelo presidente/responsável de Instância de Governança REGIONAL Formalizada;
f) Declaração de apoio emitida pelo gestor da Instância de Governança REGIONAL não formalizada expedida pelo presidente/responsável;
g) Declaração de contratação/participação de turismólogo(a) na execução do projeto proposto ao edital.

II – Para celebração da parceria:

a) Anexo I - Plano de Trabalho - Descrição do Projeto ou Atividade;
b) Anexo II – Plano de Trabalho - Cronograma de Execução;
c) Anexo III – Plano de Trabalho - Plano de Aplicação;
d) Anexo IV – Plano de Trabalho - Cronograma de Receita e Despesa;
e) Declaração de Ciência e Concordância;
f) Relação Nominal de Dirigentes;
g) Declaração de Não Impedimento;
h) Declaração (inciso I do art. 27, do Decreto nº. 14.494/2016);
i) Declaração (inciso II do art. 27, do Decreto nº. 14.494/2016);
j) Declaração (inciso III do art. 27, do Decreto nº. 14.494/2016);
l) Declaração de Adimplência com o Poder Público;
m) Declaração de Aplicação de Recursos; e
n) Declaração de Abertura de Conta Corrente Específica.

III- Para prestação de contas da parceria:
a) Anexo V - Relatório de Execução do Objeto;
b) Anexo VI - Relatório de Execução Financeira – Demonstrativo Físico-Financeiro;
c) Anexo VII – Relatório de Execução Financeira – Relação das Receitas e Despesas Realizadas; e
d) Anexo VIII – Relatório de Execução Financeira - Relação de Bens Adquiridos, Produzidos ou Transformados.

IV - Minuta do Termo de Colaboração.
a) Minuta do Termo de Colaboração.

VI – Todos os anexos, declarações e documentos encontram-se disponíveis no sítio eletrônico da Fundação de Turismo (*www.turismo.ms.gov.br*), para conferência, *download* e preenchimento, conforme orientação da Resolução/SEFAZ n.2.733, de 06 de junho de 2016, publicada no Diário Oficial n.9.179 de 07 de junho de 2016, e em conformidade com o Decreto Estadual n.14.494/2016 e do Manual de Orientação sobre Parcerias com Organizações da Sociedade Civil com acesso no site: *www.pge.ms.gov.br*

Comissão de Seleção: Débora Bordin Fluhr, Marlise Monteiro de Souza Gasparetto, Rogério Eduardo Ruas Chelotti e Leonardo Ferreira Resende.
Presidente da Comissão: Danielle Cardoso de Moura.

TERMO DE DESIGNAÇÃO DE FISCAL E GESTOR DE CONTRATO

1. Trata-se de designação de servidores para gestão e fiscalização, nos termos do art. 67 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993.
2. Ficam designados os servidores abaixo indicados para exercer a função de gestor e fiscal do contrato celebrado entre a FUNDAÇÃO DE TURISMO DE MS. (FUNDTUR/MS) e a DIJAN DE BARROS GESTAO & TREINAMENTOS.

GESTOR DO CONTRATO:
NOME: GEANCARLO DE LIMA MERICHI
Matricula n. 107816021

FISCAL DO CONTRATO:
NOME: CLÁUDIA SOARES
Matricula n. 95888022

REFERENTE:
PROCESSO N. 85/000.584/2023 – Café com Negócios 2023
Objeto: Contratação de cota de participação para o evento "Café com Negócios 2023" que ocorrerá no município de Campo Grande/MS. As edições que ocorrerão de março a novembro deste ano, nas seguintes datas: 28 de março, 25 de abril, 25 de maio, 27 de junho, 25 de julho, 29 de agosto, 26 de setembro, 26 de outubro e 28 de novembro.
Vigência: com validade a contar da data de assinatura do Contrato, até o encerramento de sua vigência.
3. O Gestor e o Fiscal do Contrato orientar-se-ão pelos princípios do planejamento, da eficiência, da sindicabilidade, da proporcionalidade, da razoabilidade e da segurança jurídica, sempre visando à boa administração e ao atendimento do interesse público, conforme determina o Decreto n.15.530, de 08 de outubro de 2020.

Campo Grande, 17 de março, de 2023.

Bruno Wendling
Diretor-Presidente da Fundação de Turismo de MS.

Fundação Serviços de Saúde de Mato Grosso do Sul

Extrato do Contrato N° 0038/2023/FUNSAU **N° Cadastral 21091**

Processo: **27/011.114/2022**

Partes: O Estado de Mato Grosso do Sul por intermédio da **Fundação Serviços de Saúde de MS-FUNSAU** e **MS SAUDE DISTRIBUIDORA DE MATERIAL HOSPITALAR LTDA - EPP**

Objeto: O objeto do presente Contrato é a **Aquisição Emergencial de reagentes laboratoriais para atender a demanda do HRMS**, conforme especificações e exigências estabelecidos no **Termo de Referência FUNSAU/00240/2022** (fls. 05-27) e também na **Autorização de Compra nº. 40471** (fls. 543-544), os quais integram este instrumento, independente de transcrição.

Ordenador de Despesas: **Marielle Alves Correa Esgalha**

Dotação Orçamentária: As despesas decorrentes do fornecimento correrão à conta do Programa de Trabalho n. **10.302.2043.4062.0001 - HRMS**, Natureza da Despesa n. **339030**, Item da Despesa n. **33903011** e **33903035**, Fonte n. **0165980011**

Valor: R$ 4.635,00 (quatro mil e seiscentos e trinta e cinco reais)

Amparo Legal: A legislação aplicável a este contrato será a Lei Federal n. 14.133/2021 e Lei federal n. 8.078/1990. Este instrumento não foi precedido de licitação, com base no artigo 75, inciso VIII, da Lei Federal n.º 14.133/21.

Do Prazo: A vigência do presente instrumento será de **12 MESES**, com início na data de 01/03/2023 e encerramento em 28/02/2024.

Data da Assinatura: 01/03/2023

Assinam: **Marielle Alves Correa Esgalha e Mariana Marica de Souza Ribeiro**

Extrato do Contrato N° 0039/2023/FUNSAU **N° Cadastral 21092**

Processo: **27/011.114/2022**

Partes: O Estado de Mato Grosso do Sul por intermédio da **Fundação Serviços de Saúde de MS-FUNSAU** e **M.S. DIAGNOSTICA LTDA**.

Objeto: O objeto do presente Contrato é a **Aquisição Emergencial de reagentes laboratoriais para atender a demanda do HRMS**, conforme especificações e exigências estabelecidos no **Termo de Referência FUNSAU/00240/2022** (fls. 05-27) e também na **Autorização de Compra nº. 40470** (fls. 545), os quais integram este instrumento, independente de transcrição.

Ordenador de Despesas: **Marielle Alves Correa Esgalha**

Dotação Orçamentária: As despesas decorrentes do fornecimento correrão à conta do **Programa de Trabalho** n. **10.302.2043.4062.0001 - HRMS**, **Natureza da Despesa** n. **339030**, Item da Despesa n. **33903011**, **Fonte** n. **0165980011**

Valor: R$ 2.586,50 (dois mil e quinhentos e oitenta e seis reais e cinquenta centavos)

Amparo Legal: A legislação aplicável a este contrato será a Lei Federal n. 14.133/2021 e Lei federal n. 8.078/1990. Este instrumento não foi precedido de licitação, com base no artigo 75, inciso VIII, da Lei Federal n.º 14.133/21.

Do Prazo: A vigência do presente instrumento será de **12 MESES**, com início na data de 01/03/2023 e encerramento em 28/02/2024.

Data da Assinatura: 01/03/2023

Assinam: **Marielle Alves Correa Esgalha e Valter Bruno**

Extrato do Contrato N° 0052/2023/FUNSAU **N° Cadastral 21200**

Processo: **27/014.762/2022**

Partes: O Estado de Mato Grosso do Sul por intermédio da **Fundação Serviços de Saúde de MS-FUNSAU e ONMED DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTO EIRELI.**

Objeto: O objeto do presente Contrato é a **Aquisição de Medicamento Ertapenem 1 G - Frasco,** por meio de registro de preços, com o fim de formalização da contratualização **da Ata de Registro de Preços nº 027/SAD/2022-7**, em conformidade com as especificações constantes da **Ordem de Utilização de Ata nº. 0001/2023** (fl. 105), Proposta de Preço e demais Anexos, com o objetivo de atender às necessidades do Hospital Regional de Mato Grosso do Sul – HRMS. Discriminação do objeto:

Item Ata	Item Contrato	Descrição / Especificação	Unidade	Qtd	Valor Unitário	Valor Total
012.1	001	Ertapenem Dosagem: 1 g; Apresentação: pó liofilizado ; Embalagem: frasco-ampola.	1 – Un.	375	R$ 274,05	R$ 102.768,75

Ordenador de Despesas: Marielle Alves Correa Esgalha

Dotação Orçamentária: **Funcional Programática** 10302204340640001 - Leitos Enfermaria Clínica de Retaguarda, **Fonte de Recurso** 0165980011 - OUTROS RECURSOS VINCULADOS A SAÚDE, **Natureza da Despesa** 33903009 - MATERIAL FARMACOLOGICO.

Valor: R$ 102.768,75 (cento e dois mil e setecentos e sessenta e oito reais e setenta e cinco centavos).
Amparo Legal: A legislação aplicável a este contrato será a Lei federal n. 8.666/1993, Lei federal n. 10.520/2002, Lei federal n. 8.078/1990, Lei estadual n. 1.627/1995 e Decreto estadual n. 15.327/2019.
Do Prazo: A vigência do presente instrumento será de **12 MESES**, com início na data de 07/03/2023 e encerramento em 05/03/2024.
Data da Assinatura: 07/03/2023
Assinam: **Marielle Alves Correa Esgalha e Adriana Cerqueira dos Santos**

Fundação do Trabalho de Mato Grosso do Sul

EXTRATO DO TERMO DE COOPERAÇÃO Nº 03/2023
PROCESSO Nº. 65/022.263/2022
PARTES: O Estado de MS, por meio da Fundação do Trabalho de Mato Grosso do Sul (FUNTRAB), CNPJ nº 05.484.426/0001-81 domiciliado em Campo Grande/MS, e a Prefeitura Municipal de Ponta Porã CNPJ Nº 03.434.792/0001-09, domiciliada em Ponta Porã- MS.
OBJETO: O presente acordo tem por objetivo o estabelecimento de Cooperação entre a FUNTRAB e o município de PONTA PORÃ– MS, com vistas à participação comum em programas, ações, projetos, viabilização da infraestrutura, provimentos de pessoal e apoio operacional, visando a execução das ações do Sistema Nacional de Emprego-SINE de Mato Grosso do Sul, promovendo o desenvolvimento econômico local e regional, através da constante e permanente geração de trabalho, emprego e renda.
AMPARO LEGAL: Decreto Estadual 11.261/2003, Resolução SEFAZ 2.093/07 e Lei Federal nº 8.666/93, no que couber.
VIGÊNCIA: 16/03/2023 A 16/03/2025
DATA DA ASS: 16/03/2023
ASSINAM: MARCO AURÉLIO SANTULLO – CPF. 204.048161-34
EDUARDO ESGAIB CAMPOS- CPF. 250.656.961.87

Fundação Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul

Extrato do I Termo Aditivo ao Contrato 1751/2022/UEMS **Nº Cadastral: 17444**
Processo: 29/068328/2021
Partes: Fundação Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul e Tuca Transportes Eireli EPP
Objeto: O presente Termo Aditivo tem por objeto a prorrogação do prazo de vigência do Contrato, pelo período de 12 (doze) meses, mantendo as mesmas condições e valores vigentes.
Ordenador de Despesas: Laercio Alves de Carvalho
Dotação: Funcional Programática: 12.122.0012.4096.0002, Natureza de Despesa: 339033 no Item: 33903302 - Fonte: 0150010011 - FUEMS: 290204.
Amparo Legal: Lei nº 8.666 de 21/06/1993 e suas alterações e no que couber, a Lei nº 10.520 de 17/07/2002.
Do Prazo: O presente Instrumento terá seu prazo de vigência prorrogado pelo período de 12 (doze) meses, com início em 01 de abril de 2023 e término em 31 de março de 2024.
Data da Assinatura: 16/03/2023
Assinam: Laercio Alves de Carvalho e Artur Fernandes Filho

TERMO DE COOPERAÇÃO MUTUA N. 1290/2023
Processo: 29/021729/2023
Partes: FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MATO GROSSO DO SUL - UEMS E A F & E MATOS E CIA LTDA.
Objeto: O objeto do presente termo de cooperação é estabelecer uma parceria a fim de propiciar aos servidores da UEMS e seus cônjuges, a concessão de desconto nos produtos ofertados pela CONCEDENTE.
Data de Assinatura*:*16 de março de 2023.
Vigência: O presente termo de cooperação terá sua vigência pelo período de 12 (doze) meses, a partir da data de assinatura.
Assinam: LAÉRCIO ALVES DE CARVALHO – Reitor – UEMS
FRANKLIN MATOS PEREIRA - F & E MATOS E CIA LTDA

PORTARIA PROAP-UEMS N.035, DE 17 DE MARÇO DE 2023.

Constitui Comissão com a finalidade de elaborar Estudo Técnico Preliminar para contratação de empresa prestadora de serviços de fornecimento de combustível comum, dos tipos gasolina e etanol, por demanda, em rede de postos credenciados, por meio de sistema eletrônico, com utilização de cartão magnético.

Por delegação de competência do Magnífico Reitor da UEMS, conforme Portaria – UEMS nº 28, de 1º de outubro de 2019, O PRÓ-REITOR DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MATO GROSSO DO SUL, no uso de suas atribuições que lhes são conferidas pelo Regimento Geral e pela Resolução COUNI-UEMS, Nº 479, de 23 de junho de 2016.

RESOLVE:

Art. 1º Constituir Comissão com a finalidade de elaborar Estudo Técnico Preliminar para contratação de empresa prestadora de serviços de fornecimento de combustível comum, dos tipos gasolina e etanol, por demanda, em rede de postos credenciados, por meio de sistema eletrônico, com utilização de cartão magnético, em atendimento ao Convênio 924641-2021 – UEMS / FNDE.

Art. 2º A comissão de que trata esta portaria fica constituída com os seguintes membros:

Nome dos Integrantes/Matrícula	Entidade/Órgão	Titular/Suplente
Valdirene Fonseca De Souza Teixeira Matrícula 66112021	Representante da DINFRA	Presidente da Comissão
Celso Alves De Almeida Matrícula 39209021	Representante da DINFRA	Titular
Filipe De Andrade Maldonado Matrícula 480826022	Representante da DINFRA	Titular

Art. 3º Fica essa comissão comprometida com a elaboração de estudo técnico preliminar, de acordo com o estabelecido no artigo 1º desta Portaria.

Art. 4º Determinar que a Equipe de Planejamento da contratação seja automaticamente destituída quando da assinatura do contrato.

Art. 5º Esta portaria entra em vigor a partir de sua publicação.

Dourados-MS, 17 de março de 2023.

ROBSOM MARQUES DE AMORIM
Pró-Reitor de Administração e Planejamento – UEMS

PORTARIA PROAP-UEMS N.036, DE 17 DE MARÇO DE 2023.

Constitui Comissão com a finalidade de elaborar Estudo Técnico Preliminar para ampliação e reestruturação da infraestrutura física destinada aos cursos de graduação e pós-graduação da Unidade Universitária de Nova Andradina.

Por delegação de competência do Magnífico Reitor da UEMS, conforme Portaria – UEMS nº 28, de 1º de outubro de 2019, O PRÓ-REITOR DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MATO GROSSO DO SUL, no uso de suas atribuições que lhes são conferidas pelo Regimento Geral e pela Resolução COUNI-UEMS, Nº 479, de 23 de junho de 2016.

RESOLVE:

Art. 1º Constituir Comissão com a finalidade de elaborar Estudo Técnico Preliminar para ampliação e reestruturação da infraestrutura física destinada aos cursos de graduação e pós-graduação da Unidade Universitária de Nova Andradina, visando melhores condições para o desenvolvimento das atividades de ensino, pesquisa e extensão, por meio de recursos financeiros externos, oriundos do Convênio número 919073/2021 – UEMS / FNDE.

Art. 2º A comissão de que trata esta portaria fica constituída com os seguintes membros:

Nome dos Integrantes/Matrícula	Entidade/Órgão	Titular/Suplente
Valdirene Fonseca De Souza Teixeira Matrícula 66112021	Representante da DINFRA	Presidente da Comissão

Sonner Arfux de Figueiredo Matrícula 7373021	Representante da U.U. de Nova Andradina	Titular
Vânia Pereira Morasutti Benatti Matrícula 121140021	Representante da DAD	Titular

Art. 3º Fica essa comissão comprometida com a elaboração de estudo técnico preliminar, de acordo com o estabelecido no artigo 1º desta Portaria.

Art. 4º Determinar que a Equipe de Planejamento da contratação seja automaticamente destituída quando da assinatura do contrato.

Art. 5º Esta portaria entra em vigor a partir de sua publicação.

Dourados-MS, 17 de março de 2023.

ROBSOM MARQUES DE AMORIM
Pró-Reitor de Administração e Planejamento – UEMS

PORTARIA PROAP-UEMS N.037, DE 17 DE MARÇO DE 2023.

Constitui Comissão com a finalidade de elaborar Estudo Técnico Preliminar para ampliação e reestruturação da infraestrutura física destinada aos cursos de graduação e pós-graduação da Unidade Universitária de Mundo Novo.

Por delegação de competência do Magnífico Reitor da UEMS, conforme Portaria – UEMS nº 28, de 1º de outubro de 2019, O PRÓ-REITOR DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MATO GROSSO DO SUL, no uso de suas atribuições que lhes são conferidas pelo Regimento Geral e pela Resolução COUNI-UEMS, Nº 479, de 23 de junho de 2016.

RESOLVE:

Art. 1º Constituir Comissão com a finalidade de elaborar Estudo Técnico Preliminar para ampliação e reestruturação da infraestrutura física destinada aos cursos de graduação e pós-graduação da Unidade Universitária de Mundo Novo, visando melhores condições para o desenvolvimento das atividades de ensino, pesquisa e extensão, por meio de recursos financeiros externos, oriundos do Convênio número 919073/2021 – UEMS / FNDE.

Art. 2º A comissão de que trata esta portaria fica constituída com os seguintes membros:

Nome dos Integrantes/Matrícula	Entidade/Órgão	Titular/Suplente
Valdirene Fonseca De Souza Teixeira Matrícula 66112021	Representante da DINFRA	Presidente da Comissão
Leandro Marciano Marra Matrícula 430503021	Representante da U.U. de Mundo Novo	Titular
Vânia Pereira Morasutti Benatti Matrícula 121140021	Representante da DAD	Titular

Art. 3º Fica essa comissão comprometida com a elaboração de estudo técnico preliminar, de acordo com o estabelecido no artigo 1º desta Portaria.

Art. 4º Determinar que a Equipe de Planejamento da contratação seja automaticamente destituída quando da assinatura do contrato.

Art. 5º Esta portaria entra em vigor a partir de sua publicação.

Dourados-MS, 17 de março de 2023.

ROBSOM MARQUES DE AMORIM
Pró-Reitor de Administração e Planejamento – UEMS

PORTARIA PROAP-UEMS N.038, DE 17 DE MARÇO DE 2023.

Constitui Comissão com a finalidade de elaborar Estudo Técnico Preliminar para ampliação e reestruturação da infraestrutura física da Casa da Cultura de Dourados.

Por delegação de competência do Magnífico Reitor da UEMS, conforme Portaria – UEMS nº 28, de 1º de outubro de 2019, O PRÓ-REITOR DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MATO GROSSO DO SUL, no uso de suas atribuições que lhes são conferidas pelo Regimento Geral e pela Resolução COUNI-UEMS, Nº 479, de 23 de junho de 2016.

RESOLVE:

Art. 1º Constituir Comissão com a finalidade de elaborar Estudo Técnico Preliminar para ampliação e reestruturação da infraestrutura física da Casa da Cultura de Dourados, para promover a extensão, aberta à participação da população, visando a difusão das conquistas e benefícios resultantes da criação cultural e da pesquisa científica e tecnológica geradas na instituição, por meio de recursos financeiros externos, oriundos do Convênio número 919073/2021 – UEMS / FNDE.

Art. 2º A comissão de que trata esta portaria fica constituída com os seguintes membros:

Nome dos Integrantes/Matrícula	Entidade/Órgão	Titular/Suplente
Valdirene Fonseca De Souza Teixeira Matrícula 66112021	Representante da DINFRA	Presidente da Comissão
Roseli Roberto da Silva Matrícula 133676021	Representante da DINFRA	Titular
Vânia Pereira Morasutti Benatti Matrícula 121140021	Representante da DAD	Titular

Art. 3º Fica essa comissão comprometida com a elaboração de estudo técnico preliminar, de acordo com o estabelecido no artigo 1º desta Portaria.

Art. 4º Determinar que a Equipe de Planejamento da contratação seja automaticamente destituída quando da assinatura do contrato.

Art. 5º Esta portaria entra em vigor a partir de sua publicação.

Dourados-MS, 17 de março de 2023.

ROBSOM MARQUES DE AMORIM
Pró-Reitor de Administração e Planejamento – UEMS

PORTARIA PROAP-UEMS N.039, DE 17 DE MARÇO DE 2023.

Constitui Comissão com a finalidade de elaborar Estudo Técnico Preliminar para ampliação e reestruturação da infraestrutura física destinada aos cursos de graduação e pós-graduação da Unidade Universitária de Paranaíba.

Por delegação de competência do Magnífico Reitor da UEMS, conforme Portaria – UEMS nº 28, de 1º de outubro de 2019, O PRÓ-REITOR DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MATO GROSSO DO SUL, no uso de suas atribuições que lhes são conferidas pelo Regimento Geral e pela Resolução COUNI-UEMS, Nº 479, de 23 de junho de 2016.

RESOLVE:

Art. 1º Constituir Comissão com a finalidade de elaborar Estudo Técnico Preliminar para ampliação e reestruturação da infraestrutura física destinada aos cursos de graduação e pós-graduação da Unidade Universitária de Paranaíba, visando melhores condições para o desenvolvimento das atividades de ensino, pesquisa e extensão, por meio de recursos financeiros externos, oriundos do Convênio número 919073/2021 – UEMS / FNDE.

Art. 2º A comissão de que trata esta portaria fica constituída com os seguintes membros:

Nome dos Integrantes/Matrícula	Entidade/Órgão	Titular/Suplente
Valdirene Fonseca De Souza Teixeira Matrícula 66112021	Representante da DINFRA	Presidente da Comissão
Sheila Aparecida Villa Rosa Da Silva Matrícula 57761022	Representante da U.U. de Paranaíba	Titular
Vânia Pereira Morasutti Benatti Matrícula 121140021	Representante da DAD	Titular

Art. 3º Fica essa comissão comprometida com a elaboração de estudo técnico preliminar, de acordo com o estabelecido no artigo 1º desta Portaria.

Art. 4º Determinar que a Equipe de Planejamento da contratação seja automaticamente destituída quando da assinatura do contrato.

Art. 5º Esta portaria entra em vigor a partir de sua publicação.

Dourados-MS, 17 de março de 2023.

ROBSOM MARQUES DE AMORIM
Pró-Reitor de Administração e Planejamento – UEMS

PORTARIA PROAP-UEMS N.040, DE 17 DE MARÇO DE 2023.

Constitui Comissão com a finalidade de elaborar Estudo Técnico Preliminar para criação de espaço de alimentação para a comunidade acadêmica da UEMS (docentes, discentes, Técnicos de Nível Superior (TNS), Assistentes Técnicos de Nível Médio (ATNM), no município de Dourados.

Por delegação de competência do Magnífico Reitor da UEMS, conforme Portaria – UEMS nº 28, de 1º de outubro de 2019, O PRÓ-REITOR DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MATO GROSSO DO SUL, no uso de suas atribuições que lhes são conferidas pelo Regimento Geral e pela Resolução COUNI-UEMS, Nº 479, de 23 de junho de 2016.

RESOLVE:

Art. 1º Constituir Comissão com a finalidade de elaborar Estudo Técnico Preliminar para criação de espaço de alimentação para a comunidade acadêmica da UEMS (docentes, discentes, Técnicos de Nível Superior (TNS), Assistentes Técnicos de Nível Médio (ATNM), no município de Dourados, tanto na Unidade Universitária, quanto na Sede, visando o aperfeiçoamento e bom funcionamento da Universidade, por meio de recursos financeiros externos, oriundos do Convênio número 919073/2021 – UEMS / FNDE.

Art. 2º A comissão de que trata esta portaria fica constituída com os seguintes membros:

Nome dos Integrantes/Matrícula	Entidade/Órgão	Titular/Suplente
Valdirene Fonseca De Souza Teixeira Matrícula 66112021	Representante da DINFRA	Presidente da Comissão
Eva Cristina Zanqueta Leite Matrícula 92798022	Representante da U.U. de Dourados	Titular
Vânia Pereira Morasutti Benatti Matrícula 121140021	Representante da DAD	Titular

Art. 3º Fica essa comissão comprometida com a elaboração de estudo técnico preliminar, de acordo com o estabelecido no artigo 1º desta Portaria.

Art. 4º Determinar que a Equipe de Planejamento da contratação seja automaticamente destituída quando da assinatura do contrato.

Art. 5º Esta portaria entra em vigor a partir de sua publicação.

Dourados-MS, 17 de março de 2023.

ROBSOM MARQUES DE AMORIM
Pró-Reitor de Administração e Planejamento – UEMS

DESPACHO
Vistos, etc
1. Acolho e aprovo o Parecer nº 086/PJU/2023/UEMS, de 16 de março de 2023, fls. 17 a 19.
2. Determino o indeferimento do recurso administrativo interposto pela Sr. Moisés Centenaro contra homologação do resultado da fase 1 – Prova Didática da Seleção de Bolsistas UAB, Edital nº 004/2023 – PROE-DED/UEMS de 10 de fevereiro de 2023.
3. Outrossim, em face dos princípios constitucionais do contraditório e da ampla defesa, que se dê ciência do feito aos interessados, para que conheçam a decisão e, querendo, tomem as medidas legais que entenderem necessárias.
Dourados, 16 de março de 2023.
Prof. Dr. Laércio Alves de Carvalho
Reitor

CONVÊNIO DE CONCESSÃO DE ESTÁGIO CURRICULAR N° 024-SEC/2023
PARTES: FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MATO GROSSO DO SUL – PRÓ-REITORIA DE ENSINO DA FUEMS e a FUNDAÇÃO DE APOIO A PESQUISA AGROPECUÁRIA E AMBIENTAL- FUNDAPAM- Campo Grande - MS.
OBJETO: Estágio Curricular Supervisionado dos alunos matriculados nos cursos ofertados pela UEMS e condições básicas para sua realização. A realização de estágios curriculares supervisionados não acarretará qualquer vínculo de natureza trabalhista/empregatícia.
DATA DE ASSINATURA: 17 de março de 2023
DATA DE VIGÊNCIA: 16 de março de 2028 – sem ônus.
REPRESENTANTES LEGAIS: Profa. Dra. Maria José de Jesus Alves Cordeiro (Pró-Reitora de Ensino da UEMS) e a Sra. Simone Rodrigues dos Santos Silva (Organização Concedente).

CONVÊNIO DE CONCESSÃO DE ESTÁGIO CURRICULAR N° 025-SEC/2023
PARTES: FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MATO GROSSO DO SUL – PRÓ-REITORIA DE ENSINO DA FUEMS e a RENOVE AGROPESQUISA LTDA- Brotas- SP.
OBJETO: Estágio Curricular Supervisionado dos alunos matriculados nos cursos ofertados pela UEMS e condições básicas para sua realização. A realização de estágios curriculares supervisionados não acarretará qualquer vínculo de natureza trabalhista/empregatícia.
DATA DE ASSINATURA: 17 de março de 2023
DATA DE VIGÊNCIA: 16 de março de 2028 – sem ônus.
REPRESENTANTES LEGAIS: Profa. Dra. Maria José de Jesus Alves Cordeiro (Pró-Reitora de Ensino da UEMS) e o Sr. Plínio Paulo Simões (Organização Concedente).

PORTARIA PROE-UEMS N. 56, DE 17 DE MARÇO DE 2023.

Constitui o Comitê Docente Estruturante para o Curso de Administração Pública, bacharelado, da Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul, ofertado na Unidade Universitária de Campo Grande.

Por delegação de competência do Magnífico Reitor da UEMS, conforme Portaria n.º 28, de 01 de outubro de 2019, A PRÓ-REITORA DE ENSINO DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MATO GROSSO DO SUL, no uso de suas atribuições que lhes são conferidas pelo Regimento Geral e Resolução COUNI-UEMS N.º 479, de 23 de junho de 2016, e
CONSIDERANDO a Deliberação CEE/MS n.º 9.662, de 24 de novembro de 2011 e a Resolução CEPE-UEMS n.º 1.238, de 24 de outubro de 2012 e suas alterações;
CONSIDERANDO a Portaria UEMS n.º 047, de 28 de abril de 2016, que delega competência a Pró-Reitoria de Ensino (PROE) para assinar portarias constituindo os Comitês Docentes Estruturantes para os cursos de graduação da Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul;

RESOLVE:

Art. 1.º Constituir Comitê Docente Estruturante para o Curso de Administração Pública, bacharelado, da Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul, ofertado na Unidade Universitária de Campo Grande.
Art. 2.º O Comitê Docente Estruturante de que trata esta Portaria fica constituído com os seguintes membros: Giuliana Mendonça de Faria (presidente), Carlos Otávio Zamberlan, Daniel Massen Frainer, Kasla Garcia Gomes Tiago de Souza e Miguel Angelo Batista dos Santos.
Art. 3.º Fica esse Comitê comprometido com a realização das atribuições estabelecidas no anexo que integra a Resolução CEPE-UEMS n.º 1.238, de 24 de outubro de 2012 e suas alterações.
Art. 4.º A duração do mandato dos membros do Comitê Docente Estruturante será de 2 (dois) anos, podendo o membro ser reconduzido.
Art. 5.º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

DOURADOS-MS, 17 DE MARÇO DE 2023.

PROFª. DRª. MARIA JOSÉ DE JESUS ALVES CORDEIRO
Pró-Reitora de Ensino – PROE/UEMS

Instituto de Meio Ambiente de Mato Grosso do Sul

O Diretor-Presidente do Instituto de Meio Ambiente de Mato Grosso do Sul, no uso de suas atribuições e,

Considerando o disposto no § 1º do art. 3º do Decreto n. 13.990, de 02 de julho de 2014 que regulamenta a Outorga de Direito de Uso dos Recursos Hídricos, de domínio do Estado do Mato Grosso do Sul;

Considerando a Resolução SEMADE n. 21, de 27 de novembro de 2015 que estabelece normas e procedimentos para a Outorga de Uso de Recursos Hídricos, e dá outras providências, resolve emitir as Outorgas:

PORTARIA IMASUL DE OUTORGA N. 0005645, DE 10 de Março de 2023.

Ato	DECLARAÇÃO DE RESERVA DE DISPONIBILIDADE HÍDRICA
Objeto do Ato	Usos de recursos hídricos de domínio estadual constantes daDURH025034
Requerente	07.895.905/0001-16 - MINAS PCH
Tipo de Ponto de Interferência	Barramento
Finalidade de Uso	Geração de Energia Hidrelétrica
Município	BRASILANDIA
Unidade de Planejamento e	VERDE
Coordenadas do Ponto de	Latitude: -20° 45’ 53” - Longitude: -52° 33’ 45” - Projeção:SIR-GAS
Capacidade Máxima de Acumulação	183.960.000,00 m³

PORTARIA IMASUL DE OUTORGA N. 0005646, DE 10 de Março de 2023.

Ato	OUTORGA DE DIREITO DE USO DE RECURSOS HÍDRICOS
Objeto do Ato	Usos de recursos hídricos de domínio estadual constantes daDURH023646
Requerente	03.073.673/0001-60 - PREFEITURA MUNICIPAL DE BONITO
Tipo de Ponto de Interferência	Captação Subterrânea
Finalidade de Uso	Consumo Humano
Município	BONITO
Unidade de Planejamento e	MIRANDA
Sistema Aquífero	SISTEMA AQUIFERO PRÉ-CAMBRIANO CALCÁRIOS
Coordenadas do Ponto de	Latitude: -21° 10’ 28.84” - Longitude: -56° 26’ 52.28” - Projeção:
Volume Anual Captado	19.800,00 m³

PORTARIA IMASUL DE OUTORGA N. 0005647, DE 10 de Março de 2023.

Ato	OUTORGA DE DIREITO DE USO DE RECURSOS HÍDRICOS
Objeto do Ato	Usos de recursos hídricos de domínio estadual constantes daDURH004939

Requerente	03.442.153/0002-68 - DORS & SILVA LTDA
Tipo de Ponto de Interferência	Captação Subterrânea
Finalidade de Uso	Outras Finalidades de Uso
Município	ANASTACIO
Unidade de Planejamento e	MIRANDA
Sistema Aquífero	AQUIFERO AQUIDAUANA-PONTA GROSSA
Coordenadas do Ponto de	Latitude: -20° 29’ 55.83” - Longitude: -55° 48’ 31.45” - Pro-jeção:
Volume Anual Captado	7.816,00 m³

PORTARIA IMASUL DE OUTORGA N. 0005648, DE 10 de Março de 2023.

Ato	OUTORGA DE DIREITO DE USO DE RECURSOS HÍDRICOS
Objeto do Ato	Usos de recursos hídricos de domínio estadual constantes daDURH024854
Requerente	03.526.460/0001-46 - AGROPECUÁRIA REIS E REIS LTDA.
Tipo de Ponto de Interferência	Captação Superficial
Finalidade de Uso	Irrigação
Município	RIBAS DO RIO PARDO
Unidade de Planejamento e	VERDE
Coordenadas do Ponto de	Latitude: -20° 26’ 11.97” - Longitude: -53° 4’ 54.52” - Projeção:
Vazão Outorgada	188,92 m³/h

PORTARIA IMASUL DE OUTORGA N. 0005649, DE 10 de Março de 2023.

Ato	OUTORGA PREVENTIVA
Objeto do Ato	Usos de recursos hídricos de domínio estadual constantes daDURH025449
Requerente	23.788.708/0001-54 - ÉVORA INVESTIMENTOS LTDA.
Tipo de Ponto de Interferência	Captação Superficial
Finalidade de Uso	Irrigação
Município	NOVA ANDRADINA
Unidade de Planejamento e	IVINHEMA
Coordenadas do Ponto de	Latitude: -22° 8’ 29.81” - Longitude: -53° 21’ 43.15” - Projeção:
Vazão Outorgada	347,14 m³/h

PORTARIA IMASUL DE OUTORGA N. 0005650, DE 10 de Março de 2023

Ato	OUTORGA DE DIREITO DE USO DE RECURSOS HÍDRICOS
Objeto do Ato	Usos de recursos hídricos de domínio estadual constantes daDURH022341

Requerente	064.481.051-31 - LUANA VARELA DE FARIAS COSTA
Tipo de Ponto de Interferência	Captação Superficial
Finalidade de Uso	Mineração
Município	GUIA LOPES DA LAGUNA
Unidade de Planejamento e	MIRANDA
Coordenadas do Ponto de	Latitude: -21° 17’ 29” - Longitude: -56° 13’ 37” - Projeção:SIR-GAS
Vazão Outorgada	150,00 m³/h

Ato	OUTORGA DE DIREITO DE USO DE RECURSOS HÍDRICOS
Objeto do Ato	Usos de recursos hídricos de domínio estadual constantes daDURH022435
Requerente	064.481.051-31 - LUANA VARELA DE FARIAS COSTA
Tipo de Ponto de Interferência	Lançamento, Transporte e Disposição Final de Efluentes
Finalidade de Uso	Mineração
Município	GUIA LOPES DA LAGUNA
Unidade de Planejamento e	MIRANDA
Coordenadas do Ponto de	Latitude: -21° 17’ 29” - Longitude: -56° 13’ 37” - Projeção:SIR-GAS
Vazão Lançada	127,50 m³/h

PORTARIA IMASUL DE OUTORGA N. 0005651, DE 13 de Março de 2023.

Ato	OUTORGA DE DIREITO DE USO DE RECURSOS HÍDRICOS
Objeto do Ato	Usos de recursos hídricos de domínio estadual constantes daDURH005204
Requerente	03.742.012/0001-80 - LUIZ BAENA FERNANDES CIA LTDA
Tipo de Ponto de Interferência	Captação Subterrânea
Finalidade de Uso	Outras Finalidades de Uso
Município	CAARAPO
Unidade de Planejamento e	AMAMBAÍ
Sistema Aquífero	SISTEMA AQUIFERO BAURU
Coordenadas do Ponto de	Latitude: -22° 37’ 57.19” - Longitude: -54° 49’ 7.19” - Projeção:
Volume Anual Captado	632,00 m³

PORTARIA IMASUL DE OUTORGA N. 0005652, DE 13 de Março de 2023.

Ato	OUTORGA DE DIREITO DE USO DE RECURSOS HÍDRICOS
Objeto do Ato	Usos de recursos hídricos de domínio estadual constantes daDURH025095

Requerente	71.304.687/0058-32 - PEDRA AGROINDUSTRIAL S/A
Tipo de Ponto de Interferência	Captação Superficial
Finalidade de Uso	Irrigação
Município	PARANAIBA
Unidade de Planejamento e	SANTANA
Coordenadas do Ponto de	Latitude: -19° 32’ 0.41” - Longitude: -51° 14’ 40.11” - Projeção:
Vazão Outorgada	1.100,00 m³/h

PORTARIA IMASUL DE OUTORGA N. 0005653, DE 13 de Março de 2023.

Ato	OUTORGA DE DIREITO DE USO DE RECURSOS HÍDRICOS
Objeto do Ato	Usos de recursos hídricos de domínio estadual constantes daDURH025165
Requerente	71.304.687/0058-32 - PEDRA AGROINDUSTRIAL S/A
Tipo de Ponto de Interferência	Captação Superficial
Finalidade de Uso	Irrigação
Município	PARANAIBA
Unidade de Planejamento e	SANTANA
Coordenadas do Ponto de	Latitude: -19° 24’ 20.36” - Longitude: -51° 16’ 30.40” - Pro-jeção:
Vazão Outorgada	52,20 m³/h

PORTARIA IMASUL DE OUTORGA N. 0005654, DE 14 de Março de 2023.

Ato	OUTORGA DE DIREITO DE USO DE RECURSOS HÍDRICOS
Objeto do Ato	Usos de recursos hídricos de domínio estadual constantes daDURH023750
Requerente	797.500.608-49 - EDUARDO ARIANO MOURA
Tipo de Ponto de Interferência	Captação Superficial
Finalidade de Uso	Irrigação
Município	BANDEIRANTES
Unidade de Planejamento e	PARDO
Coordenadas do Ponto de	Latitude: -19° 55’ 30.05” - Longitude: -54° 4’ 58.96” - Projeção:
Vazão Outorgada	1.095,00 m³/h

Ato	OUTORGA DE DIREITO DE USO DE RECURSOS HÍDRICOS
Objeto do Ato	Usos de recursos hídricos de domínio estadual constantes daDURH023751
Requerente	797.500.608-49 - EDUARDO ARIANO MOURA

Tipo de Ponto de Interferência	Captação Superficial
Finalidade de Uso	Irrigação
Município	BANDEIRANTES
Unidade de Planejamento e	PARDO
Coordenadas do Ponto de	Latitude: -19° 55’ 31.26” - Longitude: -54° 4’ 59.96” - Projeção:
Vazão Outorgada	537,59 m³/h

PORTARIA IMASUL DE OUTORGA N. 0005655, DE 14 de Março de 2023.

Ato	OUTORGA DE DIREITO DE USO DE RECURSOS HÍDRICOS
Objeto do Ato	Usos de recursos hídricos de domínio estadual constantes daDURH009812
Requerente	03.501.566/0001-95 - PREFEITURA MUNICIPAL DE ROCHEDO
Tipo de Ponto de Interferência	Lançamento, Transporte e Disposição Final de Efluentes
Finalidade de Uso	Esgotamento Sanitário
Município	ROCHEDO
Unidade de Planejamento e	MIRANDA
Coordenadas do Ponto de	Latitude: -19° 57’ 30.22” - Longitude: -54° 53’ 37.67” - Projeção:
Vazão Lançada	32,40 m³/h

PORTARIA IMASUL DE OUTORGA N. 0005656, DE 14 de Março de 2023

Ato	AUTORIZAÇÃO PARA PERFURAÇÃO DE POÇO
Objeto do Ato	Usos de recursos hídricos de domínio estadual constantes da DURH025414
Requerente	088.008.708-05 - HELDER HÖFIG
Tipo de Ponto de Interferência	Captação Subterrânea
Finalidade de Uso	Dessendentação Animal
Município	BRASILANDIA
Unidade de Planejamento e	PARDO
Sistema Aquífero	SISTEMA AQUIFERO BAURU
Coordenadas do Ponto de	Latitude: -21° 26’ 46.20” - Longitude: -52° 12’ 25.07” - Projeção:
Volume Anual Captado	77.910,00 m³

PORTARIA IMASUL DE OUTORGA N. 0005657, DE 14 de Março de 2023.

Ato	DECLARAÇÃO DE RESERVA DE DISPONIBILIDADE HÍDRICA
Objeto do Ato	Usos de recursos hídricos de domínio estadual constantes daDURH022737

Requerente	07.568.404/0001-25 - FLAMARPAR - INVESTIMENTOS S/A
Tipo de Ponto de Interferência	Barramento
Finalidade de Uso	Geração de Energia Hidrelétrica
Município	RIBAS DO RIO PARDO
Unidade de Planejamento e	PARDO
Coordenadas do Ponto de	Latitude: -20° 22’ 23.03” - Longitude: -53° 50’ 28.71” - Projeção:
Capacidade Máxima de Acumulação	22.120.000,00 m³

PORTARIA IMASUL DE OUTORGA N. 0005658, DE 14 de Março de 2023.

Ato	AUTORIZAÇÃO PARA PERFURAÇÃO DE POÇO
Objeto do Ato	Usos de recursos hídricos de domínio estadual constantes daDURH025223
Requerente	29.316.596/0006-20 - INPASA AGROINDUSTRIAL S/A
Tipo de Ponto de Interferência	Captação Subterrânea
Finalidade de Uso	Indústria
Município	SIDROLANDIA
Unidade de Planejamento e	MIRANDA
Sistema Aquífero	SISTEMA AQUIFERO GUARANI
Coordenadas do Ponto de	Latitude: -20° 53’ 48.32” - Longitude: -54° 54’ 3.19” - Projeção:
Volume Anual Captado	2.520.000,00 m³

PORTARIA IMASUL DE OUTORGA N. 0005659, DE 14 de Março de 2023.

Ato	OUTORGA DE DIREITO DE USO DE RECURSOS HÍDRICOS
Objeto do Ato	Usos de recursos hídricos de domínio estadual constantes daDURH025729
Requerente	179.045.360-72 - RENATO FACCO
Tipo de Ponto de Interferência	Captação Superficial
Finalidade de Uso	Irrigação
Município	RIO BRILHANTE
Unidade de Planejamento e	IVINHEMA
Coordenadas do Ponto de	Latitude: -21° 37’ 35.22” - Longitude: -54° 51’ 30.59” - Projeção:
Vazão Outorgada	42,00 m³/h

PORTARIA IMASUL DE OUTORGA N. 0005663, DE 9 de Dezembro de 2021.

Ato	OUTORGA DE DIREITO DE USO DE RECURSOS HÍDRICOS
Objeto do Ato	Usos de recursos hídricos de domínio estadual constantes daDURH022073

Requerente	40.074.069/0001-84 - AMBIENTAL MS PANTANAL SPE S.A.
Tipo de Ponto de Interferência	Lançamento, Transporte e Disposição Final de Efluentes
Finalidade de Uso	Esgotamento Sanitário
Município	ITAPORA
Unidade de Planejamento e	IVINHEMA
Coordenadas do Ponto de	Latitude: -22° 3’ 30.55” - Longitude: -54° 46’ 55.07” - Projeção:
Vazão Lançada	72,00 m³/h

PORTARIA IMASUL DE OUTORGA N. 0005664, DE 14 de Março de 2023.

Ato	OUTORGA DE DIREITO DE USO DE RECURSOS HÍDRICOS
Objeto do Ato	Usos de recursos hídricos de domínio estadual constantes daDURH024839
Requerente	16.404.287/0791-50 - SUZANO S.A.
Tipo de Ponto de Interferência	Captação Subterrânea
Finalidade de Uso	Consumo Humano
Município	INOCENCIA
Unidade de Planejamento e	QUITERIA
Sistema Aquífero	SISTEMA AQUIFERO BAURU
Coordenadas do Ponto de	Latitude: -19° 45’ 45.53” - Longitude: -51° 50’ 47.47” - Projeção:
Volume Anual Captado	9.181,00 m³

PORTARIA IMASUL DE OUTORGA N. 0005665, DE 14 de Março de 2023.

Ato	OUTORGA DE DIREITO DE USO DE RECURSOS HÍDRICOS
Objeto do Ato	Usos de recursos hídricos de domínio estadual constantes daDURH025452
Requerente	864.378.441-91 - ASTOR PAULO HECK
Tipo de Ponto de Interferência	Captação Superficial
Finalidade de Uso	Irrigação
Município	MARACAJU
Unidade de Planejamento e	IVINHEMA
Coordenadas do Ponto de	Latitude: -21° 40’ 37.25” - Longitude: -55° 27’ 38.83” - Projeção:
Vazão Outorgada	576,00 m³/h

ANDRÉ BORGES BARROS DE ARAUJO
Diretor Presidente do Instituto de Meio Ambiente de Mato Grosso do Sul

O inteiro teor das Portarias de Outorga, bem como as demais informações pertinentes estarão disponíveis no site http://www.imasul.ms.gov.br/portarias-de-outorga/

EXTRATO DE TERMO DE COMPROMISSO DE CONVERSÃO DE MULTA AMBIENTAL Nº 003/2023

Partes: Instituto de Meio Ambiente de Mato Grosso do Sul – IMASUL e AROLDO FERREIRA CORREA JUNIOR.
Processo IMASUL nº: 71/403831/2019 e 71/003471/2022.
Amparo Legal: Aplicam-se ao presente instrumento as seguintes disposições normativas: artigo 72, §4º, da Lei Federal nº 9.605/98; artigo 139 e seguintes do Decreto Federal nº 6.514/08; art. 3º, III, do Decreto Estadual nº 15.156/2019 e Portarias Imasul nº 732/2019; nº 786/2020, nº 806/2020, nº 877/2021.
Objeto: O presente instrumento tem por objeto a conversão das multas ambientais, referentes aos Autos de Infração nº 5115/2019 e nº8913/2021, em serviços para melhoria da gestão ambiental nos termos do Decreto Estadual nº 15.156/2019 e Portaria Imasul nº 732/2019; nº 786/2020, nº 806/2020, nº 877/2021.
Valor: R$ 56.400,00 (cinquenta e seis mil e quatrocentos reais).
Vigência: a constante no termo.
Assinam:
Pelo IMASUL: André Borges Barros de Araújo.
Pelo Compromissado: Aroldo Ferreira Correa Junior.

EXTRATO DE TERMO DE COMPROMISSO DE CONVERSÃO DE MULTA AMBIENTAL Nº 004/2023

Partes: Instituto de Meio Ambiente de Mato Grosso do Sul – IMASUL e KALED KALIL HAZIME.
Processo IMASUL nº: 71/017618/2021.
Amparo Legal: Aplicam-se ao presente instrumento as seguintes disposições normativas: artigo 72, §4º, da Lei Federal nº 9.605/98; artigo 139 e seguintes do Decreto Federal nº 6.514/08; art. 3º, III, do Decreto Estadual nº 15.156/2019 e Portarias Imasul nº 732/2019; nº 786/2020, nº 806/2020, nº 877/2021.
Objeto: O presente instrumento tem por objeto a conversão da multa ambiental, referente ao Auto de Infração nº 6724/2021, em serviços para melhoria da gestão ambiental nos termos do Decreto Estadual nº 15.156/2019 e Portaria Imasul nº 806/2020.
Valor: R$ 36.000,00 (trinta e seis mil reais).
Vigência: a constante no termo.
Assinam:
Pelo IMASUL: André Borges Barros de Araújo.
Pelo Compromissado: Kaled Kalil Hazime.

Junta Comercial de Mato Grosso do Sul

- EDITAL/JUCEMS Nº 004/2023, DE 16 DE MARÇO DE 2023 –

A JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL – JUCEMS, nos termos da Instrução Normativa – DREI nº 52, de 29 de julho de 2022, torna público a relação, por antiguidade, dos Leiloeiros Públicos Oficiais, do Estado de Mato Grosso do Sul, devidamente **credenciados** por este Órgão, a seguir:

TARCILIO LEITE
Matrícula: 003
Data da posse: 23/12/1982
Endereço
Logradouro: Rua Jaboatão, 271
Bairro: Silvia Regina
Campo Grande (MS) – CEP 79.103-060
Fone: +55 (067) 3363-7000
E-mail: sac@casadeleiloes.com.br; tarcilioleite@casadeleiloes.com.br
Site: www.casadeleiloes.com.br
Caução: Conta Caução
Situação: Regular

CONCEIÇÃO MARIA FIXER
Matrícula: 011
Data da posse: 29/10/2003
Endereço
Logradouro: Avenida Tamandaré, 1.066
Bairro: Vila Alto Sumaré
Campo Grande (MS) - CEP 79.009-790
Fone: +55 (067) 98112-9306 :: +55 (067) 98169-0500 :: +55 (067) 3305-8146
E-mails: mariafixer@leiloesjudiciais.com.br
contato@mariafixerleiloes.com.br
Site: www.mariafixerleiloes.com.br
Caução: Seguro Garantia
Situação: Regular

ILTO ANTONIO MARTINS
Matrícula: 012
Data da posse: 10/12/2003
Endereço
Logradouro: Rua Alagoas, 1.791
Bairro: Vila Celia
Campo Grande (MS) – CEP 79.022-370
Fone: +55 (067) 3321-7262
E-mail: ilto@iltomartins.lel.br
Site: www.vialeiloes.com.br
Caução: Seguro Garantia
Situação: Regular

REGINA AUDE LEITE DE ARAUJO SILVA
Matrícula: 013
Data da posse: 19/04/2006
Endereço
Logradouro: Rua Melanias Barbosa, 474
Bairro: Taquarussu
Campo Grande (MS) - CEP 79006-190
Fone: +55 (067) 4042-1555
E-mail: sac@reginaaudeleiloes.com.br
reginaaude@reginaaudeleiloes.com.br
Site: www.reginaaudeleiloes.com.br
Caução: Conta Caução
Situação: Regular

MARIDULCE SANFELICE SIMEI
Matrícula: 015
Data da posse: 09/05/2007
Endereço
Logradouro: Avenida Alexandre Herculano, 1884
Bairro: Jardim Veraneio
Campo Grande (MS) - CEP 79.037-280
Fone: +55 (067) 3326-5001:: +55 (067) 3326-4094
E-mail: contato@msleiloes.com.br
Site: www.msleiloes.com.br
Caução: Conta Caução
Situação: Regular

APARECIDA MARIA FIXER
Matrícula: 016
Data da posse: 04/06/2008
Endereço
Logradouro: Rua Santos Dumont, 888, Apto. 402 - Residencial Planalto
Bairro: Vila Planalto
Campo Grande (MS) - CEP 79.009-520
Fone: +55 (067) 98131-0528
E-mail: cidafixer@leiloesjudiciais.com.br
contato@cidafixerleiloes.com.br
Site: www.cidafixerleiloes.com.br
Dados de Depósito
Logradouro: Rua Projetada 16, nº 75
Bairro: Centro
Dourados (MS), Distrito Indápolis - CEP 79.868-000
Fone: +55 (067) 98131-0528
Dados Caixa Postal
Logradouro: Rua Vasconcelos Fernandes, 266
Caixa Postal: 2185
Campo Grande (MS) - CEP 79.008-970
Caução: Seguro Garantia
Situação: Regular

MARIANA PINHEIRO GARABINI BRITO
Matrícula: 020
Data da posse: 20/12/2012
Endereço

Logradouro: Rua Nossa Senhora das Merces, 556, Casa 30 – Condomínio Parque Cachoeira
Bairro: Vila Miguel Couto
Campo Grande (MS) - CEP 79.040-160
Fone: +55 (067) 98164-0001
E-mail: garabinim@hotmail.com
Endereço
Logradouro: Avenida Afonso Pena, 2440, 3º Andar/Sala 33 – Ed. CEAP
Bairro: Centro
Campo Grande (MS) – CEP 79.002-934
Fone: +55 (67) 2107-0767
E-mail: garabinim@hotmail.com
Site: www.majudicial.com.br
Caução: Conta Caução
Situação: Regular

MARCELO CARNEIRO BERNARDELLI
Matrícula: 021
Data da posse: 20/10/2014
Endereço
Logradouro: Avenida Afonso Pena, 5723, sala 1504
Bairro: Royal Park
Campo Grande (MS) – CEP 79.031-010
Fone: +55 (67) 4042-2179 :: +55 (067) 99991-1605
E-mail: contato@marcaleiloes.com.br
Site: www.marcaleiloes.com.br
Caução: Seguro Garantia
Situação: Regular

HELDER PEREIRA DE FIGUEIREDO JUNIOR
Matrícula: 024
Data da posse: 06/09/2016
Endereço
Logradouro: Rua da Paz, 185
Bairro: Jardim dos Estados
Campo Grande (MS) - CEP 79.002-190
Fone: +55 (067) 3041-0020 :: +55 (067) 99216-9298
E-mail: helderjr@ipcleiloes.com.br,
contato@ipcleiloes.com.br
Site: www.ipcleiloes.com.br
Caução: Conta Caução
Situação: Regular

MOUZAR BASTON FILHO
Matrícula: 025
Data da posse: 30/09/2016
Endereço
Logradouro: Rua Ordezino Apolinario Rodrigues, 197
Bairro: Jardim Duarte
Cassilândia (MS) - CEP 79.540-000
Fone: +55 (067) 99966-3444
E-mail: mouzar@bastonleiloes.com.br
Site: www.bastonleiloes.com.br
Caução: Conta Caução
Situação: Regular

GUSTAVO CORREA PEREIRA DA SILVA
Matrícula: 026
Data da posse: 20/02/2017
Endereço
Logradouro: Avenida Desembargador Leão Neto do Carmo, 917-b
Bairro: Jardim Veraneio
Campo Grande (MS) – CEP 79.037-100
Fone: +55 (067) 3388-0216 :: +55 (067) 4042-1513 :: +55 (067) 99203-6666
E-mail: contato@leiloesonlinems.com.br
gustavocorrealeiloeiro@gmail.com
Site: www.leiloesonlinems.com.br
Caução: Seguro Garantia
Situação: Regular

ERICK SOARES TELES
Matrícula: 027
Data da matrícula: 14/11/2017
Situação: **Irregular** (Art. 63 – cancelamento a pedido em tramitação)

BRUNO BARRETO SANCHES
Matrícula: 037
Data da posse: 22/05/2019
Endereço
Logradouro: Rua da Paz, 17
Bairro: Jardim dos Estados
Campo Grande (MS) - CEP 79.002-190
Fone: +55 (067) 3204-2574 (WhatsApp)
E-mail: bruno@barretoleiloes.com.br;
Site: www.barretoleiloes.com.br
Caução: Conta Caução
Situação: Regular

CIBELE RIGOLIN PEREIRA DE FIGUEIREDO
Matrícula: 038
Data da posse: 17/05/2019
Endereço
Logradouro: Rua da Paz, 185
Bairro: Jardim dos Estados
Campo Grande (MS) – CEP 79.002-190
Fone: +55 (067) 3041-0020
E-mail: cibele@ipcleiloes.com.br; cibelerpf@gmail.com;
contato@ipcleiloes.com.br
Site: www.ipcleiloes.com.br
Caução: Conta Caução
Situação: Regular

MILENA ROSA DI GIACOMO ADRI FAVERÃO
Matrícula: 039
Data da posse: 14/02/2020
Endereço
Logradouro: Avenida Afonso Pena, 5723, sala 1801 - Edifício Evolution
Bairro: Chácara Cachoeira
Campo Grande (MS) – CEP 79.021-435
Fone: +55 (067) 3044-2760 :: +55 (067) 99984-8033
E-mail: contatoms@megaleiloes.com.br
Site: www.megaleiloes.com.br/ms
Caução: Seguro Garantia
Situação: Regular

ALEX WILLIAN HOPPE
Matrícula: 043
Data da posse: 05/05/2020
Endereço
Logradouro: Rua Alberto Tokarski, 11
Bairro: Centro
Canoinhas (SC) - CEP 89.460-070
Fone: +55 (047) 3622-5164
E-mail: contato@hoppleiloes.com.br
Site: www.hoppeleiloes.com.br
Caução: Seguro Garantia
Situação: Regular

CESAR JUNIOR BRITO
Matrícula: 044
Data da posse: 12/08/2020
Endereço
Logradouro: Joaquim Balduino de Sousa, 740 - Sala 7
Bairro: Centro
Cassilandia (MS) - CEP 79.540-000
Fone: +55 (067) 3596-2764 :: +55 (064) 99607-3027
E-mail: cesar.debrito@hotmail.com
Site: www.britoleiloes.com.br

Caução: Seguro Garantia
Situação: Regular

POLIANA MIKEJEVS CALÇA
Matrícula: 045
Data da posse: 02/12/2020
Endereço
Logradouro: Rua Messina, 120
Bairro: Vila Ravenna
Campo Grande (MS) - CEP 79.013-824
Fone: +55 (067) 2107-0767
E-mail: poliana.mikejevs@gmail.com
Site: www.polileiloes.com.br
Caução: Seguro Garantia
Situação: Regular

ERICO LAGES SOARES
Matrícula: 046
Data da posse: 22/01/2021
Endereço
Logradouro: Av. Dr. Josué Moura Santos, 1111
Bairro: Pedra Mole
Teresina (PI) - CEP 64.066-430
Fone: +55 (011) 97443-2023
E-mail: erico@ericoleiloes.com.br
Site: www.ericoleiloes.com.br
Caução: Seguro Garantia
Situação: Regular

JOSECELLI KILDARE FRAGA GOMES
Matrícula: 047
Data da posse: 22/01/2021
Endereço
Logradouro: Rua Bombeiro Eliezer de Alexandrino, 107
Edifício Praia de Aleluia
Bairro: Boca do Rio
Salvador(BA) - CEP 41.710-790
Fone: +55 (071) 99247-8696
E-mail: kildare.gomes@hotmail.com
kildare@kildareleiloes.com.br
Site: www.vipleiloes.com.br e www.leilaovip.com.br
Caução: Seguro Garantia
Situação: Regular

MAURICIO SAMBUGARI APPOLINARIO
Matrícula: 048
Data da posse: 23/02/2021
Endereço
Logradouro: Rua da Paz, 1043
Bairro: Jardim dos Estados
Campo Grande(MS) – CEP 79.020-250
Fone: +55 (018) 99782-1666
E-mail: contato@selectleiloes.com.br
Site: www.selectleiloes.com.br
Caução: Seguro Garantia
Situação: Regular

JOÃO GABRIEL DA SILVA E OLIVEIRA
Matrícula: 049
Data da posse: 23/02/2021
Endereço
Logradouro: Rua General Odorico Quadros, 37
Bairro: Jardim dos Estados
Campo Grande (MS) - CEP 79.020-260
Fone: +55 (067) 3304-8340 :: +55 (067) 98181-7589
E-mails: contato@ibecleiloes.com.br
Site: www.ibecleiloes.com.br
Caução: Seguro Garantia
Situação: Regular

ANDRE MARIO ARAUJO
Matrícula: 050
Data da posse: 23/02/2021
Endereço
Logradouro: Rua Joaquim Balduíno de Souza, 740 – Sala 01
Bairro: Centro
Cassilândia (MS) – CEP 79.540-000
Fone: +55 (016) 3724-3434 :: +55 (016) 98856-8297
E-mail: sac@andrearaujoleiloes.com.br
Site: www.andrearaujoleiloes.com.br
Caução: Seguro Garantia
Situação: Regular

FRANCISCO VILANOVA ALVES
Matrícula: 051
Data da posse: 08/03/2021
Endereço
Logradouro: Rua São Caetano, 165
Bairro: Vila Duque de Caxias
Campo Grande (MS) - CEP 79.100-590
Fone: +55 (067) 3351-6031
E-mail: atendimento@euroleiloes.com.br
Site: www.euroleiloes.com.br
Caução: Seguro Garantia
Situação: Regular

FERNANDO JOSE CERELLO GONÇALVES PEREIRA
Matrícula: 052
Data da posse: 15/03/2021
Endereço
Logradouro: Alameda Santos, 787 - CJ 132
Bairro: Jardim Paulista
São Paulo (SP) - CEP 01.419-001
Fone: +55 (011) 3149-4600
E-mail: fernando@megaleiloes.com.br
Site: www.megaleiloes.com.br
Caução: Seguro Garantia
Situação: Regular

ANDREIA BORGHETTI FALLEIROS
Matrícula: 053
Data da posse: 23/04/2021
Endereço
Logradouro: Rua Pastor Braff, 25
Bairro: BNH III Plano
Dourados (MS) - CEP 79.826-210
Fone: +55 (067) 99249-2209
E-mail: abfalleiros@gmail.com
Site: www.lanceja.com.br
Caução: Seguro Garantia
Situação: Regular

DAVI BORGES DE AQUINO
Matrícula: 054
Data da posse: 14/06/2021
Endereço
Logradouro: Avenida Paulista, 2421 – 1º Andar
Bairro: Bela Vista
São Paulo (SP) - CEP 01.311-300
Fone: +55 (011) 2035-0016
E-mail: contato@alfaleiloes.com
Site: https://www.alfaleiloes.com
Caução: Seguro Garantia
Situação: Regular

TIAGO TESSLER BLECHER
Matrícula: 055

Data da posse: 12/07/2021
Endereço
Logradouro: Rua Natingui, 862 – 3º andar - conj. 311/312
Bairro: Vila Madalena
São Paulo (SP) - CEP 05.443-001
Fone: +55 (011) 3392-3446
E-mail: contato@webleiloes.com.br
Site: www.webleiloes.com.br
Caução: Seguro Garantia
Situação: Regular

DORA PLAT
Matrícula: 056
Data da posse: 19/07/2021
Endereço
Logradouro: Avenida Angélica, 1.996 - 6º andar
Bairro: Consolação
São Paulo (SP) - CEP 01.228-200
Fone: +55 (011) 3003-0677
E-mail: contato@zukerman.com.br
Site: www.zukerman.com.br
Caução: Seguro Garantia
Situação: Regular

ANA CLAUDIA BLASCZYK
Matrícula: 057
Data da posse: 20/08/2021
Endereço
Logradouro: Rua Antônio Orro, 138
Bairro: São Francisco
Campo Grande (MS) - CEP 79.009-230
Fone: +55 (067) 99264-2386 :: 0800 730 4050
E-mail: contato@planaltoleiloes.com.br
anaclaudia@leiloesjudiciais.com.br
Site: www.planaltoleiloes.com.br
Caução: Seguro Garantia
Situação: Regular

ERICO SOBRAL SOARES
Matrícula: 058
Data da posse: 04/10/2021
Endereço
Logradouro: Rua Governador Julio Domingos de Campos, 4975
Bairro: Marajoara
Varzea Grande (MT) - CEP 78.183-198
Fone: +55 (086) 99442-2023
E-mail: ericosobralsoares@gmail.com
Site: www.ericosobral.com.br
Caução: Seguro Garantia
Situação: Regular

HERCULES VALAZUELA COUTINHO
Matrícula: 059
Data da posse: 26/10/2021
Endereço
Logradouro: Rua Alagoas, 1791, Sala 03 - Centro Empresarial
Bairro: Vila Célia
Campo Grande(MS) - CEP 79.022-370
Fone: +55 (067) 98136-2615
E-mail: contato@hcleiloes.com.br
herculesvcoutinho@hotmail.com

Site: www.hcleiloes.com.br
Caução: Seguro Garantia
Situação: Regular

MIKE DUTRA FLEITAS
Matrícula: 060
Data da posse: 09/11/2021
Endereço
Logradouro: Av. 136, nº 761, Edifício Nasa Business Style
Bairro: Setor Sul
Goiania (GO) - CEP 74.093-250
Fone: +55 (062) 98101-0983
E-mail: mikedutraleiloeiro@gmail.com
Site: www.mikedutraleiloeiro.com.br
Caução: Seguro Garantia
Situação: Regular

IGOR ALEXANDRE DE SOUZA SILVA
Matrícula: 061
Data da posse: 13/11/2021
Endereço
Logradouro: Rua Guaimbe, 275
Bairro: Jardim Aeroporto
Campo Grande(MS) - CEP 79.103-180
Fone: +55 (067) 98151-0244 :: 0800-707-9339
E-mail: desouza@desouzaleiloes.com.br
contato@desouzaleiloes.com.br
Site: www.desouzaleiloes.com.br
Caução: Seguro Garantia
Situação: Regular

MARCOS RODRIGO CUSTODIO SOARES
Matrícula: 062
Data da posse: 07/01/2022
Endereço
Logradouro: Av.Paulo VI,616
Bairro: Residencial Paraiso
Franca (SP) - CEP 14.403-143
Fone: +55 (035) 99958-1439
E-mail: marcoscustodioadv@hotmail.com
custodioleiloes@gmail.com
Site: www.custodioleiloes.com.br
Caução: Seguro Garantia
Situação: Regular

KAREN DINIS FERREIRA
Matrícula: 063
Data da posse: 16/02/2022
Endereço
Logradouro: Rua Poxoréu, 155
Bairro: Vila Palmira
Campo Grande (MS) - CEP 79.112-331
Fone: +55 (043) 99900-1092
E-mail: karen.dinis0103@gmail.com
Site: www.euroleiloes.com.br
Caução: Seguro Garantia
Situação: Regular

RODRIGO SCHMITZ
Matrícula: 064
Data da posse: 22/02/2022

Endereço
Logradouro: Rua Miguel Sutil, nº 8000, sala 1406
Bairro: Jardim Mariana
Cuiabá (MT) - CEP 78.040-400 :: +55 (047) 99131-6652
Fone: 0800 800-0086
E-mail: contato@hleiloes.com
Site: www.hammer.lel.br
Caução: Seguro Garantia
Situação: Regular

ALGLECIO BUENO DA SILVA
Matrícula: 065
Data da posse: 14/03/2022
Endereço
Logradouro: Av. Sonnemberg - Quadra 07-Lote 02 - Conjunto Castelo Branco
Bairro: Setor Cidade Jardim
Goiânia(GO) - CEP 74.413-125
Fone: +55 (062) 4107-0711:: +55(062) 4107-0722
E-mail: atendimento@leiloesgoias.com.br
Site: www.leiloesgoias.com.br
Caução: Seguro Garantia
Situação: Regular

CARLO FERRARI
Matrícula: 066
Data da posse: 23/03/2022
Endereço
Logradouro: Rua Celso de Almeida Leite, 184, Lote 34, Quadra C
Bairro: Jardim Salto Grande
Araraquara (SP) - CEP 14.803-881
Fone: +55 (016) 99785-0058
E-mail: contato@carloferrarileiloes.com.br
carlo@carloferrarileiloes.com.br
Site: www.carloferrarileiloes.com.br
Caução: Seguro Garantia
Situação: Regular

DENYS PYERRE DE OLIVEIRA
Matrícula: 067
Data da posse: 25/03/2022
Endereço
Logradouro: Av. Afonso Pena, nº 5723, Sala 301
Bairro: Santa Fé
Campo Grande(MS) - CEP 79.031-010
Fone: 0800 789-1200
E-mail: contato@leje.com.br
Site: www.leje.com.br
Caução: Seguro Garantia
Situação: Regular

HELCIO KRONBERG
Matrícula: 068
Data da posse: 08/04/2022
Endereço
Logradouro: Rua Emiliano Perneta, 736, Sala 407
Bairro: Centro
Curitiba(PR) - CEP 80.420-080
Fone: +55 (041) 3233-7077 :: +55 (041) 99886-1400
E-mail: helcio@kronbergleiloes.com.br
Site: https://www.kronbergleiloes.com.br/

Caução: Seguro Garantia
Situação: Regular

CECILIA DELZEIR SOBRINHO
Matrícula: 069
Data da posse: 28/04/2022
Endereço
Logradouro: Rua Brasil, 83
Bairro: Centro
Campo Grande(MS) - CEP 79.002-480
Fone: +55 (067) 99101-5093
E-mail: atendimento@ceciliadelzeirleiloes.com.br
Site: www.ceciliadelzeirleilores.com.br
Caução: Seguro Garantia
Situação: Regular

RODRIGO APARECIDO RIGOLON DA SILVA
Matrícula: 070
Data da posse: 01/09/2022
Endereço
Logradouro: Rua João Masiero Netto, 242
Bairro: Jardim Salto Grande
Araraquara(SP) - CEP 14.803-875
Fone: +55 (016) 98126-4972
E-mail: contato@rigolonleiloes.com.br
rigolon@rigolonleiloes.com.br
Site: www.rigolonleiloes.com.br
Caução: Seguro Garantia
Situação: Regular

LUIS GUILHERME TENORIO DE ARAUJO SILVA
Matrícula: 071
Data da posse: 11/11/2022
Endereço
Logradouro: Rua Belmont, 297
Bairro: Vila Planalto
Campo Grande(MS) - CEP 79.009-070
Fone: +55 (067) 98469-9090
E-mail: contato@tenorioleiloes.com.br
Site: www.tenorioleiloes.com.br
Caução: Seguro Garantia
Situação: Regular

PATRICIA PIMENTEL GROCOSKI COSTA
Matrícula: 072
Data da posse: 06/03/2023
Endereço
Logradouro: Rua Panamá, 2516, Sala 03
Bairro: Vila Embratel
Porto Velho (RO) - CEP 76.820-768
Fone: +55 (069) 99302-3330 :: +55 (041) 99255-8864
E-mail: contato@pimentelleiloes.com.br
Site: www.pimentelleiloes.com.br
Caução: Seguro Garantia
Situação: Regular

Campo Grande/MS, 17 de março de 2023

Nivaldo Domingos da Rocha
Presidente da JUCEMS

CONCURSO PÚBLICO E PROCESSO SELETIVO

Secretaria de Estado de Administração

EDITAL n. 37/2023 – SAD/SED/PROFESSOR
CONCURSO PÚBLICO DE PROVAS E TÍTULOS – SAD/SED/PROFESSOR/2022, PARA PROVIMENTO NO CARGO DE PROFESSOR DA CARREIRA PROFISSIONAL DA EDUCAÇÃO BÁSICA DO QUADRO DE PESSOAL DA SECRETARIA DE ESTADO DE EDUCAÇÃO

Os SECRETÁRIOS DE ESTADO DE ADMINISTRAÇÃO E e DE EDUCAÇÃO, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista o disposto nos Editais n. 1/2022 – SAD/SED/PROFESSOR, de 22 de fevereiro de 2022, e n. 20/2022 – SAD/SED/PROFESSOR, de 6 de maio de 2022, convoca a candidata LIDIANI QUELI LUBAS XIMENES, inscrição n. 7160026713, na condição *sub judice*, em cumprimento de decisão judicial, Mandado de Segurança n. 1402944-77.2023.8.12.0000, para realizar a Fase III – Prova de Títulos, sendo que:

1. A Prova de Títulos será avaliada de 0,00 (zero) até 10,00 (dez) pontos, mesmo que a soma das pontuações dos títulos apresentados pelo candidato seja superior a esse valor, e será realizada de acordo com as especificações contidas no quadro de pontuação, conforme abaixo:

Quadro de Pontuação para Prova de Títulos				
Item	Título	Quantidade Máxima de Documentos Avaliados	Pontuação	
			Unitária	Máxima
1	Diploma, devidamente registrado, de conclusão de curso de doutorado, reconhecido pelo Ministério da Educação, ou certificado/declaração de conclusão de curso de doutorado, desde que acompanhado dos respectivos histórico escolar e ata de defesa da tese	1 (um)	3,50 pontos	3,50 pontos
2	Diploma, devidamente registrado, de conclusão de curso de mestrado, reconhecido pelo Ministério da Educação, ou certificado/declaração de conclusão de curso de mestrado, desde que acompanhado dos respectivos histórico escolar e ata de defesa da dissertação	1 (um)	3,00 pontos	3,00 pontos
3	Certificado de conclusão de curso de pós-graduação em nível de especialização *lato sensu*, com carga horária mínima de 360 (trezentas e sessenta) horas, reconhecido pelo Ministério da Educação, ou declaração de conclusão de pós-graduação em nível de especialização	2 (dois)	1,00 ponto	2,00 pontos
4	Certificado de curso de formação continuada relacionada à prática docente do Componente Curricular a que concorre, à área da formação ou à área da educação, expedido por instituição oficialmente reconhecida, com carga horária mínima de 40 (quarenta) horas/aula, com data de realização a partir de 2019.	3 (três)	0,50 ponto	1,50 ponto
Total		6 (seis)	-	10,00 pontos

1.1. Apenas serão considerados, para fins de avaliação, os cursos que tenham sido efetivamente concluídos até 16 de maio de 2022, data da publicação do Edital n. 23/2022 – SAD/SED/PROFESSOR, pág. 128, Convocação dos Candidatos para realizarem a Fase III – Prova de Títulos.

1.2. Não serão considerados os pontos que excederem ao valor máximo estabelecido em cada item do Quadro de Pontuação para Prova de Títulos, bem como os que não corresponderem às características estabelecidas em cada item.

1.3. A pontuação prevista no item 1 será atribuída mediante análise dos documentos comprobatórios apresentados pelos candidatos, os quais deverão atender às seguintes condições:

a) para a comprovação da conclusão do curso de pós-graduação em nível de doutorado ou de mestrado, será aceito o diploma, devidamente registrado, expedido por instituição reconhecida pelo MEC, ou certificado/declaração de conclusão de curso de doutorado ou de mestrado, expedido por instituição reconhecida pelo

Ministério da Educação – MEC, acompanhados do histórico escolar do candidato, em que conste o número de créditos obtidos, as disciplinas em que foi aprovado e as respectivas menções, o resultado dos exames e do julgamento da dissertação ou da tese;

b) para comprovação da conclusão do curso de pós-graduação em nível de especialização, será aceito certificado ou declaração de conclusão, expedidos por instituição reconhecida pelo Ministério da Educação – MEC, acompanhados do histórico escolar do candidato, atestando que o curso possui 360 horas/aula e que atende às normas estabelecidas na legislação pertinente;

c) para comprovação da participação em cursos de formação continuada relacionados à prática docente do Componente Curricular a que concorre, à área da formação ou à área da educação, o candidato deverá apresentar o certificado de conclusão, acompanhado do histórico escolar, em que conste o respectivo conteúdo programático. Os documentos apresentados deverão informar expressamente sua carga horária, assim como o período de sua realização (datas de início e de término).

1.4. No caso de cursos realizados ou concluídos no exterior, o respectivo comprovante deverá ser traduzido por tradutor juramentado e, se for o caso, revalidado no Brasil, na forma da legislação específica.

1.5. Não serão computados certificados de estágio, monitoria, bolsa de estudos, serviço voluntário, curso preparatório, visita técnica e/ou viagem cultural. Também não serão consideradas as participações em eventos como ministrante, colaborador/organizador, autor ou instrutor, certificados de período concomitante.

1.6. Cada documento ou comprovante será considerado uma única vez, não se computando os que excederem ao valor máximo estabelecido em cada item do Quadro de Pontuação, bem como os que não corresponderem às especificações nele descritas, não se admitindo ainda, em nenhuma hipótese, a somatória de cargas horárias de cursos.

1.7. Não serão considerados os certificados cuja carga horária seja incompatível com o período de realização da atividade.

1.8. Não serão consideradas as disciplinas cursadas isoladamente nos cursos de graduação ou pós-graduação.

2. A documentação comprobatória pertinente à Fase III – Prova de Títulos, deverá ser autenticada e postada ou entregue no endereço especificado, devendo ser observado o seguinte procedimento:

a) no período compreendido entre as 7 horas e 30 minutos do dia 27 de março e as 17 horas do dia 30 de março de 2023, observado o horário oficial do de Mato Grosso do Sul, a candidata deverá postar ou entregar no endereço especificado abaixo:

Secretaria de Estado de Administração e Desburocratização – SAD
Superintendência de Gestão e Desenvolvimento de Pessoas – SUGED
Coordenadoria de Seleção e Ingresso de Pessoal – COSIP
Avenida Desembargador José Nunes da Cunha, s/n.
Parque dos Poderes – Bloco I
Campo Grande - MS
CEP: 79031-310

2.1. Receberá pontuação 0,00 (zero) na Prova de Títulos, o candidato que não apresentar as documentações exigidas na forma, no prazo e de acordo com os procedimentos estipulados, cujos comprovantes apresentados não atendam às exigências estabelecidos em Edital, ou que demonstrem-se inidôneos.

2.2. É dever exclusivo do candidato assegurar a qualidade e a legibilidade da documentação física, de modo que a Secretarias de Estado de Administração e Desburocratização e de Educação e o Instituto AOCP, não se responsabilizarão por eventuais prejuízos advindos da ilegibilidade ou da baixa qualidade, que impeçam ou que criem obstáculos à correta identificação e leitura das informações constantes dos documentos.

3. Os resultados preliminar e definitivo da Prova de Títulos serão publicados mediante editais próprios, que conterá a respectiva pontuação obtida.

CAMPO GRANDE-MS, 17 DE MARÇO DE 2023.

ANA CAROLINA ARAUJO NARDES
Secretária de Estado de Administração

HÉLIO QUEIROZ DAHER
Secretário de Estado de Educação

Fundação Escola de Governo de Mato Grosso do Sul

Edital n. 104/2023 - ESCOLAGOV
PROCESSO SELETIVO PARA CREDENCIAMENTO DE PROFISSIONAIS

O DIRETOR-PRESIDENTE DA FUNDAÇÃO ESCOLA DE GOVERNO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o Edital n. 1/2021 – Escolagov/MS, de 12 de fevereiro de 2021, torna público, para conhecimento dos interessados, a convocação do credenciado para atuar como prestador de serviço, nas Ações a serem desenvolvidas pela Fundação Escola de Governo do Estado de Mato Grosso do Sul, constante na tabela abaixo, para tomar conhecimento das atividades programadas em sua respectiva área, para o mês de abril de 2023.

ÁREA DE ATUAÇÃO	NOME	MUNICIPIO	FUNÇÃO
Didática	Elisangela Castedo Maria do Nascimento	Campo Grande – MS	Instrutora

CAMPO GRANDE, 17 de março de 2023.

ANTONIO JOSE ANGELO MOTTI
Diretor-Presidente
Fundação Escola de Governo de Mato Grosso do Sul

Fundação Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul

Edital nº 14/2023-RTR/UEMS

Homologa o Resultado Final da Seleção de Docentes, destinada à contratação temporária.

O Reitor da Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul, no uso de suas atribuições, e consoante disposto no item 9.3 do **Edital Nº 07/2023-PRODHS/PROE/UEMS**, de 10 de fevereiro de 2023, Unidade Universitária de Jardim, conforme segue:

RESOLVE:

Art. 1° Homologar o Resultado Final da Seleção de Docentes, destinada à contratação, para atribuição de aulas temporárias, aberta pelo **Edital Nº 07/2023-PRODHS/PROE/UEMS**, Unidade Universitária de Jardim, conforme segue:

Área de Conhecimento: Geografia Física

Nome	Nota final	Classificação
Deivid Cristian Leal Alves	14,47	1º
Cristiane Dambrós	12,64	2º
Samuel Rodrigues Ribeiro	11,90	3º

Art. 2º A nota final é a soma das notas da prova didática e de títulos em conformidade com o item 9.1 do **Edital Nº 07/2023 – PRODHS/PROE/UEMS**, de 10 de fevereiro de 2023, Unidade Universitária de Jardim.

Art. 3° A chamada do candidato será efetivada pela Pró-Reitoria de Desenvolvimento Humano e Social quando do surgimento de vagas.

Art. 4º Este Edital entra em vigor na data de sua publicação.

Dourados, 16 de março de 2023.

LAÉRCIO ALVES DE CARVALHO
Reitor – UEMS

Edital nº 15/2023-RTR/UEMS

Homologa o Resultado Final da Seleção de Docentes, destinada à contratação temporária.

O Reitor da Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul, no uso de suas atribuições, e consoante disposto no item 9.3 do **Edital Nº 08/2023-PRODHS/PROE/UEMS**, de 10 de fevereiro de 2023, Unidade Universitária de Cassilândia, conforme segue:

RESOLVE:

Art. 1° Homologar o Resultado Final da Seleção de Docentes, destinada à contratação, para atribuição de aulas temporárias, aberta pelo **Edital Nº 08/2023-PRODHS/PROE/UEMS**, Unidade Universitária de Cassilândia, conforme segue:

Área de Conhecimento: Letras - Língua Inglesa e Literaturas de Língua Inglesa

Nome	Nota final	Classificação
Letícia Campos Resende	13,99	1º
Marco Aurelio Barsanelli de Almeida	13,49	2º
Paola Barbasa Dias	12,70	3º
Erick Vinicius Mathias leite	12,45	4º
Carolini Cristina Santos Alpe	10,61	5º

Art. 2º A nota final é a soma das notas da prova didática e de títulos em conformidade com o item 9.1 do **Edital Nº 08/2023 – PRODHS/PROE/UEMS**, de 10 de fevereiro de 2023, Unidade Universitária de Cassilândia.

Art. 3° A chamada do candidato será efetivada pela Pró-Reitoria de Desenvolvimento Humano e Social quando do surgimento de vagas.

Art. 4º Este Edital entra em vigor na data de sua publicação.

Dourados, 16 de março de 2023.

LAÉRCIO ALVES DE CARVALHO
Reitor – UEMS

Edital nº 16/2023-RTR/UEMS

Homologa o Resultado Final da Seleção de Docentes, destinada à contratação temporária.

O Reitor da Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul, no uso de suas atribuições, e consoante disposto no item 9.3 do **Edital Nº 09/2023-PRODHS/PROE/UEMS**, de 14 de fevereiro de 2023, Unidade Universitária de Ponta Porã, conforme segue:

RESOLVE:

Art. 1° Homologar o Resultado Final da Seleção de Docentes, destinada à contratação, para atribuição de aulas temporárias, aberta pelo **Edital Nº 09/2023-PRODHS/PROE/UEMS**, Unidade Universitária de Ponta Porã, conforme segue:

Área de Conhecimento: Ciências Contábeis

Nome	Nota final	Classificação
José Roberto Barbosa	11,15	1º
Isaque Duarte Gossi	9,90	2º

Art. 2º A nota final é a soma das notas da prova didática e de títulos em conformidade com o item 9.1 do **Edital Nº 09/2023 – PRODHS/PROE/UEMS**, de 14 de fevereiro de 2023, Unidade Universitária de Ponta Porã.

Art. 3° A chamada do candidato será efetivada pela Pró-Reitoria de Desenvolvimento Humano e Social quando do surgimento de vagas.

Art. 4º Este Edital entra em vigor na data de sua publicação.

Dourados, 16 de março de 2023.

LAÉRCIO ALVES DE CARVALHO
Reitor - UEMS

EDITAL Nº133/2023 – PRODHS/UEMS
CONVOCAÇÃO PARA CONTRATAÇÃO TEMPORÁRIA DE PROFESSOR DE ENSINO SUPERIOR

O PRÓ-REITOR DE DESENVOLVIMENTO HUMANO E SOCIAL DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MATO GROSSO DO SUL, no uso de suas atribuições legais, CONVOCA os candidatos aprovados no Processo Seletivo para contratação para o cargo de Professor de Ensino Superior, homologado através dos Editais, conforme anexo, para contratação temporária.

O candidato deverá remeter os documentos relacionados no link http://www.uems.br/pro_reitoria/humano/contratados nos endereços estabelecidos e prazo acordado pela Pró-Reitoria de Desenvolvimento Humano e Social (PRODHS) - Dourados. Se o candidato não cumprir o estabelecido, entende-se que não tem interesse em assumir as aulas. O candidato que não puder comparecer à PRODHS poderá ser representado por procuração simples com firma reconhecida em cartório.

DOS REQUISITOS PARA CONTRATAÇÃO:

São requisitos exigidos para a contratação: a) ser brasileiro nato ou naturalizado; b) se do sexo masculino, estar quite com as obrigações militares; c) estar quite com as obrigações eleitorais; d) gozar de boa saúde e estar capacitado física e mentalmente para o exercício das atribuições do cargo e) possuir a formação acadêmica solicitada; f) se estrangeiro, possuir passaporte atualizado com visto de permanência que permita o exercício de atividade laborativa no Brasil.

DOS IMPEDIMENTOS À CONTRATAÇÃO:

Estão impedidos de serem contratados os candidatos: a) ocupantes de cargo, de emprego, ou de função pública federal, estadual, municipal, ou do Distrito Federal, abrangendo autarquias, fundações, empresas públicas, sociedades de economia mista, suas subsidiárias, e sociedades controladas, direta ou indiretamente, pelo Poder Público, de categoria funcional de nível médio, que não seja de natureza técnica ou científica, inclusive aposentados ou em licença para tratamento de interesses particulares ou licença semelhante; b) servidor aposentado em dois cargos, por invalidez, ou por aposentadoria compulsória (federal, estadual ou municipal); c) ocupantes de cargo, emprego ou função em regime de dedicação exclusiva; d) em situação de acumulação lícita que ultrapasse sessenta horas semanais na soma do vínculo já existente com a carga horária da contratação; e) em situação que ultrapasse cinquenta horas semanais, quando as aulas forem assumidas por professor da rede estadual de ensino de MS, que tenha vínculo efetivo com a administração pública, em regime de acumulação, permitido em lei; nos termos do Decreto nº 14.137, de 06/02/2015. f) em situação que ultrapasse quarenta horas semanais quando assumidas por professor convocado da rede estadual de ensino de MS, nos termos do Decreto nº 14.137, de 06/02/2015. g) que mantenham dois vínculos com o serviço público, independentemente da soma das cargas horárias decorrentes desses vínculos; h) militar na ativa.

Dourados, 17 de março de 2023
AGUINALDO LENINE ALVES
Pró-Reitor de Desenvolvimento Humano e Social – PRODHS/UEMS

ANEXO I - EDITAL Nº**133/2023** – PRODHS/UEMS - CONTRATAÇÃO TEMPORÁRIA

PRODHS – entregar os documentos no dia 21 de março de 2023, Bloco A, Sala 12, Setor de Pessoal, UEMS/Dourados das 8 h as 12 h;			
Seleção: EDITAL nº **38/2022**-PROE/PRODHS, de 30/09/22, D.O. nº **10.956**, de 03/10/2022, pág. 79 Homologação: EDITAL nº **61/2022**-RTR de 29/11/2022 - D.O. **11.001**, de 30/11/2022, pág. 192			
CANDIDATO (A)	Área	Curso/ Unidade	CH
ANGELO RODOLFO SANTIAGO - Subst: Wilson Brum Trindade Junior: Motivo: Cedência; Vaga pura 01/04/2023 a 29/08/2023	Enfermagem	Enfermagem Dourados	**20 h**
DANIELE MOREIRA DE LIMA - Vaga pura + Residência - 01/04/2023 a 19/12/2023	Enfermagem	Enfermagem Dourados	**20 h**

EDITAL Nº134/2023 – PRODHS/UEMS
CONVOCAÇÃO PARA CONTRATAÇÃO TEMPORÁRIA DE PROFESSOR DE ENSINO SUPERIOR

O PRÓ-REITOR DE DESENVOLVIMENTO HUMANO E SOCIAL DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MATO GROSSO DO SUL, no uso de suas atribuições legais, CONVOCA os candidatos aprovados no Processo Seletivo para contratação para o cargo de Professor de Ensino Superior, homologado através dos Editais, conforme anexo, para contratação temporária.

O candidato deverá remeter os documentos relacionados no link http://www.uems.br/pro_reitoria/humano/contratados nos endereços estabelecidos e prazo acordado pela Pró-Reitoria de Desenvolvimento Humano e Social (PRODHS) - Dourados. Se o candidato não cumprir o estabelecido, entende-se que não tem interesse em assumir as aulas. O candidato que não puder comparecer à PRODHS poderá ser representado por procuração simples com firma reconhecida em cartório.

DOS REQUISITOS PARA CONTRATAÇÃO:

São requisitos exigidos para a contratação: a) ser brasileiro nato ou naturalizado; b) se do sexo masculino, estar quite com as obrigações militares; c) estar quite com as obrigações eleitorais; d) gozar de boa saúde e estar capacitado física e mentalmente para o exercício das atribuições do cargo e) possuir a formação acadêmica solicitada; f) se estrangeiro, possuir passaporte atualizado com visto de permanência que permita o exercício de atividade laborativa no Brasil.

DOS IMPEDIMENTOS À CONTRATAÇÃO:

Estão impedidos de serem contratados os candidatos: a) ocupantes de cargo, de emprego, ou de função pública federal, estadual, municipal, ou do Distrito Federal, abrangendo autarquias, fundações, empresas públicas, sociedades de economia mista, suas subsidiárias, e sociedades controladas, direta ou indiretamente, pelo Poder Público, de categoria funcional de nível médio, que não seja de natureza técnica ou científica, inclusive aposentados ou em licença para tratamento de interesses particulares ou licença semelhante; b) servidor aposentado em dois cargos, por invalidez, ou por aposentadoria compulsória (federal, estadual ou municipal); c) ocupantes de cargo, emprego ou função em regime de dedicação exclusiva; d) em situação de acumulação lícita que ultrapasse sessenta horas semanais na soma do vínculo já existente com a carga horária da contratação; e) em situação que ultrapasse cinquenta horas semanais, quando as aulas forem assumidas por professor da rede estadual de ensino de MS, que tenha vínculo efetivo com a administração pública, em regime de acumulação, permitido em lei; nos termos do Decreto nº 14.137, de 06/02/2015. f) em situação que ultrapasse quarenta horas semanais quando assumidas por professor convocado da rede estadual de ensino de MS, nos termos do Decreto nº 14.137, de 06/02/2015. g) que mantenham dois vínculos com o serviço público, independentemente da soma das cargas horárias decorrentes desses vínculos; h) militar na ativa.

Dourados, 17 de Março de 2023
AGUINALDO LENINE ALVES
Pró-Reitor de Desenvolvimento Humano e Social - PRODHS/UEMS

ANEXO I - EDITAL Nº**134/2023** - PRODHS/UEMS - CONTRATAÇÃO TEMPORÁRIA

PRODHS – entregar os documentos no dia 21 de março de 2023, Bloco A, Sala 12, Setor de Pessoal, UEMS/Dourados das 8 h as 12 h;

Seleção: EDITAL nº **56/2022** – PRODHS/PROE, de 14/12/2022 - D.O nº **11.014** de 15/12/2022, pág. 110 Homologação: ED nº **04/2023** – RTR de 06/01/2023, D.O. de **11.069**, 07/02/2023, pág. 79			
CANDIDATO (A)	Área	Curso/ Unidade	CH
WALDEMIR SOUZA JUNIOR **-** Vaga pura 21/03/2023 a 15/07/2023	Direito	Turismo/ Dourados	**04 h**

Seleção: EDITAL nº **51/2022** – PRODHS/PROE, de 18/11/2022 - D.O nº **10.992** de 21/11/2022, pág. 74 Homologação: ED nº **06/2023** – RTR de 09/02/2023 - D.O **11.073** de 10/02/2023 pág. 99			
CANDIDATO (A)	Área	Curso/ Unidade	CH
THAYS RIBEIRO DE LIMA SANTANA Curso: Geografia UU de Jardim Aluno: Jonias dos Santos 21/03/2023 a 19/12/2023	Atend. Educ. Especializado – AEE	Geografia/ Jardim	**20 h**

EDITAL Nº135/2023 – PRODHS/UEMS
CONVOCAÇÃO PARA CONTRATAÇÃO TEMPORÁRIA DE PROFESSOR DE ENSINO SUPERIOR

O PRÓ-REITOR DE DESENVOLVIMENTO HUMANO E SOCIAL DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MATO GROSSO DO SUL, no uso de suas atribuições legais, CONVOCA os candidatos aprovados no Processo Seletivo para contratação para o cargo de Professor de Ensino Superior, homologado através dos Editais, conforme anexo, para contratação temporária.

O candidato deverá remeter os documentos relacionados no link http://www.uems.br/pro_reitoria/humano/contratados nos endereços estabelecidos e prazo acordado pela Pró-Reitoria de Desenvolvimento Humano e Social (PRODHS) - Dourados. Se o candidato não cumprir o estabelecido, entende-se que não tem interesse em assumir as aulas. O candidato que não puder comparecer à PRODHS poderá ser representado por procuração simples com firma reconhecida em cartório.

DOS REQUISITOS PARA CONTRATAÇÃO:

São requisitos exigidos para a contratação: a) ser brasileiro nato ou naturalizado; b) se do sexo masculino, estar quite com as obrigações militares; c) estar quite com as obrigações eleitorais; d) gozar de boa saúde e estar capacitado física e mentalmente para o exercício das atribuições do cargo e) possuir a formação acadêmica solicitada; f) se estrangeiro, possuir passaporte atualizado com visto de permanência que permita o exercício de atividade laborativa no Brasil.

DOS IMPEDIMENTOS À CONTRATAÇÃO:

Estão impedidos de serem contratados os candidatos: a) ocupantes de cargo, de emprego, ou de função pública federal, estadual, municipal, ou do Distrito Federal, abrangendo autarquias, fundações, empresas públicas, sociedades de economia mista, suas subsidiárias, e sociedades controladas, direta ou indiretamente, pelo Poder Público, de categoria funcional de nível médio, que não seja de natureza técnica ou científica, inclusive aposentados ou em licença para tratamento de interesses particulares ou licença semelhante; b) servidor aposentado em dois cargos, por invalidez, ou por aposentadoria compulsória (federal, estadual ou municipal); c) ocupantes de cargo, emprego ou função em regime de dedicação exclusiva; d) em situação de acumulação lícita que ultrapasse sessenta horas semanais na soma do vínculo já existente com a carga horária da contratação; e) em situação que ultrapasse cinquenta horas semanais, quando as aulas forem assumidas por professor da rede estadual de ensino de MS, que tenha vínculo efetivo com a administração pública, em regime de acumulação, permitido em lei; nos termos do Decreto nº 14.137, de 06/02/2015. f) em situação que ultrapasse quarenta horas semanais quando assumidas por professor convocado da rede estadual de ensino de MS, nos termos do Decreto nº 14.137, de 06/02/2015. g) que mantenham dois vínculos com o serviço público, independentemente da soma das cargas horárias decorrentes desses vínculos; h) militar na ativa.

Dourados, 17 de Março de 2023

AGUINALDO LENINE ALVES
Pró-Reitor de Desenvolvimento Humano e Social – PRODHS/UEMS

ANEXO I - EDITAL Nº**135/2023** – PRODHS/UEMS - CONTRATAÇÃO TEMPORÁRIA

PRODHS - encaminhar documentos via e-mail (ou comparecer presencialmente) até: 21 de março de 2023

Seleção: EDITAL Nº **14/2022**-PRODHS/PROE, de 30/03/2022, D.O. nº **10.792**, 31/03/2022, pág.184 Homologação: EDITAL Nº**18/2022**-RTR, de 29/04/2022, D.O. nº **10.818**, 02/05/2022, pág.51			
CANDIDATO (A)	Área	Curso/ Unidade	CH
RENATO ALEXANDRE DA SILVA FREITAS Subst: Dabel Cristina Maria Salviano Motivo: Afastamento para estudos. Vaga pura - 21/03/2023 a 19/12/2023	Direito	Direito/ Paranaíba	**16 h**

Seleção: EDITAL nº **20/2021** – PRODHS/PROE, de 03/11/2021 - D.O **10.671** de 04/11/2021, p. 164; Homologação: EDITAL nº **39/2021**– RTR/UEMS, de 16/12/2021 - D.O **10.710** de 17/12/2021, p. 227.			
CANDIDATO (A)	Área	Curso/ Unidade	CH
PRISCILLA BASMAGE LEMOS DRULIS Subst: Maria de Lourdes Silva Motivo: Coordenação de curso - 21/03/2023 a 19/12/2023	Pedagogia	Pedagogia/ Campo Grande	**08 h**

EDITAL Nº136/2023 – PRODHS/UEMS
CONVOCAÇÃO PARA CONTRATAÇÃO TEMPORÁRIA DE PROFESSOR DE ENSINO SUPERIOR

O PRÓ-REITOR DE DESENVOLVIMENTO HUMANO E SOCIAL DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MATO GROSSO DO SUL, no uso de suas atribuições legais, CONVOCA os candidatos aprovados no Processo Seletivo para contratação para o cargo de Professor de Ensino Superior, homologado através dos Editais, conforme anexo, para contratação temporária.

O candidato deverá remeter os documentos relacionados no link http://www.uems.br/pro_reitoria/humano/contratados nos endereços estabelecidos e prazo acordado pela Pró-Reitoria de Desenvolvimento Humano e Social (PRODHS) - Dourados. Se o candidato não cumprir o estabelecido, entende-se que não tem interesse em assumir as aulas. O candidato que não puder comparecer à PRODHS poderá ser representado por procuração simples com firma reconhecida em cartório.

DOS REQUISITOS PARA CONTRATAÇÃO:

São requisitos exigidos para a contratação: a) ser brasileiro nato ou naturalizado; b) se do sexo masculino, estar quite com as obrigações militares; c) estar quite com as obrigações eleitorais; d) gozar de boa saúde e estar capacitado física e mentalmente para o exercício das atribuições do cargo e) possuir a formação acadêmica solicitada; f) se estrangeiro, possuir passaporte atualizado com visto de permanência que permita o exercício de atividade laborativa no Brasil.

DOS IMPEDIMENTOS À CONTRATAÇÃO:

Estão impedidos de serem contratados os candidatos: a) ocupantes de cargo, de emprego, ou de função pública federal, estadual, municipal, ou do Distrito Federal, abrangendo autarquias, fundações, empresas públicas, sociedades de economia mista, suas subsidiárias, e sociedades controladas, direta ou indiretamente, pelo Poder Público, de categoria funcional de nível médio, que não seja de natureza técnica ou científica, inclusive aposentados ou em licença para tratamento de interesses particulares ou licença semelhante; b) servidor aposentado em dois cargos, por invalidez, ou por aposentadoria compulsória (federal, estadual ou municipal); c) ocupantes de cargo, emprego ou função em regime de dedicação exclusiva; d) em situação de acumulação lícita que ultrapasse sessenta horas semanais na soma do vínculo já existente com a carga horária da contratação; e) em situação que ultrapasse cinquenta horas semanais, quando as aulas forem assumidas por professor da rede estadual de ensino de MS, que tenha vínculo efetivo com a administração pública, em regime de acumulação, permitido em lei; nos termos do Decreto nº 14.137, de 06/02/2015. f) em situação que ultrapasse quarenta horas semanais quando assumidas por professor convocado da rede estadual de ensino de MS, nos termos do Decreto nº 14.137, de 06/02/2015. g) que mantenham dois vínculos com o serviço público, independentemente da soma das cargas horárias decorrentes desses vínculos; h) militar na ativa.

Dourados, 17 de março de 2023

AGUINALDO LENINE ALVES
Pró-Reitor de Desenvolvimento Humano e Social – PRODHS/UEMS

ANEXO I - EDITAL Nº**136/2023** – PRODHS/UEMS - CONTRATAÇÃO TEMPORÁRIA

PRODHS - encaminhar documentos via e-mail (ou comparecer presencialmente) até: 21 de março de 2023			
Seleção: EDITAL nº **20/2021** – PRODHS/PROE, de 03/11/2021 - D.O 10.671 de 04/11/2021, p. 164; Homologação: EDITAL nº **39/2021**– RTR/UEMS, de 16/12/2021 - D.O 10.710 de 17/12/2021, p. 227.			
CANDIDATO (A)	Área	Curso/ Unidade	CH
THIAGO ANDRADE ASATO Subst: Waldir Leonel Motivo: Licença médica - 21/03/2023 a 29/04/2023	Turismo	Turismo/ Campo Grande	**04 h**
IGOR DOMINGOS DE SOUZA Subst: Waldir Leonel Motivo: Licença médica - 21/03/2023 a 29/04/2023	Turismo	Turismo/ Campo Grande	**16 h**

ATOS DE LICITAÇÃO

Secretaria de Estado de Administração

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N° 020/SAD/2023-7
PROCESSO N° 55/010.103/2022
PROCEDIMENTO LICITATÓRIO: Pregão Eletrônico n° 104/2022.

OBJETO: Registro de Preços para **AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS**
FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: Lei Federal n.º 10.520/02, subsidiariamente pela Lei n° 8.666/93, bem como, pelos Decretos Estaduais n° 15.327/2019 e n° 15.454 e pelas condições no Edital.
DATA ASSINATURA DA ATA: 16 de março de 2023.
VIGÊNCIA: 12 (doze) meses a partir da publicação do extrato da Ata.

PARTES: **SUPERINTENDÊNCIA DE GESTÃO DE COMPRAS E MATERIAIS – SUCOMP/SAD E YOUSSIF AMIM YOUSSIF - EPP, inscrita no CNPJ 03.257.078/0001-84**

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	UNID.	QUANT.	MARCA MODELO	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
	ITEM 001: YOUSSIF AMIM YOUSSIF - EPP					
1	Aveia - Tipo: flocos finos; Requisito: rica em fibras, 100% natural .	Emb - 250 - Grs.	1.184 (EXCLUSIVO ME/EPP)	kelli	R$ 4,50	R$ 5.328,00
	ITEM 002: YOUSSIF AMIM YOUSSIF - EPP					
1	Água - Tipo: de côco; Apresentação: industrializada.	Longa Vida TP - 200 - Mls.	7.011 (EXCLUSIVO ME/EPP)	leve coco	R$ 2,30	R$ 16.125,30
	ITEM 006: YOUSSIF AMIM YOUSSIF - EPP					
1	Bebida láctea - Tipo: fermentada à base de leite; Apresentação: pronta para o consumo; Sabor: variado; Peso aproximado: 600 g.	1 - Un.	2.534 (EXCLUSIVO ME/EPP)	real	R$ 4,30	R$ 10.896,20
	ITEM 008: YOUSSIF AMIM YOUSSIF - EPP					
1	Biscoito - Tipo: cream cracker ; Peso mínimo: 8 g; Dados Complementares: embalagem individual.	1 - Pct	63.478 (EXCLUSIVO ME/EPP)	bom sabor	R$ 0,28	R$ 17.773,84
	ITEM 009: YOUSSIF AMIM YOUSSIF - EPP					
1	Biscoito - Tipo: de leite; Peso mínimo: 8 g; Dados Complementares: embalagem individual.	1 - Pct	77.448 (EXCLUSIVO ME/EPP)	bom sabor	R$ 0,40	R$ 30.979,20
	ITEM 011: YOUSSIF AMIM YOUSSIF - EPP					
1	Biscoito - Tipo: maisena; Peso mínimo: 9 g; Dados Complementares: embalagem individual.	1 - Pct	58.500 (COTA PRINCIPAL)	bom sabor	R$ 0,75	R$ 43.875,00
	ITEM 011.1: YOUSSIF AMIM YOUSSIF - EPP					
1	Biscoito - Tipo: maisena; Peso mínimo: 9 g; Dados Complementares: embalagem individual.	1 - Pct	19.500 (COTA RESERVADA)	bom sabor	R$ 0,75	R$ 14.625,00
	ITEM 014: YOUSSIF AMIM YOUSSIF - EPP					
1	Biscoito - Tipo: água e sal; Peso mínimo: 9 g; Dados Complementares: embalagem individual.	1 - Pct	59.948 (EXCLUSIVO ME/EPP)	bom sabor	R$ 0,36	R$ 21.581,28
	ITEM 018: YOUSSIF AMIM YOUSSIF - EPP					

1	Geléia - Sabor: variado; Tipo: fruta; Requisito: isenta de corantes; Requisito da embalagem: com no mínimo 144 blister de 15g.	1 - Cx.	917 (C O T A PRINCIPAL)	b o m sabor	R$ 65,45	R$ 60.017,65
	ITEM 018.1: YOUSSIF AMIM YOUSSIF - EPP					
1	Geléia - Sabor: variado; Tipo: fruta; Requisito: isenta de corantes; Requisito da embalagem: com no mínimo 144 blister de 15g.	1 - Cx.	305 (C O T A RESERVADA)	b o m sabor	R$ 65,45	R$ 19.962,25
	ITEM 019: YOUSSIF AMIM YOUSSIF - EPP					
1	Iogurte - Apresentação: desnatado; Sabor: natural; Peso aproximado: 160 a 200 g; Requisito da embalagem: copo plástico com tampa em alumínio .	1 - Un.	3.004 (EXCLUSIVO ME/EPP)	carolina	R$ 3,30	R$ 9.913,20
	ITEM 026.1: YOUSSIF AMIM YOUSSIF - EPP					
1	Mandioca - Tipo: congelada; Cor: branca / amarela; Requisito: em pedaços; Dados Complementares: 100 % natural.	Pct. - 2 - Kg	1.489 (C O T A RESERVADA)	d o i s irmãos	R$ 10,90	R$ 16.230,10
	ITEM 027: YOUSSIF AMIM YOUSSIF - EPP					
1	Margarina vegetal - Tipo: com sal; Requisito da embalagem: 500 g.	1 - Un.	1.067 (EXCLUSIVO ME/EPP)	dualis	R$ 7,00	R$ 7.469,00
	ITEM 029: YOUSSIF AMIM YOUSSIF - EPP					
1	Margarina vegetal - Tipo: com sal; Gordura total: máximo de 6,5 g; Requisito da embalagem: blíster com 10 g.	Cx - 192 - Uns.	1.002 (EXCLUSIVO ME/EPP)	b o m sabor	R$ 70,00	R$ 70.140,00
	ITEM 030: YOUSSIF AMIM YOUSSIF - EPP					
1	Margarina vegetal - Tipo: sem sal; Gordura total: máximo de 6,5 g; Requisito da embalagem: blíster com 10 g.	Cx - 192 - Uns.	400 (EXCLUSIVO ME/EPP)	b o m sabor	R$ 65,65	R$ 26.260,00
	ITEM 037: YOUSSIF AMIM YOUSSIF - EPP					
1	Sardinha - Tipo: molho de tomate; Requisito: 1º qualidade.	Lt. - 125 - Grs.	911 (EXCLUSIVO ME/EPP)	somag	R$ 5,55	R$ 5.056,05
	ITEM 038: YOUSSIF AMIM YOUSSIF - EPP					
1	Suco - Tipo: fruta; Requisito: a base de soja, isento de colesterol e lactose; Quantidade mínima: 200 ml; Dados Complementares: pronto para o consumo.	1 - L o n g a Vida TP	31.111 (C O T A PRINCIPAL)	shefa	R$ 1,79	R$ 55.688,69
	ITEM 038.1: YOUSSIF AMIM YOUSSIF - EPP					
1	Suco - Tipo: fruta; Requisito: a base de soja, isento de colesterol e lactose; Quantidade mínima: 200 ml; Dados Complementares: pronto para o consumo.	1 - L o n g a Vida TP	10.370 (C O T A RESERVADA)	shefa	R$ 1,79	R$ 18.562,30
	ITEM 039: YOUSSIF AMIM YOUSSIF - EPP					
1	Suco - Tipo: fruta; Sabor: abacaxi; Porcentagem: 100 % natural; Rendimento: diluição 1 parte de suco por 3 partes de água.; Quantidade mínima: 500 ml; Dados Complementares: não fermentado, enriquecido com vitamina C.	1 - Un.	3.958 (EXCLUSIVO ME/EPP)	dafruta	R$ 3,77	R$ 14.921,66
	ITEM 042: YOUSSIF AMIM YOUSSIF - EPP					

1	Suco - Tipo: fruta; Sabor: goiaba; Porcentagem: 100 % natural; Rendimento: diluição 1 parte de suco por 3 partes de água.; Quantidade mínima: 500 ml; Dados Complementares: não fermentado, enriquecido com vitamina C.	1 - Un.	4.068 (EXCLUSIVO ME/EPP)	dafruta	R$ 3,79	R$ 15.417,72
	ITEM 044: YOUSSIF AMIM YOUSSIF - EPP					
1	Suco - Tipo: fruta; Sabor: manga; Porcentagem: 100 % natural; Rendimento: diluição 1 parte de suco por 2 partes de água.; Quantidade mínima: 500 ml; Dados Complementares: não fermentado, enriquecido com vitamina C.	1 - Un.	4.078 (EXCLUSIVO ME/EPP)	dafruta	R$ 3,79	R$ 15.455,62
	ITEM 045: YOUSSIF AMIM YOUSSIF - EPP					
1	Suco - Tipo: fruta; Sabor: maracujá; Porcentagem: 100 % natural; Rendimento: diluição 1 parte de suco por 8 partes de água; Quantidade mínima: 500 ml; Dados Complementares: não fermentado, enriquecido com vitamina C.	1 - Un.	3.358 (EXCLUSIVO ME/EPP)	dafruta	R$ 5,15	R$ 17.293,70
	ITEM 046: YOUSSIF AMIM YOUSSIF - EPP					
1	Suco - Tipo: fruta; Sabor: uva; Porcentagem: 100 % natural; Rendimento: diluição 1 parte de suco por 2 partes de água.; Quantidade mínima: 500 ml; Dados Complementares: não fermentado, enriquecido com vitamina C.	1 - Un.	4.073 (EXCLUSIVO ME/EPP)	dafruta	R$ 3,77	R$ 15.355,21
	ITEM 049: YOUSSIF AMIM YOUSSIF - EPP					
1	Tempero - Tipo: completo; Requisito: 1º qualidade.	Emb - 1 - Kg	194 (EXCLUSIVO ME/EPP)	dusul	R$ 8,00	R$ 1.552,00
	ITEM 058: YOUSSIF AMIM YOUSSIF - EPP					
1	Sal - Tipo: iodado; Requisito: em sachê com 1 gr.	Cx - 1000 - Un.	190 (EXCLUSIVO ME/EPP)	bom sabor	R$ 13,00	R$ 2.470,00
	ITEM 062: YOUSSIF AMIM YOUSSIF - EPP					
1	Xarope - Tipo: de groselha; Requisito: 1º qualidade.	Emb - 900 - Mls.	1.855 (EXCLUSIVO ME/EPP)	celli	R$ 11,00	R$ 20.405,00
	ITEM 063: YOUSSIF AMIM YOUSSIF - EPP					
2	Leite - Origem: vaca; Apresentação: pasteurizado, tipo C, homogêneo, branco leitoso.	1 - L	48.120 (COTA PRINCIPAL)	camby	R$ 4,90	R$ 235.788,00
	ITEM 065: YOUSSIF AMIM YOUSSIF - EPP					
4	Leite - Origem: vaca; Apresentação: desnatado longa vida (UHT), líquido homogêneo, branco leitoso.	1 - L	330 (EXCLUSIVO ME/EPP)	tyrol	R$ 5,90	R$ 1.947,00
	VALOR GLOBAL					**R$ 791.088,97**

Campo Grande, 17 de março de 2023.

Muriel Moreira
Superintendente de Gestão de Compras e Materiais

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 016/SAD/2023
PROCESSO Nº 55/002.998/2022
PROCEDIMENTO LICITATÓRIO: Pregão Eletrônico nº 049/2022

OBJETO: Registro de Preços para **AQUISIÇÃO DE ESCAVADEIRA HIDRÁULICA**

FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: Lei Federal n.º 10.520/02, subsidiariamente pela Lei nº 8.666/93, bem como, pelos

Decretos Estaduais nº 15.327/2019 e nº 15.454 e pelas condições no Edital.
DATA ASSINATURA DA ATA: 17 de março de 2023
VIGÊNCIA: 12 (doze) meses a partir da publicação do extrato da Ata.

PARTES: **SUPERINTENDÊNCIA DE GESTÃO DE COMPRAS E MATERIAIS – SUCOMP/SAD** E **ROTA OESTE MÁQUINAS LTDA, inscrita no CNPJ 19.575.048/0004-07.**

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	UNID.	QUANT.	MARCA E MODELO	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL.
	ITEM 001: ROTA OESTE MÁQUINAS LTDA (UNIFICADO)					
1	Escavadeira - Tipo: hidráulica sobre esteiras, nova, zero hora; Fabricação: Nacional/ Mercosul; Motor: mínimo de 4 cilindros, do mesmo fabricante do equipamento, turbo alimentado; Características adicionais: sistema hidráulico sensível a carga, 02 (duas) bombas de pistão ou engrenagem; chassis inferior com 7 (sete) roletes inferiores e mínimo de 02 (dois) superiores de cada lado da esteira; sapatas de garra tripla com largura mínima de 600 mm; Sistema: de giro com velocidade mínima de 10,5 rpm; sistema de translação com 02 (duas) velocidade; capacidade de rampa de no mínimo 30°; lança com o mínimo de 4,50 m e braço com o mínimo de 2,50 m; Peso: operacional mínimo de 17.000 kg; motor a diesel; potência líquida mínima de 110 hp; turbo alimentado, com sistema de injeção de combustível "cammon rail"; padrões de controle de níveis de emissão de poluentes definidos pela norma epa tier 3; Informação adicional: capacidade de carga de caçamba de no mínimo 0,65 m³, sistema elétrico em 24 (vinte e quatro) volts, controles de movimento através de 02 (dois) joystick de acionamento; pedais e alavancas para acionamento das esteiras; motor de translação com velocidade mínima em baixa de 2,0 km/h e em alta 4,0 km/h; Cabine: fechada com ar condicionado rops/ fops ou opg; telemetria via satélite, gsm ou wifi. Escavadeira	1 - Un.	85 (COTA PRINCIPAL)	JOHN DEERE/160GLC	R$ 849.000,00	R$ 72.165.000,00
	VALOR GLOBAL					**R$ 72.165.000,00**

Campo Grande, 17 de março de 2023
Muriel Moreira
Superintendente de Gestão de Compras e Materiais

AVISO DE LICITAÇÃO

A SECRETARIA DE ESTADO DE ADMINISTRAÇÃO DE MATO GROSSO DO SUL – SAD, através da Coordenadoria de Licitação - COLIC/SUCOMP/SAD, por meio do Diário Oficial Eletrônico instituído como veículo oficial de publicação do Estado de Mato Grosso do Sul, conforme a Lei n°3.394/2007, torna pública a realização da licitação abaixo:

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE MEDICAMENTOS XXII
PREGÃO ELETRÔNICO: 0117/2022
PROCESSO: 55/013.458/2022

ABERTURA DA SESSÃO: Às 08:00 horas do dia 31 de março de 2023, (HORÁRIO LOCAL).
ENDEREÇO DA ABERTURA DA SESSÃO: www.compras.ms.gov.br

O edital, adendos e demais avisos, encontram–se disponíveis aos interessados gratuitamente no site www.compras.ms.gov.br.
Aplicam-se a esta licitação as leis números 8.666/1993 e 10.520/2002.

Campo Grande/MS, 17 de março de 2023.

Coordenadoria de Licitação - COLIC/SUCOMP/SAD

AVISO DE LICITAÇÃO

A FUNDAÇÃO SERVIÇOS DE SAÚDE DE MATO GROSSO DO SUL – FUNSAU, através da Coordenadoria de Licitação - COLIC/SUCOMP/SAD, por meio do Diário Oficial Eletrônico instituído como veículo oficial de publicação do Estado de Mato Grosso do Sul, conforme a Lei n°3.394/2007, torna pública a realização da licitação abaixo:

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE LOCAÇÃO DE CAÇAMBAS
PREGÃO ELETRÔNICO: 0018/2022
PROCESSO: 27/011.151/2022

ABERTURA DA SESSÃO: Às 14:00 horas do dia 31 de março de 2023, (HORÁRIO LOCAL).
ENDEREÇO DA ABERTURA DA SESSÃO: www.compras.ms.gov.br

O edital, adendos e demais avisos, encontram–se disponíveis aos interessados gratuitamente no site www.compras.ms.gov.br.
Aplicam-se a esta licitação as leis números 8.666/1993 e 10.520/2002.

Campo Grande/MS, 17 de março de 2023.
Coordenadoria de Licitação - COLIC/SUCOMP/SAD

AVISO DE LICITAÇÃO

A SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE DE MATO GROSSO DO SUL/SES, através da Coordenadoria de Licitação - COLIC/SUCOMP/SAD, por meio do Diário Oficial Eletrônico instituído como veículo oficial de publicação do Estado de Mato Grosso do Sul, conforme a Lei n°3.394/2007, torna pública a realização da licitação abaixo:

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO PREVENTIVA, CORRETIVA, CALIBRAÇÃO E FORNECIMENTO DE PEÇAS DE CABINES DE SEGURANÇA BIOLÓGICA
PREGÃO ELETRÔNICO: 0117/2022
PROCESSO: 27/008.789/2022

ABERTURA DA SESSÃO: Às 14:00 horas do dia 3 de abril de 2023, (HORÁRIO LOCAL).
ENDEREÇO DA ABERTURA DA SESSÃO: www.compras.ms.gov.br

O edital, adendos e demais avisos, encontram–se disponíveis aos interessados gratuitamente no site www.compras.ms.gov.br.
Aplicam-se a esta licitação as leis números 8.666/1993 e 10.520/2002.

Campo Grande/MS, 17 de março de 2023.
Secretaria de Estado de Saúde – SES

AVISO DE LICITAÇÃO

A SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE DE MATO GROSSO DO SUL/SES, por meio do Diário Oficial Eletrônico instituído como veículo oficial de publicação do Estado de Mato Grosso do Sul, conforme a Lei n° 3.394/2007, torna pública a realização da licitação abaixo:

OBJETO: AQUISIÇÃO DE BENS COMUNS (UNIFORMES)

PREGÃO ELETRÔNICO: 0089/2022
PROCESSO: 27/006.137/2021

ABERTURA DA SESSÃO: Às 08:00 horas do dia 03 de abril de 2023, (HORÁRIO LOCAL).
ENDEREÇO DA ABERTURA DA SESSÃO: www.compras.ms.gov.br

O edital, adendos e demais avisos, encontram–se disponíveis aos interessados gratuitamente no site www.compras.ms.gov.br.
Aplicam-se a esta licitação as leis números 8.666/1993 e 10.520/2002.

Campo Grande/MS, 17 de março de 2023.

Secretaria de Estado de Saúde – SES

AVISO DE LICITAÇÃO

A SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE DE MATO GROSSO DO SUL/SES, por meio do Diário Oficial Eletrônico instituído como veículo oficial de publicação do Estado de Mato Grosso do Sul, conforme a Lei n° 3.394/2007, torna pública a realização da licitação abaixo:

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS DE CALIBRAÇÃO

PREGÃO ELETRÔNICO: 0093/2022
PROCESSO: 27/001.409/2022

ABERTURA DA SESSÃO: Às 08:00 horas do dia 3 de abril de 2023, (HORÁRIO LOCAL).
ENDEREÇO DA ABERTURA DA SESSÃO: www.compras.ms.gov.br

O edital, adendos e demais avisos, encontram–se disponíveis aos interessados gratuitamente no site www.compras.ms.gov.br.
Aplicam-se a esta licitação as leis números 8.666/1993 e 10.520/2002.

Campo Grande/MS, 17 de março de 2023.
Secretaria de Estado de Saúde – SES

QUINTO ADENDO

A SECRETARIA DE ESTADO DE JUSTIÇA E SEGURANÇA PÚBLICA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL-SEJUSP, por meio do Diário Oficial Eletrônico instituído como veículo oficial de publicação do Estado de Mato Grosso do Sul, conforme a Lei n°3.394/2007, torna público o quinto adendo do credenciamento abaixo:

OBJETO: CREDENCIAMENTO DE EMPRESAS PARA REMOÇÃO DE CADÁVERES E/OU RESTOS MORTAIS PARA O INSTITUTO MÉDICO E ODONTOLÓGICO LEGAL (IMOL) OU NÚCLEOS REGIONAIS DE MEDICINA LEGAL (NRML)
CREDENCIAMENTO: 001/2020
PROCESSO: 31/002.010/2020

1) Alterar a redação da cláusula 14.1, passando a constar:

14.1. As despesas decorrentes da contratação do presente credenciamento correrão à conta da Funcional Programática nº 06.122.0013.4131.0008, Natureza de Despesa nº 339093, Item de Despesa nº 33903967, Fonte de Recursos nº 0175980931;

2) Prorrogar a vigência do Edital de Credenciamento

O prazo de vigência do Edital de Credenciamento n. 001/2020 será prorrogado por mais 12 (doze) meses, ou seja, até 21 de março de 2024, conforme item 7 do edital.

3) As demais condições permanecem inalteradas.

O edital, adendos e demais avisos, encontram–se disponíveis aos interessados gratuitamente no site www.compras.ms.gov.br.

Campo Grande/MS, 13 de março de 2023.

ANTONIO CARLOS VIDEIRA
Secretário de Estado de Justiça e Segurança Pública

RESULTADO DE LICITAÇÃO

A Pregoeira, da competência atribuída por meio da Portaria "P" AGRAER n. 12, de 19 de janeiro de 2023, através da Coordenadoria de Licitação/COLIC/SUCOMP/SAD, por meio do Diário Oficial Eletrônico instituído como veículo oficial de publicação do Estado conforme a Lei n°3.394/2007, torna público o resultado da licitação descrita abaixo:

OBJETO: AQUISIÇÃO DE PÁ CARREGADEIRA.
PREGÃO ELETRÔNICO: 0016/2022.
PROCESSO: 71/032.694/2022.

ITEM	Empresa Vencedora	Valor Unitário (R$)	Valor Total (R$)
ÚNICO	SHARK MÁQUINAS PARA CONSTRUÇÃO LTDA	620.000,00	2.480.000,00

Demais informações quanto ao item licitado, acessar: www.compras.ms.gov.br

Campo Grande/MS, 17 de março de 2023.

Simone de Oliveira Ramires Castro/Pregoeira.
Coordenadoria de Licitação /COLIC/SUCOMP/SAD

RESULTADO DA LICITAÇÃO

A Pregoeira, de acordo com a competência atribuída por meio da Resolução "P" SAD N° 122 de 13 de janeiro de 2023, por meio do Diário Oficial Eletrônico instituído como veículo oficial de publicação do Estado conforme a Lei n° 3.394/2007, torna público o resultado da licitação abaixo:

OBJETO: REGISTRO DE PREÇO PARA AQUISIÇÃO DE CORRELATOS PARA PRODUÇÃO DE SOLUÇÕES E CORANTES
PREGÃO ELETRÔNICO: 0095/2022
PROCESSO: 55/005.971/2022

ITENS DESERTOS: 09, 026, 028, 031, 035, 036, 037 e 038.
ITENS FRACASSADOS:024, 026, 027, 030 e 033.

ITEM	EMPRESA VENCEDORA	VALOR UNITÁRIO (R$)
001	MEDLAB PRODUTOS PARA LABORATORIO LTDA - EPP	101,92
002		98,54
003		24,69
004		53,38
005		57,09
006		181,47
007		86,74
008		31,90
010		48,10
011		75,00
012		54,84
015		38,07
016		60,00

017		90,00
018		67,69
019		29,19
020		32,45

Demais informações quanto ao item licitado, acessar o link: https://www.compras.ms.gov.br/.

Campo Grande/MS, 17 de março de 2023.

Ana Gonçalves Lima do Prado – Pregoeira EP 02
Coordenadoria de Licitação - COLIC/SUCOMP/SAD/MS

Secretaria de Estado de Educação

RESULTADO DE LICITAÇÃO

A Presidente da Unidade Executora (UEx.) do(a) Escola Estadual AMÉLIO DE CARVALHO BAÍS, por intermédio da Equipe de Licitação, comunica a classificação e adjudicação do resultado do processo licitatório, na modalidade Pregão Presencial.
PREGÃO PRESENCIAL N. 01/2023
PROCESSO N. 29/009654/2023
OBJETO: Aquisição de gêneros alimentícios destinados à alimentação escolar do Programa Nacional de Alimentação Escolar – PNAE do(a) Escola Estadual AMÉLIO DE CARVALHO BAÍS, conforme abaixo:
Empresa (1): Cruz Comércio Varejista de Produtos Alimentícios LTDA, CNPJ N. 46.796.792/0001-53, vencedora dos itens: 8, 9, 11, totalizando o contrato no valor de R$ 15.900,00 (quinze mil e novecentos reais);
Empresa (2): DJE DISTRIBUIDORA DE ALIMENTOS EIRELI ME, CNPJ N. 22.416.818/0001-22, vencedora dos itens: 4, 5, 14, totalizando o contrato no valor de R$ 2.355,00 (dois mil e trezentos e cinquenta e cinco reais);
Empresa (3): FLAVIO HENRIQUE SEVERO LTDA, CNPJ N. 12.669.940/0001-57, vencedor(a) do item: 15, totalizando o contrato no valor de R$ 4.545,00 (quatro mil e quinhentos e quarenta e cinco reais);
Empresa (4): I.A. CAMPAGNA JUNIOR E CIA LTDA, CNPJ N. 06.298.377/0001-55, vencedora dos itens: 3, 6, 7, 13, 18, 19, totalizando o contrato no valor de R$ 9.579,50 (nove mil e quinhentos e setenta e nove reais e cinquenta centavos);
Empresa (5): KPS COMÉRCIO DE ALIMENTOS LTDA, CNPJ N. 27.024.068/0001-67, vencedor(a) do item: 12, totalizando o contrato no valor de R$ 550,00 (quinhentos e cinquenta reais);
Empresa (6): LATICINIOS CAMBY LTDA, CNPJ N. 37.564.739/0001-36, vencedor(a) do item: 17, totalizando o contrato no valor de R$ 1.950,00 (um mil e novecentos e cinquenta reais);
Empresa (7): Mauro Marcio Narcizo Fialho, CNPJ N. 32.871.570/0001-43, vencedor(a) do item: 10, totalizando o contrato no valor de R$ 4.344,00 (quatro mil e trezentos e quarenta e quatro reais);
Empresa (8): MF COMÉRCIO EQUIPAMENTO PARA ESCRITÓRIO EIRELI, CNPJ N. 13.485.242/0001-64, vencedora dos itens: 21, 22, totalizando o contrato no valor de R$ 5.664,00 (cinco mil e seiscentos e sessenta e quatro reais);
Empresa (9): TKS COMÉRCIO DE PRODUTOS DE LIMPEZA EIRELI, CNPJ N. 32.243.810/0001-65, vencedor(a) do item: 20, totalizando o contrato no valor de R$ 2.796,00 (dois mil e setecentos e noventa e seis reais);
Empresa (10): Zellitec Comércio de Produtos Alimentícios EIRELI, CNPJ N. 10.144.274/0001-08, vencedora dos itens: 1, 2, 16, 23, 24, totalizando o contrato no valor de R$ 3.479,80 (três mil e quatrocentos e setenta e nove reais e oitenta centavos).
CAMPO GRANDE/MS, 16 de março de 2023.

Patrícia Claro Pissurno
Presidente da UEx. do(a) Escola Estadual AMÉLIO DE CARVALHO BAÍS
CPF N. 864.844.271-00

RESULTADO DE LICITAÇÃO

O Presidente da Unidade Executora (UEx.) do(a) Escola Estadual GAL. MALAN, por intermédio da Equipe de Licitação, comunica a classificação e adjudicação do resultado do processo licitatório, na modalidade Pregão Presencial.
PREGÃO PRESENCIAL N. 01/2023
PROCESSO N. 29/006561/2023
OBJETO: Aquisição de gêneros alimentícios destinados à alimentação escolar do Programa Nacional de Alimentação Escolar – PNAE do(a) Escola Estadual GAL. MALAN, conforme abaixo:
Empresa (1): Irmãos Cardoso Ltda, CNPJ N. 37.753.892/0001-01, vencedora dos itens: 2, 3, 7, 18, 19, 20, 25, 27, totalizando o contrato no valor de R$ 9.984,85 (nove mil e novecentos e oitenta e quatro reais e oitenta e cinco centavos);
Empresa (2): J SOARES SERVIÇOS E COMÉRCIO LTDA, CNPJ N. 34.793.167/0001-79, vencedora dos itens: 9, 23, totalizando o contrato no valor de R$ 3.656,50 (três mil e seiscentos e cinquenta e seis reais e cinquenta centavos);
Empresa (3): MC Rocha Eireli, CNPJ N. 35.842.015/0001-81, vencedora dos itens: 5, 6, 11, 12, 13, 15, 21, 22,

24, 26, totalizando o contrato no valor de R$ 6.487,56 (seis mil e quatrocentos e oitenta e sete reais e cinquenta e seis centavos);
Empresa (4): MERLEI APARECIDA BUENO DA SILVA, CNPJ N. 05.099.789/0001-01, vencedora dos itens: 1, 4, 8, 10, 14, 16, 17, totalizando o contrato no valor de R$ 4.850,00 (quatro mil e oitocentos e cinquenta reais).
CAMPO GRANDE/MS, 16 de março de 2023.

JOSÉ GERALDO SERRANO DE OLIVEIRA
Presidente da UEx. do(a) Escola Estadual GAL. MALAN
CPF N. 110.633.878-25

RESULTADO DE LICITAÇÃO

O Presidente da Unidade Executora (UEx.) do(a) Escola Estadual ALZIRO LOPES, por intermédio da Equipe de Licitação, comunica a classificação e adjudicação do resultado do processo licitatório, na modalidade Pregão Presencial.
PREGÃO PRESENCIAL N. 01/2023
PROCESSO N. 29/015903/2023
OBJETO: Aquisição de gêneros alimentícios destinados à alimentação escolar do Programa Nacional de Alimentação Escolar – PNAE do(a) Escola Estadual ALZIRO LOPES, conforme abaixo:
Empresa (1): GILSON RIBEIRO BATISTOTI MERCADO LTDA, CNPJ N. 32.022.904/0001-04, vencedora dos itens: 2, 4, 14, totalizando o contrato no valor de R$ 9.185,50 (nove mil e cento e oitenta e cinco reais e cinquenta centavos);
Empresa (2): Irmãos Cardoso Ltda, CNPJ N. 37.753.892/0001-01, vencedora dos itens: 5, 9, 11, 12, 17, 19, 20, totalizando o contrato no valor de R$ 9.290,20 (nove mil e duzentos e noventa reais e vinte centavos);
Empresa (3): KPS COMÉRCIO DE ALIMENTOS LTDA, CNPJ N. 27.024.068/0001-67, vencedora dos itens: 8, 13, 21, totalizando o contrato no valor de R$ 8.694,94 (oito mil e seiscentos e noventa e quatro reais e noventa e quatro centavos);
Empresa (4): Ney Augusto Jara-ME, CNPJ N. 23.869.903/0001-09, vencedor(a) do item: 7, totalizando o contrato no valor de R$ 11.828,70 (onze mil e oitocentos e vinte e oito reais e setenta centavos);
Empresa (5): Zellitec Comércio de Produtos Alimentícios EIRELI, CNPJ N. 10.144.274/0001-08, vencedora dos itens: 1, 3, 6, 10, 15, 16, 18, totalizando o contrato no valor de R$ 8.997,96 (oito mil e novecentos e noventa e sete reais e noventa e seis centavos).
GUIA LOPES DA LAGUNA/MS, 16 de março de 2023.

Edymar Rocha Viedes
Presidente da UEx. do(a) Escola Estadual ALZIRO LOPES
CPF N. 529.217.351-72

RESULTADO DE LICITAÇÃO

A Presidente da Unidade Executora (UEx.) do(a) Escola Estadual ANGELINA JAIME TEBET, por intermédio da Equipe de Licitação, comunica a classificação e adjudicação do resultado do processo licitatório, na modalidade Pregão Presencial.
PREGÃO PRESENCIAL N. 01/2023
PROCESSO N. 29/006249/2023
OBJETO: Aquisição de gêneros alimentícios destinados à alimentação escolar do Programa Nacional de Alimentação Escolar – PNAE do(a) Escola Estadual ANGELINA JAIME TEBET, conforme abaixo:
Empresa (1): B.A. MARQUES LTDA, CNPJ N. 15.310.799/0001-90, vencedora dos itens: 1, 2, 3, 4, 5, 6, 7, 8, 9, 10, 11, 12, 13, 14, 15, 16, 17, 18, 19, 20, 21, totalizando o contrato no valor de R$ 24.281,88 (vinte e quatro mil e duzentos e oitenta e um reais e oitenta e oito centavos).
IVINHEMA/MS, 17 de março de 2023.

AMANDA NERY GONÇALVES DE PAULA
Presidente da UEx. do(a) Escola Estadual ANGELINA JAIME TEBET
CPF N. 946.841.381-00

RESULTADO DE LICITAÇÃO

O Presidente da Unidade Executora (UEx.) do(a)Escola Estadual CASTELO BRANCO, por intermédio da Equipe de Licitação, comunica a classificação e adjudicação do resultado do processo licitatório, na modalidade Pregão Presencial.
PREGÃO PRESENCIALN. 01/2023
PROCESSO N. 29/006773/2023
OBJETO: Aquisição de gêneros alimentícios destinados à alimentação escolar do Programa Nacional de Alimentação Escolar – PNAE do(a)Escola Estadual CASTELO BRANCO, conforme abaixo:
Empresa (1): LL Comércio de Gêneros Alimentícios LTDA, CNPJ N. 06.252.403/0001-04, vencedora dos itens: 1, 6, 7, 9, 12, 13, 15, 18, 22, 24, 28, totalizando o contrato no valor de R$ 15.374,31 (quinze mil e trezentos e setenta e quatro reais e trinta e um centavos);
Empresa (2): MERCADO PLANALTO EIRELI, CNPJ N. 28.505.930/0001-16, vencedora dos itens: 2, 3, 4, 5, 10, 14, 16, 17, 19, 20, 23, 25, 27, totalizando o contrato no valor de R$ 15.238,49 (quinze mil e duzentos e trinta e oito reais e quarenta e nove centavos);
Empresa (3): Ney Augusto Jara - ME, CNPJ N. 23.869.903/0001-09, vencedora dos itens: 8, 11, totalizando o

contrato no valor de R$ 8.242,71 (oito mil e duzentos e quarenta e dois reais e setenta e um centavos);
Empresa (4): PANIFICADORA E CONVENIÊNCIA VITÓRIA LTDA - ME, CNPJ N. 04.950.520/0001-16, vencedora dos itens: 21, 26, totalizando o contrato no valor de R$ 6.214,40 (seis mil e duzentos e quatorze reais e quarenta centavos).
BELA VISTA/MS, 17 de março de 2023.

ARNALDO BRITES FILHO NUNES
Presidente da UEx. do(a)Escola Estadual CASTELO BRANCO
CPF N. 023.300.201-47

RESULTADO DE LICITAÇÃO

A Presidente da Unidade Executora (UEx.) do(a) Escola Estadual PROF. EZEQUIEL BALBINO, por intermédio da Equipe de Licitação, comunica a classificação e adjudicação do resultado do processo licitatório, na modalidade Pregão Presencial.
PREGÃO PRESENCIAL N. 01/2023
PROCESSO N. 29/007922/2023
OBJETO: Aquisição de gêneros alimentícios destinados à alimentação escolar do Programa Nacional de Alimentação Escolar – PNAE do(a) Escola Estadual PROF. EZEQUIEL BALBINO, conforme abaixo:
Empresa (1): J C A DOS SANTOS - EPP, CNPJ N. 27.149.109/0001-41, vencedora dos itens: 1, 2, 3, 4, 5, 6, 7, 8, 9, 10, 11, 12, 13, 14, 15, 16, 17, 18, 19, 20, 21, 22, 23, 24, 25, 26, 27, 28, 29, 30, 31, 32, 33, 34, 35, 36, 37, 38, 39, 40, 41, 42, 43, totalizando o contrato no valor de R$ 27.930,85 (vinte e sete mil e novecentos e trinta reais e oitenta e cinco centavos).
ANAURILANDIA/MS, 17 de março de 2023.

EDILEUSA DA SILVA
Presidente da UEx. do(a) Escola Estadual PROF. EZEQUIEL BALBINO
CPF N. 161.730.038-13

RESULTADO DE LICITAÇÃO

A Presidente da Unidade Executora (UEx.) do(a) Escola Estadual DEP. CARLOS SOUZA MEDEIROS, por intermédio da Equipe de Licitação, comunica a classificação e adjudicação do resultado do processo licitatório, na modalidade Pregão Presencial.
PREGÃO PRESENCIAL N. 01/2023
PROCESSO N. 29/004683/2023
OBJETO: Aquisição de gêneros alimentícios destinados à alimentação escolar do Programa Nacional de Alimentação Escolar – PNAE do(a) Escola Estadual DEP. CARLOS SOUZA MEDEIROS, conforme abaixo:
Empresa (1): Carlos Antonio Vaz, CNPJ N. 10.595.413/0001-10, vencedor(a) do item: 8, totalizando o contrato no valor de R$ 9.627,00 (nove mil e seiscentos e vinte e sete reais);
Empresa (2): GILSON RIBEIRO BATISTOTI MERCADO LTDA, CNPJ N. 32.022.904/0001-04, vencedora dos itens: 7, 20, 22, totalizando o contrato no valor de R$ 4.414,50 (quatro mil e quatrocentos e quatorze reais e cinquenta centavos);
Empresa (3): I.A. CAMPAGNA JUNIOR E CIA LTDA, CNPJ N. 06.298.377/0001-55, vencedora dos itens: 12, 16, totalizando o contrato no valor de R$ 4.301,00 (quatro mil e trezentos e um reais);
Empresa (4): Irmãos Cardoso Ltda, CNPJ N. 37.753.892/0001-01, vencedora dos itens: 2, 4, 15, totalizando o contrato no valor de R$ 9.216,50 (nove mil e duzentos e dezesseis reais e cinquenta centavos);
Empresa (5): KPS COMÉRCIO DE ALIMENTOS LTDA, CNPJ N. 27.024.068/0001-67, vencedor(a) do item: 10, totalizando o contrato no valor de R$ 4.987,80 (quatro mil e novecentos e oitenta e sete reais e oitenta centavos);
Empresa (6): Luiz Claudio Fernandes Widal LTDA, CNPJ N. 34.272.418/0001-70, vencedora dos itens: 5, 9, 14, 21, totalizando o contrato no valor de R$ 4.162,20 (quatro mil e cento e sessenta e dois reais e vinte centavos);
Empresa (7): Mauro Marcio Narcizo Fialho, CNPJ N. 32.871.570/0001-43, vencedora dos itens: 1, 6, 13, 18, 19, totalizando o contrato no valor de R$ 3.673,23 (três mil e seiscentos e setenta e três reais e vinte e três centavos);
Empresa (8): WBI REPRESENTAÇÃO COMERCIAL LTDA, CNPJ N. 08.319.140/0001-39, vencedora dos itens: 3, 11, 17, totalizando o contrato no valor de R$ 8.812,20 (oito mil e oitocentos e doze reais e vinte centavos).
ANASTACIO/MS, 17 de março de 2023.

ELIZÂNGELA DE JESUS ARRUDA
Presidente da UEx. do(a) Escola Estadual DEP. CARLOS SOUZA MEDEIROS
CPF N. 028.570.131-24

RESULTADO DE LICITAÇÃO

O Presidente da Unidade Executora (UEx.) do(a) Escola Estadual 8 DE MAIO, por intermédio da Equipe de Licitação, comunica a classificação e adjudicação do resultado do processo licitatório, na modalidade Pregão Presencial.
PREGÃO PRESENCIAL N. 01/2023
PROCESSO N. 29/005226/2023
OBJETO: Aquisição de gêneros alimentícios destinados à alimentação escolar do Programa Nacional de Alimentação Escolar – PNAE do(a) Escola Estadual 8 DE MAIO, conforme abaixo:
Empresa (1): F.R. DA CRUZ , CNPJ N. 02.054.870/0001-79, vencedora dos itens: 5, 7, 8, 10, 15, 18, 28, 29, 30, 40, totalizando o contrato no valor de R$ 23.263,05 (vinte e três mil e duzentos e sessenta e três reais e cinco

centavos);
Empresa (2): JCHAGAS ALIMENTOS LTDA, CNPJ N. 06.813.685/0001-71, vencedora dos itens: 1, 3, 6, 9, 11, 12, 13, 16, 20, 21, 23, 26, 32, 34, totalizando o contrato no valor de R$ 23.222,80 (vinte e três mil e duzentos e vinte e dois reais e oitenta centavos);
Empresa (3): LATICINIOS CAMBY LTDA, CNPJ N. 37.564.739/0001-36, vencedora dos itens: 27, 33, totalizando o contrato no valor de R$ 6.489,70 (seis mil e quatrocentos e oitenta e nove reais e setenta centavos);
Empresa (4): Multpaes Indústria e Comércio LTDA, CNPJ N. 12.131.944/0001-87, vencedora dos itens: 2, 4, 14, 17, 19, 22, 24, 25, 31, 35, 36, 37, 38, 39, totalizando o contrato no valor de R$ 23.349,56 (vinte e três mil e trezentos e quarenta e nove reais e cinquenta e seis centavos).
IGUATEMI/MS, 17 de março de 2023.

VILSON JORGE DALLABRIDA
Presidente da UEx. do(a) Escola Estadual 8 DE MAIO
CPF N. 555.894.801-91

Retifica-se por contar erro no texto original da Homologação publicada no Diário Ofical do Estado n. 11.105, de 17 de março de 2023, p. 97.

O SECRETÁRIO DE ESTADO DE EDUCAÇÃO DE MS – SED homologa o resultado do **PREGÃO ELETRÔNICO Nº 0004/2023** SED – Processo **29/060.035/2022**, Funcional Programática: 10.29101.12.362.2046.4089.0008 - ND/ITEM: 33903302 – FONTE: 0150010011 – Localizador: Transporte Escolar de Alunos da R.E.E. Amparo Legal: Lei Federal nº 10.520/2002 e subsidiariamente pela Lei Federal n° 8.666/93 e suas alterações posteriores. Critério de julgamento: menor preço. Objeto: contratação de empresa especializada em transporte escolar rural, para atender alunos da REE, Município de Campo Grande/MS, Distrito de Anhanduí (linha Fazenda Campanha/ noturno). Empresa classificada com o primeiro menor preço: CQP TRANSPORTES LTDA, para o **ITEM 001**, no valor total de R$ 242.000,00 (duzentos e quarenta e dois mil reais).

Campo Grande, 16/03/2023.

HELIO QUEIROZ DAHER
Secretário de Estado de Educação/MS

Secretaria de Estado de Saúde

PROCESSO N° 27/001.177/2023
Ratifico a inexigibilidade de licitação, conforme justificativa no processo relativo à aquisição de medicamento, do item 01, em favor da empresa **PHARMADOOR** no valor de **R$ 11.655,00 (onze mil e seiscentos e cinquenta e cinco reais).**
Nos termos do Inciso I do artigo 25 da lei n° 8.666/93.
ORDENADOR/RATIFICO: ANTONIO CESAR NAGLIS
DATA: 17/03/2023

PROCESSO N° 27/001.870/2023
Ratifico a inexigibilidade de licitação, conforme justificativa no processo relativo à aquisição de medicamento, do item 01, em favor da empresa **PHARMADOOR** no valor de **R$ 18.720,00 (dezoito mil e setecentos e vinte reais).**
Nos termos do Inciso I do artigo 25 da lei n° 8.666/93.
ORDENADOR/RATIFICO: ANTONIO CESAR NAGLIS
DATA: 17/03/2023

RATIFICO
Ratifico a Dispensa de Licitação, conforme justificativa no processo relativo a Aquisição de Pneus, em favor da(s) empresa(s) abaixo relacionada(s):

Processo: 27/003.293/2023
Amparo Legal: Nos termos do Artigo 24 Inciso IV da Lei Federal 8.666/93
Fonte de Recurso: 0150010021

EMPRESA	CNPJ	Item(ns)	Valor Total
MULTIQUALITY COMERCIAL LTDA	27.996.015/0001-08	001, 002 e 003	37.999,98
PEIXOTO COMÉRCIO IMPORTAÇÃO EXPORTAÇÃO LTDA	00.384.799/0001-67	004	1.942,00

ORDENADOR/RATIFICO: **ANTONIO CESAR NAGLIS**
DATA: 17 de março de 2023

ETIFICAÇÃO DA PUBLICAÇÃO POR INCORREÇÃO

Retificamos a publicação do Diário Oficial do Estado nº 11.023, de 27 de dezembro de 2022, página 1.470, referente a homologação do **Processo 27/007.046/2022**

Onde se lê:

EMPRESA VENCEDORA: ELLO DISTRIBUIÇÃO LTDA / CNPJ: 14.115.388/0001-80

Leia-se:

EMPRESA VENCEDORA: ELLO DISTRIBUIÇÃO LTDA / CNPJ: 14.115.388/0002-61

ORDENADOR/RATIFICO: **ANTONIO CESAR NAGLIS**
DATA: 17 de março de 2023

Secretaria de Estado de Justiça e Segurança Pública

DESPACHO DO SENHOR SECRETÁRIO DE ESTADO:

Autorizo a inexigibilidade de licitação, conforme parecer jurídico, constante no processo abaixo relacionado, nos termos do "caput" do Art. 25 da Lei (Federal) nº 8.666/93 e suas alterações posteriores.

OBJETO: Despesa estimativa, referente à prestação de serviços de fornecimento de água potável, coleta e tratamento de esgoto sanitário, para atendimento da Polícia Militar no município de São Gabriel do Oeste/MS.

PROCESSO Nº	FAVORECIDO
31/300.055/2019	Serviço Autônomo de Água e Esgoto de São Gabriel do Oeste

Campo Grande – MS, 09 de março de 2023

ANTÔNIO CARLOS VIDEIRA
Secretário de Estado de Justiça e Segurança Pública/MS

Agência Estadual de Gestão de Empreendimentos

AVISO DE JULGAMENTO DE PROPOSTA

EDITAL: 146/2022-DLO/AGESUL
MODALIDADE: CONCORRÊNCIA
PROCESSO ADMINISTRATIVO: 57/008.479/2022

OBJETO: OBRA DE RESTAURAÇÃO DO PAVIMENTO, MELHORAMENTO E ADEQUAÇÃO DA CAPACIDADE DE TRÁFEGO, SEGURANÇA E DRENAGEM DA RODOVIA MS–157 TRECHO: PONTE SOBRE RIO CARUMBÉ – INÍCIO DO TRECHO URBANO DE ITAPORÃ, EXTENSÃO: 21,50 KM LOTE 2, NO MUNICÍPIO DE ITAPORÃ – MS

CLASSIFICADA: ENGEPAR ENGENHARIA E PARTICIPAÇÕES LTDA
VALOR: R$ **27.795.506,20** (vinte e sete milhões, setecentos e noventa e cinco mil, quinhentos e seis reais e vinte centavos).
PRAZO DE EXECUÇÃO: 240 dias
Abre-se o prazo recursal de 05 (cinco) dias úteis, conforme assegura o artigo 109, inciso I da Lei 8.666/93.

Campo Grande - MS, 17 de março de 2023

DÉBORA DA SILVA PEREIRA
DIRETORA DE LICITAÇÃO DE OBRAS AGESUL

Companhia de Gás do Estado de Mato Grosso do Sul

A **COMPANHIA DE GÁS DO ESTADO DE MS-MSGÁS**, por meio do Diário Oficial Eletrônico instituído como veículo oficial de publicação do Estado, conforme a Lei nº 3.394/2007, torna público para conhecimento dos interessados:
RATIFICAÇÃO POR DISPENSA DE LICITAÇÃO
AMPARO LEGAL: art. 131, VII do RILC/MSGÁS.
FAVORECIDO: LAO INDÚSTRIA LTDA.
PROCESSO ADMINISTRATIVO: 036/2023 D - **DATA:** 16/03/2022.
Termo de Dispensa/MSGÁS/PRES/nº 026/2023.
OBJETO: Aquisição de instrumento de medição.
VALOR: R$ 36.723,84 (trinta e seis mil, setecentos e vinte e três reais e oitenta e quatro centavos).

Empresa de Saneamento de Mato Grosso do Sul Sociedade Anônima

AVISO DE ADIAMENTO DE LICITAÇÃO

LICITAÇÃO-RPE - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 009/2023 – PROC. N° 00.915/2022/GETI/SANESUL
OBJETO: Contratação de empresa especializada em prestação de serviços para implantação e operação de solução de Centro de Operação de Rede para o gerenciamento proativo de eventos e comportamento do ambiente computacional da SANESUL
MOTIVO DO ADIAMENTO: à pedido da área requerente, devido à necessidade de adequação do Edital, conforme Adendo n° 001.

RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS: até às 10h00 do dia 11/04/2023 (horário de Brasília).

ABERTURA SESSÃO: às 10h00 do dia 11/04/2023 (horário de Brasília).
INÍCIO DA DISPUTA DE PREÇOS: às 15h00 do dia 11/04/2023 (horário de Brasília).
ENDEREÇO DA ABERTURA DA SESSÃO: www.licitacoes-e.com.br

DEMAIS INFORMAÇÕES: na GELIC – Gerência Licitações e Contratos, sita à Rua Dr. Zerbini, n° 421, Bairro Chácara Cachoeira, em Campo Grande/MS, CEP: 79.040-040, Fone (0xx67) 3318-7713, 3318-7783, Fax (0xx67) 3318-7724.

Campo Grande-MS, 17 de março de 2023
GELIC – Gerência Licitações e Contratos

Fundação de Cultura de Mato Grosso do Sul

Ratifico a Inexigibilidade de Licitação conforme justificativa no Processo abaixo relacionado
Amparo Legal: Lei 8666/93 e alterações, Artigo 25, inciso III

Processo: 85/001.964/2023
Do Objeto: contratação de **Rafael Ganeo Klnock Eventos LTDA**, inscrito no CNPJ. 11.675.887/0001-34, na condição de empresário exclusivo da dupla **"Maria Cecilia & Rodolfo"**, para que realize 01 (um) show musical, no dia 19 de março de 2023, a partir das 20 horas, na **Edição Circuito Mais Cultura e Regionalidade**, na Rodovia 384, s/n, Km 3, em Antônio João/MS, com 01 hora e 30 minutos de duração, pelo Projeto **Ações Culturais Para o Fortalecimento de Mato Grosso do Sul**
Favorecido: **Rafael Ganeo Klnock Eventos LTDA**
CNPJ. 11.675.887/0001-34
Do Preço R$ 120.000,00 (cento e vinte mil reais)
Data da Ratificação: 17 de março de 2023

MAX ANTÔNIO FREITAS DA CRUZ
Ordenador de Despesas
Fundação de Cultura de Mato Grosso do Sul

Ratifico a Inexigibilidade de Licitação conforme justificativa no Processo abaixo relacionado
Amparo Legal: Lei 8666/93 e alterações, Artigo 25, inciso III

Processo: 85/001.960/2023
Do Objeto: contratação de **Live Talentos Agenciamento, Produção e Publicidade LTDA**, na condição de empresária exclusiva da dupla **"Henrique e Diego"** para que realize 01 (um) show musical, no dia 17 de março de 2023, a partir das 20:00 horas, na **Edição Circuito Mais Cultura e Regionalidade,** na Praça Coronel Camisão, s/n, Centro, Guia Lopes da Laguna//MS, com duração de 01 hora e 40 minutos, pelo **Projeto Ações Culturais para o Fortalecimento de MS.**
Favorecido: **Live Talentos Agenciamento, Produção e Publicidade LTDA**
CNPJ 19.019.335/0001-80
Do Preço: R$ 140.000,00 (cento e quarenta mil reais)
Data da Ratificação: 17 de março de 2023

MAX ANTÔNIO FREITAS DA CRUZ
Ordenador de Despesas
Fundação de Cultura de Mato Grosso do Sul

Ratifico a Inexigibilidade de Licitação conforme justificativa no Processo abaixo relacionado
Amparo Legal: Lei 8666/93 e alterações, Artigo 25, inciso III

Processo: 85/001.958/2023
Do Objeto: contratação da empresa **Sater e Cunha Eventos e Serviços LTDA**, na condição de empresário exclusivo do cantor **"Gabriel Sater",** para que realize 01 (um) show musical, no dia 18 de março de 2023, a partir das 20:00 horas, no Evento **Circuito Mais Cultura e Regionalidade,** na Praça Coronel Camisão, s/n, Centro em Guia Lopes da Laguna/MS com 01 horas e 20 minutos de duração, pelo **Projeto Ações Culturais para o Fortalecimento de MS.**
Favorecido: **Sater e Cunha Eventos e Serviços LTDA**
CNPJ 14.597.229/0001-60
Do Preço R$ 85.000,00 (oitenta e cinco mil reais)
Data da Ratificação: 17 de março de 2023

MAX ANTÔNIO FREITAS DA CRUZ
Ordenador de Despesas
Fundação de Cultura de Mato Grosso do Sul

atifico a Inexigibilidade de Licitação conforme justificativa no Processo abaixo relacionado
Amparo Legal: Lei 8666/93 e alterações, Artigo 25, inciso III

Processo: 85/001.962/2023
Do Objeto: contratação de **J P R Produções e Eventos Artísticos Ltda**, na condição de empresário exclusivo da dupla **"Alex & Yvan",** para que realize **01 (um) show musical**, no dia 18 de março de 2023, a partir das 20 horas, na Rodovia 384, s/n, Km 3, em Antônio João/MS, no **Evento Circuito Mais Cultura e Regionalidade** com 02 horas de duração, pelo Projeto **Ações Culturais Para o Fortalecimento de Mato Grosso do Sul**
Favorecido: **J P R Produções e Eventos Artísticos Ltda**
CNPJ 29.376.268/0001-04
Do Preço: R$ 70.000,00 (setenta mil reais)
Data da Ratificação: 17 de março de 2023

MAX ANTÔNIO FREITAS DA CRUZ
Ordenador de Despesas
Fundação de Cultura de Mato Grosso do Sul

Ratifico a Inexigibilidade de Licitação conforme justificativa no Processo abaixo relacionado
Amparo Legal: Lei 8666/93 e alterações, Artigo 25, inciso III

Processo: 85/001.843/2023
Do Objeto: contratação de **DS Escrivano Produções - ME,** na condição de empresária exclusivo da banda **" Filho dos Livres ",** para que realize 01 (um) show musical, no dia 26 de março de 2023, a partir às 18:00 horas, no Altos da Av. Afonso Pena, 6567, Bairro Cidade Jardim, com 50 minutos de duração em Campo Grande/MS, pelo projeto **Ações Culturais para o Fortalecimento de Mato Grosso do Sul/ Edição Semana do Artesão**.
Favorecido: **DS Escrivano Produções ME**
CNPJ. 14.056.460/0001-46
Do Preço R$ 6.000,00 (seis mil reais)
Data da Ratificação: 17 de março de 2023

MAX ANTÔNIO FREITAS DA CRUZ
Ordenador de Despesas
Fundação de Cultura de Mato Grosso do Sul

Ratifico a Inexigibilidade de Licitação conforme justificativa no Processo abaixo relacionado
Amparo Legal: Lei 8666/93 e alterações, Artigo 25, inciso III

Processo: 85/001.891/2023
Do Objeto: contratação da empresa **Estudio R.A Ltda**, inscrito no CNPJ 13.761.146/0001-00, para que o designer José Rodrigo Pereira Ambrósio, em Artes **"Rodrigo Ambrósio",** que presta serviço exclusivamente pela empresa**,** realize uma **Palestra: Regionalismo brasileiro: o agente em destaque no processo criativo do artesanato** no dia 20 de março de 2023, às 16:30h, na Casa do Artesão na Av. Cálogeras,2050, Centro em Campo Grande/MS, no **Evento 15º Semana do Artesão,** com 01h e 30 minutos de duração, pelo Projeto **Ações Culturais Para o Fortalecimento de Mato Grosso do Sul**
Favorecido: **Studio R.A Ltda**
CNPJ 13.761.146/0001-00
Do Preço R$ 8.000,00 (oito mil reais)
Data da Ratificação: 17 de março de 2023

MAX ANTÔNIO FREITAS DA CRUZ
Ordenador de Despesas
Fundação de Cultura de Mato Grosso do Sul

Fundação de Turismo de Mato Grosso do Sul

Ratifico a inexigibilidade de licitação, com fulcro no art. 25, "caput" da Lei 8.666/93 e alterações posteriores, referente à despesa contratação de cota de participação para o evento "Café com Negócios 2023" que ocorrerá no município de Campo Grande/MS. As edições que ocorrerão de março a novembro deste ano, nas seguintes datas: 28 de março, 25 de abril, 25 de maio, 27 de junho, 25 de julho, 29 de agosto, 26 de setembro, 26 de outubro e 28 de novembro, , em conformidade com o Termo de Referência anexo ao processo.nº 85/000.584/2023, no valor de **R$ 112.500,00** (cento e doze mil e quinhentos reais), em favor da DIJAN DE BARROS GESTAO & TREINAMENTOS.

Campo Grande, 17 de março, de 2023.

Bruno Wendling
Diretor-Presidente da Fundação de Turismo de MS.

Fundação Serviços de Saúde de Mato Grosso do Sul

RATIFICO

DESPACHO DO ORDENADOR DE DESPESAS
Ratifico a Dispensa de Licitação conforme justificativa constante no processo abaixo relacionado:
Amparo Legal: Dispensa de Licitação art. 75, inciso VIII da lei 14.133/2021.
Fonte: 0165980011
Elemento de Despesa: 33903036

Processo	Objeto	Favorecido	Item	Valor Total
27/012.120/2022	Aquisição Emergencial de Materiais de Colostomia	CIRÚRGICA MS LTDA	001, 002, 004, 005, 006, 007 e 008	R$ 340.552,50
		C. C. M. REZENDE LTDA	003	R$30.000,00

Em 17 de março de 2023

Assinou:

Marielle Alves Corrêa Esgalha
Ordenadora de Despesas/FUNSAU/MS

RATIFICO

DESPACHO DO ORDENADOR DE DESPESAS
Ratifico a Dispensa de Licitação conforme justificativa constante no processo abaixo relacionado:
Amparo Legal: Dispensa de Licitação art. 75, inciso VIII da lei 14.133/2021.
Fonte: 0165980011
Elemento de Despesa: 33903036

Processo	Objeto	Favorecido	Item	Valor Total
27/001.435/2023	Aquisição Emergencial de Cobertura de Cadáveres	CIRUMED COMERCIO LTDA.	001	R$ 38.990,00

Em 17 de março de 2023

Assinou:

Marielle Alves Corrêa Esgalha
Ordenadora de Despesas/FUNSAU/MS

RATIFICO

DESPACHO DO ORDENADOR DE DESPESAS
Ratifico a Dispensa de Licitação conforme justificativa constante no processo abaixo relacionado:
Amparo Legal: Dispensa de Licitação art. 75, inciso VIII da lei 14.133/2021.
Fonte: 0150010021
Elemento de Despesa: 33903020

Processo	Objeto	Favorecido	Item	Valor Total
27/001.537/2023	Aquisição Emergencial de Colchão caixa de ovo	CIRUMED COMERCIO LTDA.	001	R$ 185.500,00

Em 17 de março de 2023

Assinou:

Marielle Alves Corrêa Esgalha
Ordenadora de Despesas/FUNSAU/MS

RATIFICO

DESPACHO DO ORDENADOR DE DESPESAS
Ratifico a Dispensa por Inexigibilidade conforme justificativa constante no processo abaixo relacionado:
Amparo Legal: Dispensa por Inexigibilidade, art. 25, inciso I, da lei 8.666/93.
Fonte: 0165980011
Elemento de Despesa: 33903009

Processo	Objeto	Favorecido	Item	Valor Total
27/002.877/2023	Aquisição de Medicamento (Dantroleno)	CRISTÁLIA PRODUTOS QUÍMICOS FARMACÊUTICOS LTDA.	001	R$ 9.792,00

Em 17 de março de 2023

Assinou:

Marielle Alves Corrêa Esgalha
Ordenadora de Despesas/FUNSAU/MS

RATIFICO

DESPACHO DO ORDENADOR DE DESPESAS
Ratifico a Dispensa por Inexigibilidade conforme justificativa constante no processo abaixo relacionado:
Amparo Legal: Dispensa por Inexigibilidade, art. 25, inciso I, da lei 8.666/93.
Fonte: 0165980011
Elemento de Despesa: 33903009

Processo	Objeto	Favorecido	Item	Valor Total
27/002.880/2023	Aquisição de Medicamento (Tiopental)	CRISTÁLIA PRODUTOS QUÍMICOS FARMACÊUTICOS LTDA.	001	R$ 4.500,00

Em 17 de março de 2023

Assinou:

Marielle Alves Corrêa Esgalha
Ordenadora de Despesas/FUNSAU/MS

RATIFICO

DESPACHO DO ORDENADOR DE DESPESAS
Ratifico a Dispensa por Inexigibilidade conforme justificativa constante no processo abaixo relacionado:
Amparo Legal: Dispensa por Inexigibilidade, art. 25, inciso I, da lei 8.666/93.
Fonte: 0165980011
Elemento de Despesa: 33903009

Processo	Objeto	Favorecido	Item	Valor Total
27/002.985/2023	Aquisição de Medicamentos (Morfina 0,2 mg/ml – ampola com 1 ml e 1mg/ml – ampola com 2 ml)	CRISTÁLIA PRODUTOS QUÍMICOS FARMACÊUTICOS LTDA.	001	R$ 17.891,00

Em 17 de março de 2023

Assinou:

Marielle Alves Corrêa Esgalha
Ordenadora de Despesas/FUNSAU/MS

Fundação Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul

TERMO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO.

Ratifico a Dispensa de licitação Nº 002/2023 no Processo nº 29/079563/2022.
AMPARO LEGAL: *Caput* artigo 24, inciso II da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993 e alterações.
VALOR TOTAL: R$ 9.600,00 (nove mil e seiscentos reais).
FAVORECIDO: ROBERTO ALVES DE OLIVEIRA 65314190320
OBJETO: Aquisição de compra Material Permanente (Placas de Tatames de E.V.A) Unidade Universitária de Campo Grande – MS.
Dourados-MS, 17 de março de 2023.

Laércio Alves de Carvalho
Reitor – UEMS

DESPACHO DO ORDENADOR DE DESPESAS

HOMOLOGO o resultado de licitação pela modalidade Pregão Eletrônico n° 039/2022, executada pelo Pregoeiro e equipe de apoio da UEMS, Processo n° 29/080648/2022, conforme adjudicação publicada no Diário Oficial do Estado de MS, de nº 11.103 de 16 de março de 2023, página 131, nos termos da Lei n° 10.520/2002 e da Lei 8.666/93.

OBJETO: Aquisição de Material Permanente (arquivo deslizante), para atender ao setor de registro funcional/DGV/PRODHS/UEMS, conforme condições, quantidade e exigências estabelecidas no Edital e Termo de Referência.

EMPRESAS ADJUDICATÁRIAS: AMAZING METALURGICA LTDA, CNPJ sob o nº 08.906.031/0001-18, para o LOTE ÚNICO, no o valor global de R$ 24.800,00 (vinte e quatro mil e oitocentos reais).

DATA DA HOMOLOGAÇÃO: 17 de março de 2023.

Laércio Alves de Carvalho
Reitor/UEMS

Instituto de Meio Ambiente de Mato Grosso do Sul

AVISO DE CONCORRÊNCIA

O INSTITUTO DE MEIO AMBIENTE DE MATO GROSSO DO SUL – IMASUL, por meio do Diário Oficial Eletrônico instituído como veículo oficial de publicação do Estado de Mato Grosso do Sul, conforme a Lei n° 3.394/2007, torna pública a realização da licitação abaixo:

OBJETO: CONCESSÃO DE USO DE ESPAÇO FÍSICO, PARA EXPLORAÇÃO DOS SERVIÇOS DE ALIMENTAÇÃO E REALIZAÇÃO DE EVENTOS E RECEPÇÕES – BUFFET, PARCIALMENTE EQUIPADO, IMÓVEL LOCALIZADO NO PARQUE DAS NAÇÕES INDÍGENAS, MUNÍCIPIO DE CAMPO GRANDE – MS, COM ACESSO PRINCIPAL PELA RUA ANTÔNIO MARIA COELHO, Nº 6.200

CONCORRÊNCIA: 0001/2023
PROCESSO: 71/018.847/2022

RECEBIMENTO E ABERTURA DOS ENVELOPES: Às 08:00 horas do dia 04 de maio de 2023 (HORÁRIO LOCAL).

LOCAL : Rua Desembargador Leão Neto do Carmo S/N - Parque dos Poderes, CEP: 79037-100, **Auditório Shirley Palmeira – IMASUL**, Campo Grande/MS.

O edital, adendos e demais avisos, encontram–se disponíveis aos interessados gratuitamente no site www.compras.ms.gov.br.
Aplica-se a esta licitação a lei número 8.666/1993.

Campo Grande/MS, 17 de março de 2023.

ANDRÉ BORGES BARROS DE ARAÚJO
INSTITUTO DE MEIO AMBIENTE DE MATO GROSSO DO SUL – IMASUL

Junta Comercial de Mato Grosso do Sul

RATIFICO

Autorizo a devolução da taxa paga indevidamente, referente aos processos abaixo relacionados, com base nas Normas Contábeis vigentes.
OBJETO: Devolução de taxa paga e não utilizada.

Nº PROCESSO	FAVORECIDO	VALOR GLOBAL (R$)
83/010.251/2023	Escola de Idiomas Naviraí	378,00
83/010.253/2023	Herotildes Lira da Silva	191,00
83/011.645/2023	Agrotrevo Soluçoes Agropecuarias Ltda	378,00
83/011.850/2023	LP Serviços Auxiliares ao Transporte Aéreo Ltda	378,00
83/011.917/2023	Shopping Procriador Ltda EPP	378,00
83/012.049/2023	Mauridenis Camilo de Souza Ltda	378,00

Campo Grande, 17 de março de 2023.

Nivaldo Domingos da Rocha
Ordenador de Despesas – JUCEMS/MS

ATOS DE PESSOAL DO PODER EXECUTIVO

Atos do Governador

DECRETO "P" N. 411, DE 15 DE MARÇO DE 2023.

O GOVERNADOR DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso de suas atribuições legais, resolve:

AUTORIZAR a passagem à disposição da Prefeitura Municipal de Campo Grande/MS, a fim de ocupar função de natureza policial militar, dos militares abaixo relacionados, pertencentes ao Quadro Permanente de Pessoal do Estado de Mato Grosso do Sul, lotados na Secretaria de Estado de Justiça e Segurança Pública, com ônus para a origem, em prorrogação, mediante reembolso, com fulcro no art. 76, § 1º, alínea "a", e art. 78-A, §3º, ambos da Lei Complementar n. 53, de 30 de agosto de 1990, alterada pela Lei Complementar n. 251, de 20 de agosto de 2018, combinado com o art. 3º, inciso II, e art. 5º, ambos do Decreto n. 14.905, de 27 de dezembro de 2017**,** no período de 1º de janeiro a 31 de dezembro de 2023 (Processo n. 77/001276/2023).

Matrícula n.	Nome	Cargo
108908021	Adriano Capellari	2º Sargento PM
119222021	Hermas da Silva Fagundes	Cabo PM
19070021	Leandro Ferreira Nanes dos Santos	3º Sargento PM

CAMPO GRANDE-MS, 15 DE MARÇO DE 2023.

EDUARDO CORREA RIEDEL
Governador do Estado

DECRETO "P" N. 412, DE 15 DE MARÇO DE 2023.

O GOVERNADOR DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso de suas atribuições legais, resolve:

AUTORIZAR a cedência da servidora CARMEM LIGIA LOUREIRO CARMELLO, matrícula n. 57918022, ocupante do cargo de Analista de Medidas Socioeducativa, pertencente ao Quadro Permanente de Pessoal do Estado de Mato Grosso do Sul, lotada na Secretaria de Estado de Justiça e Segurança Pública, para a Prefeitura Municipal de Campo Grande/MS, com ônus para a origem, mediante reembolso, com fulcro no art. 34 da Lei n. 1.102, de 10 de outubro de 1990, combinado com o art. 3º, inciso II, e art. 5º, ambos do Decreto n. 14.905, de 27 de dezembro de 2017, no período de 17 de fevereiro de 2023 a 31 de dezembro de 2024 (Processo n.77/001276/2023).

CAMPO GRANDE-MS, 15 DE MARÇO DE 2023.

EDUARDO CORREA RIEDEL
Governador do Estado

DECRETO "P" N. 413, DE 15 DE MARÇO DE 2023.

O GOVERNADOR DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso de suas atribuições legais, resolve:

AUTORIZAR a cedência do servidor NIVALDO SOARES ROCHA, matrícula n. 90962021, ocupante do cargo de Auxiliar Técnico de Serviços Hospitalares, pertencente ao Quadro Permanente de Pessoal do Estado de Mato Grosso do Sul, lotado na Fundação Serviços de Saúde de Mato Grosso do Sul, para a Prefeitura Municipal de Jateí/MS, sem ônus para a origem, em prorrogação, com fulcro no art. 34 da Lei n. 1.102, de 10 de outubro

de 1990, combinado com o art. 3º, inciso II, e art. 9º, ambos do Decreto n. 14.905, de 27 de dezembro de 2017, no período de 1º de janeiro de 2023 a 31 de dezembro de 2024 (Processo n.77/001698/2023).

CAMPO GRANDE-MS, 15 DE MARÇO DE 2023.

EDUARDO CORREA RIEDEL
Governador do Estado

DECRETO "P" N. 414, DE 15 DE MARÇO DE 2023.

O GOVERNADOR DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso de suas atribuições legais, resolve:

EXONERAR MIRELLA BARBOSA VIEIRA, matrícula n. 128659021, como membro efetivo do Conselho de Recursos Administrativos dos Servidores do Estado de Mato Grosso do Sul (Crase/MS), representante da Secretaria de Estado de Assistência Social e dos Direitos Humanos, com efeito a partir da data da publicação.

CAMPO GRANDE-MS, 15 DE MARÇO DE 2023.

EDUARDO CORREA RIEDEL
Governador do Estado

DECRETO "P" N. 415, DE 15 DE MARÇO DE 2023.

O GOVERNADOR DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso de suas atribuições legais, resolve:

NOMEAR LEANDRO GARCIA SALGADO, matrícula n. 112898023, para compor o Conselho de Recursos Administrativos dos Servidores do Estado de Mato Grosso do Sul (Crase/MS), como membro efetivo, representando a Secretaria de Estado de Assistência Social e dos Direitos Humanos, com fulcro na Lei Estadual n. 13, de 7 de novembro de 1979, alterada pela Lei Estadual n. 202, de 23 de dezembro de 2000 e Decreto n. 10.863, de 22 de julho de 2002, em substituição à servidora Mirella Barbosa Vieira, com efeito a partir da data da publicação.

CAMPO GRANDE-MS, 15 DE MARÇO DE 2023.

EDUARDO CORREA RIEDEL
Governador do Estado

DECRETO "P" N. 434, DE 16 DE MARÇO DE 2023.

O GOVERNADOR DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso de suas atribuições legais, resolve:

AUTORIZAR a cedência do servidor LUCAS DE CASTRO GARCETE, matrícula n. 102931021, ocupante do cargo de Assistente de Atividades de Trânsito, pertencente ao Quadro Permanente de Pessoal do Estado de Mato Grosso do Sul, lotado no Departamento Estadual de Trânsito de Mato Grosso do Sul, para a Câmara Municipal de Dourados/MS, sem ônus para a origem, com fulcro no art. 34 da Lei n. 1.102, de 10 de outubro de 1990, combinado com o art. 3º, inciso II, e art. 9º, ambos do Decreto n. 14.905, de 27 de dezembro de 2017, com efeito a partir da data da publicação até 31 de dezembro de 2023 (Processo n.77/003269/2023).

CAMPO GRANDE-MS, 16 DE MARÇO DE 2023.

EDUARDO CORREA RIEDEL
Governador do Estado

Controladoria-Geral do Estado

RESOLUÇÃO "P" CGE/MS N. 29, DE 17 DE MARÇO DE 2023.

O CONTROLADOR-GERAL DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso de suas atribuições legais e, tendo em vista o disposto no inciso III do art. 2º e incisos XIV, XXI e alínea *b* do inciso XXIV do art. 13 da Lei Complementar Estadual n. 230, de 9 de dezembro de 2016 c/c art. 256 da Lei Estadual n. 1.102, de 10 de outubro de 1990, resolve:

DESIGNAR os servidores Juliana Silva Barbosa, Auditora do Estado, matrícula n. 98303022; Arenice Maria da Silva Rosa de Azevedo, Auditora do Estado, matrícula n. 21507025 e Fernanda Guimarães Alves Ferraz, Auditora do Estado, matrícula n. 113502023, para constituírem Comissão Processante e, sob a presidência da primeira, iniciarem os trabalhos, visando a ultimar o Processo Administrativo Disciplinar - PAD n. 53/000278/2022.

Nos termos do art. 258 da Lei Estadual n. 1.102, de 1990, fixo o prazo de 90 (noventa) dias para conclusão dos trabalhos, a contar do vencimento do prazo atual.

Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

CAMPO GRANDE-MS, 17 DE MARÇO DE 2023.

CARLOS EDUARDO GIRÃO DE ARRUDA
Controlador-Geral do Estado

Secretaria de Estado de Administração

Republica-se por incorreção
Publicado no Diário Oficial Eletrônico n. 11.103, de 16 de março de 2023, página 137.

RESOLUÇÃO "P" SAD N. 483, DE 10 DE MARÇO DE 2023.

A SECRETÁRIA DE ESTADO DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições legais, resolve:

DESIGNAR os servidores abaixo relacionados, para compor a Comissão Permanente de Licitação da Fase Externa responsável pela realização dos trabalhos referentes à modalidade licitatória denominada Leilão, atuando nos processos licitatórios de alienação onerosa de bens móveis inservíveis e bens imóveis, nos termos dos art. 7º e art. 8º, §§ 1º e 3º, da Lei Federal n. 14.133, de 1º de abril de 2021 e Decreto Estadual n 15.939, de 26 de maio de 2022**,** pelo período de 1 (um) ano, com efeito a partir da data da publicação:

Matrícula n.	Nome	Função
98964022	Tania Regina Luzardo de Souza Sichinel	Agente de Contratação
502746023	Cárita Marilhants Silva de Castro	Membro
355150023	Drielly Nantes de Souza	Membro
498231022	Thiago Sampaio de Brum	Membro
488006024	Jaqueline Marques Soligo	Suplente

CAMPO GRANDE-MS, 10 DE MARÇO DE 2023.

ANA CAROLINA ARAUJO NARDES
Secretária de Estado de Administração

RESOLUÇÃO "P" SAD N. 486, DE 13 DE MARÇO DE 2023.

A SECRETÁRIA DE ESTADO DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições legais, resolve:

AUTORIZAR a averbação requerida pela servidora CRISTIANE AUXILIADORA DA SILVA FARIAS, matrícula n. 73049022, ocupante do cargo de Professor, lotada na Secretaria de Estado de Educação, no total de 3.576 dias de tempo de contribuição, conforme especificação abaixo (Processo n. 29/071880/2022).

I – 3.162 dias, prestados ao Município de Ladário/MS, como Assistente Administrativo, contidos no período de 1º de junho de 1990 a 31 de janeiro de 1999, para fim de aposentadoria, com fulcro nos incisos I e II do art. 82 da Lei n. 3.150, de 22 de dezembro de 2005.

II – 414 dias, prestados à Secretaria de Estado de Educação de Mato Grosso do Sul, como Professora, para fins de aposentadoria e adicional por tempo de serviço, com fulcro nos incisos I e II do art. 82 da Lei n. 3.150, de 22 de dezembro de 2005, sendo:

a) 333 dias, no período de 1º de fevereiro de 1999 a 30 de dezembro de 1999;

b) 81 dias, no período de 11 de fevereiro de 2000 a 1º de maio de 2000.

CAMPO GRANDE-MS, 13 DE MARÇO DE 2023.

ANA CAROLINA ARAUJO NARDES
Secretária de Estado de Administração

RESOLUÇÃO "P" SAD N. 487, DE 13 DE MARÇO DE 2023.

A SECRETÁRIA DE ESTADO DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições legais, resolve:

AUTORIZAR a averbação requerida pelo servidor DOUGLAS TAVARES BAPTISTA DE SOUZA, matrícula n. 426289022, ocupante do cargo de Agente de Polícia Judiciária, função Investigador de Polícia Judiciária, lotado na Secretaria de Estado de Justiça e Segurança Pública, no total de 4.651 dias de tempo de contribuição, prestados ao Governo do Estado de São Paulo/SP – Penitenciária "ASP Adriano Aparecido de Pieri" de Dracena/SP, como Agente de Segurança Penitenciaria, para fim de aposentadoria, com fulcro no inciso I do art. 82 da Lei n. 3.150, de 22 de dezembro de 2005, conforme especificação abaixo (Processo n. 31/201404/2017).

a) 327 dias, no período de 8 de fevereiro de 2002 a 31 de dezembro de 2002;

b) 6 dias, no período de 1º de janeiro de 2003 a 6 de janeiro de 2003;

c) 4.318 dias, no período de 8 de janeiro de 2003 a 3 de novembro de 2014.

CAMPO GRANDE-MS, 13 DE MARÇO DE 2023.

ANA CAROLINA ARAUJO NARDES
Secretária de Estado de Administração

RESOLUÇÃO "P" SAD N. 488, DE 13 DE MARÇO DE 2023.

A SECRETÁRIA DE ESTADO DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições legais, resolve:

AUTORIZAR a averbação requerida pela servidora FATIMA SONIA CHELIS, matrícula n. 52874021, ocupante do cargo de Gestor de Desenvolvimento Rural, lotada na Agência de Desenvolvimento Agrário e Extensão Rural, no total de 6.709 dias de tempo de contribuição, para fim de aposentadoria, conforme especificação abaixo, tornando sem efeito a Portaria "P" SRHP n. 613, de 18 de agosto de 2006, publicada no Diário Oficial n. 6.793, de 21 de agosto de 2006, a Apostila publicada no Diário Oficial n. 8.048, de 7 de outubro de 2011, pág. 33, e a Resolução "P" SAD n. 1.071, de 28 de setembro de 2011, publicada no Diário Oficial n. 8.048, de 7 de outubro de 2011 (Processo n. 37/009274/2006).

I – 2.304 dias, prestados à Prefeitura Municipal de Campo Grande – MS, como Ajudante de Serviços Gerais, no período de 2 de abril de 1981 a 23 de julho de 1987, com fulcro no inciso I do art. 82 da Lei n. 3.150, de 22 de dezembro de 2005.

II – 3.711 dias, com fulcro no inciso II do art. 82 da Lei n. 3.150, de 22 de dezembro de 2005, sendo:

a) 691 dias, prestados ao Sindicato dos Trab. na Ind. de Energia Elet. no Est. de MS, como Auxiliar Administrativo, no período de 10 de agosto de 1987 a 30 de junho de 1989;

b) 2.462 dias, prestados ao C. de Economia e Crédito Mútuo dos Empregados da ENERSUL, como Agente Administrativo, contidos no período de 1º de julho de 1989 a 29 de março de 1996;

c) 73 dias, prestados a Auto Peças Chacha Ltda., como Executiva de Vendas, no período de 19 de setembro de 1996 a 30 de novembro de 1996;

d) 395 dias, prestados à PROGEO – Geoprocessamento e Meio Ambiente Ltda., como Engenheira Agrimensora, no período de 2 de janeiro de 1998 a 31 de janeiro de 1999;

e) 90 dias, prestados à Fundação Cândido Rondon, como Técnica de Nível Superior, no período de 14

de fevereiro de 2002 a 14 de maio de 2002.

III – 694 dias, prestados à Fundação de Apoio à Pesquisa ao Ensino e a Cultura de Mato Grosso do Sul, como Técnica de Nível Superior, no período de 22 de março de 2000 a 13 de fevereiro de 2002, com fulcro nos incisos I e II do art. 82 da Lei n. 3.150, de 22 de dezembro de 2005.

CAMPO GRANDE-MS, 13 DE MARÇO DE 2023.

ANA CAROLINA ARAUJO NARDES
Secretária de Estado de Administração

RESOLUÇÃO "P" SAD N. 489, DE 13 DE MARÇO DE 2023.

A SECRETÁRIA DE ESTADO DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições legais, resolve:

AUTORIZAR a averbação requerida pela servidora GIZELE FRETES RODRIGUES, matrícula n. 80445022, ocupante do cargo de Fiscal de Vigilância Sanitária, lotada na Secretaria de Estado de Saúde, no total de 8.972 dias de tempo de contribuição, para fim de aposentadoria, conforme especificação abaixo, tornando sem efeito a Resolução "P" SAD n. 164, de 19 de janeiro de 2023, publicada no Diário Oficial Eletrônico n. 11.057, de 25 de janeiro de 2023 (Processo n. 27/011229/2022).

I – 5.983 dias, com fulcro no inciso II do art. 82 da Lei n. 3.150, de 22 de dezembro de 2005, sendo:

a) 172 dias, prestados à Matra Veículos Ltda., no período de 24 de maio de 1991 a 11 de novembro de 1991;

b) 1.027 dias, prestados à Associação Beneficente Santa Casa de Campo Grande, no período de 1º de outubro de 1999 a 23 de julho de 2002;

c) 115 dias, prestados à Rosa Kiyoko Okanobo Ozaki, no período de 1º de setembro de 2002 a 24 de dezembro de 2002;

d) 4.669 dias, prestados à Di Imagem – Centro de Diagnóstico Integrado por Imagem, sendo:

- 3.798 dias, contidos no período de 1º de outubro de 2003 a 28 de fevereiro de 2014;
- 871 dias, no período de 3 de fevereiro de 2016 a 22 de junho de 2018.

II – 2.285 dias, com fulcro no inciso I do art. 82 da Lei n. 3.150, de 22 de dezembro de 2005, sendo:

a) 667 dias, prestados à Secretaria Municipal da Higiene e da Saúde Pública de Campo Grande - MS, como Assistente Administrativo II, no período de 1º de maio de 1993 a 26 de fevereiro de 1995;

b) 307 dias, prestados à Secretaria Municipal da Higiene e da Saúde Pública de Campo Grande - MS, como Auxiliar Social II, no período de 27 de fevereiro de 1995 a 30 de dezembro de 1995;

c) 1.311 dias, prestados à Secretaria Municipal de Assistência Social de Campo Grande - MS, como Auxiliar Social II, no período de 28 de fevereiro de 1996 a 29 de setembro de 1999.

III – 704 dias, prestados à Fundação Serviços de Saúde de Mato Grosso do Sul – SAÚDE-MS, no período de 1º de março de 2014 a 2 de fevereiro de 2016, com fulcro nos incisos I e II do art. 82 da Lei n. 3.150, de 22 de dezembro de 2005.

CAMPO GRANDE-MS, 13 DE MARÇO DE 2023.

ANA CAROLINA ARAUJO NARDES
Secretária de Estado de Administração

RESOLUÇÃO "P" SAD N. 490, DE 13 DE MARÇO DE 2023.

A SECRETÁRIA DE ESTADO DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições legais, resolve:

TORNAR SEM EFEITO, a pedido, a averbação de tempo de contribuição autorizada ao servidor LEVI NEVES, matrícula n. 64055021, ocupante do cargo de Professor, lotado na Secretaria de Estado de Educação, efetuada por meio da Resolução "P" SAD n. 1.695, de 25 de setembro de 2018, publicada no Diário Oficial n. 9.751, de 27 de setembro de 2018 (Processo n. 29/002553/2023).

CAMPO GRANDE-MS, 13 DE MARÇO DE 2023.

ANA CAROLINA ARAUJO NARDES
Secretária de Estado de Administração

RESOLUÇÃO "P" SAD N. 491, DE 13 DE MARÇO DE 2023.

A SECRETÁRIA DE ESTADO DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições legais, resolve:

AUTORIZAR a averbação requerida pelo servidor LEVI NEVES, matrícula n. 64055022, ocupante do cargo de Professor, lotado na Secretaria de Estado de Educação, no total de 413 dias de tempo de contribuição, para fim de aposentadoria, com fulcro no inciso II do art. 82 da Lei n. 3.150, de 22 de dezembro de 2005, conforme especificação abaixo (Processo n. 29/002553/2023).

a) 141 dias, prestados ao Banco Sistema S/A, como Auxiliar Bancário, no período de 27 de março de 1984 a 14 de agosto de 1984;

b) 272 dias, como Contribuinte Individual, sendo:

- 181 dias, no período de 1º de fevereiro de 1985 a 31 de julho de 1985;

- 91 dias, no período de 1º de setembro de 1986 a 30 de novembro de 1986.

CAMPO GRANDE-MS, 13 DE MARÇO DE 2023.

ANA CAROLINA ARAUJO NARDES
Secretária de Estado de Administração

RESOLUÇÃO "P" SAD N. 492, DE 13 DE MARÇO DE 2023.

A SECRETÁRIA DE ESTADO DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições legais, resolve:

AUTORIZAR a averbação requerida pela servidora MARIA APARECIDA DA CONCEICAO, matrícula n. 64052022, ocupante do cargo de Professor, lotada na Secretaria de Estado de Educação, no total de 1.325 dias de contribuição, conforme especificação abaixo, tornando sem efeito a Resolução "P" SAD n. 1.882, de 8 de dezembro de 2022, publicada no Diário Oficial Eletrônico n. 11.016, de 19 de dezembro de 2022 (Processo n. 29/067638/2022).

I – 937 dias, como Contribuinte Individual, para fim de aposentadoria, com fulcro no inciso II do art. 82 da Lei n. 3.150, de 22 de dezembro de 2005, sendo:

a) 243 dias, no período de 1º de janeiro de 1989 a 31 de agosto de 1989;

b) 246 dias, no período de 1º de outubro de 1989 a 3 de junho de 1990;

c) 86 dias, no período de 22 de dezembro de 1990 a 17 de março de 1991;

d) 40 dias, no período de 1º de janeiro de 1992 a 9 de fevereiro de 1992;

e) 208 dias, no período de 8 de julho de 1992 a 31 de janeiro de 1993;

f) 50 dias, no período de 24 de dezembro de 1993 a 11 de fevereiro de 1994;

g) 31 dias, no período de 1º de janeiro de 1995 a 31 de janeiro de 1995;

h) 33 dias, no período de 30 de dezembro de 1995 a 31 de janeiro de 1996.

I – 388 dias, para fins de aposentadoria e adicional por tempo de serviço, com fulcro nos incisos I e II do art. 82 da Lei n. 3.150, de 22 de dezembro de 2005, sendo:

a) 15 dias, prestados ao Estado de Mato Grosso do Sul, como Professor, no período de 16 de dezembro de 1998 a 30 de dezembro de 1998;

b) 373 dias, prestados à Secretaria de Estado de Educação de Mato Grosso do Sul, como Professor, sendo:

- 333 dias, no período de 1º de fevereiro de 1999 a 30 de dezembro de 1999;

- 40 dias, no período de 11 de fevereiro de 2000 a 21 de março de 2000.

CAMPO GRANDE-MS, 13 DE MARÇO DE 2023.

ANA CAROLINA ARAUJO NARDES
Secretária de Estado de Administração

RESOLUÇÃO "P" SAD N. 493, DE 13 DE MARÇO DE 2023.

A SECRETÁRIA DE ESTADO DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições legais, resolve:

AUTORIZAR a averbação requerida pela servidora MARLEI AFONSO VILELA MACHADO, matrícula n. 80418021, ocupante do cargo de Professor, lotada na Secretaria de Estado de Educação, no total de 366 dias de tempo de contribuição, prestados à Secretaria de Estado de Educação de Mato Grosso do Sul, como Professor, para fins de aposentadoria e adicional por tempo de serviço, com fulcro nos incisos I e II do art. 82 da Lei n. 3.150, de 22 de dezembro de 2005, conforme especificação abaixo (Processo n. 29/073880/2022).

a) 15 dias, contidos no período de 16 de dezembro de 1998 a 31 de dezembro de 1998;

b) 333 dias, no período de 1º de fevereiro de 1999 a 30 de dezembro de 1999;

c) 18 dias, no período de 11 de fevereiro de 2000 a 28 de fevereiro de 2000.

CAMPO GRANDE-MS, 13 DE MARÇO DE 2023.

ANA CAROLINA ARAUJO NARDES
Secretária de Estado de Administração

RESOLUÇÃO "P" SAD N. 494, DE 13 DE MARÇO DE 2023.

A SECRETÁRIA DE ESTADO DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições legais, resolve:

AUTORIZAR a averbação requerida pelo servidor VALDIR GABRIEL MARTINS, matrícula n. 130786023, ocupante do cargo de Agente de Polícia Judiciária, função Investigador de Polícia Judiciária, lotado na Secretaria de Estado de Justiça e Segurança Pública, no total de 1.275 dias de tempo de contribuição, prestados ao Ministério da Defesa – Exército Brasileiro, como 3º Sargento, no período de 3 de fevereiro de 1992 a 31 de julho de 1995, para fim de aposentadoria, com fulcro no inciso IV do art. 82 da Lei n. 3.150, de 22 de dezembro de 2005 (Processo n. 31/012590/2022).

CAMPO GRANDE-MS, 13 DE MARÇO DE 2023.

ANA CAROLINA ARAUJO NARDES
Secretária de Estado de Administração

RESOLUÇÃO "P" SAD N. 495, DE 13 DE MARÇO DE 2023.

A SECRETÁRIA DE ESTADO DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições legais, resolve:

AUTORIZAR a averbação requerida pela servidora VILMA CLAUDIA SILVA, matrícula n. 24932022, ocupante do cargo de Professor, lotada na Secretaria de Estado de Educação, no total 1.460 dias de tempo de contribuição, prestados à Secretaria de Estado de Educação de Mato Grosso do Sul, como Professor, para fins de aposentadoria e adicional por tempo de serviço, com fulcro nos incisos I e II do art. 82 da Lei n. 3.150, de 22 de dezembro de 2005, conforme especificação abaixo, tornando sem efeito a Resolução "P" SAD N. 285, de 6 de fevereiro de 2023, publicada no Diário Oficial Eletrônico n. 11.073, de 10 de fevereiro de 2023 (Processo n. 29/000998/2022).

a) 123 dias, no período de 12 de março de 2003 a 12 de julho de 2003;

b) 149 dias, no período de 28 de julho de 2003 a 23 de dezembro de 2003;

c) 157 dias, no período de 11 de fevereiro de 2004 a 16 de julho de 2004;

d) 162 dias, no período de 19 de julho de 2004 a 24 de dezembro de 2004;

e) 156 dias, no período de 10 de fevereiro de 2005 a 15 de julho de 2005;

f) 145 dias, no período de 1º de agosto de 2005 a 23 de dezembro de 2005;

g) 145 dias, no período de 20 de fevereiro de 2006 a 14 de julho de 2006;

h) 145 dias, no período de 31 de julho de 2006 a 22 de dezembro 2006;

i) 151 dias, no período de 10 de fevereiro de 2010 a 10 de julho de 2010;

j) 127 dias, no período de 27 de julho de 2010 a 30 de novembro de 2010.

CAMPO GRANDE-MS, 13 DE MARÇO DE 2023.

ANA CAROLINA ARAUJO NARDES
Secretária de Estado de Administração

RESOLUÇÃO "P" SAD N. 502, DE 15 DE MARÇO DE 2023.

A SECRETÁRIA DE ESTADO DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista o disposto no art. 2º, inciso XVII, do Decreto 14.903, de 27 de dezembro de 2017, resolve:

AUTORIZAR a cedência do servidor RUI AUGUSTO TETE ANTONIO, matrícula n. 99026024, ocupante do cargo de Analista de Tecnologia da Informação, pertencente ao Quadro Permanente de Pessoal do Estado de Mato Grosso do Sul, lotado na Secretaria de Estado de Governo e Gestão Estratégica, para a Secretaria de Estado de Saúde, com ônus para a origem, em prorrogação, mediante reembolso, com fulcro no art. 34 da Lei n. 1.102, de 10 de outubro de 1990, combinado com o art. 3º, inciso I, do Decreto n. 14.905, de 27 de dezembro de 2017, no período de 1º de janeiro de 2023 a 31 de dezembro de 2026 (Processo n. 77/000075/2023)

CAMPO GRANDE-MS, 15 DE MARÇO DE 2023.

ANA CAROLINA ARAUJO NARDES
Secretária de Estado de Administração

RESOLUÇÃO "P" SAD N. 503, DE 15 DE MARÇO DE 2023.

A SECRETÁRIA DE ESTADO DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista o disposto no art. 2º, inciso XVII, do Decreto 14.903, de 27 de dezembro de 2017, resolve:

AUTORIZAR a cedência dos servidores relacionados no anexo desta Resolução, pertencentes ao Quadro Permanente de Pessoal do Estado de Mato Grosso do Sul, lotados na Secretaria de Estado de Assistência Social e dos Direitos Humanos, para a Secretaria de Estado de Educação, com ônus para a origem, em prorrogação, mediante reembolso, com fulcro no art. 34 da Lei n. 1.102, de 10 de outubro de 1990, combinado com o art. 3º, inciso I, do Decreto n. 14.905, de 27 de dezembro de 2017, no período de 1º de janeiro de 2023 a 31 de dezembro de 2026 (Processo n. 77/000083/2023)

CAMPO GRANDE-MS, 15 DE MARÇO DE 2023.

ANA CAROLINA ARAUJO NARDES
Secretária de Estado de Administração

ANEXO DA RESOLUÇÃO "P" SAD N. 503, DE 15 DE MARÇO DE 2023.

Matrícula n.	Nome	Cargo
90234021	Adailson dos Anjos Costa	Agente de Ações Sociais
22233022	Adriana Alves Fernandes	Assistente de Ações Sociais
40430021	Adriana Aparecida da Silva	Assistente de Ações Sociais

Matrícula n.	Nome	Cargo
101965021	Adriana Gabriel Mendes Filho de Oliveira	Assistente de Ações Sociais
127871021	Albaniza de Carvalho Ferreira Camargo	Assistente de Ações Sociais
18685021	Alessandra Gonçalves Nakabayashi	Assistente de Ações Sociais
70964021	Ana Maria Strogueia	Agente de Ações Sociais
30023	Armanda Arrua Gonçalves Chaves	Assistente de Ações Sociais
132590023	Carla Gaúna Gonzales Florentin	Agente de Ações Sociais
120320021	Celma do Nascimento de Melo	Assistente de Ações Sociais
120588021	Cristiane Lima Paradiso Andrade	Agente de Ações Sociais
84195021	Denise Marques Baptista	Assistente de Ações Sociais
115560021	Edson Fernandes Nunes	Agente de Ações Sociais
40138021	Elma Patricia da Silva Farias	Assistente de Ações Sociais
21022021	Elza Maria dos Santos Martins	Gestor de Ações Sociais
127182021	Glória Aparecida Cáceres	Assistente de Ações Sociais
65175021	Gracinete Alves Dantas Gonçalves	Assistente de Ações Sociais
56848021	Grasciela da Rocha dos Santos	Assistente de Ações Sociais
19857021	Grazielli da Silva Barbosa	Agente de Ações Sociais
127453021	Helen de Souza Amorin Mendes	Assistente de Ações Sociais
97597021	Ilda Bispo de Oliveira	Agente de Ações Sociais
67806024	Iracilda Barbosa da Silva	Assistente de Ações Sociais
51676024	Ivanilda Soares Diniz Andrade	Agente de Ações Sociais
7611021	Ivanilde Pinheiro	Agente de Ações Sociais
95119021	Ivonete de Jesus Cerino	Agente de Ações Sociais
7723021	Janayne Pontes da Silva	Assistente de Ações Sociais
128942021	Jaqueline Nunes dos Santos Ribeiro	Assistente de Ações Sociais
117811026	Jesse Cleyton Clementino da Silva	Agente de Ações Sociais
58536021	José Augusto Lima Pinto	Agente de Ações Sociais
90508021	José Ferreira da Silva	Agente de Ações Sociais
54421021	Jozaine de Arruda Faustinoni	Assistente de Ações Sociais
113905021	Kerle de Mattos Medeiros	Agente de Ações Sociais
131277021	Kesia Regina de Almeida Duarte	Assistente de Ações Sociais
21547021	Lidia Nunes Ferreira de Almeida	Assistente de Ações Sociais
107439021	Luiza de Oliveira Cordova	Assistente de Ações Sociais
115249021	Marcelle de Carvalho Almeida	Assistente de Ações Sociais
88489021	Márcia de Jesus Miranda Soares	Assistente de Ações Sociais
98536021	Maria Aparecida Martins Vaz	Agente de Ações Sociais
72155021	Maria Aparecida Pereira Lima	Agente de Ações Sociais
58600021	Maria Oliveira Rocha Felix	Agente de Ações Sociais
31643021	Maria Vilani dos Santos Lima	Assistente de Ações Sociais
90890021	Matilde Fernandes Teixeira Lemos	Gestor de Ações Sociais
54529021	Matilde Lourenço Mendes	Agente de Ações Sociais
98485021	Michelle Aparecida Correa de Oliveira Sabara	Assistente de Ações Sociais
82345021	Nazareno de Araújo Faria Filho	Agente de Ações Sociais
10174021	Raimundo Caetano Gomes	Agente de Ações Sociais
130870021	Raquel Benites Douglas Gonçalves	Agente de Ações Sociais
93078021	Roselene Galarca	Assistente de Ações Sociais
94181021	Rosimeire Oliveira de Souza	Agente de Ações Sociais
80495021	Samuel Francisco Coimbra	Agente de Ações Sociais
114187021	Sandra Lucia Pinheiro Leal	Assistente de Ações Sociais
116747022	Sara Rachell Melgarejo Rios	Assistente de Ações Sociais
83986021	Simone Bastos Monteiro	Assistente de Ações Sociais
132825021	Solange Larreia Alves Xavier	Assistente de Ações Sociais
53894023	Tereza da Silva Ferreira dos Santos	Agente de Ações Sociais
71702021	Valdirene Ricarts Barros	Assistente de Ações Sociais
78849021	Valeria Pereira Alves	Agente de Ações Sociais

RESOLUÇÃO "P" SAD N. 504, DE 15 DE MARÇO DE 2023.

A SECRETÁRIA DE ESTADO DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições legais, resolve:

DISPENSAR a servidora ADRIANA DOS SANTOS RANZAN, matrícula n. 91114022, de exercer na Secretaria de Estado de Educação, a função de confiança de Líder de Processos Estratégicos em Gestão

Organizacional, privativa da carreira Gestão Organizacional, designada por meio da Resolução "P" SAD n. 389, de 23 de fevereiro de 2023, publicada no Diário Oficial Eletrônico n. 11.091, de 2 de março de 2023, a contar de 3 de março de 2023.

CAMPO GRANDE-MS, 15 DE MARÇO DE 2023.

ANA CAROLINA ARAUJO NARDES
Secretária de Estado de Administração

RESOLUÇÃO "P" SAD N. 505, DE 15 DE MARÇO DE 2023.

A SECRETÁRIA DE ESTADO DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista o disposto no art. 3º, inciso IV, do Decreto n. 14.903, de 27 de dezembro de 2017, resolve:

DESIGNAR a servidora CRISTIANE DE OLIVEIRA MACIEL, matrícula n. 89907026, ocupante do cargo de Técnico Organizacional, para exercer na Secretaria de Estado de Educação, a função de confiança de Líder de Processos Estratégicos em Gestão Organizacional, privativa da carreira Gestão Organizacional, como Responsável pelo Processo de Gestão de Processos Eletrônicos "Papel Zero", com fulcro no art. 45, inciso VI, alínea "b", combinado com o parágrafo único do art. 48, da Lei n. 5.818, de 16 de dezembro de 2021, com efeito a contar de 3 de março de 2023.

CAMPO GRANDE-MS, 15 DE MARÇO DE 2023.

ANA CAROLINA ARAUJO NARDES
Secretária de Estado de Administração

RESOLUÇÃO "P" SAD N. 506, DE 15 DE MARÇO DE 2023.

A SECRETÁRIA DE ESTADO DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista o disposto no art. 3º, inciso IV, do Decreto n. 14.903, de 27 de dezembro de 2017, resolve:

DESIGNAR os servidores abaixo relacionados, para exercerem na Secretaria de Estado de Saúde, função de confiança de Coordenador de Unidade no Órgão Central ou Setorial, privativa da carreira Gestão Organizacional, com fulcro no art. 45, inciso VI, alínea "a", combinado com o parágrafo único do art. 48, da Lei n. 5.818, de 16 de dezembro de 2021, com efeito a contar de 1º de março de 2023, conforme especificação constante no quadro:

Matrícula n.	Nome	Cargo	Função de Confiança
4191023	Arnaldo Farias Kling	Gestor Organizacional	Chefe do Setor de Conciliação e Conformidade Contábil
60180026	Natanael Dalete de Barros	Técnico Organizacional	Chefe do Setor de Tomada de Contas Especial

CAMPO GRANDE-MS, 15 DE MARÇO DE 2023.

ANA CAROLINA ARAUJO NARDES
Secretária de Estado de Administração

RESOLUÇÃO "P" SAD N. 507, DE 16 DE MARÇO DE 2023.

A SECRETÁRIA DE ESTADO DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições legais, resolve:

REVOGAR a Resolução "P" SAD n. 1.152, de 28 de julho de 2022, na parte referente a designação dos recursos humanos abaixo indicados, para comporem a Comissão Organizadora do Concurso Público de Provas – SAD/SEJUSP/CBMMS/CFO/2022, autorizado por meio do Decreto n. 15.982, de 1º de julho de 2022, e do Concurso Público de Provas – SAD/SEJUSP/CBMMS/CFSD/2022, autorizado por meio do Decreto n. 15.980, de 1º de julho de 2022, destinados à seleção de candidatos para ingresso no Curso de Formação de Oficiais do Quadro de Oficiais Combatentes e no Curso de Formação de Soldados do Quadro de Praças, respectivamente, ambos do Corpo de Bombeiros Militar de Mato Grosso do Sul, com efeito a partir da data de publicação:

Matrícula	Nome	Representação	Função
131924021	Bruno Santos Moreira Leite	CBMMS	Membro

98453021	Marlise Helena Ribeiro Bernardes de Barros	CBMMS	Membro

CAMPO GRANDE-MS, 16 DE MARÇO DE 2023.

ANA CAROLINA ARAUJO NARDES
Secretária de Estado de Administração

RESOLUÇÃO "P" SAD N. 508, DE 16 DE MARÇO DE 2023.

A SECRETÁRIA DE ESTADO DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições legais, resolve:

DESIGNAR os recursos humanos abaixo indicados, para comporem a Comissão Organizadora do Concurso Público de Provas – SAD/SEJUSP/CBMMS/CFO/2022, autorizado por meio do Decreto n. 15.982, de 1º de julho de 2022, e do Concurso Público de Provas – SAD/SEJUSP/CBMMS/CFSD/2022, autorizado por meio do Decreto n. 15.980, de 1º de julho de 2022, destinados à seleção de candidatos para ingresso no Curso de Formação de Oficiais do Quadro de Oficiais Combatentes e no Curso de Formação de Soldados do Quadro de Praças, respectivamente, ambos do Corpo de Bombeiros Militar de Mato Grosso do Sul, com efeito a partir da data de publicação:

Matrícula	Nome	Representação	Função
98286021	Fábio Santos Coelho Catarineli	CBMMS	Membro
125514021	Romiran Oliveira Cerqueira	CBMMS	Membro

CAMPO GRANDE-MS, 16 DE MARÇO DE 2023.

ANA CAROLINA ARAUJO NARDES
Secretária de Estado de Administração

RESOLUÇÃO "P" SAD N. 509, DE 16 DE MARÇO DE 2023.

A SECRETÁRIA DE ESTADO DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista o disposto no art. 2º, inciso XVII, do Decreto 14.903, de 27 de dezembro de 2017, resolve:

AUTORIZAR a cedência dos servidores abaixo relacionados, pertencentes ao Quadro Permanente de Pessoal do Estado de Mato Grosso do Sul, lotados na Secretaria de Estado de Administração, para a Fundação do Trabalho de Mato Grosso do Sul (Funtrab), com ônus para a origem, mediante reembolso, com fulcro no art. 34 da Lei n. 1.102, de 10 de outubro de 1990, combinado com o art. 3º, inciso I, do Decreto n. 14.905, de 27 de dezembro de 2017, no período de 1º de janeiro de 2023 a 31 de dezembro de 2026 (Processo n. 77/000205/2023):

Matrícula n.	Nome	Cargo
117182022	Breno Cezar Villalba Conturbia	Técnico Organizacional
56163027	José Carlos Borges Pinto	Técnico Organizacional

CAMPO GRANDE-MS, 16 DE MARÇO DE 2023.

ANA CAROLINA ARAUJO NARDES
Secretária de Estado de Administração

RESOLUÇÃO "P" SAD N. 510, DE 16 DE MARÇO DE 2023.

A SECRETÁRIA DE ESTADO DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições legais e, considerando o disposto no artigo 10, §4º da Lei Federal n. 12.846, de 1º de agosto de 2013, e nos artigos 10 a 12 do Decreto Estadual n. 14.890, de 11 de dezembro de 2017;

RESOLVE:

Prorrogar, por 90 (noventa) dias, o prazo para conclusão dos trabalhos da Comissão de Processo Administrativo de Responsabilização n. 55/014526/2021, designada pela Resolução "P" SAD n. 300, de 7 de fevereiro de 2023, publicada no Diário Oficial Eletrônico n. 11.079, de 16 de fevereiro de 2023, pág. 99.

Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação.

CAMPO GRANDE-MS, 16 DE MARÇO DE 2023.

ANA CAROLINA ARAUJO NARDES
Secretária de Estado de Administração

Secretaria de Estado de Educação

RESOLUÇÃO "P" SED N. 682, DE 17 DE MARÇO DE 2023.

O SECRETÁRIO DE ESTADO DE EDUCAÇÃO, no uso de suas atribuições legais, e com fundamento no artigo 3º do Decreto n. 14.903, de 27 de dezembro de 2017, resolve:

CONCEDER progressão funcional por tempo de serviço aos servidores relacionados no Anexo Único desta Resolução, pertencentes ao Quadro Permanente de Pessoal do Estado de Mato Grosso do Sul, lotados na Secretaria de Estado de Educação, para os níveis especificados, com fulcro nas disposições constantes na Lei n. 87, de 31/01/2000, na Lei n. 277, de 15/10/2020, no PARECER/PGE/MS/CJUR – SAD N.044/2020 – DECISÃO PGE/MS/GAB N. 454/2020, PARECER VINCULADO PGE/MS/CJUR – SED N. 002/2022 e Lei Complementar Federal n. 173, de 27/05/2020 (C.I. N. 312/CODIF/SED/2023).

CAMPO GRANDE/MS, 17 DE MARÇO DE 2023.

HELIO QUEIROZ DAHER
Secretário de Estado de Educação

ANEXO ÚNICO DA RESOLUÇÃO "P" SED N. 682, DE 17 DE MARÇO DE 2023.

MATRÍCULA	NOME	CARGO	NÍVEL		PERÍODO AQUISITIVO	VALIDADE
			DO	PARA		
5887021	CRISTIANE PEREIRA DE MORAIS E SOUSA	Professor	III	IV	1/5/2016 a 27/5/2020 e de 1°/1/2022 a 3/12/2022	4/12/2022
53041021	MANOEL ANTÔNIO FAUSTINO ROSA	Professor	VII	VIII	9/1/2016 a 27/5/2020 e de 1°/1/2022 a 12/8/2022	13/8/2022
110856023	MANOEL JOSÉ MARTINS	Professor	II	III	4/2/2016 a 27/5/2020 e de 1/1/2022 a 7/9/2022	8/9/2022
50661021	MÁRCIA ELEN DE OLIVEIRA MESTRE	Professor	VII	VIII	6/5/2016 a 27/5/2020 e de 1°/1/2022 a 8/12/2022	9/12/2022
113473021	MÁRCIO FERREIRA LOPES	Professor	IV	V	1°/7/2016 a 27/5/2020 e de 1°/1/2022 a 2/2/2023	3/2/2023
98660022	MÁRCIO REDIGOLO	Professor	V	VI	5/8/2016 a 27/5/2020 e de 1°/1/2022 a 9/3/2023	10/3/2023
42358022	MARCOS LÉCIO VARGAS COSTA	Professor	VII	VIII	10/2/2016 a 27/5/2020 e de 1°/1/2022 a 13/9/2022	14/9/2022
74183022	MARIA ALICE ALVES DA MOTTA	Professor	III	IV	29/3/2016 a 27/5/2020 e de 1°/1/2022 a 31/10/2022	1°/11/2022
80825021	MARIA AMÂNCIA DE OLIVEIRA SANTOS	Professor	VI	VII	20/2/2016 a 27/5/2020 e de 1°/1/2022 a 23/9/2022	24/9/2022
70676023	MARIA ANGÉLICA DE SOUZA	Professor	IV	V	15/2/2016 a 27/5/2020 e de 1°/1/2022 a 18/9/2022	19/9/2022
48456021	MARIA AUXILIADORA FRANCA BENEVIDES	Professor	VII	VIII	10/2/2016 a 27/5/2020 e de 1°/1/2022 a 13/9/2022	14/9/2022

RESOLUÇÃO "P" SED N. 683, DE 17 DE MARÇO DE 2023.

O SECRETÁRIO DE ESTADO DE EDUCAÇÃO, no uso de suas atribuições legais, e com fundamento no artigo 3º do Decreto n. 14.903, de 27 de dezembro de 2017, resolve:

DESIGNAR, para exercer a função de fiscal de contrato, o servidor WILLIAN CLEMENTE CARDOSO, matrícula n. 84125023, ocupante do cargo de Direção Gerencial Especial e Assessoramento, para realizar o acompanhamento e fiscalização da obra e execução do Contrato de serviços de instalação de reservatórios metálicos nas Escolas Estaduais José Maria Hugo Rodrigues, no município de Campo Grande/MS, Professora Clarice Rondon dos Santos, no município de Coxim/MS, Odete Ignês Resstel Villas Bôas, no município de Nioaque/MS, e José Ferreira Lima, no município de Santa Rita do Pardo/MS, e o servidor THIAGO DE CAMARGO MACHADO, matrícula n. 489934023, ocupante do cargo de Direção Gerencial Especial e Assessoramento, como substituto de fiscal, nos termos do Decreto Estadual n. 15.530/2020 e da Lei Federal n. 8.666/93, conforme

processo administrativo abaixo relacionado, com validade a contar de 17 de março de 2023 (C.I. N. 285 DGIAPE/SED/2023).

Processo n.	OES	Favorecido
29/014.511/2023	018/2023	META INDÚSTRIA METALÚRGICA E COMÉRCIO LTDA.

CAMPO GRANDE/MS, 17 DE MARÇO DE 2023.

HELIO QUEIROZ DAHER
Secretário de Estado de Educação

RESOLUÇÃO "P" SED N. 684, DE 17 DE MARÇO DE 2023.

O SECRETÁRIO DE ESTADO DE EDUCAÇÃO, no uso de suas atribuições legais, e com fundamento no artigo 3º do Decreto n. 14.903, de 27 de dezembro de 2017, resolve:

EXONERAR, a pedido, o servidor PATRYNIE GARCIA BARBOSA matrícula n. 494565022, ocupante do cargo de Professor, pertencente ao Quadro Permanente de Pessoal do Estado de Mato Grosso do Sul, lotada na Secretaria de Estado de Educação, no município de Campo Grande/MS, com fulcro no inciso I e II do art. 280 da Lei n. 1.102, de 10 de outubro de 1990, com validade a contar de 9 de março de 2023 (Processo n. 29/023673/2023 – C.I. N. 314/CODIF/SED/2023 – C.I. N. 314/CODIF/SED/2023).

CAMPO GRANDE/MS, 17 DE MARÇO DE 2023.

HELIO QUEIROZ DAHER
Secretário de Estado de Educação

RESOLUÇÃO "P" SED N. 685, DE 17 DE MARÇO DE 2023.

O SECRETÁRIO DE ESTADO DE EDUCAÇÃO, no uso de suas atribuições legais, e com fundamento no artigo 3º do Decreto n. 14.903, de 27 de dezembro de 2017, resolve:

EXONERAR, a pedido, a servidora MARILEA ROSA ALVES matrícula n. 488191022, ocupante do cargo de Agente de Atividades Educacionais, pertencente ao Quadro Permanente de Pessoal do Estado de Mato Grosso do Sul, lotada na Secretaria de Estado de Educação, no município de Nova Andradina/MS, com fulcro no inciso I e II do art. 280 da Lei n. 1.102, de 10 de outubro de 1990, com validade a contar de 06 de março de 2023 (Processo n. 29/020756/2023 – C.I. N. 314/CODIF/SED/2023).

CAMPO GRANDE/MS, 17 DE MARÇO DE 2023.

HELIO QUEIROZ DAHER
Secretário de Estado de Educação

RESOLUÇÃO "P" SED N. 686, DE 17 DE MARÇO DE 2023.

O SECRETÁRIO DE ESTADO DE EDUCAÇÃO, no uso de suas atribuições legais, e com fundamento no artigo 3º do Decreto n. 14.903, de 27 de dezembro de 2017, resolve:

EXONERAR, a pedido, a servidora EDVANIA MORENO PEREIRA FERRAZ, matrícula n. 481865022, ocupante do cargo de Agente de Atividades Educacionais, pertencente ao Quadro Permanente de Pessoal do Estado de Mato Grosso do Sul, lotada na Secretaria de Estado de Educação, no município de Dourados/MS, com fulcro no inciso I e II do art. 280 da Lei n. 1.102, de 10 de outubro de 1990, com validade a contar de 8 de março de 2023 (Processo n. 29/023244/2023 – C.I. N. 314/CODIF/SED/2023).

CAMPO GRANDE/MS, 17 DE MARÇO DE 2023.

HELIO QUEIROZ DAHER
Secretário de Estado de Educação

RESOLUÇÃO "P" SED N. 687, DE 17 DE MARÇO DE 2023.

O SECRETÁRIO DE ESTADO DE EDUCAÇÃO, no uso de suas atribuições legais, e com fundamento no artigo 3º do Decreto n. 14.903, de 27 de dezembro de 2017, resolve:

SUBSTITUIR o servidor HUGO CASTILHO OLIVEIRA, pelo servidor WILLIAN CLEMENTE CARDOSO, matrícula n. 84125023, ocupante do cargo de Direção Gerencial Especial e Assessoramento, para realizar o acompanhamento e fiscalização da obra e execução do Contrato de serviços de reforma parcial na Escola Estadual Princesa Izabel, localizada no Distrito de Santa Terezinha no município de Itaporã/MS, e ficando o servidor HUGO CASTILHO OLIVEIRA, matrícula n. 498690022, ocupante do cargo de Direção Executiva e

Assessoramento, como substituto de fiscal, nos termos do Decreto Estadual n. 15.530/2020 e da Lei Federal n. 8.666/93, conforme processo administrativo abaixo relacionado, com validade a contar de 16 de março de 2023 (C.I. N. 283/DGIAPE/SED/2023).

Processo n°.	OES	Favorecido	RESOLUÇÃO
29/080.203/2022	004/2023	BENITES & ALENCASTRO LTDA	Resolução ‘’P’’ SED n. 183, de 31 de janeiro de 2023, Publicado no Diário Oficial n. 11.065, página 110.

CAMPO GRANDE/MS, 17 DE MARÇO DE 2023.

HELIO QUEIROZ DAHER
Secretário de Estado de Educação

APOSTILA DO SECRETÁRIO ADJUNTO DE ESTADO DE EDUCAÇÃO

Na Resolução “P” SED n. 673, de 16 de março de 2023, publicada no Diário Oficial Eletrônico n. 11.105, de 17 de março de 2023, página 125, que designou o servidor VITOR GUILHERME PETRY, matrícula n. 112046027, ocupante do cargo de Professor, para exercer a função gratificada de Diretor, da Escola Estadual Prof.ª Thereza Noronha de Carvalho, localizada no município de Campo Grande/MS, foi feita a seguinte apostila (Processo n. 29/003728/2021 – C.I. N. 97/COGES/SED/2023):

Para que, ONDE CONSTA:
“...a contar de 3 de março a 31 de dezembro de 2023...”,

PASSE A CONSTAR:
“...a contar de 6 de março a 31 de dezembro de 2023...”.

CAMPO GRANDE/MS, 17 DE MARÇO DE 2023.

EDIO ANTONIO RESENDE DE CASTRO
Secretário Adjunto de Estado de Educação

APOSTILA DO SECRETÁRIO ADJUNTO DE ESTADO DE EDUCAÇÃO

Apostilar as resoluções abaixo relacionadas, que concederam os Adicionais por Tempo de Serviço a servidora ELIZABETH PEREIRA DE MORAIS SILVA, matricula n. 78395021, ocupante do cargo de Professor, do Quadro Permanente de Pessoal do Estado de Mato Grosso do Sul conforme especificação abaixo, para fins de regularização de vida funcional (Processo n. 29/024421/2019 – C.I. N. 309/CODIF/SED/2023).

Resolução/data	Diário Oficial nº/data/ página	Onde constou	Passe a constar
Resolução ”P” SED n. 1.580/04, de 17 de maio de 2.004	Diário Oficial n. 6.247, de 18 de maio de 2.004, página 40.	10% 5 ANOS A partir de 25/07/1998	10% 5 ANOS A partir de 03/05/1999
Resolução ”P” SED n. 1.580/04, de 17 de maio de 2.004	Diário Oficial n. 6.247, de 18 de maio de 2.004, página 40.	5% 10 ANOS A partir de 20/03/2004	5% 10 ANOS A partir de 21/01/2007
Resolução ”P” SED n. 1.779/10, de 26 de julho de 2.010.	Diário Oficial n. 7.756, de 28 de julho de 2.010, página 40.	5% 15 ANOS A partir de 12/04/2009	5% 15 ANOS A partir de 20/01/2012
Resolução ”P” SED n. 1.045/15, de 28 de abril de 2.015.	Diário Oficial n. 8.909, de 29 de abril de 2.015, páginas 40-42.	5% 20 ANOS 02/11/2009 a 31/10/2014 A partir de 31/10/2014	5% 20 ANOS 20/01/2012 a 17/01/2017 A partir de 18/01/2017

CAMPO GRANDE/MS, 17 DE MARÇO DE 2023.

EDIO ANTONIO RESENDE DE CASTRO
Secretário Adjunto de Estado de Educação

APOSTILA DO SECRETÁRIO ADJUNTO DE ESTADO DE EDUCAÇÃO

Apostilar a Resolução abaixo relacionada, na parte que concedeu os Adicionais por Tempo de Serviço ao servidor WALDEMAR GOMES CARVALHO JUNIOR, matrícula n. 92637022, ocupante do cargo de Professor, do Quadro Permanente de Pessoal do Estado de Mato Grosso Sul, lotado na Secretaria de Estado de Educação, no município de Campo Grande/MS, para regularização funcional (Processo n. 29/007637/2023 – C.I. N. 311/CODIF/SED/2023).

Resolução/data	Diário Oficial nº/data/página	Onde consta período aquisitivo de	Data de Inicio	Passe a constar Período aquisitivo de	Data de Inicio
Resolução" P" SED nº 2.508, de 4 de setembro de 2019.	n. 9980, de 5 de setembro de 2019, páginas 150 e 152.	10% 5 ANOS 15/04/1978 a 25/12/2004;	25/12/2004	10% 5 ANOS 18/08/2003 a 15/08/2008.	15/08/2008
		e MAIS 5% 10 ANOS 26/12/2004 a 12/06/2015.	12/06/2015	MAIS 5% 10 ANOS 16/08/2008 a 01/02/2009; 28/10/2011 a 05/02/2012; e 30/10/2014 a 30/01/2019.	30/01/2019

CAMPO GRANDE/MS, 17 DE MARÇO DE 2023.

EDIO ANTONIO RESENDE DE CASTRO
Secretário Adjunto de Estado de Educação

RESOLUÇÃO "P" SED N. 688, DE 17 DE MARÇO DE 2023.

O SECRETÁRIO ADJUNTO DE ESTADO DE EDUCAÇÃO, no uso de suas atribuições legais, previstas no artigo 3º do Decreto n. 14.903, de 27 de dezembro de 2017, e delegadas conforme a Resolução "P" SED n. 137, de 15 de janeiro de 2019, resolve:

CONCEDER ao servidor UZENIR SANTOS DE AGUIAR, matrícula n. 90685022, ocupante do cargo de Professor, do Quadro Permanente de Pessoal do Estado de Mato Grosso Sul, lotado na Secretaria de Estado de Educação, no município de Campo Grande/MS, o Adicional por Tempo de Serviço, relacionado abaixo, de acordo com o percentual e data de início nele discriminado, com fundamento no art. 111 da lei n. 1.102, de 10 de outubro de 1990 (Processo n. 29/017156/2023 – C.I. N. 315/CODIF/SED/2023).

MATRÍCULA	PROCESSO	%	ANOS	PERÍODO AQUISITIVO	DATA DE INÍCIO
90685022	29/017156/2023	10	5	10/03/2010 a 08/03/2015	09/03/2015
90685022	29/017156/2023	5	10	09/03/2015 a 06/03/2020	07/03/2020

CAMPO GRANDE/MS, 17 DE MARÇO DE 2023.

EDIO ANTONIO RESENDE DE CASTRO
Secretário Adjunto de Estado de Educação

RESOLUÇÃO "P" SED N. 689, DE 17 DE MARÇO DE 2023.

O SECRETÁRIO ADJUNTO DE ESTADO DE EDUCAÇÃO, no uso de suas atribuições legais, previstas no artigo 3º do Decreto n. 14.903, de 27 de dezembro de 2017, e delegadas conforme a Resolução "P" SED n. 137, de 15 de janeiro de 2019, resolve:

CONCEDER licença para trato de interesses particulares à servidora MARCIA REGINA DE OLIVEIRA SILVA, matrícula n. 88640021, ocupante do cargo de Agente de Atividades Educacionais, do Quadro Permanente do Estado de Mato Grosso do Sul, lotada na Secretaria de Estado de Educação, por um período de 3 (três) anos, sem ônus para o órgão de origem, em prorrogação, com fulcro no art. 154, da Lei n. 1.102, de 10 de outubro de 1990, com redação dada pela Lei n. 5.844, de 28 de março de 2022, sendo que é facultativo ao servidor o recolhimento das contribuições previdenciárias, nos termos do art. 6º e art. 28 da Lei n. 3.150, de 22 de dezembro de 2005, com validade a contar de 12 de abril de 2023 (Processo n. 29/043698/2004).

CAMPO GRANDE/MS, 17 DE MARÇO DE 2023.

EDIO ANTONIO RESENDE DE CASTRO
Secretário Adjunto de Estado de Educação

RESOLUÇÃO "P" SED N. 690, DE 17 DE MARÇO DE 2023.

O SECRETÁRIO ADJUNTO DE ESTADO DE EDUCAÇÃO, no uso de suas atribuições legais, previstas no artigo 3º do Decreto n. 14.903, de 27 de dezembro de 2017, e delegadas conforme a Resolução "P" SED n. 137, de 15 de janeiro de 2019, resolve:

DESIGNAR o servidor EMERSON NEWTON LOPES DA SILVA, matrícula n. 493333021, ocupante do cargo de Assistente de Atividades Educacionais, do Quadro Permanente de Pessoal do Estado de Mato Grosso do Sul, para responder pela função gratificada de Secretário Escolar, símbolo SES-C, da Escola Estadual Eneil Vargas, localizada no município de Coronel Sapucaia/MS, no período de 3 a 17 de maio de 2023, em substituição à servidora a Grisielli da Silva Chaves, matrícula n. 102829021, em gozo de férias (Processo n. 29/024816/2023 – C.I. N. 241/SUARE/SED/2023).

CAMPO GRANDE/MS, 17 DE MARÇO DE 2023.

EDIO ANTONIO RESENDE DE CASTRO
Secretário Adjunto de Estado de Educação

RESOLUÇÃO "P" SED N. 691, DE 17 DE MARÇO DE 2023.

O SECRETÁRIO ADJUNTO DE ESTADO DE EDUCAÇÃO, no uso de suas atribuições legais, previstas no artigo 3º do Decreto n. 14.903, de 27 de dezembro de 2017, e delegadas conforme a Resolução "P" SED n. 137, de 15 de janeiro de 2019, resolve:

DESIGNAR a servidora KELLY CRISTINA DA SILVA SANTOS, matrícula n. 483113021, ocupante do cargo de Assistente de Atividades Educacionais, do Quadro Permanente de Pessoal do Estado de Mato Grosso do Sul, para responder pela função gratificada de Secretária Escolar, símbolo SES-B, da Escola Estadual Vereador Moacir Djalma Barros, localizada no município de Dourados/MS, no período de 17 de abril a 1º de maio de 2023, em substituição ao servidor Fernando de Jesus Canedo, matrícula n. 24978022, em gozo de férias (Processo n. 29/025019/2023 – C.I. N. 241/SUARE/SED/2023).

CAMPO GRANDE/MS, 17 DE MARÇO DE 2023.

EDIO ANTONIO RESENDE DE CASTRO
Secretário Adjunto de Estado de Educação

Secretaria de Estado de Assistência Social e dos Direitos Humanos

RESOLUÇÃO "P" SEAD Nº74, DE 13 DE MARÇO DE 2023.

Ao Secretário-Adjunto de Estado de Assistência Social e dos Direitos Humanos, no uso de suas atribuições legais, resolve:

Conceder aos servidores relacionados no anexo único a esta Resolução, referente aos respectivos períodos, Licença para Tratamento da Própria Saúde, do Quadro Permanente e Pessoal do Estado de Mato Grosso do Sul, com fundamento no Art. 136, da Lei nº 1.102, de 10 de outubro de 1990, com nova redação dada pelo Art. 5º da Lei nº 2.157, de 26 de outubro de 2000, para fins de regularização da vida funcional.

Campo Grande - MS, 13 de março de 2023.

ANDERSON CHADID WARPECHOWSKI
Secretário-Adjunto de Estado de Assistência Social e dos de Direitos Humanos

ANEXO ÚNICO À RESOLUÇÃO "P" SEAD Nº74, DE 13 DE MARÇO DE 2023.

Nome Servidor	Matrícula	Cargo	Data Inicial Da Licença	Data Final Da Licença	Qtd. Dias Da Licença	I/P	Nome Município
Ana Cristina de Abreu da Silva Arruda Dias	79821022	Assistente de Ações Sociais	02/01/2023	15/02/2023	45	P	Campo Grande
Ana Cristina de Abreu da Silva Arruda Dias	79821022	Assistente de Ações Sociais	16/02/2023	16/04/2023	60	P	Campo Grande
Ana Fatima Belalian Correa da Silva	132375021	Assistente de Ações Sociais	17/01/2023	17/03/2023	60	I	Campo Grande
Aparecida Ferreira Cruz	53399021	Gestor de Ações Sociais	26/01/2023	24/02/2023	30	I	Campo Grande
Debora Aparecida Toledo Viana	124893021	Assistente de Ações Sociais	17/01/2023	23/01/2023	07	I	Campo Grande
Denise Brandão da Silva Delmondes	97512021	Assistente de Relação de Consumo	01/02/2023	02/03/2023	30	I	Campo Grande

Edmar Antônio Francelino dos Santos	67754021	Gestor de Ações Sociais	21/01/2023	21/03/2023	60	P	Campo Grande
Edmar Antônio Francelino dos Santos	67754021	Gestor de Ações Sociais	21/01/2023	21/03/2023	60	P	Campo Grande
Eliane Mariana de Aguiar	57826021	Agente de Ações Sociais	29/10/2022	26/04/2023	180	P	Campo Grande
Emerson Bordon Lopes	91296021	Agente Condutor de Veículos	19/01/2023	08/02/2023	21	I	Campo Grande
Giuliana Pereira Batistote	82618022	Assistente de Ações Sociais	19/01//2023	17/02/2023	30	I	Campo Grande
Glaucia Regina Quadra Vilhiagra	113460021	Assistente de Ações Sociais	14/02/2023	15/03/2023	30	I	Campo Grande
Ivanilde Pinheiro	7611021	Agente de Ações Sociais	09/01/2023	08/02/2023	31	I	Campo grande
Ivanilde Pinheiro	7611021	Agente de Ações Sociais	09/02/2023	09/04/2023	60	I	Campo Grande
Josefina Gomes da Silva	62010021	Agente de Ações Sociais	16/01/2023	16/03/2023	60	P	Campo Grande
Laureane Dias de Mendonça	112897021	Gestor de Ações Sociais	01/12/2023	23/01/2023	54	P	Campo Grande
Laureane Dias De Mendonça	112897021	Gestor de Ações Sociais	24/01/2023	27/02/2023	35	P	Campo Grande
Leda Maria Borges Almeida dos Santos	107558021	Assistente de Ações Sociais	17/12/2022	31/12/2022	15	P	Campo Grande
Leda Maria Borges Almeida dos Santos	107558021	Assistente de Ações Sociais	02/02/2023	03/03/2023	30	P	Campo Grande
Liana Rosa Ferra Diniz	95860021	Gestor de Ações Sociais	14/12/2022	11/02/2023	60	P	Campo Grande
Lucimeire Aparecida Cruz	133889021	Agente de Ações Sociais	01/02/2023	01/05/2023	90	I	Campo Grande
Mara Lucia Feitosa Freire	121743021	Agente de Ações Sociais	03/01/2023	22/01/2023	20	P	Campo Grande
Mara Lucia Feitosa Freire	121743021	Agente de Ações Sociais	06/02/2023	06/04/2023	60	P	Campo Grande
Marcia Lucymeyre Ferreira de Freitas	91385021	Atendente Infantil	25/02/2023	26/03/2023	30	P	Campo Grande
Marcia Teresinha Ratti	59220021	Gestor de Ações Sociais	15/01/2023	15/03/2023	60	P	Campo Grande
Marfiza Maria Hardoim Santullo	74250021	Gestor de Ações Sociais	28/01/2023	27/03/2023	59	P	Aquidauana
Maria Brigida de Brito	86824021	Assistência de Ações Sociais	20/12/2022	18/01/2023	30	I	Campo Grande
Maria Julia dos Santos Attilio	91422021	Agente de Ações Sociais	21/12/2022	19/01/2023	30	I	Campo Grande
Maria Terezinha Lopes	76235023	Gestor de Ações Sociais	17/01/2022	15/02/2022	30	P	Campo Grande
Maria Terezinha Lopes	76235023	Gestor de Ações Sociais	03/08/2022	05/08/2022	3	I	Campo Grande
Maristela Felix Mendonça Marques	132815022	Agente de Ações Sociais	07/02/2023	07/04/2023	60	P	Campo Grande
Nalia Marques Nery	87520021	Assistente de Ações Sociais	30/01/2023	29/04/2023	90	P	Campo grande
Nauhyla Correa de Arantes	2734021	Assistente de Relações de Consumo	26/12/2022	23/02/2023	60	I	Coxim
Noemi Melgarejo Pedro	71774021	Agente de Ações Sociais	01/02/2023	02/03/2023	30	I	Campo Grande
Rita de Cassia dos Santos Paes	65038021	Agente de Ações Sociais	15/12/2022	29/12/2022	15	I	Campo Grande
Rodrigo Antunes Estrada	121359021	Assistente de Relação de Consumo	29/11/2022	26/02/2023	90	P	Campo Grande
Rosiane de Barros Almeida	132300023	Agente de Ações Sociais	24/01/2023	22/02/2023	30	I	Campo Grande
Selma Teruya Hirokawa	89852021	Gestor de Ações Sociais	03/12/2022	01/01/2023	30	P	Campo Grande
Selma Teruya Hirokawa	89858021	Gestor de Ações Sociais	02/01/2023	26/01/2023	25	P	Campo Grande

Simone Bastos Monteiro	83986021	Assistente de Ações Sociais	14/01/2023	14/03/2023	60	P	Campo Grande
Tanea Maria Mariano da Silva Martins	25199021	Gestor de Ações Sociais	12/12/2022	31/12/2022	20	I	Campo Grande
Zarif da Silva Abes	78875024	Gestor de Relação de Consumo	01/02/2023	01/04/2023	60	I	Campo Grande

ANDERSON CHADID WARPECHOWSKI
Secretário-Adjunto de Estado de Assistência Social e dos de Direitos Humanos

RESOLUÇÃO "P" SEAD N° 76, DE 15 DE MARÇO DE 2023.

O Secretário-Adjunto de Estado de Assistência Social e dos Direitos Humanos, no uso de suas atribuições legais resolve:

INTERROMPER, por necessidade de serviço, a partir de 15/02/2023, as férias referentes ao período aquisitivo de 07/03/2020 a 05/02/2022, que seriam usufruídas pela servidora LUCIANA LOPES ATHAÍDE BARBOSA, ocupante do cargo de Assistente de Ações Sociais, código 70040, matrícula nº 90245021, lotada na Secretaria de Estado de Assistência Social e dos Direitos Humanos, sem prejuízo de posterior fruição do respectivo período, com fulcro no art. 129, da Lei nº1.102, de 10 de outubro de 1990.

Campo Grande - MS, 15 de março de 2023.

ANDERSON CHADID WARPECHOWSKI
Secretário-Adjunto de Estado de Assistência Social e dos Direitos Humanos

Secretaria de Estado de Meio Ambiente, Desenvolvimento, Ciência, Tecnologia e Inovação

RESOLUÇÃO "P" SEMADESC/MS N. 073, DE 17 DE MARÇO DE 2023

O SECRETÁRIO DE ESTADO DE MEIO AMBIENTE, DESENVOLVIMENTO, CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO, no uso de suas atribuições, resolve:

DESIGNAR os representantes abaixo relacionados para, no âmbito da Secretaria de Estado de Meio Ambiente, Desenvolvimento, Ciência, Tecnologia e Inovação e, sob a presidência do representante titular da Assessoria, compor o Comitê de Aplicação do Modelo de Governança e Gestão - Gestão.gov.br, instituído por meio da Resolução SEMADESC/MS n. 017, de 17 de março de 2023, conforme especificação constante do quadro, ficando revogada a resolução SEMADESC n. 063, de 27 de fevereiro de 2023:

Nome	Representação
Karla Bethânia Ledesma de Nadai - Titular Vanusa Borges de Oliveira - Suplente	Secretaria-Executiva de Desenvolvimento Econômico Sustentável
Valdecir Alves da Silva - Titular Aline Pereira Filiu - Suplente	Secretaria-Executiva de Ciência, Tecnologia e Inovação
Pedro Mendes Neto - Titular Hélio Luiz Brun - Suplente	Secretaria Executiva de Meio Ambiente
Humberto de Mello Pereira - Titular	Secretaria-Executiva de Agricultura Familiar, de Povos Originários e Comunidades Tradicionais
Marina Hojaij Carvalho Dobashi - Titular Bruno Gouvea Bastos - Suplente	Secretaria-Executiva de Qualificação Profissional e Trabalho
Ramona Queiroz de Souza - Titular Kaio Lopes de Souza - Suplente	Superintendência de Administração
Sílvia Vaz Dias Gonda - Titular Inês de Castro Pavon Barros - Suplente	Assessoria

Campo Grande (MS), 17 de março de 2023.

JAIME ELIAS VERRUCK
Secretário de Estado de Meio Ambiente, Desenvolvimento, Ciência, Tecnologia e Inovação.

Secretaria de Estado de Justiça e Segurança Pública

RESOLUÇÃO "P" SEJUSP/MS/Nº 148/2023 – de 16 de março de 2023

O Secretário de Estado de Justiça e Segurança Pública, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

DESIGNAR os servidores abaixo relacionados, sob a presidência do primeiro, para constituírem equipe de planejamento integrada destinada à elaboração do Estudo Técnico Preliminar (ETP) e Termo de Referência (TR), com a finalidade de planejar a contratação de empresa especializada em serviços de intermediação, implantação, operação e gerenciamento de manutenção, gerenciamento eletrônico e controle de abastecimento de combustíveis de aviação para as aeronaves da Coordenadoria Geral de Patrulhamento Aéreo (CGPA/SEJUSP), Grupamento de Operações Aéreas (GOA/CBMMS) e Departamento de Repressão à Corrupção e ao Crime Organizado (DRACCO/PCMS), de acordo com o disposto na Lei Federal nº 14.133/21, Decreto Estadual nº 15.937/22, Decreto Estadual nº 15.941/22 e legislações pertinentes, concedendo o prazo de 30 dias, permitida uma prorrogação de até igual período, mediante solicitação justificada, a contar da data de sua publicação.

NOME	MATRÍCULA	ÓRGÃO
KLEBER BARBOSA ARANTES – TC QOBM (Titular)	117.442-022	GOA/CBMMS
VINICIUS DOS SANTOS FROTTÉ – CAP QOBM (Suplente)	85.409-021	GOA/CBMMS
FÁBIO ELIAS AMARAL CAVALCANTE GONCALVES – TC QOPM (Titular)	17.731-021	CGPA/SEJUSP
ENEU SILVEIRA FETT DE MAGALHÃES – 2º TEN QOPM (Suplente)	484.591-021	CGPA/SEJUSP
ROBERTO MEDINA FILHO (Titular)	53.853-023	DRACCO/PCMS
RUBENS VIEIRAS BORGES JUNIOR (Suplente)	114.641-024	DRACCO/PCMS

Campo Grande - MS, 16 de março de 2023

ANTONIO CARLOS VIDEIRA
Secretário de Estado de Justiça e Segurança Pública/MS

Republica-se por incorreção.
Publicado no Diário Oficial Eletrônico n. 11.101, de 14 de março de 2023, página 121.

RESOLUÇÃO "P" SEJUSP/MS/N° 141/2023 – de 16 de março de 2023.

O Secretário de Estado de Justiça e Segurança Pública do Estado de Mato Grosso do Sul, no uso de suas atribuições legais,

CONCEDER progressão funcional aos servidores relacionados no anexo único desta Resolução, pertencente ao Quadro Permanente de Pessoal do Estado de Mato Grosso do Sul, lotados na Secretaria de Estado de Justiça e Segurança Pública, com fulcro no Art. 38º *da Lei nº. 4.984 de 26 de julho de 2016. (Processo: 31/016087/2023).*

Campo Grande, 16 de março de 2023.

ANTONIO CARLOS VIDEIRA
Secretário de Estado de Justiça e Segurança Pública/MS

ANEXO ÚNICO A RESOLUÇÃO "P" SEJUSP/MS/N° 141/2023/MS de 13 de março de 2023.

Cargo: Agente de Segurança Socioeducativa:

Matricula	Nome	Cargo	Nível		Validade
			De	Para	
107381022	Benilso Alves	70332	II	III	15/03/2023
100839022	Haroldo Acosta Sales	70332	II	III	15/03/2023
106538022	Janderson Martins Gomes	70332	II	III	15/03/2023
106589022	Luiz Carlos Calonga Batista	70332	II	III	15/03/2023

Cargo: Analista de Medidas Socioeducativas:

Matricula	Nome	Cargo	Nível		Validade
			De	Para	
95179022	Idamar Santana de Oliveira	70331	IV	V	07/03/2023

PORTARIA "P" N. 31/GABCMTG/2023, DE 16 DE FEVEREIRO DE 2023.
Republica-se por incorreção
Publicado no Diário Oficial n. 11.081, de 17 de fevereiro de 2023, páginas 149 e 150.

Página 149

TC QOPM	123167021	CLEITON DOUGLAS DA SILVA	SUBCOMANDANTE DO BPMA	10.758, 15/02/22

Página 150

TC QOPM	123167021	CLEITON DOUGLAS DA SILVA	COMANDANTE DO BPMA

CAMPO GRANDE-MS, 13 DE MARÇO DE 2023.

RENATO DOS ANJOS GARNES – CEL QOPM
Comandante-Geral da PMMS
Mat.: 67023021

PORTARIA "P" N. 48/GABCMTG/2023, DE 14 DE MARÇO DE 2023.

O COMANDANTE-GERAL DA POLÍCIA MILITAR DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições legais que lhe confere o inciso XIX do Art. 10 da Lei Complementar n° 190, de 04 de abril de 2014 c/c § 4° do artigo 23 da Lei Complementar n° 127 de 15/05/2008.

Dispensar, o 2º TEN QAOPM **ADAUTO TENORIO DOS SANTOS** - Mat. 118125022, da função de confiança de **COMANDANTE DO 1º PEL PM DESTACADO/ 2ª CIA PM/ 5ºBPM / CPA-2 / PEDRO GOMES-MS,** conforme fez público no DOE n° 10.758 de 15 de fevereiro de 2022, a contar de 10 de março de 2023.

Designar, o 2º TEN QOPM **MANOEL MOREIRA DE OLIVEIRA** - MAT. 484506021, para exercer a função de confiança de **COMANDANTE DO 1º PEL PM DESTACADO/ 2ª CIA PM/ 5ºBPM / CPA-2 / PEDRO GOMES-MS,** com base no **inciso IV** do artigo 23 da Lei Complementar n° 127 de 15/05/2008, alterada pela Lei Complementar n° 291 de 16 de dezembro de 2021, a contar de 10 de março de 2023.
(Solução CI 05B PMMSCPA02/PMMS).

Campo Grande - MS, 14 de março de 2023.

RENATO DOS ANJOS GARNES – CEL QOPM
Comandante-Geral da PMMS
Mat.: 67023021

PORTARIA "P" N. 49/GABCMTG/2023, DE 15 DE MARÇO DE 2023.

O COMANDANTE-GERAL DA POLÍCIA MILITAR DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições legais que lhe confere o inciso XIX do Art. 10 da Lei Complementar n° 190, de 04 de abril de 2014 c/c § 4° do artigo 23 da Lei Complementar n° 127 de 15/05/2008.

R E S O L V E:

1. Dispensar, os militares abaixo relacionados, das funções de confiança de **Chefe de Equipe de Serviço**, de suas respectivas **OPM's**, conforme segue:

Grad.	Matrícula	NOME	OPM	DOE DESIGNAÇÃO
1º SGT QPPM	72404021	WALTER DE LOURENCO IZIDORO	9ºBPM/CPM/CAMPO GRANDE-MS	10.758, 15/02/22
CB QPPM	57642022	LANA CARLA FLORES VIEIRA	9ºBPM/CPM/CAMPO GRANDE-MS	10.948, 23/09/22
3º SGT QPPM	123808021	ALEX LUCIO DE CARVALHO SANTOS	2ºBPM/CPA-2/TRÊSLAGOAS-MS	10.969, 21/10/22
3º SGT QPPM	82576021	DAVID FIGUEIREDO RUIZ	2ºBPM/CPA-2/TRÊSLAGOAS-MS	10.948, 23/09/22
3º SGT QPPM	122586021	DONIVAL NOGUEIRA DA SILVA	2ªCIPM/CPA-1/MARACAJU-MS	11.029, 02/01/23

1º SGT QPPM	96998021	JOSE MARCOS CAMPANHA HILARIO	BPMA/CPE/CAMPO GRANDE-MS	10.865, 20/06/22
2º SGT QPPM	94945021	ALESSANDRO RENATO DA SILVA	BPMA/CPE/CAMPO GRANDE-MS	10.986, 10/11/22
1º SGT QPPM	130690021	CLEBER DANIEL DE OLIVEIRA	1ºBPM/CPM/CAMPO GRANDE-MS	10.758, 15/02/22
2º SGT QPPM	68622021	PAULO DE TARSO CAVIGLIONI	1ºBPM/CPM/CAMPO GRANDE-MS	10.758, 15/02/22
3º SGT QPPM	13187021	VINICIUS DIAS DINIZ	1ºBPM/CPM/CAMPO GRANDE-MS	10.910, 09/08/22
3º SGT QPPM	131812021	STEFANI DIGIONE MOROZ	1ºBPM/CPM/CAMPO GRANDE-MS	10.910, 09/08/22
AL SGT	6035021	JAIRO GIMENEZ RODRIGUES DE OLIVEIRA	1ºBPM/CPM/CAMPO GRANDE-MS	10.758, 15/02/22
AL SGT	75493021	IZAQUE DE OLIVEIRA	1ºBPM/CPM/CAMPO GRANDE-MS	10.758, 15/02/22
CB QPPM	119707021	ANDERSON DE OLIVEIRA TACEO VICENTE	1ºBPM/CPM/CAMPO GRANDE-MS	10.758, 15/02/22
CB QPPM	100191021	WILLIAN MALAQUIAS VILELA	1ºBPM/CPM/CAMPO GRANDE-MS	10.758, 15/02/22
CB QPPM	82686021	FABIO GOMES LARA	1ºBPM/CPM/CAMPO GRANDE-MS	10.758, 15/02/22
SGT AL QPPM	113789021	PAULO JOSE DE MATOS	10ªCIPM/CPM/CAMPO GRANDE-MS	11.010, 09/12/22
SGT AL QPPM	130191021	LUCAS VILLEGAS CAMPOS	10ªCIPM/CPM/CAMPO GRANDE-MS	11.010, 09/12/22
AL SGT QPPM	220021	ANDERSON HONORIO DOS SANTOS	10ªCIPM/CPM/CAMPO GRANDE-MS	10.805, 13/04/22
ST QPPM	94066022	ABENILDO DA SILVA REIS	Comando Geral / Diretoria de Gestão do Presidio Militar Estadual (DGPME) / Campo Grande - MS	10.907, 04/08/22
AL SGT QPPM	120516021	IANDERSON DE SOUZA QUEIROZ	BOPE/CPE/CAMPO GRANDE-MS	10.758, 15/02/22
2º SGT QPPM	91147021	CLEBER APARECIDO AGUILERA RAMOS	12ªCIPM/CPA-2/SÃO GABRIEL DO OESTE-MS	10.913, 12/08/22
AL SGT QPPM	102945021	CLEBERSON ORLANDINI DEFENDI	BPMTRAN/CPM/CAMPO GRANDE-MS	10.979, 31/10/22
3º SGT QPPM	126262021	JOAO DOS SANTOS FERREIRA NETO	BPMRV/CPE/CAMPO GRANDE-MS	10.758, 15/02/22
3º SGT QPPM	92757021	LUCENILSON SILVA CAMPOS	BPMRV/CPE/CAMPO GRANDE-MS	11.010, 09/12/22
3º SGT QPPM	130281021	DIOGO DA SILVA	3ºBPM/CPA-1/DOURADOS-MS	11.053, 20/01/22
1º SGT QPPM	111832021	ELENO CORREA DA SILVA	3ªCIPM/CPA-1/AMAMBAI-MS	10.758, 15/02/22
CB QPPM	3541022	MESSIAS DUTRA CHAPARRO	3ªCIPM/CPA-1/AMAMBAI-MS	10.948, 23/09/22
CB QPPM	425240021	JOAO VITOR BRASILIO MARQUES	3ªCIPM/CPA-1/AMAMBAI-MS	10.948, 23/09/22
CB QPPM	425550021	GELISON PAVAO FLORES ESCUBILHA	3ªCIPM/CPA-1/AMAMBAI-MS	10.948, 23/09/22

2. Designar, os militares abaixo relacionados, para exercerem a função de confiança de **Chefe de Equipe de Serviço,** de suas respectivas **OPM's,** com fulcro no **inciso VI,** do artigo 23 da Lei Complementar n° 127 de 15/05/2008, conforme segue:

Grad.	Matrícula	NOME	OPM
3º SGT QPPM	91455021	GILBERTO VIEIRA ALVES	10ºBPM/CPM/CAMPO GRANDE-MS
2º SGT QPPM	94028021	NELINHO OSORIO DA CONCEICAO	9ºBPM/CPM/CAMPO GRANDE-MS
3º SGT QPPM	127825021	ANDRE JAIME BENITES	9ºBPM/CPM/CAMPO GRANDE-MS
3º SGT QPPM	43635021	ALAN DOS SANTOS BRITO	9ºBPM/CPM/CAMPO GRANDE-MS
3º SGT QPPM	85676021	ADRIANO SOARES DE SOUZA	9ºBPM/CPM/CAMPO GRANDE-MS
3º SGT QPPM	5498021	HENRIQUE VIEIRA DE MACEDO	9ºBPM/CPM/CAMPO GRANDE-MS
3º SGT QPPM	107846021	JOAO DA SILVA	9ºBPM/CPM/CAMPO GRANDE-MS
3º SGT QPPM	97974021	EDERSON CARLOS DA SILVA	2ºBPM/CPA-2/TRÊS LAGOAS-MS

ST QPPM	6735021	RONEI MARQUES DO CARMO	1ºBPM/CPM/CAMPO GRANDE-MS
2º SGT QPPM	83123021	FLAVIO EDUARDO SIMAO DO NASCIMENTO	1ºBPM/CPM/CAMPO GRANDE-MS
3º SGT QPPM	128778021	GABRIEL AMANTINO DO NASCIMENTO	1ºBPM/CPM/CAMPO GRANDE-MS
3º SGT QPPM	103377021	LUDDIE GUTTEMBERG D AGUSTIN FERREIRA	1ºBPM/CPM/CAMPO GRANDE-MS
3º SGT QPPM	7619021	ROGERIO BRIZUELA FIGUEREDO	BPMA/CPE/CAMPO GRANDE-MS
3º SGT QPPM	113554022	JOSE LUIZ LEITE	10ªCIPM/CPM/CAMPO GRANDE-MS
3º SGT QPPM	88984021	ODILSON CAMPOS	5ªCIPM/CPM/CAMPO GRANDE-MS
3º SGT QPPM	101492021	EZEQUIEL SANTOS SILVA	5ªCIPM/CPM/CAMPO GRANDE-MS
3º SGT QPPM	90398021	MAURICIO HENRIQUE SCHUELLER DE ALMEIDA	5ªCIPM/CPM/CAMPO GRANDE-MS
CB QPPM	106202021	FLAVIO JARA DO NASCIMENTO	9ªCIPM /CPA-1/DOURADOS-MS
3º SGT QPPM	125786021	NELSON JOSE PEREIRA JUNIOR	10ºBPM/CPM/CAMPO GRANDE-MS
3º SGT QPPM	24673021	RENAN OLIVEIRA AMARILHA	10ªCIPM/COM/CAMPO GRANDE-MS
CB QPPM	67678022	LUANA COLMAN DE LIMA SUNAKOZAWA	BOPE/CPE/CAMPO GRANDE-MS
CB QPPM	424810021	WEVERTON DE ARAUJO SCHIMANSKI	12ªCIPM/CPA-2/SÃO GABRIEL DO OESTE-MS
3º SGT QPPM	102824021	GUILHERME GRATAO CUNHA	2ºBPM/CPA-2/TRÊS LAGOAS-MS
3º SGT QPPM	130281021	DIOGO DA SILVA	BPMRV/CPE/CAMPO GRANDE-MS
3º SGT QPPM	115370021	JOCENILDO SILVA COSTA CASTILHO	BPMRV/CPE/CAMPO GRANDE-MS

Campo Grande – MS, 15 de março de 2023.

RENATO DOS ANJOS GARNES – CEL QOPM
Comandante - Geral da PMMS
Mat.: 67023021

PORTARIA "P" DGP-1/DGP/PMMS N. 243, DE 17 DE MARÇO DE 2023.

A SUBCOMANDANTE-GERAL DA POLÍCIA MILITAR DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o Art 12, inciso VI da Lei Complementar n. 190, de 4 de abril de 2014, c/c Art 12, inciso III, Art 17, do Decreto n. 1.093, de 12 de junho de 1981, resolve:

Transferir, por necessidade do serviço, os policiais militares relacionados, conforme segue abaixo:

Graduação	Matrícula	Nome	OPM Origem	OPM Destino
CB QPPM	426011021	**FARNE CESAR PEREIRA DOS SANTOS**	BOPE / CPE / Campo Grande - MS	2º BPM / CPA-2 / Três Lagoas – MS
SD QPPM	490383021	**FABIANO BENITES DE BARROS**	2º BPM / CPA-2 / Três Lagoas – MS	3º Pel / 2ª CIPM / CPA-1 / Rio Brilhante – MS
SD QPPM	434022022	**OZIAS FERNANDES FILHO**	3º Pel / 2ª CIPM / CPA-1 / Rio Brilhante – MS	BOPE / CPE / Campo Grande - MS

(Solução a CI n. 143/SUBCMDG/PMMS, de 16 de março de 2023).

CAMPO GRANDE-MS, 17 DE MARÇO DE 2023.

NEIDY NUNES BARBOSA CENTURIÃO – CEL QOPM
Subcomandante-Geral da PMMS
Mat. 97470021

PORTARIA "P" DGP-1/DGP/PMMS N. 244, DE 17 DE MARÇO DE 2023.

A SUBCOMANDANTE-GERAL DA POLÍCIA MILITAR DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o Art 12, inciso VI da Lei Complementar n. 190, de 4 de abril de 2014, c/c Art. 12, inciso III, Art. 17, do Decreto n. 1.093, de 12 de junho de 1981, resolve:

Transferir, por necessidade do serviço, o CB QPPM **NEI COELHO SILVA**, Mat 79351021, do **1º BPM / CPM / Campo Grande - MS**, para o **Comando Geral / Ajudância-Geral (Aj-Geral) / Campo Grande – MS.**

(Solução a CI n. 144/SUBCMDG/PMMS, de 16 de março de 2023).

CAMPO GRANDE-MS, 17 DE MARÇO DE 2023.

NEIDY NUNES BARBOSA CENTURIÃO – CEL QOPM
Subcomandante-Geral da PMMS
Mat. 97470021

Corpo de Bombeiros Militar de Mato Grosso do Sul

PORTARIA "P" CBMMS/DP-2 N. 112, DE 14 DE MARÇO DE 2023.

O COMANDANTE-GERAL DO CORPO DE BOMBEIROS MILITAR DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 8º, inciso II e VI e artigo 70 da Lei Complementar n. 188, de 3 de abril de 2014, combinado com o artigo 23 da Lei Complementar n. 053, de 30 de agosto de 1990, resolve:

Designar, por necessidade do serviço, fins regularização funcional, 1º Ten QOBM José Raimundo dos Santos Neto, matrícula n. 123.346-022, para responder provisoriamente pela função de Comandante do 4ºSGBM/Ind./CBMMS (Paranaíba-MS), cumulativamente com a função que exerce, no período de 22.02.2023 a 23.03.2023, em substituição ao titular da função em razão de fruição de férias regulamentares.

CAMPO GRANDE-MS, 14 DE MARÇO DE 2023.

FREDERICO REIS POUSO SALAS – CORONEL QOBM
Comandante-Geral do CBMMS

PORTARIA "P" CBMMS/DP-2 N. 113, DE 14 DE MARÇO DE 2023.

O COMANDANTE-GERAL DO CORPO DE BOMBEIROS MILITAR DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 8º, inciso II e VI e artigo 70 da Lei Complementar n. 188, de 3 de abril de 2014, combinado com o artigo 23 da Lei Complementar n. 053, de 30 de agosto de 1990, resolve:

Designar, por necessidade do serviço, fins regularização funcional, 1º Ten QOBM Cleybe Henrique dos Santos Cruz Alfonso, matrícula n. 18.875-022, para responder provisoriamente pela função de Comandante do 16ºSGBM/Ind./CBMMS (Amambai-MS), cumulativamente com a função que exerce, no período de 08.03.2023 a 17.03.2023, em substituição ao titular da função, por motivo de Licença para Tratar de Saúde (LTS).

CAMPO GRANDE-MS, 14 DE MARÇO DE 2023.

FREDERICO REIS POUSO SALAS – CORONEL QOBM
Comandante-Geral do CBMMS

PORTARIA "P" CBMMS/DP-2 N. 115, DE 14 DE MARÇO DE 2023.

O COMANDANTE-GERAL DO CORPO DE BOMBEIROS MILITAR DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 8º, incisos II e VI, da Lei Complementar n. 188, de 3 de abril de 2014, resolve:

Interromper, a pedido, a Licença para Tratar de Interesse Particular – LTIP concedida ao CB BM Hudson Camargo Alves, matrícula n. 9.706-021, publicada no DOEMS n. 10.849, de 2 de junho de 2022, com fundamento no artigo 65, inciso I, da Lei Complementar n. 053, de 30 de agosto de 1990, a contar de 13 de março de 2023.

CAMPO GRANDE-MS, 14 DE MARÇO DE 2023.

FREDERICO REIS POUSO SALAS – CORONEL QOBM
Comandante-Geral do CBMMS

PORTARIA "P" CBMMS/DP-2 N. 116, DE 15 DE MARÇO DE 2023.

O COMANDANTE-GERAL DO CORPO DE BOMBEIROS MILITAR DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o art. 8º, incisos II e VI, da Lei Complementar n. 188, de 3 de abril de 2014 (Lei de Organização Básica do CBM/MS - LOB), resolve:

Exonerar, por necessidade do serviço, fins regularização funcional, o 3ºSgt BM João Carlos Peralta, matrícula n. 132.141-021, da função de Comandante de Equipe de Serviço do CBMMS, a contar de 2 de fevereiro de 2023.

Nomear, por necessidade do serviço, fins regularização funcional, o Sd BM Matheus Gonçalves Vieira, matrícula n. 484.111-021, lotado no 17ºSGBM/Ind./CBMMS (Bataguassu-MS), para desempenhar a função de Comandante de Equipe de Serviço do CBMMS, cumulativamente com a função que exerce, a contar de 3 de fevereiro de 2023, nos termos do art. 23, inciso VI e §4º da Lei Complementar n. 127, de 15 de maio de 2008, com redação

dada pela Lei Complementar n. 291, de 16 de dezembro de 2021 e alterada pela Lei Complementar n. 298, de 29 de junho de 2022.

CAMPO GRANDE-MS, 15 DE MARÇO DE 2023.

FREDERICO REIS POUSO SALAS – CORONEL QOBM
Comandante-Geral do CBMMS

PORTARIA "P" CBMMS/DP-2 N. 117, DE 15 DE MARÇO DE 2023.

O COMANDANTE-GERAL DO CORPO DE BOMBEIROS MILITAR DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o art. 8º, incisos II e VI, da Lei Complementar n. 188, de 3 de abril de 2014 (Lei de Organização Básica do CBM/MS - LOB), resolve:

Exonerar, por necessidade do serviço, o 2ºSgt BM Ricardo Bittencourt Maidana, matrícula n. 123.258-021, lotado no 6ºGBM/CBMMS (Campo Grande-MS), da função de Comandante de Equipe de Serviço do CBMMS, a contar da data da publicação.

Exonerar, por necessidade do serviço, o CB BM Higor da Cunha Carvalho, matrícula n. 123.258-021, lotado no 6ºGBM/CBMMS (Campo Grande-MS), da função de Comandante de Equipe de Serviço do CBMMS, a contar da data da publicação.

Nomear, por necessidade do serviço, o 2ºSgt BM José Leon, matrícula n. 104.736-021, lotado no 6ºGBM/CBMMS (Campo Grande-MS), para desempenhar a função de Comandante de Equipe de Serviço do CBMMS, cumulativamente com a função que exerce, a contar da data da publicação, nos termos do art. 23, inciso VI e §4º da Lei Complementar n. 127, de 15 de maio de 2008, com redação dada pela Lei Complementar n. 291, de 16 de dezembro de 2021 e alterada pela Lei Complementar n. 298, de 29 de junho de 2022.

Nomear, por necessidade do serviço, o CB BM Cristiano Silva Monteiro, matrícula n. 38.311-021, lotado no 6ºGBM/CBMMS (Campo Grande-MS), para desempenhar a função de Comandante de Equipe de Serviço do CBMMS, cumulativamente com a função que exerce, a contar da data da publicação, nos termos do art. 23, inciso VI e §4º da Lei Complementar n. 127, de 15 de maio de 2008, com redação dada pela Lei Complementar n. 291, de 16 de dezembro de 2021 e alterada pela Lei Complementar n. 298, de 29 de junho de 2022.

CAMPO GRANDE-MS, 15 DE MARÇO DE 2023.

FREDERICO REIS POUSO SALAS – CORONEL QOBM
Comandante-Geral do CBMMS

PORTARIA "P" CBMMS/DP-2 N. 118, DE 16 DE MARÇO DE 2023.

O COMANDANTE-GERAL DO CORPO DE BOMBEIROS MILITAR DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 8º, incisos II e VI, da Lei Complementar n. 188, de 3 de abril de 2014, resolve:

Agregar o Sd BM Paulo Vitor Ribeiro Silva, matrícula n. 484.250-021, com fundamento no artigo 76, § 1º, alínea "c", item 8, ambos da Lei Complementar n. 53, de 30 de agosto de 1990, alterada pela Lei Complementar n. 251, de 20 de agosto de 2018, combinado com o art. 3º, inciso II, do Decreto n. 14.905, de 27 de dezembro de 2017, por ter sido autorizada a sua passagem à disposição do Governo do Estado de Mato Grosso, durante o período de 2 (dois) anos, a contar de 13 de março de 2023, a fim de exercer função de natureza policial militar, conforme se fez público no DOEMS n. 11.099, de 10 de março de 2023.

Designar a Ajudância Geral/CBMMS para que o militar fique adido para efeito de alterações, conforme artigo 77 da Lei Complementar n. 053, de 30 de agosto de 1990.

CAMPO GRANDE-MS, 16 DE MARÇO DE 2023.

FREDERICO REIS POUSO SALAS – CORONEL QOBM
Comandante-Geral do CBMMS

PORTARIA "P" CBMMS/DP-2 N. 119, DE 16 DE MARÇO DE 2023.

O COMANDANTE-GERAL DO CORPO DE BOMBEIROS MILITAR DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o art. 8º, incisos II e VI, da Lei Complementar n. 188, de 3 de abril de 2014 (Lei de Organização Básica do CBM/MS - LOB), resolve:

Exonerar, por necessidade do serviço, fins regularização funcional, o 3ºSgt BM Anderson Guilherme de Campos, matrícula n. 93.511-021, da função de Comandante de Equipe de Serviço do CBMMS, a contar de 1º de março de 2023.

Exonerar, por necessidade do serviço, fins regularização funcional, o Sd BM Eduardo Santana Silva, matrícula

n. 484.490-021, da função de Comandante de Equipe de Serviço do CBMMS, a contar de 1º de março de 2023.

Nomear, por necessidade do serviço, fins regularização funcional, o 3ºSgt BM Isaque Ismail da Costa, matrícula n. 126.787-021, lotado no 14ºSGBM/Ind./CBMMS (Porto Murtinho-MS), para desempenhar a função de Comandante de Equipe de Serviço do CBMMS, cumulativamente com a função que exerce, a contar de 1º de março de 2023, nos termos do art. 23, inciso VI e §4º da Lei Complementar n. 127, de 15 de maio de 2008, com redação dada pela Lei Complementar n. 291, de 16 de dezembro de 2021 e alterada pela Lei Complementar n. 298, de 29 de junho de 2022.

Nomear, por necessidade do serviço, fins regularização funcional, o 3ºSgt BM Altevir Florenciano Ferreira, matrícula n. 99.444-021, lotado no 14ºSGBM/Ind./CBMMS (Porto Murtinho-MS), para desempenhar a função de Comandante de Equipe de Serviço do CBMMS, cumulativamente com a função que exerce, a contar de 1º de março de 2023, nos termos do art. 23, inciso VI e §4º da Lei Complementar n. 127, de 15 de maio de 2008, com redação dada pela Lei Complementar n. 291, de 16 de dezembro de 2021 e alterada pela Lei Complementar n. 298, de 29 de junho de 2022.

CAMPO GRANDE-MS, 16 DE MARÇO DE 2023.

FREDERICO REIS POUSO SALAS – CORONEL QOBM
Comandante-Geral do CBMMS

Delegacia-Geral da Polícia Civil de Mato Grosso do Sul

Republica-se por ter constado com incorreção no original publicado no Diário Oficial Eletrônico nº 11.105, de 17 de março de 2023.

PORTARIA "P" DGPC/MS Nº 141, DE 16 DE MARÇO DE 2023.

O DELEGADO-GERAL DA POLÍCIA CIVIL DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso de suas atribuições legais;

Considerando que é dever da administração superior da Polícia Civil analisar as necessidades da instituição, primando pela prevalência do interesse público sobre o interesse privado, promovendo as modificações e adequações necessárias ao bom andamento dos trabalhos, levando-se em conta, o perfil de cada servidor e também a demanda do trabalho de cada Unidade Policial;

R E S O L V E :

Remover, "ex-officio", no interesse da Administração, os servidores abaixo relacionados, relativos as matrículas, cargos, classes e lotações ali mencionados, concedendo 02 (dois) dias de trânsito, com base no inciso I, do artigo 85, da Lei Complementar nº 114/2005 e alterada pela Lei Complementar nº 140, de 22 de dezembro de 2009, com validade a contar de 17 de março de 2023.

MATR	NOME	CARGO	CL	ORIGEM	DESTINO
104162023	Alberto Luiz Carneiro da Cunha de Miranda	Delegado de Polícia	ESP	Delegacia de Pronto Atendimento Comunitário de Campo Grande/MS	Delegacia Especializada de Atendimento a Infância e Juventude/MS
70256023	Antonio Souza Ribas Junior	Delegado de Polícia	PRI	Primeira Delegacia de Polícia Civil de Campo Grande/MS	Delegacia Especializada de Combate a Crimes Rurais e Abigeato/MS
33968023	Ana Paula Trindade Ferreira	Delegada de Polícia	PRI	Delegacia Especializada de Atendimento a Infância e Juventude/MS	Primeira Delegacia de Polícia Civil de Campo Grande/MS
474682023	Felipe Alvarez Madeira	Delegado de Polícia	TER	Quinta Delegacia de Polícia Civil de Campo Grande/MS	Delegacia de Pronto Atendimento Comunitário de Campo Grande/MS
474657023	Heleno Sousa de Sant'Ana	Delegado de Polícia	TER	Delegacia Especializada de Repressão aos Crimes de Defraudações, Falsificações, Falimentares e Fazendários/MS	Quinta Delegacia de Polícia Civil de Campo Grande/MS

126684023	Pablo Gabriel Farias da Silva	Delegado de Polícia	PRI	Delegacia Especializada de Combate a Crimes Rurais e Abigeato/MS	Delegacia Especializada de Proteção à Criança e ao Adolescente/MS
130798023	Rafael Kenji Koshimizu	Delegado de Polícia	PRI	Delegacia Especializada de Atendimento a Infância e Juventude/ MS	Delegacia Especializada de Repressão aos Crimes de Defraudações, Falsificações, Falimentares e Fazendários/ MS

Campo Grande, MS, 16 de março de 2023.

ROBERTO GURGEL DE OLIVEIRA FILHO
DELEGADO-GERAL DA POLÍCIA CIVIL

Republica-se por ter constado com incorreção no original publicado no Diário Oficial Eletrônico nº 11.105, de 17 de março de 2023.

PORTARIA "P" DGPC/MS Nº 142, DE 16 DE MARÇO DE 2023.

O DELEGADO-GERAL DA POLÍCIA CIVIL DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso de suas atribuições legais, resolve:

Dispensar os servidores indicados, das funções de confiança das Unidades Policiais da Delegacia Geral da Polícia Civil de Mato Grosso do Sul, com validade a contar de 17 de março de 2023.

MATR.	NOME	FUNÇÃO	SIMB	UNIDADE DE LOTAÇÃO
104162023	Alberto Luiz Carneiro da Cunha de Miranda	Delegado Adjunto	DAPC-7	Delegacia de Pronto Atendimento Comunitário de Campo Grande/MS
470591024	Ana Luiza Noriler da Silva Carneiro	Delegado Adjunto	DAPC-7	Delegacia Especializada de Repressão aos Crimes de Defraudações, Falsificações, Falimentares e Fazendários/MS
474600023	Gustavo Henriques Barros	Delegado Adjunto	DAPC-7	Delegacia Especializada de Proteção à Criança e ao Adolescente/MS
126684023	Pablo Gabriel Farias da Silva	Delegado Adjunto	DAPC-7	Delegacia Especializada de Combate a Crimes Rurais e Abigeato/MS
130798023	Rafael Kenji Koshimizu	Delegado Adjunto	DAPC-7	Delegacia Especializada de Atendimento a Infância e Juventude/MS

Campo Grande, MS, 16 março de 2023.

ROBERTO GURGEL DE OLIVEIRA FILHO
DELEGADO-GERAL DA POLÍCIA CIVIL

Republica-se por ter constado com incorreção no original publicado no Diário Oficial Eletrônico nº 11.105, de 17 de março de 2023

PORTARIA "P" DGPC/MS Nº 143, DE 16 DE MARÇO DE 2023.

O DELEGADO-GERAL DA POLÍCIA CIVIL DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso de suas atribuições legais, resolve:

Designar os servidores indicados, para exercerem as funções de confiança nas Unidades Policiais da Delegacia Geral da Polícia Civil de Mato Grosso do Sul, em vaga prevista no Decreto nº 12.093, de 27 de abril de 2006 e alterado pelo Decreto nº 15.839, de 22 de dezembro de 2021, com validade a contar de 17 de março de 2023.

MATR.	NOME	FUNÇÃO	SIMB	UNIDADE DE LOTAÇÃO

104162023	Alberto Luiz Carneiro da Cunha de Miranda	Delegado Adjunto	DAPC-7	Delegacia Especializada de Atendimento a Infância e Juventude/MS
70256023	Antonio Souza Ribas Junior	Delegado Adjunto	DAPC-7	Delegacia Especializada de Combate a Crimes Rurais e Abigeato/MS
126684023	Pablo Gabriel Farias da Silva	Delegado Adjunto	DAPC-7	Delegacia Especializada de Proteção à Criança e ao Adolescente/MS
130798023	Rafael Kenji Koshimizu	Delegado Adjunto	DAPC-7	Delegacia Especializada de Repressão aos Crimes de Defraudações, Falsificações, Falimentares e Fazendários/MS
25481023	Rodrigo Alencar Machado Camapum	Delegado Adjunto	DAPC-7	Delegacia de Pronto Atendimento Comunitário de Campo Grande/ MS

Campo Grande, MS, 16 março de 2023.

ROBERTO GURGEL DE OLIVEIRA FILHO
DELEGADO-GERAL DA POLÍCIA CIVIL

Agência de Habitação Popular do Estado de Mato Grosso do Sul

PORTARIA "P" AGEHAB N. 049, DE 17 DE MARÇO DE 2023.

A Diretora-Presidente da AGÊNCIA DE HABITAÇÃO POPULAR DE MATO GROSSO DO SUL, no uso de suas atribuições, conforme estabelece a legislação vigente,
RESOLVE:

DESIGNAR os servidores abaixo relacionados para comporem a Comissão de Regularização Fundiária, em atendimento a Lei nº 5.577, de 15 de outubro de 2020, com os seguintes membros, sob a presidência do primeiro:

Matrícula	Nome	Da Comissão
472602024	Madson Ramão	1° titular
495897022	Raphaela Heloína Schiemann	Substituta
33017027	Gislene Freire de Almeida	1ª titular
91283023	Marly Rocha Silva de Santana	Substituta
104397022	Wilson de Oliveira	1° titular
39123023	Gustavo Pinheiro da Silva Filho	Substituto

Revogam-se as disposições em contrário, especialmente a Portaria "P" AGEHAB n. 063, DE 09 DE ABRIL DE 2021.

Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Campo Grande/MS, 17 de março de 2023.

MARIA DO CARMO AVESANI LOPEZ
Diretora-Presidente da Agência de Habitação Popular de Mato Grosso do Sul

Agência Estadual de Administração do Sistema Penitenciário

PORTARIA AGEPEN "P" Nº. 232 DE 17 DE MARÇO DE 2023.

O DIRETOR-PRESIDENTE DA AGÊNCIA ESTADUAL DE ADMINISTRAÇÃO DO SISTEMA PENITENCIÁRIO DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Dispensar a servidora GISELLE SOARES DE OLIVEIRA, Policial Penal, matrícula n. 24269021, da Função Privativa da Carreira, "Diretora de Unidade Penal de Média Complexidade", de Diretora do Estabelecimento Penal Feminino de Três Lagoas/MS, da Agência Estadual de Administração do Sistema Penitenciário do Estado de Mato Grosso do Sul, com validade a contar da data desta publicação.

Campo Grande MS, 17 de março de 2023.

RODRIGO ROSSI MAIORCHINI
Diretor-Presidente
Mat. 64973022

PORTARIA AGEPEN "P" Nº. 233 DE 17 DE MARÇO DE 2023.

O DIRETOR-PRESIDENTE DA AGÊNCIA ESTADUAL DE ADMINISTRAÇÃO DO SISTEMA PENITENCIÁRIO DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Designar a servidora ANTONIA EVA DOS SANTOS GOMES, Policial Penal, matrícula n. 69195023, para desempenhar a Função Privativa da Carreira, "Diretora de Unidade Penal de Média Complexidade", de Diretora **Interina** do Estabelecimento Penal Feminino de Três Lagoas/MS, da Agência Estadual de Administração do Sistema Penitenciário do Estado de Mato Grosso do Sul, com validade a contar da data desta publicação.

Campo Grande MS, 17 de março de 2023.

RODRIGO ROSSI MAIORCHINI
Diretor-Presidente
Mat. 64973022

Agência de Previdência Social de Mato Grosso do Sul

PORTARIA "P" AGEPREV n. 0235, DE 17 DE MARÇO DE 2023.

O DIRETOR-PRESIDENTE DA AGÊNCIA DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DE MATO GROSSO DO SUL, no uso de suas atribuições legais conferidas pelo artigo 97 da Lei n. 3.150/2005, com as alterações promovidas pela Lei n. 5.101/2017, combinado com artigo 4º do Decreto n. 14.903/2017 resolve:

CONCEDER aposentadoria voluntária por tempo de contribuição, com proventos integrais e paridade, ao servidor AMOR JOSE MIGUEL DOS SANTOS, matrícula n. 49600021, ocupante do cargo de Professor, classe E3, nível 4, código 60001, pertencente ao Quadro Permanente de Pessoal do Estado de Mato Grosso do Sul, lotado na Secretaria de Estado de Educação, com fulcro no art. 11, incisos I, II, III, IV, §1º, §2º, inciso I e §3º, inciso I, da Lei Complementar n. 274, de 21 de maio de 2020, e art. 20, incisos, I, II, III, IV, §1º, §2º, inciso I, da Emenda Constitucional n. 103, de 12 de novembro de 2019 (Processo n. 29/007091/2022).

CAMPO GRANDE-MS, 17 DE MARÇO DE 2023.

JORGE OLIVEIRA MARTINS
Diretor-Presidente

PORTARIA "P" AGEPREV n. 0236, DE 17 DE MARÇO DE 2023.

O DIRETOR-PRESIDENTE DA AGÊNCIA DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DE MATO GROSSO DO SUL, no uso de suas atribuições legais conferidas pelo artigo 97 da Lei n. 3.150/2005, com as alterações promovidas pela Lei n. 5.101/2017, combinado com artigo 4º do Decreto n. 14.903/2017 resolve:

CONCEDER aposentadoria voluntária por tempo de contribuição, com proventos integrais e paridade, à servidora FRANCINEIDE PEREIRA RODRIGUES, matrícula n. 82866021, ocupante do cargo de Professor, classe F3, nível 7, código 60001, pertencente ao Quadro Permanente de Pessoal do Estado de Mato Grosso do Sul, lotada na Secretaria de Estado de Educação, com fulcro no art. 11, incisos I, II, III, IV, §1º, §2º, inciso I e §3º, inciso I, da Lei Complementar n. 274, de 21 de maio de 2020, e art. 20, incisos, I, II, III, IV, §1º, §2º, inciso I, §3º, inciso I, da Emenda Constitucional n. 103, de 12 de novembro de 2019 (Processo n. 29/033384/2020).

CAMPO GRANDE-MS, 17 DE MARÇO DE 2023.

JORGE OLIVEIRA MARTINS
Diretor-Presidente

PORTARIA "P" AGEPREV n. 0237, DE 17 DE MARÇO DE 2023.

O DIRETOR-PRESIDENTE DA AGÊNCIA DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DE MATO GROSSO DO SUL, no uso de suas atribuições legais conferidas pelo artigo 97 da Lei n. 3.150/2005, com as alterações promovidas pela Lei n. 5.101/2017, combinado com artigo 4º do Decreto n. 14.903/2017 resolve:

CONCEDER aposentadoria voluntária por tempo de contribuição, com proventos integrais e reajuste na mesma data, em índice não inferior ao fixado para os benefícios pagos pelo Regime Geral da Previdência Social, à servidora NELDA CRISTIANNE SITORSKI, matrícula n. 61435021, ocupante do cargo de Professor, classe D3, nível 4, código 60001, pertencente ao Quadro Permanente de Pessoal do Estado de Mato Grosso do Sul,

lotada na Secretaria de Estado de Educação, com fulcro no art. 41, incisos I, II e III, §1º, art. 76 e art. 77, da Lei n. 3.150, de 22 de dezembro de 2005, com redação dada pela Lei n. 5.101, de 1º de dezembro de 2017 e art. 40, §1º, inciso III, alínea "a", §5º, da Constituição Federal, com redação dada pela Emenda Constitucional n. 20, de 15 de dezembro de 1998 (Processo n. 29/036155/2019).

CAMPO GRANDE-MS, 17 DE MARÇO DE 2023.

JORGE OLIVEIRA MARTINS
Diretor-Presidente

PORTARIA "P" AGEPREV n. 0238, DE 17 DE MARÇO DE 2023.

O DIRETOR-PRESIDENTE DA AGÊNCIA DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DE MATO GROSSO DO SUL, no uso de suas atribuições legais conferidas pelo artigo 97 da Lei n. 3.150/2005, com as alterações promovidas pela Lei n. 5.101/2017, combinado com artigo 4º do Decreto n. 14.903/2017 resolve:

APOSENTAR, por invalidez, com proventos proporcionais e reajuste na mesma data, em índice não inferior ao fixado para os benefícios pagos pelo Regime Geral da Previdência Social, o servidor ARTHUR ULISSES CURADO FILHO, matrícula n. 46962025, ocupante do cargo de Fiscal Estadual Agropecuário, classe F, nível 5, código 70286, pertencente ao Quadro Permanente de Pessoal do Estado de Mato Grosso do Sul, lotado na Agência Estadual de Defesa Sanitária Animal e Vegetal, com fulcro no art. 35, caput, art. 76-A, §2º, inciso II, todos da Lei n. 3.150, de 22 de dezembro de 2005, com redação dada pela Lei Complementar n. 274, de 21 de maio de 2020, art. 40, §1º, inciso I, da Constituição Federal, com redação dada pela Emenda Constitucional n. 103, de 12 de novembro de 2019 e art. 26 (Processo n. 71/020140/2022).

CAMPO GRANDE-MS, 17 DE MARÇO DE 2023.

JORGE OLIVEIRA MARTINS
Diretor-Presidente

PORTARIA "P" AGEPREV n. 0239, DE 17 DE MARÇO DE 2023.

O DIRETOR-PRESIDENTE DA AGÊNCIA DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DE MATO GROSSO DO SUL, no uso de suas atribuições legais conferidas pelo artigo 97 da Lei n. 3.150/2005, com as alterações promovidas pela Lei n. 5.101/2017 combinado com artigo 4º do Decreto n. 14.903/2017 resolve:

REFORMAR, *ex officio*, por incapacidade definitiva da Polícia Militar do Estado de Mato Grosso do Sul, com proventos integrais e paridade, o 3º Sargento-PM VALDECIR SEVERINO DA CRUZ, matrícula n. 35166023, símbolo 644/3SG/1/4, código 40018, com fulcro no art. 54, art. 94, art. 95, inciso II, art. 97, inciso IV, §2º, todos da Lei Complementar n. 53, de 30 de agosto de 1990, com redação dada pela Lei Complementar n. 68, de 8 de julho de 1993 e n. 275, de 20 de julho de 2020 (Processo n. 31/005552/2023).

CAMPO GRANDE-MS, 17 DE MARÇO DE 2023.

JORGE OLIVEIRA MARTINS
Diretor-Presidente

POTARIA "P" AGEPREV N. 0240, DE 16 DE MARÇO 2023.

Designa o Encarregado pelo Tratamento de Dados Pessoais da Agência de Previdência Social de Mato Grosso do Sul, e dá outras providências.

O DIRETOR-PRESIDENTE DA AGÊNCIA DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DE MATO GROSSO DO SUL, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista o Decreto n. 15.087, de 30 de outubro de 2018 e Decreto nº 15.855, de 11de janeiro de 2022;

CONSIDERANDO a importância da proteção de dados pessoais, nos termos do art. 5º, inciso LXXIX da Constituição Federal e a sua aplicação ao Poder Público;

CONSIDERANDO que, nos moldes do art. 23, caput, da Lei Federal n. 13.709, de 14 de agosto de 2018, o tratamento de dados pessoais pelas pessoas jurídicas de direito público referidas no parágrafo único do art. 1º da Lei Federal n. 12.527, de 18 de novembro de 2011 (Lei de Acesso à Informação), deverá ser realizado para o atendimento de sua finalidade pública, na persecução do interesse público, com o objetivo de executar as competências legais ou cumprir as atribuições legais do serviço público;

CONSIDERANDO a necessidade de adequação da Agência de Previdência Social de Mato Grosso do Sul à legislação de Proteção de Dados Pessoais, especialmente à Lei Federal n. 13.709, de 14 de agosto de 2018 (Lei Geral de Proteção de Dados – LGPD) c/c Decreto Estadual n. 15.572, de 28 de dezembro de 2020; RESOLVE:

Art. 1º Designar o servidor **João Ricardo Dias de Oliveira**, ocupante do cargo de Diretor da Diretoria de Gestão de Informação, matrícula n.68153026, para exercício da função de Encarregado pelo Tratamento de Dados Pessoais da Agência de Previdência Social de Mato Grosso do Sul, assim entendido como o responsável para atuar como canal direto de comunicação entre o Controlador de Dados Pessoais, os Titulares dos Dados e a Autoridade Nacional de Proteção de Dados – ANPD, nos termos do inciso VIII do art. 5º, para o desempenho das funções previstas no § 2º e no § 3 do art. 41, ambos da Lei Federal n. 13.709, de 14 de agosto de 2018, c/c art. 9º do Decreto Estadual n. 15.572, de 28 de dezembro de 2020, sem prejuízo das atribuições que atualmente exerce.

Parágrafo único. Fica designado como substituta do Encarregado pelo Tratamento de Dados Pessoais, a servidora **Cristiane Lima Maciel Nunes**, ocupante do cargo de Procurador de Entidades Públicas – 2º CAT, matrícula n. 115968022, nos impedimentos eventuais do titular, sem prejuízo das atribuições que atualmente exerce.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

CAMPO GRANDE – MS, 16 DE MARÇO DE 2023.

JORGE OLIVEIRA MARTINS
Diretor - Presidente

DESPACHO DO DIRETOR-PRESIDENTE DA AGÊNCIA DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DE MATO GROSSO DO SUL

O Diretor-Presidente, no uso de suas atribuições legais e, em face da solicitação contida no Processo n. 55/010609/2022, DEFERE o pedido de ISENÇÃO DE IMPOSTO DE RENDA, impetrado por LUIZ BISPO DA SILVA, matrícula n. 88921022, reformado no cargo de 3º Sargento-PM, a contar de 1º de maio de 2022, em conformidade com os fundamentos contidos na Manifestação n. 3.205/2022/DIRB/AGEPREV.

CAMPO GRANDE-MS, 17 DE MARÇO DE 2023.

JORGE OLIVEIRA MARTINS
Diretor-Presidente

DESPACHO DO DIRETOR-PRESIDENTE DA AGÊNCIA DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DE MATO GROSSO DO SUL

O Diretor-Presidente, no uso de suas atribuições legais e, em face da solicitação contida no Processo n. 55/012946/2022, DEFERE o pedido de ISENÇÃO DE IMPOSTO DE RENDA, impetrado por MARIA APARECIDA BERALDO, matrícula n. 29764022, aposentada no cargo de Especialista de Educação, a contar de 1º de agosto de 2022, em conformidade com os fundamentos contidos na Manifestação n. 0571/2023/DIRB/AGEPREV.

CAMPO GRANDE-MS, 17 DE MARÇO DE 2023.

JORGE OLIVEIRA MARTINS
Diretor-Presidente

DESPACHO DO DIRETOR-PRESIDENTE DA AGÊNCIA DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DE MATO GROSSO DO SUL

O Diretor-Presidente, no uso de suas atribuições legais e, em face da reavaliação contida no Processo n. 55/010350/2022, DEFERE o pedido de EXCLUSÃO DE DEPENDENTE, impetrado por GEÍAS DE SOUZA VASCONCELOS, matrícula n. 35681022, em que solicita a exclusão da dependente ROSANA SALLES DA SILVEIRA, na condição de companheira, em conformidade com os fundamentos contidos na Manifestação n. 0725/2023/DIRB/AGEPREV.

CAMPO GRANDE-MS, 17 DE MARÇO DE 2023.

JORGE OLIVEIRA MARTINS
Diretor-Presidente

DESPACHO DO DIRETOR-PRESIDENTE DA AGÊNCIA DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DE MATO GROSSO DO SUL

O Diretor-Presidente, no uso de suas atribuições legais e, em face da solicitação contida no Processo n. 55/014221/2022, DEFERE o pedido de ISENÇÃO DE IMPOSTO DE RENDA, impetrado por LILA URT, matrícula n. 35802021, aposentada no cargo de Professor, a contar de 1º de dezembro de 2021, em conformidade com os fundamentos contidos na Manifestação n. 0513/2023/DIRB/AGEPREV.

CAMPO GRANDE-MS, 17 DE MARÇO DE 2023.

JORGE OLIVEIRA MARTINS
Diretor-Presidente

DESPACHO DO DIRETOR-PRESIDENTE DA AGÊNCIA DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DE MATO GROSSO DO SUL

O Diretor-Presidente, no uso de suas atribuições legais e, em face da solicitação contida no Processo n. 55/013817/2022, DEFERE o pedido de ISENÇÃO DE IMPOSTO DE RENDA, impetrado por ZITA OLINDA VERÇOZA DE MATOS, matrícula n. 103135022, aposentada no cargo de Gestor Organizacional, a contar de 1º de março de 2022, em conformidade com os fundamentos contidos na Manifestação n. 0514/2023/DIRB/AGEPREV.

CAMPO GRANDE-MS, 17 DE MARÇO DE 2023.

JORGE OLIVEIRA MARTINS
Diretor-Presidente

DESPACHO DO DIRETOR-PRESIDENTE DA AGÊNCIA DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DE MATO GROSSO DO SUL

O Diretor-Presidente, no uso de suas atribuições legais e, em face da solicitação contida no Processo n. 55/014306/2022, DEFERE o pedido de ISENÇÃO DE IMPOSTO DE RENDA, impetrado por MARIA REJANE MACHADO, matrícula n. 28532021, na condição de Pensionista, a contar de 1º de junho de 2022, em conformidade com os fundamentos contidos na Manifestação n. 0515/2023/DIRB/AGEPREV.

CAMPO GRANDE-MS, 17 DE MARÇO DE 2023.

JORGE OLIVEIRA MARTINS
Diretor-Presidente

DESPACHO DO DIRETOR-PRESIDENTE DA AGÊNCIA DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DE MATO GROSSO DO SUL

O Diretor-Presidente, no uso de suas atribuições legais e, em face da solicitação contida no Processo n. 55/012129/2022, DEFERE o pedido de ISENÇÃO DE IMPOSTO DE RENDA, impetrado por VERA CELINA ANTUNES DE SOUZA, matrícula n. 19466023, aposentada no cargo de Gestor de Ações Sociais, a contar de 1º de agosto de 2022, em conformidade com os fundamentos contidos na Manifestação n. 0519/2023/DIRB/AGEPREV.

CAMPO GRANDE-MS, 17 DE MARÇO DE 2023.

JORGE OLIVEIRA MARTINS
Diretor-Presidente

DESPACHO DO DIRETOR-PRESIDENTE DA AGÊNCIA DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DE MATO GROSSO DO SUL

O Diretor-Presidente, no uso de suas atribuições legais e, em face da solicitação contida no Processo n. 55/012751/2022, DEFERE o pedido de ISENÇÃO DE IMPOSTO DE RENDA, impetrado por ANA DENISE DA SILVA, matrícula n. 94398021, aposentada no cargo de Fiscal Tributário Estadual, a contar de 1º de maio de 2019, em conformidade com os fundamentos contidos na Manifestação n. 0521/2023/DIRB/AGEPREV.

CAMPO GRANDE-MS, 17 DE MARÇO DE 2023.

JORGE OLIVEIRA MARTINS
Diretor-Presidente

DESPACHO DO DIRETOR-PRESIDENTE DA AGÊNCIA DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DE MATO GROSSO DO SUL

O Diretor-Presidente, no uso de suas atribuições legais e, em face da solicitação contida no Processo n. 55/014103/2022, DEFERE o pedido de ISENÇÃO DE IMPOSTO DE RENDA, impetrado por SANTO JOSÉ FERNANDES, matrícula n. 103881022, reformado no cargo de 1º Tenente-PM, a contar de 21 de outubro de 2022, em conformidade com os fundamentos contidos na Manifestação n. 0508/2023/DIRB/AGEPREV.

CAMPO GRANDE-MS, 17 DE MARÇO DE 2023.

JORGE OLIVEIRA MARTINS
Diretor-Presidente

DESPACHO DO DIRETOR-PRESIDENTE DA AGÊNCIA DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DE MATO GROSSO DO SUL

O Diretor-Presidente, no uso de suas atribuições legais e, em face da reavaliação contida no Processo n. 55/014516/2021, DEFERE a manutenção de AUXÍLIO-INVALIDEZ, em favor de WALDIR SILVA DE CARVALHO, matrícula n. 473021, reformado, *ex officio*, no cargo de 2º Sargento-PM, em conformidade com os fundamentos contidos na Manifestação n. 0336/2023/DIRB/AGEPREV.

CAMPO GRANDE-MS, 17 DE MARÇO DE 2023.

JORGE OLIVEIRA MARTINS
Diretor-Presidente

Agência Estadual de Gestão de Empreendimentos

PORTARIA "P" AGESUL nº 111, de 15 de março de 2023.

O **DIRETOR-PRESIDENTE DA AGÊNCIA ESTADUAL DE GESTÃO DE EMPREENDIMENTOS**, no uso de suas atribuições legais, resolve:

DESIGNAR os servidores abaixo relacionados para, nos termos do art. 58, inciso III, do art. 67, ambos da Lei Federal 8.666/1993, e do Decreto n. 15.530, de 08/10/2020, desempenhar as atividades de gestão, acompanhamento e fiscalização do contrato administrativo decorrente do Processo nº **57/002.594/2021**.

EDITAL: **TP 036/2021-DLO/AGESUL** - NÚMERO GCONT: **15613** OBJETO: **MANUTENÇÃO E CONSERVAÇÃO DAS PONTES DE MADEIRA NAS RODOVIAS QUE FAZEM PARTE DA MALHA RODOVIÁRIA NÃO PAVIMENTADA DA 17ª RESIDÊNCIA REGIONAL DE RIO NEGRO/MS**
GESTOR DO CONTRATO: **LUCAS LUCHINI DONHA** **GERENTE** - MATRÍCULA: **493 037 022**
FISCAL DE OBRAS / SERVIÇOS DE ENGENHARIA: **DIONE RAULER DE OLIVEIRA PEDRO** **ENGENHEIRO CIVIL –** CREA**/MS – 21035/D** - MATRÍCULA: **750 200 22**
FISCAL SUBSTITUTO: **EDUARDO GABRIEL RAMALHO DIONIZIO** **ENGENHEIRO CIVIL –** CREA/**MS – 60836/D** - MATRÍCULA: **435 544 023**

Compete ao fiscal do contrato o acompanhamento e a fiscalização da obra de engenharia ou serviço, a fim de que as normas que regulam o instrumento contratual sejam devidamente observadas, anotando em registro próprio todas as ocorrências e reportando-se à autoridade competente quando necessária providência pertinente àquela.

Essa Portaria substitui a PORTARIA "P" AGESUL nº 215, de 24 de agosto de 2021.

Campo Grande, 15 de março de 2023.

MAURO AZAMBUJA RONDON FLORES
Diretor Presidente da Agência Estadual de Gestão de Empreendimentos – AGESUL

PORTARIA "P" AGESUL nº 112, de 15 de março de 2023.

O **DIRETOR-PRESIDENTE DA AGÊNCIA ESTADUAL DE GESTÃO DE EMPREENDIMENTOS**, no uso de suas atribuições legais, resolve:

DESIGNAR os servidores abaixo relacionados para, nos termos do art. 58, inciso III, do art. 67, ambos da Lei Federal 8.666/1993, e do Decreto n. 15.530, de 08/10/2020, desempenhar as atividades de gestão, acompanhamento e fiscalização do contrato administrativo decorrente do Processo nº **57/100.460/2020**.

EDITAL: **CO 025/2020-DLO/AGESUL** - NÚMERO GCONT: **18351** OBJETO: **MANUTENÇÃO E CONSERVAÇÃO DAS RODOVIAS PAVIMENTADAS E NÃO PAVIMENTADAS DA MALHA RODOVIÁRIA DA 10ª RESIDÊNCIA REGIONAL DE COXIM - MS, COM EXTENSÃO TOTAL DE 601,500 KM.**
GESTOR DO CONTRATO: **LUCAS LUCHINI DONHA** **GERENTE** - MATRÍCULA: **493 037 022**
FISCAL DE OBRAS / SERVIÇOS DE ENGENHARIA: **ROOSEVELT DE CAMPOS BORGES FILHO** **ENGENHEIRO CIVIL –** CREA**/RJ – 2126/D** VISTO/MS **- 4745** - MATRÍCULA: **119 938 024**

FISCAL SUBSTITUTO: **DIONE RAULER DE OLIVEIRA PEDRO** **ENGENHEIRO CIVIL –** CREA/**MS – 21035/D** - MATRÍCULA: **750 200 22**

Compete ao fiscal do contrato o acompanhamento e a fiscalização da obra de engenharia ou serviço, a fim de que as normas que regulam o instrumento contratual sejam devidamente observadas, anotando em registro próprio todas as ocorrências e reportando-se à autoridade competente quando necessária providência pertinente àquela.

Essa Portaria substitui a PORTARIA "P" AGESUL nº 201, de 25 de maio de 2022.

Campo Grande, 15 de março de 2023.

MAURO AZAMBUJA RONDON FLORES
Diretor Presidente da Agência Estadual de Gestão de Empreendimentos – AGESUL

PORTARIA "P" AGESUL nº 113, de 15 de março de 2023.

O **DIRETOR-PRESIDENTE DA AGÊNCIA ESTADUAL DE GESTÃO DE EMPREENDIMENTOS**, no uso de suas atribuições legais, resolve:

DESIGNAR os servidores abaixo relacionados para, nos termos do art. 58, inciso III, do art. 67, ambos da Lei Federal 8.666/1993, e do Decreto n. 15.530, de 08/10/2020, desempenhar as atividades de gestão, acompanhamento e fiscalização do contrato administrativo decorrente do Processo nº **57/000.864/2022**.

EDITAL: **CO 025/2022-DLO/AGESUL** - NÚMERO GCONT: **18060** OBJETO: **IMPLANTAÇÃO EM REVESTIMENTO PRIMÁRIO DE RODOVIA NÃO PAVIMENTADA, NA RODOVIA MS-228, TRECHO: KM 45,000-KM 84,506 COM EXT.39,506 KM ,NO MUNICÍPIO DE CORUMBÁ/MS**
GESTOR DO CONTRATO: **LUCAS LUCHINI DONHA** **GERENTE** - MATRÍCULA: **493 037 022**
FISCAL DE OBRAS / SERVIÇOS DE ENGENHARIA: **ADÃO GONÇALVES LEMES FILHO** **ENGENHEIRO CIVIL –** CREA**/MT – 01881/D** VISTO/**MS - 211**- MATRÍCULA: **438 661 023**
FISCAL SUBSTITUTO: **DIONE RAULER DE OLIVEIRA PEDRO** **ENGENHEIRO CIVIL –** CREA/**MS – 21035/D** - MATRÍCULA: **750 200 22**

Compete ao fiscal do contrato o acompanhamento e a fiscalização da obra de engenharia ou serviço, a fim de que as normas que regulam o instrumento contratual sejam devidamente observadas, anotando em registro próprio todas as ocorrências e reportando-se à autoridade competente quando necessária providência pertinente àquela.

Essa Portaria substitui a PORTARIA "P" AGESUL nº 181, de 13 de maio de 2022.

Campo Grande, 15 de março de 2023.

MAURO AZAMBUJA RONDON FLORES
Diretor Presidente da Agência Estadual de Gestão de Empreendimentos – AGESUL

PORTARIA "P" AGESUL nº 114, de 15 de março de 2023.

O **DIRETOR-PRESIDENTE DA AGÊNCIA ESTADUAL DE GESTÃO DE EMPREENDIMENTOS**, no uso de suas atribuições legais, resolve:

DESIGNAR os servidores abaixo relacionados para, nos termos do art. 58, inciso III, do art. 67, ambos da Lei Federal 8.666/1993, e do Decreto n. 15.530, de 08/10/2020, desempenhar as atividades de gestão, acompanhamento e fiscalização do contrato administrativo decorrente do Processo nº **57/101.152/2020**.

EDITAL: **CO 060/2020-DLO/AGESUL** - NÚMERO GCONT: **14599** OBJETO: **MANUTENÇÃO E CONSERVAÇÃO DAS RODOVIAS PAVIMENTADAS E NÃO PAVIMENTADAS, DA MALHA RODOVIÁRIA DA 13ª RESIDÊNCIA REGIONAL DE MARACAJU - MS, COM EXTENSÃO TOTAL DE 736,700 KM.**
GESTOR DO CONTRATO: **LUCAS LUCHINI DONHA** **GERENTE** - MATRÍCULA: **493 037 022**
FISCAL DE OBRAS: **JOÃO FERNANDO ZACCARIAS INOJOZA DA SILVA** **ENGENHEIRO CIVIL –** CREA**/MS – 16875/D** - MATRÍCULA: **482 040 022**
FISCAL SUBSTITUTO: **KLINGER RODRIGUES PIRES JUNIOR** **ENGENHEIRO CIVIL –** CREA/**SP – 5060604315/D** VISTO**/MS 8137** - MATRÍCULA: **395 682 022**

Compete ao fiscal do contrato o acompanhamento e a fiscalização da obra de engenharia ou serviço, a fim de que as normas que regulam o instrumento contratual sejam devidamente observadas, anotando em registro

próprio todas as ocorrências e reportando-se à autoridade competente quando necessária providência pertinente àquela.

Essa Portaria substitui a PORTARIA "P" AGESUL nº 086, de 23 de fevereiro de 2022.

Campo Grande, 15 de março de 2023.

MAURO AZAMBUJA RONDON FLORES
Diretor Presidente da Agência Estadual de Gestão de Empreendimentos – AGESUL

PORTARIA "P" AGESUL nº 115, de 15 de março de 2023.

O **DIRETOR-PRESIDENTE DA AGÊNCIA ESTADUAL DE GESTÃO DE EMPREENDIMENTOS**, no uso de suas atribuições legais, resolve:

DESIGNAR os servidores abaixo relacionados para, nos termos do art. 58, inciso III, do art. 67, ambos da Lei Federal 8.666/1993, e do Decreto n. 15.530, de 08/10/2020, desempenhar as atividades de gestão, acompanhamento e fiscalização do contrato administrativo decorrente do Processo nº **57/101.088/2019**.

EDITAL: **CO 013/2019-DLO/AGESUL** - NÚMERO GCONT: **13025** OBJETO: **SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO E CONSERVAÇÃO DAS RODOVIAS PAVIMENTADAS E NÃO PAVIMENTADAS DA MALHA RODOVIÁRIA DA 2ª RESIDÊNCIA REGIONAL – DOURADOS – LOTE "B".**
GESTOR DO CONTRATO: **LUCAS LUCHINI DONHA** **GERENTE** - MATRÍCULA: **493 037 022**
FISCAL DE OBRAS / SERVIÇOS DE ENGENHARIA: **KLINGER RODRIGUES PIRES JUNIOR** **ENGENHEIRO CIVIL –** CREA**/SP – 5060604315/D** VISTO**/MS - 8137** - MATRÍCULA: **395 682 022**
FISCAL SUBSTITUTO: **HUMBERTO HENRIQUE TEIXEIRA SALES** **ENGENHEIRO CIVIL –** CREA/**MS – 13394/D** - MATRÍCULA: **471 455 022**

Compete ao fiscal do contrato o acompanhamento e a fiscalização da obra de engenharia ou serviço, a fim de que as normas que regulam o instrumento contratual sejam devidamente observadas, anotando em registro próprio todas as ocorrências e reportando-se à autoridade competente quando necessária providência pertinente àquela.

Essa Portaria substitui a Comissão de Fiscalização CT 001-A/2020, de 15 de outubro de 2020.

Campo Grande, 15 de março de 2023.

MAURO AZAMBUJA RONDON FLORES
Diretor Presidente da Agência Estadual de Gestão de Empreendimentos - AGESUL

PORTARIA "P" AGESUL nº 116/2023, de 15 de março de 2023.

O **DIRETOR-PRESIDENTE DA AGÊNCIA ESTADUAL DE GESTÃO DE EMPREENDIMENTOS**, no uso de suas atribuições legais, resolve:

DESIGNAR os servidores abaixo relacionados para, nos termos do art. 58, inciso III, do art. 67, ambos da Lei Federal 8.666/1993, e do Decreto n. 15.530, de 08/10/2020, desempenhar as atividades de gestão, acompanhamento e fiscalização do contrato administrativo decorrente do Processo nº **57/003.231/2021**.

EDITAL: **CO 031/2021-DLO/AGESUL** - NÚMERO GCONT: **15425** OBJETO: **IMPLANTAÇÃO EM REVESTIMENTO PRIMÁRIO DE RODOVIA NÃO PAVIMENTADA, NA RODOVIA MS-228, TRECHO: KM 96,500 – KM 141,500, COORDENADAS ORIENTATIVAS: 19º00'23.90"S; 56º04'46.00"O À 18º47'47.00"S; 55º47'25.13"O, COM EXTENSÃO DE 45,000 KM, NO MUNICÍPIO DE CORUMBÁ/MS.**
GESTOR DO CONTRATO: **LUCAS LUCHINI DONHA** **GERENTE** - MATRÍCULA: **493 037 022**
FISCAL DE OBRAS / SERVIÇOS DE ENGENHARIA: **DIONE RAULER DE OLIVEIRA PEDRO** **ENGENHEIRO CIVIL –** CREA**/MS – 21035/D** - MATRÍCULA: **750 200 22**
FISCAL SUBSTITUTO: **IGOR TARDIANI FLORES** **ENGENHEIRO CIVIL –** CREA/**MS – 20156/D** - MATRÍCULA: **481 576 022**

Compete ao fiscal do contrato o acompanhamento e a fiscalização da obra de engenharia ou serviço, a fim de que as normas que regulam o instrumento contratual sejam devidamente observadas, anotando em registro

próprio todas as ocorrências e reportando-se à autoridade competente quando necessária providência pertinente àquela.

Essa Portaria substitui a PORTARIA "P" AGESUL nº 173, de 27 de julho de 2021.

Campo Grande, 15 de março de 2023.

MAURO AZAMBUJA RONDON FLORES
Diretor Presidente da Agência Estadual de Gestão de Empreendimentos - AGESUL

Agência Estadual de Defesa Sanitária Animal e Vegetal

PORTARIA "P" IAGRO Nº 131, 16 DE MARÇO DE 2023.

O DIRETOR PRESIDENTE DA AGÊNCIA ESTADUAL DE DEFESA SANITÁRIA ANIMAL E VEGETAL - IAGRO, no uso de suas atribuições legais;

RESOLVE:

Dispensar da Função de Confiança de Inspetor Local de Nova Andradina/MS, privativo da Carreira Fiscalização e Defesa Sanitária, o servidor TIAGO CEZAR ALVES, Fiscal Estadual Agropecuário, matrícula 500349021, pertencente ao Quadro de Pessoal Permanente desta Agência, com efeito a contar de 14 de março de 2023.

Campo Grande/MS, 16 de março de 2023.

DANIEL DE BARBOSA INGOLD
Diretor Presidente /IAGRO

PORTARIA "P" IAGRO Nº 132, 16 DE MARÇO DE 2023.

O DIRETOR PRESIDENTE DA AGÊNCIA ESTADUAL DE DEFESA SANITÁRIA ANIMAL E VEGETAL - IAGRO, no uso de suas atribuições legais;

RESOLVE:

Designar para exercer a Função de Confiança de Inspetor Local de Nova Andradina/MS, privativo da Carreira Fiscalização e Defesa Sanitária, o servidor LUIZ ANTONIO ALONSO, Fiscal Estadual Agropecuário, matrícula 28519021, pertencente ao Quadro de Pessoal Permanente desta Agência, com efeito a contar de 14 de março de 2023.

Campo Grande/MS, 16 de março de 2023.

DANIEL DE BARBOSA INGOLD
Diretor Presidente /IAGRO

PORTARIA "P" IAGRO Nº 133, 16 DE MARÇO DE 2023.

O DIRETOR PRESIDENTE DA AGÊNCIA ESTADUAL DE DEFESA SANITÁRIA ANIMAL E VEGETAL - IAGRO, no uso de suas atribuições legais;

RESOLVE:

Designar o servidor LUIZ ANTONIO ALONSO, Fiscal Estadual Agropecuário, matrícula 28519021, pertencente ao Quadro de Pessoal Permanente desta Agência, para responder interinamente pelo Escritório Local de Taquarussu/MS, sem prejuízo de suas funções habituais e com efeito a contar de 14 de março de 2023.

Campo Grande/MS, 16 de março de 2023.

DANIEL DE BARBOSA INGOLD
Diretor Presidente /IAGRO

DESPACHO DO DIRETOR PRESIDENTE, DA AGÊNCIA ESTADUAL DE DEFESA SANITÁRIA ANIMAL E VEGETAL – IAGRO

Assunto: Pedido de reconsideração.
Situação: Da ativa
Interessada:

Matrícula n.	Servidor	Cargo	Processo n.
425803021	Aline Correia de Souza Bezerra Ribeiro	Fiscal Estadual Agropecuário	83/006364/2023

DECISÃO: Indefiro o pedido, com base na Revisão à Manifestação Jurídica n. 036/2023.

Campo Grande/MS, 17 de março de 2023.

DANIEL DE BARBOSA INGOLD
Diretor Presidente

Departamento Estadual de Trânsito de Mato Grosso do Sul

PORTARIA "P" DETRAN Nº 282 DE 15 DE MARÇO DE 2023

O DIRETOR-PRESIDENTE DO DEPARTAMENTO ESTADUAL DE TRÂNSITO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso de suas atribuições legais,

R E S O L V E:

Conceder aos servidores abaixo relacionados, Adicional por Tempo de Serviço, em percentual compatível com os períodos aquisitivos, considerando-se cargo, classe e validade de cada um, do Quadro Permanente do Estado de Mato Grosso do Sul, lotados no Departamento Estadual de Trânsito - DETRAN/MS, com fundamento no art. 111, da Lei n. 1.102 de 10/10/90, com redação dada pela Lei n. 2.157 de 26/10/00. Em atendimento a Lei Complementar Federal n. 173 e conforme Manifestação nº 500/2022/PROJU/DETRAN-MS. (Processo nº 31/703372/2020)

Matrícula	Nome	Cargo	%	Período Aquisitivo	Validade
61710021	Adnilson da Costa Pinheiro	Agente de Atividades de Trânsito	+5%	11/06/2016 a 27/05/2020; 01/01/2022 a 13/01/2023	14/01/2023
130429021	Glaucimara Lopes Schneider Hova	Gestor de Educação e Segurança de Trânsito	+5%	17/07/2016 a 27/05/2020; 01/01/2022 a 18/02/2023	19/02/2023
33265023	Jairo Yukio Yto	Assistente de Vistoria e Identificação Veicular	+5%	11/07/2016 a 27/05/2020; 01/01/2022 a 12/02/2023	13/02/2023
80638021	Renato Rosa Insabralde	Assistente de Atividades de Trânsito	+5%	19/06/2016 a 27/05/2020; 01/01/2022 a 21/01/2023	22/01/2023
121564022	Rosemar Cristina de Souza França	Assistente de Atividades de Trânsito	+5%	12/07/2016 a 27/05/2020; 01/01/2022 a 13/02/2023	14/02/2023
63243021	Rosineia de Paula Oliveira	Agente de Atividades de Trânsito	+5%	10/07/2016 a 27/05/2020; 01/01/2022 a 11/02/2023	12/02/2023

CAMPO GRANDE-MS, 15 DE MARÇO DE 2023.

RUDEL ESPÍNDOLA TRINDADE JUNIOR
Diretor Presidente do Departamento Estadual de Trânsito

PORTARIA "P" DETRAN Nº 283 DE 15 DE MARÇO DE 2023

O DIRETOR PRESIDENTE DO DEPARTAMENTO ESTADUAL DE TRÂNSITO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso de suas atribuições legais,

R E S O L V E:

Conceder a servidora **MARLENE MATEUS COQUEIRO**, matrícula nº 429145021, ocupante do cargo de Assistente de Atividades de Trânsito, lotada no Departamento Estadual de Trânsito – DETRAN/MS, município de Dourados/MS, 10% (dez por cento) de Adicional por Tempo de Serviço, referente ao período aquisitivo de

01/04/2015 a 27/05/2020 e 01/01/2022 a 28/12/2022, com validade a contar de 29 de dezembro de 2022; com fundamento no art. 111, da Lei n. 1.102 de 10/10/90, com redação dada pela Lei n. 2.157 de 26/10/00. Em atendimento a Lei Complementar Federal n. 173 e conforme Manifestação nº 500/2022/PROJU/DETRAN-MS. (Processo nº 31/703372/2020)

CAMPO GRANDE-MS, 15 DE MARÇO DE 2022.

RUDEL ESPÍNDOLA TRINDADE JUNIOR
Diretor Presidente do Departamento Estadual de Trânsito

PORTARIA "P" DETRAN Nº 284 DE 15 DE MARÇO DE 2023

O DIRETOR PRESIDENTE DO DEPARTAMENTO ESTADUAL DE TRÂNSITO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso de suas atribuições legais,

R E S O L V E:

Conceder Função Gratificada a servidora **ANDREIA APARECIDA DOS SANTOS**, matrícula nº 7758022, ocupante do cargo de Assistente de Atividades de Trânsito, lotada no Departamento Estadual de Trânsito – DETRAN/MS, município de Naviraí, para exercer a função de Examinador de Trânsito, com fundamento no artigo 43 da Lei nº 3.841 de 29/12/2009, alterada pela Lei nº 4.790 de 21/12/2015, bem como a designação para integrar a banca examinadora de direção veicular considerando o que estabelece o artigo nº 152 do Código de Trânsito Brasileiro, alterado pela Lei nº 13.281, de 04/05/2016, ficando a referida servidora dispensada da função de Vistoria e Identificação de Veículos, com validade a contar de 1º de março de 2023. (CI BANCA/DETRAN 254 de 09/12/2022)

CAMPO GRANDE-MS, 15 DE MARÇO DE 2022.

RUDEL ESPÍNDOLA TRINDADE JUNIOR
Diretor Presidente do Departamento Estadual de Trânsito

PORTARIA "P" DETRAN Nº 285 DE 15 DE MARÇO DE 2023

O DIRETOR PRESIDENTE DO DEPARTAMENTO ESTADUAL DE TRÂNSITO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso de suas atribuições legais,

R E S O L V E:

Designar **ALBERTO VIEIRA ROSSI**, Delegado de Polícia, matrícula nº 6181022, **WILSON XAVIER PAIVA**, Escrivão de Polícia, matrícula nº 53357025 e **SEBASTIÃO APARECIDO BATISTA DE FREITAS**, Investigador de Polícia Judiciária, matrícula nº 71997023, lotados no Departamento Estadual de Trânsito – DETRAN/MS, para constituírem comissão processante e sob a presidência do primeiro e no prazo de 90 (noventa) dias, a contar da publicação desta Portaria, apurar os fatos mencionados no processo nº 31/013223/2023 e apresentar o respectivo relatório.

CAMPO GRANDE-MS, 15 DE MARÇO DE 2022.

RUDEL ESPÍNDOLA TRINDADE JUNIOR
Diretor Presidente do Departamento Estadual de Trânsito

PORTARIA "P" DETRAN Nº 286 DE 15 DE MARÇO DE 2023

O DIRETOR PRESIDENTE DO DEPARTAMENTO ESTADUAL DE TRÂNSITO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso de suas atribuições legais,

R E S O L V E:

Autorizar os servidores abaixo relacionados a conduzirem veículo oficial a serviço do Departamento Estadual de Trânsito – DETRAN/MS, com fundamento no artigo 6º do Decreto Estadual nº 13.571, de 28 de fevereiro de 2013, com validade a contar da publicação.

Matrícula	Nome	CNH	CAT.
115956030	Abel de Oliveira Garcia	165246380-9	B
22341026	Manoel da Vera Cruz Neto	191997628-2	AB
441227022	Pedro Dias Neto	223880911-0	AE

CAMPO GRANDE-MS, 15 DE MARÇO DE 2022.

RUDEL ESPÍNDOLA TRINDADE JUNIOR
Diretor Presidente do Departamento Estadual de Trânsito

PORTARIA "P" DETRAN Nº 287 DE 15 DE MARÇO DE 2023

O DIRETOR PRESIDENTE DO DEPARTAMENTO ESTADUAL DE TRÂNSITO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso de suas atribuições legais,

R E S O L V E:

Conceder afastamento em virtude de Licença para Tratamento da Própria Saúde, aos servidores abaixo relacionados, lotados no Departamento Estadual de Trânsito - DETRAN/MS, com fulcro no artigo 136, da Lei n.º 1.102 de 10/10/90, com redação dada pela Lei nº 2.157, de 26 de outubro de 2000.

Matrícula	Nome	Cargo	Período	Dias	Pror.
94302021	Lucila Aparecida Pires Mariano	Assistente de Vistoria e Identificação Veicular	10/03/2023 a 08/05/2023	60	Sim
87634021	Marcos Oliveira da Silva	Assistente de Atividades de Trânsito	04/03/2023 a 02/05/2023	60	Sim

CAMPO GRANDE-MS, 15 DE MARÇO DE 2023.

RUDEL ESPÍNDOLA TRINDADE JUNIOR
Diretor Presidente do Departamento Estadual de Trânsito

PORTARIA "P" DETRAN Nº 288 DE 15 DE MARÇO DE 2023

O DIRETOR PRESIDENTE DO DEPARTAMENTO ESTADUAL DE TRÂNSITO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso de suas atribuições legais,

R E S O L V E:

Designar a servidora **DINAMAR WILLIAN NILLES DE PADUA**, matrícula nº 83433023, ocupante do cargo de Agente de Atividades de Trânsito, para responder pelo expediente da Divisão de Exames de Habilitação do Departamento Estadual de Trânsito – DETRAN/MS, no período de 27/03/2023 a 05/04/2023, em virtude de férias da titular Lina Issa Zeinab, matrícula nº 123592024, ocupante do cargo em comissão de Direção Especial e Assessoramento, Símbolo CCA-09. (CI DIEXA/DETRAN 13 de 09/03/2023)

CAMPO GRANDE-MS, 15 DE MARÇO DE 2023.

RUDEL ESPÍNDOLA TRINDADE JUNIOR
Diretor Presidente do Departamento Estadual de Trânsito

PORTARIA "P" DETRAN Nº 289 DE 15 DE MARÇO DE 2023

O DIRETOR PRESIDENTE DO DEPARTAMENTO ESTADUAL DE TRÂNSITO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso de suas atribuições legais,

R E S O L V E:

Designar as servidoras abaixo relacionadas, para substituição de Função Gratificada no Departamento Estadual de Trânsito – DETRAN/MS, em virtude de férias das titulares.

Substituto				Titular		
Matrícula	Nome	Setor	Período	Matrícula	Nome	CI
46426021	Adriana Conceição Rocha	Setor de Controle de Pagamentos	06/03/2023 a 04/04/2023	64172021	Maria de Fatima da Silva	DIVCON/DETRAN 43 03/03/2023
480418021	Claudia Henriques Ribeiro	Expediente de CNH – Coxim	06/02/2023 a 15/02/2023	89833021	Silvana Aparecida Teixeira	AGCOX/DETRAN 59 06/02/2023

326650021	Juliana Pereira Mamore Bressan	Expediente de CRV - Coxim	22/02/2023 a 13/03/2023	61951021	Evanir Morais Barbosa Fukuyama	AGCOX/DETRAN 97 22/02/2023
364473021	Kelly Alves Feitoza Domingues	Setor de Desenvolvimento de Pessoal	06/03/2023 a 20/03/2023	375587021	Roberta Izepi Silva Medeiros	SEDPE/DETRAN 37 27/02/2023
95400021	Sandra Ribeiro de Souza	Setor de Cadastro e Controle Funcional	10/03/2023 a 24/03/2023	45590021	Bruna Sandim Gomes Gonçalves Gavilan	SCCF/DETRAN 31 07/03/2023
434937021	Thamires Meira da Silva Mesquita	Diretoria de Habilitação	27/03/2023 a 05/04/2023	105278021	Alessandra Portela Ferreira	DIRHAB/DETRAN 98 13/03/2023

CAMPO GRANDE-MS, 15 DE MARÇO DE 2023.

RUDEL ESPÍNDOLA TRINDADE JUNIOR
Diretor Presidente do Departamento Estadual de Trânsito

PORTARIA "P" DETRAN Nº 290 DE 15 DE MARÇO DE 2023

O DIRETOR PRESIDENTE DO DEPARTAMENTO ESTADUAL DE TRÂNSITO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso de suas atribuições legais,

R E S O L V E:

Designar a servidora **JULIANA PEREIRA MAMORE BRESSAN**, matrícula nº 326650021, ocupante do cargo de Assistente de Atividades de Trânsito, para substituição de função gratificada no Expediente de CRV da Agência Regional de Trânsito de Coxim/MS, no período de 13/02/2023 a 17/02/2023, em virtude de licença para tratamento de saúde da titular Evanir Morais Barbosa Fukuyama, matrícula nº 61951021, ocupante da Função Técnica de Operação Intermediária. (CI AGCOX/DETRAN 97 de 22/02/2023)

CAMPO GRANDE-MS, 15 DE MARÇO DE 2023.

RUDEL ESPÍNDOLA TRINDADE JUNIOR
Diretor Presidente do Departamento Estadual de Trânsito

PORTARIA "P" DETRAN Nº 291 DE 15 DE MARÇO DE 2023

O DIRETOR PRESIDENTE DO DEPARTAMENTO ESTADUAL DE TRÂNSITO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso de suas atribuições legais,

R E S O L V E:

Designar os servidores abaixo relacionados, pertencentes à carreira Fiscalização e Gestão de Atividades de Trânsito do quadro Permanente de Pessoal do Departamento Estadual de Trânsito de Mato Grosso do Sul – DETRAN/MS, para executar fiscalização de Trânsito, notificar, autuar e aplicar as medidas administrativas cabíveis pelas infrações previstas no Código de Trânsito Brasileiro, de competência deste órgão, tendo em vista a realização do Curso de Atualização - Agente de Fiscalização de Trânsito.

Matrícula	Nome	Período
118856021	Marcelo Ahad de Oliveira	01/03/2023 a 02/05/2024
108578021	Octacilio Sakai Junior	01/02/2023 a 15/05/2024

CAMPO GRANDE-MS, 15 DE MARÇO DE 2023.

RUDEL ESPÍNDOLA TRINDADE JUNIOR
Diretor Presidente do Departamento Estadual de Trânsito

PORTARIA "P" DETRAN Nº 292 DE 15 DE MARÇO DE 2023

O DIRETOR PRESIDENTE DO DEPARTAMENTO ESTADUAL DE TRÂNSITO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso de suas atribuições legais,

R E S O L V E:

Credenciar junto ao Departamento Estadual de Trânsito – DETRAN/MS os servidores abaixo relacionados, como Agentes da Autoridade de Trânsito, para executar fiscalização de Trânsito, notificar, autuar e aplicar as medidas administrativas cabíveis pelas infrações previstas no Código de Trânsito Brasileiro, de competência deste órgão, tendo em vista realização do Curso de Formação/Atualização de Agentes de Fiscalização de Trânsito.

Matrícula	Nome	Período
38744401	ADELINO CANDIDO DE LIMA JUNIOR	24/02/2023 a 26/01/2026
38990901	ADRIANO MACIEL	24/02/2023 a 26/01/2026
38757001	CHARLLES RODRIGUES DE ANDRADE	24/02/2023 a 26/01/2026
39359101	CLAYTON ANDERSON DA SILVA	24/02/2023 a 26/01/2026
38986901	EDER LUCAS DIAS LIMA	24/02/2023 a 26/01/2026
38985301	EDUARDO DE MORAES JACQUES	24/02/2023 a 26/01/2026
39091601	EDUARDO SILVA DE ABREU	24/02/2023 a 26/01/2026
39090801	GILSON DE CASTRO LIBORIO	24/02/2023 a 26/01/2026
39411001	GUSTAVO SILVA MONTEIRO	24/02/2023 a 26/01/2026
39363101	IRINEU FERREIRA DE JESUS FILHO	24/02/2023 a 26/01/2026
39275001	ISMAEL ROCHA ARAUJO	24/02/2023 a 26/01/2026
445703	JAIME BARBOSA TALAVEIRA	08/03/2023 a 10/10/2024
38603801	JOAO EDSON DOS SANTOS	24/02/2023 a 26/01/2026
37176602	JOSE ALEXANDRE FARIA RIBEIRO	24/02/2023 a 26/01/2026
38745701	JOSE AUGUSTO ALVES MORAES	24/02/2023 a 26/01/2026
38891802	LEANDRO MONTEIRO DA SILVA	24/02/2023 a 26/01/2026
39362601	NATALICIO BELIZARIO CANALE	24/02/2023 a 26/01/2026

CAMPO GRANDE-MS, 15 DE MARÇO DE 2023.

RUDEL ESPÍNDOLA TRINDADE JUNIOR
Diretor Presidente do Departamento Estadual de Trânsito

PORTARIA "P" DETRAN Nº 293 DE 15 DE MARÇO DE 2023

O DIRETOR PRESIDENTE DO DEPARTAMENTO ESTADUAL DE TRÂNSITO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso de suas atribuições legais,

R E S O L V E:

Designar a servidora **SOLANGE APARECIDA LEAL DE OLIVEIRA**, matrícula nº 67816024, ocupante do cargo de Assistente de Atividades de Trânsito, lotada no Departamento Estadual de Trânsito – DETRAN/MS, para responder pelo expediente da Agência de Trânsito de Cassilândia no período de 22/02/2023 a 08/03/2023, em virtude de férias do titular Paulo Roberto Caldas, matrícula nº 47518023, ocupante do cargo em comissão de Direção Executiva e Assessoramento, Símbolo CCA-12. (CI ACASS/DETRAN 87 de 21/02/2023)

CAMPO GRANDE-MS, 15 DE MARÇO DE 2023.

RUDEL ESPÍNDOLA TRINDADE JUNIOR
Diretor Presidente do Departamento Estadual de Trânsito

PORTARIA "P" DETRAN Nº 294 DE 15 DE MARÇO DE 2023

O DIRETOR PRESIDENTE DO DEPARTAMENTO ESTADUAL DE TRÂNSITO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso de suas atribuições legais,

R E S O L V E:

Revogar as Portarias abaixo relacionadas referente a constituição da Comissão de Análise e Julgamento de Defesas em Autuações deste Departamento Estadual de Trânsito – DETRAN/MS. (CI DIRHAB/DETRAN 83 de 02/03/2023)

Matrícula	Nome	Portaria	Publicação	Validade
21382021	Evelyn Reis Campagna Gonçalves Estadulho	747 de 01/12/2021	D.O nº 10.697 de 03/12/2021	A contar da publicação
123592022	Lina Issa Zeinab	747 de 01/12/2021	D.O nº 10.697 de 03/12/2021	A contar da publicação
427587021	Rosangela Vieira de Assis	123 de 15/02/2022	D.O nº 10.761 de 18/02/2022	A contar de 01/01/2023
122412022	Maria da Trindade Ferreira	471 de 04/07/2022	D.O nº 10884 de 06/07/2022	A contar de 01/01/2023
498594021	Juliana Practos de Almeida	639 de 05/09/2022	D.O nº 10.935 de 09/09/2022	A contar de 01/01/2023
372260021	Paola Carvalho Gonçalves	639 de 05/09/2022	D.O nº 10.935 de 09/09/2022	A contar de 01/01/2023
50564022	Vera Luzia da Silva Farias	639 de 05/09/2022	D.O nº 10.935 de 09/09/2022	A contar de 01/01/2023
24576021	Cassia Camila Siqueira de Souza	952 de 14/12/2022	D.O nº 11.014 de 15/12/2022	A contar da publicação

CAMPO GRANDE-MS, 15 DE MARÇO DE 2023.

RUDEL ESPÍNDOLA TRINDADE JUNIOR
Diretor Presidente do Departamento Estadual de Trânsito

PORTARIA "P" DETRAN Nº 295 DE 15 DE MARÇO DE 2023

O DIRETOR PRESIDENTE DO DEPARTAMENTO ESTADUAL DE TRÂNSITO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso de suas atribuições legais,

R E S O L V E:

Designar os servidores abaixo relacionados, lotados no Departamento Estadual de Trânsito – DETRAN/MS, para constituírem a Comissão de Análise e Julgamento de Defesas em Autuações referentes às Infrações de trânsito de competência deste órgão, na forma estabelecida pelo Código de Trânsito Brasileiro - CTB e normas pertinentes do Conselho Nacional de Trânsito – CONTRAN, com validade a contar da publicação. (CI DIRHAB/DETRAN 83 de 02/03/2023)

MATRÍCULA	NOME	FUNÇÃO
129608023	Paloma Pinheiro Bueno Trauer	Presidente
42323021	Luiz Fernando Ferreira dos Santos	Vice Presidente
102585021	Valéria Rezende Braga	Membro
475122022	Nicole Silva Martins	Membro
427587022	Rosangela Vieira de Assis	Membro

CAMPO GRANDE-MS, 15 DE MARÇO DE 2023.

RUDEL ESPÍNDOLA TRINDADE JUNIOR
Diretor Presidente do Departamento Estadual de Trânsito

PORTARIA "P" DETRAN Nº 296 DE 15 DE MARÇO DE 2023

O DIRETOR PRESIDENTE DO DEPARTAMENTO ESTADUAL DE TRÂNSITO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso de suas atribuições legais,

R E S O L V E:

Revogar as Portarias abaixo relacionadas referente a constituição da Comissão de Análise e Julgamento de Recursos em Processos Administrativos para Aplicação de Penalidade de Suspensão e Cassação de Carteira Nacional de Habilitação do Departamento Estadual de Trânsito – DETRAN/MS. (CI DIRHAB/DETRAN 84 de 02/03/2023)

Matrícula	Nome	Portaria	Publicação	Validade
102585021	Valeria Rezende Braga	596 de 24/09/2021	D.O nº 10.644 de 28/09/2021	A contar da publicação
475122021	Nicole Silva Martins	320 de 06/05/2022	D.O nº 10.827 de 11/05/2022	A contar de 01/01/2023

120671021	Ana Paula Mendes Maya	640 de 05/09/2022	D.O nº 10.935 de 09/09/2022	A contar da publicação
40718021	Silnei Silva Sabino	640 de 05/09/2022	D.O nº 10.935 de 09/09/2022	A contar da publicação
51626022	Ana Bernadete Almeida da Silva	640 de 05/09/2022	D.O nº 10.935 de 09/09/2022	A contar da publicação
6024021	Cleberson Campos Siqueira	640 de 05/09/2022	D.O nº 10.935 de 09/09/2022	A contar da publicação

CAMPO GRANDE-MS, 15 DE MARÇO DE 2023.

RUDEL ESPÍNDOLA TRINDADE JUNIOR
Diretor Presidente do Departamento Estadual de Trânsito

PORTARIA "P" DETRAN Nº 297 DE 15 DE MARÇO DE 2023

O DIRETOR PRESIDENTE DO DEPARTAMENTO ESTADUAL DE TRÂNSITO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso de suas atribuições legais,

R E S O L V E:
Designar os servidores abaixo relacionados, lotados no Departamento Estadual de Trânsito – DETRAN/MS, para constituírem a Comissão de Análise e Julgamento de Recursos em Processos Administrativos para Aplicação de Penalidade de Suspensão e Cassação de Carteira Nacional de Habilitação, na forma estabelecida pelo Código de Trânsito Brasileiro e normas pertinentes do Conselho Nacional de Trânsito – CONTRAN, com validade a contar da publicação. (CI DIRHAB/DETRAN 84 de 02/03/2023)

MATRÍCULA	NOME	FUNÇÃO
428690023	Leticia Alves dos Santos Iseki	Presidente
121264022	Joilton Rosa dos Santos	Membro
411617022	Gabrielly Andreotti Scandola	Membro
102585021	Valeria Rezende Braga	Membro
129608025	Paloma Pinheiro Bueno Trauer	Membro
105600021	Danielle Borges Ouro Preto	Membro
83343022	Vanderleia Pizzinatto	Membro
21382023	Evelyn Reis Campagna Gonçalves Estadulho	Membro

CAMPO GRANDE-MS, 15 DE MARÇO DE 2023.

RUDEL ESPÍNDOLA TRINDADE JUNIOR
Diretor Presidente do Departamento Estadual de Trânsito

Fundação de Apoio e Desenvolvimento a Educação Básica do Estado de Mato Grosso do Sul

PORTARIA "P" FADEB N. 4, DE 16 DE MARÇO DE 2023.

A DIRETORA-PRESIDENTE, no uso de suas atribuições legais, e com fundamento no artigo 3º do Decreto n. 14.903, de 27 de dezembro de 2017, resolve:

SUBSTITUIR a servidora ALESSANDRA MUZZI DE QUEIROZ CHAVES, matrícula n. 81672024, pela servidora EVA MARIA KATAYAMA NEGRISOLLI, matrícula n. 1561024, como responsável para adoção de providências, visando a elaboração, publicação e atualização periódica da Carta de Serviços e a aplicação de Pesquisa de Satisfação ao Usuário, no âmbito da Fundação da Apoio e Desenvolvimento à Educação Básica do Estado de Mato Grosso do Sul, no prazo estabelecido no § 1º do artigo 2º da PÁGINA 36 de 27 DE NOVEMBRO DE 2018 no DIÁRIO OFICIAL n. 9.788 Resolução CGE/MS/Nº 06, de 5 de junho de 2018, devendo, para tanto, promover a mobilização e sensibilização de todos os setores envolvidos na prestação de serviços, a fim de proporcionar a consecução desses objetivos, **mantendo** a servidora Marina Luz, matrícula n. 48353601 também como responsável, constituída por meio da Resolução "P" FADEB N. 3, de 7 de fevereiro de 2023.

CAMPO GRANDE/MS, 16 DE MARÇO DE 2023.

MARIA CECILIA AMENDOLA DA MOTTA
Diretora-Presidente
FADEB/MS

Fundação Serviços de Saúde de Mato Grosso do Sul

PORTARIA "P" FUNSAU Nº 156 DE 14 DE MARÇO DE 2023.

A DIRETORA-PRESIDENTE DA FUNDAÇÃO SERVIÇOS DE SAÚDE DE MATO GROSSO DO SUL, no uso de suas atribuições legais e regulamentares, em conformidade com o estabelecido na Lei n. 5.175, de 6 de abril de 2018, com redação dada pelo Anexo XVII da Lei n. 5.305, de 21 de dezembro de 2018, e no Decreto "P" n. 69, de 10 de janeiro de 2023, resolve:

CONCEDER aos servidores abaixo relacionados, pertencentes ao Quadro Permanente do Estado de Mato Grosso do Sul, lotados na Fundação de Serviços de Saúde de Mato Grosso do Sul, o Adicional por Tempo de Serviço, de que trata o artigo 111, da Lei nº 1.102, de 10 de outubro de 1990, com nova redação dada pelo artigo 4º da lei 2.157 de 26 de outubro de 2000.

Matrícula Nome	Período Aquisitivo	A Partir de Tempo de Serv. Percentual	Cargo Código Processo
20703021 Gislaine Ferreira Maggioni Moraes	29/10/2016 A 27/10/2021	01/01/2022 15 Anos + 5%	Técnico de Serviços Hospitalares 50095 27/101059/2011
127675021 Graciela Mudesto Miranda	08/03/2015 A 05/03/2020	06/03/2020 10 Anos + 5%	Profissional de Serviços Hospitalares 50053 27/100226/2017
130130021 Haline Aparecida Tonezi de Moraes	29/04/2016 A 27/04/2021	01/01/2022 15 Anos + 5%	Técnico de Serviços Hospitalares 50075 27/100564/2011
24979022 Jaqueline Braga Assis Teodoro	18/06/2017 A 16/06/2022	17/06/2022 10 Anos + 5%	Assistente de Serviços de Saúde I 50029 27/100994/2017
45677022 Jardelia Guimaraes de Paula Larrea	08/12/2017 A 06/12/2022	07/12/2022 10 Anos + 5%	Técnica de Serviços Hospitalares 50075 27/100331/2018
3291022 Jorge Silva de Arruda	09/06/2016 A 07/06/2021	01/01/2022 15 Anos + 5%	Auxiliar Técnico de Serviços Hospitalares 50181 27/100609/2011
11537021 Josiane Pereira de Melo	26/09/2016 A 24/09/2021	01/01/2022 10 Anos + 5%	Técnico de Serviços Hospitalares 50075 27/101315/2016
8305021 Jovenina Arruda Baeta	03/10/2017 A 01/10/2022	02/10/2022 20 Anos + 5%	Auxiliar Técnico de Serviços Hospitalares 50122 27/102209/2007
30113021 Juliana da Silva Minna	23/06/2017 A 21/06/2022	22/06/2022 10 Anos + 5%	Profissional de Serviços Hospitalares 50060 27/101896/2017
99666021 Juliana Renata de Freitas Maciel	03/05/2011 A 30/04/2016	01/05/2016 10 Anos + 5%	Profissional de Serviços Hospitalares 50053 27/100790/2011
99666021 Juliana Renata de Freitas Maciel	01/05/2016 A 29/04/2021	01/01/2022 15 Anos + 5%	Profissional de Serviços Hospitalares 50053 27/100790/2011
60263021 Juliane Barros de Oliveira	01/08/2015 A 29/07/2020	01/01/2022 10 Anos + 5%	Técnico de Serviços Hospitalares 50075 27/102326/2015
122608021 Julieta de Faria Zumpano Luzardo	28/04/2016 A 26/04/2021	01/01/2022 15 Anos + 5%	Profissional de Serviços Hospitalares 50206 27/100543/2011
124334021 Karine Ferreira Barbosa	31/12/2016 A 29/12/2021	01/01/2022 15 Anos + 5%	Profissional de Serviços Hospitalares 50069 27/100325/2017
116550022 Katia Regina Moura Xavier	17/06/2017 A 15/06/2022	16/06/2022 10 Anos + 5%	Assistente Serviços de Saúde I 50029 27/101024/2017

96521021 Kleber Francisco Meneghel Vargas	18/04/2011 A 15/04/2016	16/04/2016 10 Anos + 5%	Profissional de Serviços Hospitalares 50206 27/100451/2011
96521021 Kleber Francisco Meneghel Vargas	16/04/2016 A 14/04/2021	01/01/2022 15 Anos + 5%	Profissional de Serviços Hospitalares 50206 27/100451/2011
103089021 Larissa Sandim Grincevicus	30/07/2016 A 28/07/2021	01/01/2022 10 Anos + 5%	Técnico de Serviços Hospitalares 50075 27/101125/2016
20057022 Leandro Pereira de Azevedo	09/12/2017 A 07/12/2022	08/12/2022 10 Anos + 5%	Assistente de Serviços de Saúde I 50029 27/102022/2017
34028021 Lilian Bianca Miller Martelo	30/04/2011 A 27/04/2016	28/04/2016 10 Anos + 5%	Profissional de Serviços Hospitalares 50206 27/100986/2013
34028021 Lilian Bianca Miller Martelo	28/04/2016 A 26/04/2021	01/01/2022 15 Anos + 5%	Profissional de Serviços Hospitalares 50206 27/100986/2013
11551021 Luis Carlos Perez Junior	31/12/2016 A 29/12/2021	01/01/2022 10 Anos + 5%	Técnica de Serviços Hospitalares 50075 27/100103/2017
78076022 Luiza Alves de Oliveira	30/06/2016 A 28/06/2021	01/01/2022 15 Anos + 5%	Profissional de Serviços Hospitalares 50206 27/100932/2011
37950021 Marco Aurelio Feltrin Bispo	30/09/2017 A 28/09/2022	29/09/2022 15 Anos + 5%	Profissional de Serviços Hospitalares 50206 27/101071/2011
91446021 Maria Lucia Rodrigues da Silva	12/08/2016 A 11/08/2021	01/01/2022 15 Anos + 5%	Auxiliar Téc de Serviços Hospitalares 50181 27/100182/2018
76809021 Maria Vanilda Vieira	29/07/2016 A 27/07/2021	01/01/2022 15 Anos + 5%	Técnico de Serviços Hospitalares 50075 27/100683/2011
109137021 Mariana Romero Valentin Silva	29/06/2016 A 27/06/2021	01/01/2022 15 Anos + 5%	Técnico de Serviços Hospitalares 50076 27/101074/2011
98714022 Marileide Almeida Santos	03/11/2015 A 31/10/2020	01/01/2022 20 Anos + 5%	Auxiliar Técnico de Serviços Hospitalares 50181 27/101238/2015
72139024 Marlene Carmono Lemos	11/01/2018 A 09/01/2023	10/01/2023 25 Anos + 5%	Profissional de Serviços Hospitalares 50206 27/100416/2010
78531021 Maruan Omais	14/04/2016 A 12/04/2021	01/01/2022 15 Anos + 5%	Profissional de Serviços Hospitalares 50206 27/100578/2011
118929021 Mayara Hardoim Monteiro	19/08/2017 A 17/08/2022	18/08/2022 10 Anos + 5%	Profissional de Serviços Hospitalares 50053 27/100648/2018

CAMPO GRANDE-MS, 14 DE MARÇO DE 2023.

JULIANA FÁTIMA FERNANDES DORIGÃO
Diretora Administrativa

MARIELLE ALVES CORRÊA ESGALHA
Diretora-Presidente
Fundação Serviços de Saúde de MS

Portaria "P" FUNSAU, nº 161 de 17 de março de 2023.

A DIRETORA–PRESIDENTE DA FUNDAÇÃO DE SERVIÇOS DE SAÚDE DE MATO GROSSO DO SUL, no uso de suas atribuições legais, nos termos do Ato Convocatório, conforme disposto no: Decreto Estadual "P" nº 069 de 10 de janeiro de 2023, publicado no DOE nº. 11.041 de 10 de janeiro de 2023, página 02;

RESOLVE:

SUBSTITUIR os servidores **ALESSANDRO ALMEIDA ESMI**, matrícula 981.100.21, pelo servidor **EDUARDO AKIRA OSHIRO,** Técnico de Serviços Hospitalares – matrícula 130.369.021 que passará a ocupar as funções ocupadas pelos mesmos. O substituto assumirá o direito e dever no **PROCESSO DE SINDICÂNCIA Nº 27/101.214/2019.**

Permanecendo os servidores **EVERTON DA COSTA TEIXEIRA**, Procurador de Entidades Públicas – matricula 226.410.22, na função de PRESIDENTE e Leyce Oliveira Santos, Técnica de Serviços Hospitalares, matrícula 326.371.021 para que no prazo da lei, apurem as possíveis irregularidades referentes aos atos e fatos constantes no processo supra, bem como as demais infrações conexas que emergirem no decorrer do apuratório e apresentar o respectivo relatório, **no prazo de 30 (trinta) dias**.

Esta portaria entra em vigor com efeitos a partir de sua publicação.

MARIELLE ALVES CORRÊA ESGALHA
Diretora-Presidente
FUNSAU / MS

DESPACHO DA DIRETORA-PRESIDENTE, DA FUNDAÇÃO SERVIÇOS DE SAÚDE DE MATO GROSSO DO SUL.

PROCESSO N.: 27/101.429/2020 - Sindicância
INTERESSADO: Administração Pública
ASSUNTO: Apurar faltas do servidor

A Diretor-Presidente da Fundação de Serviços de Saúde de Mato Grosso do Sul, no uso de suas atribuições legais e regulamentares, conforme disposto no Decreto Estadual "P" nº 069 de 10 de janeiro de 2023, e tendo em vista o disposto no artigo 256 da Lei n. º 1.102, de 10 de outubro de 1990, **resolve:**

Diante o exposto, considerando-se que os fatos narrados redundariam na máxima na pena de repreensão, com base no artigo 240 incisos II e III da Lei Estadual n. 1.102/90, **DECIDO** pela ocorrência da prescrição da pretensão punitiva administrativa, determinando o **ARQUIVAMENTO** do presente feito.

Campo Grande ☐ MS, 09 de março de 2.023.

MARIELLE ALVES CORRÊA ESGALHA
Diretora-Presidente/FUNSAU

DESPACHO DA DIRETORA-PRESIDENTE, DA FUNDAÇÃO SERVIÇOS DE SAÚDE DE MATO GROSSO DO SUL.

PROCESSO N.: 27/101.433/2020 - Sindicância
INTERESSADO: Administração Pública
ASSUNTO: Comportamento inadequado

A Diretor-Presidente da Fundação de Serviços de Saúde de Mato Grosso do Sul, no uso de suas atribuições legais e regulamentares, conforme disposto no Decreto Estadual "P" nº 069 de 10 de janeiro de 2023, e tendo em vista o disposto no artigo 256 da Lei n. º 1.102, de 10 de outubro de 1990, **resolve:**

Diante o exposto, considerando-se que os fatos narrados redundariam na máxima na pena de repreensão, com base no artigo 240 incisos II e III da Lei Estadual n. 1.102/90, **DECIDO** pela ocorrência da prescrição da pretensão punitiva administrativa, determinando o **ARQUIVAMENTO** do presente feito.

Campo Grande ☐ MS, 09 de março de 2.023.

MARIELLE ALVES CORRÊA ESGALHA
Diretora-Presidente/FUNSAU

DESPACHO DA DIRETORA-PRESIDENTE, DA FUNDAÇÃO SERVIÇOS DE SAÚDE DE MATO GROSSO DO SUL.

PROCESSO N.: 27/101.435/2020 - Sindicância
INTERESSADO: Administração Pública
ASSUNTO: Conduta de Servidor

A Diretor-Presidente da Fundação de Serviços de Saúde de Mato Grosso do Sul, no uso de suas atribuições legais e regulamentares, conforme disposto no Decreto Estadual "P" nº 069 de 10 de janeiro de 2023, e tendo em vista o disposto no artigo 256 da Lei n. º 1.102, de 10 de outubro de 1990, **resolve:**

Diante o exposto, considerando-se que os fatos narrados redundariam na máxima na pena de repreensão, com base no artigo 240 incisos II e III da Lei Estadual n. 1.102/90, **DECIDO** pela ocorrência da prescrição da pretensão punitiva administrativa, determinando o **ARQUIVAMENTO** do presente feito.

Campo Grande ☐ MS, 15 de março de 2.023.

MARIELLE ALVES CORRÊA ESGALHA
Diretora-Presidente/FUNSAU

DESPACHO DA DIRETORA-PRESIDENTE, DA FUNDAÇÃO SERVIÇOS DE SAÚDE DE MATO GROSSO DO SUL.

PROCESSO N.: 27/101.705/2020 - Sindicância
INTERESSADO: Administração Pública
ASSUNTO: Falta de plantonista

A Diretor-Presidente da Fundação de Serviços de Saúde de Mato Grosso do Sul, no uso de suas atribuições legais e regulamentares, conforme disposto no Decreto Estadual "P" nº 069 de 10 de janeiro de 2023, e tendo em vista o disposto no artigo 256 da Lei n. º 1.102, de 10 de outubro de 1990, **resolve:**

Diante o exposto, considerando-se que os fatos narrados redundariam na máxima na pena de repreensão, com base no artigo 240 incisos II e III da Lei Estadual n. 1.102/90, **DECIDO** pela ocorrência da prescrição da pretensão punitiva administrativa, determinando o **ARQUIVAMENTO** do presente feito.

Campo Grande ☐ MS, 14 de março de 2.023.

MARIELLE ALVES CORRÊA ESGALHA
Diretora-Presidente/FUNSAU

JULGAMENTO DE SINDICÂNCIA ADMINISTRATIVA

DESPACHO DA DIRETORA-PRESIDENTE, DA FUNDAÇÃO SERVIÇOS DE SAÚDE DE MATO GROSSO DO SUL.

PROCESSO N.: 27/014.188/2022 - Sindicância
INTERESSADO: Administração Pública
ASSUNTO: Apurar conduta de servidor

A Diretora-Presidente da Fundação Serviços de Saúde de Mato Grosso do Sul, no uso de suas atribuições legais e regulamentares, conforme disposto no Decreto Estadual "P" n° 069 de 10 de janeiro de 2023, e tendo em vista o disposto no artigo 239 da Lei n. 1.102, de 10 de outubro de 1990,

Resolve:

Vistos e examinados o Relatório Final da Sindicância Administrativa do Processo n. 27/014.188/2022, instaurada pela Portaria "P" FUNSAU/MS n° 468 de 06 de dezembro de 2022 do Presidente do HRMS/FUNSAU, publicada no diário Oficial n° 11.016 de 19.12.2022, pág. 296, para apurar os fatos relacionados nos autos, ante exposto, **ACOLHO NA ÍNTEGRA** o relatório da Comissão Processante, adotando-o como razões de decidir e determino, com fulcro no art. 272 da Lei n° 1.102/90, o **ARQUIVAMENTO** do presente feito.

Campo Grande – MS, 14 de março de 2.023.

Marielle Alves Corrêa Esgalha
Diretora-Presidente/FUNSAU

Fundação Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul

PORTARIA "P"/UEMS nº 373, de 17 de março de 2023.

O Reitor da Fundação Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul, no uso de suas atribuições legais, **TORNA PÚBLICO extratos de contratos de trabalho por prazo determinado** tendo como objeto "contratação de profissionais para desempenho das atividades relativas à função de Professor de Ensino Superior".

CONTRATANTE.

Fundação Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul				
CNPJ: 86.891.363/0001-80	Ordenador de despesa: Reitor Laércio Alves de Carvalho			
Classificação Orçamentária	Dotação Orçamentária	Funcional Programática	Fonte de recursos	Natureza de despesa
UG 290204	UEMS	10.29204.12.122.0012.4096.0001	01000000002	31.90.11.51

CONTRATADO.

Gisele Ottoni Tamez da Costa					CPF: 313.061.871-68
Nº de contrato	Regime de Trabalho	Data de assinatura	Vigência do Contrato	Regime de execução	Remuneração
77/000257/2023	8h	06/03/2023	06/03/2023 a 15/07/2023	Excepcional interesse público	R$ 1.378,68
Amparo legal: Art. 37, inciso IX, da Constituição Federal; Lei n. 1.102, de 10 de outubro de 1990; Lei n. 4. 135, de 15 de dezembro de 2011; Edital de Seleção n. 25/2022 - PRODHS/PROE(publicada no DOE n.10846 de 31 de maio de 2022)					
Maria Teresa Martins Rezende					CPF: 003.130.281-50
Nº de contrato	Regime de Trabalho	Data de assinatura	Vigência do Contrato	Regime de execução	Remuneração
77/000264/2023	4h	09/03/2023	09/03/2023 a 19/12/2023	Excepcional interesse público	R$ 689,34
Amparo legal: Art. 37, inciso IX, da Constituição Federal; Lei n. 1.102, de 10 de outubro de 1990; Lei n. 4. 135, de 15 de dezembro de 2011; Edital de Seleção n. 44/2022 - PRODHS/PROE(publicada no DOE n.10691 de 07 de outubro de 2022)					
Bruno de Souza Lima					CPF: 029.936.631-60
Nº de contrato	Regime de Trabalho	Data de assinatura	Vigência do Contrato	Regime de execução	Remuneração
77/000266/2023	8h	10/03/2023	17/03/2023 a 19/12/2023	Excepcional interesse público	R$ 1.942,92
Amparo legal: Art. 37, inciso IX, da Constituição Federal; Lei n. 1.102, de 10 de outubro de 1990; Lei n. 4. 135, de 15 de dezembro de 2011; Edital de Seleção n. 20/2021 – PRODHS/PROE(publicada no DOE n.10.671 de 04 de novembro de 2021)					
Fernando da Silva Batista					CPF: 030.696.611-57
Nº de contrato	Regime de Trabalho	Data de assinatura	Vigência do Contrato	Regime de execução	Remuneração
77/000267/2023	8h	09/03/2023	10/03/2023 a 15/07/2023	Excepcional interesse público	R$ 1.378,68
Amparo legal: Art. 37, inciso IX, da Constituição Federal; Lei n. 1.102, de 10 de outubro de 1990; Lei n. 4. 135, de 15 de dezembro de 2011; Edital de Seleção n. 16/2021 – PRODHS/PROE(publicada no DOE n.10.671 de 04 de novembro de 2021)					
Regiane Elvira Riquena Barbosa da Paz					CPF: 278.849.928-09
Nº de contrato	Regime de Trabalho	Data de assinatura	Vigência do Contrato	Regime de execução	Remuneração
77/000268/2023	4h	10/03/2023	13/03/2023 a 15/07/2023	Excepcional interesse público	R$ 689,34

Amparo legal: Art. 37, inciso IX, da Constituição Federal; Lei n. 1.102, de 10 de outubro de 1990; Lei n. 4. 135, de 15 de dezembro de 2011; Edital de Seleção n. 38/2022 – PRODHS/PROE (publicada no DOE n.10.956 de 03 de outubro de 2022)					
Julia Rocha Chaves de Queiroz e Silva Catolino					CPF: 050.933.861-54
Nº de contrato	Regime de Trabalho	Data de assinatura	Vigência do Contrato	Regime de execução	Remuneração
77/000269/2023	8h	09/03/2023	09/03/2023 a 19/12/2023	Excepcional interesse público	R$ 1.378,68
Amparo legal: Art. 37, inciso IX, da Constituição Federal; Lei n. 1.102, de 10 de outubro de 1990; Lei n. 4. 135, de 15 de dezembro de 2011; Edital de Seleção n. 14/2022 - PRODHS/PROE(publicada no DOE n.10792 de 31 de março de 2022)					
Letícia da Rocha de Araújo					CPF: 027.037.941-00
Nº de contrato	Regime de Trabalho	Data de assinatura	Vigência do Contrato	Regime de execução	Remuneração
77/000271/2023	20h	13/03/2023	13/03/2023 a 19/12/2023	Excepcional interesse público	R$ 3.446,69
Amparo legal: Art. 37, inciso IX, da Constituição Federal; Lei n. 1.102, de 10 de outubro de 1990; Lei n. 4. 135, de 15 de dezembro de 2011; Edital de Seleção n. 51/2022(publicada no DOE n.10.992 de 21 de novembro de 2022)					
Marta Regina da Silva Melo					CPF: 035.661.164-75
Nº de contrato	Regime de Trabalho	Data de assinatura	Vigência do Contrato	Regime de execução	Remuneração
77/000275/2023	10h	13/03/2023	17/03/2023 a 19/12/2023	Excepcional interesse público	R$ 2.428,65
Amparo legal: Art. 37, inciso IX, da Constituição Federal; Lei n. 1.102, de 10 de outubro de 1990; Lei n. 4. 135, de 15 de dezembro de 2011; Edital de Seleção n. 20/2021 – PRODHS/PROE(publicada no DOE n.10.671 de 04 de novembro de 2021)					
Fernanda Évilin de Jesus Fortunato Lima					CPF: 023.340.321-31
Nº de contrato	Regime de Trabalho	Data de assinatura	Vigência do Contrato	Regime de execução	Remuneração
77/000280/2023	8h	15/03/2023	16/03/2023 a 19/12/2023	Excepcional interesse público	R$ 1.378,68
Amparo legal: Art. 37, inciso IX, da Constituição Federal; Lei n. 1.102, de 10 de outubro de 1990; Lei n. 4. 135, de 15 de dezembro de 2011; Edital de Seleção n. 48/2022 - PRODHS/PROE(publicada no DOE n.10.967 de 19 de outubro de 2022)					
Luan Augusto Ramos					CPF: 037.888.701-76
Nº de contrato	Regime de Trabalho	Data de assinatura	Vigência do Contrato	Regime de execução	Remuneração
77/000283/2023	12h	15/03/2023	16/03/2023 a 19/12/2023	Excepcional interesse público	R$ 2.068,01
Amparo legal: Art. 37, inciso IX, da Constituição Federal; Lei n. 1.102, de 10 de outubro de 1990; Lei n. 4. 135, de 15 de dezembro de 2011; Edital de Seleção n. 38/2022-PROE/PRODHS(publicada no DOE n.10.956 de 03 de outubro de 2022)					
Igor Domingos de Souza					CPF: 043.322.071-65
Nº de contrato	Regime de Trabalho	Data de assinatura	Vigência do Contrato	Regime de execução	Remuneração
77/000285/2023	18h	16/03/2023	16/03/2023 a 24/04/2023	Excepcional interesse público	R$ 4.371,58
Amparo legal: Art. 37, inciso IX, da Constituição Federal; Lei n. 1.102, de 10 de outubro de 1990; Lei n. 4. 135, de 15 de dezembro de 2011; Edital de Seleção n. 20/2021 - PRODHS/PROE(publicada no DOE n.10.671 de 04 de novembro de 2021)					
Sergio Perius					CPF: 619.723.550-15
Nº de contrato	Regime de Trabalho	Data de assinatura	Vigência do Contrato	Regime de execução	Remuneração
77/000286/2023	16h	16/03/2023	16/03/2023 a 15/07/2023	Excepcional interesse público	R$ 2.757,35

Amparo legal: Art. 37, inciso IX, da Constituição Federal; Lei n. 1.102, de 10 de outubro de 1990; Lei n. 4. 135, de 15 de dezembro de 2011; Edital de Seleção n. 03/2023 - PRODHS/PROE(publicada no DOE n.11.055 de 23 de janeiro de 2023)

LAÉRCIO ALVES DE CARVALHO
Reitor - UEMS

PORTARIA "P"/UEMS nº 389, de 17 de março de 2023.

O Reitor da Fundação Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul, no uso de suas atribuições legais, **TORNA PÚBLICO extratos de rescisão dos contratos de trabalho por prazo determinado** que tiveram como objeto "contratação de profissionais para desempenho das atividades relativas à função de Professor de Ensino Superior".

CONTRATANTE.

Fundação Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul				
CNPJ: 86.891.363/0001-80		Ordenador de despesa: Reitor Laércio Alves de Carvalho		
Classificação Orçamentária	Dotação Orçamentária	Funcional Programática	Fonte de recursos	Natureza de despesa
UG 290204	UEMS	10.29204.12.122.0012.4096.0001	01000000002	31.90.11.51

CONTRATADO.

Euzenir Francisca da Silva					CPF: 893.753.601-30
Nº de contrato	Regime de Trabalho	Data de assinatura	Vigência até	Regime de execução	Remuneração
77/000113/2023	22h	14/03/2023	24/02/2023	Excepcional interesse público	R$ 3.791,36
Amparo legal: Art. 37, inciso IX, da Constituição Federal; Lei n. 1.102, de 10 de outubro de 1990; Lei n. 4. 135, de 15 de dezembro de 2011; Edital de Seleção n. 25/2022 - PRODHS/PROE(publicada no DOE n.10846 de 31 de maio de 2022)					

LAÉRCIO ALVES DE CARVALHO
Reitor - UEMS

PORTARIA "P"/UEMS nº 390, de 17 de março de 2023.

O REITOR DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MATO GROSSO DO SUL, no uso de suas atribuições legais e considerando o inciso XXIII, do art. 21 do Estatuto, e o art. 1º, combinado com o parágrafo único do art. 2º, ambos da Lei nº. 2.583, de 23 de dezembro de 2002,

RESOLVE:
Tornar sem efeito a PORTARIA "P"/UEMS nº 135, de 30 de janeiro de 2023, publicada no Diário Oficial nº 11.063, de 31 de janeiro de 2023, à página 193, na parte que publicou os extratos de contrato de trabalho por tempo determinado abaixo:

CONTRATANTE.

Fundação Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul				
CNPJ: 86.891.363/0001-80		Ordenador de despesa: Reitor Laércio Alves de Carvalho		
Classificação Orçamentária	Dotação Orçamentária	Funcional Programática	Fonte de recursos	Natureza de despesa
UG 290204	UEMS	10.29204.12.122.0012.4096.0001	01000000002	31.90.11.51

CONTRATADO.

Euzenir Francisca da Silva					CPF: 893.753.601-30
Nº de contrato	Regime de Trabalho	Data de assinatura	Vigência do Contrato	Regime de execução	Remuneração
77/000114/2023	4h	26/01/2023	07/03/2023 a 19/12/2023	Excepcional interesse público	R$ 689,34
Amparo legal: Art. 37, inciso IX, da Constituição Federal; Lei n. 1.102, de 10 de outubro de 1990; Lei n. 4. 135, de 15 de dezembro de 2011; Edital de Seleção n. 25/2022 - PRODHS/PROE(publicada no DOE n.10846 de 31 de maio de 2022)					
Euzenir Francisca da Silva					CPF: 893.753.601-30
Nº de contrato	Regime de Trabalho	Data de assinatura	Vigência do Contrato	Regime de execução	Remuneração
77/000115/2023	12h	26/01/2023	07/03/2023 a 15/07/2023	Excepcional interesse público	R$ 2.068,01
Amparo legal: Art. 37, inciso IX, da Constituição Federal; Lei n. 1.102, de 10 de outubro de 1990; Lei n. 4. 135, de 15 de dezembro de 2011; Edital de Seleção n. 25/2022 - PRODHS/PROE(publicada no DOE n.10846 de 31 de maio de 2022)					

LAÉRCIO ALVES DE CARVALHO
Reitor - UEMS

PORTARIA "P"/UEMS nº. 374, de 17 de março de 2023.

O REITOR DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MATO GROSSO DO SUL, no uso de suas atribuições legais e considerando o inciso XXIII do art. 21, do Estatuto e o art. 1º, combinado com o parágrafo único do art. 2º, ambos da Lei nº 2.583, de 23 de dezembro de 2002,

RESOLVE:

Dispensar CLAUBER DALMAS RODRIGUES, matrícula nº 107388021, ocupante do cargo de Professor de Ensino Superior, função Docente, nível IV, código 60082, lotado na Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul, da função de Coordenador Pró-Tempore do Curso de Tecnologia em Produção Sucroalcooleira, código 60060, na Unidade Universitária de Glória de Dourados, a partir de 28 de março de 2023.

LAÉRCIO ALVES DE CARVALHO
Reitor – UEMS

PORTARIA "P"/UEMS nº. 375, de 17 de março de 2023.

O REITOR DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MATO GROSSO DO SUL, no uso de suas atribuições legais e considerando o inciso XXIII do art. 21, do Estatuto e o art. 1º, combinado com o parágrafo único do art. 2º, ambos da Lei nº 2.583, de 23 de dezembro de 2002,

RESOLVE:

Dispensar DJALMA QUERINO DE CARVALHO, matrícula nº 79249023, ocupante do cargo de Professor de Ensino Superior, função Docente, nível V, código 60082, lotado na Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul, da função de Coordenador Pró-Tempore do Curso de Pedagogia, código 60060, na Unidade Universitária de Paranaíba, a partir de 28 de março de 2023.

LAÉRCIO ALVES DE CARVALHO
Reitor – UEMS

PORTARIA "P"/UEMS nº. 376, de 17 de março de 2023.

O REITOR DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MATO GROSSO DO SUL, no uso de suas atribuições legais e considerando o inciso XXIII do art. 21, do Estatuto e o art. 1º, combinado com o parágrafo único do art. 2º, ambos da Lei nº 2.583, de 23 de dezembro de 2002,

RESOLVE:

Dispensar THAIS DALLA CORTE, matrícula nº 482378021, ocupante do cargo de Professor de Ensino Superior, função Docente, nível IV, código 60082, lotada na Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul, da função de Coordenadora Pró-Tempore do Curso de Administração Pública, modalidade à distância (EAD), código 60060, na Unidade Universitária de Dourados, a partir de 28 de março de 2023.

LAÉRCIO ALVES DE CARVALHO
Reitor – UEMS

PORTARIA "P"/UEMS nº. 377, de 17 de março de 2023.

O REITOR DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MATO GROSSO DO SUL, no uso de suas atribuições legais e considerando o inciso XXIII do art. 21, do Estatuto e o art. 1º, combinado com o parágrafo único do art. 2º, ambos da Lei nº 2.583, de 23 de dezembro de 2002,

RESOLVE:

Dispensar CRISTIANE MARQUES DOS REIS, matrícula nº. 433994021, ocupante do cargo de Professor de Ensino Superior, função Docente, nível IV, código 60082, lotada na Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul, da função de Coordenadora Adjunta, do Curso de Química Industrial, código 60058, na Unidade Universitária de Dourados, a partir de 28 de março de 2023.

LAÉRCIO ALVES DE CARVALHO
Reitor – UEMS

PORTARIA "P"/UEMS nº. 378, de 17 de março de 2023.

O REITOR DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MATO GROSSO DO SUL, no uso de suas atribuições legais e considerando o inciso XXIII do art. 21, do Estatuto e o art. 1º, combinado com o parágrafo único do art. 2º, ambos da Lei nº 2.583, de 23 de dezembro de 2002,

RESOLVE:

Dispensar CLAUBER DALMAS RODRIGUES, matrícula nº. 107388021, ocupante do cargo de Professor de Ensino Superior, função Docente, nível IV, código 60082, lotado na Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul, da função, sem ônus, de Coordenador do Curso de Tecnologia em Produção Sucroalcooleira, na Unidade Universitária de Ivinhema, a partir de 28 de março de 2023.

LAÉRCIO ALVES DE CARVALHO
Reitor – UEMS

PORTARIA "P"/UEMS nº. 379, de 17 de março de 2023.

O REITOR DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MATO GROSSO DO SUL, no uso de suas atribuições legais e considerando o inciso XXIII do art. 21, do Estatuto e o art. 1º, combinado com o parágrafo único do art. 2º, ambos da Lei nº 2.583, de 23 de dezembro de 2002,

RESOLVE:

Dispensar CHRISTIANE GUIMARÃES DE ARAÚJO, matrícula nº. 109436028, ocupante do cargo de Professor de Ensino Superior, função Docente, nível IV, código 60082, lotada na Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul, da função, sem ônus, de Coordenadora do Curso de Artes Cênicas, na Unidade Universitária de Campo Grande, a partir de 02 de março de 2023.

LAÉRCIO ALVES DE CARVALHO
Reitor – UEMS

PORTARIA "P"/UEMS nº. 380, de 17 de março de 2023.

O REITOR DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MATO GROSSO DO SUL, no uso de suas atribuições legais e considerando o inciso XXIII do art. 21 do Estatuto e o art. 1º, combinado com o parágrafo único do art. 2º, ambos da Lei nº. 2.583, de 23 de dezembro de 2002,

RESOLVE:

Designar os servidores abaixo relacionados, lotados na Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul,

para exercerem a função de Coordenador de Curso, pelo mandato de 2 (dois) anos, no período de 29 de março de 2023 a 28 de março de 2025.

Nome Matrícula	Cargo	Função	Nível Código	Curso	Unidade Universitária
Anna Carolina Horstmann Amorim 479583021	Professor de Ensino Superior	Docente	IV 60082	Ciências Sociais	Amambai
Aline Vanessa Locastre 483099021	Professor de Ensino Superior	Docente	IV 60082	História	
Nedina Roseli Martins Stein 58795024	Professor de Ensino Superior	Docente	IV 60082	Pedagogia Intercultural	
Matheus Gustavo da Silva 24897021	Professor de Ensino Superior	Docente	V 60082	Agronomia	Aquidauana
Ricardo Guilherme Silveira Corrêa Silva 38228022	Professor de Ensino Superior	Docente	IV 60082	Direito	
Giuliana Mendonça de Faria 74032021	Professor de Ensino Superior	Docente	V 60082	Administração Pública	Campo Grande
Zildamara dos Reis Holsback 122198034	Professor de Ensino Superior	Docente	IV 60082	Ciências Biológicas	
Manuela Areias Costa 479469021	Professor de Ensino Superior	Docente	IV 60082	História	
Volmir Cardoso Pereira 134091025	Professor de Ensino Superior	Docente	IV 60082	Letras – Português – Espanhol e suas Literaturas	
Vicente Sarubbi Júnior 480420021	Professor de Ensino Superior	Docente	IV 60082	Psicologia	
Débora Fittipaldi Gonçalves 122947021	Professor de Ensino Superior	Docente	V 60082	Turismo	
Rodrigo Cogo 119509021	Professor de Ensino Superior	Docente	III 60082	Direito	Cassilândia
Carlos Alberto Turati 488523021	Professor de Ensino Superior	Docente	IV 60082	Letras Português - Inglês	
Simone Vidmantas 15127021	Professor de Ensino Superior	Docente	III 60082	Enfermagem	Costa Rica
João Mianutti 56265023	Professor de Ensino Superior	Docente	V 60082	Ciências Biológicas - Licenciatura	Dourados
Cynthia de Barros Mansur 4077021	Professor de Ensino Superior	Docente	V 60082	Ciências Biológicas - Bacharelado	
Jair Rosa dos Santos 74191021	Professor de Ensino Superior	Docente	III 60082	Enfermagem	
Paulo César de Souza 79057022	Professor de Ensino Superior	Docente	V 60082	Engenharia Física	
Cristiane Marques dos Reis 433994021	Professor de Ensino Superior	Docente	IV 60082	Química Industrial	
André Molina Neto 72591022/4	Professor de Ensino Superior	Docente	II 60030	Tecnologia em Produção Sucroalcooleira	Ivinhema
Wander Matos de Aguiar 65637021	Professor de Ensino Superior	Docente	V 60082	Direito	Jardim
Greisse Quintino Leal 482308021	Professor de Ensino Superior	Docente	IV 60082	Geografia	
Gilson Vedoin 133247021	Professor de Ensino Superior	Docente	V 60082	Letras Português - Inglês	
Leandro Fleck 479229021	Professor de Ensino Superior	Docente	IV 60082	Tecnologia em Gestão Ambiental	Mundo Novo
Fabiane Bach 479227021	Professor de Ensino Superior	Docente	IV 60082	Engenharia de Alimentos	Naviraí
Elisabeth Maria de Mendonça Silva 81811021	Professor de Ensino Superior	Docente	IV 60082	Direito	Paranaíba
Marsiel Pacifico 479616021	Professor de Ensino Superior	Docente	IV 60082	Pedagogia	

Giovane Silveira da Silveira 119137021	Professor de Ensino Superior	Docente	IV 60082	Ciências Econômicas	Ponta Porã
Thaís Dalla Corte 482378021	Professor de Ensino Superior	Docente	IV 60082	Administração Pública	Educação a Distância (EAD)
Rogério da Palma 427799021	Professor de Ensino Superior	Docente	V 60082	Ciências Sociais - Licenciatura	
Maria Bezerra Quast de Oliveira 35232024	Professor de Ensino Superior	Docente	II 60082	Pedagogia	

LAÉRCIO ALVES DE CARVALHO
Reitor – UEMS

PORTARIA "P"/UEMS nº. 381, de 17 de março de 2023.

O REITOR DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MATO GROSSO DO SUL, no uso de suas atribuições legais e considerando o inciso XXIII do art. 21, do Estatuto e o art. 1º, combinado com o parágrafo único do art. 2º, ambos da Lei nº 2.583, de 23 de dezembro de 2002,

RESOLVE:

Designar VICENTE SARUBBI JUNIOR, matrícula nº. 480420021, ocupante do cargo de Professor de Ensino Superior, função Docente, nível IV, código 60082, para exercer, sem ônus, a função de Coordenador do Curso de Psicologia - Bacharelado, na Unidade Universitária de Coxim, no período de 29 de março de 2023 a 28 de março de 2025.

LAÉRCIO ALVES DE CARVALHO
Reitor – UEMS

PORTARIA "P"/UEMS nº. 382, de 17 de março de 2023.

Por delegação de competência do Magnífico Reitor da UEMS, conforme Portaria UEMS nº. 028/2019, de 1º de outubro de 2019, O PRÓ-REITOR DE DESENVOLVIMENTO HUMANO E SOCIAL, no uso de suas atribuições legais e considerando o inciso XXIII do art. 21, do Estatuto e o art. 1º, combinado com o parágrafo único do art. 2º, ambos da Lei nº. 2.583, de 23 de dezembro de 2002,

RESOLVE:

Designar ANDRÉ MOLINA NETO, matrícula nº. 72591022/4, ocupante do cargo de Professor de Ensino Superior, função Docente, nível II, código 60030, lotado na Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul, para responder, sem ônus, pela função de Coordenador do Curso de Tecnologia em Produção Sucroalcooleira, na Unidade Universitária de Glória de Dourados, no período de 29 de março de 2023 a 28 de março de 2025.

AGUINALDO LENINE ALVES
Pró-Reitor de Desenvolvimento Humano e Social – PRODHS/UEMS

PORTARIA "P"/UEMS nº. 383, de 17 de março de 2023.

O REITOR DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MATO GROSSO DO SUL, no uso de suas atribuições legais e considerando o inciso XXIII do art. 21 do Estatuto e o art. 1º, combinado com o parágrafo único do art. 2º, ambos da Lei nº 2.583, de 23 de dezembro de 2002,

RESOLVE:

Alterar, para fins de regularização funcional, a lotação da servidora abaixo relacionada, da Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul, em virtude de remoção publicada através da Portaria "P"/UEMS nº. 409, de 18 de abril de 2022, a página 194, a partir de 26 de abril de 2022.

Matrícula	Nome /Cargo	Símbolo/Código	Lotação Anterior	Nova Lotação
353016021	Annelise Cirilo Pereira Assistente Técnico de Nível Médio	Gestor Administrativo 60059	Unidade Universitária de Aquidauana	Unidade Universitária de Maracaju

LAÉRCIO ALVES DE CARVALHO
Reitor- UEMS

PORTARIA "P"/UEMS nº. 384, de 17 de março de 2023.

Por delegação de competência do Magnífico Reitor da UEMS, conforme Portaria UEMS n.º. 028/2019, de 1º de outubro de 2019, O PRÓ-REITOR DE DESENVOLVIMENTO HUMANO E SOCIAL, no uso de suas atribuições legais e considerando o inciso XXIII do art. 21, do Estatuto e o art. 1º, combinado com o parágrafo único do art. 2º, ambos da Lei nº. 2.583, de 23 de dezembro de 2002,

RESOLVE:

Conceder, pelo respectivo período, a Licença para Tratamento de Saúde, prevista no artigo 136, da Lei nº. 1.102, de 10 de outubro de 1990, alterada pela Lei nº. 2.157, de 26 de outubro de 2000, a servidora a seguir relacionada:

Nome Matrícula	Cargo	Classe Nível Código	Dias	Período	Prorr.
Glaucia Tahis da Silva Campos Peclat 466598021	Professor de Ensino Superior	IV 60082	226	17/07/2022 a 27/02/2023	Sim

AGUINALDO LENINE ALVES
Pró-Reitor de Desenvolvimento Humano e Social – PRODHS/UEMS

PORTARIA "P"/UEMS nº. 385, de 17 de março de 2023.

Por delegação de competência do Magnífico Reitor da UEMS, conforme Portaria UEMS nº. 028/2019, de 1º de outubro de 2019, O PRÓ-REITOR DE DESENVOLVIMENTO HUMANO E SOCIAL, no uso de suas atribuições legais e considerando o inciso XXIII do art. 21 do Estatuto e o art. 1º, combinado com o parágrafo único do art. 2º, ambos da Lei nº. 2.583, de 23 de dezembro de 2002,

RESOLVE:

Conceder, a servidora abaixo relacionada, lotada na Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul, afastamento funcional, por ter processo de aposentadoria em tramitação há mais de 90 (noventa) dias, conforme art. 71 da Lei nº. 2.230, de 02 de maio de 2001.

Matrícula	Nome/Cargo	Classe/ Nível/ Código	Processo nº. / Data do processo	Afastamento funcional a partir de:
34101022/4	Maria de Lourdes Silva Professor de Ensino Superior	IV 60030	29/069124/2022 26/09/2022	17/03/2023

AGUINALDO LENINE ALVES
Pró-Reitor de Desenvolvimento Humano e Social – PRODHS/UEMS

PORTARIA "P"/UEMS nº. 386, de 17 de março de 2023.

Por delegação de competência do Magnífico Reitor da UEMS, conforme Portaria UEMS nº. 028/2019, de 1º de outubro de 2019, O PRÓ-REITOR DE DESENVOLVIMENTO HUMANO E SOCIAL, no uso de suas atribuições legais e considerando o inciso XXIII do art. 21 do Estatuto e o art. 1º, combinado com o parágrafo único do art. 2º, ambos da Lei nº. 2.583, de 23 de dezembro de 2002,

RESOLVE:

Conceder, a servidora abaixo relacionada, lotada na Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul, afastamento funcional, nos termos dos artigos 35 e 36, § 3º da Lei nº 3.150, de 22 de dezembro de 2005, conforme Boletim do Sistema de Perícia Médica do Estado de Mato Grosso do Sul, em função da abertura de processo de aposentadoria por invalidez.

Matrícula	Nome/Cargo	Classe/ Nível Código	Processo nº. BIM nº.	Afastamento funcional a partir de:

466598021	Glaucia Tahis da Silva Campos Peclat Professor de Ensino Superior	IV 60082	29/025809/2023 200343	28/02/2023

AGUINALDO LENINE ALVES
Pró-Reitor de Desenvolvimento Humano e Social – PRODHS/UEMS

PORTARIA "P"/UEMS nº. 387, de 17 de março de 2023.

Por delegação de competência do Magnífico Reitor da UEMS, conforme Portaria UEMS nº. 028/2019, de 1º de outubro de 2019, O PRÓ-REITOR DE DESENVOLVIMENTO HUMANO E SOCIAL, no uso de suas atribuições legais e considerando o inciso XXIII do art. 21 do Estatuto e o art. 1º, combinado com o parágrafo único do art. 2º, ambos da Lei nº. 2.583, de 23 de dezembro de 2002,

RESOLVE:

Conceder, a servidora abaixo relacionada, lotada na Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul, afastamento funcional, tendo em vista o processo de aposentadoria compulsória por idade, com fulcro no art. 40, §1º, art. 76-A, §2º, inciso II e §4º, da Lei n. 3.150, de 22 de dezembro de 2005, com redação dada Lei Complementar n. 274, de 21 de maio de 2020.

Matrícula	Nome/Cargo	Classe/ Nível/ Código	Processo nº. / Data do processo	Afastamento funcional a partir de:
25255022	Alaíde Brum de Matos Professor de Ensino Superior	III 60082	29/025780/2023 16/03/2023	17/03/2023

AGUINALDO LENINE ALVES
Pró-Reitor de Desenvolvimento Humano e Social – PRODHS/UEMS

PORTARIA "P"/ UEMS nº. 388, de 17 de março de 2023.

Por delegação de competência do Magnífico Reitor da UEMS, conforme Portaria UEMS nº. 028/2019, de 1º de outubro de 2019, O PRÓ-REITOR DE DESENVOLVIMENTO HUMANO E SOCIAL, no uso de suas atribuições legais e considerando o inciso XXIII do art. 21, do Estatuto e o art. 1º, combinado com o parágrafo único do art. 2º, ambos da Lei nº. 2.583, de 23 de dezembro de 2002,

RESOLVE:

Designar os docentes abaixo relacionados para comporem a Banca Examinadora de Seleção Docente, da Unidade de Cassilândia, aberta pelo edital 11/2023-PRODHS/PROE/UEMS de 23/02/2023, publicado no D.O. nº 11.084 de 24 de fevereiro de 2023, páginas 91 a 104.

ÁREA DE CONHECIMENTO: Direito
Profª. Drª. Cláudia Karina Ladeia Batista (Presidente)
Prof. Me. José Péricles de Oliveira
Prof. Me. Rodrigo Cogo

AGUINALDO LENINE ALVES
Pró-Reitor de Desenvolvimento Humano e Social – PRODHS/UEMS

PORTARIA "P"/UEMS nº. 391, de 17 de março de 2023.

O REITOR DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições legais e considerando o inciso XXIII, do art. 21, do Estatuto, e o art. 1º, combinado com o parágrafo único do art. 2º, ambos da Lei nº 2.583, de 23 de dezembro de 2002,

RESOLVE:

Nomear JÉSSICA CAROLINA CORREIA SANTOS VALDOVINO, para exercer o cargo em comissão de Assistente III, símbolo CCA-14, código 130462, na Divisão de Atendimento Estudantil, da Pró-Reitoria de Extensão, Cultura e Assuntos Comunitários (PROEC), da Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul, a partir da data da publicação (Processo nº. 29/025964/2023).

LAÉRCIO ALVES DE CARVALHO
Reitor- UEMS

DEFENSORIA PÚBLICA GERAL DO ESTADO

DEFENSOR PÚBLICO-GERAL: Pedro Paulo Gasparini
PRIMEIRO SUBDEFENSOR PÚBLICO-GERAL: Homero Lupo Medeiros
SEGUNDA SUBDEFENSORA PÚBLICA-GERAL: Lucienne Borin Lima
CORREGEDOR-GERAL: Marcos Francisco Perassolo
SUBCORREGEDORA-GERAL: Salete de Fátima do Nascimento

Atos Normativos

EXTRATO DO EMPENHO Nº 176/2023
PROCESSO SEI Nº 22.0.000002954-1
PROCESSO SPF Nº 33/029541/2022
INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 006/DPGE/2023
FAVORECIDO: CONSELHO DE ARQUITETURA E URBANISMO DE MS
OBJETO: Despesa com pagamento das Taxas de Anuidade e Registro de Responsabilidade Técnica (RRT), junto ao Conselho de Arquitetura e Urbanismo – CAU/MS, para eventual utilização no exercício de 2023.
FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: Art. 25, caput, da Lei n. 8.666, de 1993 e alterações, no art. 7º, §6º, II e VIII da Lei Complementar n. 111, de 2005, e, ainda, com fulcro no art. 2º, I e art. 5º, I, ambos da Resolução DPGE n. 012, de 2007.
VALOR TOTAL: R$ 2.070,00 (dois mil e setenta reais)
CLASSIFICAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:
- Funcional Programática: 10.33901.03.122.0007.2894.0001;
- Natureza de Despesas: 33903905;
- Fonte de Recurso: 0176000001;
DATA DO EMPENHO: 17/03/2023
ORDENADOR DE DESPESA: Homero Lupo Medeiros

Atos de Licitação

EXTRATO DO SALDO E DOS PREÇOS REGISTRADOS
PROCESSO n. 33/007.074/2022
PREGÃO ELETRÔNICO n. 016/2022 (SRP)
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS n. 007/DPGE/2022
A Defensoria Pública-Geral do Estado de Mato Grosso do Sul, através da Secretaria de Gestão Administrativa, atendendo ao disposto no artigo 15, § 2º da Lei 8.666/93, publica os preços registrados na Ata para Sistema de Registro de Preço n. 007/DPGE/2022, para eventual contratação de empresa especializada para a execução de serviços de controle de pragas e vetores incluindo dedetização (incluindo escorpiões), desinsetização, desratização e desalojamento de pombos e morcegos e serviços de sanitização de ambiente, incluso todo o material necessário para a manutenção dos serviços: insumos, mão de obra e equipamento, conforme quantidades, condições e especificações constantes do Edital e seus anexos, obtido através do Pregão Eletrônico n. 016/2022, Processo Administrativo n. 33/007.074/2022, sendo que seu prazo de vigência será de 12 (doze) meses, a contar da data da sua publicação, conforme fornecedores, itens e valores abaixo relacionados.

Grupo (Lote) 01 – Empresa vencedora: DD LIMPE DEDETIZADORA LTDA, inscrita no CNPJ sob o n.º 09.642.212/0001-47 com sede a Rua Esperidião Castelo Branco, n. 69 – Conjunto Parati II, Campo Grande/MS, neste ato representado por JOSE FABIANO CORREA DA COSTA, brasileiro, empresário, portador do RG n.º 00972184 expedida pela SSP/RJ e inscrito no CPF sob o n. 933.883.571-53, residente e domiciliado na Ryua Esperidião Castelo Branco, n. 46, Bairro Jardim Parati II, Campo Grande – MS, CEP 79081-660, cuja proposta para o Grupo (Lote) em referência foi classificada em 1º lugar no certame licitatório.

ITEM	CONTROLE DE PRAGAS E VETORES	UNID	Saldo Inicial	Saldo Atual	Valor Unitário
1	Sede	Unid	3	2	850,00
2	Bens e Serviços	Unid	3	2	900,00
3	Antônio Maria Coelho	Unid	3	2	950,00
4	Fórum	Unid	3	2	1.000,00
5	Belmar	Unid	3	2	2.099,00
6	Afonso Pena	Unid	3	2	1.300,00
7	ESDP e 2º Instância	Unid	3	2	1.500,00

Grupo (Lote) 02 – Empresa vencedora: 2WD Soluções em Serviços e Controle Pragas Ltda, inscrita no CNPJ

sob o n.º 34.163.423/0001-44, com sede na Rua Helio Martins, n. 148 – Parque do Lageado, Campo Grande/MS, neste ato representada por FERNANDA BRITES ORTELHADO, brasileira, solteira, empresária, inscrita no CPF sob n. 025.352.171-80 e portadora do RG n. 001.560.511 SEJUSP/MS, residente e domiciliada à Rua Hélio Martins, n. 148, Parque do Lageado, CEP 79.075-061, em Campo Grande/MS, cuja proposta para o Grupo (Lote) em referência foi classificada em 1º lugar no certame licitatório.

ITEM	SANITIZAÇÃO	UNID	Saldo Inicial	Saldo Atual	Valor Unitário
8	Sede	Unid	3	3	2.000,00
9	Bens e Serviços	Unid	3	3	1.000,00
10	Antônio Maria Coelho	Unid	3	3	2.000,00
11	Fórum	Unid	3	3	1.000,00
12	Belmar	Unid	3	3	2.000,00
13	Afonso Pena	Unid	3	3	1.000,00
14	ESDP e 2º Instância	Unid	3	3	2.000,00

Grupo (Lote) 03 – Empresa vencedora: JJ DEDETIZADORA MS LTDA, inscrita no CNPJ sob n. 38.086.111/0001-35, com sede na Avenida 4, n. 158, Vila Nova Campo Grande/MS, neste ato representado por JUNIOR AUGUSTO DE ALMEIDA, brasileiro, empresário, inscrito no CPF sob n. 011.567.911-11 e portador do RG n. 1490296 SSP/MS, residente e domiciliado a Avenida José Cacia, n. 147, Bairro Guirai, município Ivinhema/MS.

ITEM	CONTROLE DE PRAGAS E VETORES	UNID	Saldo Inicial	Saldo Atual	Valor Unitário
15	Amambai	Unid	3	2	500,00
16	Aparecida do Taboado	Unid	3	2	500,00
17	Aquidauana	Unid	3	2	500,00
18	Bataguassu	Unid	3	2	500,00
19	Cassilândia	Unid	3	2	300,00
20	Corumbá	Unid	3	2	500,00
21	Coxim	Unid	3	2	500,00
22	Dourados cível	Unid	3	2	600,00
23	Dourados criminal	Unid	3	2	600,00
24	Ivinhema	Unid	3	2	400,00
25	Maracaju	Unid	3	2	500,00
26	Nova Andradina	Unid	3	2	800,00
27	Paranaíba	Unid	3	2	350,00
28	Ponta Porã	Unid	3	1	800,00
29	Sidrolândia	Unid	3	2	600,00
30	Três Lagoas	Unid	3	2	600,00

Grupo (Lote) 04 – Empresa vencedora: DD LIMPE DEDETIZADORA LTDA, inscrita no CNPJ sob o n.º 09.642.212/0001-47 com sede a Rua Esperidião Castelo Branco, n. 69 – Conjunto Parati II, Campo Grande/MS, neste ato representado por JOSE FABIANO CORREA DA COSTA, brasileiro, empresário, portador do RG n.º 00972184 expedida pela SSP/RJ e inscrito no CPF sob o n. 933.883.571-53, residente e domiciliado na Ryua Esperidião Castelo Branco, n. 46, Bairro Jardim Parati II, Campo Grande – MS, CEP 79081-660, cuja proposta para o Grupo (Lote) em referência foi classificada em 1º lugar no certame licitatório.

ITEM	SANITIZAÇÃO	UNID	Saldo Inicial	Saldo Atual	Valor Unitário
31	Amambai	Unid	3	3	250,00
32	Aparecida do Taboado	Unid	3	3	250,00
33	Aquidauana	Unid	3	3	250,00
34	Bataguassu	Unid	3	3	200,00
35	Cassilândia	Unid	3	3	236,00
36	Corumbá	Unid	3	3	250,00
37	Coxim	Unid	3	3	280,00
38	Dourados cível	Unid	3	3	1.200,00
39	Dourados criminal	Unid	3	3	950,00
40	Ivinhema	Unid	3	3	250,00
41	Maracaju	Unid	3	3	250,00
42	Nova Andradina	Unid	3	3	350,00
43	Paranaíba	Unid	3	3	300,00
44	Ponta Porã	Unid	3	3	700,00

45	Sidrolândia	Unid	3	3	300,00
46	Três Lagoas	Unid	3	3	750,00

Campo Grande, 17 de março de 2023.

Nildo Vieira da Silva
Diretor da Secretaria de Gestão Administrativa

EXTRATO DO SALDO E DOS PREÇOS REGISTRADOS
PROCESSO SEI n. 22.0.0000000563-4
MODALIDADE: Pregão Eletrônico n. 017/2022
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS n. 009/DPGE/2022
A Defensoria Pública-Geral do Estado de Mato Grosso do Sul, através da Secretaria de Gestão Administrativa, atendendo ao disposto no artigo 15, § 2º da Lei 8.666/93, publica o saldo e os preços registrados na Ata para Sistema de Registro de Preço n. 009/DPGE/2022, para eventual aquisição de material de expediente para atender a demanda da Defensoria Pública do Estado de Mato Grosso do Sul, conforme quantidades, condições e especificações constantes do Edital e anexos do pregão eletrônico que originou a formalização da presente Ata de Registro de Preços, obtidos através do Pregão Eletrônico n. 017/2022, Processo SEI n. 22.0.0000000563-4, conforme fornecedores, itens, e valores abaixo relacionados.

GRUPOS (Lotes) 01, 02, 07 e 10 - Empresa vencedora: **LG COMÉRCIO E SERVIÇOS EIRELI**, inscrita no CNPJ sob o n. 27.307.079/0001-54, com sede na Rua 268, s/n, Quadra 60, Lote 54, Setor Coimbra, CEP 74.533-230, Goiânia, GO, neste ato, representada por LUCIANO AUGUSTO FELICIANO DE OLIVEIRA FILHO, brasileiro, solteiro, empresário, portador do RG 6363491 SSP/GO e inscrito no CPF sob o n. 733.790.501-72, residente e domiciliado na Rua Osterno Potenciano e Silva, n. 269, Quadra 10, Lote 53, Setor Castelo Branco, CEP 74.403-040, Goiânia, GO, cujas propostas para os Grupos (Lotes) em referência foram classificadas em 1º lugar no certame licitatório.

GRUPO (Lote) 01 – EXCLUSIVO ME/EPP					
Item	**Especificação**	**Unid**	**Saldo Inicial**	**Saldo Atual**	**Preço Unit**
01	Almofada para carimbo, tinta cor azul	Unid	10	0	8,78
02	Almofada para carimbo, tinta cor preta	Unid	10	0	8,78
03	Bandeja expediente	Unid	100	0	16,30
04	Fita de Cetim – verde	Unid	10	0	6,24
05	Bloco de lembrete, dimensões: 38mmx50mm.	Unid	400	50	4,98
06	Bloco de lembrete, dimensões: 76mmx76mm	Unid	500	0	3,72
07	Cola branca	Unid	600	0	1,37
08	Cola em bastão	Unid	600	0	1,54
09	Estilete estreito	Unid	50	0	1,51
10	Estilete largo	Unid	60	0	2,68
11	Fita adesiva marrom	Unid	500	150	3,37
12	Fita adesiva transparente, 12mmX50m aproximadamente	Unid	500	150	1,27
13	Fita adesiva transparente – 45mm x 45m	Unid	500	50	4,81
14	Livro ata	Unid	250	50	10,00
15	Livro de protocolo	Unid	50	20	11,52
16	Marcador de páginas	Unid	500	0	3,31
17	Molha-dedo	Unid	50	10	2,13
18	Régua – 30cm	Unid	500	0	1,79
19	Tesoura	Unid	300	0	6,83
20	Régua – 60cm	Unid	100	0	5,60

GRUPO (Lote) 02 – EXCLUSIVO ME/EPP					
Item	**Especificação**	**Unid**	**Saldo Inicial**	**Saldo Atual**	**Preço Unit**
21	Clips - n. 1/0 (0)	Caixa	2.000	0	2,25
22	Clips - n. 4/0	Caixa	1.000	0	2,24
23	Clips - n. 8/0	Caixa	1.000	0	2,25
24	Colchete número 07	Caixa	30	15	5,05
25	Colchete número 10	Caixa	30	15	6,70
26	Colchete número 15	Caixa	30	15	10,72
27	Elástico	Caixa	100	0	3,40
28	Extrator de grampo	Unid	300	0	2,56

29	Grampeador semi-industrial	Unid	20	0	32,31
30	Grampeador de mesa	Unid	500	0	18,53
31	Grampo 23/6	Caixa	05	0	17,51
32	Grampo 26/6	Caixa	500	0	5,43
33	Grampo 9/10	Caixa	10	0	22,17
34	Grampo niquelado trilho	Caixa	10	0	9,62
35	Porta clips	Unid	100	0	6,15
36	Prancheta Portátil	Unid	50	0	8,37

GRUPO (Lote) 07 – EXCLUSIVO ME/EPP					
Item	**Especificação**	**Unid**	**Saldo Inicial**	**Saldo Atual**	**Preço Unit**
85	Alfinete	Caixa	40	0	4,17
86	Apagador para quadro branco	Unid	20	0	8,53
87	Quadro aviso (mural)	Unid	50	25	79,47
88	Quadro branco	Unid	50	25	135,66

GRUPO (Lote) 10 – EXCLUSIVO ME/EPP					
Item	**Especificação**	**Unid**	**Saldo Inicial**	**Saldo Atual**	**Preço Unit**
103	Calculadora de mesa	Unid	50	10	13,46
104	Pen drive capacidade 64 GB	Unid	250	100	44,70

1.2.2 – GRUPOS (Lotes) 03, 04 e 05 - Empresa vencedora: **EDUARDO RITA BEM**, inscrita no CNPJ sob o n. 18.539.470/0001-93, com sede na Rua Irmão Francisco, n. 55, Sala 201, Bairro Humaita, CEP 90.240-120, Porto Alegre, RS, neste ato, representada por EDUARDO RITA BEM, brasileiro, solteiro em união estável, empresário, portador do RG 5074152728 SSP/PC RS e inscrito no CPF sob o n. 018.789.330-60, residente e domiciliado na Avenida Coronel Lucas de Oliveira, n. 1618, Apto. 203, Bairro Bela Vista, CEP 90.460-000, Porto Alegre, RS, cujas propostas para os Grupos (Lotes) em referência foram classificadas em 1º lugar no certame licitatório.

GRUPO (Lote) 03 – EXCLUSIVO ME/EPP					
Item	**Especificação**	**Unid**	**Saldo Inicial**	**Saldo Atual**	**Preço Unit**
37	Apontador de lápis	Unid	250	0	1,30
38	Borracha branca	Unid	600	0	0,60
39	Caneta esferográfica – azul	Unid	5.000	0	0,59
40	Caneta esferográfica – preta	Unid	4.500	0	0,59
41	Caneta hidrográfica, azul	Unid	100	40	3,50
42	Caneta hidrográfica, verde	Unid	100	40	2,28
43	Caneta hidrográfica, vermelho	Unid	100	40	2,39
44	Caneta hidrográfica, preta	Unid	100	40	2,59
45	Caneta hidrográfica, amarela	Unid	1.000	0	1,06
46	Caneta marca texto – azul	Unid	400	0	1,40
47	Caneta marca texto – laranja	Unid	250	0	1,38
48	Caneta marca texto – rosa	Unid	250	0	1,44
49	Caneta marca texto – verde	Unid	300	0	1,14
50	Lápis preto sextavado com borracha	Unid	500	0	0,55
51	Lápis preto sextavado sem borracha	Unid	600	0	0,79
52	Organizador de mesa conjugado	Unid	200	0	13,50
53	Pincel atômico preto	Unid	20	0	5,23
54	Pincel atômico vermelho	Unid	20	0	5,23

GRUPO (Lote) 04 – EXCLUSIVO ME/EPP					
Item	**Especificação**	**Unid**	**Saldo Inicial**	**Saldo Atual**	**Preço Unit**
55	Caixa arquivo morto	Unid	500	0	3,93
56	Pasta AZ Ofício	Unid	250	0	12,80
57	Pasta dobrada em papelão plastificado – amarela, com grampo e trilho em metal	Unid	20	0	2,47
58	Pasta dobrada em papelão plastificado – azul, com grampo e trilho em metal	Unid	20	0	2,47
59	Pasta dobrada em papelão plastificado – branca, com grampo e trilho em metal	Unid	20	0	2,47

60	Pasta dobrada em papelão plastificado – laranja, com grampo e trilho em metal	Unid	20	0	2,47
61	Pasta dobrada em papelão plastificado – preta, com grampo e trilho em metal	Unid	20	0	2,42
62	Pasta dobrada em papelão plastificado – rosa, com grampo e trilho em metal	Unid	20	0	2,42
63	Pasta dobrada em papelão plastificado – verde, com grampo e trilho em metal	Unid	20	0	2,42
64	Pasta dobrada em papelão plastificado – vermelha, com grampo e trilho em metal	Unid	20	0	2,42
65	Pasta em papelão, plastificada, com 3 abas internas – amarela, e elástico nas extremidades.	Unid	50	0	2,94
66	Pasta em papelão, plastificada, com 3 abas internas – azul, e elástico nas extremidades.	Unid	50	0	2,94
67	Pasta em papelão, plastificada, com 3 abas internas – branca, e elástico nas extremidades.	Unid	50	0	2,94
68	Pasta em papelão, plastificada, com 3 abas internas – verde, e elástico nas extremidades.	Unid	50	0	2,94
69	Pasta em papelão, plastificada, com 3 abas internas – vermelha, e elástico nas extremidades.	Unid	50	0	2,94

GRUPO (Lote) 05 – EXCLUSIVO ME/EPP					
Item	**Especificação**	**Unid**	**Saldo Inicial**	**Saldo Atual**	**Preço Unit**
70	Pasta de polipropileno com 3 abas internas - azul	Unid	300	0	2,85
71	Pasta de polipropileno com 3 abas internas - cristal	Unid	300	0	2,89
72	Pasta de polipropileno com 3 abas internas - fumê	Unid	300	0	2,85
73	Pasta de polipropileno com 3 abas internas - verde	Unid	300	0	2,85
74	Pasta de polipropileno com trilho - azul	Unid	350	0	2,80
75	Pasta de polipropileno com trilho - cristal	Unid	350	0	2,80
76	Pasta de polipropileno com trilho - fumê	Unid	300	0	2,80
77	Pasta de polipropileno com trilho - verde	Unid	300	0	2,80
78	Pasta polipropileno em L - cristal	Unid	500	0	1,25
79	Pasta polipropileno em L - verde	Unid	500	0	1,30
80	Pasta suspensa em material plástico	Unid	350	100	2,85
81	Pasta suspensa em material kraft	Unid	100	0	2,15

1.2.3 – GRUPO (Lote) 06 - Empresa vencedora: **MRV PLÁSTICOS E COMÉRCIO DE PRODUTOS EM GERAL LTDA**, inscrita no CNPJ sob o n. 17.428.167/0001-50, com sede na Rua Gonçalo Ferreira, n. 1606, Jardim Ponte Grande, CEP 08.770-460, Mogi das Cruzes, SP, neste ato, representada por RODRIGO CESAR DA SILVA MOLINA, brasileiro, solteiro, portador do RG 347359632 SSP/SP e inscrito no CPF sob o n. 324.287.458-75, residente e domiciliado na Rua Cleuza Lourenço, n. 109, Conjunto Habitacion, CEP 08.725-600, Mogi das Cruzes, SP, cuja proposta para o Grupo (Lote) em referência foi classificada em 1º lugar no certame licitatório.

GRUPO (Lote) 06 – EXCLUSIVO ME/EPP					
Item	**Especificação**	**Unid**	**Saldo Inicial**	**Saldo Atual**	**Preço Unit**
82	Cesto para papéis	Unid	500	0	15,93
83	Lixeira – 14 L	Unid	150	0	17,87
84	Lixeira plástica basculante – 50 L	Unid	50	0	75,95

1.2.4 – GRUPO (Lote) 08 - Empresa vencedora: **TURN-O-MATIC DO BRASIL COMERCIAL IMPORTADORA E EXPORTADORA LTDA**, inscrita no CNPJ sob o n. 01.642.507/0001-01, com sede na Rua Celso Vieira, n. 344, Vila Pereira Barreto, CEP 02.919-120, São Paulo, SP, neste ato, representada por CRISTIANO CARDOSO QUEIROGA, brasileiro, casado, empresário, portador da Cédula de Identidade RG n. 26.351.652-0 e inscrito no CPF sob o n. 287.005.318-55, residente e domiciliado na Rua Izanga, n. 84, Freguesia do Ó, CEP 02.928-040, São Paulo, SP, cuja proposta para o Grupo (Lote) em referência foi classificada em 1º lugar no certame licitatório.

GRUPO (Lote) 08 – EXCLUSIVO ME/EPP					
Item	**Especificação**	**Unid**	**Saldo Inicial**	**Saldo Atual**	**Preço Unit**
89	Bobina de papel – com 79mm de largura x 40m de comprimento	Unid	150	0	5,49

90	Bobina de papel – com 57mm de largura x 30m de comprimento	Unid	150	0	3,49
91	Senha 3 dígitos	Unid	20	10	7,55

Campo Grande, 17 de março de 2023.

Nildo Vieira da Silva
Diretor da Secretaria de Gestão Administrativa

EXTRATO DO SALDO E DOS PREÇOS REGISTRADOS
PROCESSO n. 22.0.0000000728-9
PREGÃO ELETRÔNICO n. 018/2022 (SRP)
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS n. 010/DPGE/2022
A Defensoria Pública-Geral do Estado de Mato Grosso do Sul, através da Secretaria de Gestão Administrativa, , atendendo ao disposto no artigo 15, § 2º da Lei 8.666/93, publica o saldo dos preços registrados na Ata para Sistema de Registro de Preço n. 010/DPGE/2022, para eventual aquisição de material permanente para atender a demanda da Defensoria Pública de Mato Grosso do Sul, conforme quantidades, condições e especificações constantes do Edital e anexos do pregão eletrônico que originou a formalização da presente Ata de Registro de Preços, obtido através do Pregão Eletrônico n. 018/2022, Processo SEI n. 22.0.0000000728-9, sendo que seu prazo de vigência será de 12 (doze) meses, a contar da data da sua publicação, conforme fornecedores, itens e valores abaixo relacionados.

GRUPO (Lote) 01 - Empresa vencedora: **HARMONIZA ACESSÓRIOS LTDA**, inscrita no CNPJ sob o n. 11.206.268/0001-09, com sede na Rua Caconde, n. 343, Santa Fé, CEP 79.021-050, Campo Grande, MS, neste ato, representada por EDSON TOSHIYUKI USHIRO, brasileiro, divorciado, empresário, portador do RG 7.970.417 SSP/SP e inscrito no CPF sob o n. 004.959.968-23, residente e domiciliado na Roberto Perez Rodrigues, n. 152, casa 3, Bairro Jardim dos Estados, CEP 79.020-140, Campo Grande, MS, cuja proposta para o Grupo (Lote) 01, em referência, foi classificada em 1º lugar no certame licitatório.

GRUPO (Lote) 01 – EXCLUSIVO ME/EPP					
Item	**Especificação**	**Unid**	**Saldo Inicial**	**Saldo Atual**	**Preço Unit**
01	Geladeira frost free – 110v	Unid	10	3	2.433,60
02	Forno de micro-ondas – 110v	Unid	10	3	600,00
03	Cooktop de indução 04 zonas de aquecimento – 220v	Unid	20	7	1.860,00

GRUPO (Lote) 02 e Item 16 - Empresa vencedora: **MARCONDES SERVIÇOS DE ESCRITÓRIO ADMINISTRATIVO E NEGÓCIOS EMPRESARIAL LTDA**, inscrita no CNPJ sob o n. 36.804.979/0001-06, com sede na Avenida Europa, n. 285, Jardim Jacy, CEP 79.006-260, Campo Grande, MS, neste ato, representada por LUIZ GUSTAVO JUSTINIANO MARCONDES, brasileiro, casado, empresário, portador do RG 993880 SEJUSP/MS e inscrito no CPF sob o n. 866.092.541-68, residente e domiciliado na Avenida Europa, n. 285, Jardim Jacy, CEP 79.006-260, Campo Grande, MS, cujas propostas para o Grupo (Lote) 02 e Item 16, em referência, foram classificadas em 1º lugar no certame licitatório.

GRUPO (Lote) 02 – EXCLUSIVO ME/EPP					
Item	**Especificação**	**Unid**	**Saldo Inicial**	**Saldo Atual**	**Preço Unit**
04	Mesa plástica branca Mesa Plástica quadrada	Unid	50	20	80,00
05	Cadeira plástico sem braços	Unid	200	80	45,00

ITEM 16 – EXCLUSIVO ME/EPP					
Item	**Especificação**	**Unid**	**Saldo Inicial**	**Saldo Atual**	**Preço Unit**
16	Suporte bicicletário de chão 5 vagas	Unid	10	5	325,00

GRUPO (Lote) 03 - Empresa vencedora: **CAROLINE WERLANG**, inscrita no CNPJ sob o n. 37.032.250/0001-13, com sede na Rua Raul Antônio Bevilacqua, n. 120, Bairro Atlântico, CEP 99.705-556, Erechim, RS, neste ato, representada por CAROLINE WERLANG, brasileira, solteira, portadora do RG 126598319 SSP/PR e inscrita no CPF sob o n. 103.286.139-83, residente e domiciliada na Rua Clementina Rossi, n. 480, Bairro Bela Vista, CEP 99.704-094, Erechim, RS, cuja proposta para o Grupo (Lote) 03, em referência, foi classificada em 1º lugar no certame licitatório.

GRUPO (Lote) 03 – EXCLUSIVO ME/EPP					
Item	**Especificação**	**Unid**	**Saldo Inicial**	**Saldo Atual**	**Preço Unit**
06	Modulo andaime tubular 1,5m x 1,00m	Unid	30	0	257,00
07	Piso metálico para andaime 1,50x0,37m	Unid	09	0	295,00
08	Sapata fixa para andaime	Unid	09	0	45,00
09	Rodizio para andaime com trava	Unid	09	0	159,33
10	Conjunto guarda corpo	Unid	03	0	1.100,00

ITEM 11 - Empresa vencedora: **EBA OFFICE COMERCIO DE MARQUINAS PARA ESCRITORIO LTDA**, inscrita no CNPJ sob o n. 09.015.414/0001-69, com sede na Rua Major Sertorio, n. 212, Conjunto 51, Vila Buarque, CEP 01.222-000, São Paulo, SP, neste ato, representada por ANTENOR DE CAMARGO FREITAS JUNIOR, brasileiro, casado, empresário, portador da Cédula de Identidade RG n. 7.779.714-0 SSP/SP e inscrito no CPF sob o n. 900.949.998-72, residente e domiciliado na Rua Barão do Triunfo, n. 277, Apto. 93, Campo Belo, CEP 04.602-000, São Paulo, SP, cuja proposta para o Item 11, em referência, foi classificada em 1º lugar

no certame licitatório.

Item 11 – EXCLUSIVO ME/EPP					
Item	**Especificação**	**Unid**	**Saldo Inicial**	**Saldo Atual**	**Preço Unit**
11	Fragmentadora de papel em partículas	Unid	05	02	2.190,00

ITEM 12 - Empresa vencedora: **SICOLI INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE MÁQUINAS LTDA**, inscrita no CNPJ sob o n. 67.642.736/0001-34, com sede na Rua do Hipódromo, n. 1420 - A, Bras, CEP 03.162-020, São Paulo, SP, neste ato, representada por LUIZ LEMMO, brasileiro, divorciado, empresário, portador da Cédula de Identidade RG n. 8.936.402 SSP/SP e inscrito no CPF sob o n. 896.797.338-15, residente e domiciliado na Avenida Marcondes de Brito, n. 430, Vila Matilde, CEP 03.509-000, São Paulo, SP, cuja proposta para o Item 12, em referência, foi classificada em 1º lugar no certame licitatório.

Item 12 – EXCLUSIVO ME/EPP					
Item	**Especificação**	**Unid**	**Saldo Inicial**	**Saldo Atual**	**Preço Unit**
12	Plastificadora Poliseladora A3 – 110v	Unid	05	02	728,00

ITENS 13, 14 E 17 - Empresa vencedora: **COMERCIAL K&D LTDA**, inscrita no CNPJ sob o n. 17.182.696/0001-17, com sede na Avenida Aracruz, n. 1304, Parque dos Novos Estados, CEP 79.034-450, Campo Grande, MS, neste ato, representada por GILSON DE OLIVEIRA DOMINGOS, brasileiro, solteiro, empresário, portador da Cédula de Identidade RG n. 7652 DRT/MS e inscrito no CPF sob o n. 011.839.521-12, residente e domiciliado na Rua Otaviano Felix, n. 293, Bairro Jardim Presidente, CEP 79.015-490, Campo Grande, MS, cujas propostas para os Itens 13, 14 e 17, em referência, foram classificadas em 1º lugar no certame licitatório.

Item 13 – EXCLUSIVO ME/EPP					
Item	**Especificação**	**Unid**	**Saldo Inicial**	**Saldo Atual**	**Preço Unit**
13	Soprador de folhas elétrico – 110v	Unid	02	0	600,00

Item 14 – EXCLUSIVO ME/EPP					
Item	**Especificação**	**Unid**	**Saldo Inicial**	**Saldo Atual**	**Preço Unit**
14	Estante gaveteiro com mínimo 54 Gavetas número 05	Unid	02	0	648,16

Item 17 – EXCLUSIVO ME/EPP					
Item	**Especificação**	**Unid**	**Saldo Inicial**	**Saldo Atual**	**Preço Unit**
17	Trocador de fraldas	Unid	10	03	1.006,00

ITEM 15 - Empresa vencedora: **STS COMÉRCIO VAREJISTA LTDA**, inscrita no CNPJ sob o n. 12.706.257/0001-42, com sede na Rua Delamare, n. 925, Centro, CEP 79.300-030, Corumbá, MS, neste ato, representada por SAMIR ZIAD DAWOD YBRAIM, brasileiro, solteiro, empresário, portador da Cédula de Identidade RG n. 1175078 SSP/MS e inscrito no CPF sob o n. 690.755.811-49, residente e domiciliado na Rua Colombo, n. 01, Centro, CEP 79.303-090, Corumbá, MS, cuja proposta para o Item 15, em referência, foi classificada em 1º lugar no certame licitatório.

Item 15 – EXCLUSIVO ME/EPP					
Item	**Especificação**	**Unid**	**Saldo Inicial**	**Saldo Atual**	**Preço Unit**
15	Arquivos em aço para pastas suspensa	Unid	20	10	1.272,00

ITEM 18 - Empresa vencedora: **TAOPLAST COMÉRCIO DE PLÁSTICOS LTDA**, inscrita no CNPJ sob o n. 42.608.358/0001-41, com sede na Rua Luis Sergio Person, n. 223, Parque Mandaqui, CEP 02.422-230, São Paulo, SP, neste ato, representada por DENIS MARCELO MOREIRA, brasileiro, casado, empresário, portador da Cédula de Identidade RG n. 27382371 SSP/SP e inscrito no CPF sob o n. 271.668.408-11, residente e domiciliado na Avenida Ultramarino, n. 410, Conjunto 51, Bairro Lauzane Paulista, CEP 02.441-000, São Paulo, SP, cuja proposta para o Item 18, em referência, foi classificada em 1º lugar no certame licitatório.

Item 18 – EXCLUSIVO ME/EPP					
Item	**Especificação**	**Unid**	**Saldo Inicial**	**Saldo Atual**	**Preço Unit**
18	Pallet de Plástico 1000 x 1,200 x 170mm	Unid	50	20	334,00

Campo Grande, 17 de março de 2023.

Nildo Vieira da Silva
Diretor da Secretaria de Gestão Administrativa

MUNICIPALIDADES

Prefeitura Municipal de Anaurilândia

AVISO DE LICITAÇÃO
MODALIDADE PREGÃO (PRESENCIAL)_
PREGÃO PRESENCIAL Nº 006/2023
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 021/2023
OBJETO: Contratação de empresa especializada na administração, gerenciamento, emissão, distribuição e fornecimento de documentos de legitimação, na forma de cartão eletrônico, magnético ou de similar/superior tecnologia, equipado com microprocessador com chip eletrônico de segurança, com finalidade de ser utilizado pelos beneficiários do programa social família feliz do município de Anaurilândia, conforme especificações descritas no Termo de Referência, anexo I do presente edital.
DATA E HORÁRIO DA SESSÃO PÚBLICA: a sessão pública se dará no dia 30 (trinta) de março de 2023, as 08:00h (oito) (MS), na Sala de Licitações da Prefeitura do Município de Anaurilândia.
O edital completo e informações estão disponíveis aos interessados no Departamento de Licitações, na Rua Floriano Peixoto nº 1000, pelo telefone (67) 3445-1110, e pelo e-mail: licitacao@anaurilandia.ms.gov.br, no horário das 7:00h às 11:00h e das 13:00h às 16:00h (MS), e pelo endereço eletrônico: www.anaurilandia.ms.gov.br.

Anaurilândia – MS, 17 de Março de 2023.

Tânia Fernandes Vera
PREGOEIRA OFICIAL

AVISO DE LICITAÇÃO - CREDENCIAMENTO
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº. 006/2023
EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO PARA CREDENCIAMENTO Nº 001/2023
O Município de Anaurilândia/MS, por intermédio da Comissão Permanente de Licitação, **TORNA PÚBLICO** para conhecimento dos interessados, que está procedendo ao **CHAMAMENTO PÚBLICO** para fins de prestação de serviço na **especialidade de pediatria**, com projeção de 87 (oitenta e sete) consultas ao mês, pelo período de 12 (doze) meses, para atender a demanda do Município de Anaurilândia – MS, mediante adesão às condições previstas neste Edital e seus anexos.
A entrega da documentação ocorrerá a partir do dia 20/03/2023, das 07h00 às 11h00 (MS) e das 13h00 às 16h00 (MS) no Departamento de Licitações, Prefeitura Municipal de Anaurilândia/MS, permanecendo em aberto para quaisquer novos interessados.
Informações na Rua Marechal Floriano Peixoto, nº 1.000, centro, em Anaurilândia, das 07h00 às 11h00 e das 13h às 16h (MS) e pelo endereço eletrônico: **www.anaurilandia.ms.gov.br**.

Anaurilândia/MS, 17 de março de 2023.

JOSÉ FONSECA NETO
Presidente da Comissão Permanente de Licitação

AVISO DE LICITAÇÃO
MODALIDADE PREGÃO (PRESENCIAL)_
PREGÃO PRESENCIAL Nº 007/2023
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 022/2023
OBJETO: Contratação de empresa especializada na administração, gerenciamento, emissão, distribuição e fornecimento de documentos de legitimação, na forma de cartão eletrônico, magnético ou de similar tecnologia, equipado com microprocessador com chip eletrônico de segurança, com finalidade de ser utilizado pelos servidores públicos do Município de Anaurilândia-MS para a concretização do auxílio alimentação, conforme especificações descritas no Termo de Referência, anexo I do presente edital.
DATA E HORÁRIO DA SESSÃO PÚBLICA: a sessão pública se dará no dia 30 (trinta) de março de 2023, as 13:15h (treze horas e quinze minutos) (MS), na Sala de Licitações da Prefeitura do Município de Anaurilândia.
O edital completo e informações estão disponíveis aos interessados no Departamento de Licitações, na Rua Floriano Peixoto nº 1000, pelo telefone (67) 3445-1110, e pelo e-mail: licitacao@anaurilandia.ms.gov.br, no horário das 7:00h às 11:00h e das 13:00h às 16:00h (MS), e pelo endereço eletrônico: www.anaurilandia.ms.gov.br.

Anaurilândia – MS, 17 de Março de 2023.

Tânia Fernandes Vera
PREGOEIRA OFICIAL

Prefeitura Municipal de Antonio João

EXTRATO DE EDITAL DE LICITAÇÃO
PROCESSO N.º020/2023
PREGÃO PRESENCIAL Nº 012/2023

A PREFEITURA MUNICIPAL DE ANTONIO JOÃO – ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, através de seu Prefeito Municipal AGNALDO MARCELO DA SILVA OLIVEIRA, da Comissão Permanente de Licitação e Pregoeiros, torna público que fará realizar a licitação abaixo relacionada, nos termos das Leis n.º 8.666/93 e posteriores alterações: OBJETO: Aquisição de Papel Sulfite (A4) para serem utilizados pelas variadas Secretarias Municipais, pertencente ao Município de Antônio João MS.
RECEBIMENTO DA DOCUMENTAÇÃO PARA CREDENCIAMENTO: Dia 03 de Abril de 2023 às 08:00 (oito) horas. O presente Edital e seus anexos estarão a disposição dos interessados, no Departamento de Licitaçoes sito a Rua Vitório Penzo nº 347, na forma eletrônica, no site http://avisolicitacao.qualitysistemas.com.br/prefeitura_municipal_de_antonio_joao ou através do licitacao.aj2@gmail.com ou Maiores informações e orientações poderão ser obtidas através do telefone 3435-1011. Poderão participar do certame todos os interessados do ramo de atividade pertinente ao objeto da contratação que preencherem os requisitos e condições de credenciamento constantes deste Edital.
Antônio João (MS), 17 de março de 2023

Clédina Apª Valensuelos
Pregoeira

Prefeitura Municipal de Bandeirantes

AVISO DE LICITAÇÃO
TOMADA DE PREÇOS Nº 003/2023

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 146/2022. O MUNICÍPIO DE BANDEIRANTES, Estado de Mato Grosso do Sul, através da Departamento de Licitações e Contratos, por intermédio do presidente da Comissão Permanente de Licitação, torna público que se encontra aberta a licitação na Modalidade Tomada de Preços, nos termos da legislação pertinente: **OBJETO:** Contratação de empresa especializada para execução da obra visando à modernização do sistema de iluminação pública com a substituição de 304 luminárias de vapor de sódio de 70W por 304 luminárias de Led-bivolt, sendo 49 de 150W e 255 de 100W, em diversas ruas do Município de Bandeirante - MS, em atendimento ao convênio nº 011/2022 – SGI COVEN nº 31.655, celebrado entre o Estado de Mato Grosso do Sul, por intermédio da Secretaria de Estado de Infraestrutura e o Município de Bandeirantes - MS, consoante especificações constantes no **EDITAL** e seus Anexos. **CRITÉRIO DE JULGAMENTO:** Menor Preço; **ADJUDICAÇÃO:** Global. DATA/HORÁRIO E LOCAL: A documentação e proposta, deverão ser entregues até o dia 05 DE ABRIL DE 2023 ÀS **08:00 HORAS**, na sala de reuniões do Setor de Licitações e Contratos, localizada na Avenida Francisco Antônio de Souza, nº 2.555, Centro, Bandeirantes - MS, CEP: 79.430-000. **RETIRADA DO EDITAL:** O Edital poderá ser obtido, no endereço supracitado, mediante ou através do email: licitacao@bandeirantes.ms.gov.br https://avisolicitacao.qualitysistemas.com.br/prefeitura_municipal_de_bandeirantes
Bandeirantes – MS, 16 de Março de 2023

Sebastião Thiago Pereira Ferreira
Presidente da C.P.L.

Prefeitura Municipal de Batayporã

EXTRATO DO CONTRATO Nº 013/2023

DAS PARTES - O MUNICIPIO DE BATAYPORÃ/MS, através do FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE e a empresa GENESIS COMERCIO E TECNOLOGIA EIRELI, inscrita no CNPJ Nº 24.781.967/0001-16. OBJETO - contratação de empresa especializada para licenciamento de software de gestão da saúde e suporte técnico especializado na plataforma E-SUS, PEC do Ministério da Saúde, conforme solicitação da Secretaria Municipal de Saúde, através da CI Nº 1.393/2022 SMS, processo administrativo nº 258/2022, Pregão presencial nº 089/2022. DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA - As despesas decorrentes deste contrato correrão por conta da seguinte dotação orçamentária: 06.091.2027.3.3.90.40.00.00.00.00-1.500.1.002 (10/23). VALOR - R$ 175.000,00 (cento e setenta e cinco mil reais). FISCAL DO CONTRATO - Franciele de Souza Figueiredo Cantadori. VIGÊNCIA - A vigência do Contrato será de 12 (doze) meses, podendo ser prorrogado através de Termo Aditivo; observado o disposto no art. 57 da Lei 8.666/93. DATA - 27 de fevereiro de 2023. GERMINO DA ROZ SILVA - Prefeito Municipal.

AVISO DE LICITAÇÃO - PREGÃO PRESENCIAL N° 013/2023

O MUNICÍPIO DE BATAYPORÃ-MS, torna público aos interessados, a realização da licitação na modalidade PREGÃO PRESENCIAL Nº 013/2023, tipo menor preço, na qual tem por objeto o REGISTRO DE PREÇOS para a eventual aquisição de calcário dolomítico para atender a Secretaria Municipal de Obras, Desenvolvimento Econômico, Turismo e Meio Ambiente, fortalecendo a agricultura familiar, conforme solicitação da SODETA, conhecida através da CI/PMB/SODETA/56/2023, processo administrativo n° 032/2023, conforme especificado nos estudos técnicos preliminares e termo de referência/projeto básico. O Edital poderá ser solicitado no Setor de licitação ou no e-mail

setorlic@bataypora.ms.gov.br, no horário das 07h00min às 13h00min e consultado no portal da transparência do município. Entrega e abertura das Propostas dia 30/03/2023 às 08h00min. Batayporã-MS, 17 de março de 2023. MARINEZ DE PAULA MOREL – PREGOEIRA.

AVISO DE LICITAÇÃO - PREGÃO ELETRÔNICO N° 003/2023

O MUNICÍPIO DE BATAYPORÃ-MS, torna público aos interessados, a realização da licitação na modalidade PREGÃO ELETRÔNICO Nº 003/2023, tipo menor preço por item, que tem por objeto a aquisição de 01 (um) veículo 0km, conforme solicitação da Secretaria Municipal de Assistência Social, conhecida através da CI Nº 78/2023 SMAS, processo administrativo n° 030/2023, conforme especificado nos estudos técnicos preliminares e anexo I termo de referência. O Edital poderá ser solicitado gratuitamente, na forma eletrônica, por meio digital, através de download (via internet), no sítio eletrônico oficial www.bnc.org.br ou no e-mail setorlic@bataypora.ms.gov.br, no horário das 07h00min às 13h00min e consultado no portal da transparência do município. Entrega e abertura das Propostas dia 30/03/2023 às 09h00min (Horário Brasília-DF). Batayporã-MS, 17 de março de 2023. SABRINA AMORIM ARAÚJO – PREGOEIRA.

AVISO DE SUSPENSÃO DE LICITAÇÃO - PREGÃO PRESENCIAL N° 011/2023

O MUNICÍPIO DE BATAYPORÃ-MS, torna público aos interessados a SUSPENSÃO da licitação na modalidade Pregão Presencial nº 011/2022, do tipo "MENOR PERCENTUAL DE TAXA DE ADMINISTRAÇÃO", execução indireta, , com base na Lei Municipal nº Lei 833/2009, alterada pela Lei nº 1035/2013, na forma da Lei nº 10.520/2002 e subsidiariamente pela Lei 8.666/1993, observando a Resolução – TCE-MS n. 88, de 03 de outubro de 2018, bem como a Resolução – TCE-MS n. 153, de 28 de outubro de 2021, objetivando: A contratação de empresa especializada na administração, gerenciamento, emissão, distribuição e fornecimento de documentos de legitimação, na forma de cartão eletrônico, magnético ou de similar tecnologia, para concessão de auxilio alimentação aos servidores públicos do Município de Batayporã – MS, autorizado pela Lei Municipal n.º 1.284/2022, processo administrativo n° 025/2023, conforme especificado nos estudos técnicos preliminares e termo de referência. Neste sentido a devida suspensão do processo em epígrafe com base na conveniência e oportunidade, afim da reformulação dos itens objetos da licitação. Batayporã-MS, 17 de março de 2023. MARINEZ DE PAULA MOREL – PREGOEIRA.

AVISO DE LICITAÇÃO - PREGÃO PRESENCIAL N° 016/2023

O MUNICÍPIO DE BATAYPORÃ-MS, torna público aos interessados, a realização da licitação na modalidade PREGÃO PRESENCIAL Nº 016/2023, , exclusivamente para microempresas e empresas de pequeno porte, tipo menor preço por item, na qual tem por objeto o REGISTRO DE PREÇOS, para eventual aquisição de borrachas granuladas para arena esportiva, conforme solicitação da Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Esporte e Lazer, através da CI/SECEL/COMPRAS nº 108/2023, processo administrativo n° 035/2023, conforme especificado nos estudos técnicos preliminares e termo de referência/projeto básico. O Edital poderá ser solicitado no Setor de licitação ou no e-mail setorlic@bataypora.ms.gov.br, no horário das 07h00min às 13h00min e consultado no portal da transparência do município. Entrega e abertura das Propostas dia 31/03/2023 às 11h00min.
Batayporã-MS, 17 de março de 2023. MARINEZ DE PAULA MOREL – PREGOEIRA.

AVISO DE LICITAÇÃO - PREGÃO PRESENCIAL N° 015/2023

O MUNICÍPIO DE BATAYPORÃ-MS, torna público aos interessados, a realização da licitação na modalidade PREGÃO PRESENCIAL Nº 015/2023, exclusivamente para microempresas e empresas de pequeno porte, tipo menor preço por lote, na qual tem por objeto a aquisição de equipamentos para cabeamento de internet, conforme solicitação da secretaria Municipal de Saúde, através da CI Nº 1.394/2022 SMS, processo administrativo n° 034/2023, conforme especificado nos estudos técnicos preliminares e termo de referência/projeto básico. O Edital poderá ser solicitado no Setor de licitação ou no e-mail setorlic@bataypora.ms.gov.br, no horário das 07h00min às 13h00min e consultado no portal da transparência do município. Entrega e abertura das Propostas dia 31/03/2023 às 08h00min. Batayporã-MS, 17 de março de 2023. MARINEZ DE PAULA MOREL – PREGOEIRA.

AVISO DE LICITAÇÃO - PREGÃO PRESENCIAL N° 014/2023

O MUNICÍPIO DE BATAYPORÃ-MS, torna público aos interessados, a realização da licitação na modalidade PREGÃO PRESENCIAL Nº 014/2023, exclusivamente para microempresas e empresas de pequeno porte, tipo menor preço por item, na qual tem por objeto o Registro de Preço para eventual contratação de serviço de propaganda volante para divulgação de atos da administração municipal, conforme solicitações das Secretarias Municipais de: Administração, Finanças e Planejamento, através da CI/ADM nº 178/2022; Governo, através da CI/SEGOV Nº 002/2022; Obras, Desenvolvimento Econômico, Turismo e Meio Ambiente, através da CI/PMB/SODETA/431/2022; Educação, Cultura, Esporte e Lazer, através da CI/SECEL/COMPRAS Nº 578/2022; Assistência Social, através da CI Nº 964/SMAS/2022 e Saúde, através da CI Nº 1.456/2022 SMS; processo administrativo n° 033/2023, conforme especificado nos estudos técnicos preliminares e termo de referência/projeto básico. O Edital poderá ser solicitado no Setor de licitação ou no e-mail setorlic@bataypora.ms.gov.br, no horário das 07h00min às 13h00min e consultado no portal da transparência do município. Entrega e abertura das Propostas dia 30/03/2023 às 11h00min. Batayporã-MS, 17 de março de 2023. MARINEZ DE PAULA MOREL – PREGOEIRA.

Prefeitura Municipal de Bela Vista

EXTRATO - AVISO DE LICITAÇÃO
Tomada de Preço n º 004/2023 – Processo Licitatório n.º 020/2023
A Prefeitura Municipal de Bela Vista/MS – Torna público que a modalidade licitatória em epígrafe, do tipo "MENOR PREÇO GLOBAL" para: **Escolha da proposta mais vantajosa para contratação de empresa para execução de Obra de revitalização do Museu Histórico – (Rua Coronel Dias, Centro I, Lote n. 027, quadra 29, setor 01) no município de Bela Vista/MS**, **de acordo condições, quantidades e exigências estabelecidas no Edital e seus anexos.** Será realizado no dia **24/04/2023 às 08Horas,** na sala de Pregão (Rua Santo Afonso, n. 660, Centro). OBTENÇÃO DO EDITAL: O Edital poderá ser obtido pelos interessados, no Setor de Licitação e Contratos, através da solicitação no e-mail: licitacao@belavista.ms.gov.br – telefone (67) 3439-5100, no horário das 07h00min às 11h00min. O edital está disponível no Portal da Transparência do município: www.belavista.ms.gov.br
Bela Vista/MS, 17 de março de 2023.

REINALDO MIRANDA BENITES
Prefeito Municipal

Prefeitura Municipal de Bodoquena

AVISO DE CANCELAMENTO TOMADA PREÇOS Nº. 002/2023
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº. 072/2023
O MUNICIPIO DE BODOQUENA – MS, através da Secretaria Municipal de Obras e Infraestrutura Urbana, torna público o cancelamento da Licitação, na Modalidade Tomada de Preço, tipo Menor Preço Global, que será regida pela Lei Federal nº. 8.666 de 21/06/93 e suas alterações e Lei Complementar nº. 123/06 e suas alterações.
OBJETO: Contratação de empresa especializada para a prestação dos serviços de: Varrição manual de ruas e logradouros públicos; capina e raspagem de guias e sarjetas; pintura de meio fio; equipe para serviços gerais de apoio as secretarias; coleta seletiva de resíduos recicláveis e educação ambiental; coleta, transporte ao transbordo dos resíduos sólidos domiciliares urbanos, no município de Bodoquena-MS, conforme especificações e condições constantes no Termo de Referência - MENOR PREÇO GLOBAL, no qual a abertura da sessão estava marcada para o dia 20 de Março de 2023. **HORAS** 09:00 (nove horas), devido a necessidade de retificação no edital, tendo em vista impugnações apresentadas.
LOCAL: Prefeitura Municipal de Bodoquena/MS, sito a Av: Manoel Rodrigues de Oliveira, nº. 1020 - Centro. O edital com os dados completos encontra–se disponível aos interessados (gratuitamente) no endereço acima referido, das 07h00min às 13h00min de segunda à sexta-feira, ou através de solicitação feita via E-mail ao Departamento Responsável (comprasprefeiturabdq@gmail.com) ou no Site: www.bodoquena.ms.gov.br.

Bodoquena – MS, 17 de Março de 2023.

MARCOS PAULO MALACHIAS
Presidente da Comissão Permanente de Licitação

Prefeitura Municipal de Caarapó

AVISO EDITAL DE LICITAÇÃO
PROCESSO ADMINISTRATIVO N° 019/2023 - PREGÃO PRESENCIAL N° 011/2023
O Município de Caarapó, Estado de Mato Grosso do Sul, por intermédio da Pregoeira designada através do Decreto Municipal nº 001/2023 de 03 de janeiro de 2023, torna público aos interessados que promoverá licitação na Modalidade PREGÃO PRESENCIAL, do tipo "MENOR PREÇO", objetivando a seleção de Empresa devidamente constituída para a Escolha da proposta mais vantajosa, através de Registro de Preços, para a aquisição de medicamentos em embalagem hospitalar, para atender o Programa Farmácia Básica, conforme Termo de Referência, Anexo I do edital e solicitação do Fundo Municipal de Saúde. Local e Data do Credenciamento, da Entrega dos Envelopes e da Realização do Pregão: O credenciamento e o recebimento dos envelopes de propostas de preços e de habilitação serão no dia: 31 de março de 2023, às 8 horas na sala do Departamento de Licitações do Município, localizada à Av. Presidente Vargas, nº 465, Centro – Caarapó– MS. Retirada do Edital: O Edital poderá ser obtido no site do Portal da Transparência do Município de Caarapó-MS, no seguinte endereço eletrônico: https://transparencia.betha.cloud/#/61M0eJ_21GlQw6p7f3svmg==/consulta/64365, ou no endereço supracitado, no horário de expediente 7h às 13horas, de segunda a sexta-feira. Na hipótese de ocorrer feriado ou outros fatos impeditivos, que impeça a realização da sessão pública, fica a mesma adiada para o primeiro dia útil que se seguir, no mesmo local e horário.

Caarapó-MS, em 17 de março de 2023.

Maria Inês da Silva
Pregoeira

Prefeitura Municipal de Chapadão do Sul

AVISO
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 182/2023
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 018/2023
REGISTRO DE PREÇO 014/2023
O **MUNICÍPIO DE CHAPADÃO DO SUL**, Estado de Mato Grosso do Sul, por intermédio do Pregoeiro designado através da Portaria nº 524/2022, torna público aos interessados, que promoverá Licitação na modalidade **PREGÃO ELETRÔNICO**, do tipo "**Menor Preço Por Item**", visando a futura aquisição de materiais de expediente em atendimentos aos fundos (cultura, direitos do idoso, assistência social e saúde) e Secretarias Municipais.
Data do Credenciamento, e Realização do Pregão: O recebimento das propostas de preços e habilitação ocorrerão no dia **03 de março de 2023, às 09:00 (nove) horas (BR)**, através do site bll.org.br
Na hipótese de ocorrer feriado ou outros fatos impeditivos, que impeça a realização da sessão pública, fica a mesma adiada para o primeiro dia útil que se seguir, no mesmo local e horário.
Retirada do Edital: O Edital poderá ser retirado junto ao Departamento de Licitações, pelo e-mail licita.chapadao@outlook.com ou pela página do Portal da Transparência, através do link "Editais de licitação" através do endereço http://www.chapadaodosul.ms.gov.br/transparencia.

Chapadão do Sul/MS, em 17 de março de 2023.

Murillo Vargas Lunardi
Pregoeiro Oficial
Portaria 010/2022

Prefeitura Municipal de Corumbá

EXTRATO DA CARTA CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 010/2023SEMED – CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NO FORNECIMENTO DE ALIMENTAÇÃO PREPARADA
Processo: 2.076/2023
Partes: Secretaria Municipal de Educação e MALO ALIMENTAÇÃO E SERVIÇOS LTDA - EPP.
Cláusula Primeira: Contratação de empresa para fornecimento de alimentação preparada para atender as demandas das secretarias, fundações e agências da Prefeitura municipal de Corumbá.
Dotação Orçamentária:
24.00 – SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
24.92 – FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
24.92.12.361.0101.2494 – GERENCIAMENTO DO SISTEMA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
33.90.39 – SERVIÇO DE TERCEIROS – PESSOA JURÍDICA.
Vigência: 12 (doze) meses
Data da Assinatura: 16/02/2023
Assinam: Sr. GENILSON CANAVARRO DE ABREU – SECRETÁRIO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO e a MALO ALIMENTAÇÃO E SERVIÇOS LTDA – EPP.

Extrato do sexto termo Aditivo ao Contrato Administrativo N° 06/2019 – Processo n° 37.775/2018.
Partes: Município de Corumbá, através da Secretaria Municipal de Assistência Social e Cidadania e S.H Informática Ltda.
CLÁUSULA PRIMEIRA: Fica renovado o Contrato administrativo n° 06/2019 por mais 12 (doze) meses, contados a partir do encerramento do prazo estipulado anteriormente, conforme justificativa e documentos apresentados nos autos do processo n° 37.775/2018 – pregão presencial n° 06/2019, ratificadas pelo ordenador de despesa, as quais se considerarão parte integrante deste instrumento.
CLÁUSULA SEGUNDA: O presente contrato subordina-se ás normas da lei n° 8.666/93 e da lei n° 10.520, de 17 de julho de 2002.
Data: 08 de março de 2023.
Assinam: Amanda Cristiane Balancieri Iunes – Secretária Municipal de Assistência Social e Cidadania e S.H Informática Ltda.

Extrato da CARTA CONTRATO Nº 008/2023- PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 6110/2023
PREGÃO ELETRÔNICO: 09/2022- ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N° 002/2022/SEGEPLAN
CONTRATANTE: FUNDAÇÃO DE ESPORTES DE CORUMBÁ
CNPJ: 02.018.562/0001-98
CONTRATADA: N.COSTA HORTIGRANJEIROS ME
ENDEREÇO: RUA: PORTO CARREIRO N° 798 – CENTRO,CORUMBÁ/MS.
CNPJ:73.721.425/0001-63
CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO: O objeto da presente licitação é o Registro de preço para eventual aquisição de água mineral,gelo e insumos alimentícios (café e açúcar),para atender as demandas das secretárias,fundações e agências da Prefeitura Municipal de Corumbá,conforme condições,quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e seus anexos por um período de 03(três) meses.

CLAUSULA SEGUNDA – DA ENTREGA E RECEBIMENTO DOS MATERIAIS/SERVIÇOS: As entregas serão realizadas em horário designado pela Gerência Administrativa e Financeira–GAF, de cada órgão participante,conforme endereços apresentados
CLÁUSULA TERCEIRA – DO PAGAMENTO: O pagamento, decorrente do fornecimento do objeto desta licitação, será efetuado mediante crédito em conta corrente, no prazo de até 30 (trinta) dias, após a entrega, e após o recebimento definitivo, após a apresentação da respectiva documentação fiscal, devidamente atestada pelo setor competente, conforme dispõe o art. 40, inciso XIV, alínea "a", combinado com o art. 40, inciso XIV, alínea "a"combinado com o art.73,inciso II,alínea "b", da Lei n° 8.666/93 e alterações.
CLÁUSULA QUARTA– DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS: As despesas decorrentes da aquisição correrão da seguinte dotação orçamentária vigente:
27.00 - Secretaria Municipal de Governo
27.84 – Fundação de Esportes de Corumbá
27.812.0101.4170 – Gerenciamento Fundação de Esportes de Corumbá
33.90.30.00 – Material de Consumo – Pessoa Jurídica
CLÁUSULA QUINTA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA
Os direitos e responsabilidades das partes, as sanções cabíveis e as hipóteses de rescisão são constantes da Ata de Registro de Preço n° 002/2022/SEGEPLAN e do Edital Pregão Eletrônico n° 09/2022.
Corumbá / MS, 16 de março de 2023.
Assinam: Luciano Silva de Oliveira – Fundação de Esportes de Corumbá e N.COSTA HORTIGRANJEIROS ME .

Extrato da CARTA CONTRATO Nº 010/2023- PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 6131/2023
PREGÃO ELETRÔNICO: 09/2022- ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N° 002/2022/SEGEPLAN
CONTRATANTE: FUNDAÇÃO DE ESPORTES DE CORUMBÁ
CNPJ: 02.018.562/0001-98
CONTRATADA: KPS COMERCIO DE ALIMENTOS E SERVIÇOS LTDA
ENDEREÇO: RUA: DONA TERESA CRISTINA ,553-CORONEL ANTONINO – CENTRO,CAMPO GRANDE/MS.
CNPJ:27.024.068/0001-67
CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO: O objeto da presente licitação é o Registro de preço para eventual aquisição de água mineral,gelo e insumos alimentícios (café e açúcar),para atender as demandas das secretárias,fundações e agências da Prefeitura Municipal de Corumbá,conforme condições,quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e seus anexos por um período de 03(três) meses.
CLAUSULA SEGUNDA – DA ENTREGA E RECEBIMENTO DOS MATERIAIS/SERVIÇOS: As entregas serão realizadas em horário designado pela Gerência Administrativa e Financeira–GAF, de cada órgão participante,conforme endereços apresentados
CLÁUSULA TERCEIRA – DO PAGAMENTO: O pagamento, decorrente do fornecimento do objeto desta licitação, será efetuado mediante crédito em conta corrente, no prazo de até 30 (trinta) dias, após a entrega, e após o recebimento definitivo, após a apresentação da respectiva documentação fiscal, devidamente atestada pelo setor competente, conforme dispõe o art. 40, inciso XIV, alínea "a", combinado com o art. 40, inciso XIV, alínea "a"combinado com o art.73,inciso II,alínea "b", da Lei n° 8.666/93 e alterações.
CLÁUSULA QUARTA– DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS: As despesas decorrentes da aquisição correrão da seguinte dotação orçamentária vigente:
27.00 - Secretaria Municipal de Governo
27.84 – Fundação de Esportes de Corumbá
27.812.0101.4170 – Gerenciamento Fundação de Esportes de Corumbá
33.90.30.00 – Material de Consumo – Pessoa Jurídica
CLÁUSULA QUINTA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA
Os direitos e responsabilidades das partes, as sanções cabíveis e as hipóteses de rescisão são constantes da Ata de Registro de Preço n° 002/2022/SEGEPLAN e do Edital Pregão Eletrônico n° 09/2022.
Corumbá / MS, 16 de março de 2023.
Assinam: Luciano Silva de Oliveira – Fundação de Esportes de Corumbá e a empresa KPS COMERCIO DE ALIMENTOS E SERVIÇOS LTDA .

TERMO DE PARALISAÇÃO
Contrato Administrativo: 059/2022 SEMED - Processo: 12.054/2019.
OBJETO: Contratação de empresa para execução de reforma e manutenção na Escola Municipal Rural – Escola Carlos Cárcano, no Município de Corumbá.
O Município de Corumbá-MS, pessoa jurídica de direito público interno, estabelecida à Rua Gabriel Vandoni de Barros n° 01, Bairro Dom Bosco, inscrita no CNPJ 03.330.461/0001-10, DECLARA A PARALISAÇÃO DA EXECUÇÃO DE OBRA/SERVIÇOS DE CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA EXECUÇÃO DE REFORMA E MANUTENÇÃO NA ESCOLA MUNICIPAL RURAL – ESCOLA CARLOS CÁRCANO, NO MUNICÍPIO DE CORUMBÁ.
Por ordem e interesse desta administração, a execução dos serviços objeto do Contrato supra mencionado, deverão ser paralisados, conforme justificativa às fls. 1.588-1.591 obedecendo-se os limites previstos na Lei nº 8.666/93 e suas alterações posteriores.
Os serviços deverão ser retomados normalmente após interesse da Municipalidade.
Data da Assinatura: 08/03/2023.
Assinam: Gabriella da Cunha carneiro – Secretária Municipal Adjunta de Infraestrutura e Serviços Públicos.

Extrato do CONTRATO n° 005/2023/FUNEC – Processo Administrativo 4808/2023
Pregão Eletrônico nº 119/2022 – Processo Licitatório nº 285/2022/SEGEPLAN – ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 07/2022/SEGEPLAN – Processo Executor nº 4808/2023/FUNEC – FUNDAÇÃO DE ESPORTES DE CORUMBÁ e a EMPRESA STS COMÉRCIO VAREJISTA LTDA – CNPJ: 14.559.760/0001-4812.706.257/0001-42
Objeto: Referente a execução da Ata de Registro de Preços n° 007/2022/SEGEPLAN para Aquisição de Materiais Permanentes (tipo PURIFICADOR DE AGUA, ESTRADO, LAVADORA DE ALTA PRESSÃO, PARAFUSADEIRA E FURADEIRA, ROÇADEIRA E VENTILADOR DE TETO) para atender a Fundação de Esportes de Corumbá.
VALOR: R$ 10.623,79 (Dez mil e seiscentos e vinte e três reais e setenta e nove centavos) conforme Processo Nº 4808/2023 e Notas de empenhos n° 103, 104, 105 e 106/2023
PRAZO DE ENTREGA: A entrega será de forma parcelada e deverá ocorrer em até 30 (trinta) dias a contar do recebimento da Autorização de fornecimento emitida pela Fundação de Esportes de Corumbá e encaminhada ao Fornecedor.
PRAZO DE VIGÊNCIA: O prazo de vigência de 06 (seis) meses, contados da sua assinatura.
DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: 02.27.84.812.0101.4170– Gerenciamento da Fundação de Esportes de Corumbá – 44.90.52.34 – Máquinas, Utensílios e Equipamentos Diversos/ 44.90.52.40 – Máquinas e Equipamentos Agrícolas e Rodoviários / 44.90.52.12 – Aparelhos e Utensílios Domésticos / 33.90.30.99 – Outros Materiais de Consumo.
DESIGNAÇÃO DE GERENCIAMENTO: Fica designado o servidor CARLOS HENRIQUE DE SIQUEIRA, Matrícula nº 7.345-3, para responder como fiscal e a servidora GABRIELA FIGUEIREDO DUARTE, Matrícula nº 10.432-3, para responder como gestor deste contrato em atendimento ao artigo 67 da Lei 8.666/93.
Base Legal: Lei n° 8.666/93 e suas alterações posteriores.
Foro: Comarca de Corumbá - MS
Data da Assinatura: 14/03/2023.
Assinam: LUCIANO SILVA DE OLIVEIRA – Diretor Presidente da Fundação de Esportes de Corumbá e a Empresa STS COMÉRCIO VAREJISTA LTDA

EXTRATO DO PRIMEIRO TERMO ADITIVO À CARTA CONTRATO Nº 19/2022 SMS
Parte: Secretaria Municipal de Saúde e a empresa Cientifica Medica Hospitalar Ltda
Pelo presente instrumento de 1º Aditivo Contratual, o MUNICÍPIO DE CORUMBÁ, através da SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE, representada por sua Secretária, BEATRIZ SILVA ASSAD, e a empresa CIENTIFICA MÉDICA HOSPITALAR LTDA já qualificada anteriormente nos autos, anuem aditar o contrato entre eles firmado, nos seguintes termos:
CLÁUSULA PRIMEIRA (Do Objeto): Constitui objeto do presente instrumento a alteração quantitativa da Carta Contrato nº 19/2022, relativo ao processo nº 7694/2022, com fundamento no inciso I, alínea "b" do art. 65, c/c art. 58, inciso I, da Lei nº 8.666/93, para melhor adequação às finalidades de interesse público.
PARÁGRAFO PRIMEIRO: O contrato ora aditado passa a ter o seguinte quantitativo total: 500 (quinhentas) unidades.
PARÁGRAFO SEGUNDO: A alteração ora firmada resultará no decréscimo do objeto contratual, no percentual de 90% (noventa por cento) do valor inicial atualizado do contrato, na forma do § 1º, do art. 65, da Lei nº 8.666/93.
CLÁUSULA SEGUNDA (Do Valor do Contrato): Em razão da supressão do objeto firmada neste Termo Aditivo, correspondente a R$ 10.800,00 (Dez mil e oitocentos reais), totaliza o contrato o valor total de R$ 1.200,00 (Um mil e duzentos reais).
CLÁUSULA TERCEIRA (Ratificação): As partes contratantes ratificam as demais cláusulas e condições estabelecidas pelo instrumento contratual, não alteradas pelo presente Termo Aditivo.
Por estarem justos e acordados, assinam o presente em 03(três) vias na presença de duas testemunhas que a tudo assistiram e também o assinam.
DATA DE ASSINATURA: Corumbá-MS, 13 de Março de 2023.
Assinam: Beatriz Silva Assad – Secretária Municipal de Saúde e a Empresa CIENTIFICA MEDICA HOSPITALAR LTDA

1° TERMO DE APOSTILA AO CONTRATO ADMINISTRATIVO N° 002/2021 - SMDES
Pelo presente instrumento de Apostilamento, o Município de Corumbá (MS), através da SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO ECONOMICO E SUSTENTAVEL, representada por seu titular, CASSIO AUGUSTO DA COSTA MARQUES, com base na solicitação da contratada de fl. 1.77/1.092 e do Parecer Jurídico n° 25/2023, fls. 1.186/1.192, conforme cálculo apresentado pelo engenheiro civil Feliphe Marques Sampaio, fls.1.213/1.214, cujos os documentos integram este apostilamento, com fulcro nas disposições do art. 65 § 8º da Lei n° 8.666/93, RESOLVE apostilar o contrato administrativo n° 002/2021, Processo n°35.654/2019, com a finalidade de promover o reajuste contratual.
Assim, o presente apostilamento visa reajustar o valor do contrato, no índice INCC de agosto/2020, correspondente a 16,68% (dezesseis vírgula sessenta e oito por cento), referente ao período de agosto de 2020 a agosto 2021, no valor de R$ 81.756,64 (oitenta e um mil, setecentos e cinqüenta e seis reais e sessenta e quatro centavos).
Entretanto, considerando a necessidade de realizar a compensação financeira do valor de R$ 29.368,97 (vinte e nove mil, trezentos e sessenta e oito reais e noventa e sete centavos) referente ao BDI pago erroneamente, conforme cálculo de fl.1.111.
Dessa forma, o valor devido a ser apostilado e pago á contratada é de R$ 52.387,67 (cinqüenta e dois mil trezentos e oitenta e sete reais e sessenta e sete centavos) após a subtração do valor devido de compensação
Corumbá-MS, 14 de Março de 2023.
CÁSSIO AUGUSTO DA COSTA MARQUES - SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO ECONOMICO E SUSTENTAVEL

QUARTO TERMO ADITIVO
Processo nº. 17365/2020. Contrato Administrativo nº. 019/2020. Concorrência Publica nº. 07/2020. Contratada: Equipe Engenharia Ltda – CNPJ: 82.595.174/0001-09. Contratante: Município de Corumbá/Secretaria Municipal de Infraestrutura e Serviços Públicos.
Objeto – Contratação de empresa de engenharia para execução de obras/serviços para implantação de pavimentação e drenagem em diversas ruas nos bairros Nova Corumbá, Jardim Guanabara, Planalto, Jardinzinho e Industrial no Município de Corumbá/MS.
Cláusula Primeira – O objetivo do presente aditivo contratual é a alteração quantitativa (reprogramação) divididos nos seguintes itens:
a- O acréscimo de 4,03% (quatro vírgula três por cento) do valor total contratado correspondente ao montante de R$ 527.278,88 (quinhentos e vinte e sete mil, duzentos e setenta e oito reais e oito e oito centavos);
b- E supressão de 4,99% (quatro vírgula noventa e nove por cento) do valor total contratado correspondente ao montante de R$ 653.889,90 (seiscentos e cinquenta e três mil, oitocentos e oitenta e nove reais e noventa centavos) respeitando os termos do § 1º, do art.65 da Lei nº 8.666/93;
c- O valor final do contrato com a reprogramação passará a ser de R$ 12.966.545,61 (doze milhões, novecentos e sessenta e seis mil, quinhentos e quarenta e cinco reais e sessenta e um centavos), conforme justificativa técnica de reprogramação apresentada pelo Fiscal do contrato, fls. 1935-1937, sendo necessária a supressão de 0,96 % (zero vírgula noventa e seis por cento) correspondente ao montante de R$ 126.611,03 (cento e vinte e seis mil, seiscentos e onze reais e três centavos).
Cláusula Segunda – As partes ora contratantes ratificam, em todos os seus termos, as demais cláusulas do contrato ora aditado, obrigando-se a respeitá-las.
Cláusula Terceira: O presente Termo Aditivo Contratual tem por base legal a Lei nº. 8.666/93 e suas alterações posteriores.
Data da Assinatura: 06/03/2023.
Assina: Gabriella da Cunha Carneiro – Secretária Adjunta de Infraestrutura e Serviços Públicos / Empresa Equipe Engenharia Ltda.

Extrato de Termo de Ratificação de Inexigibilidade
O Município de Corumbá-MS, através da Secretaria Municipal de Governo, comunica aos interessados que RATIFICA a inexigibilidade do Chamamento Público para o processo 6575/2023. Transferência de recursos públicos á título de subvenção a Associação do Centro de Equoterapia Odilza Miranda de Barros, referente ao Projeto "Realizando com Carinho", no valor de R$230.088,00 (Duzentos e trinta mil e oitenta e oito reais) aprovado em Ata Nº 01/2023 de 17 de fevereiro de 2023 pelo Comitê Gestor do FMIS, haja vista que mesmo é inexigível nos termos do art. 31, inciso II da Lei Federal nº 13.019, de 31 de julho de 2014 e art. 38 do Decreto Municipal nº 1.764/2017, inciso II de 06 de março de 2017, conforme depreende dos autos do processo em epígrafe.
Corumbá-MS , 16 de março de 2023
Luiz Antonio da Silva– Secretário Municipal de Governo - Portaria "P" nº368, de 1º de julho de 2021.

Extrato de Termo de Ratificação de Inexigibilidade
O Município de Corumbá-MS, através da Secretaria Municipal de Governo, comunica aos interessados que RATIFICA a inexigibilidade do Chamamento Público para o processo 6640/2023. Transferência de recursos públicos á título de subvenção ao INSTITUTO MOINHO CULTURAL SUL-AMERICANO, referente ao Projeto "Transformando Vidas com Educação e Arte", no valor de R$150.000,00 (CENTO E CINQUENTA MIL REAIS) aprovado em Ata Nº 01/2023 de 17 de fevereiro de 2023 pelo Comitê Gestor do FMIS, haja vista que mesmo é inexigível nos termos do art. 31, inciso II da Lei Federal nº 13.019, de 31 de julho de 2014 e art. 38 do Decreto Municipal nº 1.764/2017, inciso II de 06 de março de 2017, conforme depreende dos autos do processo em epígrafe.
Corumbá-MS , 16 de março de 2023
Luiz Antonio da Silva– Secretário Municipal de Governo - Portaria "P" nº368, de 1º de julho de 2021.

AVISO DO QUARTO ADENDO AO CREDENCIAMENTO Nº 04/2021/SMS
O Município de Corumbá – MS, torna público o quarto adendo ao edital de credenciamento 04/2021/SMS, Processo 2831/2021 de credenciamento de pessoas físicas ou jurídicas para prestação de serviços de plantões médicos na rede de urgência e emergência, com base no item 13.1.2 que a Secretaria Municipal poderá alterar o edital no todo ou em parte, por conveniência administrativa e interesse público, bem como o Decreto Municipal 2897 de 04 de janeiro de 2023, é que se altera o seguinte:
1.2. Plantões Médicos:

Descrição	Quantidade de horas	Quantidade de plantão	Valor total
PRONTO SOCORRO MATUTINO – Segunda a Domingo 7 às 13 hs (1º Plantonista)*	768	128	R$ 96.000,00
PRONTO SOCORRO MATUTINO – Segunda a Domingo 7 às 13 hs (2º Plantonista)*	2160	360	R$ 270.000,00
PRONTO SOCORRO VESPERTINO – Segunda a Domingo 13 às 19 hs (1º Plantonista)	768	128	R$ 96.000,00

PRONTO SOCORRO VESPERTINO – Segunda a Domingo 13 às 19 hs (2º Plantonista)	2160	360	R$ 270.000,00
PRONTO SOCORRO NOTURNO – Segunda a Domingo 19 às 7 hs (1º Plantonista)	4320	360	R$ 540.000,00
PRONTO SOCORRO NOTURNO – Segunda a Domingo 19 às 7 hs (2º Plantonista)	4320	360	R$ 540.000,00
UPA MATUTINO – Segunda a Domingo 7 às 13 hs	1920	320	R$ 240.000,00
UPA VESPERTINO – Segunda a Domingo 13 às 19 hs	1920	320	R$ 240.000,00
UPA NOTURNO – Segunda a Domingo 19 às 7 hs (1º Plantonista)	4320	360	R$ 540.000,00
UPA NOTURNO – Segunda a Domingo 19 às 7 hs (2º Plantonista)	4320	360	R$ 540.000,00
SAMU diurno – Segunda a Domingo 7 às 13 hs	1680	280	R$ 210.000,00
SAMU diurno – Segunda a Domingo 13 às 19 hs	1680	280	R$210.000,00
SAMU Noturno – Segunda a Domingo 19 às 7 hs	4320	360	R$ 540.000,00
VALOR ESTIMADO TOTAL			R$ 4.332.000

Código	Descrição	Valor Hora Plantão	Quantidade Total de Horas	Valor Estimado Total
	Hora Plantão	R$ 125,00	34656	R$ 4.332.000

O Edital encontra-se aberto e a disposição dos interessados na Superintendência de Suprimentos e Serviços da Secretaria Municipal de Finanças e Gestão, na Prefeitura Municipal de Corumbá/MS, ou no site www.corumba.ms.gov.br ou licitaçoescorumba@bol.com.br.
As demais disposições permanecem inalteradas.
Órgão: Secretaria Municipal de Saúde
Corumbá / MS, 13 de abril de 2023

Termo de Ratificação de Inexigibilidade
O Município de Corumbá-MS, através da Secretaria Municipal de Governo, comunica aos interessados que RATIFICA a inexigibilidade do Chamamento Público para o processo 5259/2023. Transferência de recursos públicos á título de subvenção a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais – Apae de acordo com a Lei municipal 1.261/92, no valor de R$ 25.006,44 (vinte e cinco mil e seis reais e quarenta e quatro centavos), haja vista que o mesmo é inexigível nos termos do art. 31, inciso II da Lei Federal nº 13.019, de 31 de julho de 2014 e art. 38 do Decreto Municipal nº 1.764/2017, inciso II de 06 de março de 2017, conforme depreende dos autos do processo em epígrafe.
Corumbá-MS 17 de março de 2023.
Luiz Antonio da Silva– Secretário Municipal de Governo - Portaria "P" nº368, de 1º de julho de 2021.

QUINTO TERMO ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO N° 55/2018 - SMS
Processo – 232.055/2017.
Partes–Município de Corumbá por meio da Secretaria Municipal de Saúde e a GOMES & AZEVEDO LTDA - EPP.
Cláusula Primeira – O Objeto do presente termo aditivo tendo como objeto a prorrogação dos prazos de execução do Contrato Administrativo de n° 055/2018 SMS por 120 (cento e vinte) dias, e de vigência contratual por 60 (sessenta) dias sem reflexo financeiro, desde que mantidas as demais cláusulas do contrato e assegurada a manutenção de seu equilíbrio econômico-financeiro, remetendo – se os autos para que o ordenador de despesas efetue sua análise e , usando do seu poder discricionário, autorize a prorrogação do prazo contratual conforme proposto.
Cláusula Segunda – as partes ora contratantes ratificam, em todos os termos, as demais cláusulas do contrato ora aditado obrigando – se a respeitá-las.
Cláusula Terceira – O presente termo aditivo contratual tem por base legal a lei n° 8.666/93 e suas alterações posteriores.
Data da Assinatura: 14/03/2023.
Assinam: MARILUCE GONÇALVES LEÃO – SECRETÁRIA ADJUNTA DE SAÚDE/Empresa GOMES & AZEVEDO LTDA - EPP.

Prefeitura Municipal de Dourados

AVISO DE LICITAÇÃO
PROCESSO Nº 015/2023
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 016/2023

A Secretaria Municipal de Administração torna público a realização da licitação em epígrafe, destinada exclusivamente à participação de Microempresa, Empresa de Pequeno Porte e Microempreendedor Individual, tendo por objeto a

"f**ormalização de ata de registro de preços visando a eventual aquisição de aparelhos, equipamentos e utensílios médico hospitalar, em atendimento à Atenção Especializada, Atenção Básica e Serviço de Atendimento Móvel de Urgência (SAMU).**", tipo "Menor Preço" por item. Recebimento das Propostas: Das 09h do dia 21/03/2023 às 09h do dia 03/04/2023. Abertura e Julgamento das Propostas: **Às 09h do dia 03/04/2023**. Início da Sessão de Disputa: Às 09h15min do dia 03/04/2023. Local: Portal Bolsa de Licitações do Brasil-BLL "**bllcompras.com/home/login**". Para todas as referências de tempo será observado o horário de Brasília (DF). O edital pode ser consultado nos seguintes endereços eletrônicos: "bllcompras.com/Process/ProcessSearchPublic?param1=1" e "cidadao.dourados.ms.gov.br/index.php?class=SemadLicitacaoPublicView"; ou diretamente, no Departamento de Licitação, localizado no Bloco "F" do Centro Administrativo Municipal-CAM, sito na Rua Coronel Ponciano, nº 1.700, Parque dos Jequitibás, na cidade de Dourados-MS. Informações adicionais pelo telefone (0XX67) 3411-7755 ou pelo e-mail "pregao@dourados.ms.gov.br".

Dourados-MS, 17 de março de 2023.

Vander Soares Matoso
Secretário Municipal de Administração

Prefeitura Municipal de Itaporã

INSTRUMENTO DE CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 005/2022
AVISO DE CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 005/2022

O Município de Itaporã-MS, por meio da Gerência Municipal de Saúde, torna público, conforme publicações realizadas no Diário Oficial do Município, em jornal de grande circulação do Estado e em via eletrônica, para conhecimento dos interessados que está disponível no sítio eletrônico www.itapora.ms.gov.br, no link da transparência o Instrumento de CHAMAMENTO PÚBLICO n.º 005/2022, tipo Técnica e Preço, destinado à seleção de organização social para firmar Contrato de Gestão, cujo objeto é a CONTRATAÇÃO DE ORGANIZAÇÃO SOCIAL COM CEBAS PARA CELEBRAR CONTRATO DE GESTÃO COM O OBJETIVO DE GERENCIAR, OPERACOINALIZAR E EXECUTAR AS AÇÕES E SERVIÇOS DE SAÚDE NO HOSPITAL MUNICIPAL LOURIVAL NASCIMENTO DA SILVA, conforme especificado neste Instrumento e seus Anexos, estando o presente chamamento e a consequente parceria em conformidade com a Lei Federal n.º 9.637/1998, a Lei Municipal n.º 2.643/2022, subsidiariamente, a Lei Federal n.º 8.666/1993 e suas alterações, atendendo ao seguinte cronograma: 1- Divulgação do Chamamento Público na data de 20 de março de 2023; 2- Prazo máximo para Pedidos de Esclarecimentos na data de 19 de abril de 2023; 3- Entrega dos Envelopes na data de 21 de abril 2023 as 8:00 horas. As sessões públicas relativas ao presente Chamamento Público serão realizadas na sede da Prefeitura Municipal de Itaporã-MS, situada na Rua Duque de Caxias, nº 250, Centro, CEP: 79.890-000, Itaporã-MS – Fone (67) 3451-1999. O Contrato de Gestão a ser firmado entre o Município de Itaporã-MS, por meio da Gerência Municipal de Saúde e a organização social selecionada terá vigência de 60 (sessenta) meses contados a partir da assinatura do Contrato de Gestão, podendo ser prorrogado por interesse das partes, nos termos do artigo 13 da Lei Municipal nº 2.643/2022.
Itaporã-MS, 20 de março de 2023.
Dogmar Angelo Petek - Gerente Municipal de Saúde

Prefeitura Municipal de Ivinhema

RESULTADO DE LICITAÇÃO.PROCESSO LICITATÓRIO Nº 024/2023.PREGÃO PRESENCIAL Nº 012/2023.O Município de Ivinhema-MS, através de seu Pregoeiro e Equipe de Apoio, **TORNA PÚBLICO** o resultado do processo supra.**OBJETO:** Contratação de Empresa para a seleção e registro dos menores preços para o eventual Fornecimento de Refeições (comercial, comercial noturno, rodízio e marmitex), de forma parcelada, visando atender a demanda de diversas Secretaria do Município de Ivinhema-MS, conforme Termo de Referência e conforme especificações e condições constantes do Edital e seus anexos.**EMPRESAS CLASSIFICADAS: SANTOS & ARANHA LTDA-ME,** vencedor dos itens: 01, 02, 03, 04, no valor de R$ 274.529,90 (duzentos e setenta e quatro mil, quinhentos e vinte e nove reais e noventa centavos).Ivinhema-MS, 17 de Março de 2023.**Jacimara Zanesco Crivelaro**"Pregoeira".Homologa o Resultado Adjudicado pela pregoeira.**Juliano Ferro Barros Donato**"Prefeito"

Prefeitura Municipal de Jardim

AVISO DE LICITAÇÃO - PROCESSO ADMINISTRATIVO N° 051/2023 - TOMADA DE PREÇOS Nº 03/2023. Objeto: Contratação de empresa especializada para execução de obra de pavimentação asfáltica e drenagem de águas pluviais em vias urbanas do município de Jardim/MS, conforme Contrato de Repasse nº 923771/2021/MDR/CAIXA – Operação nº 1081419-24/2020, celebrado entre a União, por intermédio do Ministério do Desenvolvimento Regional, representado pela Caixa Econômica Federal e o Município de Jardim-MS. LEGISLAÇÃO: Lei Federal nº 8.666/93 e alterações, Lei Complementar nº 123/2006 atualizada pela 147/2014. DATA DA SESSÃO PÚBLICA: 19 de abril de 2023 às 08h00min. LOCAL DA REALIZAÇÃO DA SESSÃO PÚBLICA: Sala de Licitações da Prefeitura Municipal, Rua Cel. Juvêncio, 547, Centro, Jardim/MS. EDITAL NA ÍNTEGRA: O edital encontra-se disponível para retirada na internet, no site: http://www.jardim.ms.gov.br/licitacao/. Jardim-MS, 16 de março de 2023. Rozeli Alves Fernandes - Secretária Municipal de Administração.
AVISO DE LICITAÇÃO - PROCESSO ADMINISTRATIVO N° 049/2023 - TOMADA DE PREÇOS Nº 01/2023

- Objeto: Contratação de empresa especializada para execução de obra de pavimentação asfáltica e drenagem de águas pluviais em vias urbanas do município de Jardim/MS, conforme Contrato de Repasse nº 923213/2021/MDR/CAIXA – Operação nº 1081303-64/2020, celebrado entre a União, por intermédio do Ministério do Desenvolvimento Regional, representado pela Caixa Econômica Federal e o Município de Jardim-MS. LEGISLAÇÃO: Lei Federal nº 8.666/93 e alterações, Lei Complementar nº 123/2006 atualizada pela 147/2014. DATA DA SESSÃO PÚBLICA: 17 de abril de 2023 às 08h00min. LOCAL DA REALIZAÇÃO DA SESSÃO PÚBLICA: Sala de Licitações da Prefeitura Municipal, Rua Cel. Juvêncio, 547, Centro, Jardim/MS. EDITAL NA ÍNTEGRA: O edital encontra-se disponível para retirada na internet, no site: http://www.jardim.ms.gov.br/licitacao/. Jardim-MS, 16 de março de 2023. Rozeli Alves Fernandes - Secretária Municipal de Administração.

AVISO DE LICITAÇÃO - PROCESSO ADMINISTRATIVO N° 050/2023-TOMADA DE PREÇOS Nº 02/2023.
Objeto: Contratação de empresa especializada para execução de obra de pavimentação asfáltica e drenagem de águas pluviais no Bairro Jardim São Francisco no município de Jardim/MS, conforme Contrato de Repasse nº 914204/2021/MDR/CAIXA – Operação nº 1075552-64/2020, celebrado entre a União, por intermédio do Ministério do Desenvolvimento Regional, representado pela Caixa Econômica Federal e o Município de Jardim-MS. LEGISLAÇÃO: Lei Federal nº 8.666/93 e alterações, Lei Complementar nº 123/2006 atualizada pela 147/2014. DATA DA SESSÃO PÚBLICA: 18 de abril de 2023 às 08h00min. LOCAL DA REALIZAÇÃO DA SESSÃO PÚBLICA: Sala de Licitações da Prefeitura Municipal, Rua Cel. Juvêncio, 547, Centro, Jardim/MS. EDITAL NA ÍNTEGRA: O edital encontra-se disponível para retirada na internet, no site: http://www.jardim.ms.gov.br/licitacao/. Jardim-MS, 16 de março de 2023. Rozeli Alves Fernandes - Secretária Municipal de Administração.

Prefeitura Municipal de Jaraguari

AVISO DE JULGAMENTO E RESULTADO DO PREGÃO ELETRÔNICO DE N° 21/2022
Objeto: **Contratação de empresa especializada na prestação de serviços de gerenciamento de despesas de manutenção preventiva e /ou corretiva de veículos leves, utilitários e pesados da Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esporte, envolvendo o fornecimento de peças e acessórios, serviços de borracharia em geral, reforma, serviços de mecânica em geral, funilaria, pintura, elétrica, ar-condicionado, alinhamento de direção, balanceamento, revisão geral, serviço de guincho, lava-jato, compra e troca de pneus.**
A Srª. Pregoeira e sua Equipe de Apoio, aos 17 (décimo sétimo) dia do mês de março de 2023, DECLARAM vencedora da licitação do Processo Administrativo de n°. 925/2022, Processo Administrativo Licitatório de n°. 73/2022. Empresa vencedora: **LINK CARD ADMINISTRADORA DE BENEFICIOS LTDA**, inscrita no CNPJ sob o n°. **12.039.966/0001-11**, no valor global de **R$ 709.900,00 (setecentos e nove mil novecentos reais),** com **TAXA DE ADMINISTRAÇÃO** de – 29,01% (vinte e nove vírgula zero um negativo)**.** Adjudicado pela pregoeira Luciana Almada Serrano em: 16/03/2023.

LUCIANA ALMADA SERRANO
Pregoeira

Prefeitura Municipal de Jateí

AVISO DE ANULAÇÃO DE LICITAÇÃO
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 014/2023
PREGÃO PRESENCIAL N° 007/2023
OBJETO: Aquisição de produtos de limpeza, por meio de ata de registro de preços, levando em consideração a necessidade da Prefeitura Municipal de Jateí/MS.
O Município de Jateí/MS torna público a **ANULAÇÃO** do Pregão Presencial nº 007/2023, referente ao Processo Administrativo nº 014/2023. As razões da anulação e mais informações estão disponíveis aos interessados na Gerência Municipal de Licitações e Aquisições Governamentais, na Avenida Bernadete Santos Leite, nº 382, Centro (Paço Municipal), Jateí/MS, pelo telefone (67) 3465-1134, pelo e-mail: licitacaojatei@gmail.com, no horário das 07:00h às 13:00h, e pelo endereço eletrônico: www.jatei.ms.gov.br.
Jateí/MS, 17 de março de 2023.

ERALDO JORGE LEITE
Prefeito Municipal

Prefeitura Municipal de Laguna Carapã

RESULTADO DE LICITAÇÃO
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 037/2023
TOMADA DE PREÇOS Nº 004/2023
O MUNICÍPIO DE LAGUNA CARAPÃ - MS, por intermédio da Comissão Permanente de Licitação, torna público o resultado do processo supra.
OBJETO: Contratação de empresa especializada no ramo de engenharia para execução de reforma do Parque de Exposições "Colorindo Pezzarico", localizado no prolongamento da Avenida Brasil, MS 379, 1,2KM, no Município

de Laguna Carapã/MS.
EMPRESA CLASSIFICADA: ENGENHASUL PROJETOS E CONSTRUÇÕES LTDA, no valor total de R$ 321.307,86 (trezentos e vinte e um mil, trezentos e sete reais e oitenta e seis centavos).
Laguna Carapã – MS, 17 de março de 2023.
LUIS EDUARDO TELES MATEUS - Presidente C. P. L.

AVISO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 037/2023
TOMADA DE PREÇOS Nº 004/2023
Com base nas informações constantes do Processo Administrativo nº 037/2023, referente à licitação modalidade Tomada de Preços nº 004/2023, **HOMOLOGO** o procedimento licitatório e **ADJUDICO** em favor da empresa ENGENHASUL PROJETOS E CONSTRUÇÕES LTDA, no valor total de R$ 321.307,86 (trezentos e vinte e um mil, trezentos e sete reais e oitenta e seis centavos). Fica a empresa acima citada convocada para a assinatura do contrato no prazo de 03 (três) dias consecutivos, a contar da data da publicação, nos termos do art. 64, caput, do citado diploma legal, sob as penalidades da lei.
Laguna Carapã – MS, 17 de março de 2023.
MARINO PEZZARICO - SECRETÁRIO MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA - ORDENADOR DE DESPESAS - DECRETO MUNICIPAL Nº 018/2023.

Prefeitura Municipal de Miranda

AVISO DE HOMOLOGAÇÃO
TOMADA DE PREÇOS Nº 001/2023
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 002/2023
Comunico a HOMOLOGAÇÃO, referente à licitação na modalidade Tomada de Preços nº 001/2023, fica convocada o representante da empresa: L M A MAJID BEIRAT CONSTRUTORA E EMPREENDIMENTOS LTDA – CNPJ: 24.205.885/0001-23, cujo objeto é a contratação de empresa do ramo de engenharia, para obra de construção do Viveiro Municipal para cultivo de mudas de espécies nativas, frutíferas, ornamentais e medicinais, atendendo a solicitação da Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Recursos Hídricos, conforme projeto básico; para comparecer na Coordenadoria de Licitações e Contratos situada na Praça Agenor Carrilho, n. 222, Centro de Miranda/MS, para assinar o Contrato Administrativo no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis, a contar da data de publicação desta convocação, sob pena de decair do direito à contratação, penalidades e sanções previstas no Edital. Será aceita a assinatura digital do representante da CONTRATADA, desde que, seja proveniente de uma unidade certificadora vinculada à ICP-Brasil.
Miranda – MS, 17 de Março de 2023.

FÁBIO SANTOS FLORENÇA
Prefeito Municipal

Prefeitura Municipal de Nova Andradina

EXTRATO DO CONTRATO Nº 019/2023
CONTRATANTES: De um lado o **MUNICIPIO DE NOVA ANDRADINA**, e de outro lado a empresa **R. F. DE ARRUDA**.
DO OBJETO: O objeto do presente instrumento é a **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA A EXECUÇÃO DE CINCO PONTOS DE ÔNIBUS**.
DO VALOR: O valor global para a execução do objeto deste Contrato é de **R$ 135.401,73 (cento e trinta e cinco mil quatrocentos e um reais e setenta e três centavos);**
DOS PRAZOS: A vigência do contrato será de 10 (dez) meses, contados a partir da data da assinatura do contrato, podendo ser prorrogado, caso haja interesse da licitante, desde que plenamente justificado, conforme Art. 57 da Lei 8.666/93.
DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: As despesas decorrentes da execução do presente Contrato correm à conta da Dotação Orçamentária:
Órgão: 04 – SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA;
Unidade: 04.005 - SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA;
Funcional: 15.451.0003 – Infra – Estrutura Urbana;
Projeto/Atividade: 2.009 – Construção e melhoria de parques, praças, canteiros e vias públicas;
Elemento: 4.4.90.51.00.00.00.00 – Obras e Instalações;
Código Reduzido: 30.

Nova Andradina MS, 28 de fevereiro de 2023.

JULIO CESAR CASTRO MARQUES
Secretário Municipal de Infraestrutura
Ordenador de despesas
Contratante

R. F. DE ARRUDA
Ronan Fernandes de Arruda
Contratada

EXTRATO DO TERMO ADITIVO Nº 001 AO CONTRATO Nº. 072/2022

CONTRATANTES: MUNICIPIO DE NOVA ANDRADINA, e outro lado a Empresa **TMAC INDUSTRIA E COMERCIO DE ESQUADRIAS EIRELI**:

DO ADITIVO:O presente Termo Aditivo tem a finalidade de prorrogar o prazo contratual para o período compreendido entre os dias **16/03/2023 a 16/05/2023 (02 meses)**, bem como manter os valores pactuados nas mesmas cláusulas e condições do contrato n° 072/2022. Tendo em vista o interesse da administração na contratação de empresa para fornecimento e instalação de ar condicionado do Centro de Convenções Silvio Ubaldino de Souza, no Município de Nova Andradina, conforme convenio nº 0003/2022 - convenio nº 31.367/2022, agencia estadual de gestão empreendimentos – AGESUL, através da solicitação da CI. Nº 297/2022 e Solicitação nº 710/2022; a pedido da Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes. Conforme fundamento no art. 57, §1º, II da Lei n° 8.666/93.

Nova Andradina MS, 15 de março de 2023.

GIULIANA MASCULI POKRYWIECKI
Secretária Municipal de Educação
Cultura e Esportes
Ordenadora de despesas
Contratante

TMAC INDUSTRIA E COMERCIO DE ESQUADRIAS EIRELI
Thiago De Faria Tomasi
Contratado

EXTRATO DO CONTRATO Nº 032/2023

CONTRATANTES: MUNICÍPIO DE NOVA ANDRADINA, e outro lado o **BANCO BRADESCO S. A.**

DO OBJETO: O presente CONTRATO tem por objeto a prestação, pelo BANCO, dos serviços descritos abaixo, a PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA ANDRADINA.

DO PREÇO E DA FORMA DE PAGAMENTO: Pela execução dos serviços de que trata a Cláusula Primeira, o MUNICIPIO pagará ao BANCO a importância global estimada para o exercício financeiro de 2023 em **R$ 480.000,00 (quatrocentos e oitenta mil reais),** e assim, sucessivamente, por registro de recolhimento, conforme os valores unitários adiante fixados:

ITEM	DESCRIÇÃO DO SERVIÇO	VALOR UNITÁRIO R$
01	**Por recebimento de documento VIA GUICHE**, através de DAM, com código de barras padrão FEBRABAN e Taxas de Serviços.	
02	**Por recebimento de documento VIA REDE LOTÉRICA**, através de DAM, com código de barras padrão FEBRABAN e Taxas de Serviços.	
03	**Por recebimento de documento VIA INTERNET**, através de DAM, com código de barras padrão FEBRABAN e Taxas de Serviços.	**3,05**
04	**Por recebimento de documento VIA AUTOATENDIMENTO**, através de DAM, com código de barras padrão FEBRABAN e Taxas de Serviços.	**3,14**
05	**Por recebimento de documento VIA GERENCIADOR FINANCEIRO**, através de DAM, com código de barras padrão FEBRABAN e Taxas de Serviços.	
06	**Por recebimento de documento VIA CORRESPONDENTE BANCÁRIO**, através de DAM, com código de barras padrão FEBRABAN e Taxas de Serviços.	**4,81**
07	**Por recebimento de documento VIA BANCO POSTAL**, através de DAM, com código de barras padrão FEBRABAN e Taxas de Serviços.	
08	**Por recebimento de documento VIA REDISPONIBILIZAÇÃO DE ARQUIVO DE RETORNO**, através de DAM, com código de barras padrão FEBRABAN e Taxas de Serviços.	**1,34**

DOS RECURSOS: A despesa decorrente da execução do presente CONTRATO correrá à conta da dotação orçamentária de 2022.
Proj./Ativ.: **2090 – Gestão da Secretaria de Finanças e Gestão**.
Elemento de Despesa: **16.20.3.3.90.39.00.00.00. – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Juridica.**
Cod. Reduzido: **151**

DO PRAZO E DA VIGÊNCIA: O prazo de vigência do CONTRATO será de 12 (doze) meses, condicionada sua eficácia a publicação, em extrato, na imprensa oficial, podendo ser alterado, ou ser prorrogado, mediante aditamento, caso seja conveniente para o município, enquanto perdurar o Edital de Credenciamento n. 08/2022.

Nova Andradina, 13 de março de 2023.

EMERSON NANTES DE MATOS
Secretário Municipal de Finanças
E Gestão
Ordenador de despesas
Contratante

BANCO BRADESCO S. A.
Eliete Maria Martins De Souza
Contratada

AVISO DE LICITAÇÃO
PREGÃO PRESENCIAL N° 28/2023
SISTEMA REGISTRO DE PREÇOS

A Fundação Serviços de Saúde de Nova Andradina FUNSAU-NA torna público aos interessados a realização do **Pregão Presencial n° 28/2023, Processo nº 07/2023. Objeto:** Aquisição de materiais descartáveis e

utensílios para atender ao setor de nutrição do Hospital Regional de Nova Andradina FUNSAU-NA, conforme termo de referência e descritivo.
O Edital estará disponível no site ***http://funsau-na.ms.gov.br/***, link ***Portal da Transparência*** e/ou ***Editais***, ou na sala de Licitações do HRNA. Para qualquer esclarecimento estará disponível para contato o setor de Licitações, localizado no endereço: Av. Eulenir de Oliveira Lima, nº. 71, através do telefone (67) 3441-5050 ramal 222, ou encaminhadas ao endereço eletrônico: **licitacao@funsau-na.ms.gov.br**. **Entrega das Documentações e abertura das Propostas: Dia: 30/03/2023 às 07:30 horas.**
Nova Andradina/MS, 17 de março de 2023.

Cíntia Rodrigues de Almeida
Pregoeira

AVISO DE LICITAÇÃO
PREGÃO PRESENCIAL N° 29/2023
SISTEMA REGISTRO DE PREÇOS

A Fundação Serviços de Saúde de Nova Andradina FUNSAU-NA torna público aos interessados a realização do **Pregão Presencial n° 29/2023, Processo nº 45/2023. Objeto:** Aquisição de medicamentos para atender ao Hospital Regional de Nova Andradina FUNSAU-NA, conforme termo de referência e descritivo.
O Edital estará disponível no site ***http://funsau-na.ms.gov.br/***, link ***Portal da Transparência*** e/ou ***Editais***, ou na sala de Licitações do HRNA. Para qualquer esclarecimento estará disponível para contato o setor de Licitações, localizado no endereço: Av. Eulenir de Oliveira Lima, nº. 71, através do telefone (67) 3441-5050 ramal 222, ou encaminhadas ao endereço eletrônico: **licitacao@funsau-na.ms.gov.br**. **Entrega das Documentações e abertura das Propostas: Dia: 31/03/2023 às 07:30 horas.**
Nova Andradina/MS, 17 de março de 2023.

Cíntia Rodrigues de Almeida
Pregoeira

Prefeitura Municipal de Paranaíba

AVISO DE LICITAÇÃO
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 48/2023 - PREGÃO PRESENCIAL Nº 25/2023
O **MUNICÍPIO DE PARANAÍBA – MS**, por intermédio do(a) **PREGOEIRO(A)**, o(a) senhor(a) **LUCIANA HELENA PIRES SILVA FREITAS,** designado pela **DECRETO Nº 957/2022, DE 12 DE MAIO DE 2022,** torna público que no dia **3 DE ABRIL DE 2022, ÀS 8:00 (OITO) HORAS**, na **PREFEITURA MUNICIPAL DE PARANAÍBA**, situada na **AVENIDA JUCA PINHÉ, Nº 333, JD. STª MÔNICA, PARANAÍBA-MS**, realizará processo licitatório na modalidade **PREGÃO**, do tipo "**MENOR PREÇO POR ITEM**", que será regido pela Lei Federal nº 10.520/02, Decreto nº 3.555/00, pelo disposto na Lei Federal nº 8.666/93 e Lei Federal nº 13.979/2020.
OBJETO: Contratação de empresa especializada no ramo pertinente para aquisição de 5 (cinco) veículos automotor, zero quilômetro, ano/modelo corrente ou superior, visando atender as necessidades da Secretaria Municipal de Saúde do Município de Paranaíba-MS.
O **EDITAL** e seus **ANEXOS** encontram-se disponíveis aos interessados no portal da transparência do Município de Paranaíba no seguinte endereço **www.paranaiba.ms.gov.br/portal_transparencia/**.

Paranaíba-MS, 17 de março de 2023.

MANOEL JOSÉ NUNES JUNIOR
Responsável por Licitações

1º (PRIMEIRO) ADENDO AO EDITAL Nº 28/2023, TOMADA DE PREÇOS Nº 2/2023
TOMADA DE PREÇOS Nº 2/2023.
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 28/2023
EDITAL Nº 28/2023.
O Município de Paranaíba-MS, através da Comissão Permanente de Licitação, torna público, para conhecimento dos interessados o presente adendo para realizar as seguintes alterações no edital do processo licitatório em epígrafe:
1. Alterar o valor da licitação que constou no item 2.2, do instrumento convocatório, para onde constou R$580.864,05 (quinhentos e oitenta mil oitocentos e sessenta e quatro reais e cinco centavos), passe a constar **R$744.317,40 (setecentos e quarenta e quatro mil trezentos e dezessete reais e quarenta centavos), conforme planilha orçamentária e cronograma físico-financeiro, devidamente corrigidos e anexos ao processo.**
2. Adequar o PROJETO BÁSICO, MEMORIAL DESCRITIVO, PLANILHA DE ORÇAMENTO e CRONOGRAMA FÍSICO-FINANCEIRO, do Edital de Licitação Nº 28/2023.
3. Redesignar a data de abertura da TOMADA DE PREÇOS Nº 2/2023, inicialmente marcada para o dia 1 de março de 2023 (1/3/2023), às 8:00 (oito) horas, ficando a nova data de recebimento dos envelopes de habilitação e proposta para o **dia 5 DE ABRIL DE 2023 (5/4/2023), ÀS 8:00 (OITO) HORAS**.

O **EDITAL** e seus **ANEXOS** encontram-se disponíveis aos interessados no portal da transparência do Município de Paranaíba no seguinte endereço **www.paranaiba.ms.gov.br/portal_transparencia/**.
As demais condições permanecem inalteradas.
Paranaíba-MS, 17 de março de 2023.

MANOEL JOSÉ NUNES JUNIOR
Responsável por Licitações

AUTORIZO:
PUBLIQUE-SE E DÊ-SE CIÊNCIA AOS INTERESSADOS.

MAYCOL HENRIQUE QUEIROZ ANDRADE
PREFEITO MUNICIPAL.

Prefeitura Municipal de Ribas do Rio Pardo

EXTRATO DO CONTRATO Nº 17/2023

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 126/2022
CONCORRÊNCIA Nº 003/2022
PARTES: MUNICIPIO DE RIBAS DO RIO PARDO/MS e a EMPRESA ENGEVIL ENGENHARIA LTDA.
DO FUNDAMENTO LEGAL: O presente contrato reger-se-á pelas cláusulas e condições nele contidas, tem fundamento legal pela Lei Federal nº 8.666/1993, com alterações posteriores e demais normas regulamentares vigentes, aplicáveis a espécie e que regem a matéria.
DO OBJETO: OBJETO: Contratação de empresa especializada para execução de **Infraestrutura Urbana - Obras de Engenharia - Pavimentação, Drenagem, Acessibilidade, Iluminação, Sinalização viária**, Referente ao Programa: FINISA – Programa de Financiamento à Infraestrutura e ao Saneamento, Contrato de Financiamento nº 611.505-43, no município de Ribas do Rio Pardo/MS, na forma estabelecida no edital e seus anexos.
DO VALOR: O valor do presente contrato perfaz **R$ 13.692.811,94 (treze milhões seiscentos e noventa e dois mil oitocentos e onze reais e noventa e quatro centavos)**, apurados mediante custos, unitários e totais, apresentados pela CONTRATADA.
DOS PRAZOS: O prazo de vigência do presente contrato é de **12 (doze) meses**, iniciando-se a partir de sua assinatura e podendo ser prorrogado no interesse da Administração.
DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: A dotação orçamentária para as despesas decorrentes da contratação serão nas seguintes condições:

Unidade	021401 SECRETARIA DE OBRAS
Funcional	15.451.0006.2040.0000 – Pavimentação de Vias
Catec. Econ.	40.90.51.99 – Outras Obras e Instalações
Ficha	443
Fonte de Recurso	190

DATA DO CONTRATO: 27 de fevereiro de 2023.
Ribas do Rio Pardo/MS, 16 de março de 2023.
ASSINAM: LUIZ CARLOS DOS SANTOS, Secretário Mun. de Obras e LUCIANO MARQUES TEIXEIRA, Representante Legal.

Celina de Moura
Departamento de Contratos

Prefeitura Municipal de São Gabriel do Oeste

Resultado de Licitação Pública
Modalidade Pregão Presencial nº 015/2023

Em face ao julgamento e classificação das propostas constantes da Ata de Julgamento do Processo de Licitação Pública, modalidade Pregão Presencial nº 015/2023, que tem por objeto **Aquisição de Equipamento Eletrocardiógrafo, para atender as Unidades de Saúde da Família, conforme EMENDA SES 27/006959/2022, em atendimento ao Fundo Municipal de Saúde de São Gabriel do Oeste** , sagrou-se **vencedora a** Empresa: **PHILIPS MEDICAL SYSTEMS LTDA** para o item 1 com valor total de R$ 49.200,00 (Quarenta e Nove Mil e Duzentos Reais).

São Gabriel do Oeste – MS, 16 Março de 2.023.

Ronilso Freitas Brandão
Pregoeiro

ADJUDICAÇÃO
EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 015/2023
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 2095/2023
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 026/2023

Em face ao julgamento e classificação das propostas constantes da Ata de Julgamento do Processo de Licitação Pública, modalidade Pregão Presencial nº 015/2023, que tem por objeto **Aquisição de Equipamento Eletrocardiógrafo, para atender as Unidades de Saúde da Família, conforme EMENDA SES 27/006959/2022, em atendimento ao Fundo Municipal de Saúde de São Gabriel do Oeste** , ADJUDICO o objeto do referido Pregão Presencial a favor da Empresa: **PHILIPS MEDICAL SYSTEMS LTDA** para o item 1 com valor total de R$ 49.200,00 (Quarenta e Nove Mil e Duzentos Reais).

São Gabriel do Oeste – MS, 15 Março de 2.023.

Ronilso Freitas Brandão
Pregoeiro

Prefeitura Municipal de Selvíria

AVISO DE LICITAÇÃO
Processo Administrativo nº 059/2023 - PREGÃO PRESENCIAL N° 009/2023.

Objeto: O objeto da presente licitação trata- se da Contratação de Empresa para prestação de Serviços de Transportes de uma Van com no mínimo 16 lugares para levar alunos que estão matriculados na Escola APAE localizado na cidade de Ilha Solteira/SP, esses alunos necessitam de estudos especiais. A empresa deve fornecer veículo, motorista, manutenção, reparo e combustível, motorista e monitor de aluno tudo por conta da empresa contratada, a fim de atender a Secretaria Municipal de Educação, pelo período de 12 (dose) meses seguindo o calendário de 200 dias letivos da escola APAE de Ilha Solteira/SP. Fundamentação: Lei 10.520/02 e 8.666/93. Data da realização do Pregão: dia 31/03/2023, com início às 08:00 (MS), no Departamento de Licitações e Contratos, da Prefeitura de Selvíria, localizada na Avenida João Selvirio de Souza n.º 997 - Centro, Selvíria/MS. O edital está na integra no site: www.selviria.ms.gov.br e pelo e-mail licitacaoselviria@gmail.com.

Selvíria – MS, 17 de março de 2023.

José Fernando Barbosa Dos Santos
Prefeito Municipal.

Câmara Municipal de Miranda

EXTRATO DO QUARTO ADITIVO CONTRATUAL
TERMO ADITIVO N° 004/2023 AO CONTRATO N° 004/2019

PARTES: **CÂMARA MUNICIPAL DE MIRANDA – MS E PLENUS CONSULTORIA E PLANEJAMENTO EIRELI**
OBJETO: Prorrogação da vigência do Contrato nº. 004/2019.
ADITAMENTO - DO PRAZO DE DURAÇÃO: A duração do instrumento de contrato celebrado fica doravante prorrogado pelo prazo de mais 12 (doze) meses contados a partir da assinatura do termo aditivo, tendo sua vigência de 18/03/2023 até 17/03/2024.
DO VALOR: O valor contratual ora pactuado para este Termo Aditivo fica **R$ 132.652,68 (cento e trinta e dois mil, seiscentos e cinquenta e dois reais e sessenta e oito centavos)**, sendo pago em 12 parcelas fixas mensais de **R$ 11.054,39 (onze mil, cinquenta e quatro reais e trinta e nove centavos)**, pelo serviço de consultoria, nas mesmas datas anteriormente pactuadas.
DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA - os recursos destinados ao cumprimento dos encargos decorrentes da presente contratação correrão por conta da dotação orçamentaria:

01.031.0001	CÂMARA MUNICIPAL DE MIRANDA
2001	MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES ADM E LEGISLATIVAS CÂMARA
3.3.90.35.00	SERVIÇOS DE CONSULTORIA
1.500	RECURSOS ORDINÁRIOS

FUNDAMENTO LEGAL:
O presente Termo Aditivo é celebrado de acordo com Art. 57, § I, inc. II e IV c/c Artigo 65, Inciso II da Lei nº 8.666/93 e demais alterações posteriores correlatas.
DATA: 17/03/2023
ASSINAM: ANDRÉ MASSUDA VEDOVATO - PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL – **CONTRATANTE** E PLENUS CONSULTORIA E PLANEJAMENTO EIRELI, **CONTRATADA**.

PUBLICAÇÕES A PEDIDO

EXTRATO: ASSOCIAÇÃO DOS ANGLICANOS SOLIDÁRIOS DE CAMPO GRANDE CNPJ 34.125.442/0001-86. EDITAL DE CONVOCAÇÃO 01/2023 ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA. WELLINGTON MICHEL THEODORO PENA, CPF 35973768864, JORNALISTA, RESIDENTE A AV SEN ANT MENDES CANALE, 1299, COND RES SAN MARINO, BL 1 APT 201, PIONEIROS, CAMPO GRANDE-MS, CEP 79.070-295, PRESIDENTE DA ASSOCIAÇÃO DOS ANGLICANOS SOLIDÁRIOS DE CAMPO GRANDE CNPJ 34.125.442/0001-86, NOS TERMOS QUE ME CONFERE O ESTATUTO SOCIAL, CONVOCA OS MEMBROS E A QUEM ACHAR DE DIREITO, PARA ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA: 23 DE ABRIL DE 2023, ÀS 15 HORAS, RUA DOS ARQUITETOS 70, VILA ANAHY – CAMPO GRANDE-MS. ORDEM DO DIA: PRIMEIRA CHAMADA 15 HORAS; SEGUNDA CHAMADA (30 MIN APÓS A PRIMEIRA); ADMISSÃO DE NOVOS ASSOCIADOS; ANÁLISE DA RENÚNCIA DO PRESIDENTE (A CONTAR A PARTIR DE 23/04/2023); DISCUSSÃO PARA ELEIÇÃO DOS DEMAIS CARGOS; ELEIÇÃO E POSSE DO NOVO PRESIDENTE; ELEIÇÃO E POSSE DE NOVOS SECRETÁRIO E TESOUREIRO, SE ASSIM FOR DECIDIDO; APRESENTAÇÃO DE BALANÇOS FINANCEIROS DE 2022; ASSUNTOS DIVERSOS. CAMPO GRANDE, 15 DE MARÇO DE 2023.

WELLINGTON MICHEL THEODORO PENA
PRESIDENTE, CPF 35973768864

EDITAL

PEDRA AGROINDUSTRIAL S/A – USINA CEDRO, torna público que requereu a Secretaria Municipal de Meio Ambiente – SMMA de Paranaíba/MS, a Licença de Prévia, para atividade 3.22.4 – II - BARRAGEM com área de reservatório acima de 10 (dez) ha até 50 (cinquenta) ha, localizada à Rodovia BR 158, KM 62, LADO DIREITO 7,5 KM, SN,, S/N, Zona Rural, município de Paranaíba/MS. Não foi determinado Estudo de Impacto Ambiental.

EDITAL DE CONVOCAÇÃO PARA ASSEMBLÉIA GERAL EXTRAORDINÁRIA DE PRESTAÇÃO DE CONTAS DA FEDERAÇÃO UNIVERSITÁRIA DE ESPORTES DE MATO GROSSO DO SUL.

Ficam convocadas as **IES** filiadas à Federação Universitária de Esportes de Mato Grosso do Sul e descritas a seguir, para a Assembleia Geral para prestação de contas da entidade. Esta se realizará no dia 01 de abril de 2023 às 09:00 horas no Centro universitário Unigran Capital, localizado na Rua Abrão Júlio Rahe 325, centro, CEP 79.010-010 – Campo Grande-MS, em primeira chamada com a maioria das **IES** com direito a voto e trinta minutos após com qualquer número de membros presentes, para tratar da seguinte ordem do dia: a) Prestação de contas da entidade. Terão direito a voto: Centro Universitário Unigran Capital; UCDB; Faculdade Estácio de Sá de Campo Grande; UFMS; UFGD; Uniderp/Anhanguera.

Ronaldo Pockel Monteiro
Presidente.

EDITAL DE CONVOCAÇÃO PARA ASSEMBLÉIA GERAL EXTRAORDINÁRIA DE ALTERAÇÃO ESTATUTÁRIA DA FEDERAÇÃO UNIVERSITÁRIA DE ESPORTES DE MATO GROSSO DO SUL

Ficam convocadas as **IES** filiadas à Federação Universitária de Esportes de Mato Grosso do Sul e descritas a seguir, para a Assembleia Geral para alteração estatutária que visa atender a lei nº13.019 art. 33, parágrafos III e V. Esta se realizará no dia 01 de abril de 2023 às 11 horas no Centro universitário Unigran Capital, localizado na Rua Abrão Júlio Rahe 325, centro, CEP 79.010-010 – Campo Grande/MS, em primeira chamada com a maioria dos clubes com direito a voto e trinta minutos após com qualquer número de membros presentes, para tratar da seguinte ordem do dia: a) alteração estatutária; b) assuntos gerais. Terão direito a voto: Centro Universitário Unigran Capital; UCDB; Faculdade Estácio de Sá de Campo Grande; UFMS; UFGD; Uniderp/Anhanguera.

Ronaldo Pockel
Presidente.

EDITAL DE CONVOCAÇÃO DE ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA DA FEDERAÇÃO DE BICICROSS DE MATO GROSSO DO SUL

O Ex-Presidente da Federação de Bicicross de Mato Grosso do Sul, no uso de suas atribuições legais, tendo em vista a vacância de toda a Diretoria e do Conselho Fiscal da entidade, que teve o mandato expirado em 12.12.2015, e como nenhuma pessoa física ou jurídica se predispuseram a assumir a direção da entidade CONVOCA as associações filiadas até 2012 e os ex-diretores a participarem da ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA PARA DISSOLUÇÃO E EXTINÇÃO DA FEDERAÇÃO DE BICICROSS DE MATO GROSSO DO SUL, inscrita no cadastro do CNPJ sob nº 00.757.214/0001-07 sendo a reunião a se realizar no dia 04.04.2023 em primeira chamada as 18 horas e em segunda chamada as 18:30 horas conforme quórum estabelecido no diploma legal da instituição, na Rua dos Pirineus, 337, Bairro Marcos Roberto, Campo Grande - MS. Marcos Borges Ortega.

LARANGEIRA MENDES S/A

CNPJ Nº 36.775.922/0001-18

Relatório da Administração: Senhores Acionistas, em conformidade com as disposições legais e estatutárias, temos o prazer de apresentar-lhes o relatório sobre os negócios sociais, as Demonstrações Contábeis compreendidas pelo Balanço Patrimonial, Demonstrações do Resultado, das Mutações do Patrimônio Líquido e de Fluxo de Caixa, relativos aos exercícios de 2022 e 2021. Colocamo-nos a disposição dos Srs. Acionistas para quaisquer esclarecimentos que julgarem necessários. Ponta Porã - MS, 23 de fevereiro de 2023. **A Administração.**

Balanços Patrimoniais em 31 de dezembro de 2022 e de 2021(R$)

ATIVO	31/12/2022	31/12/2021
Circulante		
Caixa e Equivalentes de Caixa	110.086.210,57	16.650.843,24
Clientes	553.425,29	9.789.415,08
Adiantamentos	4.035.349,40	1.075.135,75
Outras Contas a Receber	6.278,94	–
Estoques	43.039.690,74	40.527.143,63
Compromissos P/ Entrega Futura	8.815.254,60	–
Impostos a Recuperar	30.445,29	11.241,16
Despesas do Exercício Seguinte	577.941,09	1.362.330,09
Total do Circulante	**167.144.595,92**	**69.416.108,95**
Não Circulante		
Realizável a Longo Prazo	**5.744.624,35**	**5.744.624,35**
Créditos e Valores	5.708.247,70	5.708.247,70
Ativo Biológico	36.376,65	36.376,65
Investimentos	**4.383.110,76**	**2.704.117,35**
Investimentos	4.383.110,76	2.704.117,35
Imobilizado	**54.793.672,61**	**45.339.955,94**
Valores Originais	91.601.735,97	76.562.110,45
(-) Depreciações Acumuladas	(36.808.063,36)	(31.222.154,51)
Total do Não Circulante	**64.921.407,72**	**53.788.697,64**
Total do Ativo	**232.066.003,64**	**123.204.806,59**

Passivo	31/12/2022	31/12/2021
Circulante		
Fornecedores	10.721.436,62	1.336.799,34
Empréstimos e Financiamentos	4.829.713,74	2.084.858,18
Salários e Encargos a Pagar	339.745,74	180.543,55
Férias a Pagar	664.449,91	497.191,83
Impostos a Pagar	8.285.144,61	7.247.972,89
Contribuição Social a Pagar	1.208.074,66	397.738,93
Compromissos P/ Entrega Futura	8.815.254,60	–
Imposto de Renda a Pagar	2.169.666,63	630.165,04
Dividendos a Pagar	9.605.743,09	5.248.223,68
Total do Circulante	**46.639.229,60**	**17.623.493,44**
Não Circulante		
Exigível a Longo Prazo		
Empréstimos e Financiamentos	18.216.778,89	12.212.370,23
Total do Não Circulante	**18.216.778,89**	**12.212.370,23**
Patrimônio Líquido		
Capital Social	3.920.000,00	3.920.000,00
Correção Monetária do Capital	8.413,05	8.413,05
Reserva de Lucros		
Reserva Legal	784.000,00	784.000,00
Reserva de Lucros a Realizar	162.497.582,10	88.656.529,87
Total do Patrimônio Líquido	**167.209.995,15**	**93.368.942,92**
Total do Passivo	**232.066.003,64**	**123.204.806,59**

Demonstração do Resultado para os Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e de 2021 (R$)

	31/12/2022	31/12/2021
Receita Operacional Líquida	**210.200.208,12**	**62.511.583,89**
(-)Custos dos Prod./Serv. Vendidos	(58.183.938,47)	(14.068.625,56)
Lucro Bruto	**152.016.269,65**	**48.442.958,33**
(Despesas)Receitas Operacionais		
Gerais e Administrativas	(5.617.150,57)	(4.379.123,61)
Comerciais	(116.094,24)	(134.371,56)
Receitas/(Desp.)Financ.Líquidas	7.354.461,88	2.302.032,42
Outras Rec./(Desp.) Operacionais	(465.713,43)	(1.752.330,65)
	1.155.503,64	(3.963.793,40)
Lucro Operacional	**153.171.773,29**	**44.479.164,93**
Resultado do Exercício antes do I.R e Contribuição Social	**153.171.773,29**	**44.479.164,93**
Imposto de Renda	(6.421.815,76)	(2.118.191,16)
Contribuição Social	(3.092.495,89)	(1.011.248,51)
Lucro Líquido do Exercício	**143.657.461,64**	**41.349.725,26**
Lucro Líquido por Ação	**143,66**	**41,35**

Demonstração de Fluxo de Caixa - Método Indireto - para os Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e de 2021 (R$)

	31/12/2022	31/12/2021
I - Atividade Operacional		
Lucro Líquido do Exercício	143.657.461,64	41.349.725,26
(+) Depreciações	5.903.661,66	4.435.224,68
(+/-) Result.na Venda Ativos Permanentes	(2.342.584,14)	(2.648.991,72)
(Aum.) Red.do Contas a Receber	7.034.682,07	(11.102.882,31)
(Aum.) Red. nos Estoques	(2.512.547,11)	(20.385.250,08)
Aum. (Red.) em Fornecedores e Outras Contas	19.330.275,41	7.718.699,46
Aumento (Redução) em Contas a Pagar e Previsões	4.524.777,49	114.662,38
Aumento (Red.) no IRPJ e CSLL	2.349.837,32	655.701,58
= Caixa Líq. das Ativ.Operac.	**177.945.564,34**	**20.136.889,25**
II - Atividade de Financiamento		
(+) Reversão de Dividendos	183.590,59	1.728.865,45
(-) Pagamento de Dividendos	(70.000.000,00)	(53.000.000,00)
= Caixa Líq. Ativ. de Financ.	**(69.816.409,41)**	**(51.271.134,55)**
III - Atividades de Investimentos		
(-)Aquisições de Bens Imobilizados	(16.345.949,84)	(9.285.725,35)
(-) Trans./Alienação de Invest.	(1.678.993,41)	(1.309.418,28)
(+) Vendas Ativos	3.331.155,65	3.732.532,84
(+) Resgates de Títulos	–	1.833.632,08
= Caixa Líq. Ativ. de Invest.	**(14.693.787,60)**	**(5.028.978,71)**
Variação Total das Disponibilidades (I+II+III)	**93.435.367,33**	**(36.163.224,01)**
Aumento/Redução no Caixa e Equivalentes	**93.435.367,33**	**(36.163.224,01)**
Caixa e Equiv. (início do ano)	**16.650.843,24**	**52.814.067,25**
Caixa e Equiv. (final do ano)	**110.086.210,57**	**16.650.843,24**

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido para os Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e de 2021 (R$)

	Capital Social	Reservas de Capital	Reserva Legal	Reserva de Lucros a Realizar	Patrimônio Líquido
Saldo em 31/12/2020	**3.920.000,00**	**8.413,05**	**784.000,00**	**98.577.939,16**	**103.290.352,21**
Lucro Líquido do Exercício	–	–	–	41.349.725,26	41.349.725,26
Dividendos Distribuídos	–	–	–	(53.000.000,00)	(53.000.000,00)
Reversão de Dividendos	–	–	–	1.728.865,45	1.728.865,45
Saldo em 31/12/2021	**3.920.000,00**	**8.413,05**	**784.000,00**	**88.656.529,87**	**93.368.942,92**
Lucro Líquido do Exercício	–	–	–	143.657.461,64	143.657.461,64
Dividendos Distribuídos	–	–	–	(70.000.000,00)	(70.000.000,00)
Reversão de Dividendos	–	–	–	183.590,59	183.590,59
Saldo em 31/12/2022	**3.920.000,00**	**8.413,05**	**784.000,00**	**162.497.582,10**	**167.209.995,15**

Notas Explicativas das Demonstrações Contábeis de 31 de dezembro 2022 (R$)

1. Contexto Operacional: A Companhia tem por objeto social a exploração de atividades agropecuárias e agrícolas em terras próprias ou alheias: criação de bovinos para corte, cultivo da erva mate, soja, milho, trigo e aveia. Comercio atacadista, varejista, importação e exportação de produtos de origem agrícola e pecuária: soja, milho, trigo, aveia, animais bovinos, suplementos minerais, adubos e fertilizantes. Depósito para armazenamento de cereais, fabricação de ração para consumo dos animais na propriedade, parceria e arrendamento rural, representação de firmas no pais ou exterior, administrar, participar de outras empresas como cotista ou acionista. **2. Continuidade Operacional:** A Administração avaliou a capacidade da Sociedade em continuar operando normalmente e que possui recursos para dar continuidade a seus negócios no futuro. Adicionalmente, a Administração não tem conhecimento de nenhuma incerteza material que possa gerar dúvidas significativas sobre a sua capacidade de continuar operando. Assim, estas demonstrações contábeis foram preparadas com base no pressuposto de continuidade. **2.1** - **Fato Subsequente** - **Interdito Proibitório:** Procedido na data de 03/03/2023, desta modalidade jurídica, de ação possessória em sentido estrito, prevista no art. 1210, do Código Civil e nos artigos 567 e 568 do Código de Processo Civil, foi em 06/03/2023, pelo processo do TJMS, -Tribunal de Justiça do Estado de Mato Grosso do Sul, de nº 0800849-66.2023.8.12.0019, foi concedida a "Medida Liminar"ante ao exposto, a deferiu-se em parte a liminar requerida para determinar a expedição de mandado proibitório em favor do autor e ordenando aos réus, e a qualquer pessoa que venha a ser identificada, que essesse abstenham de praticar qualquer ato de turbação ou esbulho da posse do imóvelFazenda Santa Virgínia, matrícula n. 36.962 do CRI-Registro Imóveis local, devendo manterdistanciamento mínimo de 15 metros das cercas do referido imóvel rural. **3. Demonstrações Contábeis:** As demonstrações contábeis foram preparadas e estão sendo apresentadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil, CFC/NBC/CPC,Normas Brasileiras do Conselho Federal de Contabilidade e do Comitê de Pronunciamentos Contábeis, emanadas da legislação tributária, RIR-Regulamento do Imposto de Renda, Decreto 9.580/18, e contemplando as alterações promovidas pelas Leis nº 11.638/07 e 11.941/09,as quais fundamentam a elaboração dessas demonstrações contábeis e em conformidade com as normas internacionais de relatório financeiro. (International Financial Reporting Standards - IFRS). A apresentação das Demonstrações do Valor Adicionado (DVA), CFC/NBC TG 09/CPC09, é requerida pela legislação societária brasileira e pelas práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis as companhias abertas. Assim, como conseqüência, não é requerida para esta Sociedade. **4. Resumo Principais Práticas Contábeis:** As principais políticas contábeis aplicadas na preparação dessas demonstrações contábeis estão definidas abaixo. Essas políticas foram aplicadas de modo consistentenos exercícios apresentados. **4.1 - Base de Preparação:** As demonstrações contábeis foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor e ativos financeiros disponíveis para venda e passivos financeiros, mensurados a valor justo, quando aplicável. A preparação das demonstrações contábeis requerem uso de certas estimativas contábeis críticas e também o exercício de julgamento por parte da Administração da Sociedade, no processo de aplicação das políticas contábeis. **4.2 - Transações com Partes Relacionadas (CFC/NBC TG 05 (R3)/CPC 05):** As transações com empresas do Grupo são registradas de maneira idêntica às operaçõescorrentes, em contas específicas. **4.3 - Caixa e Equivalentes de Caixa (CFC/NBC TG 03 (R3)-CPC 03):** Caixa e equivalentes de caixa incluem o caixa, os depósitos bancários, outros investimentos de curto prazo de alta liquidez. **4.4 - Reconhecimento e Mensuração (CFC/NBC TG 38-46 (R3-R1)-CPC 38/46):** Os recebíveis e empréstimos são contabilizados pelo custo de amortização, usando o método da taxa efetiva de juros, ao método linear. **4.5 - "Impairment" Ativos Financeiros:** A Sociedade avalia, se caso, ocorrem evidências objetivas de resultados de eventos ocorridos após o reconhecimento inicial dos ativos, que tem um impacto nos fluxos de caixa futuros e que pode ser estimado de maneira confiável. **4.6 - Contas a Receber - Clientes:** São registradas e mantidas pelo valor nominal dos títulos

continua...

...continuação

LARANGEIRA MENDES S/A - CNPJ nº 36.775.922/0001-18

decorrentes das vendas de produtos, e referem-se na sua totalidade a operações de curto prazo e assim não são trazidas a valor presente, quando aplicável por sua relevância, nas demonstrações contábeis. **4.7 - Estoques (CFC/NBC TG 16 (R1)/CPC 16):** Os estoques são demonstrados ao custo médio das compras ou da produção, inferior aos custos de reposição ou aos valores de realizações, dos dois o menor. No custo compreendem-se os valores de aquisição e produção, mão de obra direta, outros custos diretos e as respectivas despesas diretas de produção, com base na capacidade normal, adotando-se o custeio com base em absorção integral. O valor líquido de realização é o preço de venda estimado no curso normal dos negócios, menos os custos estimados de conclusão e os custos estimados necessários para efetuar a venda.

Estoque Pecuário	7.160.738,87
Estoque de Produtos Agrícolas	22.237.769,86
Estoque Almoxarifado	13.641.182,01
Total	**43.039.690,74**

4.8 - Investimentos: Os investimentos estão registrados ao custo corrigido monetariamente até 31.12.95. Os dividendos recebidos são contabilizados ao resultado do exercício. **4.9 - Imobilizado (CFC/NBC TG 01/27 (R3)/CPC 01/27):** Os itens do imobilizado estão demonstrados pelo seu custo de aquisição, formação ou construção, considerando-se a estimativa de vida útil-econômica destes. Não procedeu-se a avaliação da recuperabilidade dos ativos, contemplados pelos pronunciamentos: CFC - NBC TG 01/27 (R3) E 01/27 do CPC, Comitê de Pronunciamentos Contábeis e na orientação CPC 02, na condição contínua de utilização do ativo, em sua vida útil remanescente e no procedimento de arrolamento físico dos bens e do respectivo ajuste contábil, quando aplicável, e que são revisadas ao final de cada exercício, para o qual resultou em "RESSALVA" na opinião dos auditores. Os ganhos e perdas de alienações são determinados pela comparação dos resultados com o seu valor contábil e são reconhecidos em "Outros resultados operacionais".

Imobilizado	Tx Deprec.	31/12/2022	31/12/2021
Imóveis	–	69.868,87	69.868,87
Bovinos Equinos e Outros	10/12,5%	13.171.902,78	11.146.229,13
Pastos e Invernadas	20%	10.182.503,98	10.182.503,98
Constr.e Int. Agropecuário	4/10%	32.409.061,29	31.657.499,55
Pomar e Horta	–	2.701,02	2.701,02
Rede Com./Elet./Distrib.	2/10%	1.289.250,31	1.251.163,26
Tratores Maq.Implementos	10/20%	26.176.187,96	16.876.822,71
Aguadas e Açudes	10%	38.396,42	38.396,42
Bebedouros, Poços e Reservat.	10%	700.517,63	700.517,63
Veículos e Aeronaves	20%	3.438.513,39	2.927.727,00
Moveis e utensílios	10/20%	273.540,72	264.060,72
Intangíveis	–	16.415,65	16.415,65
Imobiliz. em Andamento	–	3.832.875,95	1.428.204,51
Total do Custo		**91.601.735,97**	**76.562.110,45**
Total Deprec. Acumulada		(36.808.063,36)	(31.222.154,51)
Total Liquido		**54.793.672,61**	**45.339.955,94**

4.10 - Empréstimos/Financiamentos (CFC/NBC TG 20 (R1)/CPC 20): Os empréstimos são reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, no recebimento dos recursos, líquidos dos custos de transação e acrescidos de encargos, com garantia real dos bens financiados, aval da Controladora, MG - Mendes Gonçalves S.A., com vencimento final em 06/2031, junto a instituição financeira Banco do Brasil S.A.- através do FCO RURAL -Fundo Constitucional de Financiamento do Centro-Oeste. **4.11 - Fornecedores - Contas a Pagar:** As contas a pagar aos fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos no curso normal dos negócios, sendo classificadas como passivos circulantes, curto prazo, se o pagamento for devido no período de até um ano. São demonstrados (inclusive 13º e férias e encargos a pagar) pelos valores conhecidos ou calculáveis acrescidos, quando aplicável dos correspondentes encargos incorridos até a data do balanço. São reconhecidas quando há uma obrigação presente legal ou não formalizada como resultado de eventos passados e que seja provável a necessidade de uma saída de recursos para liquidar a obrigação e o valor possa ser estimado com segurança. **4.12 - Imposto De Renda-Contribuição Social/PIS-COFINS:** Imposto de Renda e Contribuição Social a pagar, foram calculados com base na opção pelo regime de lucro presumido, na forma da legislação prevista; sendo que devido ao limite do valor de faturamento, a partir do ano-calendário 2023, a opção foi formalizada na tributação ao Lucro Real e na "Não Cumulatividade" das contribuições do PIS e da COFINS. **4.13 - Capital Social:** O capital social esta dividido em 1.000.000 (um milhão) de ações ordinárias nominativas, no valor de R$ 3,92 (três reais e noventa e dois centavos) cada uma. Em caso, de aquisição de ações para manutenção em tesouraria, inclusive quaisquer custos adicionais diretamente atribuíveis, é deduzido do patrimônio líquido atribuível aos acionistas até que as ações sejam canceladas, vendidas ou utilizadas para fazer face ao plano de opções. **4.14 - Reserva de Lucros e Legal:** Contemplando a Lei Nº 11.638, em seu art. 199, o saldo das reservas de lucros, exceto as para contingências, de incentivos fiscais e de lucros a realizar, não poderá ultrapassar o capital social. Atingindo esse limite, a assembléia deliberará sobre aplicação do excesso na integralização ou no aumento do capital social ou na distribuição de dividendos. A reserva legal tem seu valor limite de 20% do capital social, não sendo constituída, observado a determinação do artigo 193 da Lei 6.404/76. **4.15 - Reservas de Lucros a Realizar:** Consoante a Lei nº 11.638, de 28 de dezembro de 2007, em seu artigo 178, § 2º, letra d, o Patrimônio Líquido, divide-se em: Capital Social, Reservas de Capital, Reservas de Lucros e Prejuízos Acumulados. Assim, o saldo remanescente da Conta de Lucros Acumulados, deve ter sua destinação como Dividendos a Pagar ou em conta específica, no caso de Reserva de Lucros a Realizar, contemplando a interpretação 08 do CPC, Comitê de Pronunciamentos Contábeis. **4.15.1 - DRA - Demonstração Do Resultado Abrangente:** Apesar de não estar prevista na Lei 6.404/76 e com embasamento técnico, através do CPC 26e CFC -NBCTG26-; contempla as únicas alterações do Patrimônio Líquido, durante os períodos 2020 e 2021, as quais originam-se do resultado, da distribuição e da reversão de dividendos. **4.16 - Reconhecimento da Receita - (CFC/NBC TG 30/CPC 30):** A receita compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber pela comercialização de produtos no curso normal das atividades da Sociedade, sendo apresentada líquida dos impostos, das devoluções, descontos e abatimentos concedidos, sendo reconhecida quando o valor desta pode ser mensurado com segurança, que seja provável que os benefícios econômicos futuros fluirão para a entidade e quando critérios específicos, detalhados a seguir, tiverem sido atendidos para cada uma das atividades. **4.16.1 - Venda de Produtos:** São reconhecidas no resultado quando da entrega dos produtos, bem como pela transferência dos riscos e benefícios ao comprador. **4.16.2 - Receita Financeira:** A receita financeira é reconhecida conforme o prazo decorrido, usando o método da taxa de juros linear e efetiva. Quando uma perda (impairment) é identificada em relação a um instrumento financeiro, reduz-se o valor contábil para seu valor recuperável, que corresponde ao fluxo de caixa futuro estimado. **4.16.3 - Receita Líquida de Vendas:** Assim, demonstrada sua composição:

Receita Operacional Bruta	31/12/2022	31/12/2021
Vendas de Animais	6.800.261,15	6.890.933,64
Vendas de Produtos Agrícolas	204.478.194,56	57.217.879,29
Outras Receitas Operacionais	291.819,55	150.017,20
Total Receita Operacional Bruta	211.570.275,26	64.258.830,13
(-) Deduções (Pis, Cofins, Funrural, Fundersul e ISS)	1.370.067,14	1.747.246,24
Receita Operacional Líquida	**210.200.208,12**	**62.511.583,89**

4.17 - Parceria Rural: A Sociedade possui contratos de parceria, utilizados para o plantio de soja, milho; principalmente, classificados como arrendamentos operacionais, assim distribuídos em sua área de ocupação de 27.556,9hectares. Também, segue-se em atendimento aos requerimentos do **CFC-NBC TG 06 (R3)/CPC06 - R1** - "quando aplicável". **4.18 - Dividendos:** A distribuição de dividendos para os acionistas da Sociedade é reconhecida como um passivo nas demonstrações contábeis ao final de cada exercício ou em períodos intermediários conforme deliberado pela Administração, e seu saldo é apurado considerando como base o dividendo mínimo estabelecido no Estatuto Social, portanto líquido de valores aprovados e pagos durante o exercício. **4.19 - Estimativas e Julgamentos Contábeis Críticos:** Na elaboração das demonstrações contábeis, foram utilizados julgamentos, estimativas e premissas contábeis para contabilização de certos ativos e passivos e outras transações. A definição das estimativas e julgamentos contábeis adotados pela Administração foi elaborada com a utilização das informações disponíveis na data, envolvendo experiência de eventos passados e previsão de eventos futuros. Estas demonstrações incluem estimativas tais como: vida útil dos bens do ativo imobilizado, "Impairment" nas contas a receber de clientes, perdas nos estoques e provisão para contingências, entre outras. As principais estimativas e premissas que podem apresentar risco, com probabilidade de causar ajustes nos valores contábeis de ativos e passivos. **4.20 - Gestão de Risco Financeiro: Fatores de Risco Financeiro: Risco de Mercado (CFC- NBC TG 40 (R3)/CPC 40) - Instrumentos Financeiros Evidenciação:** a) Risco de Crédito, Liquidez, Capital e de Estimativa de Valor Justo: A Sociedade está exposta a riscos de mercado relacionados à flutuação das taxas de juros e de crédito. Assim, a gestão de riscos segue as políticas aprovadas pela Administração, e dispõem de procedimentos para administrar essas situações e podem utilizar instrumentos de proteção para diminuir os impactos destes riscos. Tais procedimentos incluem o monitoramento dos níveis de exposição a cada risco de mercado, além de estabelecer limites para a respectiva tomada de decisão. Todas as operações de instrumentos de proteção efetuadas têm como propósito a proteção de suas dívidas e investimentos, sendo que não realiza nenhuma operação com derivativos financeiros. A Sociedade possui política de endividamento que tem por objetivo definir os limites e parâmetros, no controle da posição de liquidez ocorre diariamente através do monitoramento dos fluxos de caixa. **4.21 - Ativos em Garantia:** Em garantia dos respectivos Financiamentos, tem-se os próprios bens objeto da transação e o aval da "controladora" MENDES GONÇALVES S.A., junto a instituição financeira Banco do Brasil S.A.- através do FCO-RURAL -Fundo Constitucional de Financiamento do Centro-Oeste. **4.22 - Contingências:** A Sociedade tem processos judiciais e administrativos de natureza trabalhista, cível, tributária e previdenciária, em trâmite, decorrentes do curso normal de seus negócios. Assim, a administração, aguarda pelo posicionamento de seus advogados, quanto as decisões jurídicas. **4.23 - Ativos Contingentes - (CFC-NBC TG 25 (R1)/CPC 25):** Compreendidos em rubrica de créditos e valores, referente a processo sob a contribuição do INSS Rural- (Funrural), com saldo na data 31/12/2022 incluído no titulo de créditos e tem-se o valor do deposito extrajudiciais, no total de R$ 5.261.011,57. **4.24 - Patrimônio Líquido:** A demonstração das mutações do Patrimônio Líquido está inserida e é parte integrante destas demonstrações contábeis. A Administração proporá em reunião, de Assembléia Geral Ordinária e Extraordinária, aprovação das demonstrações contábeis e consequentemente a destinação do lucro líquido do exercício de 2022. **4.25 - Cobertura de Seguros:** Em 31 de dezembro de 2022, possuíam-se cobertura de seguros contra incêndio e riscos diversos dos bens do ativo imobilizado, compreendendo: silos, veículos e de vida em grupo, sendo que conforme as apólices de seguros, o valor da cobertura totaliza R$ 173.030.9844,08, sendo que a Sociedade não apresenta histórico de perdas relevantes, em sinistros securitizados. **4.26 - Propriedade dos Bens e Certidões Negativas:** Como procedimento de salvaguarda das propriedades da Sociedade, periodicamente, procede-se a atualização das respectivas matrículas dos imóveis e na obtenção das certidões negativas, inclusive no teor de "positiva com efeitos de...,"com objetivo de identificar e evidenciar quaisquer "ônus", que porventura seja mencionado, nas mesmas, sem o devido conhecimento da Sociedade e na tomada de pronta ação administrativa e judicial. **4.27 - Lei Geral de Proteção de Dados - LGPD:** Contempla-se neste contexto, a adequação a LGPD- Lei Geral de Proteção de Dados, conforme Lei nº13.709/2020; quanto a privacidade da informação, em seu processamento, armazenamento e de sua inviolabilidade.

Raul Francisco Mendes Prates	Paulo Pacheco Fernandes	Cláudio Roberto da Silva
Diretor Presidente	Diretor	CRC/MS 008052/O-6

PARECER DOS AUDITORES INDEPENDENTES ENCONTRA-SE A DISPOSIÇÃO NA SEDE DA SOCIEDADE.

COMPANHIA MATE LARANGEIRA

C.N.P.J. Nº 03.719.820/0001-26

Relatório da Administração: Senhores Acionistas:Em conformidade com as disposições legais e estatutárias, temos o prazer de apresentar-lhes o relatório sobre os negócios sociais, as Demonstrações Contábeis compreendidas pelo Balanço Patrimonial, Demonstrações do Resultado, das Mutações do Patrimônio Líquido e de Fluxo de Caixa, relativos aos exercícios de 2022 e 2021. Colocamo-nos a disposição dos Srs. Acionistas para quaisquer esclarecimentos que julgarem necessários. Naviraí - MS, 23 de fevereiro de 2023**. A ADMINISTRAÇÃO**

Balanços Patrimoniais em 31 de dezembro de 2022 e de 2021(R$)

ATIVO	31/12/2022	31/12/2021
Circulante		
Caixa e Equivalentes de Caixa	16.305.711,36	17.641.339,71
Clientes	1.618.707,72	7.158.889,98
Adiantamentos	23.764,87	10.072,51
Estoques	1.939.911,55	1.359.430,16
Impostos a Recuperar	47.063,49	133.590,88
Despesas do Exercício Seguinte	19.779,42	9.521,32
Total do Circulante	**19.954.938,41**	**26.312.844,56**
Não Circulante		
Realizável a Longo Prazo	**2.115.281,33**	**2.115.281,33**
Créditos e Valores	2.090.033,29	2.090.033,29
Ativo Biológico	25.248,04	25.248,04
Investimentos	**1.267.798,61**	**1.746.187,57**
Investimentos	1.267.798,61	1.746.187,57
Imobilizado	**8.654.350,04**	**8.889.283,21**
Valores Originais	14.211.211,04	14.224.607,42
(-) Depreciações Acumuladas	(5.556.861,00)	(5.335.324,21)
Total do Não Circulante	**12.037.429,98**	**12.750.752,11**
Total do Ativo	**31.992.368,39**	**39.063.596,67**

PASSIVO	31/12/2022	31/12/2021
Circulante		
Fornecedores	314.083,30	190.820,73
Salários e Encargos a Pagar	42.221,65	22.239,42
Férias a Pagar	45.212,89	8.722,36
Impostos a Pagar	1.955.278,96	2.722.963,30
Contribuição Social a Pagar	94.853,30	174.184,59
Imposto de Renda a Pagar	170.245,99	303.540,79
Dividendos a Pagar	3.892.380,01	3.049.031,01
Total do Circulante	**6.514.276,10**	**6.471.502,20**
Não Circulante		
Exigível a Longo Prazo	–	–
Total do Não Circulante	**–**	**–**
Patrimônio Líquido		
Capital Social	11.300.000,00	11.300.000,00
Reserva de Lucros		
Reserva Legal	2.260.000,00	2.260.000,00
Reserva de Lucros a Realizar	11.918.092,29	19.032.094,47
Total do Patrimônio Líquido	**25.478.092,29**	**32.592.094,47**
Total do Passivo	**31.992.368,39**	**39.063.596,67**

Demonstração do Resultado para os Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e de 2021 (R$)

	31/12/2022	31/12/2021
Receita Operacional Líquida	**10.044.974,87**	**18.639.738,94**
(-) Custos dos Produtos Vendidos	(238.630,55)	(289.537,49)
Lucro Bruto	**9.806.344,32**	**18.350.201,45**
(Despesas)Receitas Operacionais		
Gerais e Administrativas	(2.016.099,15)	(1.612.280,92)
Comerciais	(175.595,85)	(171.297,14)
Receitas/(Desp.) Financ. Líquidas	1.973.039,82	1.627.468,22
Outras Rec./(Desp.) Operacionais	180.636,58	267.376,48
	(38.018,60)	111.266,64
Lucro Operacional	**9.768.325,72**	**18.461.468,09**
Resultado do Exercício antes do I.R.P.J. e Contribuição Social	**9.768.325,72**	**18.461.468,09**
Imposto de Renda	(757.872,11)	(809.813,92)
Contribuição Social	(319.074,79)	(369.704,46)
Lucro Líquido do Exercício	**8.691.378,82**	**17.281.949,71**
Lucro Líquido por Ação	**8,69**	**17,28**

Demonstração de Fluxo de Caixa - Método Indireto - para os Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e de 2021 (R$)

	31/12/2022	31/12/2021
I - Atividade Operacional		
Lucro Líquido do Exercício	8.691.378,82	17.281.949,71
(+) Depreciações	250.531,06	264.613,10
(+/-) Resultado na Venda Ativos Permanente	(196.634,75)	(155.430,15)
(Aum.) Red. do Contas a Receber	5.602.759,19	(6.642.687,12)
(Aum.) Red. nos Estoques	(580.481,39)	(7.527,80)
Aum.(Red.)em Fornec.e Outras Contas	143.244,80	108.402,91
Aum.(Red.)Contas a Pagar e Previsões	112.155,19	270.741,90
Aum. (Red.) no IRPJ e CSLL	(212.626,09)	249.706,81
= Caixa Líq.das Ativ.Operac.	**13.810.326,83**	**11.369.769,36**
II - Atividade de Financiamento		
(+) Reversão de Dividendos	194.619,00	1.599.119,45
(-) Pagamento de Dividendos	(16.000.000,00)	(28.500.000,00)
= Caixa Líq.Ativ.de Financ.	**(15.805.381,00)**	**(26.900.880,55)**
III - Atividades de Investimentos		
(-) Aquisições Bens Imobilizados	(202.160,63)	(605.798,58)
(-) Transações/Alien. Investim.	478.388,96	8.419,76
(+) Vendas Ativos	383.197,49	270.896,73
= Caixa Líq.Ativ. de Invest.	**659.425,82**	**(326.482,09)**
Var.Total Disponib.(I+II+III)	**(1.335.628,35)**	**(15.857.593,28)**
Aum./Red.no Caixa e Equiv.	**(1.335.628,35)**	**(15.857.593,28)**
Caixa e Equiv.(início do ano)	**17.641.339,71**	**33.498.932,99**
Caixa e Equiv.(final do ano)	**16.305.711,36**	**17.641.339,71**

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido para os Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e de 2021 (R$)

	Capital Social	Reserva Legal	Reserva de Lucros a Realizar	Patrimônio Líquido
Saldo em 31/12/2020	**11.300.000,00**	**2.260.000,00**	**28.651.025,31**	**42.211.025,31**
Lucro Líquido do Exercício			17.281.949,71	17.281.949,71
Dividendos Distribuídos			(28.500.000,00)	(28.500.000,00)
Constituição de Reserva de Lucros			–	0,00
Reversão de Dividendos			1.599.119,45	1.599.119,45
Saldo em 31/12/2021	**11.300.000,00**	**2.260.000,00**	**19.032.094,47**	**32.592.094,47**
Lucro Líquido do Exercício			8.691.378,82	8.691.378,82
Dividendos Distribuídos			(16.000.000,00)	(16.000.000,00)
Constituição de Reserva de Lucros			–	0,00
Reversão de Dividendos			194.619,00	194.619,00
Saldo em 31/12/2022	**11.300.000,00**	**2.260.000,00**	**11.918.092,29**	**25.478.092,29**

Notas Explicativas das Demonstrações Contábeis de 31 de dezembro 2022 (R$)

1. Contexto Operacional: A Companhia tem por objeto social a exploração de atividades agropecuárias em terras próprias ou alheias, inclusive exploração de erva mate, representação de firmas do país ou exterior, depósito para armazenamento e beneficiamento de cereais, fabricação e comercialização de rações, parceria e arrendamento rural, comercialização de produtos de origem agrícola e pecuária, própria ou de terceiros; importação e exportação de tudo quanto necessário seja à consecução dos objetivos sociais, podendo ainda exercer administração e a gerência de outras empresas, bem como a prestação de serviços de armazenagem de cereais e a participação em outras Sociedades, como cotista ou acionista. **2. Continuidade Operacional:** A Administração avaliou a capacidade da Companhia em continuar operando normalmente eque possui recursos para dar continuidade a seus negócios no futuro. Adicionalmente, a Administração não tem conhecimento de nenhuma incerteza material, que possa gerar dúvidas significativas sobre a sua capacidade de continuar operando. Assim, estas demonstrações contábeis foram preparadas com base no pressuposto de continuidade, exceto a: **2.1** - **Colheita -Soja:** Nesta conciliação de safra, apresentam-se as seguintes posições, valorizadas pelo cotação da soja contratual, qual resumo é demonstrado:

SAFRA 2021/22 - A ENTREGAR	8.878.112,00
CONFISSÃO DE DÍVIDA - VENC: 2023	9.226.620,00
CONFISSÃO DE DÍVIDA - VENC: 2024	7.626.780,00
Total	25.731.512,00

3. Demonstrações Contábeis: As demonstrações contábeis foram preparadas e estão sendo apresentadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil, CFC/NBC/CPC,Normas Brasileiras do Conselho Federal de Contabilidade e do Comitê de Pronunciamentos Contábeis, emanadas da legislação tributária, RIR- Regulamento do Imposto de Renda, Decreto 9.580/18, e contemplando as alterações promovidas pelas Leis nº 11.638/07 e 11.941/09,as quais fundamentam a elaboração dessas demonstrações contábeis e em conformidade com as normas internacionais de relatório financeiro. (International Financial Reporting Standards - IFRS).A apresentação das Demonstrações do Valor Adicionado (DVA), CFC/NBC TG 09/CPC09, é requerida pela legislação societária brasileira e pelas práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis as companhias abertas. Assim, como conseqüência, não é requerida para esta Sociedade. **4. Resumo Principais Práticas Contábeis:** As principais políticas contábeis aplicadas na preparação dessas demonstrações contábeis estão definidas abaixo. Essas políticas foram aplicadas de modo consistente aos exercícios apresentados.**4.1 - Base de Preparação:** As demonstrações contábeis foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor e ativos financeiros disponíveis para venda e passivos financeiros, mensurados a valor justo, quando aplicável. A preparação das demonstrações contábeis requerem uso de certas estimativas contábeis críticas e também o exercício de julgamento por parte da Administração da Companhia, no processo de aplicação das políticas contábeis. **4.2 - Transações com Partes Relacionadas -(CFC/NBC TG 05 (R3)/CPC 05):** As transações com empresas do Grupo são registradas de maneira idêntica às operaçõescorrentes, em contas específicas. **4.3 - Caixa e Equivalentes de Caixa -(CFC/NBC TG 03 (R3)-CPC 03):** Caixa e equivalentes de caixa incluem o caixa, os depósitos bancários, outros investimentos de curto prazo de alta liquidez. **4.4 - Reconhecimento e Mensuração-(CFC/NBC TG 38-46 (R3-R1)-CPC 38/46):** Os recebíveis e empréstimos são contabilizados pelo custo de amortização, usando o método da taxa efetiva de juros, ao método linear. **4.5 - "Impairment" Ativos Financeiros:** A Sociedade avalia, se caso, ocorrem evidências objetivas de resultados de eventos ocorridos após o reconhecimento inicial dos ativos, que tem um impacto nos fluxos de caixa futuros e que pode ser estimado de maneira confiável. **4.6 - Contas a Receber - Clientes:** São registradas e mantidas pelo valor nominal dos títulos decorrentes das vendas de produtos, e referem-se na sua totalidade a operações de curto prazo e assim não são trazidas a valor presente, quando aplicável por sua relevância, nas demonstrações contábeis. **4.7 - Estoques - (CFC/NBC TG 16 (R1)/CPC 16):** Os estoques são demonstrados ao custo médio das compras ou da produção, inferior aos custos de reposição ou aos valores de realizações, dos dois o menor. No custo compreendem-se os valores de aquisição e produção, mão de obra direta, outros custos diretos e as respectivas despesas diretas de produção, com base na ca-

continua...

...continuação

COMPANHIA MATE LARANGEIRA - C.N.P.J. Nº 03.719.820/0001-26

pacidade normal, adotando-se o custeio com base em absorção integral. O valor líquido de realização é o preço de venda estimado no curso normal dos negócios, menos os custos estimados de conclusão e os custos estimados necessários para efetuar a venda.

Estoque Pecuário	1.375.725,74
Estoque Almoxarifado	564.185,81
Total	**1.939.911,55**

4.8 - Investimentos: Os investimentos estão registrados ao custo corrigido monetariamente até 31.12.95. Os dividendos recebidos são contabilizados ao resultado do exercício. **4.9 - Imobilizado - (CFC/NBC TG 01/27 (R3)/CPC 01/27):** Os itens do imobilizado estão demonstrados pelo seu custo de aquisição, formação ou construção, considerando-se a estimativa de vida útil-econômica destes. Não procedeu-se a avaliação da recuperabilidade dos ativos, contemplados pelos pronunciamentos: CFC - NBC TG 01/27 (R3) E 01/27 do CPC, Comitê de Pronunciamentos Contábeis e na orientação CPC 02, na condição contínua de utilização do ativo, em sua vida útil remanescente e no procedimento de arrolamento físico dos bens e do respectivo ajuste contábil, quando aplicável, e que são revisadas ao final de cada exercício, para o qual resultou em "RESSALVA" na opinião dos auditores.

Imobilizado	**Tx Deprec.**	**31/12/2022**	**31/12/2021**
Imóveis	–	6.053.195,37	6.053.195,37
Bovinos Eqüinos e Outros	10/12,5%	1.270.872,18	1.284.268,56
Pastos e Invernadas	20%	687.333,16	687.333,16
Construções e Int. Agropecuário	4/10%	3.741.610,36	3.741.610,36
Rede de Com/Elet/Distrib.	2/10%	233.925,23	233.925,23
Tratores Maquinas e Implementos	10/20%	402.054,09	402.054,09
Veículos e Aeronaves	20%	1.485.979,37	1.485.979,37
Moveis e utensílios	10/20%	310.057,86	310.057,86
Intangíveis		26.183,42	26.183,42
Total do Custo		**14.211.211,04**	**14.224.607,42**
Total Depreciação Acumulada		5.556.861,00	5.335.324,21
Total Liquido		**8.654.350,04**	**8.889.283,21**

4.10 - Fornecedores - Contas a Pagar: As contas a pagar aos fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos no curso normal dos negócios, sendo classificadas como passivos circulantes, curto prazo, se o pagamento for devido no período de até um ano. São demonstrados (inclusive 13º e férias e encargos a pagar) pelos valores conhecidos ou calculáveis acrescidos, quando aplicável dos correspondentes encargos incorridos até a data do balanço. São reconhecidas quando há uma obrigação presente legal ou não formalizada como resultado de eventos passados e que seja provável a necessidade de uma saída de recursos para liquidar a obrigação e o valor possa ser estimado com segurança. **4.11 - Imposto de Renda e Contribuição Social:** Imposto de Renda e Contribuição Social a pagar, foram calculados com base na opção pelo regime de lucro presumido, na forma da legislação prevista. **4.12 - Capital Social:** O capital social esta dividido em 1.000.000 (um milhão) de ações ordinárias nominativas, no valor de R$ 11,30 (onze reais e trinta centavos) cada uma. Em caso, de aquisição de ações para manutenção em tesouraria, inclusive quaisquer custos adicionais diretamente atribuíveis, é deduzido do patrimônio líquido atribuível aos acionistas até que as ações sejam canceladas, vendidas ou utilizadas para fazer face ao plano de opções. **4.13 - Reserva de Lucros e Legal:** Contemplando a Lei Nº 11.638, em seu art. 199, o saldo das reservas de lucros, exceto as para contingências, de incentivos fiscais e de lucros a realizar, não poderá ultrapassar o capital social. Atingindo esse limite, a assembléia deliberará sobre aplicação do excesso na integralização ou no aumento do capital social ou na distribuição de dividendos. A reserva legal tem seu valor limite de 20% do capital social, não sendo constituída, observado a determinação do artigo 193 da Lei 6.404/76. **4.14 - Reservas de Lucros a Realizar:** Consoante a Lei nº 11.638, de 28 de dezembro de 2007, em seu artigo 178, § 2º, letra d, o Patrimônio Líquido, divide-se em: Capital Social, Reservas de Capital, Reservas de Lucros e Prejuízos Acumulados. Assim, o saldo remanescente da Conta de Lucros Acumulados, deve ter sua destinação como Dividendos a Pagar ou em conta específica, no caso de Reserva de Lucros a Realizar, contemplando a interpretação 08 do CPC, Comitê de Pronunciamentos Contábeis. **4.15 - DRA - Demonstração do Resultado Abrangente:** Apesar de não estar prevista na Lei 6.404/76 e com embasamento técnico, através do CPC 26e CFC -NBCTG26-; contempla as únicas alterações do Patrimônio Líquido, durante os períodos 2020 e 2021, as quais originam-se do resultado, da distribuição e da reversão de dividendos. **4.16 - Reconhecimento da Receita - (CFC/NBC TG 30/CPC 30):** A receita compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber pela comercialização de produtos no curso normal das atividades da Companhia, sendo apresentada líquida dos impostos, das devoluções, descontos e abatimentos concedidos, sendo reconhecida quando o valor desta pode ser mensurado com segurança, que seja provável que os benefícios econômicos futuros fluirão para a entidade e quando critérios específicos, detalhados a seguir, tiverem sido atendidos para cada uma das atividades. **4.16.1 - Venda de Produtos:** São reconhecidas no resultado quando da entrega dos produtos, bem como pela transferência dos riscos e benefícios ao comprador. **4.16.2 - Receita Financeira:** A receita financeira é reconhecida conforme o prazo decorrido, usando o método da taxa de juros linear e efetiva. Quando uma perda (impairment) é identificada em relação a um instrumento financeiro, reduz-se o valor contábil para seu valor recuperável, que corresponde ao fluxo de caixa futuro estimado. **4.16.3 - Receita Líquida de Vendas:** Assim, demonstrada sua composição:

Receita Operacional Bruta	**31/12/2022**	**31/12/2021**
Vendas de Animais	593.771,17	600.101,42
Vendas de Produtos Agrícolas	9.467.705,39	18.443.300,78
Total Receita Operacional Bruta	**10.061.476,56**	**19.043.402,20**
(-) Deduções (Pis, Cofins, Funrural, Fundersul e ISS)	16.501,69	403.663,26
Receita Operacional Líquida	**10.044.974,87**	**18.639.738,94**

4.17 - Parceria Rural: A Companhia possui contratos de parceria, utilizados para o plantio de soja, milho; principalmente, classificados como arrendamentos operacionais, assim distribuídos em sua área de ocupação de 11.113,25 hectares. Também, segue-se em atendimento aos requerimentos do **CFC-NBC TG 06 (R3)/CPC** 06 - R1 - "quando aplicável". **4.18 - Dividendos:** A distribuição de dividendos para os acionistas da Companhia é reconhecida como um passivo nas demonstrações contábeis ao final de cada exercício ou em períodos intermediários conforme deliberado pela Administração, e seu saldo é apurado considerando como base o dividendo mínimo estabelecido no Estatuto Social, portanto líquido de valores aprovados e pagos durante o exercício. **4.19 - Estimativas e Julgamentos Contábeis Críticos:** Na elaboração das demonstrações contábeis, foram utilizados julgamentos, estimativas e premissas contábeis para contabilização de certos ativos e passivos e outras transações. A definição das estimativas e julgamentos contábeis adotados pela Administração foi elaborada com a utilização das informações disponíveis na data, envolvendo experiência de eventos passados e previsão de eventos futuros. Estas demonstrações incluem estimativas tais como: vida útil dos bens do ativo imobilizado, "Impairment" nas contas a receber de clientes, perdas nos estoques e provisão para contingências, entre outras.As principais estimativas e premissas que podem apresentar risco, com probabilidade de causar ajustes nos valores contábeis de ativos e passivos. **4.20 - Gestão de Risco Financeiro: Fatores de Risco Financeiro: Risco de Mercado: (CFC- NBC TG 40 (R3)/CPC 40) - Instrumentos Financeiros Evidenciação:** a) Risco de Crédito, Liquidez, Capital e de Estimativa de Valor Justo. A Companhia está exposta a riscos de mercado relacionados à flutuação das taxas de juros e de crédito. Assim, a gestão de riscos segue as políticas aprovadas pela Administração, e dispõem de procedimentos para administrar essas situações e podem utilizar instrumentos de proteção para diminuir os impactos destes riscos. Tais procedimentos incluem o monitoramento dos níveis de exposição a cada risco de mercado, além de estabelecer limites para a respectiva tomada de decisão. Todas as operações de instrumentos de proteção efetuadas, têm como propósito a proteção de suas dívidas e investimentos, sendo que não realiza nenhuma operação com derivativos financeiros. A Companhia possui política de endividamento que tem por objetivo definir os limites e parâmetros, no controle da posição de liquidez ocorre diariamente através do monitoramento dos fluxos de caixa. **4.21 - Contingências:** A Companhia tem processos judiciais e administrativos de natureza trabalhista, cível, tributária e previdenciária, em trâmite, decorrentes do curso normal de seus negócios.Assim, a administração, aguarda pelo posicionamento de seus advogados, quanto as decisões jurídicas. **4.22 - Ativos Contingentes - (CFC-NBC TG 25 (R1)/CPC 25):** Compreendidos em rubrica de créditos e valores, referente a processo sob a contribuição do INSS Rural- (Funrural), com saldo na data 31/12/2022 incluído no titulo de créditos e tem-se o valor do deposito extrajudiciais, no total de R$ 1.882.442,17. **4.23 - Patrimônio Líquido:** A demonstração das mutações do Patrimônio Líquido, está inserida e é parte integrante destas demonstrações contábeis. A Administração proporá em reunião, de Assembléia Geral Ordinária e Extraordinária, aprovação das demonstrações contábeis e consequentemente a destinação do lucro líquido do exercício de 2022. **4.24 - Cobertura de Seguros:** Em 31 de dezembro de 2022, possuíam-se cobertura de seguros contra incêndio e riscos diversos dos bens do ativo imobilizado, compreendendo: silos arrendados,veículos e de vida em grupo, sendo que conforme as apólices de seguros, o valor da cobertura totalizando R$ 39.724.471,18. A Companhia não apresenta histórico de perdas relevantes, em sinistros securitizados. **4.26 - Propriedade dos Bens e Certidões Negativas:** Como procedimento de salvaguarda das propriedades da Sociedade, periodicamente, procede-se a atualização das respectivas matrículas dos imóveis e na obtenção das certidões negativas, inclusive no teor de "positiva com efeitos de...,"com objetivo de identificar e evidenciar quaisquer "ônus", que porventura seja mencionado, nas mesmas, sem o devido conhecimento da Sociedade e na tomada de pronta ação administrativa e judicial, exceto, pela AVERBAÇÃO POSITIVA da Matrícula 23.864 - Fazenda Santa Rosa, "Averbação de Penhor" da CPR - 49/2022, de 23/03/2022, no valor de R$ 11.621.173,75, **4.27 - Lei Geral de Proteção de Dados - LGPD:** Contempla-se neste contexto, a adequação a LGPD- Lei Geral de Proteção de Dados, conforme Lei nº13.709/2020; quanto a privacidade da informação, em seu processamento, armazenamento e de sua inviolabilidade.

Raul Francisco Mendes Prates-Diretor Presidente **Paulo Pacheco Fernandes**-Diretor **Cláudio Roberto da Silva**-CRC/MS 008052/O-6

PARECER DOS AUDITORES INDEPENDENTES ENCONTRA-SE A DISPOSIÇÃO NA SEDE DA SOCIEDADE.

MENDES GONÇALVES S/A

CNPJ nº 55.288.799/0001-55

Relatório da Administração: Senhores Acionistas, em conformidade com as disposições legais e estatutárias, temos o prazer de apresentar-lhes o relatório sobre os negócios sociais, as Demonstrações Contábeis compreendidas pelo Balanço Patrimonial, Demonstrações do Resultado, das Mutações do Patrimônio Líquido e de Fluxo de Caixa, relativos aos exercícios de 2022 e 2021. Colocamo-nos a disposição dos Srs. Acionistas para quaisquer esclarecimentos que julgarem necessários. Ponta Porã MS, 23 de fevereiro de 2023. **A Administração.**

Balanços Patrimoniais em 31 de dezembro de 2022 e de 2021 (R$)

Ativo	**31/12/2022**	**31/12/2021**	**Passivo**	**31/12/2022**	**31/12/2021**
Circulante			**Circulante**		
Caixa e Equivalentes de Caixa	26.563.420,88	20.143.949,60	Contas a Pagar	5.500,00	16.853,94
Outras Contas a Receber	66,19	60,19	Impostos a Pagar	134.244,05	12.709,17
Impostos a Recuperar	371.678,90	402.788,64	Dividendos a Pagar	1.546.021,49	640.982,26
Total do Circulante	**26.935.165,97**	**20.546.798,43**	**Total do Circulante**	**1.685.765,54**	**670.545,37**
Não Circulante			**Patrimônio Líquido**		
Investimentos	**170.285.593,90**	**111.318.299,21**	Capital Social	13.000.000,00	13.000.000,00
Investimentos em Controladas	170.280.197,08	111.318.299,21	**Reserva de Lucros**		
Outros Investimentos	5.396,82		Reserva Legal	2.600.000,00	2.600.000,00
Intangivel	**521,06**	**521,06**	Reserva de Lucros a Realizar	179.935.515,39	115.595.073,33
Valor Original	521,06	521,06	**Total do Patrimônio Líquido**	**195.535.515,39**	**131.195.073,33**
Total do Não Circulante	**170.286.114,96**	**111.318.820,27**			
Total do Ativo	**197.221.280,93**	**131.865.618,70**	**Total do Passivo**	**197.221.280,93**	**131.865.618,70**

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido para os Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e de 2021 (R$)

	Capital Social	**Reserva Legal**	**Reserva de Lucros**	**Patrimônio Líquido**
Saldo em 31/12/2020	**13.000.000,00**	**2.600.000,00**	**112.371.592,20**	**127.971.592,20**
Lucro Líquido do Exercício	–	–	54.209.714,01	54.209.714,01
Dividendos Distribuídos	–	–	(51.000.000,00)	(51.000.000,00)
Reversão de Dividendos Próprios	–	–	13.767,12	13.767,12
Saldo em 31/12/2021	**13.000.000,00**	**2.600.000,00**	**115.595.073,33**	**131.195.073,33**
Lucro Líquido do Exercício	–	–	135.987.375,11	135.987.375,11
Dividendos Distribuídos	–	–	(72.000.000,02)	(72.000.000,02)
Reversão de Dividendos Próprios/Controlada	–	–	353.066,97	353.066,97
Saldo em 31/12/2022	**13.000.000,00**	**2.600.000,00**	**179.935.515,39**	**195.535.515,39**

Demonstração do Resultado para os Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e de 2021 (R$)

	31/12/2022	**31/12/2021**
Receita Operacional Líquida	–	–
Lucro Bruto	**–**	**–**
(Despesas)Receitas Operacionais		
Gerais e Administrativas	(575.726,38)	(632.354,68)
Receitas Financeiras	2.480.905,15	113.675,10
Despesas Financeiras	(9.045,94)	(18.540,64)
Despesas Tributarias	(540.798,65)	(7.374,83)
	1.355.334,18	(544.595,05)
Resultado da Equiv.Patrimonial	134.632.040,93	54.754.309,06
Lucro Operacional	**135.987.375,11**	**54.209.714,01**
Resultado do Exercício antes do IRPJ e Contribuição Social	**135.987.375,11**	**54.209.714,01**
Imposto de Renda	–	–
Contribuição Social	–	–
Lucro Líquido do Exercício	**135.987.375,11**	**54.209.714,01**
Lucro Líquido por Ação	**1,36**	**0,54**

Demonstração de Fluxo de Caixa - Método Indireto - para os Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e de 2021 (R$)

	31/12/2022	**31/12/2021**
I - Atividade Operacional		
Lucro Líquido do Exercício	135.987.375,11	54.209.714,01
(+/-) Equivalência Patrimonial	(134.632.040,93)	(54.754.309,06)
(Aum.) Red.do Contas a Receber	31.103,74	(41.368,13)
Aum.(Red.) em Contas a Pagar e Previsões	1.015.220,17	(904.174,93)
= Caixa líq. das ativ. operac.	**2.401.658,09**	**(1.490.138,11)**
II - Atividade de Financiamento		
(-) Pagamento de Dividendos	(72.000.000,02)	(51.000.000,00)
(+) Reversão de Dividendos	18.839,21	13.767,12
= Caixa Líq. Ativ.de Financ.	**(71.981.160,81)**	**(50.986.232,88)**
III - Atividades de Investimentos		
(+) Recebimento de Dividendos de Invest. Permananentes	75.998.974,00	72.022.283,50
= Caixa Líq.Ativ. de Invest.	**75.998.974,00**	**72.022.283,50**
Variação Total Disp.(I+II+III)	**6.419.471,28**	**19.545.912,51**
Aum./Red. no Caixa e Equiv.	**6.419.471,28**	**19.545.912,51**
Caixa e Equiv. (início do ano)	**20.143.949,60**	**598.037,09**
Caixa e Equiv. (final do ano)	**26.563.420,88**	**20.143.949,60**

Notas Explicativas das Demonstrações Contábeis de 31 de dezembro de 2022 (R$)

1. Contexto Operacional e Domicílio: A Sociedade tem por objeto a administração e gerência de outras empresas; nacionais ou estrangeira, e participação em outras sociedades como quotista ou acionista. Conforme, AGE- Ata da Assembléia Extraordinária, de 22 de novembro de 2021. **2. Continuidade Operacional:** A Administração avaliou a capacidade da Sociedade em continuar operando normalmente e que possui recursos para dar continuidade a seus negócios no futuro. Adicionalmente, a Administração não tem conhecimento de nenhuma incerteza materialque possa gerar dúvidas significativas sobre a sua capacidade de continuar operando. Assim, estas demonstrações contábeis foram preparadas com base no pressuposto de continuidade. **3. Demonstrações Contábeis:** As demonstrações contábeis foram preparadas e estão sendo apresentadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil, CFC/NBC/CPC,Normas Brasileiras do Conselho Federal de Contabilidade e do Comitê de Pronunciamentos Contábeis, emanadas da legislação tributária, RIR- Regulamento do Imposto de Renda, Decreto 9.580/18, e contemplando as alterações promovidas pelas Leis nº 11.638/07 e 11.941/09,as quais fundamentam a elaboração dessas demonstrações contábeis e em conformidade com as normas internacionais de relatório financeiro. (International Financial Reporting Standards - IFRS). **4. Resumo Principais Práticas Contábeis:** As principais políticas contábeis aplicadas na preparação dessas demonstrações contábeis estão definidas abaixo. Essas políticas foram aplicadas de modo consistente aos exercícios apresentados. **4.1 - Base de Preparação:** As demonstrações contábeis foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor e ativos financeiros disponíveis para venda e passivos financeiros, mensurados a valor justo, quando aplicável. O resultado das operações é apurado em conformidade com o regime contábil de competência dos exercícios. A preparação das demonstrações contábeis requer uso de certas estimativas contábeis críticas e também o exercício de julgamento por parte da Administração da Sociedade, no processo de aplicação das políticas contábeis. **4.2 - Transações com Partes Relacionadas (CPC 05 - NBC TG 05):** As transações com empresas do Grupo são registradas de maneira idêntica às operações correntes, em contas específicas. **4.3 - Caixa e Equivalentes de Caixa (CPC 03 - NBC TG 03):** Caixa e equivalentes de caixa incluem o caixa, os depósitos bancários, outros investimentos de curto prazo de alta liquidez.

Descrição	**2022**	**2021**
Caixa		
Depósitos Bancários á Vista	9.901,53	10.371,21
Aplicações Financeiras	26.553.519,35	20.133.578,39
Caixa e equivalentes de caixa	**26.563.420,88**	**20.143.949,60**

4.4 - Reconhecimento e Mensuração (CPC 38 - NBC TG 38)/ (CPC46 - NBC TG 46): Os recebíveis são contabilizados pelo custo de amortização, usando o método da taxa efetiva de juros, ao método linear. **4.5 - "Impairment" Ativos Financeiros:** A Sociedade avalia, se caso, ocorrem evidências objetivas de resultados de eventos ocorridos após o reconhecimento inicial dos ativos, que tem um impacto nos fluxos de caixa futuros e que pode ser estimado de maneira confiável. **4.6 - Investimentos:** Os investimentos estão registrados ao método de equivalência patrimonial, com base nas demonstrações contábeis das controladas.

Particip.em Outras Empresas	**31/12/2022**	**31/12/2021**
Larangeira Mendes S.A	**147.764.977,62**	**82.510.975,18**
Companhia Mate Larangeira	**22.515.219,46**	**28.801.927,21**

4.7 - Imposto de Renda e Contribuição Social: São calculados com base no resultado do exercício, antes da constituição do imposto de renda e contribuição social, ajustados conforme legislação fiscal vigente. Imposto de Renda e Contribuição Social a pagar, foram calculados com base na opção pelo regime de lucro real, sobre as receitas tributáveis na forma da legislação prevista. **4.8 - Capital Social:** O capital social está dividido em 100.000.000 (cem milhões) de ações assim divididas em 99.855.083 ordinárias nominativas e 144.917 ao portador, no valor de R$ 0,13 (treze centavos) cada uma. Em caso, de aquisição de ações para manutenção em tesouraria, inclusive quaisquer custos adicionais diretamente atribuíveis, é deduzido do patrimônio líquido atribuível aos acionistas até que as ações sejam canceladas, vendidas ou utilizadas para fazer face ao plano de opções. **4.9 - Reserva de Lucros e Legal:** Contemplando a Lei Nº 11.638, em seu art. 199, o saldo das reservas de lucros, exceto as para contingências, de incentivos fiscais e de lucros a realizar, não poderá ultrapassar o capital social. Atingindo esse limite, a assembléia deliberará sobre aplicação do excesso na integralização ou no aumento do capital social ou na distribuição de dividendos. A reserva legal, tem seu valor limite de 20% do capital social, não sendo constituída, observado a determinação do artigo 193 da Lei 6.404/76. **4.10 - Reservas de Lucros a Realizar:** Consoante a Lei nº 11.638, de 28 de dezembro de 2007, em seu artigo 178, § 2º, letra d, o Patrimônio Líquido, divide-se em: Capital Social, Reservas de Capital, Reservas de Lucros e Prejuízos Acumulados. Assim, o saldo remanescente da Conta de Lucros Acumulados, deve ter sua destinação como Dividendos a Pagar ou em conta específica, no caso de Reserva de Lucros a Realizar, contemplando a interpretação 08 do CPC, Comitê de Pronunciamentos Contábeis. **4.11 - Reconhecimento da Receita - (CPC 30 - NBC TG 30): 4.11.1 - Receita Financeira:** A receita financeira é reconhecida conforme o prazo decorrido, usando o método da taxa de juros linear e efetiva. Quando uma perda (impairment) é identificada em relação a um instrumento financeiro, reduz-se o valor contábil para seu valor recuperável, que corresponde ao fluxo de caixa futuro estimado. **4.11.2 - Equivalência Patrimonial - (CPC 18 NBC TG 18):** O resultado da equivalência patrimonial corresponde à participação da investidora no resultado da coligada, da controlada e da controlada em conjunto. A participação sobre as mutações patrimoniais na investida derivadas de outros resultados abrangentes reconhecidos diretamente no patrimônio líquido da investida deve também ser reconhecida diretamente no patrimônio líquido da investidora e, não, no resultado. **4.12 - Dividendos:** A distribuição de dividendos para os acionistas da Sociedade é reconhecida como um passivo nas demonstrações contábeis ao final de cada exercício ou em períodos intermediá- continua...

...continuação

MENDES GONÇALVES S/A - CNPJ nº 55.288.799/0001-55

rios conforme deliberado pela Administração, e seu saldo é apurado considerando como base o dividendo mínimo estabelecido no Estatuto Social, portanto líquido de valores aprovados e pagos durante o exercício. **4.13 - Estimativas e Julgamentos Contábeis Críticos:** Na elaboração das demonstrações contábeis, foram utilizados julgamentos, estimativas e premissas contábeis para contabilização de certos ativos e passivos e outras transações. A definição das estimativas e julgamentos contábeis adotados pela Administração foi elaborada com a utilização das informações disponíveis na data, envolvendo experiência de eventos passados e previsão de eventos futuros. Estas demonstrações incluem estimativas tais como: vida útil dos bens do ativo imobilizado, "Impairment" nas contas a receber de clientes, perdas nos estoques e provisão para contingências, entre outras. As principais estimativas e premissas que podem apresentar risco, com probabilidade de causar ajustes nos valores contábeis de ativos e passivos, estão contempladas abaixo: **4.14 - Gestão de Risco Financeiro: Fatores de Risco Financeiro: Risco de Mercado: (CFC- NBC TG 40 (R3)/CPC 40) - Instrumentos Financeiros Evidenciação:** Risco de Crédito, Liquidez, Capital e de Estimativa de Valor Justo. A Sociedade está exposta a riscos de mercado relacionados à flutuação das taxas de juros e de crédito. Assim, a gestão de riscos segue as políticas aprovadas pela Administração, e dispõem de procedimentos para administrar essas situações e podem utilizar instrumentos de proteção para diminuir os impactos destes riscos. Tais procedimentos incluem o monitoramento dos níveis de exposição a cada risco de mercado, além de estabelecer limites para a respectiva tomada de decisão. Todas as operações de instrumentos de proteção efetuadas, tem como propósito a proteção de suas dívidas e investimentos, sendo que não realiza nenhuma operação com derivativos financeiros. A Sociedade possui política de endividamento que tem por objetivo definir os limites e parâmetros, no controle da posição de liquidez ocorre diariamente através do monitoramento dos fluxos de caixa, das controladas. **4.15 - Garantias:** Em garantia aos respectivos Financiamentos, da controlada, Larangeira Mendes S.A., tem-se o aval da Diretoria. **4.16 - Contingências:** A Sociedade, em caso, de processos judiciais, tem o posicionamento de seus advogados, quanto a estas questões. **4.17 - Patrimônio Líquido:** A demonstração das mutações do Patrimônio Líquido está inserida e é parte integrante destas demonstrações contábeis. O Administração proporá em reunião, de Assembléia Geral Ordinária e Extraordinária, aprovação das demonstrações contábeis e consequentemente a destinação do lucro líquido do exercício de 2022. **4.18 - Lei Geral de Proteção de Dados - LGPD:** Contempla-se neste contexto, a adequação a LGPD- Lei Geral de Proteção de Dados, conforme Lei nº13.709/2020; quanto a privacidade da informação, em seu processamento, armazenamento e de sua inviolabilidade.

Raul Francisco Mendes Prates	**Paulo Pacheco Fernandes**	**Cláudio Roberto da Silva**
Diretor Presidente	Diretor	CRC/MS 008052/O-6

PARECER DOS AUDITORES INDEPENDENTES ENCONTRA-SE A DISPOSIÇÃO NA SEDE DA SOCIEDADE.

CASSEMS
Caixa de Assistência dos Servidores do Estado de Mato Grosso do Sul
CNPJ: 04.311.093/0001-26

BALANÇO PATRIMONIAL – Consolidado em 31 de dezembro de 2022 e 2021 – Em milhares (R$)

ATIVO	2022	2021
ATIVO CIRCULANTE	**292.943**	**238.025**
Disponível	**18.626**	**47.972**
Realizável	**274.317**	**190.053**
Aplicações Financeiras	100.544	80.928
Aplicações Garantidoras a Provisões Técnicas	100.339	77.413
Aplicações Livres	205	3.515
Créditos de Operações com Planos de Assistência à Saúde	76.374	22.568
Contraprestação Pecuniária / Prêmio a Receber	59.223	14.157
Participação de Beneficiários em Eventos/Sinistros Indenizáveis	16.228	7.747
Operadoras de Planos de Assistência à Saúde	923	664
Créditos de Op. Assist. Saúde Não Relacionados com P.S. da Operadora	40.238	19.404
Créditos Tributários e Previdenciários	22.449	5.529
Bens e Títulos a Receber	34.47	61.559
Despesas Antecipadas	65	65
ATIVO NÃO CIRCULANTE	**353.437**	**304.610**
Realizável em Longo Prazo	**8.336**	**7.012**
Aplicações Financeiras	208	175
Aplicações Livres	208	175
Depósitos Judiciais e Fiscais	8.128	6.541
Outros Créditos a Receber e Direitos a Longo Prazo	-	296
Imobilizado	**344.032**	**296.574**
Imóveis de Uso Próprio	126.545	131.642
Imóveis – Hospitalares / Odontológicos	113.237	117.963
Imóveis – Não Hospitalares / Odontológicos	13.308	13.679
Imobilizado de Uso Próprio	37.879	31.233
Imobilizado – Hospitalares / Odontológicos	31.551	25.519
Imobilizado – Não Hospitalares / Odontológicos	6.328	5.714
Imobilizações em Curso	105.828	67.694
Outras Imobilizações	73.780	66.005
Intangível	**1.069**	**1.024**
TOTAL DO ATIVO	**646.380**	**542.635**

PASSIVO	2022	2021
PASSIVO CIRCULANTE	**292.794**	**236.605**
Provisões Técnicas de Operações de Assistência à Saúde	124.024	115.546
Provisões de Prêmios/Contraprestações Não Ganhas – PPCNG	21.999	17.461
Provisão para Eventos a Liquidar para o SUS	12.493	10.398
Provisão para Eventos/Sinistros a Liquidar para Outros Prestadores	29.837	32.381
Provisão para Eventos/Sinistros Ocorridos e Não Avisados (PEONA)	59.694	55.306
Débitos de Operações de Assistência à Saúde	**1.590**	**8.124**
Operadoras de Planos de Assistência à Saúde	1.179	7.337
Outros Débitos de Operações com Planos de Assistência à Saúde	411	787
Débitos com Oper. de Assistência à Saúde Não Rel. com P.S. da Operadora	2.338	2.358
Provisões	**464**	**2.429**
Provisões para Ações Judiciais	464	2.429
Tributos e Encargos Sociais a Recolher	14.971	12.469
Empréstimos e Financiamentos a Pagar	45.402	32.487
Débitos Diversos	104.005	63.192
PASSIVO NÃO CIRCULANTE	**127.060**	**96.862**
Provisões Técnicas de Operações de Assistência à Saúde	**7.325**	**1.555**
Provisão de Eventos/Sinistros a Liquidar para o SUS	7.325	1.555
Provisões	**15.346**	**6.464**
Provisões para Ações Judiciais	15.346	6.464
Tributos e Encargos Sociais a Recolher	**14.027**	**4.719**
Parcelamento de Tributos e Contribuições	14.027	4.719
Empréstimos e Financiamentos a Pagar	89.993	80.523
Débitos Diversos	369	3.601
PATRIMÔNIO LÍQUIDO/ PATRIMÔNIO SOCIAL	**226.526**	**209.168**
Capital Social/Patrimônio Social	208.204	247.021
Superávits/Déficits Acumulados ou Resultado	18.322	37.853
TOTAL DO PASSIVO	**646.380**	**542.635**

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO – DRE – Consolidado – Em milhares (R$)	2022	2021
Contraprestações Efetivas/Prêmios Ganhos de Plano de Assist. à Saúde	**884.732**	**737.174**
Receitas com Operações de Assistência à Saúde	884.732	737.174
Contraprestações Líquidas / Prêmios Retidos	884.732	737.174
Eventos Indenizáveis Líquidos / Sinistros Retidos	**- 639.523**	**- 585.212**
Eventos/Sinistros Conhecidos ou Avisados	- 580.112	- 580.112
Variação da Provisão de Eventos / Sinistros Ocorridos e Não Avisados	- 4.389	- 5.100
RESULTADO DAS OPERAÇÕES COM PLANOS DE ASSISTÊNCIA À SAÚDE	**245.209**	**151.962**
Outras Receitas Operacionais de Planos de Assistência à Saúde	612	360
Receitas de Assistência à Saúde Não Relacionado com P.S. da Operadora	120.368	114.697
Receitas com Operações de Assistência Médico-Hospitalar	119.594	114.154
Outras Receitas Operacionais	774	543
(-) Tributos Diretos de Outras Operações de Assistência à Saúde	- 5.695	- 4.523
Outras Despesas Operacionais com Plano de Assistência à Saúde	**- 86.144**	**- 69.866**
Outras Despesas de Operações de Planos de Assistência à Saúde	- 80.425	- 71.200
Programas de Promoção da Saúde e Prevenção de Riscos e Doenças	- 1.372	- 3.003
Provisão para Perdas sobre Créditos	- 4.347	4.337
Outras Despesas Operacionais Assist. Saúde Não Relac. c/ P.S. da Operadora	- 193.732	- 165.574
RESULTADO BRUTO	**80.619**	**27.056**
Despesas Administrativas	- 56.117	- 58.149
Resultado Financeiro Líquido	**- 2.836**	**- 6.727**
Receitas Financeiras	12.790	6.336
Despesas Financeiras	- 15.626	- 13.063
Resultado Patrimonial	**- 3.344**	**- 33**
Receitas Patrimoniais	22	21
Despesas Patrimoniais	- 3.367	- 54
RESULTADO ANTES DOS IMPOSTOS E PARTICIPAÇÕES	**18.322**	**- 37.853**
RESULTADO LÍQUIDO	**18.322**	**- 37.853**

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO – Consolidado – Em milhares (R$)

	Patrimônio Social	Outros Resultados Abrangentes	*Superavit* Acumulado	TOTAL
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020	**228.962**	**-**	**20.958**	**249.920**
Ajustes de exercícios anteriores		-2.899		- 2.899
Retificação de erros de exercícios anteriores	-2.899	2.899		-
Aumento de Patrimônio Social com *Superavit*	20.958		-20.958	-
Superavit Líquido do Exercício 2021			-37.853	- 37.853
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021	**247.021**	**-**	**-37.853**	**209.168**
Ajustes de exercícios anteriores		-964		-964
Retificação de erros de exercícios anteriores	-964	964		-
Aumento de Patrimônio Social com *Superavit*	-37.853		-37.853	-
Superavit Exercício 2022			18.322	- 37.853
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022	**208.204**	**-**	**18.322**	**226.526**

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA PELO MÉTODO DIRETO – Consolidado – Em milhares (R$)

	ATIVIDADES OPERACIONAIS	2022	2021
(+)	Recebimento de Planos de Saúde	909.557	799.634
(+)	Resgate de Aplicações Financeiras	305.675	283.165
(+)	Recebimento de Juros de Aplicações Financeiras	9.683	4.330
(+)	Outros Recebimentos Operacionais	256.101	268.485
(-)	Pagamento a Fornecedores/Prestadores de Serviços de Saúde	805.379	754.422
(-)	Pagamento de Pessoal	141.458	86.556
(-)	Pagamento de Serviços de Terceiros	52.663	37.749
(-)	Pagamento de Tributos	66.310	73.787
(-)	Pagamento de Processos Judiciais (Cíveis/Trabalhistas/Tributários)	6.955	5.346
(-)	Pagamento de Aluguel	4.512	7.562
(-)	Pagamento de Promoção/Publicidade	4.749	4.376
(-)	Aplicações Financeiras	326.651	226.013
(-)	Outros Pagamentos Operacionais	43.929	34.607
	Caixa Líquido das Atividades Operacionais	**28.409**	**80.196**
	ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS		
(-)	Pagamento de Aquisição de Ativo Imobilizado – Hospitalar	29.921	4.735
(-)	Pagamento de Aquisição de Ativo Imobilizado – Outros	6.281	26.913

(-)	Pagamentos Relativos ao Ativo Intangível	152	945
(-)	Outros Pagamentos das Atividades de Investimento	17.345	8.452
	Caixa Líquido das Atividades de Investimentos	**-53.700**	**-41.045**
	ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO		
(+)	Recebimento – Empréstimos/Financiamentos	51.482	22.138
(+)	Outros Recebimentos da Atividade de Financiamento	5.238	
(-)	Pagamento de Juros – Empréstimos/Financiamentos/*Leasing*	8.861	4.347
(-)	Pagamento de Amortização – Empréstimos/Financiamentos/*Leasing*	47.402	12.705
(-)	Outros Pagamentos da Atividade de Financiamento	4.513	-
	Caixa Líquido das Atividades de Financiamento	**-4.056**	**5.086**
	VARIAÇÃO LÍQUIDA DO CAIXA	**- 29.346**	**44.237**
	CAIXA – Saldo Inicial	47.972	3.735
	CAIXA – Saldo Final	18.627	47.972
	Ativos Livres no Início do Período *	51.487	40.952
	Ativos Livres no Final do Período *	18.831	51.487
	Aumento / (Diminuição) nas Aplic. Financ. – RECURSOS LIVRES	**32.656**	**- 10.535**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras
Campo Grande – MS, 31 dezembro de 2022.

NOTAS EXPLICATIVAS DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS FINDAS
Em 31 de dezembro de 2022
(Todos os valores expressos em milhares de reais)

1. Contexto Operacional

A Caixa de Assistência dos Servidores do Estado de Mato Grosso do Sul (Cassems) é pessoa jurídica de direito privado, associação civil de fins assistenciais não lucrativos, na modalidade de autogestão, constituída em Assembleia Geral realizada em 16 de fevereiro de 2001, com sede na Rua Antônio Maria Coelho, 6.065, na cidade de Campo Grande, com unidades hospitalares nas cidades de Dourados, Nova Andradina, Ponta Porã, Aquidauana, Paranaíba, Naviraí, Coxim, Três Lagoas, Campo Grande e Corumbá, e escritórios regionais nas demais cidades do estado do Mato Grosso do Sul. Tem por objetivo primordial a promoção do bem-estar social e instituição de outros benefícios, por meio da assistência e da proteção à saúde dos seus associados titulares e seus dependentes.

São participantes da entidade os associados titulares ativos e aposentados, assim sendo considerados aqueles com vínculo empregatício, sejam servidores estaduais ou da própria entidade e os demais servidores que deixarem o serviço público por extinção de contrato que mantenham a opção de continuar associados, e o patrocinador. Nos termos dos seus regulamentos, os associados podem usufruir do sistema do Plano de Saúde e de Benefícios Assistenciais.

Conforme disposição estatutária e o determinado no Código Tributário Nacional, a entidade:

- Não distribui qualquer parcela de seu patrimônio ou de suas rendas, a título de lucro ou participação no seu resultado;
- Aplica integralmente, no país, os seus recursos na manutenção dos seus objetivos institucionais;
- Mantém escrituração de suas receitas e despesas em livros revestidos de formalidades capazes de assegurar sua exatidão.

Ações institucionais relacionadas à pandemia:

Continuamos com um grupo de trabalho para coordenar as ações a que foram tomadas para o enfrentamento após pandemia, objetivando minimizar quaisquer impactos das sequelas causadas, apostando na qualidade do atendimento dos nossos beneficiários, minimizar o risco aos nossos colaboradores e familiares e garantir a manutenção da continuidade e da qualidade dos negócios da operadora.

Destacam-se as principais ações da gestão para manter a qualidade no atendimento ao beneficiário Cassems:

- Manteve as ampliações da infraestrutura da rede própria com UTI, leitos para atendimentos;
- Mantido orientação as equipes sobre o uso racional dos EPI's, bem como a utilização adequada;
- Continuidade dos treinamentos periódicos dos enfermeiros do serviço;
- Divulgação intensa estimulando a utilização do PA Virtual;
- Continuidade na elevação nos gastos com a rede credenciada (Home Care, OPME, internações, etc.);

Ressaltamos a confiança na solidez do balanço financeiro da operadora e na qualidade e na experiência de seus executivos e gestores para enfrentar a atual situação, com a certeza de que, ao fim desse período, estaremos ainda mais sólidos e mais bem posicionados para continuar expandindo nossos negócios, entregando bons resultados financeiros e operacionais.

2. Principais Atividades Desenvolvidas

A Cassems está destinada à assistência à saúde em geral, dos servidores públicos que optarem em se associar, bem como seus respectivos grupos familiares definidos, com a finalidade de reduzir o risco de doenças e outros agravos, mediante contribuição associativa juntamente com a de seus patrocinadores, observando critérios que preservem seu equilíbrio financeiro e atuarial, sendo regida pela Lei n.º 9.656/98, como segue:

Nº. Reg. Cód. Plano	Nome Comercial Plano	Data Registro	Contratação	Segmentação Assistencial	Data Situação
463472101	Plano Agregados – Especial	07/12/2010	Coletivo Empresarial	Ambulatorial + Hospitalar com obstetrícia	Ativo
463474108	Plano Prefeituras Municipais – Básico	07/12/2010	Coletivo Empresarial	Ambulatorial + Hospitalar com obstetrícia	Ativo
486593206	Plano CASSEMS – Conveniadas	18/08/2020	Coletivo Empresarial	Ambulatorial + Hospitalar com obstetrícia	Ativo
486594204	Plano CASSEMS Conveniadas – Especial	18/08/2020	Coletivo Empresarial	Ambulatorial + Hospitalar com obstetrícia	Ativo
486591200	Plano CASSEMS Conveniadas – Agregados – Especial	18/08/2020	Coletivo Empresarial	Ambulatorial + Hospitalar com obstetrícia	Ativo
486591208	Plano CASSEMS Conveniadas – Agregados	18/08/2020	Coletivo Empresarial	Ambulatorial + Hospitalar com obstetrícia	Ativo
463473100	Benefício de Assistência à Saúde – Especial	07/12/2010	Coletivo Empresarial	Ambulatorial + Hospitalar com obstetrícia	Ativo
463471103	Plano Agregados – Básico	07/12/2010	Coletivo Empresarial	Ambulatorial + Hospitalar com obstetrícia	Ativo
436652012	Benefício de Assistência à Saúde	23/10/2001	Coletivo Empresarial	Referência	Ativo

3. Elaboração das Demonstrações Contábeis

As demonstrações contábeis do exercício findo em 31 de dezembro de 2022 foram elaboradas de acordo com as orientações contidas no Anexo da RN n.º 528, de 29 de abril de 2022 e estão sendo apresentadas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil, seguindo os seguintes critérios:

3.1 Bases de Apresentação

As normas da Lei n.º 6.404/1976 – Lei das Sociedades Anônimas, com suas alterações introduzidas pela Lei n.º 11.638/2007, além de observar as demais normas estabelecidas nas resoluções do Conselho Federal de Contabilidade (CFC) e pelo Comitê de Pronunciamentos de Contabilidade (CPC) e alterações de órgãos regulamentadores, Normas Internacionais de Relatórios (IFRS), emitidas pelo Comitê de Normas Internacionais de Contabilidade (IASB), obedecendo ainda aos padrões da Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS), conforme o plano de contas estabelecido pela RN n.º 528, de 29 de abril de 2022. A Demonstração dos Fluxos de Caixa foi atendida, mediante sua montagem pelo método direto, conforme as atualizações das resoluções normativas expedidas pela ANS e de acordo com o pronunciamento técnico do Comitê de Pronunciamentos Contábeis CPC 03.

Principais Práticas Contábeis

As principais práticas contábeis adotadas são:

a) **Regime de Escrituração:** adota o regime de competência para registro de suas operações. A aplicação desse regime implica no reconhecimento das receitas, dos custos e das despesas quando ganhas ou incorridas, independentemente de seu efetivo recebimento ou pagamento.

b) **Estimativas Contábeis:** as demonstrações contábeis incluem estimativas da vida útil e premissas, como a mensuração de provisões para perdas sobre créditos, provisões técnicas, provisões de contingentes, por ativos, passivos e outros similares financeiros avaliados por meio do valor justo.

c) **Caixa e Equivalentes de Caixa:** equivalentes de caixa são disponibilidades de caixa e saldos positivos em conta movimento, representados por depósito à vista em instituições financeiras, em conformidade com o CPC 03 do Comitê de Pronunciamentos Contábeis – Item 22. Sendo que os saldos das contas "Caixa" e "Bancos Conta Depósito", mais o montante de aplicações financeiras, não são garantidoras das provisões técnicas e/ou vinculadas a garantias judiciais, isso é, aplicações sem cláusula restritiva de resgate.

d) **Aplicações Financeiras:** as aplicações financeiras estão avaliadas ao custo de aplicação acrescido dos rendimentos auferidos até 31 de dezembro 2022. A entidade constituiu ativos garantidores com aplicações financeiras para lastrear as provisões técnicas, cuja movimentação segue regras estabelecidas pela ANS.

e) **Créditos de Operações com Plano de Assistência à Saúde:** são registrados e mantidos no balanço pelo valor nominal dos títulos representativos desses créditos. Preços preestabelecidos – "Provisão de contraprestação não ganha – PCNG" no passivo circulante e, posteriormente, contabilizadas na forma *pro rata* em conta de resultado de contraprestações efetivas de operações de assistência à saúde, de acordo com o período de cobertura efetiva decorrido em cada contrato. A Cassems constituiu Provisão para Perdas sobre Créditos (PPSC), de acordo com o item 10.2.3, do Capítulo I – Normas Gerais do Anexo I, da RN n.º 528, da Agência Nacional de Saúde Suplementar, considerando o critério de difícil realização dos valores a receber de beneficiários com títulos vencidos há mais de 90 dias, e, para os créditos de operações não relacionadas com planos de assistência à saúde, em havendo pelo menos uma parcela vencida do contrato há mais de 90 (noventa) dias, a totalidade do crédito referente ao contrato deve ser provisionada. A administração da entidade revisa periodicamente o critério de constituição para adequá-la à evolução da inadimplência da sua carteira.

f) **Contraprestações Corresponsabilidade Assumida:** são os convênios de reciprocidade – Em atendimento à RN ANS n.º n.º 430/2017, revogada pela RN n.º 517, de 29 de abril de 2022 da Agência Nacional de Saúde Suplementar que dispõe sobre as operações de compartilhamento da gestão de riscos envolvendo operadoras de planos de assistência à saúde. Estão registrados neste grupo os valores a receber decorrentes de convênios com entidades de autogestão em saúde para utilização recíproca de suas redes credenciadas.

g) **Créditos de Operação Assistência à Saúde Não Relacionada com Planos de Saúde da Operadora:** são registrados e mantidos no balanço pelo valor nominal dos títulos representativos dos créditos por serviços não relacionados aos planos de saúde (convênios, particulares) das unidades hospitalares Cassems (rede própria), em contrapartida à conta de outras receitas operacionais de assistência à saúde não relacionada com planos de saúde da entidade. A provisão para perdas sobre créditos de operações com outras atividades é constituída para os valores vencidos há mais de 90 (noventa) dias. A administração da entidade revisa periodicamente o critério de constituição para adequá-la à evolução da inadimplência dessas operações.

h) Os Estoques: são avaliados ao custo médio ponderado de aquisição, sendo indispensável ao funcionamento da operadora para realização do serviço assistencial à saúde.

i) **Ativo Imobilizado:** o Imobilizado é registrado ao custo de aquisição. As depreciações foram calculadas pelo método linear à taxa, o qual leva em conta a vida útil dos bens determinados pela Instrução Normativa SRF n.º 162, de 31 de dezembro de 1998, alterada pela Instrução Normativa n.º 1700, de 14 de março de 2017, e o Pronunciamento Técnico CPC 27. O saldo da reserva de reavaliação, conforme facultado pela Lei n.º 11.638/2007, será mantido até sua completa amortização, que segue a vida útil do bem reavaliado.

j) **Intangível:** o ativo intangível está classificado conforme CPC 04, e trata-se de valores remanescentes, gastos diretamente associados a *softwares*, que foram identificados, reconhecidos como ativos intangíveis, registrados em conta específica e estão sendo controlados pela sede, em Campo Grande. Os gastos associados ao desenvolvimento ou à manutenção de *software* são reconhecidos como despesas na medida em que são incorridos.

k) **Avaliações do Valor Recuperável de Ativos (Teste de "impairment"):** a administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos seus ativos com o objetivo de avaliar eventos que possam indicar perda de seu valor recuperável, sendo constituída provisão para perda com o ajuste, quando necessário, do valor contábil líquido ao valor recuperável.

l) **Provisões Técnicas de Operações de Assistência à Saúde:** são calculadas com base em metodologia própria aprovada pela ANS, excetuando-se a provisão de eventos a liquidar, que é calculada com base nas faturas de prestadores de serviços de assistência à saúde efetivamente recebidas pela operadora, conforme estabelecido pela ANS.

m) **Provisão de Prêmio/Contraprestação Não Ganha:** refere-se às contraprestações cujo período de cobertura dos contratos ainda não decorreu e que serão apropriados às contas de resultado no sistema *pro rata* (vide nota 10-i).

n) **Provisão de Eventos/Sinistros a Liquidar para o SUS:** refere-se à provisão para fazer face ao ressarcimento dos atendimentos aos beneficiários da operadora na rede assistencial do Sistema Único de Saúde – SUS, conforme regulamentado e divulgado mensalmente pela ANS.

o) **Provisão de Eventos/Sinistros a Liquidar para Outros Prestadores de Serviços:** são eventos conhecidos de assistência médica e hospitalar a pagar à rede credenciada da operadora, cujo registro contábil é realizado pelo valor integral informado pelos prestadores no momento da apresentação das contas médicas.

p) **Provisão de Eventos/Sinistros Ocorridos e Não Avisados (PEONA):** representa os eventos ocorridos, porém não avisados à operadora, cujos valores devem ser baseados em cálculo atuarial de acordo com nota técnica aprovada pela ANS. A PEONA é regulamentada por meio da RN n.º 209 e suas alterações, conforme regulamentação da ANS. As provisões técnicas mencionadas nas letras (k), (l), (m) e (o) estão lastreadas por ativos garantidores, constituídos de aplicações financeiras de renda fixa custodiadas na Central de Custódia e Liquidação Financeira de Títulos (CETIP) à disposição da ANS. Adicionalmente, visando reforçar o lastro exigido para garantia das provisões técnicas, a operadora averbou no Cartório de Registro de Imóveis a favor da ANS a vinculação de um imóvel de sua propriedade (terreno e edificação hospitalar).

q) **Empréstimos e Financiamentos:** são registrados pelo valor do principal, acrescidos dos encargos financeiros proporcionais até o último dia do mês-base.

r) **Imposto de Renda e Contribuição Social:** a entidade é isenta do Imposto de Renda Pessoa Jurídica e da Contribuição Social sobre o Lucro, de acordo com a Lei nº 9.532/1997, art.15, incorporado ao RIR/1999, art.174, destinado às associações civis que prestam serviços para os quais foram instituídas e os coloquem à disposição do grupo de pessoas a que se destinam, sem fins lucrativos.

s) **Outros Ativos e Passivos (Circulantes e Não Circulantes)**: um ativo é reconhecido no balanço patrimonial quando for provável que seus benefícios econômicos futuros serão gerados em favor da entidade, e seu custo ou valor puder ser mensurado com segurança. Um passivo é reconhecido quando a empresa possui uma obrigação legal ou é constituído como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo. São acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e das variações monetárias incorridas. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido. Os ativos e passivos são classificados como circulantes quando é provável que sua realização ou liquidação ocorra nos próximos doze meses. Caso contrário, são demonstrados como não circulantes.

t) **Ativos e Passivos Contingentes e Obrigações Legais:**
a) Ativos Contingentes: são reconhecidos somente quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis, transitadas em julgado. Os ativos contingentes com êxitos prováveis são apenas divulgados em nota explicativa.
b) Passivos Contingentes: com exceção das contingências tributárias e obrigações legais, as demais (cíveis e trabalhistas) são provisionadas quando as perdas forem avaliadas como prováveis, e os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança. Os passivos contingentes avaliados como perdas possíveis são apenas divulgados em nota explicativa, e os passivos contingentes avaliados como perdas remotas não são provisionados nem divulgados.
c) Contingências Tributárias e Obrigações Legais: são registradas como exigíveis, independentemente da avaliação sobre as probabilidades de êxito.

u) **Apuração do Resultado:** a contabilização é centralizada na sede da operadora, com observância das disposições previstas em leis, regulamentos, resoluções e circulares da ANS. Critérios:
a) Receita: o resultado das transações é apurado pelo regime de competência dos exercícios. As contraprestações efetivas são apropriadas à receita, considerando-se o período de cobertura do risco, *pro rata die*, quando se tratar de contratos com preços preestabelecidos.
b) Custo: os eventos indenizáveis são constituídos com base no valor das faturas apresentadas pela rede credenciada, e seus registros ocorrem na data do conhecimento ou apresentação da conta médica. Como parte dessa fatura não é apresentada dentro do período da sua competência, os eventos ocorridos e não avisados são registrados mediante constituição de provisão.
c) Rateio de Custos Próprios: os custos realizados na rede assistencial própria, que opera no mesmo CNPJ, são apurados por meio de precificação utilizada pela operadora, tendo por base os preços mais recorrentes nas suas operações com terceiros.

v) **Teste de Adequação dos Passivos (TAP):** apesar do momento desafiador, a operadora segue otimista na condução de suas operações e confiantes na robustez e resiliência do seu modelo de negócios para ultrapassar a crise da pandemia de covid-19 (Nota 17).

4. Disponível
Composto das contas de Caixa e Equivalentes de Caixa, bem como depósitos bancários depositados em contas correntes, representam o montante de recursos disponíveis, sem restrições para uso imediato, totalizados **em R$ 18.626 (dezoito milhões, seiscentos e vinte e seis mil reais).**

5. Aplicações Financeiras
Aplicações Garantidoras de Provisões Técnicas: fundos de investimento de renda fixa, que são utilizados para lastrear as provisões técnicas da operadora de assistência à saúde; os seus rendimentos médios mensais variaram ao longo do ano entre 0,34% e 1,73% do CDB/RDB; a composição do fundo de investimento é de 11,71%; operação compromissada de 9,87%; títulos privados, 76,37%; títulos públicos de 2,05%; o retorno atualizado do fundo é de 5,72%, chegando à CDI de 5,79%. Sua movimentação segue regras estabelecidas pela ANS.

Aplicações Garantidoras de Provisões Técnicas	**2022**	**2021**
Cotas de Fundo de Investimentos BRSSS1CTF000 – Bradesco FI RF HEALTH CARE PLUS	23.367	20.959
Cotas de Fundo de Investimentos BRANS0CTF007 – Banco do Brasil	25.903	23.290
Cotas de Fundo de Investimentos XP 1077131 – BNP	1.699	1.517
Cotas de Fundo de Investimentos BRBPA5CTF003 – BTG	2.188	-
Cotas de Fundo de Investimentos BR2ANACTF006 – SANTANDER	3.067	-
Cotas de Fundo de Investimentos – FUNDO DEDICADO	10.426	
Depósitos Bancários a Prazo – CDB/RDB - CETIP	33.689	31.647
Total das Aplicações Garantidoras de Provisões Técnicas	**100.339**	**77.413**

Aplicações Livres: são representadas por investimentos de liquidez imediata e estão demonstradas ao custo do valor aplicado, acrescidas dos rendimentos auferidos, apropriados e reconhecidos no resultado do período, quando houver, até a data do balanço, de acordo com as taxas pactuadas pelo mercado.

Aplicações Livres	2022	2021
Depósitos Bancários a Prazo – CDB/RDB	205	3.515
Total Aplicações Livres	**205**	**3.515**

6. Créditos de Operações com Planos de Assistência à Saúde

O saldo desse grupo de contas refere-se a valores a receber dos patrocinadores e dos beneficiários (Estado e prefeituras) dos planos de saúde da entidade, conforme segue:

Contraprestação Pecuniária/Prêmio a Receber	2022	2021
Plano Coletivo Empresarial	67.131	21.516
Participação de Beneficiário em Eventos/Sinistros Indenizados	22.180	13.102
Operadoras de Planos de Assistência à Saúde	923	664
		-
(-) Provisão para Perdas Sobre Créditos	13.860	12.714
Total dos Créditos de Operações com Planos de Assistência à Saúde	**76.374**	**22.568**

7. Créditos de Operações de Assistência à Saúde Não Relacionada com o Plano de Saúde da Operadora

Estão representados pelos créditos a receber de serviços não relacionados aos planos de saúde (convênios, particulares) das unidades hospitalares Cassems (rede própria).

Contas a Receber de Prestação de Serviços Médico-Hospitalares	2022	2021
Convênios a Receber	45.523	24.361
(-) Provisão para perda sobre crédito	-5.285	-4.957
Total dos Créditos de Operações de Assistência à Saúde Não Relacionada com o Plano de Saúde da Operadora	**40.238**	**19.404**

8. Créditos Tributários e Previdenciários

Estão assim demonstrados:

Créditos Tributários e Previdenciários	2022	2021
Imposto de Renda Retido na Fonte – IRRF (a)	6.938	5.421
Créditos Tributos Previdenciários (b)	15.404	48
Outros Créditos Tributários (c)	107	60
Total dos Créditos Tributários e Previdenciários	**22.449**	**5.529**

(a) Valores gerados com retenção na fonte de IRRF sobre provisões futuras e provisão de IRRF sobre aplicações financeiras;
(b) Créditos Tributos Previdenciários: destacam-se o pedido de restituição/compensação perante a Receita Federal do Brasil (RFB) na esfera administrativa, com o reconhecimento de crédito gerados nos últimos cinco anos recolhidos ao Sistema S (Sesi, Senai, Sesc, Senac, Sebrae, Senar, Sest, Senat e Sescoop) e outras entidades, como Incra, FNDE, DPC, Fundo Aeroviário, e representam até 5,8% da tributação mensal da folha de salário. Conforme Lei 8.212/91, artigo 89, cumulada com a Lei 9.430/96, artigo 74, que permite que o sujeito passivo que apurar crédito, inclusive os judiciais com trânsito em julgado, relativo a tributo ou contribuição ou de ressarcimento, poderá utilizá-lo na compensação de débitos próprios relativos a quaisquer tributo e contribuições administrados por aquele órgão. Conforme Instrução Normativa RFB nº 1.810 de 13/06/2018, que alterou a Instrução Normativa da RFB nº 1.717/17, exatamente no artigo 65.
(c) Outros Créditos Tributários: repasse antecipado de impostos sobre serviço – ISS e outros créditos tributários.

9. Bens e Títulos a Receber

Estão assim demonstrados:

Bens e Títulos a Receber	2022	2021
Estoques (a)	17.773	15.050
Cheques e ordens a receber (b)	1.252	1.181
Credores diversos (c)	15.622	45.328
Total dos Bens e Títulos a Receber	**34.647**	**61.559**

(a) Estoques: são representados pelos estoques de medicamentos e materiais de consumo;
(b) Cheques e ordens a receber: recebimentos de atendimentos hospitalares da Rede Própria;
(c) Credores diversos: são representados por depósitos judiciais, despesas antecipadas, prêmios de seguros a apropriar.

10. Depósitos Judiciais e Fiscais

Estão assim demonstrados:

Depósitos Judiciais	2022	2021
Depósitos Judiciais – Eventos/Sinistro – Ressarcimento ao SUS	2.919	1.555

Depósitos Judiciais e Fiscais – Tributos	-	-
Depósitos Judiciais – Cíveis	5.209	4.986
Total dos Bens e Títulos a Receber	**8.128**	**6.541**

11. Imobilizado

Contabilizado ao custo de aquisição. Existem benfeitorias em imóveis de terceiros que foram depreciadas em função da vigência dos contratos. O aumento do imobilizado de uso hospitalar/odontológico é referente à escritura pública do hospital de Corumbá, aplicando integralmente as disposições e os critérios estabelecidos na Lei nº 11.638/2007. O ativo imobilizado está constituído conforme descrito a seguir:

Imobilizados	**2022**	**2021**
Imobilizado		
Imóveis – Hospitalares/Odontológicos	113.237	117.963
Imóveis – Não Hospitalares/Não Odontológicos	13.308	13.679
Imobilizado de Uso Próprio		
Imobilizado – Bens Móveis – Hospitalares/Odontológicos	31.551	25.519
Imobilizado – Bens Móveis – Não Hospitalares/Não Odontológicos	6.328	5.714
Imobilizações em Curso	105.828	67.694
Outras Imobilizações – Hospitalares/Odontológicos	33.830	26.238
Outras Imobilizações – Não Hospitalares/Não Odontológicos	39.950	39.767
Total Imobilizados	**344.032**	**296.574**

No exercício de 2022, a entidade, vem efetuando novos estudos para verificar a possibilidade de determinar novos prazos de vida útil dos bens integrantes do ativo imobilizado, consequentemente, novas taxas de depreciação, conforme previsto no CPC-27 – Ativo Imobilizado. Como resultado desse estudo, a administração da entidade decidiu por não alterar os prazos estimados de vida útil e as taxas aplicadas até o momento, por entender que os efeitos não são relevantes. Os saldos de imobilizado em curso referem-se substancialmente a investimentos em prédios administrativos para melhorar e expandir as instalações físicas e os atendimentos dos beneficiários.

12. Provisões Técnicas de Operações de Assistência à Saúde

São montantes contabilizados com o objetivo de refletir obrigações futuras esperadas, decorrentes da operação de planos de assistência à saúde. Refletem a perspectiva de gastos incertos quanto à sua ocorrência e valor. São registradas em obediência ao princípio de competência, lastreadas, quando exigido, por ativos garantidores vinculados em favor da ANS, conforme determina a legislação vigente.

Provisões Técnicas de Operações de Assistência	**2022**	**2021**
Provisão para Eventos de Prêmio/Contraprestação Não Ganha – PPCNG (i)	21.999	17.461
Provisão para Eventos/Sinistros a Liquidar para o SUS (ii)	12.493	10.398
Provisão para Eventos/Sinistros a Liquidar para Outros Prestadores Serviços (iii)	29.837	32.381
Provisão para Eventos/Sinistros Ocorridos e Não Avisados (PEONA) (iv)	59.694	55.306
Total das Provisões Técnicas de Operações de Assistência à Saúde	**124.024**	**115.546**

(i) Refere-se a valores relativos ao período de cobertura mensal do risco, sendo formada pelo valor resultante da fórmula das contraprestações mensais vezes o período de risco a decorrer, dividido pelo período total de cobertura do risco. É calculado fracionado por *pro rata die*, considerando, para a obtenção do período de vigência do risco a decorrer, a quantidade de dias compreendida entre o último dia do mês de cálculo e o último dia de cobertura mensal do risco, sofrendo as atualizações conforme legislação vigente.

(ii) São os débitos de ressarcimento ao SUS informados pela ANS, registrados contabilmente e ainda não pagos, atendendo IN conjunta – ANS nº 05/11. São compostos de valores das notificações dos Avisos de Beneficiários Identificados (ABI), considerando histórico de cobrança (% hc), somados ao montante total cobrado nas Guias de Recolhimento da União (GRU) emitidas e ao saldo de parcelamento aprovado pela ANS. Portanto, a provisão de eventos/sinistros a liquidar para o SUS compõe o saldo de valores das ABI (% hc) mais os valores das GRUs emitidas.

(iii) A Provisão para Eventos Sinistros a Liquidar para Outros Prestadores de Serviços Assistenciais Médicos e Hospitalares – PESL – tem como objetivo registrar o valor líquido e retido apurado para atender aos custos assistenciais dos eventos formalmente informados. O montante representa a soma dos valores indenizáveis a liquidar, sendo apenas segmentados em 30 dias entre o aviso e a data de pagamento para determinar os Ativos Garantidores e os Lastros, respectivamente.

(iv) Constituída para fazer frente ao pagamento de eventos que já tenham ocorrido, mas que não tenham sido avisados. A partir da data-base junho/2015, foi adotada nova metodologia de cálculo por meio da Nota Técnica Atuarial de Provisão (NTAP) desenvolvida pela Cassems e aprovada pela ANS por meio do Ofício nº 1.433/2015 GGAME (GEHAE) DIOPE/ANS, de 27 de julho de 2015. Essa metodologia é avaliada trimestralmente pela equipe de atuários da OXXY Result Consultoria Empresarial, que encaminha Termo de Responsabilidade Atuarial (TRA) para a ANS versando sobre a fidedignidade e a consistência da provisão técnica (PEONA) calculada.

13. Débitos Diversos

Constituídos da seguinte forma:

Débitos Diversos	**2022**	**2021**
Obrigações com Pessoal	20.314	12.513
Fornecedores	66.021	42.017
Depósitos Beneficiários de Terceiros	9.758	1.583
Outros Débitos a Pagar	7.912	7.079
Total dos Débitos Diversos	**104.005**	**63.192**

O aumento apresentado em débitos diversos refere-se à contratação de profissionais da área de saúde que atuam na linha de frente da pandemia, como forma de reconhecimento do seu trabalho durante o cenário de calamidade. A Cassems valoriza esses profissionais que a mais de um ano vem salvando vidas na luta contra as sequelas causadas do covid-19. Aumento com fornecedores de produtos em compras de medicamentos e contratados nas manutenções/reformas, construções na Rede própria, com as novas ampliações a CASSEMS vem investindo na qualidade nos atendimentos aos beneficiários.

14. Passivo Não Circulante

Está assim constituído:

Passivo Não Circulante	**2022**	**2021**
Provisão de Eventos/Sinistros a Liquidar para o SUS (i)	7.325	1.555
Provisões para Ações Judiciais (ii)	15.346	6.464
Tributos e Contribuições a Recolher – Parcelamento (iii)	14.027	4.719
Empréstimos e Financiamentos a Pagar (iv)	89.993	80.523
Débitos Diversos	369	3.601
Total do Exigível em Longo Prazo	**127.060**	**96.862**

(i) Refere-se à provisão do ressarcimento dos atendimentos aos beneficiários da operadora na rede assistencial do Sistema Único de Saúde (SUS). As Guias de Recolhimento da União (GRU) referentes a esses atendimentos estão garantidas no ativo de longo prazo, por meio de depósitos judiciais.

(ii) Refere-se a provisões judiciais movidas em desfavor da Cassems, plausíveis de registros contábeis, classificadas observando-se as determinações do Comitê de Pronunciamento Técnico Contábil CPC-25 do Conselho Federal de Contabilidade, conforme probabilidade de risco atribuída na aplicação da citada norma vigente (vide nota 12).

(iii) Parcelamento adquirido junto à Receita Federal do Brasil aproveitando-se das vantagens da Lei nº 11.941 (Refis da Crise) e da forma convencional nos débitos apurados a partir de dezembro de 2009.

(iv) Os empréstimos e financiamentos são reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, no recebimento dos recursos líquidos dos custos de transação. O financiamento com o Banco do Brasil S.A, recursos próprios para a construção civil das unidades hospitalares – HOSPITAL CASSEMS DE CAMPO GRANDE, HOSPITAL CASSEMS DE CORUMBÁ e HOSPITAL CASSEMS DE DOURADOS, e é demonstrado pelo valor presente na data do encerramento dos balanços, considerando o prazo de pagamento em longo prazo, com os vencimentos em 01/01/2024 e 01/01/2030. Nesse montante consta o valor de R$ 14.985 (quatorze milhões, novecentos e oitenta e cinco mil reais), referente à construção e às instalações da Usina Fotovoltaica; a reforma e ampliação da unidade hospitalar – HOSPITAL CASSEMS DE DOURADOS, no valor de R$ 29.849 (vinte e nove milhões, oitocentos e quarenta e nove mil reais); o Fundo Constitucional de Financiamento do Centro-Oeste (FCO), adquirido para a construção e edificação da unidade hospitalar – HOSPITAL CASSEMS DE CAMPO GRANDE e HOSPITAL CASSEMS CORUMBÁ, no valor R$ 10.059 (dez milhões e cinquenta e nove mil). Os demais referem-se ao capital de giro contraídos, a fim de suportar o aumento dos pagamentos das despesas assistenciais e garantir qualidade nos atendimentos da rede própria e da rede credenciada (atendimento assistencial), nos momentos de alta da pandemia de covid-19.

15. Provisões para Contingências

A entidade é parte em ações judiciais e processos administrativos perante vários tribunais e órgãos governamentais, decorrentes do curso normal das operações, envolvendo questões tributárias, trabalhistas, aspectos cíveis e outros assuntos.

As respectivas provisões foram constituídas levando-se em conta: a opinião dos assessores jurídicos; a causa das ações; a similaridade com processos anteriores; a complexidade e o posicionamento do Judiciário, sempre que a perda possa ocasionar uma saída de recursos para a liquidação das obrigações e quando os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança. Em atendimento ao Comitê de Pronunciamento Técnico Contábil CPC-25, nossos assessores jurídicos realizaram estudos classificando a probabilidade de perda das ações judiciais como "provável", "possível" e "remota". Com base nesses estudos, as ações classificadas como perda provável totalizaram o montante de R$ 15.809 (quinze milhões, oitocentos e nove mil reais). Desse montante, R$ 8.128 (oito milhões, cento e vinte e oito mil reais) estão garantidos por depósito judicial, conforme nota explicativa nº 10, demonstrada acima.

As demais ações judiciais consideradas como perdas possíveis, cuja chance de um ou mais eventos futuros é menor que provável e maior que remota, apresentam um valor aproximado de R$31.548 (trinta e um milhões, quinhentos e quarenta e oito mil reais).

16. Patrimônio Social

É composto pelo valor do *superavit ou déficit* dos exercícios, registrado e demonstrado na conta Patrimônio

Social, cuja aprovação é feita pela Assembleia Geral.

(i) Resultado do Período

A entidade apresentou um *superávit* no valor de R$ 18.322 (dezoito milhões, trezentos e vinte e dois mil reais), originário da diferença entre as receitas e as despesas, conforme consta no Livro-Diário da Entidade, resultado advindo da consolidação dos resultados das operações – operadora e unidades hospitalares próprias. Será incorporado ao Patrimônio Social após a aprovação do balanço.

Em 2022, entrou em produção o Instituto CASSEMS de Ensino e Pesquisa, com sede e foro na cidade de Campo Grande, sendo pessoa jurídica de direito privado, sem fins lucrativos, constituída como associação, com tempo de duração indeterminado, passando a utilizar a denominação NEP. Tem por objetivo o ensino e a pesquisa, especialmente na área de saúde, podendo para tal fim colaborar, coordenar, avaliar e/ou implementar projetos de pesquisa básica ou aplicada de caráter científico ou tecnológico, promover o ensino por meio da capacitação, graduação e pós-graduação lato e stricto sensu, desenvolver novos produtos ou processos, dentre outros benefícios na promoção da saúde.

Na composição do resultado superavitário R$72 (setenta e dois mil reais) é referente ao NEP, tendo como Mantenedora a CASSEMS em 100%(cem por cento) do seu Patrimônio Social.

(ii) Outros Resultados Abrangentes

Foram registrados ajustes provenientes da correção de créditos referentes à apropriação de receitas e despesas administrativas de exercícios anteriores.

17. Teste de Adequação dos Passivos (TAP)

Para o teste, desenvolveu-se uma metodologia que considera a melhor estimativa de todos os fluxos de caixa futuros, que também incluem as despesas incrementais e de liquidação de eventos/sinistros, considerando as vigências dos contratos, limitadas ao horizonte máximo de 8 (oito) anos.
As estimativas correntes dos fluxos de caixa deverão ser descontadas a valor presente, com base nas estruturas a termo de taxa de juros (ETTJ), livres de risco, pré-fixadas, definidas pela ANBIMA.
A tabela abaixo apresenta os resultados obtidos para a data-base de 31 de dezembro de 2022.

Teste de Adequação do Passivo - TAP								
Agregação de contratos utilizada no teste	Ajuste na tábua biométrica (sim ou não)	Taxa de cancelamento de contratos* (valor em percentual)	Inflação Médica estimada para o primeiro ano de apuração do TAP (valor em percentual)	Reajuste máximo estimado para os planos individuais no primeiro ano de apuração do TAP (valor em percentual)	Reajuste médio por variação de custos estimado para os planos coletivos no primeiro ano de apuração do TAP (valor em percentual)	Utilização das faixas etárias da RN 63/2003 para estimação das despesas assistenciais (sim ou não)	Método de interpolação da ETTJ utilizado	Estimativa corrente de fluxo de caixa na data-base (valor em R$)
Carteira individual	n/a	n/a	n/a	n/a	n/a	n/a	n/a	n/a
Coletivo por adesão	n/a	n/a	n/a	n/a	n/a	n/a	n/a	n/a
Coletivo empresarial	Não	0,07	n/a	n/a	n/a	Sim	Anbima- PRÉ-FIXADA / Anbima- Cupom de IPCA	47.131.015,62
Corresponsabilidade assumida em pré-pagamento	n/a	n/a	n/a	n/a	n/a	n/a	n/a	n/a

Conforme a interpretação do resultado descrita em tabela acima, e dado o Teste de Adequação do Passivo com resultados positivos, pode-se concluir que a Cassems faz frente às obrigações futuras e não há necessidade de constituir reserva adicional.

18. Gerenciamento de Riscos

A operadora está exposta a um conjunto de riscos inerentes às suas atividades e, para gerir esses riscos, utiliza-se como referencial normativo internacional a ISO 31000 – Risk Management, COSO – Corporate Risk Managemente. Em 2022 o gerenciamento de riscos da Cassems vem se consolidando de forma que uma série de princípios, diretrizes, ações, papéis e responsabilidades necessários para a identificação, avaliação, tratamento e controle dos riscos vem sendo desenvolvidas. As práticas adotadas pela gestão de riscos englobam um conjunto de medidas que possibilitam o aperfeiçoamento e o monitoramento contínuo, assegurando o cumprimento de seus objetivos e obrigações em todos os níveis da organização, visando sua continuidade e sustentabilidade, assegurando a confiabilidade das informações apresentadas e a utilização eficaz e eficiente dos recursos. As avaliações das práticas de gestão de riscos existentes compreendem as

seguintes categorias:

18.1 Riscos de subscrição

Os riscos de subscrição são definidos como possibilidade de ocorrência de eventos que contrariam as expectativas e que possam compreender significativamente o resultado das operações e o patrimônio líquido da operadora.

A operadora monitora mensalmente a evolução de sua sinistralidade e a frequência de utilização de seus principais contratos, além da evolução e do desempenho financeiro de seus contratos por órgãos e poderes (Estado e prefeituras), confrontando as contraprestações com os eventos indenizáveis.

18.2 Riscos de crédito

O risco de crédito caracteriza-se pela possibilidade de perdas financeiras, caso determinado cliente ou determinada contraparte (pessoa física, jurídica ou governo) falhe em cumprir com suas obrigações relativas à liquidação de operações que envolvem ativos financeiros. Esse risco é principalmente proveniente das contas a receber de beneficiários e de instrumentos financeiros da Cassems.

18.3 Aplicações financeiras e alocação de ativos financeiros, por emissor e tipo de aplicação:

A Cassems limita sua exposição a riscos de crédito ao investir suas aplicações em renda fixa. A diretoria financeira monitora ativamente as classificações dessas aplicações. Uma vez que a tenha investido, em sua maioria, em ativos de renda fixa, aquela não espera que nenhuma contraparte falhe em cumprir com suas obrigações.

Os recursos financeiros livres e os recursos das reservas técnicas são aplicados conforme as diretrizes estabelecidas dispostas na Resolução n.º 4.444, do Banco Central do Brasil, observando os princípios de segurança, rentabilidade, solvência, liquidez, diversificação, adequação à natureza de suas obrigações e transparência.

18.3.1 Risco de liquidez, capacidade de pagamento das obrigações, a partir do seu fluxo de caixa:

É o risco de a Cassems encontrar dificuldades em cumprir as obrigações associadas com seus passivos que são liquidados com pagamentos em caixa ou com outro ativo financeiro. A Cassems trabalha para garantir, na medida do possível, que sempre terá liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações no vencimento, tanto em condições normais como de estresse, sem causar perdas inaceitáveis ou risco de prejudicar sua reputação e imagem.

Para administrar a liquidez do caixa, são estabelecidas premissas de desembolsos e recebimentos futuros, sendo monitoradas diariamente pela área de operações financeiras. A Cassems possui controle dos projetos e aplicações financeiras para gerenciar os saldos líquidos suficientes para honrar seus compromissos, sendo o risco de liquidez considerado pela administração como relevante, frente à gestão dos recebimentos. Devido aos impactos da pandemia de covid-19, em 2022, a Cassems precisou recorrer a empréstimos bancários para suprir seu fluxo de caixa.

18.3.2 Contas a receber:

O risco de crédito relacionado às contas a receber é considerado baixo pela Administração, pois suas mensalidades são pagas pelos beneficiários antes da prestação dos serviços de forma consignada. A maior parte das contas a receber da Cassems são relacionadas ao risco do período de cobertura. Além disso, para reduzir o risco de pagar os custos sem o recebimento, a instituição adota a prática do cancelamento dos planos em atraso, conforme regulamento da Agência Nacional de Saúde – ANS.

18.4 Inadimplência dos contratos celebrados:

É a possibilidade de perda devido ao não recebimento das contribuições e coparticipações dos beneficiários associados. Para mitigação desse risco, a operadora possui equipe específica para recuperação de crédito, além da contratação de escritório de cobrança.

18.5 Riscos de Mercado:

Risco de mercado é o risco de alterações nos preços de mercado afetarem os ganhos da entidade no valor de seus instrumentos financeiros. O objetivo do gerenciamento de risco de mercado é gerenciar e controlar as exposições a riscos de mercado, dentro de parâmetros aceitáveis, e, ao mesmo tempo, otimizar o retorno.

A Cassems não utiliza derivativos para gerenciar riscos de mercado. Também não aplica Hedge Accounting para gerenciar a volatilidade no resultado.

I - Risco de taxas de juros

A Cassems não está exposta a riscos de taxas de juros.

II - Risco Cambial

A Cassems não está exposta a riscos cambiais.

Os instrumentos financeiros da Cassems que são sensíveis a variáveis de mercado com impacto na liquidez são representados por aplicações financeiras. O risco atrelado a aplicações financeiras está vinculado, em sua maioria, ao CDI. Essas operações indexadas ao CDI estão registradas a valor de mercado, conforme atualizações periódicas, de acordo com as cotações divulgadas pelas instituições financeiras, visando a apresentar a sensibilidade nas aplicações financeiras, às quais a Cassems estava exposta em 31 de dezembro de 2022.

18.6 Riscos Operacional e Legal

O risco operacional é definido com a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes de falha, deficiência ou inadequação de processos internos, pessoas e sistemas, ou de eventos externos, incluído o risco legal que está associado à inadequação ou deficiência em contratos firmados pela entidade.

Entre os eventos de risco operacional, incluem-se fraudes internas e externas; demandas trabalhistas e segurança deficiente do local de trabalho; práticas inadequadas relativas a clientes, produtos e serviços; danos a ativos físicos; e aqueles que acarretem a interrupção das atividades da organização.

A atividade de monitoramento e gerenciamento dos riscos operacionais é executada de forma corporativa, utilizando para isso a análise dos processos existentes para identificar os riscos e as oportunidades.

19. Conciliação de Demonstração dos Fluxos de Caixa

Conforme determinação da Agência Nacional de Saúde Suplementar, a Conciliação da Demonstração do Fluxo de Caixa é feita pelo método indireto.

CONCILIAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS – Em milhares de reais	**2022**	**2021**
Resultado do Período	**18.322**	**-37.853**
Ajustes de Exercícios Anteriores	**-964**	**-2.899**
Ajustes p/conciliação do resultado do período, com a geração de caixa das atividades operacionais:	**41.242**	**53.254**
Provisões Técnicas de Operações de Assistência à Saúde	4.389	5.100
Provisões para Perdas sobre Créditos (Reversão)	4.347	-4.337
Depreciações e Amortizações	9.449	8.165
Outras Provisões Operacionais	23.057	47.224
Resultado do Período Ajustado	**58.600**	**15.401**
(Aumento) Diminuição em Ativos Operacionais	-81.841	11.468
Aumento (Diminuição) em Passivos Operacionais	51.650	76.263
Caixa Líquido das Atividades Operacionais	**28.409**	**80.196**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Ricardo Ayache	Sirleide G. de Mello	Vanda Lucia W. de Vasconcellos
Presidente da Cassems	Gerente Contábil	Contadora Responsável
	CRC MS 0006723/O-3	CRC MS 00618/O-5

Campo Grande/MS, 31 de dezembro de 2022.

AUPERCON

AUDITORIA, PERÍCIA E CONSULTORIA S/S

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Aos

Conselheiros, Diretores e Usuários da

CAIXA DE ASSISTÊNCIA DOS SERVIDORES DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL – CASSEMS

CNPJ/MF: 04.311.093/0001-26

Opinião sem ressalva

Examinamos as demonstrações contábeis consolidadas da CAIXA DE ASSISTÊNCIA DOS SERVIDORES DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL – CASSEMS, que compreendem o Balanço Patrimonial em 31 de dezembro de 2022 e as respectivas Demonstrações do Resultado, das Mutações do Patrimônio Líquido e dos Fluxos de Caixa para o exercício findo nesta data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as Demonstrações Contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da CAIXA DE ASSISTÊNCIA DOS SERVIDORES DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL – CASSEMS, em 31 de dezembro de 2022, o desempenho de suas operações e os seus Fluxos de Caixa para o exercício findo nesta data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às entidades supervisionadas pela Agência Nacional de Saúde Suplementar – ANS.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à entidade de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade – CFC e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações contábeis como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações contábeis e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis e o relatório do auditor

A administração da entidade é responsável por essas e outras informações que compreendem o Relatório de Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há uma distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a esse respeito.

Responsabilidade da administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A administração da Caixa de Assistência dos Servidores do Estado de Mato Grosso do Sul – Cassems é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis e financeiras, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às entidades supervisionadas pela Agência Nacional de Saúde Suplementar – ANS e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a entidade continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis a não ser que a administração pretenda liquidar a entidade ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidade dos auditores pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectarão as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Principais comentários

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.
- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da entidade.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluímos, sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe uma incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da entidade. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a entidade a não mais se manter em continuidade operacional.

Campo Grande – MS, 28 de fevereiro de 2023.

Responsável Técnico
ODÁCIO PEREIRA MOREIRA
Contador CRC/MS 002731/O-7
CVM N.º 977-6 – CNAI N.º 435
CNPC N.º 5303

LEANDRO SALAZAR DE PAUDA
Contador CRC/MS 014526/O-9
Administrador CRA/MS 7567

RICARDO FIRMINO MOREIRA PILEGI
Contador CRC/MS 011255/O-0
CHAI Nº 7640

AUPERCON AUDITORIA, PERÍCIA E CONSULTORIA S/S
CRC/MS 000560/O-6
CNPJ 13.256.754/0001-09

PARECER DO CONSELHO FISCAL DA CAIXA DA ASSISTÊNCIA DOS SERVIDORES DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL – CASSEMS
RELATIVO AO EXERCÍCIO DE 2022

Aos 09 (nove) dias do mês de março de 2023 (dois mil e vinte e três) , na sede da Cassems, localizada na Rua Antônio Maria Coelho, n. 6.065, Bairro Vivendas do Bosque, nesta Capital, o Conselho Fiscal da Caixa de Assistência dos Servidores do Estado de Mato Grosso do Sul - Cassems, em conformidade com as atribuições dispostas no art. 35 do Estatuto da entidade c/c art. 2º do Regimento Interno do Conselho Fiscal da Cassems, examinou as demonstrações contábeis, o relatório anual da administração, o orçamento financeiro, todos relativos ao exercício findo em 31 (trinta e um) de dezembro de 2022 (dois mil e vinte e dois), e com base nos documentos contábeis examinados, nas notas técnicas explicativas e no relatório emitido em 28 (vinte e oito) de fevereiro de 2023 (dois mil e vinte e três), pelos Auditores Independentes Odácio Pereira Moreira, Contador CRC/MS 002731/O-7, CVM Nº 977-6 – CNAI Nº 435, CNPC Nº 5303, Leandro Salazar de Pauda, Contador CRC/MS 014526/O-9, Administrador CRA/MS 7567 e Ricardo Firmino Moreira Pilegi, Contador CRC/MS 011255/O-0, CNAI N. 7640, responsáveis técnicos da AUPERCON Auditoria, Perícia e Consultoria S/S, CRC/MS 000560/O-6, CNJP 13.256.754/0001-59, os membros deste Conselho Fiscal, abaixo-assinados concluem que as referidas demonstrações contábeis expressam adequadamente a situação financeira e patrimonial da Caixa de Assistência dos Servidores do Estado de Mato Grosso do Sul. Assim, em consonância com o disposto na letra "i" do artigo 35 do Estatuto da Cassems, emitem parecer favorável, contendo duas laudas, pela aprovação das Contas do exercício de 2022 (dois mil e vinte e dois) do Conselho de Administração da Caixa de Assistência dos Servidores do Estado de Mato Grosso do Sul, à Assembleia Geral Ordinária de Prestação de Contas - AGO.

Lucílio de Souza Nobre
Presidente

Cláudio Mario S. Menezes de Souza
Membro

Fabiano Reis de Oliveira
Membro

Geraldo Celestino de Carvalho
Membro

Priscila Lemos Wormsbecher
Membro

Ricardo Alexandre Correa Bueno
Membro

Wilson Xavier Paiva
Secretário

Wilds Ovando Pereira
Membro

Aline Melo de Oliveira
Membro representante do Governo de MS

CAIXA DE ASSISTÊNCIA DOS SERVIDORES DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL
CNPJ: 04.311.093/0001-26
Registro ANS n.º 41.353-4
RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO 2022

Atendendo às disposições legais, a administração da Cassems submete à apreciação dos senhores o Relatório da Administração, as demonstrações contábeis individuais da entidade, acompanhadas do Relatório do Auditor Independente, referentes ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2022.

1. Mensagem da Administração:

A CASSEMS chega ao final de 2022 convicta do seu propósito assistencial e da sua capacidade transformadora. Os resultados consolidados e apresentados nas próximas páginas deste relatório confirmam que a expertise adquirida, com todo o seu potencial estratégico, dinâmico e realizador, mostrou se essencial para que a Instituição concluísse mais um ciclo de atividades conjugando excelência e sustentabilidade.

Em 2022, ainda sob o forte impacto da pandemia, mantivemos nossos esforços nas demandas de saúde, atendendo dentro dos preceitos mais elevados de segurança sanitária aos pacientes suspeitos e acometidos pela covid-19 e variantes. Nos preocupamos, concomitantemente, em mitigar os impactos negativos refletidos em toda a cadeia produtiva das áreas de saúde, período que sentimos economicamente os efeitos colaterais da maior crise sanitária vivenciada pela humanidade.

Entre as consequências econômicas geradas pela pandemia, podemos destacar os efeitos inflacionários que impactaram diretamente a resiliência financeira da operadora.

De acordo com a Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS), os planos médico-hospitalares tiveram prejuízo operacional próximo a R$ 5,5 bilhões, além de um índice de sinistralidade próximo a 90%.

Os resultados reforçam o que as Operadoras de Planos de Saúde vêm alertando já há algum tempo, que a saúde suplementar tem sido pressionada por uma expressiva alta dos custos assistenciais.

Muito embora os reflexos econômicos e sociais gerados pela pandemia permaneçam nos próximos ciclos, exigindo ainda readequações em diferentes frentes dos âmbitos público e privado, a Cassems com seu formato de custeio, sinaliza para uma possível "normalização" do cotidiano, com boas perspectivas, para os próximos períodos.

Fato este que, mesmo diante desse senário desafiador, nossas demonstrações contábeis fecharam com resultado positivo em R$ 18.322 milhões, possibilitando os investimentos em projetos ampliação e a adequação de novos leitos, de forma a aumentar a nossa capacidade de atendimento e resolutividade.

Para que isso fosse possível, foi preciso revisitar processos, aprimorar procedimentos, muitos, inclusive, não perceptíveis de forma imediata, mas que fortaleceram a prestação da assistência, trazendo mais eficiência ao longo do processo.

Muitas ações continuam sendo feitas, com o objetivo de confrontar as incertezas e os desafios inerentes desse cenário desafiador. Diante desse cenário, o conselho de administração da Cassems assegura a credibilidade e a solidez, construída com base em um modelo participativo e transparente, com o olhar para um futuro inovador e sustentável.

2. Política de destinação de *deficit/superavits*:

A política de investimentos do superávit se manteve com foco na estratégia da profissionalização da gestão, no processo de inovação centralizado no beneficiário e na verticalização do plano com intuito de melhorar a qualidade e a capilaridade da assistência aos seus beneficiários. Dessa forma o superávit adquirido é revertido no incremento da gestão e nos serviços próprios, com o objetivo de ampliar o atendimento assistencial, garantir a qualidade e otimizar os custos.

Em 2022 a Cassems apresentou um superávit líquido de R$ 18.322 milhões, resultado alcançado pelo compromisso, respeito e confiança dos beneficiários.

3. Negócios sociais e principais fatos internos e externos que tiveram influência na *performance* da Cassems e no resultado de seu exercício:

Destacou-se pelas consequências econômicas geradas pela pandemia e seus efeitos inflacionários, o qual impactaram diretamente a resiliência financeira da operadora. Mesmo diante desse cenário desafiador, a Cassems manteve seu foco na qualidade do atendimento.

Dessa forma nossos administradores de forma responsáveis tiveram que recorrer a capitações de novos recursos no mercado, a título de empréstimos e financiamentos, sejam para investimentos em modernização e ampliação da rede própria, quanto para suprimento do caixa.

Outros fatores relevantes que influenciaram na redução dos custos assistências foram a verticalização dos serviços de oncologia com a criação da Rede Amo. A empresa continua investindo em sua verticalização de forma que sua rede própria hospitalar seja o espelho do atendimento para suas mais de 200 mil vidas.

Já os demais trabalhos voltados à redução dos custos administrativos e assistências foram intensificados por meio de readequação da estrutura organizacional e dos processos, revisão de contratos de terceiros e contratos da rede credenciada, criação de novos modelos de negociação e pagamento de prestadores, postergação de investimentos e congelamento de salários dos colaboradores.

Esta colimação de esforços de forma profícua possibilita que nossos gestores possam permear por toda organização de forma segura e efetiva, possibilitando o máximo de aderência com os objetivos estratégicos da Cassems, possibilitando maior eficiência e solidez organizacional.

4. Reorganização societária e alterações de controle direto ou indireto:

Por se tratar de uma caixa de assistência sem fins lucrativos, a Cassems não detém sociedades sobre o seu comando, nem na forma de acionária ou corresponsável. Como um plano de saúde de autogestão, os beneficiários titulares (servidores públicos estaduais) participam da gestão por meio das assembleias e das eleições que definem os conselhos de Administração e Fiscal.

Na Assembleia Geral Ordinária (AGO) de prestação de contas, realizada uma vez ao ano, os beneficiários titulares reúnem-se para avaliar e validar a administração realizada no exercício anterior. Já a eleição ocorre a cada quatro anos, momento em que os associados titulares escolhem seus representantes pelo voto direto.

Outra via para a gestão participativa são as reuniões realizadas pelo presidente do Conselho de Administração e demais conselheiros. Em 2022, várias reuniões foram realizadas de forma online e presencial para todo o Mato Grosso do Sul, com sindicatos e representantes de entidades de classe, líderes da saúde, da segurança, da educação e outros. O objetivo é conhecer a realidade de cada município, ouvindo sugestões e críticas, tirando dúvidas, compartilhando projetos e criando formas de enfrentar os desafios locais.

5. Perspectivas e planos da Administração para o exercício seguinte:

Os desafios continuam, e a Administração seguirá sempre pautada pela austeridade, transparência de informações e ousadia para construir o futuro.

Em 2023, daremos continuidade nos projetos de assistência à saúde elencados a seguir:

Investimentos em projetos de infraestrutura da rede própria de atenção primária e assistência à saúde, visando acesso e qualidade assistencial:

- Finalização e entrega do novo Hospital Cassems Unidade de Dourados;
- Expansão do atendimento em atenção primária para as regionais de Aquidauana, Corumbá, Dourados, Nova Andradina e Três Lagoas;
- Qualificar a gestão da atenção primária;
- Qualificar a gestão integrada dos programas de prevenção de riscos e doenças;
- Fortalecimento e expansão para o interior das ações de cuidado e monitoramento de pacientes em tratamento oncológico.

Projetos de assistência à saúde:

- Redimensionamento da rede credenciada, estruturando os serviços a partir da quantidade de beneficiários em cada região de saúde, priorizando serviços que atendam os critérios de qualidade estabelecidos;
- Criação de um programa de gerenciamento de doenças crônicas, com foco no cuidado ao beneficiário doente e em sofrimento, de forma a buscar a construção de uma estrutura de apoio que possibilite tanto ao doente quanto a seus familiares enfrentar os problemas cotidianos advindos da enfermidade;
- Centro de atendimento TEA – Transtorno Espectro Autista;
- Programas de cuidados paliativos;
- Telemedicina;
- Implantação do dos serviços de hemodiálise na unidade hospitalar de Nova Andradina.

Projetos para aumento de receitas:

- Ampliação da carteira, com a captação de novas vidas.

Projetos de redução dos custos assistenciais:

- Monitoramento da sinistralidade, visando ações de controle dos gastos;
- Fortalecimento do programa de desospitalização e atendimento domiciliar;
- Aplicação dos novos modelos de remuneração, garantindo a redução de custo atrelado à qualidade assistencial;
- Projetos de redução dos custos administrativos, eficiência operacional e transparência:
- Intensificação do controle e redução das despesas administrativas, controle de índice de margem líquida, índice de liquidez corrente e demais indicadores financeiros;
- Monitoramento do crescimento da carteira, para aumentar a participação de mercado e crescimento da receita e manutenção do custo assistencial;
- Implantação da central de distribuição de matérias e medicamentos para unidades próprias;
- Centralização dos processos financeiros, de controladoria e de suprimento, objetivando redução de custos;
- Continuidade na implantação do Programa de Integridade, Riscos e Controles Internos;
- Reorganização dos processos da cadeia de valor da operadora, visando redução de custos e eficiência operacional, por meio de avaliação de indicadores;
- Implantação de ciclos de melhoria contínua dos processos principais da operadora;
- Fortalecimento dos processos de certificações e acreditações para o alcance da excelência na Gestão Cassems.

Projetos de Tecnologia da Informação e Recursos Humanos:

- Aprimoramento do Projeto de Business Intelligence de Dados, com desenvolvimento de novos painéis;
- Incorporação de novas soluções, tendo em vista mudança do processo de controle financeiro e contábil;
- Integração entre os sistemas de Gestão Hospitalar e Gestão da Operadora;
- Continuidade do projeto de implantação e unificação do Prontuário Eletrônico;
- Mudanças nos sistemas de informação internos da gestão de contribuição do beneficiário e autorização de procedimentos, com atualização para ferramentas mais modernas do mercado e mais agilidade nos processos com credenciados e beneficiários;
- Continuidade do projeto do Hospital sem Papel;
- Implantação do módulo de análise de contas digitais e incorporação da análise de glosas;
- Desenvolvimento e implantação de sistemas de informação voltados ao gerenciamento de doenças crônicas (oncologia);
- Investimentos em estruturas físicas de TI e Banco de Dados;
- Implantação do novo Portal do Colaborador Cassems, que busca alinhamento nas formas de divulgação e nos processos de trabalho da Cassems;
- Centralização dos processos de TI e RH.

6. Descrição dos principais investimentos realizados, objetivo, montantes e origens dos recursos alocados, inclusive aqueles voltados aos programas de promoção e prevenção à saúde

Em 2022, a Cassems investiu aproximadamente R$ 805.378 milhões em recursos próprios na assistência à saúde de seus beneficiários, dentro desse valor estão inclusos os prestadores de serviço a saúde em sua rede própria e rede credenciada.

Também foram investidos nesse período mais R$ 25.972 milhões na construção e na ampliação do novo Hospital Cassems de Dourados, sendo 70% desse montante investido por meio do Fundo Constitucional de Financiamento do Centro-Oeste – FCO – Banco do Brasil, com previsão de término da obra em 2023. A obra totaliza um custo total de R$ 58.325 milhões.

Além desses investimentos, destacamos outra alocação de recursos relacionada à ampliação e à modernização ocorrida no ano de 2022:

- Investimentos em armazenamento e serviços de logística de materiais e medicamentos para unidades hospitalares aproximaram-se de R$ 8.294 milhões em 2022;
- Investimentos em reestruturação e ampliação do Hospital Cassems Aquidauana no montante de R$ 14.595 milhões, sendo R$ 3.823 milhões em 2022;
- Investimentos em reestruturação e ampliação do Hospital Cassems Corumbá aproximaram-se de R$ 629 mil em 2022;
- Investimentos em reestruturação e ampliação do Hospital Cassems Ponta Porã aproximaram-se de R$ 900 mil em 2022;

- Investimentos em reestruturação e ampliação do Hospital Cassems Naviraí aproximaram-se de R$ 125 mil em 2022;
- Investimentos na ampliação de leitos na unidade hospitalar de Campo Grande aproximaram-se de R$ 5.317 milhões em 2022;
- Investimentos em reestruturação e ampliação de leitos nas demais unidades hospitalares do interior aproximaram-se de R$ 2.134 milhões;
- Investimentos em projetos e programas de prevenção aproximaram-se de R$ 1.372 milhões.

Os programas de prevenção têm sido uma estratégia de articulação transversal, que objetiva a melhoria na qualidade de vida e a redução dos riscos à saúde, proporcionando ao usuário mais saúde e um estilo de vida saudável.

A Cassems mantém o compromisso de primar pela qualidade de vida dos seus beneficiários, portanto, sua missão é assegurar ações efetivas de atenção à saúde por meio de promoção, prevenção, recuperação e reabilitação. A seguir, elencamos os principais programas de promoção, centros de prevenção e atividades:

- Centro de Prevenção em Saúde de Campo Grande;
- Centro de Prevenção em Saúde de Dourados;
- Centro de Prevenção em Saúde de Aquidauana;
- Centro de Prevenção em Saúde de Nova Andradina;
- Programa de Prevenção Viva Saúde;
- Programa de Prevenção Odontologia para Bebês;
- Programa de Prevenção DIA M;
- Programa de Prevenção Casal Grávido;
- Gestantes de Alto Risco;
- Programa de Prevenção Ônibus da Saúde;
- Programa Pronutri;
- Idoso Bem Cuidado – Eu Me Amo, Eu Me Cuido;
- Programa de Vacinação contra o HPV;
- Programa de Vacinação contra a Gripe H1N1.

Com medidas voltadas ao fortalecimento da rede própria, asseguramos a credibilidade e a solidez de nossa organização, construída por meio de um modelo verticalizado, participativo e transparente, com o olhar para um futuro sustentável. Tais conquistas foram fruto do comprometimento de todo time de colaboradores e de um modelo de gestão focado na sustentabilidade dos negócios.

Iniciaremos o ano de 2023 com grandes desafios a enfrentar, pois nos tornamos o maior, o melhor e o mais justo plano de saúde de Mato Grosso do Sul. Não somos o maior porque cuidamos de mais de 200 mil vidas, mas porque trabalhamos para que os nossos beneficiários tenham um futuro mais saudável e envelheçam com qualidade de vida, tendo os serviços de saúde que merecem.

Campo Grande – MS, 24 de fevereiro de 2023.

RICARDO AYACHE
Presidente do Conselho de Administração

ADEMIR CERRI
1º Vice-Presidente do Conselho de Administração

ALEXANDRE JUNIOR COSTA
2º Vice-Presidente do Conselho de Administração

Membros do Conselho Administração
Alexandre Barbosa da Silva
Lilian Olívia Aparecida Fernandes
Lauro Sérgio Davi
Mario Sergio Flores de Couto
Robelsi Pereira
Roberto Magno Botareli Cesar
Thiago Monaco Marques